28/04/2025

Número: **0002274-68.1992.4.05.8300**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Partes	
Tipo	**Nome**
EXECUTADO	**AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A**
EXECUTADO	**BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO**
EXECUTADO	**CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO**
EXECUTADO	**ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO**
EXECUTADO	**METALNORTE S/A**
EXECUTADO	**SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI**
ADVOGADO	**ALOISIO ARRUDA FILHO**
ADVOGADO	**Luiz de Sá Monteiro**
EXEQUENTE	**FAZENDA NACIONAL**
EXECUTADO	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
40583001138797 7	06/08/2019 12:52	Documento inicial do processo digitalizado	Petição Inicial
40583001138797 8	06/08/2019 12:52	01-Autuação, Inicial, CDA, Despacho, Petição executado, Citação, Cota, Procuração - 1-34	Autos Digitalizados
40583001138798 1	06/08/2019 12:52	02-Cota FN, Reavaliações, Despacho, Leilão, Publ, Intimações, Petição - 35-59	Autos Digitalizados
40583001138798 3	06/08/2019 12:52	03-Leiloeiro, Despacho, Embargos, Alvará, Despacho - 60-109	Autos Digitalizados
40583001138799 3	06/08/2019 12:52	04-Expedientes, apensamento, Retificação, Cota FN, Despacho, Mandado - 110-142	Autos Digitalizados
40583001138799 5	06/08/2019 12:52	05-Cota FN, Certidão, Despacho - 143-208	Autos Digitalizados
40583001138799 7	06/08/2019 12:52	06-Cota FN - 209-324-otimizado 1	Autos Digitalizados
40583001138799 9	06/08/2019 12:52	07-Decisão, CP, Ofício, Certidão, Rio Tinto, Edital, Publ - 325-346	Autos Digitalizados
40583001138800 1	06/08/2019 12:52	08-Cota FN, Decisão, Desapensamento, expedientes, Publicação, Cota FN, Email 6 VDF - 347-419	Autos Digitalizados
40583001138800 2	06/08/2019 12:52	09-Certidão, Mandado(-), Cotas FN, Ofício 25VF, Despacho, Edital - 420-446	Autos Digitalizados
40583001138800 4	06/08/2019 12:52	10-ofício, Decisão, Cota FN, Decisão migrar + provid, Publ, Ofício Rio Tinto Custas - 447-478	Autos Digitalizados
40583001138832 6	06/08/2019 13:18	OFÍCIO 25 VF	Certidão
40583001138832 7	06/08/2019 13:18	ÓFICIO 25VF	Documento de Comprovação
40583001138833 5	06/08/2019 13:19	OFÍCIO RIO TINTO	Certidão
40583001138833 6	06/08/2019 13:19	OFÍCIO RIO TINTO	Documento de Comprovação
40583001139688 0	07/08/2019 09:44	Ofício	Expediente
40583001139689 5	07/08/2019 09:46	Intimação	Expediente

4058300.11396946	07/08/2019 09:54	ENVIO MALOTE DIGITAL	Certidão
4058300.11396947	07/08/2019 09:54	ENVIO MALOTE RIO TINTO	Documento de Comprovação
4058300.11422153	09/08/2019 00:25	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.11422824	09/08/2019 00:38	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.11544132	22/08/2019 15:22	Reitera penhora	Petição (outras)
4058300.11544133	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida	Documento de Comprovação
4058300.11544137	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida - continuacao 2	Documento de Comprovação
4058300.11544140	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida - continuacao 3	Documento de Comprovação
4058300.11544144	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida - continuacao 4	Documento de Comprovação
4058300.11544147	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida - continuacao 5	Documento de Comprovação
4058300.11544151	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida - continuacao 6	Documento de Comprovação
4058300.11544155	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida - continuação 7	Documento de Comprovação
4058300.11544156	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida - continuação 8	Documento de Comprovação
4058300.11544159	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida - continuacao 9	Documento de Comprovação
4058300.11544160	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida - continuacao	Documento de Comprovação
4058300.11544164	22/08/2019 15:22	Extrato da dívida	Documento de Comprovação
4058300.11713737	05/09/2019 12:57	Ofício	Expediente
4058300.11713863	05/09/2019 13:05	Ofício	Expediente
4058300.11714011	09/09/2019 09:47	Mandado	Expediente
4058300.11742430	09/09/2019 10:04	ENVIO MALOTE CARTÓRIO TIMBAÚBA	Certidão
4058300.11742431	09/09/2019 10:04	ENVIO MALOTE TIMBAUBA	Documento de Comprovação
4058300.11742450	09/09/2019 10:05	OFÍCIO COMARCA RIO TINTO/PB	Certidão
4058300.11742452	09/09/2019 10:05	GD - 0002274-68.1992.4.05.8300 - Comarca de Rio Tinto PB presta informação	Documento de Comprovação
4058300.11742486	09/09/2019 10:09	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.11742500	09/09/2019 10:09	Intimação	Expediente
4058300.11787604	12/09/2019 14:17	CARTÓRIO TIMBAÚBA - MAT 809	Certidão
4058300.11787605	12/09/2019 14:17	GD - 0002274-68.1992.4.05.8300 - Cartório - Timbaúba - presta informação	Documento de Comprovação
4058300.11796783	13/09/2019 00:51	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.12500138	04/11/2019 16:14	Cota da PFN	Cota
4058300.12500572	04/11/2019 16:14	cnpj agicam	Documento de Comprovação
4058300.12500575	04/11/2019 16:14	DECLARAÇÕES AGICAM	Documento de Comprovação
4058300.12500578	04/11/2019 16:14	SINTEGRA agicam PB	Documento de Comprovação
4058300.12500587	04/11/2019 16:14	sócio agicam	Documento de Comprovação
4058300.12500595	04/11/2019 16:14	cpf diretor resp agicam	Documento de Comprovação

4058300.12500605	04/11/2019 16:14	endereço representante legal executada	Documento de Comprovação
4058300.12609504	11/11/2019 13:59	DEVOLUÇÃO CP RIO TINTO	Certidão
4058300.12609505	11/11/2019 13:59	GD - 0002274-68.1992 - Vara Única de Rio Tinto PB - devolução de carta precatória-otimizado 1	Documento de Comprovação
4058300.12609512	11/11/2019 13:59	GD - 0002274-68.1992 - Vara Única de Rio Tinto PB - devolução de carta precatória-otimizado 2	Documento de Comprovação
4058300.12970629	09/12/2019 12:26	TJPB	Certidão
4058300.12970630	09/12/2019 12:26	GD - 0002274-68.1992 - Corregedoria TJPB - presta informação - decisão e parecer	Documento de Comprovação
4058300.13058125	16/12/2019 11:19	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058300.13179991	13/01/2020 09:04	PENHORAS 0008638-90.1991.4.05.8300	Certidão
4058300.13179992	13/01/2020 09:04	penhoras 0008368-90-191-4-05-8300	Documento de Comprovação
4058300.13180045	13/01/2020 09:17	INICIAIS e CDAs APENSOS	Certidão
4058300.13180046	13/01/2020 09:17	92.0002272-3	Documento de Comprovação
4058300.13180048	13/01/2020 09:17	93.0004700-0	Documento de Comprovação
4058300.13180049	13/01/2020 09:17	95.0003070-5	Documento de Comprovação
4058300.13180052	13/01/2020 09:17	95.0015555-9-otimizado 1	Documento de Comprovação
4058300.13180054	13/01/2020 09:17	98.0005148-1	Documento de Comprovação
4058300.13180055	13/01/2020 09:17	2001.83.00.012438-6	Documento de Comprovação
4058300.13180079	13/01/2020 09:17	2002.83.00.010408-2	Documento de Comprovação
4058300.13180083	13/01/2020 09:17	0008638-90.1991.4.05.8300-otimizado 1	Documento de Identificação
4058300.13180086	13/01/2020 09:17	0014058-90.2002.4.05.8300	Documento de Comprovação
4058300.13189918	14/01/2020 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058300.13180383	15/01/2020 15:14	Mandado	Expediente
4058300.13180603	15/01/2020 15:14	Mandado	Expediente
4058300.13245171	20/01/2020 15:51	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058300.13245172	20/01/2020 15:51	comprovante de recebimento	Documento de Comprovação
4058300.13380742	02/02/2020 11:22	Certidão de expediente físico	Certidão de expediente físico
4058300.13742727	06/03/2020 00:05	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.13798540	12/03/2020 09:31	DECURSO DO PRAZO	Certidão de decurso de prazo
4058300.13798569	12/03/2020 09:38	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.13798632	12/03/2020 09:38	Intimação	Expediente
4058300.13832578	16/03/2020 00:17	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.14025918	06/04/2020 13:56	Hasta pública e intimação por edital	Petição (outras)
4058300.14025919	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 1	Documento de Comprovação
4058300.14025920	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 2	Documento de Comprovação

4058300.14025922	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 3	Documento de Comprovação
4058300.14025923	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 4	Documento de Comprovação
4058300.14025925	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 5	Documento de Comprovação
4058300.14025927	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 6	Documento de Comprovação
4058300.14025928	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 7	Documento de Comprovação
4058300.14025938	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 8	Documento de Comprovação
4058300.14025940	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 9	Documento de Comprovação
4058300.14025941	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 10	Documento de Comprovação
4058300.14025942	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 11	Documento de Comprovação
4058300.14025944	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 12	Documento de Comprovação
4058300.14025945	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 14	Documento de Comprovação
4058300.14025948	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 15	Documento de Comprovação
4058300.14025951	06/04/2020 13:56	Dívida atualizada PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA 16	Documento de Comprovação
4058300.14025955	06/04/2020 13:56	End sócio	Documento de Comprovação
4058300.14378989	08/05/2020 14:11	HABILITAÇÃO DE ADVOGADOS	Certidão
4058300.14379031	08/05/2020 14:18	Intimação	Expediente
4058300.14379377	08/05/2020 14:56	Citação	Expediente
4058300.14385393	09/05/2020 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058300.14393992	11/05/2020 10:24	ARISP MAT 95130	Certidão
4058300.14393993	11/05/2020 10:24	ARISPE 95130	Documento de Comprovação
4058300.14407571	12/05/2020 10:11	PRENOTAÇÃO ARISP	Certidão
4058300.14407572	12/05/2020 10:11	PRENOTAÇÃO ARISP	Documento de Comprovação
4058300.14379197	14/05/2020 12:31	Edital	Expediente
4058300.14483414	19/05/2020 00:01	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.14483416	19/05/2020 00:01	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.14593383	28/05/2020 12:19	INFORMAÇÃO 2º CRI RECIFE	Certidão
4058300.14593384	28/05/2020 12:19	apt 501	Documento de Comprovação
4058300.14668921	03/06/2020 19:57	Despacho Inspeção	Despacho Inspeção
4058300.15204779	13/07/2020 23:03	Penhora - Precatório - URGENTE - PFN	Manifestação
4058300.15204780	13/07/2020 23:03	Mensagem Eletrônica - Informa crédito de precatório - PESSOA DE MELO	Documento de Comprovação
4058300.15214844	15/07/2020 02:06	Decisão	Decisão
4058300.15297997	21/07/2020 20:50	IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAR ARISP	Certidão
4058300.15302071	22/07/2020 12:15	Ofício	Expediente

4058300.15302032	22/07/2020 12:15	Ofício	Expediente
4058300.15298026	22/07/2020 12:15	Ofício	Expediente
4058300.15301960	22/07/2020 12:15	Ofício	Expediente
4058300.15393132	29/07/2020 21:15	REMESSA MALOTE 7ª VF	Certidão de expediente físico
4058300.15393137	29/07/2020 21:18	REMESSA MALOTE 25ª VF	Certidão de expediente físico
4058300.15393153	29/07/2020 21:24	REMESSA MALOTE 6ªVF DF	Certidão de expediente físico
4058300.15393194	29/07/2020 21:31	REMESSA MALOTE 7ª VF	Certidão de expediente físico
4058300.15393213	29/07/2020 21:34	Intimação	Expediente
4058300.15398636	30/07/2020 11:13	Juntada malote digital - 7ª Vara Federal PE	Certidão
4058300.15398637	30/07/2020 11:13	GD - 0002274-68.1992 - 7ª VF PE - presta informação	Documento de Comprovação
4058300.15425088	01/08/2020 09:21	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.15500454	09/08/2020 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.15603849	18/08/2020 17:22	E-mail recebido - 25ª Vara - Presta informação	Certidão
4058300.15678411	25/08/2020 11:53	Juntada malote digital - 7ª Vara Federal PE	Certidão
4058300.15678412	25/08/2020 11:53	GD - 0002274-68.1992 - 7ª Vara Federal PE - presta informação	Documento de Comprovação
4058300.15775218	01/09/2020 14:25	DECURSO DE PRAZO	Certidão de decurso de prazo
4058300.15775539	01/09/2020 14:30	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.15775562	01/09/2020 14:30	Intimação	Expediente
4058300.15833443	05/09/2020 00:46	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.15896956	11/09/2020 16:07	Cota	Cota
4058300.16326376	29/10/2020 11:50	Despacho	Despacho
4058300.16419619	29/10/2020 11:50	Intimação	Expediente
4058300.16431388	30/10/2020 05:58	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.16695625	24/11/2020 10:38	petição União	Manifestação
4058300.16695626	24/11/2020 10:38	2º Cartório Recife - Mat. 95130	Documento de Comprovação
4058300.16695630	24/11/2020 10:38	Auto arrematação Sitio Mascarenhas	Documento de Comprovação
4058300.16696433	24/11/2020 10:38	Extrato débitos 0002274-68.1992.4.05.8300	Documento de Comprovação
4058300.16717994	26/11/2020 00:27	Decisão	Decisão
4058300.16735955	26/11/2020 13:07	IMÓVEL MAT 95.130 - 2º CRI RECIFE - apartamento 501, Edifício Antônio Dourado Netto	Certidão
4058300.16735359	02/12/2020 15:00	Carta precatória	Expediente
4058300.16822407	03/12/2020 13:18	REMESSA MALOTE GOIANA/PE	Certidão de expediente físico
4058300.16822409	03/12/2020 13:18	REMESSA MALOTE	Documento de Comprovação
4058300.16822452	03/12/2020 13:21	Intimação	Expediente
4058300.16844164	05/12/2020 06:09	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação

4058300.16926180	14/12/2020 00:05	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.17032995	22/12/2020 23:17	Prosseguimento - penhora imóveis - PFN	Manifestação
4058300.17526895	15/03/2021 01:41	Decisão	Decisão
4058300.17755166	16/03/2021 09:25	BAIXA DE PENHORA JÁ EFETUADA	Certidão
4058300.17754988	15/04/2021 18:41	Ofício	Expediente
4058300.17755720	15/04/2021 18:42	Ofício	Expediente
4058300.18254667	19/04/2021 09:53	REMESSA MALOTE TRF5	Certidão de expediente físico
4058300.18255037	19/04/2021 10:11	REMESSA 6º CRI	Certidão de expediente físico
4058300.18255169	19/04/2021 10:15	Intimação	Expediente
4058300.18343345	24/04/2021 01:08	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.18435278	28/04/2021 11:59	Juntada malote digital - Cartório 6º RI Recife	Certidão
4058300.18435279	28/04/2021 11:59	GD - 0002274-68.1992 - Cartório 6º RI - Recife - presta informação	Documento de Comprovação
4058300.18474980	30/04/2021 00:06	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.18490773	03/05/2021 11:23	PFN - cert imovel onus final pericia -	Manifestação
4058300.18676335	12/05/2021 18:23	PFN - requer juntada da cert atualiz da matric 173	Manifestação
4058300.18676421	12/05/2021 18:23	cert atualizada matric 173 cart vicencia	Documento de Comprovação
4058300.18963583	27/05/2021 21:08	Despacho Inspeção - 445 - Inspeção 11ª Vara - 2021	Despacho Inspeção
4058300.19165374	28/06/2021 22:03	Decisão	Decisão
4058300.19433860	02/07/2021 02:24	Ofício	Expediente
4058300.19552585	09/07/2021 13:39	REMESSA MALOTE 6º CRI	Certidão de expediente físico
4058300.19581835	12/07/2021 12:08	Juntada malote digital - Cartório 6ª RI Recife	Certidão
4058300.19581836	12/07/2021 12:08	GD - 0002274-68.1992 - Cartório 6º RI - Recife - informa inexistência de constrição de imóvel	Documento de Comprovação
4058300.19598400	13/07/2021 12:59	Intimação	Expediente
4058300.19598404	13/07/2021 12:59	Intimação	Expediente
4058300.19647073	17/07/2021 07:06	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.19728868	24/07/2021 00:02	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.19713033	28/07/2021 14:32	PFN- Manifestação	Manifestação
4058300.19713034	28/07/2021 14:32	CDA- 0002274-68.1992.4.05.8300 - APENSO 1	Documento de Comprovação
4058300.19713035	28/07/2021 14:32	CDA- 0002274-68.1992.4.05.8300 - APENSO 2	Documento de Comprovação
4058300.19713036	28/07/2021 14:32	CDA- 0002274-68.1992.4.05.8300 - APENSO 3	Documento de Comprovação
4058300.19713037	28/07/2021 14:32	CDA- 0002274-68.1992.4.05.8300	Documento de Comprovação
4058300.20724441	12/10/2021 09:40	Despacho Inspeção - 527 - Correição Ordinária 2021 - 11ª Vara Recife	Despacho Inspeção
4058300.20963914	28/10/2021 00:44	Despacho	Despacho
4058300.21039747	12/11/2021 11:43	Carta precatória	Expediente

4058300.2121338 9	18/11/2021 12:39	REMESSA CARTA PRECATÓRIA	Certidão de expediente físico
4058300.2121339 7	18/11/2021 12:40	Intimação	Expediente
4058300.2123585 7	20/11/2021 00:09	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.2121366 7	23/11/2021 00:23	Ofício	Expediente
4058300.2126549 3	23/11/2021 17:12	Comprovante de envio do ofício de ID...21213667	Certidão de expediente físico
4058300.2132265 9	29/11/2021 00:04	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.2245844 4	24/03/2022 13:42	Juntada malote digital - 6ª Vara Federal Cível DF TRF1	Certidão
4058300.2245844 6	24/03/2022 13:42	GD - 0002274-68.1992 - 6ª VF DF - Certidão - presta informações	Documento de Comprovação
4058300.2262023 4	17/05/2022 01:16	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.2265363 9	18/05/2022 14:18	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.2265364 7	18/05/2022 14:18	Intimação	Expediente
4058300.2265364 8	18/05/2022 14:18	Intimação	Expediente
4058300.2268313 7	20/05/2022 06:23	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.2283638 8	31/05/2022 00:48	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.2285931 9	01/06/2022 06:01	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.2295179 0	08/06/2022 12:09	Despacho Inspeção - 863 - Inspeção 11ª Vara - 2022	Despacho Inspeção
4058300.2314733 2	08/07/2022 13:18	Ofício	Expediente
4058300.2346105 9	15/07/2022 11:07	REMESSA MALOTE SUBSEÇÃO GOIANA/PE	Certidão de expediente físico
4058300.2388692 4	22/08/2022 11:25	Juntada malote digital - 25ª Vara Federal Goiana PE	Certidão
4058300.2388692 5	22/08/2022 11:25	GD - 0002274-68.1992 - 25ª VF Goiana PE - Ofício - presta informação sobre carta precatória	Documento de Comprovação
4058300.2399417 7	30/08/2022 00:24	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.2401463 6	31/08/2022 12:58	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.2401465 3	31/08/2022 12:58	Intimação	Expediente
4058300.2403877 8	01/09/2022 22:54	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.2414865 7	13/09/2022 12:07	PFN - manifestação s/ carta precatoria e certidão da JFDF - requerimentos	Petição (outras)
4058300.2414865 8	13/09/2022 12:07	AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA SA e outros	Documento de Comprovação
4058300.2414865 9	13/09/2022 12:07	AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA SA e outros - APENSO 400088900940	Documento de Comprovação
4058300.2414866 7	13/09/2022 12:07	AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA SA e outros - APENSO 400088901109	Documento de Comprovação
4058300.2414867 1	13/09/2022 12:07	AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA SA e outros - APENSO 400088931751	Documento de Comprovação
4058300.2428850 5	23/09/2022 10:54	Juntada malote digital - 25ª Vara Federal PE	Certidão
4058300.2428850 6	23/09/2022 10:54	GD - 0002274-68.1992 - 25ª VF PE - Ofício - informa leilão e solicita intimação	Documento de Comprovação
4058300.2461246 6	20/10/2022 21:24	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.2461246 7	20/10/2022 21:24	Intimação	Expediente

4058300.24612468	20/10/2022 21:24	Intimação	Expediente
4058300.24618120	21/10/2022 09:38	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.24708623	31/10/2022 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.25005600	05/12/2022 15:52	Decisão	Decisão
4058300.25095454	09/12/2022 13:09	Ofício	Expediente
4058300.25095492	09/12/2022 13:17	REMESSA OFÍCIO SUBSEÇÃO GOIANA/PE	Certidão de expediente físico
4058300.25529165	03/02/2023 13:06	Juntada malote digital - 25ª Vara Federal Goiana PE	Certidão
4058300.25529166	03/02/2023 13:06	GD - 0002274-68.1992 - 25ª VF PE - precatória - cumprida - leilão negativo	Documento de Comprovação
4058300.25684936	16/02/2023 14:25	Intimação	Expediente
4058300.25736875	24/02/2023 01:01	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.26015624	17/03/2023 10:45	MANIFESTAÇÃO - PGFN	Manifestação
4058300.26015625	17/03/2023 10:45	cda	Documento de Comprovação
4058300.26121782	24/03/2023 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058300.26304854	11/04/2023 15:09	Despacho	Despacho
4058300.26334775	11/04/2023 15:09	Intimação	Expediente
4058300.26372425	14/04/2023 00:56	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.26406563	18/04/2023 00:01	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.26410855	18/04/2023 11:51	Sobrestamento por 1 ano	Atos Eletrônicos
4058300.26410856	18/04/2023 11:51	Intimação de Sobrestamento por 1 ano	Intimação Atos Eletrônicos
4058300.26431483	19/04/2023 16:31	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.26537298	28/04/2023 14:59	Manifestação	Petição (outras)
4058300.26544383	29/04/2023 00:07	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.26707091	15/05/2023 11:33	Juntada malote digital - 25ª Vara Federal Goiana PE	Certidão
4058300.26707092	15/05/2023 11:33	FN - 0002274-68.1992 - 25ª VF PE - presta informação sobre CP e solicita intimação	Documento de Comprovação
4058300.26791244	22/05/2023 13:54	Decisão	Decisão
4058300.26802074	22/05/2023 13:54	Intimação	Expediente
4058300.26802075	22/05/2023 13:54	Intimação	Expediente
4058300.26864460	26/05/2023 07:25	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.26906316	29/05/2023 17:45	Cota da UF	Cota
4058300.26959298	02/06/2023 00:04	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.28075068	05/09/2023 13:59	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.28090227	06/09/2023 13:03	Ofício	Expediente
4058300.28091928	06/09/2023 13:28	Comprovante de envio do ofício de ID...28090227	Certidão de expediente físico
4058300.28378335	29/09/2023 00:04	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo

4058300.2871654 6	30/10/2023 17:16	Despacho	Despacho
4058300.2894854 8	22/11/2023 10:42	Ofício	Expediente
4058300.2894876 3	22/11/2023 10:49	Comprovante de envio do ofício de ID...28948548	Certidão de expediente físico
4058300.2956630 1	31/01/2024 00:00	Certidão de Retificação de Autuação	Certidão de retificação de autuação
4058300.2964447 2	07/02/2024 00:05	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.2968424 7	09/02/2024 16:04	Ofício	Expediente
4058300.2968438 8	09/02/2024 16:09	REMESSA MALOTE DIGITAL 25ª VF	Certidão de expediente físico
4058300.3012813 3	18/03/2024 13:51	Juntada malote digital - 25ª Vara Federal PE	Certidão
4058300.3012813 4	18/03/2024 13:51	GD - 0002274-68.1992 - 25ª VF PE - ofício - solicita intimação para cumprimento de CP	Documento de Comprovação
4058300.3013269 2	18/03/2024 16:04	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.3013269 6	18/03/2024 16:04	Intimação	Expediente
4058300.3026259 1	29/03/2024 00:01	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.3053187 5	23/04/2024 00:33	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.3055436 5	24/04/2024 09:54	Intimação	Expediente
4058300.3055439 4	24/04/2024 09:56	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.3055439 6	24/04/2024 09:56	Intimação	Expediente
4058300.3069457 8	05/05/2024 00:34	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.3096164 4	28/05/2024 00:17	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.3097383 5	13/06/2024 00:25	Despacho	Despacho
4058300.3115161 2	13/06/2024 15:15	Intimação	Expediente
4058300.3115164 9	13/06/2024 15:15	Intimação	Expediente
4058300.3126282 6	24/06/2024 00:11	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.3152609 5	18/07/2024 00:04	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo
4058300.3207379 4	06/09/2024 17:28	Decisão	Decisão
4058300.3224620 3	17/09/2024 16:24	Ofício	Expediente
4058300.3224641 1	17/09/2024 16:27	REMESSA MALOTE Subseção Judiciária de Goiana	Certidão de expediente físico
4058300.3224676 8	17/09/2024 16:44	Ofício	Expediente
4058300.3224694 1	17/09/2024 16:54	REMESSA MALOTE 6ª VARA (TRF1)	Certidão de expediente físico
4058300.3224694 5	17/09/2024 16:55	Intimação	Expediente
4058300.3224694 6	17/09/2024 16:56	Intimação	Expediente
4058300.3234394 0	25/09/2024 14:03	E-mail Atendimento - Doc. Recebido	Certidão
4058300.3234394 1	25/09/2024 14:03	0002274-68.1992.4.05.8300S - 6ª VF-DF - Resposta ao Ofício ID ...32246768	Documento de Comprovação
4058300.3238115 9	28/09/2024 00:00	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.3276170 7	31/10/2024 00:02	Certidão de decurso de prazo	Certidão de decurso de prazo

4058300.3276782 3	31/10/2024 13:51	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
4058300.3276782 7	31/10/2024 13:51	Intimação	Expediente
4058300.3286713 3	08/11/2024 11:00	Manifestação PFN	Manifestação
4058300.3286713 4	08/11/2024 11:00	Relatório SIDA	Documento de Comprovação
4058300.3430638 6	17/03/2025 06:51	Decisão	Decisão
4058300.3448805 1	18/03/2025 12:50	Intimação	Expediente
4058300.3467962 1	29/03/2025 00:02	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
4058300.3481516 1	11/04/2025 13:22	Manifestação PGFN	Manifestação
4058300.3481522 9	11/04/2025 13:22	SIDA (2)	Documento de Comprovação

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO

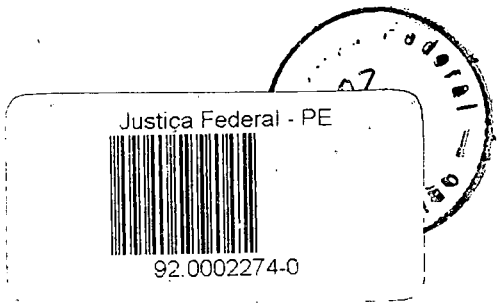
Outros participantes
SEM REGISTROS

TERMO DE MIGRAÇÃO DE PROCESSO FÍSICO

Em cumprimento à Resolução Pleno nº 3, de 21 de março de 2018, procedo à inclusão do presente feito no sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe, assegurando a conformidade da digitalização do processo físico às seguintes determinações da referida Resolução:

- utilização de funcionalidade específica para inserção das peças processuais digitalizadas;
- migração dos dados de autuação (número de registro do sistema físico, data de distribuição na Justiça Federal, etc.) e de movimentação;
- digitalização na íntegra do processo (exceto as execuções fiscais, de acordo com o Art. 5º, §1º da mencionada Resolução) ;
- compartimentação dos documentos conforme Anexo I da Resolução;
- cumprimento das regras de segredo do processo e do sigilo do documento, quando for o caso;
- verificação de não se tratar de nenhum dos casos previstos no art. 5o da Resolução;
- intimação dos advogados no processo físico acerca da digitalização dos autos e da necessidade de cadastramento no PJe, quando não houver nenhum advogado habilitado no sistema;
- confirmação da unidade de Tecnologia da Informação competente de que há recursos de armazenamento suficientes para acomodar os feitos que serão incluídos no sistema PJe.

Recife, 06/08/2019



TERMO DE AUTUACAO

No Recife, 26 de Fevereiro de 1992 , nesta Secretaria da 004.A Vara, autuo os documentos adiante, em _____ folhas, com _____ apensos, na seguinte conformidade:

PROCESSO 92.0002274-0
CLASSE 03000 EXECUCAO FISCAL
DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 26/02/92

PARTES:

EXQTE FAZENDA NACIONAL

EXCDO PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Para constar, lavro e assino o presente.

_____
Diretor da Secretaria

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 25/02/92 às ... h.
Funcionário

EXMO SR. DR. JUIZ

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Face aos termos da O. S. n.º 01 91
do MM Juiz Federal da 4.ª Vara/PE
autuei e registrei os presentes autos. Conclusos.
Recife 28/02/92
Elonice Torres Aguiar Gomes
Diretora de Secretaria 4.a Vara-PE

A FAZENDA NACIONAL, por seu representante infra-assinado, respeitosamente requer, com fundamento no Código de Processo Civil - Livro II, Título I, Capítulo III, Seção II, art. 585, inciso V I - Lei nº 6.830, de 1980, e demais disposições aplicáveis, a EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA correspondente ao título anexo, nº 40 6 91 000085-33 ,que faz parte integrante desta petição inicial, no valor de Cz$ OTN 313.428,02 (********** TREZENTOS E TREZE MIL QUATROCENTOS E VINTE E OITO CRUZEIROS E DOIS CENTAVOS**********), contra PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA. inscrito no Cadastro GERAL DE CONTRIBUINTES sob o nº 10803336/0002-27 , com domicílio fiscal na RUA DE BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE, CEP 50030.

Requer, ainda, a citação do devedor para pagar o débito, no prazo legal, com juros, custas e encargo legal de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978, ou garantir a execução, sob pena de penhora ou arresto, e a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre imóvel.

Dá à causa o valor da dívida acrescida dos encargos legais, protestando pelas provas em direito admitidas.

Pede Deferimento,

Recife, 21 de fevereiro de 1992

Lucio Soriano

DA-SE A CAUSA O VALOR CONSOLIDADO DE CR$ 395.432.853,48 EM 11/02/92

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA DA UNIAO

TOTAL PAGINAS ANEXO 1 = 001

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob o número 40 6 91 000085-33 , da série DC/91 , no livro 691 , a fls. 00085 , em 04/09/91 , PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA. , inscrito no Cadastro GERAL DE CONTRIBUINTES sob o número 10803336/0002-27, com domicílio fiscal na RUA DO BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE, CEP 50030

, é DEVEDOR A FAZENDA NACIONAL DA QUANTIA ABAIXO DISCRIMINADA, REFERENTE AOS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO.

VALOR TRANSFORMADO EM CRUZEIRO CONFORME LEI 8024, DE 12/04/90.

NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
		CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO
			VALOR TOTAL	CZ 26.566.200,00

conforme a fundamentação legal indicada no quadro abaixo: TOTAL EM CR 313.428,02

EM ANEXO	EM ANEXO

NOTIFICAÇÃO EM ANEXO

CONSTITUICAO DO CREDITO - EM ANEXO
A DIVIDA EM APRECO E INSCRITA, NESTA DATA, A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES DE PROCESSO OU EXPEDIENTE PROTOCOLIZADO NO MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, SOB O NUMERO ABAIXO INDICADO, E ESTA SUJEITA, ATE SUA EFETIVA LIQUIDACAO, A CORRECAO MONETARIA (LEI 4357/64, ART. 7, LEI 5421/68, ART. 1, DL. 1645/78, ART. 5, DL. 1704/79, LEI 6830/80, ART. 2, PAR. 2, ART. 5, DL. 2284/86, ART. 41, DL. 2287/86, ART. 15, MODIFICADO PELO DL. 2323/87, ARTS. 1 E 14) E AOS JUROS DE MORA DE 1 (UM) POR CENTO AO MES (LEI 5421/68, ART. 2, DL. 1736/79, ART. 2, E DL. 2323/87, ART. 16, MODIFICADO PELO DL. 2331/87,ART. 6), EXECUTADA, QUANTO AOS JUROS, A PARCELA RELATIVA A MULTA DE MORA, ALEM DO ENCARGO DE 20 (VINTE) POR CENTO, PREVISTO NO DL. 1025/69, ART. 1, E NO DL. 1645/78, ART. 3.
DO QUE, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAIDA A PRESENTE CERTIDAO, A QUAL VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PE , em 11 de FEVEREIRO de 1992

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

NUMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - 26520 100002/88-82

000.057

FLS. 1/1

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 26520 100002/88-82

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000[illegible]

Tribunal Federal de Recursos 1ª Região

ORIGEM: IAA - CONTRIBUICAO DO ACUCAR

Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
1187	CONTRIB.	31/12/87	12/87	01/01/88	CZ 22.138.500,00
			VALOR TRANSFORMADO		EM CR 261.190,02

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11,PARAG.4 DO DL.352/68 COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DO DL.1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 04/01/88

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
1187	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	VALOR	- TRANSFORMADO	CZ 4.427.700,00 EM CR 52.238,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/85.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

ORIGEM:

Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.285

000.056

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

C O N C L U S Ã O:

Nesta data, faço estes autos conclusos ao MM Juiz Federal Substituto na 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco.
Recife, 05/03/92 .

R. H. Cite-se. Arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor executado, para as hipóteses de pagamento imediato ou não oferecimento de embargos.

Expeça-se o competente mandado de citação, penhora e avaliação, intimando-se o depositário a não abrir mãos do depósito, sem prévia autorização deste Juízo, e cientificado(a) o(a) Executado (a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo(a) mesmo(a), como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a) Exequente.
Recife, 05/03/92.

Dr. UBIRATAN DE COUTO MAURICIO
Juiz Federal Substituto
na 4ª Vara/PE.

D A T A

Nesta data, recebi estes autos da parte
do Juiz Federal
do que para constar, fiz este termo.
Recife, 05 de 03 de 1992
Eu, ... o escrevi.

Certifico que expedi mandado de citação, penhora e avaliação nº 011/92. Recife, 09/03/92.

Bueno

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº 92.2274-0
CLASSE : 3080

VISTOS EM INSPEÇÃO

22 Por ocasião da inspeção, proferi o despacho do item abaixo :

01 - Processo em ordem.
02 - Vista à parte-Autora. Intime-se.
03 - Vista à parte-Ré. Intime-se.
04 - Vista ao Ministério Público Federal. Intime-se.
05 - Vista à Procuradoria da República. Intime-se.
06 - Vista à Procuradoria da Fazenda Nacional. Intime-se.
07 - Voltem os autos conclusos para decisão.
08 - Remeta-se ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região com nossas homenagens.
09 - Oficie-se, solicitando cumprimento e devolução da Carta Precatória.
10 - Reitere-se o Ofício de fls. _____.
11 - Voltem os autos ao DPF, com o prazo de trinta (30) das, para conclusão do inquérito.
12 - Voltem os autos ao MPF, solicitando urgência.
13 - Cumpra-se o despacho de fls. _____.
14 - Arquive-se, após as anotações de praxe.
15 - Permaneçam os autos arquivados (art.40,2º, da Lei nº 6.830/80).
16 - À Contadoria.
17 - Efetuado o cálculo das custas complementares, intime-se ao preparo sob as penas da Lei.
18 - Especifiquem as partes as provas que ainda pretendem produzir, indicando suas finalidades.
19 - A hipótese é de julgamento antecipado da lide. Às partes para, o querendo, apresentarem suas razões finais.
20 - Proferi decisão durante a inspeção.
21 - Intime-se as partes a darem andamento ao feito, sob pena de extinção do mesmo.
(22) - Intime-se a Fazenda sobre o cumprimento do mandado expedido em 01-03-92.
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Recife, 01 de junho de 1992.

Dr. **UBIRATAN DE COUTO MAURÍCIO**
Juiz Federal Substituto da
4ª Vara da JustiçaFederal de Pernambuco.

Informo a V. Exa. que até a presente data não foi devolvido o mandado que pelos fls 06v a este setor. Recife, 01/06/92

Conclusão

Aos 01 dias do mês de 06 de 1992 faço estes autos conclusos ao M. M. Juiz Federal da 4ª Vara, do que eu lavrei este termo.

R. em 12.06.92

Diligencie a Secretaria junto ao Oficial de Justiça objetivando o cumprimento imediato do mandado supra.

Recife, 19.06.92

Dr. UBIRATAN DE COUTO MAURICIO
Juiz Federal Substituto Auxiliar da 4ª Vara

DATA

Nesta data, recebi estes autos da parte do Juiz Federal Substituto da 4.ª Vara Ubiratan de Couto Mauricio do que para constar, fiz este termo.

Recife, 19 de junho de 1992

Eu, o escrevi.

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 089

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO 4ª VARA

ENDEREÇO: AV. DANTAS BARRETO, nº 1080, 2º andar

EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL PROCESSO Nº 92.2274-0

EXECUTADO: PESSOA DE MELLO IND. E COM. S/A

Rua do Brum. 137 Recife

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO 011/92

O DOUTOR JUIZ FEDERAL, UBIRATAN DE COUTO MAURICIO desta Seção Judiciária, acima citada, para pagamento do débito no valor de cr$ 313.428,02-débito atualizado até fevereiro de 1992 MANDA

Ao Oficial de Justiça Avaliador, a quem for o presente distribuído, que, em seu cumprimento CITE o devedor ou seu representante legal, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros, multa de mora, encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, petição e despacho que acompanham por cópia o presente, acrescida das custas judiciais, ou garantir a execução (art. 9º, Lei nº 6.830/80). Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, proceda à PENHORA OU ARRESTO em bens do(a) executado(a), tantos quantos bastem para garantia da execução na forma dos artigos 10 e 11 da Lei nº 6.830/80, nomeie depositário, efetive a avaliação e dê ciência ao(à) executado(a). Recaindo a penhora sobre imóvel, intime o cônjuge do(a) executado(a), se casado for e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, para que proceda ao registro (art. 7º, IV e art. 14, I da Lei nº 6.830/80), a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto. Recaindo a penhora em veículo, entregue a contrafé e cópia do termo do auto de penhora ou arresto, com a ordem de registro (art. 7º, IV e art. 14, II da Lei nº 6.830/80), na Repartição competente para emissão do certificado de registro; recaindo em ações, debêntures, quotá ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III).

Intime o depositário a não abrir mãos do depósito, sem prévia autorização do juízo; cientifique o(a) executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo(a) mesmo(a) como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a) Exeqüente, e de que este Juízo funciona no endereço acima indicado no presente Mandado, no horário das 12:00 às 18:00h.

Dado, passado e assinado pelo Diretor de Secretaria, por ordem do MM Juiz Federal.

despacho: segue cópia em anexo.

Recife, 09 de março de 19 92

DIRETOR DA SECRETARIA
ELENICE TORRES AGUIAR GOMES

06-10

107.059

Exmo. Sr. Dr. Juiz da 4a. Vara da Justiça Federal-PE.

Nos autos. Conclusos
Recife, 25/02/93
Ubiratan de Couto Mauricio
Juiz Federal-Substituto Auxiliar

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., proprietária do Conjunto Agroindustrial denominado "Usina Aliança", sito no município de Aliança, neste Estado, inscrita no CGC/MF.nº 10.803.336/0002-27, vem, nos autos do Processo de Execução Fiscal, em que figura como exeqüente a FAZENDA NACIONAL - Processo nº 922274-0 - e a expoenta como executada, por seu advogado abaixo assinado (Doc.01), oferecer à penhora, os seguintes bens:

QUANT.	BEM		VALOR
240m	Corrente especial para transportador de bagaço, estampada em aço carbono, passo 6", rolos Ø 3", carga de ruptura 17.000Kg., com borboleta a cada 5 elos.	Cr$	250.000.000,00
01 Un.	Eixo para rolo de moenda DE DINI 37" X 78", em aço carbono forjado e usinado, Ø543mm, comprimento 4974mm.	Cr$	48.000.000,00
01 Un.	Conjunto motobomba, completo; constituído de bomba centrífuga bipartida com rotor em bronze, vazão: 1000m³/h altura manométrica: 25MCA acionada por motor elétrico trifásico de: 150CV - 1750RPM.	Cr$	110.000.000,00
	TOTAL:.....	Cr$	408.000.000,00

JUSTIÇA FEDERAL DE PERNAMBUCO
19 FEV 12 07 93 005513
PROTOCOLO GERAL

Ditos bens de acordo com nossos levantamentos técnicos é avaliado em 408.000.000,00 (Quatrocentos e oito milhões de cruzeiros). Dito bem se encontra no parque industrial "Usina Aliança", em Aliança, Pernambuco.

Isto posto, cumpridas as formalidades legais, ouvida a exeqüente, seja-lhe cientificada, a fim de apresentar os competentes embargos.

Pede deferimento.
Recife, 18 de fevereiro de 1993.

OAB/PE. 10.324

Doc. Nº. 01.

P R O C U R A Ç Ã O

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., com sede e escritório na Rua do Brum, nº 137, na cidade do Recife , capital do Estado de Pernambuco, inscrita no CGC. do "Ministério da Fazenda" sob o nº 10.803.336/0001-46, representada pelos seus diretores os Drs. ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro, casado , advogado, residente e domiciliado na Rua Dom Bosco, nº 632, aptº 603, no bairro da Boa Vista, Recife-PE, e VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Av. 17 de Agosto, nº 1565, no bairro de Casa Forte, Recife-PE, capital do Estado de Pernambuco, nomeia e constitui seus bastantes Procuradores e advogados, os Drs. ALOÍSIO ARRUDA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 10.324, ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 3.886, a quem confere poderes para o foro em geral , podendo ditos Procuradores agirem em conjunto ou separadamente.

Recife, 26 de agosto de 1991.

COSTA LIMA — Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S. A.

COSTA LIMA — Diretores

Cartório Costa Lima
4º Oficio - Recife - PE
Reconheço a firma Alfredo Mariano de Brito e Vaudrilo Leal Guerra Curado
Recife, 29 de AGO 1991
Era test. 1 de verd. - O Tab.

CARTÓRIO COSTA LIMA
Bel. Álvaro G. de
Bel. Josaphat V.
José Bonifácio
19/02/93
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel de documento que me foi exibido. D...

JUSTIÇA FEDERAL - PE

VISTO EM INSPEÇÃO
PRO[illegible] ORDEM
Recife 14 / 06 / 93

Juiz Federal da 4.ª Vara/PE

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos
MCPA Nº 11/92
que se segue.
Recife, 01 de julho de 1993
Eu, [illegible]
assino.

Fls: 12

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO 4ª VARA

ENDEREÇO: AV. DANTAS BARRETO, nº 1080, 2º andar

EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL PROCESSO Nº 92.2274-0

EXECUTADO: PESSOA DE MELLO IND. E COM. S/A

Rua do Brum. 137 Recife

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO 011/92

O DOUTOR JUIZ FEDERAL, UBIRATAN DE COUTO MAURICIO desta Seção Judiciária, acima citada, para pagamento do débito no valor de cr$ 313.428,02-débito atualizado até fevereiro de 1992 **MANDA**

Ao Oficial de Justiça Avaliador, a quem for o presente distribuído, que, em seu cumprimento CITE o devedor ou seu representante legal, para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros, multa de mora, encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, petição e despacho que acompanham por cópia o presente, acrescida das custas judiciais, ou garantir a execução (art. 9º, Lei nº 6.830/80). Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, proceda à PENHORA OU ARRESTO em bens do(a) executado(a), tantos quantos bastem para garantia da execução na forma dos artigos 10 e 11 da Lei nº 6.830/80, nomeie depositário, efetive a avaliação e dê ciência ao(à) executado(a). Recaindo a penhora sobre imóvel, intime o cônjuge do(a) executado(a), se casado for e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, para que proceda ao registro (art. 7º, IV e art. 14, I da Lei nº 6.830/80), a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo ou do auto de penhora ou arresto. Recaindo a penhora em veículo, entregue a contrafé e cópia do termo do auto de penhora ou arresto, com a ordem de registro (art. 7º, IV e art. 14, II da Lei nº 6.830/80), na Repartição competente para emissão do certificado de registro; recaindo em ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III).

Intime o depositário a não abrir mãos do depósito, sem prévia autorização do juízo; cientifique o(a) executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução, sob pena de se presumirem aceitos pelo(a) mesmo(a) como verdadeiros, os fatos articulados pelo(a) Exeqüente, e de que este Juízo funciona no endereço acima indicado no presente Mandado, no horário das 12:00 às 18:00h.

Dado, passado e assinado pelo Diretor de Secretaria, por ordem do MM Juiz Federal.

despacho: segue cópia em anexo.

Recife, 09 de março de 19 92

Penhorei uma
12/fevereiro/93
as 14 horas

DIRETOR DA SECRETARIA
ELENICE TORRES AGUIAR GOMES

107.059

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 13

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 02 de julho de 93

Assinatura

Processo No. 9200022740

Intim-ese por mandado a Fazenda Nacional a dizer, em dez (10) dias, sobre os bens oferecidos em penhora pela Executada.

Recife 06 de julho de 93

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

DATA

Aos 06 dias do 07 de 93 foram me entregues estes da parte do MM. Juiz Federal da 4ª Vara, do que eu _____ lavrei.

Certidão

Certifico que, Em cumprimento ao despacho acima, expedi MI nº 158/93

dou fé.

Recife, 12 de julho de 1993

Rosangela Maria C. Macedo
Subprocurador - Chefe da PFN - PE
Mat. 3.002.970-8

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 191

AÇÃO: EXECUÇÃO FISCAL Nº 92.2274-0 — **4ª VARA/PE**
EXQTE/EMBGTE/AGVTE: FAZENDA NACIONAL
EXCDO/EMBGDO/AGVDO: PESSOA DE MELO IND. E COM. S.A

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 158/93

O DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA **JUIZ FEDERAL DA VARA ACIMA, na forma da lei, etc...**

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo, que, em cumprimento do presente mandado, INTIME FAZENDA NACI

Com endereço à NESTA CIDADE

PARA FINS DO(S) ITEM(NS) 08 **ABAIXO ESPECIFICADO(OS):**

( )1. **INDICAR NO PRAZO DE DIAS NOVO ENDEREÇO DO EXECUTADO; VEZ QUE O OFICIAL DE JUSTIÇA NÃO ENCONTROU NO APONTADO NA INICIAL APESAR DAS DILIGÊNCIAS FEITAS;**

( )2. **FALAR SOBRE A PENHORA E AVALIAÇÃO FEITAS;**

( )3. **EMENDAR A INICIAL SOB PENA DE INDEFERIMENTO;**

( )4. **FALAR SOBRE O CERTIFICADO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA ÀS FLS.**

( )5. **DAR ANDAMENTO NO PROCESSO SOB PENA DE ARQUIVAMENTO, NA FORMA DO ART. 40, § 2º DA LEI 6.830/80;**

( )6. **TOMAR CIÊNCIA DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO NO DIA**

( )7. **TOMAR CIÊNCIA DA DECISÃO DE FLS.**

(x)8. **TOMAR CIÊNCIA DO DESPACHO:** "Intime-se por mandado a Fazenda Nacional a dizer, em dez (10) dias, sobre os bens oferecidos em penhora pela Executada. Recife, 06 de julho de 1993. a) Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA. Juiz Federal da 4ª Vara-PE".

DADO E PASSADO PELA SECRETARIA DA 4ª VARA FEDERAL, SITO À Av. DANTAS BARRETO, 1080, NESTA CIDADE, AOS 12 / 07 / 93 . Eu, EBraga, Tec. Judiciária, datilografei e a Diretora, subscreve.

Bela **Elenice Torres Aguiar Gomes.**

07.063

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 15

Proc.: 92.0002274-0 Classe : 3000 - EXECUCAO FISCAL

Autor: FAZENDA NACIONAL

Adv. : ADV. SEM ADVOGADO

Reu : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Adv. : ADV. SEM ADVOGADO

Remetido ao AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) Para MANIFESTACAO

Recebi em 20/07/93 Assi: _____

Nome : _____ Telefone: _____

JUSTIÇA FEDERAL - PE
fls. 16

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PE

EXMº SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 4a. VARA - PE

Nos autos. Conclusos.
Recife, 28/07/93
Antonio Bruno de Azevedo M.
Juiz Federal

Ref.: EF 92.0002274-0
P.A. 26520 100002/88-82
C.D.A. 40 6 91 000085-33
Petição nº 1065/93/DIVDAU/PFN-PE

A FAZENDA NACIONAL, nos autos da Execução Fiscal requerida contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., em cumprimento ao r. despacho de fls. 13, vem perante V.Exa. dizer que não aceita o bem nomeado à penhora.

1. A manifestação da EXEQUENTE encontra respaldo em dois motivos de suma relevância, a saber:

1º) equipamentos industriais atraem reduzido número de interessados, circunstância que, invariavelmente, gera o fracasso dos leilões; e

2º) bens dessa espécie continuam sendo utilizados nas atividades de suas proprietárias, prática que importa em risco de danos, sem falar na depreciação.

2. Ante o exposto, a EXEQUENTE requer a V.Exa. seja determinada a intimação da EXECUTADA para, res-

SERPRO 7560.007264-8 AF. N. 0194 90 - 05 90
SERPRO 7560.007264-8 AF. Nº 0194 90 - 05 90
SERPRO 7560.007264-8 AF. N. 0194 90 - 05 90
UNIÃO FEDERAL PGF/PE
27 JUL 15 14 03 5041
PROTOCOLO GERAL

JUSTIÇA FEDERAL
17

peitando a ordem legal, indicar bem que efetivamente garanta o Juízo.

Termos em que
Espera deferimento.

Recife, 27 de julho de 1993

Carlos Roberto Stuart
Procurador da Fazenda Nacional

SERPRO 7560.007264-8 AF. Nº 0194/90 - 05/90

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 18

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a)
DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 28 de junho de 93

Assinatura

Processo No. 9200022740

Intime-se a Executada, como requerido pela Exequente as fls. 16/17 dos autos, para que indique o bem a penhora observada a ordem legal, em cinco (5) dias.

Recife 03 de agosto de 93

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

DATA

Aos 03 dias do 08 de 93
foram me entregues estes da parte do
MM. Juiz Federal da 4ª Vara, do que eu _____
lavrei.

Certidão

Certifico que, Em cumprimento ao despacho acima, expedi MI nº 195/93

dou fé.

Recife, 05 de Agosto de 1993

Ebrail

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 19

PODER JUDICIÁRIO.
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO 195/93

INTIMAÇÃO DE : PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.através de seu representante legal nesta Capital.
Rua do Brum - 137 - Bairro do Recife

FINALIDADE : Para indicar bem a penhora, observando a ordem legal, em cinco (5) dias. Tudo conforme despacho de fls. 18 da Execução Fiscal 92.2274-0 que a FAZENDA NACIONAL move contra PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

SEDE DO JUÍZO: Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Dantas Barreto, nº 1.080. 2º andar. Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 05 de agosto de 1993.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em 2/09/93

Exmo. Sr. Dr. Juiz da 4a. Vara da Justiça Federal-PE.

3

JUSTIÇA FEDERAL PE
24 SET 11 E 28 04346/7
PROTOCOLO GERAL

Nos autos. Conclusos.
Recife, 24 / 09 / 93
Antonio Bruno de Azevedo Moreira
Juiz Federal

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., proprietária do Conjunto Agroindustrial denominado "Usina Aliança",sito no município de Aliança, neste Estado, inscrita no CGC/MF.nº 10.803.336/0002-27, vem , nos autos do Processo de Execução Fiscal, em que figura como exeqüente a FAZENDA NACIONAL - Processo nº 922274-0 - e a expoenta como executada, por seu advogado abaixo assinado (Doc.01), oferecer à penhora, o seguinte bem:

01 (uma) Bomba centrifuga, marca KSB, com corpo espiral, rotor e eixo em aço inoxidável, com base metálica e motor elétrico blindado de 100CV, vazão:300M³/h altura manometrica 60 MCA.

Dito bem de acordo com nossos levantamentos técnicos é avaliado em CR$ 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil cruzeiros reais). Dito bem se encontra no parque industrial "Usina Aliança", em Aliança, Pernambuco.

Isto posto, cumpridas as formalidades legais, ouvida a exeqüente, seja-lhe cientificada, a fim de apresentar os competentes embargos.

Pede deferimento.

Recife, 23 de setembro de 1993.

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.
Usina Aliança - Açúcar Alcool e .Col
FUNDADA EM 1913

JUSTIÇA FEDERAL
Fls 21 Ezrail

P R O C U R A Ç Ã O

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., com sede e escritório na Rua do Brum, nº 137, nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, inscrita no CGC/MF. sob o nº 10.803.336/0001-46 , representada pelos seus diretores os Drs. ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua Dom Bosco, nº 632, aptº 603, no bairro da Boa Vista, Recife-PE, e VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Avenida 17 de Agosto, nº 1565, no bairro de Casa Forte, Recife-PE, nomeia e constitui seus bastantes procuradores aos Drs. ... ALOÍSIO ARRUDA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE. sob o nº 10.324, e ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro,casado, advogado, inscrito na OAB/PE. sob o nº 3.886, a quem confere poderes para o foro em geral, podendo ditos procuradores agirem em conjunto ou separadamente.

Recife, 20 de novembro de 1992.

Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S A
COSTA LIMA
COSTA LIMA
Diretores

CARTÓRIO COSTA LIMA - 4.º Tab. de Notas
Bel. Álvaro G. da Costa Lima - Tabelião
Bel Jozaphat Vieira de Albuquerque
José Bonifácio Falcão
SUBSTITUTOS
14/09/93
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.

Certório Costa Lima
4º Oficio - Recife - PE
Reconheço a firma
Mariano de Brito
Vaudrilo Leal Guerra
Curado
Recife, 16 de 11 de 19 92
Era verd. - O

CARTÓRIO COSTA LIMA - 4.º Tab. de Notas
Bel. Álvaro G. da Costa Lima - Tabelião
Bel Jozaphat Vieira de Albuquerque
José Bonifácio Falcão
SUBSTITUTOS
17/06/93
Certifico que a presente cópia é reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé.

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.

Recife 28 de setembro de 93

Assinatura

Processo No. 9200022740

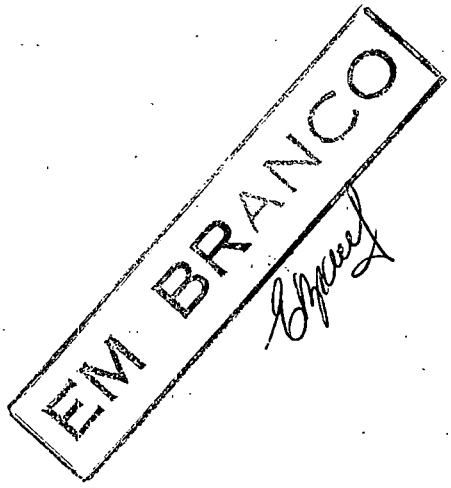
Intime-se, por mandado a fazenda nacional a se pronunciar no prazo de dez dias sobre o bem oferecido a penhora pela Executada.

Recife 28 de setembro de 93

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

DATA

Aos 28 dias do 09 de 93 foram me entregues estes da parte do MM. Juiz Federal da 4ª Vara, do que eu _____ lavrei.


EM BRANCO

JUSTIÇA [illegible] DE
Fls. 23 Ebrauf

JUSTICA FEDERAL DE PERNAMBUCO — PAG 1
MV/FR - FORMULARIO DE REMESSA 4a VARA FEDERAL — 29/09/93

Proc.: 92.0002274-0 Classe : 3000 - EXECUCAO FISCAL

Autor: FAZENDA NACIONAL

Proc.: PROC. CARLOS ROBERTO STUART

Reu : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Adv. : ADV. ALFREDO MARIANO DE BRITO E ADV. ALOISIO ARRUDA FILHO

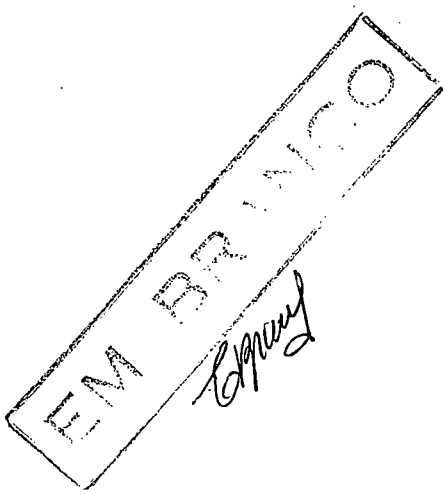
Remetido ao AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) Para MANIFESTACAO

Recebi em 29/09/93. Ass.: [signature]

Nome : _____ Telefone: _____

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos
petição nº 44206
que se segue.
Recife, 05 de Outubro de 1993
Eu, Ebrauf
assino. _____


EM BRANCO

SERPRO 7560.007264.8 CONTª ASJUR/FIRIO-0379 - 05/93

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 24

30 SET 1993 044206
PROTOCOLO GERAL

Exmo. Sr. Juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco.

EF: 92.2274-0
PROC. ADM.: 26520.100002/88-82
EXEQUENTE: Fazenda Nacional
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
PETIÇÃO No: SECDAU 1673/93

Nos autos Conclusos.
Recife, 01/10/93
Antonio Bruno de Azevedo Me
Juiz Federal

A FAZENDA NACIONAL, através de seu procurador, vem perante V.Exa. dizer que não aceita o bem nomeado à penhora pelos motivos levantados na petição de fls. 16/17.

Outrossim, a exequente vem indicar à penhora os direitos ao uso das linhas telefônicas nºs 224-8516, 224-8125, 224-8217, 224-8305, 224-7140, 325-2821, 224-8714 e 224-8650, todas de propriedade da executada, requerendo a lavratura de auto de penhora, avaliação e depósito.

Pede deferimento.

Recife, 30 de setembro de 1993.

JOAQUIM LUSTOSA FILHO
Procurador da Fazenda Nacional

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 25

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 21 de outubro de 93

Assinatura
Auxiliar Judiciário

Processo No. 9200022740

Expeca-se mandado de penhora das linhas telefonicas indicadas pela Fazenda nacional as fls.24 dos autos, devendo ser oficiado a TELPE e intimada a executada da penhora feita.

Recife 25 de outubro de 93

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

DATA

Aos 25 dias do 10 de 93 foram me entregues estes da parte do MM. Juiz Federal da 4ª Vara, do que eu _____ lavrei.

Assinatura
Auxiliar Judiciário

Certidão

Certifico que, Em cumprimento ao despacho acima, expedi MPA nº 27/93

Recife, 27 de Outubro de 1993. Dou fé.

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos
Recibo do Mandado nº 27/93
que se segue.
Recife, 02 de Fevereiro de 1994
Eu, Ozanil
escrevo.

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 26

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

RECIBO :

CERTIFICO que recebi o Mandado nº 27/93, expedido nos autos da Ação nº 92.2274-0 EF, 4ª Vara/PE.

Dou fé.

Recife, 19/01/94

Oficial de Justiça Avaliador.

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos

UPA nº 27/93

que se [illegible]

Recife, 03 de Fevereiro de 1994

Eu, Elmar

assino.

6

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 27

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

PROCESSO Nº 92.2274-0
EXEQUENTE : FAZENDA NACIONAL.
EXECUTADO : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A.

MANDADO DE PENHORA E AVALIAÇÃO Nº 27 /93-EF.

O Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, Juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da lei, etc.

M A N D A a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo, a quem este for apresentado, passado nos autos da Execução Fiscal acima mencionada, que, em seu cumprimento, se dirija à Rua do Brum,137, Bairro do Recife, Recife-PE e, sendo aí, proceda o seguinte: a) penhore as seguintes linhas telefônicas: 224-8516, 224-8125, 224-8217, 224-8305, 224-7140, 325-2821, 224-8714 e 224-8650, todas de propriedade do Executado, para satisfação da dívida, no valor de Cr$ 313.428,02 (trezentos e treze mil quatrocentos e vinte e oito cruzeiros e dois centavos), atualizada até 11.02.92 e dos acessórios, e efetue também a avaliação dos bens penhorados; b) intime o Executado. c) cientifique o Executado do prazo de trinta (30) dias para oferecer embargos, contados da intimação da penhora, sob pena de se presumirem por ele aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pelo Exequente; d) providencie o registro da penhora na TELPE. **CUMPRA-SE**, na forma e sob as penas da lei, cientificado o Executado de que este Juízo funciona na Av. Dantas Barreto, nº 1.080, 2º andar, em Recife, Pernambuco, no horário das 12:00 às 18:00 horas. **EXPEDIDO** nesta cidade de Recife, em 26 de outubro de 1993. Eu, _____ (Elenice Torres Aguiar Gomes), Diretora de Secretaria, digitei, conferi e subscrevo.

Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Juiz Federal da 4ª Vara/PE

- CIENTE -
25.01.94
Eládio B. Carvalho Filho
TELPE - ADVOGADO

C E R T I D Ã O

Certifico e dou fe que, pelas 9:00 horas do dia 25.01.94, me dirigi à Rua do Brum, 137, bairro do Recife, onde procedi a penhora das linhas telefônicas retro referidas, atribuindo a cada uma o valor de Cr$ 1.200.000,00(hum milhão e duzentos mil cruzeiros reais), totalizando Cr$ 9.600.000,00(nove milhões e seiscentos cruzeiros reais). Em seguida nomeei depositários dos bens penhorados o Dr. Aluísio Arruda, que disse ser representante legal da Executada, que foi por mim intimada para opor embargos, querendo, dentro do prazo legal. Também compareci à TELPE onde solicitei fosse feito o registro da penhora, para através do procurador do referido órgão, Dr. Eládio B. Carvalho Filho, que exarou o seu ciente e recebeu cópias do mandado e do auto de penhora. Ante o exposto, recolho o presente mandado, juntamente com o auto de penhora, avaliação e depósito ao SDM, para os devidos fins. Recife, 25 de janeiro de 1994

ISRAEL MARINHO DA SILVA
OF. DE JUSTIÇA-AVALIADOR

JUSTIÇA FEDERAL - SE
Fls. 28 Brasil

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO/2ªVARA
AUTO DE PENHORA , AVALIAÇÃO E DEPÓSITO

EXECUÇÃO FISCAL Nº: MANDADO Nº:
EXEQUENTE:
EXECUTADO:

Ao(s) 25 dia(s) do mês de janeiro de 1.994 , na Rua do Brum, 137, bairro do Recife para onde me dirigi, eu, **OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR** , abaixo assinado, depois de cumpridas as formalidades legais, em cumprimento do respeitável mandado supra, **PROCEDI A PENHORA E AVALIAÇÃO** , para garantia da execução acima especificada, sob os seguintes bens: linhas telefonicas nºs. 224-8516, 224-8125, 224-8217, 224-8305, 224-7140 , 325-2821, 224-8714 e 224-8650, com as respectivas ações, se houver, sendo cada linha telefonia por mim avaliada em Cr$. 1.200.000,00(hum milhão e duzentos mil cruzeiros reais), totalizando Cr$ 9.600.000,00(nove milhoes e seiscentos mil cruzeiros reais).x.x.x.x.x.

Em seguida, procedi o **DEPÓSITO** dos bens penhorados em mãos e poder do Sr. ELUISIO ARRUDA - OAB-PE 10.324 depositário ----------, com endereço à o mesmo acima mencionado o qual se obriga, sob as penas da lei, a não abrir mão dos referidos bens, até ulterior deliberação deste Juízo. Para constar, lavrei o presente autos de **PENHORA E AVALIAÇÃO** ,que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado, por mim OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR e pelo Sr. Depositário.

Depositário: ----------
Oficial de Justiça ----------

CERTIFICO que intimei o executado da presente penhora para, no prazo de lei oferecer embargos ou defesa que tiver que opor à penhora procedida, ficando este de tudo ciente. DOU FÉ.

Recife, 25 de janeiro de 1994

Oficial de Justiça Avaliador

- CIENTE -
25.01.94

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO/2ªVARA

AUTO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E DEPÓSITO

EXECUÇÃO FISCAL Nº [illegible] PROCESSO Nº [illegible]

EXEQUENTE [illegible]

EXECUTADO [illegible]

Aos 2[illegible] dia(s) do mês de junho de 1.994, na [illegible] Recife

[illegible] eu, OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR, [illegible] formalidades [illegible] mandado [illegible]

PROCEDI A PENHORA E AVALIAÇÃO, para garantia da execução [illegible]

[illegible]

EM BRANCO

Em seguida, procedi o DEPÓSITO dos bens penhorados em mãos de [illegible]

[illegible] 002-PE 12224 [illegible]

depositário [illegible] conforme [illegible]

[illegible]

o qual [illegible] dos referidos bens até ulterior deliberação deste Juízo. Para constar, lavrei o presente auto de PENHORA E AVALIAÇÃO, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim, OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR, e pelo Sr. Depositário.

Depositário: [illegible]

Oficial de Justiça: [illegible]

CERTIFICO que intimei o executado da presente penhora, [illegible] de lei oferecer embargos ou defesa que tiver [illegible] Ficando ciente de [illegible]

Recife, [illegible] de [illegible] de 1994

Oficial de Justiça Avaliador

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 29

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos
CT 12.000/0226/94
que se segue.
Recife, 09 de Fevereiro de 1994
Eu,
assino.


EM BRANCO

TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO S.A. - TELPE

AV. AFONSO OLINDENSE, 1513 - VÁRZEA - 50810-900 - RECIFE - PE - BRASIL - CAIXA POSTAL 255
CPCT (081) 105 - TELEX 81.1388 - CGC 10.819.803/0001-26 - INSC. EST. 18.1.001.0019145-4

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 30

CT 12.000/0226/94 Recife, 03 de fevereiro de 1994.

Exmo. Sr.
Dr. Juiz de Direito da
4ª Vara da Justiça Federal
NESTA

Nos autos. Conclusos.
Recife, 07/02/94
Antonio Bruno de Azevedo Moreira
Juiz Federal

Ref.: Mandado de Penhora e Avaliação Nº 27/93-EF
Processo Nº 92.2274-0
Partes: FAZENDA NACIONAL e PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A

Atendendo ao determinado através do expediente em epígrafe, informamos que procedemos em nossos registros os gravames nos terminais telefônicos, conforme abaixo especificamos, solicitando, entretanto, a V.Exa., seja dada ciência às partes de que o atraso no pagamento da tarifa de uso por mais de 120 (cento e vinte) dias, enseja o cancelamento definitivo da assinatura telefônica, e a consequente perda do direito de uso dos terminais, de acordo com o ítem Nº 62 da Portaria Nº 663, de 18.07.79, do Ministério das Comunicações.

Terminal Nº 224.8516
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

Terminal Nº 224.8125
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

1.Obs.: Os referidos terminais encontram-se com os seguites gravames:

Penhora - Proc. Nº 2273-1/92 da 1ª Vara Federal
Penhora - Proc. Nº 2287-1/92 da 7ª Vara Federal
Penhora - Proc. Nº 2233-4/93 da 7ª Vara Federal

Terminal Nº 224.8217
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

Terminal Nº 224.8305
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO S.A. - TELPE

AV. AFONSO OLINDENSE, 1513 - VÁRZEA - 50810-900 - RECIFE - PE - BRASIL - CAIXA POSTAL 255
CPCT (081) 105 - TELEX 81.1388 - CGC 10.819.803/0001-26 - INSC. EST. 18.1.001.0019148-4

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls 31

2.Obs.: Os referidos terminais encontram-se com os seguites gravames:

Penhora - Proc. Nº 2273-1/92 da 1ª Vara Federal
Penhora - Proc. Nº 2287-1/92 da 7ª Vara Federal

Terminal Nº 224.7140
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

Terminal Nº 325.2821
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

Terminal Nº 224.8714
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

3.Obs.: O referido terminal encontra-se com os seguites gravames:

Penhora - Proc. Nº 92.2287-1/92 da 1ª Vara Federal
Penhora - Proc. Nº 92.2233-4/93 da 7ª Vara Federal

Terminal Nº 224.8650
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

4.Obs.: O referido terminal encontra-se com o seguinte gravame:

Penhora - Proc. Nº 92.2287-1/92 da 7ª Vara Federal

Anotação de Penhora

Atenciosamente,

ELÁDIO DE BARROS CARVALHO FILHO
Advogado

ws6/1117/vfp.

JUSTIÇA FEDERAL PE
Fls 32

92.0002274-0 EX. FISCAL ULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 25/02/92

CONSULTA REALIZADA EM : 09/03/94 AS 15:46
EXEQTE. : FAZENDA NACIONAL
ADV. : PROC JOAQUIM LUSTOSA FILHO
EXECDO. : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. : PE003886 - ALFREDO MARIANO DE BRITO E OUTRO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

Para informacao da secretaria em 09/03/94

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

"
" CERTIFICO que não foram opostos Embargos à Execução.

"Tecle <RET> p/ continuar"

EM BRANCO

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 33

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ELIO WANDERLEY DE S FILHO.
Recife 09 de marco de 94

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 9200022740

Cientifique-se as partes da informaçao de fls. 30/31. Requeira a Exequente o que de direito.

Recife 14 de marco de 94

Élio W. de S. Filho.
DR. ELIO WANDERLEY DE S FILHO
Juiz Federal

CERTIDAO

CERTIFICO que enviei, nesta data noticia do despacho supra para o DIARIO DA JUSTICA O referido e verdade e dou fe.
Recife 15 de marco de 94

Diretor(a) da secretaria

CERTIDAO

CERTIFICO que o despacho supra foi publicado no DIARIO DA JUSTICA do dia 23/03/94 (pag 66). O referido e verdade e dou fe.
Recife 24 de marco de 94

Diretor(a) da secretaria

VISTOS EM INSPEÇÃO
PROCESSO EM ORDEM
Recife 11 / 07 / 94

Juiz Federal da 4ª Vara/PE

Justiça Federal 5ª Região 34 Encaminhe-se

Proc.: 92.0002274-0 Classe : 3000 - EXECUCAO FISCAL

Autor: FAZENDA NACIONAL

Proc.: PROC. JOAQUIM LUSTOSA FILHO

Reu : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Adv. : ADV. ALFREDO MARIANO DE BRITO E ADV. ALOISIO ARRUDA FILHO

Remetido ao AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) Para MANIFESTACAO

Recebi em 19/04/94 Ass.:_____

Nome : _____ Telefone: _____

JUNTADA

Nesta data, juntei aos autos
Petição nº 16142
Recife, 26 de Abril de 1994
Eu, Ebrard
Assino.

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 06/08/2019 12:52:10
Identificador: 4058300.11387978
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080612505810100000011412485

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 35

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária do PE

Exequente: Fazenda Nacional

Executo(a):Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A.

Processo :92.0002274-0

CDA nº : 40 6 000085-33

PA nº : 26520 100002/88-82

Petição nº:

A FAZENDA NACIONAL, nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador adiante firmado, vem perante V. Exa. requerer a atualizaçao da avaliação realizda e designação de Leilão , indicando como leiloeiro Sr. Itacy de França Santos com endereço à Rua do Hospício nº 284conj. 304 - recofe, anexando, ainda , o extrato de débito devidamente atualizadoxxxxxxxxxx

Termos em qué

E. deferimento

Recife, 22 de Abril de 1994

Nelson Silvério de Sant'ana Filho
Procurador da Fazenda Nacional

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL
22 ABR 1994
RECIFE

JU TIÇA FEDERAL - PE
Fls: 36

** P G F N ** S I S T E M A D E C O N S U L T A SERPRO

22/04/94. INFORMACOES GERAIS DA INSCRICAO PAG-
PARAMETRO-265201000288
DEVEDOR PRINCIPAL-PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CGC/CPF-10803336/0002-27 INSC-40 6 91 000085-33 PROC-26520 100002/88-42

SITUACAO-ATIVA AJUIZADA
SERIE DA INSCRICAO -DO NAT. DIVIDA - FISCAL
DATA DA INSCRICAO -04/09/91 VL INSCRITO - CZ 26.566.200,00
QTDE. DEBITOS -0001 UFIR 66.594,00
QTDE. PAGAMENTOS -0000
QTDE. DEVEDORES -0001
QTDE. PARCELAMENTOS -0000 VL REMANESCENTE - CZ 26.566.200,00
NUM. EXECUCAO - UFIR 66.594,00
SECAO JF-RECIFE
DATA FALENCIA - VL CONSOLIDADO - CR$ 231.771.659,65
RECEITA-DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS UFIR 345.969,16
PROCURADORIA DE INSCRICAO - PERNAMBUCO
PROCURADORIA RESPONSAVEL - PERNAMBUCO

(CR= CRUZEIROS / CR$= CRUZEIROS REAIS

** P G F N ** S I S T E M A D E C O N S U L T A SERPRO

22/04/94 INFORMACOES SOBRE OS VALORES DA INSCRICAO
PARAMETRO-265201000288
DEVEDOR PRINCIPAL-PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CGC/CPF-10803336/0002-27 INSC-40 6 91 000085-33 PROC-26520 100002/88-42

VALOR DA UFIR EM 22/04/94 = 669,9200

PRINCIPAL - CR$	37.177.210,40	UFIR 55.495,40
MULTA - CR$	7.435.442,08	UFIR 11.099,00
JUROS DE MORA - CR$	148.530.401,70	UFIR 221.713,64
ENCARGO LEGAL - CR$	38.628.605,47	UFIR 57.661,52
VALOR TOTAL - CR$	231.771.659,65	UFIR 345.969,16

(VALORES EXPRESSOS EM CRUZEIROS REAIS)

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 37

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 26 de abril de 94

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 9200022740

Expeça-se o mandado de reavaliaçao das linhas telefonicas penhoradas.

Recife 27 de abril de 94

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

Certidão

Certifico que, Em cumprimento ao despacho acima expedi o Reavaliação nº 1872/94

Recife, 06 de Maio de 1994


EM BRANCO

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 38

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE REAVALIAÇÃO Nº 1872/94

EXECUÇÃO FISCAL Nº 92. 2274-0

EXEQUENTE- FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO- PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A

O DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de pernambuco, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda a REAVALIAÇÃO das linhas telefonicas penhoradas no processo em epígrafe, cuja cópia do auto de penhora segue anexo.
DADO E PASSADO, pela Secretaria da 4ª Vara, em 03 de maio de 1994, situada na Av. Cruz Cabugá s/n, Stº Amaro, Recife.Eu, (Elenice Torres Aguiar Gomes, digitei e subscrevo.

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal da 4ª Vara/PE

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes autos
MRcAv. nº 1872/94
que se segue.
Recife, 09 de Junho de 1994
Eu, EBraz
assino.

6866

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 39

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE REAVALIAÇÃO Nº 1872/94

EXECUÇÃO FISCAL Nº 92.2274-0

EXEQUENTE- FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO- PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A

O DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de pernambuco, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda a REAVALIAÇÃO das linhas telefonicas penhoradas no processo em epígrafe, cuja cópia do auto de penhora segue anexo.
DADO E PASSADO, pela Secretaria da 4ª Vara, em 03 de maio de 1994, situada na Av. Cruz Cabugá s/n, Stº Amaro, Recife.Eu, (Elenice Torres Aguiar Gomes, digitei e subscrevo.

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal da 4ª Vara/PE

C E R T I D Ã O

CERTIFICO e dou fé que nesta data, prodeci a Reavaliação dos bens penhorados nos autos da Execução Fiscal nº 92.2274-0, movida pela Fazenda Nacional contra Pessoa de Melo Indústria e Comércio S/A, conforme Laudo de Avaliação em anexo. Recife, 25 de maio de 1994.

Og de Albuquerque

Og Batista de Albuquerque
Oficial de Justiça Avaliador

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 40

PODER JUDICIÁRIO.
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE REAVALIAÇÃO Nº 1872/94

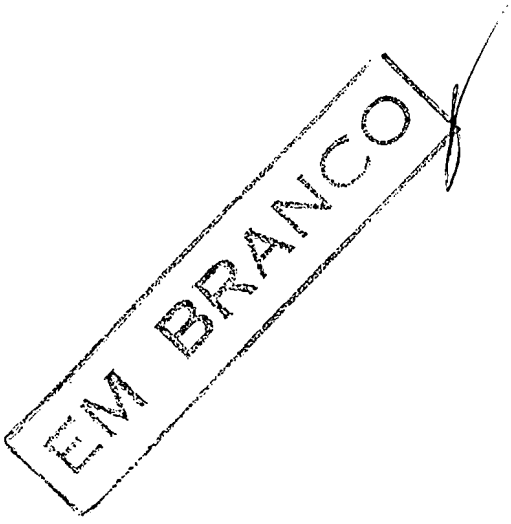
EXECUÇÃO FISCAL Nº 92. 2274-0

EXEQUENTE- FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO- PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A

O DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de pernambuco, na forma da lei, etc.

MANDA a qualquer Oficial de Justiça Avaliador, a quem este for apresentado, que, em seu cumprimento, proceda a REAVALIAÇÃO das linhas telefonicas penhoradas no processo em epígrafe, cuja cópia do auto de penhora segue anexo.
DADO E PASSADO, pela Secretaria da 4ª Vara, em 03 de maio de 1994, situada na Av. Cruz Cabugá s/n, Stº Amaro, Recife.Eu, (Elenice Torres Aguiar Gomes, digitei e subscrevo.

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal da 4ª Vara/PE


EM BRANCO

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO/2ªVARA

AUTO DE PENHORA , AVALIAÇÃO E DEPÓSITO

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 41

EXECUÇÃO FISCAL Nº:
EXEQUENTE:
EXECUTADO:
MANDADO Nº:

Ao(s) 25 dia(s) do mês de **janeiro** de 1.994 , na **Rua do Brum, 137, bairro do Recife**

para onde me dirigi, eu, **OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR** , abaixo assinado, depois de cumpridas as formalidades legais, em cumprimento do respeitável mandado supra, **PROCEDI A PENHORA E AVALIAÇÃO** , para garantia da execução acima especificada, sob os seguintes bens: **linhas telefonicas nºs. 224-8516, 224-0125, 224-8217, 224-8305, 224-7140 , 325-2821, 224-8714 e 224-8650, com as respectivas ocoes, se houver, sendo cada linha telefonia por mim avaliada em Cr$. 1.200.000,00(hum milhão e duzentos mil cruzeiros reais),totalizando Cr$ 9.600.000,00(nove milhões e seiscentos mil cruzeiros reais).x.x.x.x.x.**

Em seguida, procedi o **DEPÓSITO** dos bens penhorados em mãos e poder do Sr. AUGUSTO ARRUDA - OAB-PE 10.224

depositário ---------- , com endereço à Rua Senador Nabuco

o qual se obriga, sob as penas da lei, a não abrir mão dos referidos bens, até ulterior deliberação deste Juízo.Para constar, lavrei o presente autos de **PENHORA E AVALIAÇÃO** ,que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado, por mim OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR e pelo Sr. Depositário.

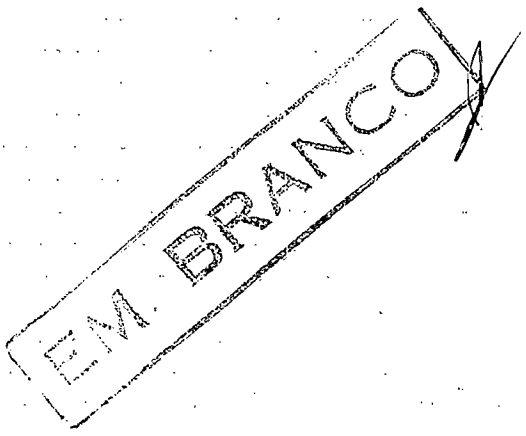
Depositário:----------

Oficial de Justiça----------

CERTIFICO que intimei o executado da presente penhora para, no prazo de lei oferecer embargos ou defesa que tiver que opor à penhora procedida, ficando este de tudo ciente.DOU FÉ.

Recife, 25 de **janeiro** de 199

Oficial de Justiça Avaliador


EM BRANCO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

1879/94

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 42 Ezam

EXECUÇÃO FISCAL Nº 92.2274-0
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

LAUDO DE REAVALIAÇÃO

Trata o presente de reavaliar bens penhorados do Executado supramencionado, caracterizados como oito (08) linhas telefônicas comerciais de nºs. 224-8516,2248125, 2248217, 2248305, 2247140, 2248714 ,2248650 e 3252821.

REAVALIAÇÃO

Para reavaliar ditas linhas telefônicas , procedi pesquisa de mercado, chegando à conclusão de que cada linha vale atualmente Cr$ 4.000.000,00(quatro milhões de cruzeiros reais), totalizando Cr$ 32.000.000,00(trinta e dois milhões de cruzeiros reais).

Recife, 25 de maio de 1994

Og Batista de Albuquerque

EM BRANCO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 43

EXECUÇÃO FISCAL Nº 92.2274-0
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

LAUDO DE REAVALIAÇÃO

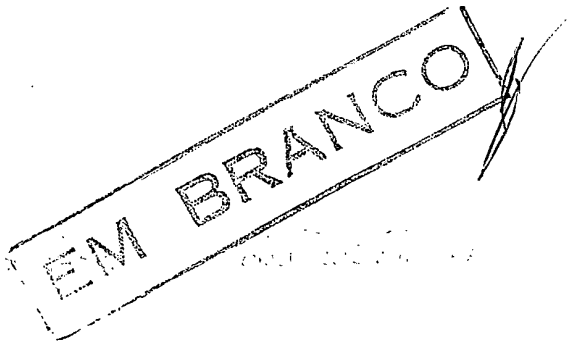
Trata o presente de reavaliar bens penhorados do Executado supramencionado, caracterizados como oito (08) linhas telefônicas comerciais de nºs. 224-8516,2248125, 2248217, 2248305, 2247140, 2248714,2248650 e 3252821.

REAVALIAÇÃO

Para reavaliar ditas linhas telefônicas , procedi pesquisa de mercado, chegando à conclusão de que cada linha vale atualmente Cr$ 4.000.000,00(quatro milhões de cruzeiros reais), totalizando Cr$ 32.000.000,00(trinta e dois milhões de cruzeiros reais).

Recife, 25 de maio de 1994

Og Batista de Albuquerque


EM BRANCO

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

Justiça Federal 144 2ª Região

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 09 de junho de 94

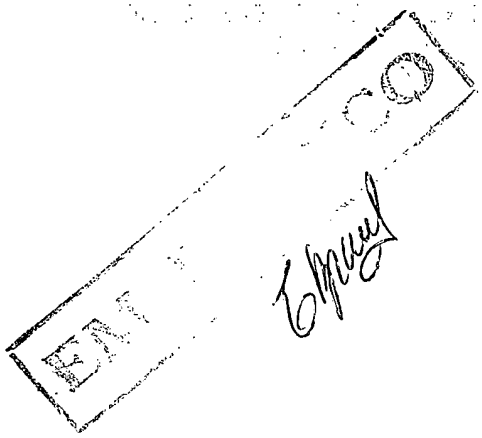
ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 9200022740

Intime-se a Exequente a dizer, em dez dias, sobre a reavaliaçao feita das linhas telefonicas penhoradas.

Recife 09 de junho de 94

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal



JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 45

JUSTICA FEDERAL DE PERNAMBUCO — PAG 1
MV/FR - FORMULARIO DE REMESSA 4a VARA FEDERAL — 15/06/94

Proc.: 92.0002274-0 Classe : 3000 - EXECUCAO FISCAL

Autor: FAZENDA NACIONAL

Proc.: PROC. JOAQUIM LUSTOSA FILHO

Reu : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Adv. : ADV. ALFREDO MARIANO DE BRITO E ADV. ALOISIO ARRUDA FILHO

Remetido ao AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) Para MANIFESTACAO

Recebi em 15/06/94 Ass.: _____

Nome : _____ Telefone: _____

MM. Juiz,

Nada a opor à reavaliação.

Requeiro o leilão dos bens penhorados, indicando como leiloeiro o Sr. Itacy de França Santos, com endereço à Rua do Hospício, 284, conj. 304, Recife.

Em 22/06/94
Joaquim Lustosa Filho
Procurador da Fazenda Nacional
Mat. 0.015.181-2

JUSTIÇA FEDERAL - PE
fls. 46

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 06 de julho de 94

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de secretaria

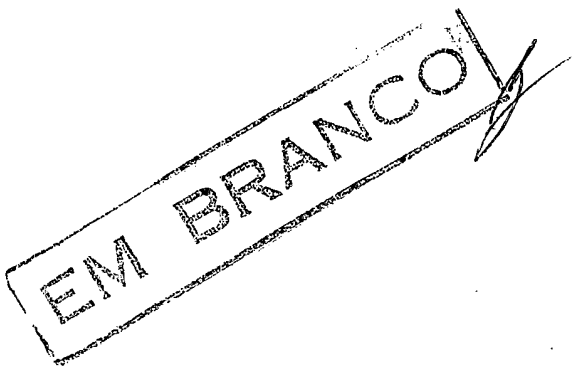
Processo No. 9200022740

Ao leilao.

Recife 07 de julho de 94

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

Fin fue'


EM BRANCO

92.0002274-0 EX. FISCAL ULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 25/02/92
LOCALIZACAO EM 14/03/94 - 44

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 476

CONSULTA REALIZADA EM : 09/08/94 AS 10:23
EXEQTE. : FAZENDA NACIONAL
ADV. : PROC JOAQUIM LUSTOSA FILHO
EXECDO. : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. : PE003886 - ALFREDO MARIANO DE BRITO E OUTRO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

Para informacao da secretaria em 26/07/94

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

" INFORMO a V. Exa. que designei o dia 05 de setembro de 1994 pelas 14:30 horas para a realização do Leilão e o dia 19 do mesmo mês caso não haja licitantes na 1a. data marcada.
"

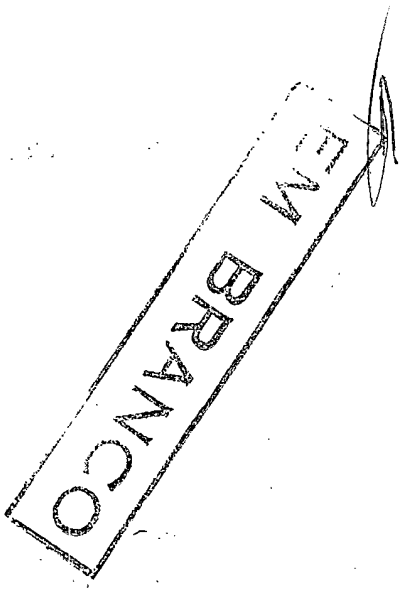
Registro terminal em 25/07/94

"Tecle <RET> p/ continuar"

Certidão

Certifico que, junto aos autos, expedi o Edital de Leilão nº 15/94, 3ª Hasta Pública, que foi afixado no local de costume, e os M.I nºs 3491, 3492 e 3493/94. Certifico mais dou fé.

Recife, 08 de 08 de 1994


EM BRANCO

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 44

PODER JUDICIÁRIO.
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 3491/94

INTIMAÇÃO DO : Leiloeiro ITACY DE FRANÇA SANTOS, com endereço à Rua do Hospício , 284, Conj. 904, Boa Vista , Recife/PE.

FINALIDADE : para proceder com as formalidades legais ao Leilão dos bens penhorados nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 92.0002274-0 promovida pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., descritos no EDITAL, cuja cópia segue anexa, que será publicado em resumo uma só vez, gratuitamente, como expediente judiciário, no órgão oficial , de conofrmidade com o art. 22 da Lei 6830/80.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

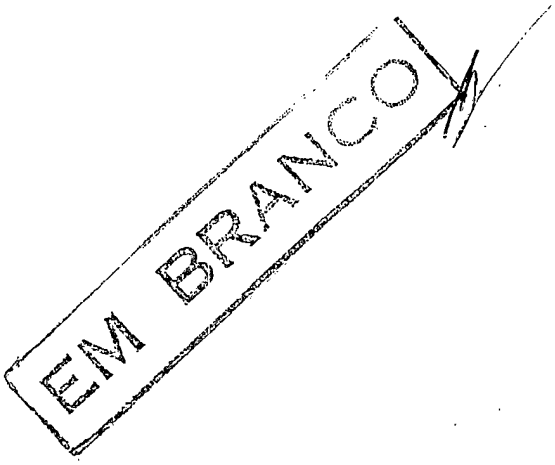
Recife, 08 de agosto de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em / /

_____

OBS.: isenção de custas


EM BRANCO

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 49

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 3492/94

INTIMAÇÃO DA : FAZENDA NACIONAL , através de seu procurador nesta Capital.

FINALIDADE : para tomar ciência da realização do Leilão no dia 05 de setembro de 1994, pelas 14:30 horas, pelo Sr.Leiloeiro ITACY DE FRANÇA SANTOS, na Rua do Hospício nº 284, Conj.304, Boa Vista , Recife/PE, e no dia 19 de setembro de 1994, às 14:30 horas, caso não haja licitantes na 1ª data marcada,nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 92.0002274-0 promovida pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em / /

_____

OBS.: isenção de custas


EM BRANCO

JUSTIÇA FEDERAL - PE
fls.

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 3493/94

INTIMAÇÃO DE : PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., através de seu representante legal, com endereço à Rua do Brum, 137 , Bairro do Recife, nesta Capital.

FINALIDADE : para tomar ciência da realização do Leilão no dia 05 de setembro de 1994, pelas 14:30 horas, pelo Sr.Leiloeiro ITACY DE FRANÇA SANTOS, na Rua do Hospício nº 284, Conj.304, Boa Vista , Recife/PE, e no dia 19 de setembro de 1994, às 14:30 horas, caso não haja licitantes na 1ª data marcada, nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 92.0002274-0 promovida pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 9º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em / /

_____


EM BRANCO

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 51

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

EDITAL DE LEILÃO. Nº 15/94

O Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, Juiz Federal da 4ª Vara/PE, torna público que será realizado o seguinte leilão referente à Execução Fiscal nº 92.0002274-0, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDUÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

OBJETO DO LEILÃO : Oito (00) linhas telefônicas de números : 224-8516 , 224-8125 , 224-8217 , 224-8305, 224-7140 , 325-2921 , 224-8714 e 224-8650 , avaliadas , cada uma , em 25.05.94 em CR$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de cruzeiros reais).

DATA, LOCAL E HORÁRIO : dia 05 de setembro de 1994, pelas 14:30 horas , à Rua do Hospício , 284, Conj 304 , Boa Vista , Recife/PE.

COMUNICAÇÃO : Se os bens não alcançarem lanços iguais ou superiores à avaliação, serão arrematados por quem oferecer quantia não inferior a 70% (setenta por cento) dessa avaliação em 2º leilão a ser realizado no dia 19 de setembro de 1994 às 14:30 horas, no mesmo local (CPC, art. 692, 2ª parte).

SéDE DO JUÍZO : Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara Federal, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palacio Frei Caneca), 3º andar, em Recife/Pernambuco.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Juiz Federal da 4a. Vara da
Seção Judiciária de Pernambuco.

RECEBI O ORIGINAL
Em 18/08/94
Maria Cabral da Silva

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos M.I Nº 3491/94, Nº 3492/94 E Nº 3493/94

que se segue.

Rio, 19 de AGOSTO de 1994

Eu,

assino.

JUSTIÇA FEDERAL - PE
S. 52

1552

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 3h91/94

INTIMAÇÃO DO : Leiloeiro ITACY DE FRANÇA SANTOS, com endereço à Rua do Hospício , 284, Conj. 304, Boa Vista , Recife/PE.

FINALIDADE : para proceder com as formalidades legais ao Leilão dos bens penhorados nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 92.0002274-0 promovida pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., descritos no EDITAL, cuja cópia segue anexa, que será publicado em resumo uma só vez, gratuitamente, como expediente judiciário, no órgão oficial , de conofrmidade com o art. 22 da Lei 6830/00.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em / /

Itacy de França Santos
Leiloeiro Público Oficial
G. 11.08.1994

OBS.: isenção de custas

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, procedi à intimação de Itacy de França Santos, no endereço indicado no anverso, o qual ficou bem ciente de todo o conteúdo deste Mandado, apondo sua nota de ciente, e aceitou a contrafé que lhe ofereci.///

Recife, 17-08-94

Aurélio Antonio Santos de Lima
Oficial de Justiça-Avaliador
Justiça Federal

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 53

16.09.94

DARIO DE OLIVEIRA PINHEIRO
Procurador - Chefe

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 3492/94

INTIMAÇÃO DA : FAZENDA NACIONAL , através de seu procurador nesta Capital.

FINALIDADE : para tomar ciência da realização do Leilão no dia 05 de setembro de 1994, pelas 14:30 horas, pelo Sr.Leiloeiro ITACY DE FRANÇA SANTOS, na Rua do Hospício nº 284, Conj.304, Boa Vista , Recife/PE, e no dia 19 de setembro de 1994, às 14:30 horas, caso não haja licitantes na 1ª data marcada,nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 92.0002274-0 promovida pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em / /

_____

OBS.: isenção de custas

CERTIDÃO

Certifico que, a FAZENDA NACIONAL ficou INTIMADA, na pessoa de seu representante legal. Dou fé. Recife, 16.8.94

Flora Alencar Arrazipe
Of. de Justiça

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 54

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 3493/94

INTIMAÇÃO DE : PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., através de seu representante legal, com endereço à Rua do Brum, 137 , Bairro do Recife, nesta Capital.

FINALIDADE : para tomar ciência da realização do Leilão no dia 05 de setembro de 1994, pelas 14:30 horas, pelo Sr. Leiloeiro ITACY DE FRANÇA SANTOS, na Rua do Hospício nº 284, Conj.304, Boa Vista , Recife/PE, e no dia 19 de setembro de 1994, às 14:30 horas, caso não haja licitantes na 1ª data marcada, nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 92.0002274-0 promovida pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em 17/08/94

Certidão

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao presente mandado, neste data dirigi-me à rua do Brum, nº 137, nesta cidade, onde intimei Pessoa de Queiroz Industria e Comércio S.A. na pessoa de seu representante legal, dr. Glorisio Carvalho Filho, que exarou o seu ciente e recebeu a contrafé. Recife, 17 de agosto de 1994.

Rui Cândido Lima
Of. de Justiça - Avaliador
Justiça Federal

4.ª VARA FEDERAL - PE
TOMBO N.º 92.0002740

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 55

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

EDITAL DE LEILÃO Nº 15/94

O Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, Juiz Federal da 4ª Vara/PE, torna público que será realizado o seguinte leilão referente à Execução Fiscal nº 92.0002274-0, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDUÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

OBJETO DO LEILÃO : Oito (08) linhas telefônicas de números : 224-8516 , 224-8125 , 224-8217 , 224-8365, 224-7140 , 325-2821 , 224-8714 e 224-8650 , avaliadas , cada uma , em 25.05.94 em CR$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de cruzeiros reais).

DATA, LOCAL E HORÁRIO : dia 05 de setembro de 1994, pelas 14:30 horas , à Rua do Hospício , 284, Conj 304 , Boa Vista , Recife/PE.

COMUNICAÇÃO : Se os bens não alcançarem lanços iguais ou superiores à avaliação, serão arrematados por quem oferecer quantia não inferior a 70% (setenta por cento) dessa avaliação em 2º leilão a ser realizado no dia 19 de setembro de 1994 às 14:30 horas, no mesmo local (CPC, art. 692, 2ª parte).

SÉDE DO JUÍZO : Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara Federal, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palacio Frei Caneca), 3º andar, em Recife/Pernambuco.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Juiz Federal da 4a. Vara da
Seção Judiciária de Pernambuco.

CERTIDÃO

Certifico que o Edital de Leilão nº 15/94
foi publicado no Diário Oficial do Estado de
26/08/94, página n.º 60.
Dou fé.
Recife, 29 de 08 de 94

Juntada

Aos 21 de setembro de 1994, faço juntada a estes autos, das petições fls. 30700 e 31102 que se segue. Do que para constar, lavrei este têrmo

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA
URBANO VITALINO DE MELO
Av. Visconde de Suassuna, 639, Boa Vista
Recife - Pernambuco
PABX 421.4455 - FAX 421.5153

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 4a. Vara da Seção Judiciária de Pernambuco:

Nos autos. Conclusos.
Recife, 20 / 09 / 94
Antonio Bruno de Azevedo Moreira
Juiz Federal

PESSOA DE MELLO - INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, já qualificada nos autos da Execução Fiscal nº 92.0002274-0, proposta pela FAZENDA NACIONAL, vem por intermédio de seus advogados subassinados, expor e requerer a V.Exa. o seguinte:

Por determinação de V.Exa., no dia de ontem, 19 de setembro, às 14:30 horas, deveria ter sido realizado o leilão constante deste processo, tudo [illegible], sob a orientação do Leiloeiro Itacy de França Santos (doc.01). No entanto, o leiloeiro não compareceu, sabendo-se, posteriormente, que se encontrava viajando.

Agora, pretende realizar novo leilão na data de hoje (dia 20) ou amanhã (dia 21), fugindo da determinação estabelecida no edital, tudo ao seu talante e, evidentemente, contra legem.

Justiça Federal
57
Pernambuco

Desta forma, espera o requerente que V.Exa torne sem qualque validade o leilão que se pretende realizar sorodiamente, tudo como ato de direito e de JUSTIÇA.

Nestes termos

P. deferimento.

Recife, 20 de setembro de 1994.

URBANO VITALINO DE MELO FILHO
OAB/PE 2383

ALOÍSIO ARRUDA FILHO
OAB/PE 10.324

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Usina Aliança - Açúcar, Álcool e Cal
FUNDADA EM 1913

Justiça Federal — 2ª Região — 54

P R O C U R A Ç Ã O

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do "Ministério da Fazenda" sob o nº 10.803.336/0001-46, inscrição Estadual nº..... 18.1.002.0003377-1, com sede na Rua do Brum, nº 137, no bairro do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito nomeia e constutui seus bastantes procuradores e advogados o Dr. LUIZ DE SÁ MONTEIRO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB(PE) sob o nº 3062, inscrito no CIC do "Ministério da Fazenda" sob o nº 003.705.334/53; Dr. URBANO VITALINO DE MELO FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB(PE) sob o nº 2383 e SUE VITALINO MENDONÇA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB(PE) sob o nº 9299 a quem conferem poderes para o foro em geral, podendo, inclusive, ditos procuradores agirem em conjunto ou isoladamente.

Recife, 05 de dezembro de 1989.

Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S. A.

Diretores

COSTA LIMA

COSTA LIMA

CARTORIO COSTA LIMA
Bel. Álvaro da Costa Lima - 1º Tabelião
Bel. Josaphat V. de Albuquerque e José Bonifácio Falcão
— Substitutos —
Rua Diário de Pernambuco, [illegible] 11.573.680/0001-59
Reconheço a firma [illegible]
Recife, [illegible] de 19[illegible]
Em testº da verdade.
05 [illegible]

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância
Seção Judiciária de Pernambuco

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 3163/94

INTIMAÇÃO DE : PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, através de seu representante legal, com endereço à Rua do Brum, 697, Bairro do Recife, nesta Capital.

FINALIDADE : para tomar ciência da realização do Leilão no dia 05 de setembro de 1994, pelas 14:30 horas, pelo Sr.Leiloeiro Oficial CARLOS CANECA SANTOS, na Rua do Hospício nº 214, Sala 304, Boa Vista, Recife/PE, e no dia 19 de setembro de 1994, às 14:30 horas, caso não haja licitantes na 1ª data marcada, nos autos da EXECUÇÃO FISCAL nº 92.0002274-0 promovida pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MORENO, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco

Ciente em 17/08/94

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 06/08/2019 12:52:10
Identificador: 4058300.11387981
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080612505810000000011412488

Justiça Federal
60
SEÇÃO

ITACY
LEILOEIRO OFICIAL
RECIFE — PERNAMBUCO
Rua do Hospicio Nº 284 - EDF. CAPITÓLIO
CONJ. 304 - FAX E FONE - 222.3007

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 4º VARA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

JUSTIÇA FEDERAL PE
21 SET 1994 031102
PROTOCOLO GERAL

Nos autos. Conclusos.
Recife, 21 / 09 / 94
Antonio Bruno de Azevedo Moreira
Juiz Federal

Execução Fiscal Nº 92.0002274-0
Exequente - Fazenda Nacional
Contra - Pessoa de Melão Industria E Comércio S.A

Itacy de França Santos - Leiloeiro Público Oficial, com endereço acima estampado, vem apresentar a sua prestação de conta referente ao LEILÃO realizado (2º Leilão) OBJETO DO LEILÃO Oito (08) linhas telefônicas.

Nº 224.8516 - Arrematada pelo SR. Ailton Alves de Souza -C.P.F.037.380.864-04
Valor R$1.455,00 (Hum mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais

Nº 224.8125 - Arrematada pelo SR. João Carlos Resende Rodrigues - C.P.F. 495.855.094-15
Valor R$1.460,00 (Hum mil quatrocentos e sessenta reais

Nº 224.8217 - Arrematada pelo Sr. João Carlos Resende Rod4igues C.P.F """"
Valor R$1.400,00 (Hum mil e quatrocentos Reais

Nº 224.8305 - Arrematada pelo SR. João Carlos Resende Rodrigues - C.P.F """
Valor R$1.425,00 - (Hum mil quatrocentos e vinte e cinco reais

Nº 224.7140 - Arrematada pelo SR. Abenito João Souza Gomes - C.P.F 148.894.474-15
Valor R$1.600,00 (Hum mil e seiscentos reais

Nº 325.2821 - Arrematada pelo SR., Abenito João Saoza Gomes - C.P.F. " "
Valor R$3.100,00 - (Três mil e cem reais

Nº 224.8714 - Arrematante - SR. Joao Carlos Resende Rodrigues -C.P.F. 495.855.094-15
Valor R$ 1.600,00 - (Hum mil e seiscentos reais

Nº 224.8650 - Arrematante - SR. Ailton Alves de Souza - C.P.F. 037.380.864-04
Valor R$1.905,00 - (Hum mil novecentos e cinco reais.

VALOR TOTAL DAS ARREMATAÇÕES R$13.945,00 - (Treze mil novecentos e quarenta e cinco reais)

Recife, 21 de Setembro de 1994

Itacy de França Santos
Leiloeiro Público Oficial.

4.ª VARA FEDERAL - PE
TOMBO N.º 92.2274-0

Justiça Federal
5ª Região

JUSTIÇA FEDERAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Agência	Op.	Conta	D
1029	003	15036	5

GUIA DE DEPÓSITO À ORDEM DA JUSTIÇA FEDERAL

Seção Jud.	Vara	Nº do processo	Classe
PE	4ª	92.2274-0	III

Depositante: ITACY DE FRANÇA SANTOS

Autor: FAZENDA NACIONAL

Réu: PESSOA DE MELLO IND. E COM. S.A.

	CL	D	CR$
Em Dinheiro			R$ 5,00
Em Cheques			R$ 13.940,00
Valor do Depósito			R$ 13.945,00

Autenticação
CEF151029215ET94063 005 4142
CEF151029215ET94063 005 4142

13.945,00RZ134
13.945,00RZ134

Diretor da Secretaria

059SP0294

34 292

EM BRANCO

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 25

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 21 de setembro de 94

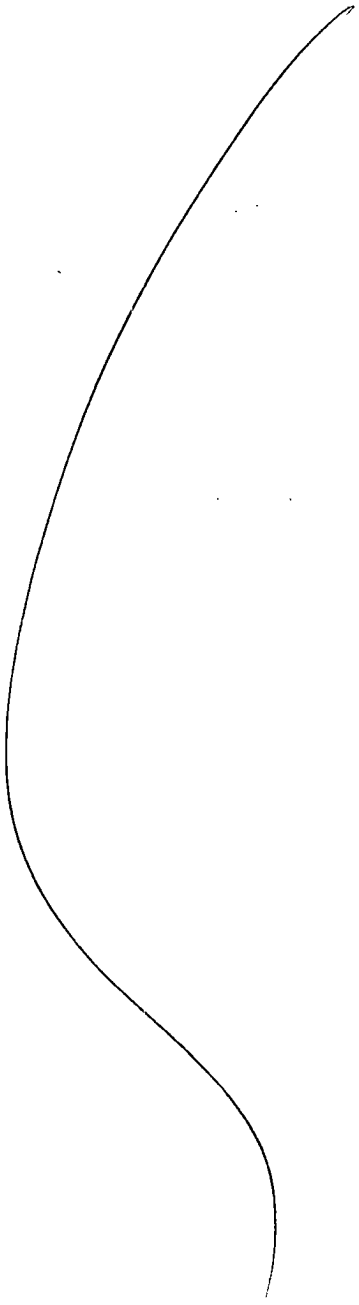
ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 9200022740

Intime-se o Leiloeiro a prestar esclarecimentos face a impugnacao apresentada pelo Executado enviando-se copia do documento de fls.56/57.

Recife 28 de setembro de 94

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal



Certifico que, nesta data, expedi o(s) MI nº 4186/94, contendo 2 folhas.

Recife, 30 de 09 de 94

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls.

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 1186/94

INTIMAÇÃO DE: ITACY DE FRANÇA SANTOS (Leiloeiro), com endereço à Rua do Hospício, 284, Conj. 304, bairro da Boa Vista, nesta Capital.

FINALIDADE : Prestar esclarecimentos , no prazo de 05 (cinco) dias, face a impugnação apresentada pelo Executado nas fls.56/57 dos autos, conforme cópia em anexo, na EXECUÇÃO FISCAL (Proc. nº 92.2274-0), promovido pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, Recife, Pernambuco.

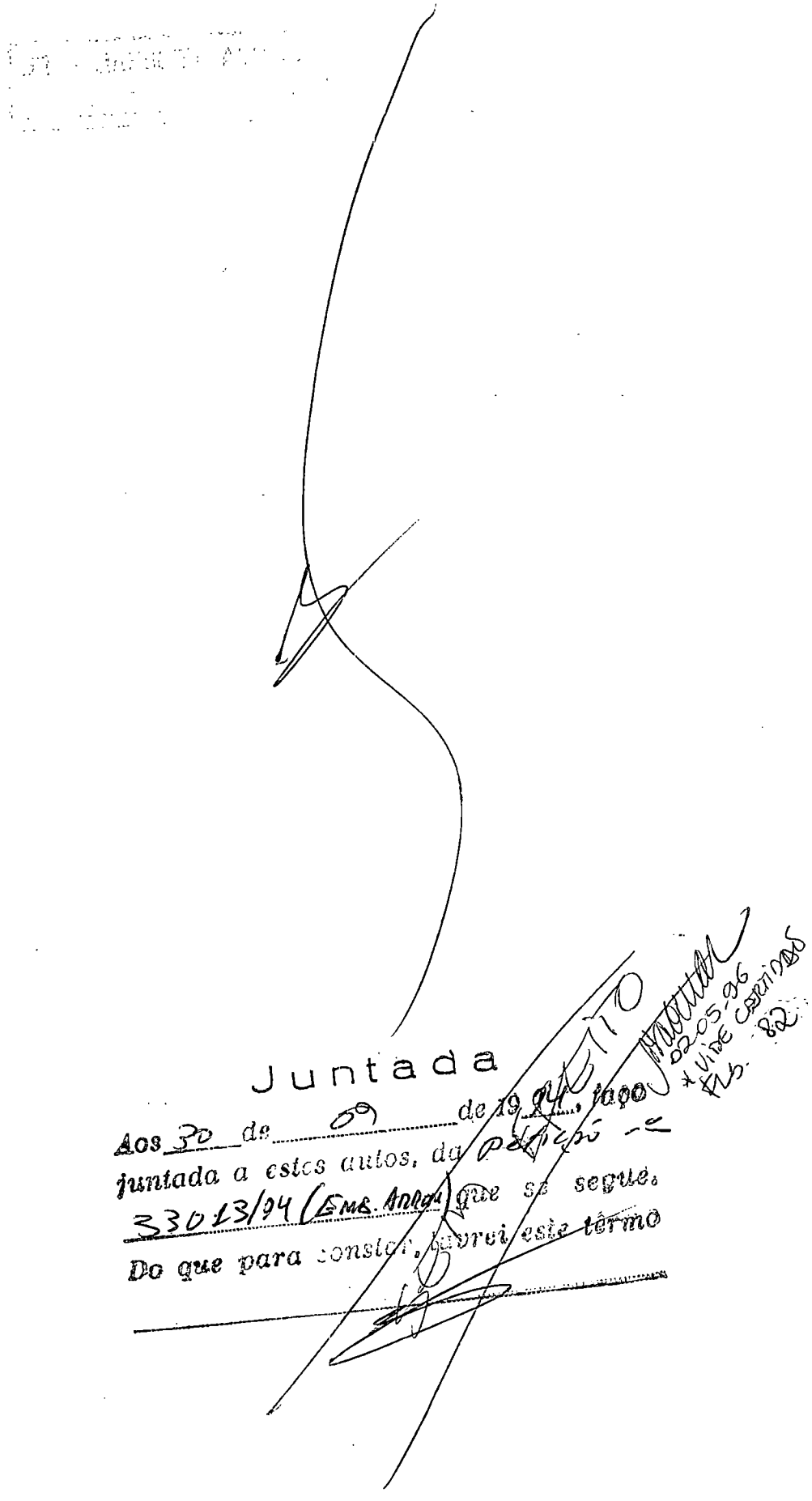
Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 30 de setembro de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em / /

_____



Juntada

Aos 30 de 09 de 19 94, faço juntada a estes autos, da petição - e 3301 3/94 (Cms. Anexo) que se segue. Do que para constar, lavrei este termo

05-05-96 * Vide certidão fls. 82

4.ª VARA FEDERAL - PE
TOMBO N.º 92.2274-0

Justiça Federal
1ª Região

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 64

EM BRANCO

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos
M.I. Nº 4186/94 e Petição nº 38773/94
que se segue.
~~Recife~~ 28 de OUTUBRO de 1994
Eu, AUGUSTO CARDOSO
assino.

1567-2

Justiça Federal 5ª Região

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 65

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 1186/94

INTIMAÇÃO DE: ITACY DE FRANÇA SANTOS (Leiloeiro), com endereço à Rua do Hospício, 284, Conj. 304, bairro da Boa Vista, nesta Capital.

FINALIDADE : Prestar esclarecimentos , no prazo de 05 (cinco) dias, face a impugnação apresentada pelo Executado nas fls.56/57 dos autos, conforme cópia em anexo, na EXECUÇÃO FISCAL (Proc. nº 92.2274-0), promovido pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 30 de setembro de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em / /

ITACY DE FRANÇA SANTOS
LEILOEIRO

Recebi 18/10/94.

CERTIDÃO

Certifico que intimei o preposto do Leiloeiro, Ítalo Santos de todo o conteúdo do presente, após a leitura exarou a nota de ciente. Dou fé. Fortaleza, 19.10.94. Eu, Maria Oficial de Justiça. / / / / / /

1594

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 66

Justiça Federal — 5ª Região

ITACY

LEILOEIRO OFICIAL

RECIFE — PERNAMBUCO
Rua do Hospicio nº 284 - CONj. 304
Edificio Capitólio - FAX - 081.222.3007
FONE - 222.3007.

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 4º VARA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

JUSTIÇA FEDERAL - PE
27 OUT 15 08 96 038773
PROTOCOLO GERAL

Nos autos. Conclusos.
Recife, 28 / 10 / 94
Antonio Bruno de Azevedo Moreira
Juiz Federal

Itacy de França Santos - Leiloeiro Público Oficial, com endereço acima estampado, Presta esclarecimentos da realização do Leilão Execução Fiscal Nº 92.2274-0 , Promovida pela FAZENDA NACIONAL - Contra - PESSOA / DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A.

1º LEILÃO - DIA 05.09.1994 , HORARIO 14:30 HORAS

Embora estivesse presente licitantes para o referido Leilão, não / fizeram seus lanços, em virtude do advogado de réu, ter tido aos presentes que iria invalidar o Leilão, pois os bens que seriam apregoados tinhan todos mais de três penhoras cada.

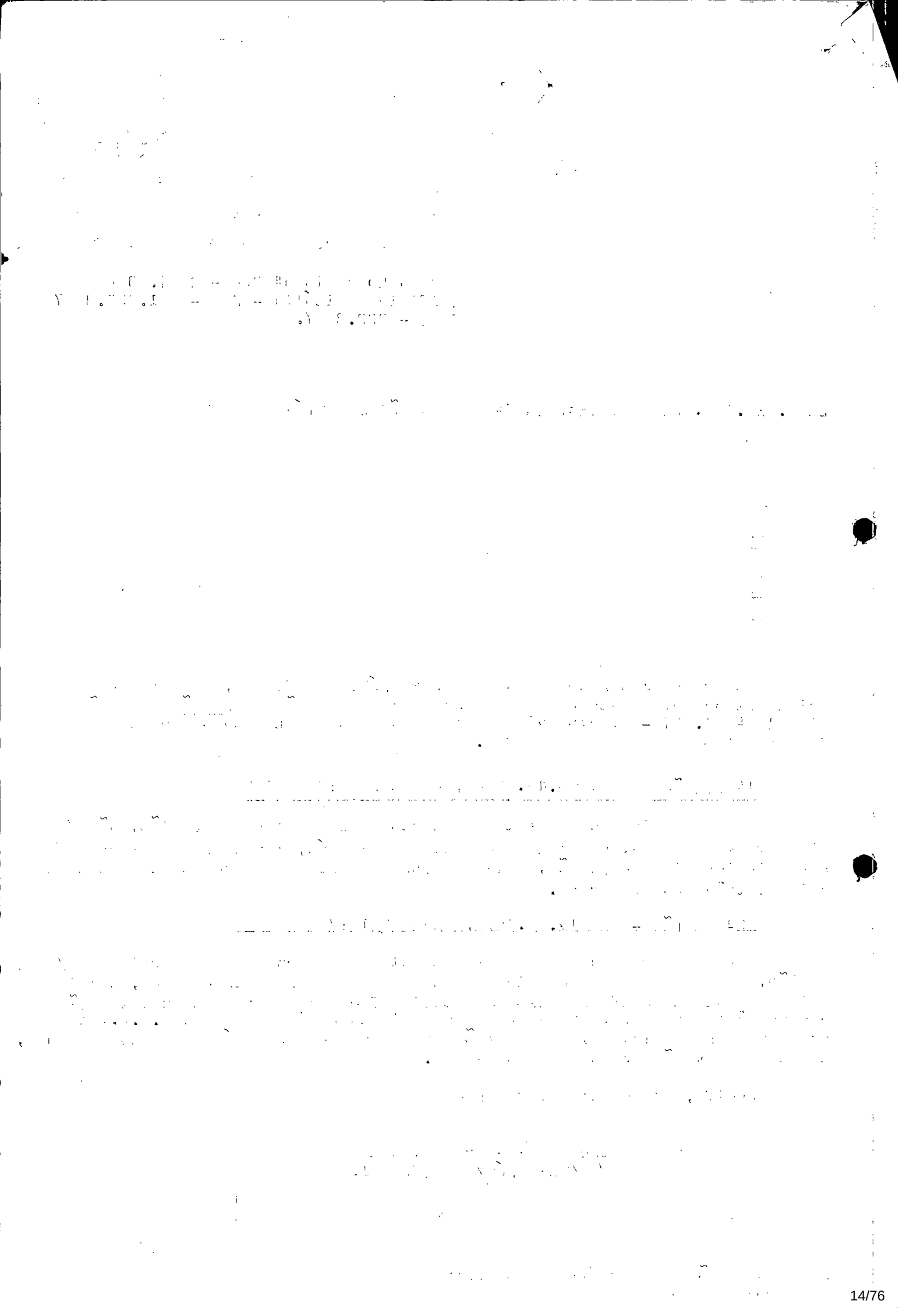
2º LEILÃO - DIA 19.09.1994, HORARIO 14:30 HORAS

Em virtude de problemas no automovel que me conduzia ao local do // Leilão, e prevendo que chegaria com atrazo ao horario estabelecido, tomei a iniciativa de telefonar para escritorio afim que fosse feita uma relação das pessôas presentes, com as devidas assinaturas e numeros do C.P.F., pois so as mesmas participariam do Leilão no mesmo local e horário no dia seguinte, tendo a aprovação de todos os presente.

Recife, 27 de Outubro de 1994

~~Itacy de França Santos~~
Itacy de França Santos
Leiloeiro Público Oficial.

(Anexo relação das pessôas presentes)



Justiça Federal
Fls. 64

ITACY
LEILOEIRO OFICIAL
RECIFE — PERNAMBUCO
RUA DO HOSPICIO, Nº 284, CONJUNTO 304
EDIFICIO CAPITÓLIO - FONE - 222.3007-

EXECUÇÃO FISCAL - Nº 92.0002274-0

FAZENDA NACIONAL - CONTRA PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A

Relação das Pessoas presentes do dia - 19.09.1994 às 14:30 horas

Nome	C.P.F. ou C.G.C.
[illegible]	148.894.474-15
[illegible]	037.280.864-04
[illegible]	495.855.099-15

OBS - O LEILÃO SERÁ REALIZADO ÁS 14:30 HORAS - DO DIA -20.09.1994 NO MESMO LOCAL.

Itacy de França Santos
Leiloeiro Público Oficial

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls.

92.0002274-0 EX. FISCAL ULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 25/02/92
LOCALIZACAO EM 14/03/94 - 44

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 683

CONSULTA REALIZADA EM : 14/11/94 AS 17:28
EXEQTE. : FAZENDA NACIONAL
ADV. : PROC JOAQUIM LUSTOSA FILHO
EXECDO. : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. : PE003886 - ALFREDO MARIANO DE BRITO E OUTRO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

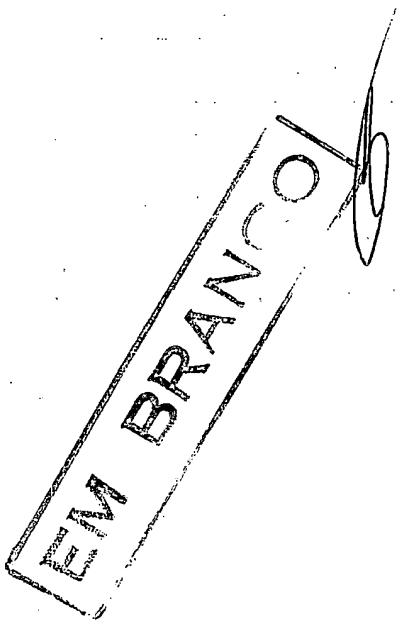
Para informacao da secretaria em 14/11/94

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

" INFORMO a V. Exa. que, o Leiloeiro se manifestou às fls.74, sobre o r. despacho de fls.62.

Outrossim, informo que a parte Executada ofereceu Embargos à arrematação às fls.64/71. Recife, 28.10.94.
"

"Tecle <RET> p/ continuar"


EM BRANCO

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls.

Proc.: 92.0002274-0 Classe : 3000 - EXECUCAO FISCAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 69

Autor: FAZENDA NACIONAL

Proc.: PROC. JOAQUIM LUSTOSA FILHO

Reu : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Adv. : ADV. ALFREDO MARIANO DE BRITO E ADV. ALOISIO ARRUDA FILHO

Remetido ao AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) Para MANIFESTACAO

Recebi em 02/02/95 Ass.:_____

Nome : _____ Telefone: _____

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos Ofício nº 204/95, Petição nº 5992/95, Petição nº 6708/95 e Petição nº 7125/95.

que se segue.

Recife, 21 de 02 de 19 95

Eu, _____

assino. _____

JUSTIÇA FEDERAL PE
Fls. 82

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

JUSTIÇA FEDERAL PE
Fls. 10

Ofício nº 204/95

Recife, 04 de dezembro de 1994

Senhor Leiloeiro

Por ordem da MM Juíza Federal Substituta Auxiliar desta 4ª Vara, solicito a V. Sª que, no menor espaço de tempo possível, informe a este Juízo os endereços dos arrematantes, AILTON ALVES DE SOUZA, CPF 037.380.864-4, JOÃO CARLOS RESENDE RODRIGUES, CPF 495.855.094-15 e ABENITO JOÃO SOUZA GOMES, CPF 148.694.474-15, para instrução da Execução Fiscal nº 92.2274-0, que a FAZENDA NACIONAL move contra PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Aproveito a oportunidade para renovar nossos protestos de consideração e apreço

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara/PE

Itacy de França Santos
Leiloeiro Público Oficial
06.02.1995

Ilmo. Sr.
Leiloeiro Público Oficial
ITACY DE FRANÇA SANTOS
Rua do Hospício nº 284, Edf. Capitólio, Conj. 304
N E S T A.

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, fiz entrega do original do presente Ofício ao seu destinatário.///

Recife, 06-07-95

Aurélio Antonio Santos de Lima
Oficial de Justiça Avaliador

JUSTIÇA FED. PE
Fls. 91

JUSTIÇA FED. PE
Fls. 82

951914

ITACY

LEILOEIRO OFICIAL

RECIFE – PERNAMBUCO
Rua do Hospício nº 284 - Edf. Capitólio
Conj. 304 - Fone FAX - 081.222.3007

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Execução Fiscal Nº 92.227 4-0
Exequente - FAZENDA NACIONAL
Contra - PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO S.A

N. A.

EM, 07/02/95

Nilcea Maria Barbosa Maggi
Juíza Federal Substituta
4.ª Vara

PROTOCOLO GERAL
SIEN 1318 56 005992

Itacy de França Santos - Leiloeiro Público Oficial, com endereço acima, vem INFORMA a este Juizo os endereços dos arrematantes.

AILTON ALVES DE SOUZA - Rua 01, Quadra 03, Bloco 10 - APTº 107 Muribeca - Jaboatão dos Guararapes /PE

JOÃO CARLOS RESENDE RODRIGUES - Rua Marques do Herval Nº 167 // Sala , 1009 - Santo Antonio - Recife /PE.

ABENITO JOÃO SOUZA GOMES - Rua Dr. Eurico Chaves Nº 551 - Casa Amarela - Recife /PE

OBS) Recebi o OFICIO Nº 204/95 - com data de 09.12. de 1994, no dia 06.02. de 1995, as 10: horas.

Recife, 06 de Fevereiro de 1995

Itacy de França Santos
Leiloeiro Público Oficial

Itacy de França Santos
Leiloeiro Público Oficial.

Rua do Hospício nº 284 - Edº. Capitólio
Conj. 304 - Fone FAX - 081.222.3007

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Execução Fiscal Nº 92.227.4-0
Exequente - FAZENDA NACIONAL
Contra - PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO S.A

Itacy de França Santos - Leiloeiro Público Oficial, com endereço acima , vem INFORMA a este Juizo os endereços dos arrematantes.

AILTON ALVES DE SOUZA - Rua 01, Quadra 03, Bloco 10 - APTº 107
Muribeca - Jaboatão dos Guararapes \PE

JOÃO CARLOS RESENDE RODRIGUES - Rua Marques do Herval Nº 167 \\
Sala , 1009 - Santo Antonio - Recife \PE.

ABENITO JOÃO SOUZA GOMES - Rua Dr. Eurico Chaves Nº 551 - Casa Amarela - Recife \PE

OBS) Recebi o EDITAL Nº 204/95 - com data de 09.12. de 1994, no dia 06.02. de 1995, as 10: horas.

Recife, 06 de fevereiro de 1995

Itacy de França Santos
Leiloeiro Público Oficial.

952764

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 72

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 84

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco

JUSTIÇA FEDERAL - PE
- 6 DEZ 17 00 6708
PROTOCOLO GERAL

EMBARGOS À ARREMATAÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL Nº 92.2274-0
CDA nº 40.6.91.000085-33
EXEQUENTE: Fazenda Nacional
EXECUTADO: Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A.
IMPUGNAÇÃO Nº 10 /95

N. A.

EM, 10 / 02 / 95

Nilcéa Maria Barbosa Meggi
Juíza Federal Substituta
4.ª Vara

A FAZENDA NACIONAL, através de seu procurador, vem perante V.Exa. impugnar os embargos à arrematação, opostos pela executada em epígrafe nos autos da mencionada execução fiscal, com base nos fundamentos que passa a expor:

Tendo em vista o caráter de ação incidental atribuído aos embargos à arrematação, a Fazenda Nacional requer inicialmente que V.Exa. mande desentranhar as petições de fls. 64 a 71, o despacho de fls. 77, os mandados de fls. 78 e 80 e o ofício de fls. 79, distribuindo-se como embargos à arrematação e autuando-as em apenso à execução fiscal em epígrafe.

Levantada essa questão inicial, a exequente vem fazer um breve histórico da matéria ventilada nestes embargos, a seguir.

Trata-se de embargos à arrematação, em que a executada-embargante pede o desfazimento da arrematação de fls. 60 da execução, sob a alegação de que o leilão teria sido realizado em dia diverso do determinado no edital; que esse edital não teria trazido menção da incidência de ônus reais sobre as linhas telefônicas; e que há nulidade da execução, por falta de intimação da penhora.

Entretanto, os argumentos da executada não prosperam como se demonstrará adiante.

951914
952081
952352

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 93

JUST - PE
Fls. 85

O leiloeiro Itacy de França Santos informou, às fls. 74 da execução, que nos dias designados para o leilão (05/09/94 e 19/09/94) estavam presentes os licitantes. Ocorre que em virtude de problemas no seu automóvel, o diligente leiloeiro fez contato telefônico com seu escritório a fim de que se relacionassem os nomes dos licitantes que lá estavam presentes para o segundo dia de leilão, pois esse não poderia ser realizado naquela ocasião, haja vista a flagrante impossibilidade de o leiloeiro comparecer ao local da arrematação.

Dessa forma, o leilão se deu no dia seguinte (20/09/94) com as mesmas pessoas que compareceram no dia 19 de setembro de 1994, o que nos leva forçosamente a concluir que não houve ofensa a qualquer dispositivo legal. Em outras palavras: não há que se falar em vício de nulidade, pois o leilão ocorreu com as mesmas pessoas que estavam presentes no dia 19/09/94, não havendo, portanto, que falar em desrespeito às formalidades da arrematação elencadas no Código de Processo Civil.

Quanto à pretensão da executada em desfazer a arrematação por não haver menção no edital da existência de ônus reais, a teor do art. 694, parágrafo único, III, do CPC, verifica-se também não lhe assistir razão.

De acordo com o ofício da TELPE às fls. 30/31, vê-se que existem outras penhoras incidentes sobre alguns dos terminais telefônicos arrematados. Ora, o citado dispositivo do CPC fala em ônus reais, tais como hipotecas, usufrutos e anticreses, e não em penhoras, que nada mais é do que gravame judicial.

Por outro lado, mesmo que sobre os bens arrematados incidisse algum ônus real, o que não ocorreu nos presentes autos, caberia tão-somente ao arrematante requerer o desfazimento da arrematação, conforme dispõe o art. 694, parágrafo único, III, do CPC, e não ao executado.

No que diz respeito à nulidade da execução, sob a alegação de que não teria havido regular intimação da penhora ao executado, verifica-se justamente o contrário às fls. 27v., ou seja, houve regular intimação da penhora ao representante legal da executada, haja vista a certidão do Sr. Oficial de Justiça (fls. 27v.).

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 74

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

JUSTIÇA FE
Fls. 86

Assim, conclui-se que nao pode o executado a esta altura alegar que a intimação da penhora não se deu na pessoa do representante legal da empresa, pois o Dr. Aloísio Arruda Filho se declarou como tal perante o Oficial de Justiça. Não pode, portanto, a devedora arguir a nulidade de um ato a que ela própria deu causa, conforme o art. 243 do CPC.

Diante do exposto, conclui-se que não há que falar em nulidade da execução e muito menos em nulidade da arrematação, razão pela qual a embargada requer que V.Exa. julgue improcedentes estes embargos, condenando-se a embargante no pagamento das custas, honorários advocatícios e demais despesas processuais.

Pede deferimento.

Recife, 8 de fevereiro de 1995.

Joaquim Lustosa

JOAQUIM LUSTOSA FILHO
Procurador da Fazenda Nacional

95 2352

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 86

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 87

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 4a. Vara da Seção Judiciária de Pernambuco

JUSTIÇA FEDERAL PE
95 00712 5
SERVIÇO GERAL

Execução Fiscal nº 92.2274-0
CDA nº: 40.6.91.000085-33
Exequente: Fazenda Nacional
Executado: Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A.
Petição nº 211/95

A FAZENDA NACIONAL, por seu procurador, nos autos da execução em epígrafe, vem respeitosamente requerer que V.Exa. oficie aos Juízos Federais a que se refere o ofício da TELPE às fls. 30/31, dando-lhes ciência de que as linhas telefônicas de propriedade da executada foram arrematadas nos presente autos.

Recife, 9 de fevereiro de 1995.

JOAQUIM LUSTOSA FILHO
Procurador da Fazenda Nacional

VISTOS EM INSPEÇAO
PROCESSO EM ORDEM
Recife 13 / 03 / 95

Juiz Federal da 4.ª Vara/PE

Certifico que, nesta data, foram expedidos o(s) M.C. Nºs 1609/95, 1608/95 e 1607/95. Conforme cópias a seguir.

Recife, 27 de março de 95

02.05.96
VIDE CERTIDÃO FLS. 82

JUSTIÇA FEDERAL PE
Fls: 96

JUSTIÇA FEDERAL PE
Fls: 96

92.0002274-0 EX. FISCAL ULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 25/02/92
LOCALIZACAO EM 14/03/94 - 44

CONSULTA REALIZADA EM : 23/05/95 AS 09:47
EXEQTE. : FAZENDA NACIONAL
ADV. : PROC JOAQUIM LUSTOSA FILHO
EXECDO. : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. : PE003886 - ALFREDO MARIANO DE BRITO E OUTRO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

Para informacao da secretaria em 23/05/95

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

CERTIFICO que, a Fazenda Nacional impugnou os embargos à Execução (fls.84/86) e dos arrematantes, apenas ABENITO JOÃO SOUZA GOMES se manifestou (fls.94). Recife, 12/05/95.

"Tecle (RET) p/ continuar"

Espaço em Branco

JUSTIÇA FEDERAL
Fls: 76

Espaço em Branco

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos o TELEX nº 791/95 - PLENO e Ofício CT12000/5441/95 (TELPE) que se segue.

Recife, 15 de janeiro de 1996

Eu, ... assino.

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 94

XPF86967 1307 1703 SCM/PE(R01)
TELEXOGRAMA/RECIFE/PE 1307 1704 001/002

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 477
12987

TELEGRAMA
EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DA 4A. VARA
JUSTICA FEDERAL - SECAO JUD. DE PERNAMBUCO
AV. CRUZ CABUGAH, S/N, SANTO AMARO
50040-000 RECIFE/PE

TELEX NR. 791/95 - PLENO.
T R F - 5A. REGIAO RECIFE, 10/07/95.

COMUNICO VOSSENCIA DECISAO PROFERIA, TRIBUNAL PLENO EM 28.06.95:

MS 45789-PE (94.05.30972-2) - RELATOR: JUIZ JOSEH MARIA LUCENA
IMPTE.: PESSOA DE MELLO IND. COM. S/A
ADV.: LUIZ DE SAH MONTEIRO E OUTRO
IMPDO.: JUIZO FEDERAL DA 4A. VARA - PE
PROCESSO DE ORIGEM NR.: 92000022740

O TRIBUNAL, POR UNANIMIDADE, DECRETOU A EXTINCAO DO PROCESSO PELA

XPF86967 1307 1703 SCM/PE(R01)
TELEXOGRAMA/RECIFE/PE 1307 1704 002/002

TELEGRAMA
EXMO. SR. JUIZ FEDERAL DA 4A. VARA
JUSTICA FEDERAL - SECAO JUD. DE PERNAMBUCO
AV. CRUZ CABUGAH, S/N, SANTO AMARO
50040-000 RECIFE/PE

PERDA DO OBJETO, NOS TEMOS DO VOTO DO RELATOR''.

CDS SDS.
JUIZ LAZARO GUIMARAES
PRESIDENTE DO TRF 5A. REGIAO

T813152 3
ASSINANTE TELEX

TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO S.A. - TELPE

AV. AFONSO OLINDENSE, 1513 - VÁRZEA - 50810-900 - RECIFE - PE - BRASIL - CAIXA POSTAL 255
CPCT (081) 105 - FAX (081) 271-2732 - TELEX 81.1388 - CGC 10.819.803/0001-26 - INSC. EST. 18.1.001.0013484

JUSTIÇA FEDERAL
Fls: 78

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 78

CT.12000/5441/95.

Recife, 26 de dezembro de 1995.

Exmo. Sr.
Dr. Juiz de Direito da
4ª Vara da Justiça Federal
N E S T A

Ref.: Processo nº 92.2274-0.

Servimo-nos da presente para informar a esse MM. Juízo que o terminal telefônico sob o nº 224-8125, cuja penhora foi determinada por V.Exa. através do Mandado de Penhora datado de 26.10.93, extraída dos autos do processo em epígrafe, teve o seu direito de uso arrematado perante o Juizo da 4ª JCJ do Recife, no processo nº 356/94, conforme cópia do Mandado de entrega anexa.

Limitando-nos ao exposto, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Severino Ramos Vieira de Melo
Gerente do Deptº Jurídico

dlf.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 6ª REGIÃO

PROT

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 998

0221-8125

4a. JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE RECIFE/PE

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 79

ARR

MANDADO DE ENTREGA

A Dra. MARIA CLARA SABOYA ALBUQUERQUE BERNARDINO, Juíza Presidente da 4a. Junta de Conciliação e Julgamento de Recife, em virtude da Lei etc...

MANDA ao Sr. Diretor da TELPE , com endereço Av. Afonso Olindense, 1513, Várzea, Recife/PE , FIEL DEPOSITARIO do(s) bem(s) penhorado(s) nos autos do processo número 4a. JCJ - 356/94 , em que JOAO SALVINO DE LIMA move execução contra PESSOA DE MELO IND. E COM. S/A - USINA ALIANÇA , respectivamente, exequente(s) e executado(s), que à vista do presente mandado judicial, em seu cumprimento, sob pena de PRISÃO, faça a entrega ao Sr. Eufrásio Mariano de Souza , arrematante do(s) seguinte(s) bem(s): "O direito de uso da linha telefônica de no. 224-8125 (dois, dois, quatro, oito, um, dois, cinco), mais ações se houver." tendo o(a) executado(a) endereço a Rua do Brum, 137, Recife/PE. O QUE SE CUMPRA NA FORMA DA LEI. Dado e passado na Secretaria da Quarta Junta de Conciliação e Julgamento de Recife, aos 15 dias do mês de dezembro do ano de 1995. Eu, _____, Regina Maria Silva , Auxiliar Judiciário, digitei, e eu, _____, Maria da Conceição Menezes Gomes, Diretora de Secretaria, subscrevi.

JUIZA PRESIDENTE

O arrematante deverá deixar a 1a. via deste Mandado de Entrega com o FIEL DEPOSITARIO e trazer a 2a. via a esta Secretaria, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena do lance ser liberado em favor do(s) exequente(s), assinado o respectivo recibo.

RECIBO DO ARREMATANTE:
Recebi o(s) bem(s) discriminado(s) neste MANDADO DE ENTREGA, nesta data.
Recife, de de 1995.

_____
ARREMATANTE

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - PF
Fls. 108

CONCLUSAO

Nesta data, faço estes autos conclusos
a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a)
DR. JOSE MANUEL ZEFERINO GALVAO DE MELO.
Recife 15 de janeiro de 96

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 80

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 9200022740

Face ao ofício de fls.98/99 da TELPE, vistas a Fazenda Nacional, para em cinco dias, se pronunciar.

Recife 15 de janeiro de 96

DR. JOSE MANUEL ZEFERINO GALVAO DE MELO
Juiz Federal

Espaço em Branco

VISTOS EM INSPEÇÃO
PF ORDEM
Recife 05 / 02 / 96

Juiz Federal da 4ª Vara PE

Certidão

Certifico que, nesta data, desapensei dos presentes autos o AI nº 94.10600-9 para remetê-lo ao TRF 5ª Região, conforme determinado às fls 45 dos mesmo. Dou fé.

Recife, 06 de março de 1996

JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
RV/FR - FORMULARIO DE REMESSA 4a VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 81
PAG 1
06/03/96

Proc.: 92.0002274-0 Classe : 3000 - EXECUCAO FISCAL

Autor: FAZENDA NACIONAL

Proc.: PROC. JOAQUIM LUSTOSA FILHO

Reu : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Adv. : ADV. ALFREDO MARIANO DE BRITO E ADV. ALOISIO ARRUDA FILHO

Remetido ao AUTOR OU EQUIVALENTE (PARTE ATIVA) Para MANIFESTACAO

Recebi em 12/03/96 Ass.: _____

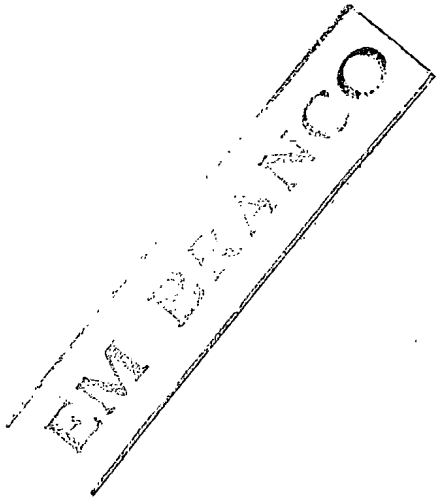
Nome: [redacted] Telefone: _____

MM. Juiz,

A Fazenda Nacional reitera o se
gundo parágrafo da petição de fls. 84
Após o que, pugna por nova vista
a fim de se pronunciar sobre os docu
mentos de fls. 98/99.

Recife, 14/03/96.

Joaquim Lustosa Filho
Procurador da Fazenda Nacional


EM BRANCO

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 1025

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 82

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 23 de abril de 96

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de Secretaria

Processo No. 9200022740

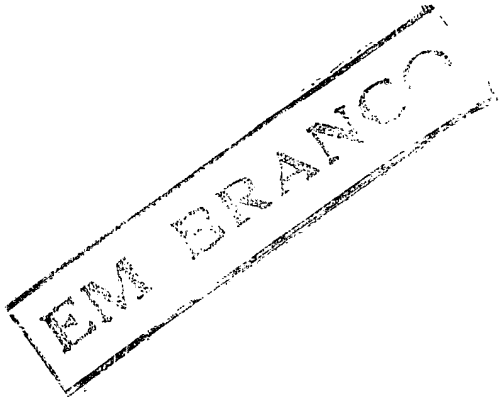
Razao assiste a Fazenda Nacional, devendo ser desentranhadas as pecas indicadas para formacao dos autos de Embargos, a serem distribuidos por dependencia para esta vara. Desentranhada as pecas renumere-se as folhas.

Recife 25 de abril de 96

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

Certidão

Certifico que, nesta data, em cumprimento ao despacho supra, desentranhei as peças indicadas, renumerando as presentes autos, exceto as fls 64 — dou fé.
Recife, 02 de maio de 1996


EM BRANCO

JUSTIÇA FED[illegible] 83

92.0002274-0 EX. FISCAL ULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 25/02/92
LOCALIZACAO EM 14/03/94 - 44

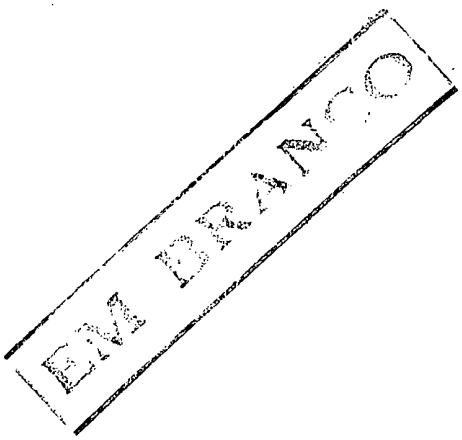
CONSULTA REALIZADA EM : 17/05/96 AS 14:58
EXEQTE. : FAZENDA NACIONAL
ADV. : PROC JOAQUIM LUSTOSA FILHO
EXECDO. : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. : PE003886 - ALFREDO MARIANO DE BRITO E OUTRO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

Para informacao da secretaria em 17/05/96

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

" CERTIFICO que as pecas desentranhadas em cumprimento ao despacho retro, formaram os Embargos a Arrematacao -de nr.96.5931-4 os quais, nesta data, apensei aos presentes autos.
"

"Tecle <RET> p/ continuar"


EM BRANCO

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 807

Processo No. 9200022740

Aguarde-se o preparo dos embargos opostos.

Recife 22 de maio de 96

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de Secretaria

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos
a petição nº 072543
que se segue.
Recife, 03 de [illegible] de 1996
Eu, [illegible]
assino.

Exmo Sr. Dr. Juiz de Direito da 4ª Vara da Justiça Federal do Estado de Pernambuco.

Justiça Federal do Pernambuco
Fls. 85
- 4.ª Vara -

20947

JUSTIÇA FEDERAL - PE
96 0725 15
SECÇÃO DE PROTOCOLO GERAL

AILTON ALVES DE SOUZA., brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade sito à Rua C1 Quadra 03 Bloco 10 Apto. 107 - Muribeca., Jaboatão dos Guararapes, arrematante das linhas telefônicas nºs2248516 e 2248650., no processo nº92000 2274-0., movido pela Fazenda Nacional contra Pessôa de Melo Industria e Comercio S/A., vem perante Vs. Exa., requerer que se digne de mandar liberar as respectivas linhas haja visto já ter sido decorrido mais de 02 anos que as mesmas foram arrematadas.

Outrossim lembro a Vs. Exa., a necessidade de em caso de não ser posssivel a liberação das linhas já mencionadas, que seja liberado o deposito judcial feito no valor correspondente ao pagamento efetuado para cada linha arrematada, conforme cópia das notas do leiloeiro em anexo.

Neste Termos

P. deferimento.

Jaboatão dos Guararapes, 27 de Novembro de 1996

a)

Ailton Alves de Souza.

ITACY – Leiloeiro Oficial
RUA DO HOSPÍCIO, 284 – CONJUNTO 304
FONE: 222-3007
Recife – Pernambuco

Justiça Federal de Pernambuco
Fls. 86
4.ª Vara

Recife, 20 de Setembro de 1994

O SNR: Eilton Alves de Souza,

A C.P.F 037.380.864-68.

01	Linha Telefonica nº 224.8516	981.455	cr.
	" Um mil quatrocentos e cinquenta e cinco cruzeiros.		
	Processo Fiscal nº 92.0002274-0		

Itacy de França Santos
Leiloeiro Público Oficial

ITACY – Leiloeiro Oficial
RUA DO HOSPÍCIO, 284 – CONJUNTO 304
FONE: 222-3007
Recife – Pernambuco

Justiça Federal de Pernambuco
Fls. 870
4ª Vara

Recife, 20 de Setembro de 1994.

O SNR: Ciltan Alves de Sousa.

A C.P.F. 037.380.869/04.

01	Linha Telefônica nº 324 8650	28.905	00
	" Vinte mil novecentos e cinco Reais. "		
	Itacy de França Santos Leiloeiro Público Oficial		
	1º Executivo Fiscal nº 92.0002274-0.		

MM. JUIZ°

A FAZENDA NACIONAL REQUER A DESIGNAÇÃO DE NOVO LEILÃO, COM AS CAUTELAS LEGAIS.

P. DEFERIMENTO.

RECIFE, 05 DE JUNHO DE 1997.

José Galdino da Silva Filho
Advogado - OAB-PE 6212
Procurador da Fazenda Nacional

Justiça Federal de Pernambuco
Fls. 88
4ª Vara

EMBARGOS À ARREMATAÇÃO Nº 96.0005931-4
EMBARGANTE: PESSOA DE MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
EMBARGADA: UNIÃO FEDERAL (FAZENDA NACIONAL)
SENTENÇA Nº V-023/271-97

VISTOS, ETC.

PESSOA DE MELO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, devidamente qualificada e através de advogado legalmente habilitado, opor os presentes Embargos à Arrematação na Execução Fiscal n 92.0002274-0, objetivando anular a arrematação procedida em leilão de diversos bens dela, Embargante, alegando que o leilão foi realizado em dia diverso daquele constante do Edital.

Citada a Embargada e os litisconsortes passivos necessários, apenas um deles veio a Juízo concordar com as razões expedidas pela Embargante.

Efetivamente, do edital do leilão consta que os bens seriam levados à praça, em 1º leilão, no dia 5 de setembro de 1994, e em 2º no dia 19 do mesmo mês a ano, e como o leiloeiro estava viajando, foi a 2ª Praça realizada no dia imediato. Naquele mesmo dia, a Embargante peticionou contra a realização do leilão (fls. 54).

É inconteste que a Embargante tomou conhecimento da realização do leilão no dia imediato àquele consignado no Edital antes do mesmo. Ora, é por demais conhecido que e Lei nº 6.830/80, que regula o processo das execuções fiscais, não estabelece, expressamente, a necessidade da intimação pessoal do devedor para o leilão. Entretanto, como cabe ao magistrado "assegurar às partes igualdade de tratamento" (art. 125, I, CPC) no processo, isso implica que se dê ciência do leilão ao devedor, pois que tal ciência é também exigida em favor do credor (art. 22, § 2º , Lei nº 6.830/80).

Por outro lado, o princípio do contraditório, na verdade, impõe a ciência bilateral dos atos do processo, sem a qual as partes não poderão manifestar-se uma sobre as pretensões da outra. Ademais, a intimação do leilão ao devedor abre a este a oportunidade de remir a execução, e o recebimento do crédito pelo credor é o objetivo a ser efetivamente alcançado.

Por outro lado, o Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou no sentido da necessidade da intimação do executado da designação do leilão em execução fiscal, segundo revela o acórdão proferido no Recurso Especial nº 8.939-SP, assim ementado:

Justiça Federal de Pernambuco
Fls. 89
4ª Vara

" Execução Fiscal. Intimação do Executado. Leilão.

I — Embora a lei não especifique que se deve fazer a intimação do executado, através de mandado pessoal, esta tem lugar em face do princípio da eqüidade, tomando-se como "última oportunidade ao devedor para remir o bem executado, acrescido dos consectários legais."

II — Precedentes.

III — Recurso provido." (Rel. Min. JOSÉ DE JESUS FILHO, in DJU de 9/9/91, p. 12.182)."

Entendo, outrossim, que a ampla divulgação do leilão leva a maior número de pessoas dele tomarem conhecimento, e, assim, aumentam as possibilidades de êxito na consecução de valor melhor de arrematação.

ISTO POSTO:

JULGO PROCEDENTES os presentes embargos para anular o leilão realizado em data diferente daquela constante do Edital, e, conseqüentemente, determino sejam os valores recebidos devolvidos aos arrematantes, e que se realize novo leilão através do mesmo leiloeiro indicado pela Exequente.

Custas na forma da lei. Sem honorários advocatícios.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Recife, 11 de abril de 1997

Antonio Bruno de Azevedo Moreira.
Juiz Federal da 4ª Vara da
Seção Judiciária de Pernambuco.

Justiça Federal de Pernambuco
Fls. 90
- 4.ª Vara -

92.0002274-0 EX. FISCAL ULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 25/02/92
LOCALIZACAO EM 21/05/96 - APENSO 96.5931-4

CONSULTA REALIZADA EM : 30/06/97 AS 15:51
EXEQTE. : FAZENDA NACIONAL
ADV. : PROC JOAQUIM LUSTOSA FILHO
EXECDO. : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. : PE003886 - ALFREDO MARIANO DE BRITO E OUTRO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

Para informacao da secretaria em 30/06/97

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

"CERTIFICO que, transcrevi, as fls.88/89, a r. sentenca proferida nos Embargos a Arrematacao nr.96.5931-4, a qual transitou em julgado.
"

Registro terminal em 30/06/97

"Tecle <RET> p/ continuar"

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

Justiça Federal - PE - Pernambuco - Fls. 91 - 4.ª Vara -

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 30 de junho de 97

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de Secretaria

Processo No. 9200022740

Face ao transito em julgado da sentenca proferida nos Embargos a Arrematacao, expeca-se alvara para os arrematantes, apos o que ao leilao.

Recife 02 de julho de 97

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara.

92
4ª Vara

EXECUÇÃO FISCAL nº 92.2274-0

RELAÇÃO DOS ARREMATANTES QUE EFETUARAM O DEPÓSITO
NA CONTA nº 15036-5 - AG. 1029 em 21/09/94

Arrematantes	C.P.F. nº	Valor Inicial Depositado
Ailton Alves de Souza	037.380.864-04	3.360,00
Abenito João Souza Gomes	148.894.474-15	4.700,00
João Carlos Resende Rodrigues	495.855.094-15	5.885,00
Valor Total Depositado na Conta em R$		13.945,00

Dados extraídos das fls.60/61 dos presentes autos.

Recife, 01 de julho de 1997.

Almir José Costa Santos
Técnico Judiciário

Recebi em
02/7/97

Caixa Econômica Federal
PAB - Justiça Federal / PE

Ricardo J. Gomes Teixeira
Mat. 026.027 - 8
Gerente

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

ALVARÁ DE LEVANTAMENTO

Nº 068/97

O DOUTOR ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, DA 5ª REGIÃO, NA FORMA DA LEI, ETC.

Manda ao Sr. Gerente da Agência da ECONÔMICA CAIXA FEDERAL, 1029- Posto de Serviço da Justiça Federal, ou a quem as suas vezes fizer, que entregue, no prazo de 72 horas, a AILTON ALVES DE SOUZA, R.G. nº 000, C.P.F. nº 037.380.864-04, a importância de R$ 3.360,00 (TRÊS MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS) com dedução da alíquota de 000% relativa ao Imposto de Renda retido na fonte, referente ao levantamento PARCIAL da Conta nº 15036-5 iniciada em 21/09/94, do Processo nº 92.0002274-0, Ação EXECUÇÃO FISCAL, movida por FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A..

Havendo recolhimento de Imposto de Renda a ser pago na fonte, o recolhimento é automático, mediante DARF que acompanha o alvará. CUMPRA-SE, devolvendo cópia à Secretaria deste Juízo com a autenticação e recibo do valor pago e do saldo da conta, se houver.

Recife, em 01 DE JULHO DE 1997.

Eu, _____ (ELENICE TÔRRES AGUIAR GOMES), Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
JUIZ FEDERAL

Para uso da Agência:

Discriminação do pagamento.
Valor do alvará: R$ _____
Correção até _____: R$ _____
IR Retido. Alíquota _____% R$ _____

Valor líquido pago R$ _____
Recebi da Agência o valor de R$ _____
_____, ____/____/____.
(local) (data)

_____
(assinatura)

Recebi o alvará e cópias em
____/____/____.

_____
(funcionário da agência)

AUTENTICAÇÃO

Recebi o Original e duas (2) vias.
Recife, 02/07/97.

_____

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

ALVARÁ DE LEVANTAMENTO

Nº 070/97

O DOUTOR ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, DA 5ª REGIÃO, NA FORMA DA LEI, ETC.

Manda ao Sr. Gerente da Agência da ECONÔMICA CAIXA FEDERAL, 1029- Posto de Serviço da Justiça Federal, ou a quem as suas vezes fizer, que entregue, no prazo de 72 horas, a JOÃO CARLOS RESENDE RODRIGUES, R.G. nº 000, C.P.F. nº 495.855.094-15, a importância de R$ 5.885,00 (CINCO MIL, OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS) com dedução da alíquota de 000% relativa ao Imposto de Renda retido na fonte, referente ao levantamento PARCIAL da Conta nº 15036-5 iniciada em 21/09/94, do Processo nº 92.0002274-0, Ação EXECUÇÃO FISCAL movida por FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Havendo recolhimento de Imposto de Renda a ser pago na fonte, o recolhimento é automático, mediante DARF que acompanha o alvará. CUMPRA-SE, devolvendo cópia à Secretaria deste Juízo com a autenticação e recibo do valor pago e do saldo da conta, se houver.

Recife, em 01 DE JULHO DE 1997.

Eu, _____ (ELENICE TÔRRES AGUIAR GOMES), Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
JUIZ FEDERAL

Para uso da Agência:

Discriminação do pagamento.
Valor do alvará: R$ _____
Correção até _____: R$ _____
IR Retido. Alíquota _____% R$ _____

Valor líquido pago R$ _____
Recebi da Agência o valor de R$ _____
_____, ____/____/____.
(local) (data)

_____
(assinatura)

Recebi o alvará e cópias em
____/____/____.

_____
(funcionário da agência)

AUTENTICAÇÃO

Recebi o Original e duas (2) vias.
Recife. 02/07/97.

92.0002274-0 EX. FISCAL ULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 25/04/92
LOCALIZACAO EM 21/05/96 - APENSO 96.5931-4

CONSULTA REALIZADA EM : 08/07/97 AS 14:10
EXEQTE. : FAZENDA NACIONAL
ADV. : PROC JOAQUIM LUSTOSA FILHO
EXECDO. : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. : PE003886 - ALFREDO MARIANO DE BRITO E OUTRO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

Justiça Federal de Pernambuco
Fls. 95
4.ª Vara

Para informacao da secretaria em 08/07/97

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

" CERTIFICO que desapensei dos presentes autos os autos dos Embargos a Arrematacao nr.96.5931-4, para arquiva-los conforme determinado no despacho de fls.36 daquele Embargos.

Outrossim informo que foram expedido os Alvara de levantamento conforme o determinado r. despacho de fl.91.
"

"Tecle <RET> p/ continuar"

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos
o ofício nos 068/97 e 070/97
que se segue.
Recife, 21 de junho de 1997
Eu,
assino.

2ª via

Justiça Federal do Pe
fls. 96
4ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

ALVARÁ DE LEVANTAMENTO

Nº 068/97

O DOUTOR ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, DA 5ª REGIÃO, NA FORMA DA LEI, ETC.

Manda ao Sr. Gerente da Agência da ECONÔMICA CAIXA FEDERAL, 1029- Posto de Serviço da Justiça Federal, ou a quem as suas vezes fizer, que entregue, no prazo de 72 horas, a AILTON ALVES DE SOUZA, R.G. nº 000, C.P.F. nº 037.380.864-04, a importância de R$ 3.360,00 (TRÊS MIL, TREZENTOS E SESSENTA REAIS) com dedução da alíquota de 000% relativa ao Imposto de Renda retido na fonte, referente ao levantamento PARCIAL da Conta nº 15036-5 iniciada em 21/09/94, do Processo nº 92.0002274-0, Ação EXECUÇÃO FISCAL, movida por FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Havendo recolhimento de Imposto de Renda a ser pago na fonte, o recolhimento é automático, mediante DARF que acompanha o alvará. CUMPRA-SE, devolvendo cópia à Secretaria deste Juízo com a autenticação e recibo do valor pago e do saldo da conta, se houver.

Recife, em 01 DE JULHO DE 1997.

Eu, _____ (ELENICE TÔRRES AGUIAR GOMES), Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
JUÍZ FEDERAL

Para uso da Agência:

Discriminação do pagamento.

Valor do alvará: R$ 3360,00
Correção até _____: R$ 2.036,41
IR Retido. Alíquota _____% R$ _____

Valor líquido pago R$ 5.407,41
Recebi da Agência o valor de R$ 5.407,41

_____, ___/___/___.
(local) (data)

_____
(assinatura)

Recebi o alvará e cópias em
02 / 07 / 97.

_____
(funcionário da Agência)

AUTENTICAÇÃO

CEF15102903JUL97031 00511113 5.407.41P03FV

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

Fls. 97 - 4ª Vara

ALVARÁ DE LEVANTAMENTO

Nº 070/97

O DOUTOR ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, DA 5ª REGIÃO, NA FORMA DA LEI, ETC.

Manda ao Sr. Gerente da Agência da ECONÔMICA CAIXA FEDERAL, 1029- Posto de Serviço da Justiça Federal, ou a quem as suas vezes fizer, que entregue, no prazo de 72 horas, a JOÃO CARLOS RESENDE RODRIGUES, R.G. nº 000, C.P.F. nº 495.855.094-15, a importância de R$ 5.885,00 (CINCO MIL, OITOCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS) com dedução da alíquota de 000% relativa ao Imposto de Renda retido na fonte, referente ao levantamento PARCIAL da Conta nº 15036-5 iniciada em 21/09/94, do Processo nº 92.0002274-0, Ação EXECUÇÃO FISCAL, movida por FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Havendo recolhimento de Imposto de Renda a ser pago na fonte, o recolhimento é automático, mediante DARF que acompanha o alvará. CUMPRA-SE, devolvendo cópia à Secretaria deste Juízo com a autenticação e recibo do valor pago e do saldo da conta, se houver.

Recife, em 01 DE JULHO DE 1997.

Eu, _____ (ELENICE TÔRRES AGUIAR GOMES), Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
JUIZ FEDERAL

Para uso da Agência:

Discriminação do pagamento.

Valor do alvará: R$ 5.885,00

Correção até _____: R$ 3.743,64

IR Retido. Alíquota _____% R$ _____

Valor líquido pago R$ 9.628,64

Recebi da Agência o valor de R$ 9.628,64

Recife, 02/07/97.
(local) (data)

José Carlos Resende Rodrigues
(assinatura)

Recebi o alvará e cópias em 02/07/97.

(funcionário da agência)

AUTENTICAÇÃO

CEF15102903JUL97034 00511386 9.628,64P03FV

92.0002274-0 EX. FISCAL ULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 25/02/92
LOCALIZACAO EM 21/05/96 - APENSO 96.5931-4

CONSULTA REALIZADA EM : 30/07/97 AS 13:04
EXEQTE. : FAZENDA NACIONAL
ADV. : PROC JOAQUIM LUSTOSA FILHO
EXECDO. : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. : PE003886 - ALFREDO MARIANO DE BRITO E OUTRO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

Justiça Federal de Pernambuco Fls. 98 4.ª Vara

Para informacao da secretaria em 29/07/97

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

" INFORMO a V.Exa. que, ate a presente data, apenas dois(02) dos arrematantes vieram receber seus alvaras; conforme determinado no r. despacho de fl.91.

Outrossim, informo, que deixo de dar o total cumprimento ao r. despacho de fl.91, uma vez que os bens encontram-se desatualizados desde 05/94 com a moeda expressa em cruzeiros reais.

Informo finalmente que, a Linha 224-8125, constante na penhora efetuada as fl.28, foi arrematada pela 4a. JCJ, conforme oficio da TELPE as fl. 78. A apreciacao.
"

"Tecle <RET> p/ continuar"

O

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

Justiça Federal de Pernambuco
Fls. 99
4.ª Vara

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 30 de julho de 97

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de Secretaria

Processo No. 9200022740

Intime-se o que falta receber o alvara, para em quarenta e oito horas comparecer em Juizo afim de levantar a importancia que lhe e devida, atraves de AR.

Recife 04 de agosto de 97

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

Justiça Federal de Pernambuco
Fls. 100
4ª Vara

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara.

EXECUÇÃO FISCAL Nº 92.2274-0
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A

CARTA DE INTIMAÇÃO Nº 5024 **/97**

INTIMAÇÃO : **ABENITO JOÃO SOUZA GOMES**, com endereço à **Rua Dr. Eurico Chaves, nº 551, Casa Amarela, nesta Capital.**

FINALIDADE : Receber o alvará, em 48 (quarenta e oito) horas, afim de levantar a importância que lhe é devida, conforme a anulação do leilão, nos autos em epígrafe.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Recife, 6.250, 4º andar, Jiquiá, em Recife/PE.

Expedi esta Carta de ordem do MM. Juiz Titular desta 4ª Vara/PE.

Recife, 15 de agosto de 1997.

Elenice Torres Aguiar Gomes.
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em / /

29-08-97

Nome do destinatário: Aberito João Souza Gomes

Endereço: R. Dr. Enrico Chiaver, 551. Boa Aurada.

Número do Registro (ou do vale) _____

Valor declarado (ou importância do vale) R$ _____

Natureza do objeto C.I 5024/97 ref. EF 92.2274-0

Data do registro ou emissão _____

RECIBO

Recebi o objeto a que se refere este "AR" 04/09/97

Local e Data

Ximara de Fatima da Silva

Assinatura do Destinatário

(MARIA DE FATIMA DA SILVA)

Devolva-se diretamente ao remetente

CDD AFOGADOS
01 SET 1997
Correio de Origem
DR/PE

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos

Procuração outorgada ao Aberito João S. Gomes.

que se segue

Recife, 12 de Setembro de 97

Eu, _____

assino. _____

P R O C U R A Ç Ã O

ABENITO JOÃO SOUZA GOMES,brasileiro, casado, comerciante,residente e domiciliado na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na rua Dr. Eurico Chaves, 551, no bairro de Casa Amarela, inscrito no CPF/MF sob o nº148.894.474-15, portador da Carteira de Identidade nº1.059.381SSP-PE, nomeia e constitui seu bastante procurador ao Dr. ALOÍSIO ARRUDA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-PE sob o nº10.324, inscrito no CPF/MF sob o nº351.637.394-68, a quem confere poderes para o foro em geral e especial para receber Alvará, a fim de levantar importância que é devida ao Outorgante, conforme anulação de leilão, objeto da Execução Fiscal de nº 92.2274-0, em que figura a Fazenda Nacional como Exequente, nos termos da Carta de Intimação nº5.024/97, de 15 de agosto de 1997, podendo, dito procurador, inclusive, receber os valores correspondentes a autorização que se contenha no aludido Alvará perante qualquer órgão ou instituição financeira, passando o respectivo recibo e dando quitação e, se necessário, endossando o cheque representativo do referido valor que venha a ser autorizado.

Recife, 10 de setembro de 1997.

ABENITO JOÃO SOUZA GOMES

COSTA LIMA

CARTÓRIO COSTA LIMA
Bel. Álvaro da Costa Lima - 4.º Tabelião
Bel. Josaphat V. de Albuquerque e José Bonifácio Falcão
— Substitutos —
Rua Diário de Pernambuco, 31 - CGC 10.573.680/0001-69
Reconheço a firma de Abenito João Souza Gomes
Recif, 10 de 09 de 97
Em test.º da verdade. o/ lab.
EMOLUMENTOS:
POR REC. R$ 1,20
TSVR R$ 0,24
TOTAL: R$ 1,44

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA

ALVARÁ DE LEVANTAMENTO

Nº 069/97

O DOUTOR ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, JUIZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, DA 5ª REGIÃO, NA FORMA DA LEI, ETC.

Manda ao Sr. Gerente da Agência da ECONÔMICA CAIXA FEDERAL, 1029- Posto de Serviço da Justiça Federal, ou a quem as suas vezes fizer, que entregue, no prazo de 72 horas, a ABENITO JOÃO SOUZA GOMES, R.G. nº 000, C.P.F. nº 148.894.474-15, a importância de R$ 4.700,00 (QUATRO MIL E SETECENTOS REAIS) com dedução da alíquota de 000% relativa ao Imposto de Renda retido na fonte, referente ao levantamento PARCIAL da Conta nº 15036-5 iniciada em 21/09/94, do Processo nº 92.0002274-0, Ação EXECUÇÃO FISCAL, movida por FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A..

Havendo recolhimento de Imposto de Renda a ser pago na fonte, o recolhimento é automático, mediante DARF que acompanha o alvará. CUMPRA-SE, devolvendo cópia à Secretaria deste Juízo com a autenticação e recibo do valor pago e do saldo da conta, se houver.

Recife, em 01 DE JULHO DE 1997.

Eu, _____ (ELENICE TÔRRES AGUIAR GOMES), Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
JUIZ FEDERAL

Para uso da Agência:

Discriminação do pagamento.
Valor do alvará: R$ _____
Correção até _____: R$ _____
IR Retido. Alíquota _____% R$ _____

Valor líquido pago R$ _____
Recebi da Agência o valor de R$ _____
_____, ____/____/____.
(local) (data)

_____
(assinatura)

Recebi o alvará e cópias em
____/____/____.

_____
(funcionário da agência)

AUTENTICAÇÃO

Recebi o Original e duas (2) vias.
Recife, 22/09/97.

OAB-PE: 10.324.

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

Fls. 103

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 26 de novembro de 97

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de Secretaria

Processo No. 9200022740

Remeta-se os autos a contadoria para atualizacao.

Recife 26 de novembro de 97

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

Justiça Federal 4ª Região Fls. 104 4ª Vara

Proc.: 92.0002274-0 Classe : 3000 - EXECUCAO FISCAL

Autor: FAZENDA NACIONAL

Proc.: PROC. JOAQUIM LUSTOSA FILHO

Reu : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Adv. : ADV. ALFREDO MARIANO DE BRITO E ADV. ALOISIO ARRUDA FILHO

Remetido ao CONTADOR Para CALCULO

Recebi em 4/12/97 Ass.: _____

Nome : _____ Telefone: _____

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PERNAMBUCO
SEÇÃO DE CONTADORIA

EXEQTE: FAZENDA NACIONAL
EXCDO: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
PROCESSO: 92.0002274-0

Cálculo efetuado com base nas informações de fls. 36

1.1 - DÍVIDA ATIVA — ATUALIZAR PARA: **15/12/97**

DATA	PRINCIPAL - UFIR's	JUROS CDA - UFIR's	Multa em UFIR 0%	Juros UFIR	Sub-total UFIR
22/Abr/94	**55.495,00**	**221.713,64**	11.099,00	246.131,44	312.725,44
TOTAL	55.495,00	221.713,64	11.099,00	246.131,44	312.725,44
-	Honorários despacho de fls. 06			10%	31.272,54
-	TOTAL DA DÍVIDA EM UFIR			15/Dez/97	343.997,98
					R$ 313.313,36

Custas pagas em
15/Dez/97
15/Dez/97

VALOR PAGO	VALOR A RESSARCIR
-	-
-	-
TOTAL	-

3. - CUSTAS JUDICIAIS

Tabela I	100%	R$	1.639,44
Despesas postais	1 AR (s)	R$	2,40
TOTAL DE CUSTAS		R$	1.641,84
TOTAL DA CONTA EM 15/Dez/97		**R$**	**314.955,20**

Recife, 15 de Dezembro de 1997.

MARIA CORETE DE MORAIS LIMA
Supervisora da Contadoria

Justiça Federal Fls. 196

70/76

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

Justiça Federal de Pernambuco - 4ª Vara - Fls. 106

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 08 de janeiro de 98

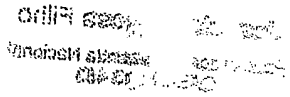
ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de Secretaria

Processo No. 9200022740

Concedo vista a parte-Exequente (Fazenda Nacional), para em dez dias, requerer o que entender de direito.

Recife 19 de março de 98

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal



JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
MV/FR - FORMULARIO DE REMESSA 4a VARA FEDERAL

PAG. 1

Justiça Federal 4ª Vara Fls. 107

Proc.: 92.0002274-0 Classe : 3000 - EXECUCAO FISCAL

Autor: FAZENDA NACIONAL

Proc.: PROC. JOAQUIM LUSTOSA FILHO

Reu : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Adv. : ADV. ALFREDO/MARIANO DE BRITO E ADV. ALOISIO ARRUDA FILHO

Remetido ao FAZENDA NACIONAL Para MANIFESTACAO

Recebi em 01/04/98 Ass.:_____

Nome : _____ Telefone: _____

MM. Juiz,

A Fazenda Nacional requer que seja oficiado à TELPE para saber se as linhas telefônicas de fls. 30/31 ainda pertencem ao devedor.

Recife, 03.04.98.

Joaquim Lustosa Filho
Procurador da Fazenda Nacional
OAB-PE. 13.483

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

Justiça Federal 4ª Vara Pernambuco
Fls. 108

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 12 de maio de 98

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de Secretaria

Processo No. 9200022740

Oficie-se como requerido.

Recife 12 de maio de 98

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

Juntada

Aos 20 de janeiro de 1999, faço juntada aos autos cópia da decisão proferida no AI 94.10600-9 que segue. Do que para constar, lavrei este termo.

JF.

Lançar como
Petição do Proc. 92.2274-0

Justiça Federal de Pernambuco
Fls. 109
5.ª Vara

Tribunal Regional Federal
Fls. 47

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO JUIZ JOSÉ MARIA LUCENA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5979-PE (96.05.05518-0)
Agravante(s): PESSOA DE MELO IND/COM/ S/A
Agravado(s) : FAZENDA NACIONAL

D E S P A C H O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por **PESSOA DE MELO COM/ IND S/A** contra despacho da lavra do Juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, proferido nos autos da Execução Fiscal nº 92.2274-0.

Tal recurso, porém, restou prejudicado, haja vista o pronunciamento definitivo do Pleno desta e. Corte, quanto ao despacho agravado, por ocasião do julgamento proferido nos autos do MS nº 45789-PE (94.05.30972-2), impetrado com o fito de lhe reformar a decisão atacada em questão.

Assim sendo, com base no art. 30, § 1º, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, julgo prejudicado o presente recurso por perda do objeto.

Publique-se.

Intime-se.

Recife, 20 de maio de 1996.

JUIZ JOSÉ MARIA LUCENA - RELATOR

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 06/08/2019 12:52:10
Identificador: 4058300.11387983
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080612505810100000011412490

PODER JUDICIARIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CERTIDÃO

Certifico que o respeitável despacho de fls. 42, foi publicado no D.J.U. em 14/10/96. O referido é verdade e dou fé . Recife, 13 de novembro de 1996. .

Osmar Correia Carvalho
Assistente Datilógrafo
Tribunal Regional Federal - 5.ª Região

CERTIDÃO

Certifico que o respeitável despacho supramencionado transitou em julgado em 21/11/96. O referido é verdade e dou fé. Recife, 13 de novembro de 1996.

Osmar Correia Carvalho
Assistente Datilógrafo
Tribunal Regional Federal - 5.ª Região

REMESSA

Aos 17 dias do mês de novembro de 1997
faço remessa destes autos a(o) S. J.
de Nazaré - PE
porque eu,
Ana Clécia Heliodoro do Nascimento
T.R.F. - 5.ª REGIÃO
Técnico Judiciário

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
4ª Vara

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 111

Ofício nº 1018 /99-SEF

Recife, 11 de Fevereiro de 1999.

Ref.: EXECUÇÃO FISCAL Nº **92.2274-0**
EXEQÜENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Senhor Diretor-Presidente,

No uso de minhas atribuições, conferidas pela IN nº 01/95, da lavra do MM. Juiz Federal desta 4ª Vara, solicito a V. Sa., informações a respeito da existência do cadastro de linha(s) telefônica(s) em nome de PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., CGC nº 10.803.336/0002-27, com objetivo de instruir a ação em epígrafe.

Atenciosamente,

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara

Ilmo. Sr.
DIRETOR-PRESIDENTE DA TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO/SA - TELPE
Av. Afonso Olindense, 1513, Várzea.
N E S T A

22.02.99

Sr. Diretor Presidente da TELPE

Nome do destinatário: ~~Av. Afonso Olindense, 1513, Várzea - Recife/PE~~

Endereço: ~~CEP.:50810-000~~

Número do Registro (ou do vale) ~~OFÍCIO nº 1018/99 Ref. EXECUÇÃO FISCAL nº92.2274-0~~

Valor declarado (ou importância do vale) R$ ~~19/02/1999~~

Natureza do objeto

Data do registro ou emissão

4ª VARA/JF/PE
SETOR FISCAL

RECIBO

Recebi o objeto a que se refere este "AR"

Recife 02.03.99

Local e Data

Assinatura do Destinatário

AGÊNCIA JARDIM SÃO PAULO
26 FEV 1999
DR/PE

Devolva-se diretamente ao remetente

Correio de Origem

Juntada

Aos 15 de março de 1999, faço juntada a estes autos, AR supra
Ofício n. 1018 que se segue
Do que para constar, lavrei este têrmo

JF

TIÇA FEDERAL - P
Fls: 112

Execução Fiscal n. 92.02274-0

FR BRASCO

Juntada

Aos 13 de abril de 1999, faço juntada a estes autos, Of. nº 1018/99 que se segue. Do que para constar, lavrei este termo

JF

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 113

Telecomunicações de Pernambuco S/A

2625

CT/TNL/TELPE/NMC2/1087-99

Recife, 09 de março de 1999.

CONTRATO
ECT X TELPE
DR / PE

Exmo. Sr.
Dr. Juiz Federal da
4ª Vara da Justiça Federal de Primeira Instância
Av. Recife, 6250 - Jiquiá
CEP: 50.781-000
NESTA

Ref. Of. Nº 1018/99-SEF de 11.02.99.
Processo : 92.2274-0.
Partes : Fazenda Nacional e Pessoa de Mello Indústria E Comércio S/ª

Em resposta ao ofício acima referenciado, informamos a V.Exa. que em nome de **Pessoa de Mello Indústria E Comércio S/A**, CGC Nº **10.803.336/0002-27** , consta a(s) linha(s) telefônica(s) nº **224.1645, 224.8906, 325.2821, 424.2359, 424.2703, 424.3087, 424.3365, 224.8125, 224.8305, 224.8516, 637.1298, 637.1278, 224.4697, 271.3763, 231.4777, 224.1244, 224.8217, 224.8714, 224.8706, 424.1333, 224.8650, 224.1412, 224.7140 e 231.4953** .

Atenciosamente

Ricardo Jordão Lira
Gerente da Divisão de Vendas

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL.

Justiça Federal 5a Região

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 13 de maio de 99

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de Secretaria

Processo No. 9200022740

Em face da instalacao de novas Varas, determino a redistribuicao deste feito, com as anotacoes de praxe na distribuicao.

Recife 20 de maio de 99

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

Justiça Federal
115
AV

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
11ª VARA

Processo nº92.2274-0

TERMO DE APENSAMENTO

Em cumprimento ao disposto no Provimento nº 04, de 19 de novembro de 1997, aos 16 de junho de 1999, na Secretaria desta 11ª Vara Federal/PE, foram estes autos apensados ao Processo nº 94.10600-9, do que para constar lavrei este termo. O referido é verdade e dou fé. Veras (Ana Elisabete Veras) Técnica Judiciária.

PODER JUDICIARIO
JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU 5a. REGIAO
SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
11a VARA FEDERAL

Justiça Federal
TRF 5ª Região

Processo No. 92.0002274-0
Classe: 3000

INF. SECRETARIA

Nos termos do art. 162, paragrafo 4o do C.P.C., acrescentado pela Lei 8.959 de 13.1294. faco vista destes autos a FAZENDA NACIONAL. Recife,01 de marco de 2000..

Data Supra.

AILSON FRANCISCO ROLIM
Diretor(a) de Secretaria

JUSTICA FEDERAL DE 1. INSTANCIA — PAG 2
MV/FR - FORMULARIO DE REMESSA — 11a VARA FEDERAL — 01/03/2000

Justiça Federal — 117

Proc.: 92.0002274-0 — Classe : 3000 - EXECUCAO FISCAL

Autor: FAZENDA NACIONAL

Proc.: PROC. JOAQUIM LUSTOSA FILHO

Reu : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Adv. : ADV. ALFREDO MARIANO DE BRITO E ADV. ALOISIO ARRUDA FILHO

Remetido ao FAZENDA NACIONAL Para MANIFESTACAO

Recebi em 01/09/00 Ass.:_____

Nome: Telefone:

M. M. Juiz,

A Fazenda Nacional, por seu Procurador, requer a V.Exa. a suspensão do processo, nos termos do art. 40 da Lei 6830/80, para procedermos diligências, a fim de encontrar bens do devedor passíveis de penhora.

Nestes termos.
P. deferimento

Recife, 11 de setembro de 2000

Micarton André Brasil Correia
Procurador da Fazenda Nacional

JFPE - Fls. _____

118

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
11a. VARA FEDERAL

Processo nº 92.0002274-0
Classe: 99 EXECUÇÃO FISCAL

ATO ORDINATÓRIO

Considerando os termos da Portaria nº 005/2005, da lavra do Excelentíssimo Juiz Federal Titular desta 11ª Vara, Doutor Edvaldo Batista da Silva Júnior, bem como a autorização legal estampada no artigo 162, § 4º, do Código de Processo Civil, elevada ao nível constitucional pela Emenda à Constituição n.º 45, de 08 de dezembro de 2004, que acrescentou ao artigo 93 da Carta Magna o inciso XIV,

1) Determino sejam os presentes autos remetidos ao setor de distribuição para os fins estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do artigo 3º da Resolução n.º 31, de 06 de julho de 2005, do Egrégio Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

2) Após, ao exeqüente para requerer o que entender de direito.

Recife, 21 de novembro de 2005.

Ulisses Dias de Carvalho
Oficial de Gabinete do Juiz Titular da 11ª Vara Federal/PE

Poder Judiciário
Justiça Federal - 5a. Região
Seção Judiciária de Pernambuco

Emitido em 30/01/2006 14:11

Termo de Retificação

Em cumprimento do R. despacho de fls. _____, em Recife, 30 de janeiro de 2006, é lavrado o presente termo, na forma abaixo:

Processo.....:	92.0002274-0
Classe do processo.....:	99 - EXECUÇÃO FISCAL
1. Data do Protocolo.....:	25/2/1992
2. Número de volumes.....:	1
3. Nro. do processo adm....:	26520100002/88-82
4. Valor de execução.....:	R$ 313.428,02
5. Observações.....:	
6. Vara.....:	11a. VARA FEDERAL - Juiz Substituto
7. Tipo de distribuição.....:	Redistribuição por Atribuição
8. Data/Hora distribuição....:	30/01/2006 13:10
9. Distr. lançada por.....:	Flávio Roberto Ferreira de Lima
10. Usuário ult. alteração....:	Flávio Roberto Ferreira de Lima
11. Data última alteração....:	30/01/2006 13:10
12. Processo Prevento.....:	
13. Nro. inscrição C.D.A.....:	

PARTES:

EXEQUENTE	FAZENDA NACIONAL
PROCURADOF	JOAQUIM LUSTOSA FILHO
EXECUTADO	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADVOGADO	ALFREDO MARIANO DE BRITO
ADVOGADO	ALOISIO ARRUDA FILHO

Para constar, lavro e assino o presente.

Diretor da Secretaria

1120

Guia Nro: 2006.001025
Origem: 11a. VARA FEDERAL
Destino: FAZENDA NACIONAL
Tipo de Numeração: Guia de Remessa

Proc 92.0002274-0

Classe EXECUÇÃO FISCAL Vol. 1 Ap. 0

FAZENDA NACIONAL (Adv. JOAQUIM LUSTOSA FILHO) x PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E C OMERCIO S.A. (Adv. ALFREDO MARIANO DE BRITO, ALOISIO ARRUDA FILHO)

Enviado por: _____
ANTONIO C. ALBUQUERQUE

Recebido por: _____ em: 11/04/2006

MM JUIZ,

Execução Fiscal devolvida nesta data, sem manifestação da FN, em atenção a pedido da Secretaria da Vara.

REQUER renovação de vista

Pede deferimento.

Recife, 20

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
11a. VARA FEDERAL

Processo nº 92.0002274-0
Classe: 99 EXECUÇÃO FISCAL

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos a(o) M.M.(a) Juiz(a) da 11a. VARA FEDERAL, Sr.(a) Dr.(a) EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR

Recife, 25/07/2006

ULISSES DIAS DE CARVALHO
Encarregado(a) do Setor

DESPACHO

R.h.
Abra-se nova vista à Fazenda Nacional para que se pronuncie no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos.

Recife, 25/07/2006

EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR
Juiz(a) Federal

Vista

Nesta data, abri vista do presente feito para os devidos fins de direito, do que para constar, lavrei este ato.

Recife, 28 / 07 / 06

Ass. Func. Just. | Ass. Recebedor

JUNTADA

CERTIFICO que nesta data, juntei aos presentes autos PETIÇÃO

Nº 106340-7

que se segue(em). Dou fé.

Recife, 13 / 09 / 2006

122
R

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

PROCESSO N.º 92.0002274-0 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: PFN / INSS / OUTROS
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA, instituição financeira de direito privado sob a forma de empresa pública, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regendo-se por seu atual Estatuto aprovado pelo Decreto 5056/2004, com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04 e representação jurídica situada à Rua Frei Matias Tevês, 285 – Ed. Empresarial Graham Bell, 15º andar, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP 50070-450, vem, respeitosamente, perante V. Exa., expor e requerer o que segue:

1.- Por determinação desse Juízo/Secretaria, foi aberta vistas ao presente feito à CAIXA para impulsionamento/requerimentos necessários.

2.- Analisando os autos, vem a CAIXA, informar que a presente execução fiscal não versa sobre cobrança de créditos inadimplidos do FGTS.

3.- Aliás, vale ressaltar que a CAIXA não possui qualquer conhecimento acerca da matéria versada nos presentes autos, não possuindo legitimidade para figurar como parte na presente demanda.

4.- Dessa forma, não sendo a CAIXA competente para atuar no presente feito, vem apenas **requerer que V. Exª se digne a determinar a remessa dos autos ou abrir vistas dos mesmos ao correto órgão exeqüente**, para que o mesmo requeira o que entender de direito, visando o prosseguimento do feito.

Pede deferimento;

Recife, 06 de setembro de 2006.

Luiz Santos
Advogado-OAB/PE 19.657

Marcelo Queiroz
Acadêmico de Direito
Estagiário

06SET06 17:55 052.104340-7 11U 92000227400/6

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nesta data, concedi vista à Procuradoria da Fazenda Nacional. Recife, 14/11/2006

Encarregado- 11ª Vara Federal/ SJPE

JUNTADA

CERTIFICO que, nesta data, juntei aos presentes autos Folhas nº 000014 que se segue (m) Dou fé.

Recife, 09/01/2007

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

123

08JAN07 13:01 052.000604-2 11V 9200022740C/A

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Federal da 22ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco

Execução fiscal nº: 92.0002274-0
Exeqüente: União (Fazenda Nacional)
Executado: Pessoa de Mello Indústria e Comercial S/A
CDA Nº 40.6.91.000085-33

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, através de sua Procuradora que a presente subscreve, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, expor e requerer o seguinte:

1) DO DÉBITO CONSOLIDADO DA EXECUTADA

A empresa executada é devedora contumaz da União, totalizando débitos no valor de **R$ 128.274.403,92** (cento e cinqüenta e oito milhões cento e setenta mil trezentos e trinta e oito reais e doze centavos).

A inscrição em dívida ativa nº 40.6.91.01.000085-33, objeto da Execução Fiscal em comento, corresponde à quantia de **R$ 449.080,82** (quatrocentos e quarenta e nove mil oitenta reais e oitenta e dois centavos).

2) DO REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO

Conforme certificado por Oficiais de Justiça em diversas execuções fiscais em nome da executada, a empresa foi encontrada *falida, em ruínas e abandonada e ocupada por sem-terras.*

Os fatos narrados na certidão são indícios suficientes para caracterizar a irregular dissolução da empresa executada. Com efeito, supõe-se que ela não desenvolve qualquer atividade, mantendo apenas formalmente sua personalidade jurídica.

424

Diante disso, a União entende suficientemente caracterizada a dissolução irregular da executada, que encerrou suas atividades sem, no entanto, se submeter ao prévio procedimento de liquidação, o que faz presumir que seu patrimônio foi indevidamente distribuído entre seus sócios e administradores.

Há, portanto, suporte fático para a aplicação do art. 135, III do CTN, de molde a responsabilizar o sócio-administrador que estava à frente da executada *quando de sua irregular dissolução*, conforme entendimento já pacífico na jurisprudência pátria, a seguir exemplificado:

> AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. SAÍDA DA EMPRESA ANTES DE SUA EXTINÇÃO E PROVA DE ATO DOLOSO DA CONDIÇÃO DE SÓCIO DA EMPRESA EXECUTADA AO TEMPO DOS FATOS GERADORES. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. ART. 135 DO CTN. DISSOLUÇÃO IRREGULAR DA EMPRESA. RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS. POSSIBILIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.
> 1. Quanto à alegação de que o agravante teria saído da empresa antes de sua dissolução irregular e que não teria praticado qualquer ato doloso na condição de sócio ou de administrador da empresa executada ao tempo dos fatos geradores, tem-se por inviável sua análise, uma vez que envolveria reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado em vista do disposto na Súmula 7/STJ.
> 2. A jurisprudência desta Corte mantém-se firme no sentido de que os sócios da pessoa jurídica são responsáveis, por substituição, pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias, desde que haja dissolução irregular da sociedade ou seja comprovada a atuação dolosa ou culposa na administração dos negócios, através de fraude ou excesso de poderes. Assim, a dissolução irregular da empresa, ao contrário do simples inadimplemento do tributo, enseja o redirecionamento da execução fiscal contra os sócios-gerentes.
> 3. Agravo regimental desprovido.

125

(AgRg no REsp 605358/SP, Primeira Turma, Relatora Min. Denise Arruda, DJ 13.03.2006)

Assim, a União requer seja determinada a citação, por oficial de justiça, dos sócios-administradores da executada, com a penhora de tantos bens quantos bastem à garantia da execução:

Ressalte-se que consta nos Cadastros da Secretaria da Receita Federal, como responsável legal pela empresa executada, o **Sr. JOSÉ LUIZ DE LIMA** (CPF nº 078.262.064-72), domiciliado na Rua ALCIDES MOTA ZLOCCOWICK, 765 - CANDEIAS, JABOATÃO DOS GUARARAPES (telefone: 3064.0698).

No entanto, nos autos da Execução Fiscal nº 92.0002275-8, em curso na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, o oficial de justiça responsável pela diligência, certificou que o Sr. José Luiz de Lima ocultou-se, recusando-se a receber intimação, o que ocasionou a sua intimação por hora certa.

Considerando o exposto, requer a União, primeiramente, a citação da empresa executada em nome de seu representante legal, **Sr. José Luiz de Lima.** Caso não seja efetiva a citação da empresa em nome de seu representante legal, requer a União (Fazenda Nacional) que a citação se dê na pessoa de algum dos seus sócios, relacionados pela JUCEPE (documentos em anexo), todos com endereço na **Rua Dom Vital, 27 – Santo Amaro, Recife/PE (telefone: 3223.2331)**:

1) LUIZ GONGAZA MARQUES FILHO;
2) CARLOS PESSOA DE MELO;
3) ERNANI PESSOA DE MELLO;
4) BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO;
5) CARLOS ANTONIO CAVALCANTI PESSOA DE MELLO;
6) VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO.

Pede Deferimento.
Recife, 18 de dezembro de 2006.

Paula Campos Fiuza
Procuradora da Fazenda Nacional

126

__ CNPJ,EXTERNO-3,CNPJ-3 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-3)_____
T34227YI DATA: 19/12/2006 PAG.: 1 / 1 USUARIO: PAULA

CNPJ: 10.803.336/0001-46 (MATRIZ)
CPF RESP.: 078.262.064-72 QUALIF.: PRESIDENTE
N.EMP.: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

NOME FANTASIA:
DT CONSTIT/ABERTURA : 04/12/1968(12/1968)
SIT.CAD.CNPJ: ATIVA
DATA DA SITUACAO : 03/11/2005(11/2005) PROC. INSCR. OFICIO:

END.: R BRUM 137
BAIRRO : RECIFE
MUNICIPIO: 2531 RECIFE
UF : PE CEP : 50030-260 TELEFONE : FAX :
ORGAO : 0410100

PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS PF2 - OP. SUCESSAO
PF6 - QUADRO SOCIETARIO PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS

PF3 - ENC. CONSULTA PF7 - VOLTA PAG PF8 - AVANCA PAG PAG DESEJADA: ____

Consulta Inscrição - Informações Gerais

127

Data: 19/12/2006 Pag . 1/1

Parâmetro: 40691000085
Número de Inscrição: 40 6 91 000085-33 Número do Processo: 26520 100002/88-82
CPF/CNPJ: 10803336/0002-27
Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.

Sit.: ATIVA AJUIZADA
Série: DO
Número Judicial:
SECAO JF-RECIFE
Data da Inscrição: 04/09/1991
Data da Falência:

Quantidade de Débitos: 0001 Quantidade de Pagamentos: 0000
Quantidade de Devedores: 0001 Quantidade de Parcelamentos: 0000

Valor Inscrito: CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Valor Remanescente : CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Valor Consolidado: R$ 449.080,82

Órgão de Origem: DRF RCE
Receita: DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
No. do Auto de Infracao:
Data da Devolução/Arquivamento: Data da Extinção:
Natureza da Dívida: NAO TRIBUTARIA

Procuradoria de Inscrição: PERNAMBUCO
Procuradoria Responsável: PERNAMBUCO

Motivo Extinção:

I M P R E S S Ã O E N C E R R A D A

128

__ CNPJ,EXTERNO-3,CNPJ-3 (CONSULTA EXTERNO POR CNPJ-3)
T34227YI DATA: 19/12/2006 PAG.: 1 / 1 USUARIO: PAULA

CNPJ: 10.803.336/0001-46 (MATRIZ)
CPF RESP.: 078.262.064-72 QUALIF.: PRESIDENTE
N.EMP.: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

NOME FANTASIA:
DT CONSTIT/ABERTURA : 04/12/1968(12/1968)
SIT.CAD.CNPJ: ATIVA
DATA DA SITUACAO : 03/11/2005(11/2005) PROC. INSCR. OFICIO:

END.: R BRUM 137
BAIRRO : RECIFE
MUNICIPIO: 2531 RECIFE
UF : PE CEP : 50030-260 TELEFONE : FAX :
ORGAO : 0410100

PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS PF2 - OP. SUCESSAO
PF6 - QUADRO SOCIETARIO PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS

PF3 - ENC. CONSULTA PF7 - VOLTA PAG PF8 - AVANCA PAG PAG DESEJADA: ____

129

P

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

SRF USUARIO: PAULA
19/12/2006 15:50

NI-CPF : 078.262.064-72 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : JOSE LUIZ DE LIMA
DT NASC: 16/01/1953
MAE : MARIA JOSE DE LIMA
TIT. ELEITOR: 00.304.768.308-68 SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:

ENDERECO: R ALCIDES MOTA ZLOCCOWICK,765
54450-200 CANDEIAS,JABOATAO DOS GUARARAPES

DDD : 0081 TELEFONE: 30640698 FAX: COD.MUN.: 2457 PE
EMAIL : COD.UA : 0410108

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

130

RESULTADO DA PESQUISA

NÚMERO DO NIRE	26300039486	NÚMERO DA CAIXA	03.01.05.17.01.036
CNPJ DA EMPRESA	10803336000146	NOME DA EMPRESA	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA... >>>
CPF DO SÓCIO	00025003453	NOME DO SÓCIO	VAUDRILO LEAL GUERRA CURA...>>> (7)

HISTÓRICO ATOS ARQUIVADOS

TIPO DE DOCUMENTO	DATA DO DOCUMENTO	PÁGINAS
CONSTITUICAO	12/1913	2
ALTERACAO	10/1914	1
ALTERACAO	02/1916	1
ALTERACAO	07/1918	1
ALTERACAO	08/1923	1
ALTERACAO	12/1923	1
ALTERACAO	02/1929	2
ALTERACAO	10/1929	1

USUÁRIO: PAULA CAMPOS FIUZA PAULA.FIUZA 19/12/2006

134

EMPRESA	
NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A	10803336000146

PESSOAS VINCULADAS	
NOME	CPF PESSOA VINCULADA
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO	25826557400
JOSE LUIZ DE LIMA	07826206472
CARLOS PESSOA DE MELO	00161195415
ERNANI PESSOA DE MELLO	00161276415
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	01854402404
CARLOS ANTONIO CAVALCANTI PESSOA DE MELLO	09014730497

USUÁRIO: PAULA CAMPOS FIUZA PAULA.FIUZA 19/12/2006

132

P

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

SRF USUARIO: PAULA
19/12/2006 16:50

NI-CPF : 000.250.034-53 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO
DT NASC: 13/07/1932
MAE : AUREA SAMPAIO LEAL GUERRA
TIT. ELEITOR: 00.035.085.708-92 SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:

ENDERECO: R DOM VITAL,27
50100-100 SANTO AMARO,RECIFE

DDD : 0081 TELEFONE: 32230345 FAX: COD.MUN.: 2531 PE
EMAIL : COD.UA : 0410100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

SRF USUARIO: PAULA
19/12/2006 16:45

NI-CPF : 258.265.574-00 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
DT NASC: 15/12/1959
MAE : MARIA JOSE DIAS MARQUES
TIT. ELEITOR: 00.028.985.008-09 SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:

ENDERECO: R DOM VITAL,27
50100-100 SANTO AMARO,RECIFE

DDD : TELEFONE: 32316041 FAX: COD.MUN.: 2531 PE
EMAIL : COD.UA : 0410100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

134

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____
SRF USUARIO: PAULA
19/12/2006 16:45

NI-CPF : 001.611.954-15 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : CARLOS PESSOA DE MELLO
DT NASC: 01/11/1915
MAE : EVANGELINA MORAES PESSOA DE MELLO
TIT. ELEITOR: SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:

ENDERECO: R DOM VITAL,27
50100-100 SANTO AMARO,RECIFE

DDD : 0081 TELEFONE: 32230345 FAX: COD.MUN.: 2531 PE
EMAIL : COD.UA : 0410100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

135

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____
SRF USUARIO: PAULA
19/12/2006 16:46

NI-CPF : 018.544.024-04 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO
DT NASC: 28/05/1948
MAE : MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO
TIT. ELEITOR: 00.123.025.508-41 SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:

ENDERECO: R DOM VITAL,27
50100-100 SANTO AMARO,RECIFE

DDD : 0081 TELEFONE: 32232331 FAX: COD.MUN.: 2531 PE
EMAIL : COD.UA : 0410100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

136

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____
SRF USUARIO: PAULA
19/12/2006 16:46

NI-CPF : 090.147.304-97 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO
DT NASC: 17/04/1954
MAE : MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO
TIT. ELEITOR: 00.123.025.808-92 SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:

ENDERECO: R DOM VITAL,27
50100-100 SANTO AMARO,RECIFE

DDD : 0081 TELEFONE: 32232331 FAX: COD.MUN.: 2531 PE
EMAIL : COD.UA : 0410100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
11a. VARA FEDERAL

Processo nº 92.0002274-0
Classe: 99 EXECUÇÃO FISCAL

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos a(o) M.M.(a) Juiz(a) da 11a. VARA FEDERAL Sr.(a) Dr.(a) EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR

Recife, 30/04/2007

Wládia Carvalho de Maracaba
Encarregado(a) do Setor

DESPACHO

R.h. Defiro o pleito fazendário de fls. 123/125. Assim, primeiramente, expeça-se o competente mandado de citação, penhora e avaliação destinado ao responsável da executada.

Recife, 30 de abril de 2007.

EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR
Juiz Federal

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª VARA

Processo nº 92.0002274-0

CERTIFICO que, só nesta data, em face da exigüidade de tempo e ao acúmulo de serviço, expedi o Mandado de Citação, Penhora e Avaliação nº MAN.0011.001432-0/2007, cuja cópia segue adiante juntada. Recife, 30 de abril de 2007. Dou fé.

Wládia Carvalho de Maracaba
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

139

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª VARA

EXECUÇÃO FISCAL Nº 92.0002274-0
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
RESPONSÁVEL: JOSÉ LUIZ DE LIMA
END: Rua Alcides Mota Zloccowick, 765, 54450-200, Candeias, Jaboatão dos Guararapes
VALOR DA DÍVIDA: R$ 451.500,91 (atualizado em abril de 2007)

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO Nº MAN.0011.001432-0/2007

O MM Juiz Federal da 11ª Vara/PE manda a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo, que em seu cumprimento CITE a parte requerida acima mencionada, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros, multa de mora, encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, petição e despacho que acompanham por cópia o presente, acrescida das custas judiciais, ou garantir a execução (art. 9º, Lei nº 6.830/80). Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, proceda À PENHORA OU ARRESTO em bens do (a) executado(a), tantos quantos bastem para garantia da execução na forma dos arts. 10 e 11 da Lei nº 6.830/80, nomeie depositário, efetive a avaliação e dê ciência ao(à) Executado(a). Recaindo a penhora sobre imóvel, intime o cônjuge do(a) executado(a), se casado for, e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, para que proceda ao registro (art. 7º, IV, e art. 14, I, da Lei nº 6.830/80), a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo do auto de penhora ou arresto, com a ordem do registro (art. 7º, IV, e art. 14, I, da Lei nº 6.830/80), na repartição competente para emissão do certificado do registro; recaindo em ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III).

Intime o depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do juízo; **cientifique o(a) executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução**, sob pena de se presumirem aceitos pelo(a) exeqüente, e de que este Juízo funciona na Av. Recife, 6250, Jiquiá, Recife, no horário da 12:00h às 18:00h de 2ª a 5ª feira e das 8:00 h às 13:00 h nas 6ª feiras.

Dado, passado e assinado pela Secretaria da 11ª Vara Federal, em 30 de abril de 2007. Eu, _____, Wládia Carvalho de Maracaba, TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei.

EDVALDO BATISTA DA SILVA JÚNIOR
Juiz Federal da 11ª Vara/PE

Obs. Dirigir-se à Procuradoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (Setor de Dívida Ativa) à Av. Mário Melo, 343, Santo Amaro, Recife-PE, em caso de parcelamento.

JUNTADA

CERTIFICO que, nesta data, **juntei** aos presentes autos MCPA nº 4432-0/07 que se segue(em). Dou fé.

Recife, 99/06/07

M.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª VARA

EXECUÇÃO FISCAL Nº 92.0002274-0
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
RESPONSÁVEL: JOSÉ LUIZ DE LIMA
END: Rua Alcides Mota Zloccowick, 765, 54450-200, Candeias, Jaboatão dos Guararapes
VALOR DA DÍVIDA: R$ 451.500,91 (atualizado em abril de 2007)

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO Nº MAN.0011.001432-0/2007

O MM Juiz Federal da 11ª Vara/PE manda a qualquer Oficial de Justiça Avaliador deste Juízo, que em seu cumprimento CITE a parte requerida acima mencionada, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros, multa de mora, encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, petição e despacho que acompanham por cópia o presente, acrescida das custas judiciais, ou garantir a execução (art. 9º, Lei nº 6.830/80). Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, proceda À PENHORA OU ARRESTO em bens do (a) executado(a), tantos quantos bastem para garantia da execução na forma dos arts. 10 e 11 da Lei nº 6.830/80, nomeie depositário, efetive a avaliação e dê ciência ao(à) Executado(a). Recaindo a penhora sobre imóvel, intime o cônjuge do(a) executado(a), se casado for, e intime o Oficial do Registro de Imóveis competente, para que proceda ao registro (art. 7º, IV, e art. 14, I, da Lei nº 6.830/80), a quem se fará entrega da contrafé e cópia do termo do auto de penhora ou arresto, com a ordem do registro (art. 7º, IV, e art. 14, I, da Lei nº 6.830/80), na repartição competente para emissão do certificado do registro; recaindo em ações, debêntures, quota ou qualquer título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (art. 14, III).

Intime o depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização do juízo; **cientifique o(a) executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução**, sob pena de se presumirem aceitos pelo(a) exeqüente, e de que este Juízo funciona na Av. Recife, 6250, Jiquiá, Recife, no horário da 12:00h às 18:00h de 2ª a 5ª feira e das 8:00 h às 13:00 h nas 6ª feiras.

Dado, passado e assinado pela Secretaria da 11ª Vara Federal, em 30 de abril de 2007. Eu, _____, Wládia Carvalho de Maracaba, TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei.

EDVALDO BATISTA DA SILVA JÚNIOR
Juiz Federal da 11ª Vara/PE

Obs. Dirigir-se à Procuradoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (Setor de Dívida Ativa) à Av. Mário Melo, 343, Santo Amaro, Recife-PE, em caso de parcelamento.

147

Certifico, eu Oficial de Justiça Avaliador infra assinado, que nesta data dirigi-me ao endereço constante do anverso, onde fui informado no local que o Sr. José Luis de Lima, apesar de residir naquele endereço, trabalha na cidade Rio Tinto – Fazenda Manibu S/n- Destilaria Santo Antonio, no estado da Paraíba, só comparecendo em sua residência esporadicamente. Tendo em vista o acima exposto devolvo para apreciação superior. Recife, 12 de junho de 2007.

J. Campos

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
11a. VARA FEDERAL

Processo nº 92.0002274-0
Classe: 99 EXECUÇÃO FISCAL

C O N C L U S Ã O

Nesta data, faço conclusos os presentes autos a(o) M.M.(a) Juiz(a) da 11a. VARA FEDERAL Sr.(a) Dr.(a) JOSE BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO NETO

Recife, 01/08/2007

SANDRO JOSÉ DE ARRUDA BELTRÃO
Encarregado(a) do Setor

D E S P A C H O

RH. MANIFESTE-SE A PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL SOBRE A CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA AS FLS. DOS AUTOS, NO PRAZO DE 05 DIAS. NO SILÊNCIO ARQUIVE-SE SEM BAIXA. RECIFE, 01 DE AGOSTO DE 2007.

JOSE BAPTISTA DE ALMEIDA FILHO NETO
Juiz Federal

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, concedi vista destes autos à Procuradoria da Fazenda Nacional. Dou Fé. Recife, 07 de agosto de 2007. Sandra Figueira Pontual. Técnico Judiciário.

JUNTADA

CERTIFICO que, nesta data, **juntei aos** presentes autos Pet. cls
Nº 105738-4/2007
que se segue(em). Dou fé.
Recife, 29/08/07

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 06/08/2019 12:52:10
Identificador: 4058300.11387993
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080612505810100000011412500

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

143

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA 11ª DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

EXECUÇÃO FISCAL 92.0002274-0
Exequente: União (Fazenda Nacional)
Executada: Pessoa de Mello Industria e Comercio

A **UNIÃO (Fazenda Nacional),** por seu Procurador que o presente subscreve, intimada do despacho de fl. 182, considerando que o Sr. Oficial de Justiça não logrou êxito na citação do representante legal da empresa, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência requerer que a citação se dê na pessoa de alguns dos seus sócios, como requerido na petição de fl. 125 e deferido no despacho de fl. 137.

Nestes Termos,
Pede deferimento.
Recife, 21 de agosto 2007.

Mateus Fernandes de Souza Mendes
Procurador da Fazenda Nacional

28AG007 14:44 052.105738-4 11V 9200022740

Ronaldo José Bento
Apoio/Defesa/PRPE N-5ªR
185310

04 DEZ 2017

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, por determinação da M. M(a). Juíza desta 11ª Vara Federal, **efetuei a baixa** do processo em epígrafe. É o que me consta. Dou fé.
Recife, 10/12/2010.

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos
CÓPIA PEÇAS ACUSO
que se segue
Recife 17 de 01 de 11
Eu, _____
(S.J.R.N.)

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, em razão da sentença exarada nos autos do processo 0008638-90.1991.4.05.8300, anexei aos presentes autos cópias das principais peças do Agravo de Instrumento nº 94.0010600-9, desapensando-o, bem como juntei aos autos cópia da referida sentença e petição da Fazenda Nacional de nº 520000157-11V, promovendo ainda as devidas alterações cadastrais no sistema TEBAS. O referido é verdade. Dou fé.

Recife/PE, 15/01/2018.

Pedro Chabioz Pinto
TECNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

96.0010620-9

145

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 4a VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO:

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 05/08/94 às
Funcionário

96.05.05518-0

Antonio Bruno de Azevedo Mendes
JUIZ FEDERAL

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, já qualificada nos autos da Execução Fiscal nr. 92.0002274-0 proposta pela FAZENDA NACIONAL perante essa MM. 4a Vara Federal da Seção Judiciária deste Estado, vem, por seu advogado abaixo firmado, devidamente habilitado nos termos do instrumento de mandato anexo (doc. nr. 01), expor e requerer o seguinte:

1. A Suplicante tomou conhecimento de que esse MM. Juizo designou a data de hoje, 5 (cinco) do corrente mês, para a realização de leilão para praceamento dos bens penhorados (doc. anexo nr. 02).

2. Ocorre, todavia, que, conforme demonstrará, o referido leilão deverá ser cancelado, e chamado o feito à ordem, tendo em vista que:

a) do Edital do Leilão não constou qualquer referência à existência de outras penhoras já existentes sobre as linhas telefônicas, consoante informado pela TELPE no Ofício de fls. 30-31 (doc. anexo nr. 03), o que contraria o disposto no artigo 686, V, do CPC;

b) além dessa irregularidade formal, a Suplicante não foi regularmente intimada da penhora, o que impediu, ipso facto fossem apresentados os Embargos cabíveis.

3. Em verdade, e conforme se pode verificar pelo que se contém no AUTO de fls. 28 (doc. anexo nr. 04), do mesmo não consta a assinatura de nenhum representante legal da Suplicante; apenas a assinatura do "depositário", o advogado que subscreveu as petições oferecendo bens à penhora, sr. Aloisio Arruda Filho, que apenas compareceu àquele ato na qualidade de DEPOSITÁRIO, não sendo,

146

A data da efetivação da penhora, a representação legal da Executada era exercida pelo Diretor VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, eleito através da AGE realizada em 04.11.89 (doc. anexo nr. 06), valendo salientar que, somente a partir da AGE realizada em 24.03.94 (doc. anexo nr. 07), é que houve a eleição de dois novos diretores.

4. Não houve, destarte a INTIMAÇÃO válida e regular da Executada, razão pela qual deixou de apresentar, em tempo oportuno, os seus Embargos, conforme consta da Certidão de fls. 32 (doc. anexo nr. 08).

5. De se constatar, portanto, ter ocorrido manifesta ofensa aos seguintes dispositivos legais:

a) art. 12 da Lei nr. 6.830/80, segundo o qual a intimação da penhora deveria ter sido feita à Executada mediante publicação, no órgão oficial, isto é, no Diário Oficial do Estado, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora; art. 236 do CPC, que determina que, no Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial.

b) parág. 3o do art. 12 da Lei nr. 6.830/80, que determina que a intimação da penhora deve ser feita pessoalmente ao executado se, "na citação feita pelo correio, o aviso de recepção não contiver a assinatura do próprio executado, ou de seu representante legal."

Saliente-se que, na hipótese dos autos, sequer houve citação pelo correio.

6. Ressalte-se, também, que, não havendo, como PARTE, tomado conhecimento regular e validamente de todos os atos praticados no processo, deixou de ser assegurado à Suplicante o DEVIDO PROCESSO LEGAL, no que concerne à garantia constitucional de que tem o direito de tomar conhecimento, pelos modos regulares e normais de PUBLICIDADE, de TODOS os atos processuais.

E tal irregularidade processual - na verdade consubstanciando uma NULIDADE passível de decretação ex-officio - conflita, também, com o princípio constitucional da ISONOMIA, posto ter deixado de existir tratamento paritário aos sujeitos do processo.

7. Saliente-se, ainda, que a comprovada ausência de regular intimação da Suplicante acarretou, para a mesma, um evidente e manifesto cerceamento e comprometimento do seu sagrado direito de defesa e do mais amplo contraditório.

a) o da Garantia da Publicidade dos Atos Processuais, este como corolário do princípio que assegura o DEVIDO PROCESSO LEGAL (art. 5o, LIV);

b) o do Equilíbrio das Partes no Processo, como decorrência do princípio que assegura o tratamento paritário aos sujeitos do processo, consistente na ISONOMIA PROCESSUAL (art. 5o, I);

c) e o do Amplo Direito de Defesa e do Pleno Contraditório (art. 5o., LV).

D O P E D I D O

ANTE O EXPOSTO, vem a Suplicante requerer a V. Exa. que se digne chamar o feito à ordem para, reconsiderando o r. despacho de fls. 46 (doc.anexo nr. 09), determinar a imediata suspensão do Leilão, e reabrir prazo para apresentação dos Embargos, previsto no artigo 16 da Lei nr. 6.830/80, em decorrência:

da inexistência ou nulidade da intimação da penhora, pela falta de intimação regular do representante legal da Executada, da penhora lavrada nos termos do Auto de fls. 28.

Na hipótese de não ser acatado o requerimento acima formulado, deverá o presente petitório, alternativa e sucessivamente (art. 289 do CPC) ser recebido como AGRAVO DE INSTRUMENTO, com fundamento no art. 522 do CPC.

Uma vez deferida a sua formação, feitas as intimações de praxe e adotadas as demais providências legais cabíveis, deverá - o que de logo fica requerido - ser o AGRAVO remetido à superior apreciação do E. Tribunal Regional Federal da 5a Região, em não sendo reformada a decisão no juízo de retratação.

Termos em que,
P. Deferimento.
Recife, 05 de setembro de 1994.

LUIZ DE SA MONTEIRO
OAB-PE 3062

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Usina Aliança - Açúcar, Alcool e Cal
FUNDADA EM 1913

148

P R O C U R A Ç Ã O

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., com sede e escritório na rua do Brum, nº 137, na cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, inscrita no CGC do "Ministério da Fazenda" sob o nº 10.803.336/0001-46, representada pelos seus diretores JOSÉ LUIZ DE LIMA, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Av. Boa Viagem, nº 704, aptº 402-B, no bairro de Boa Viagem, Recife-PE e LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO, brasileiro, casado, industriários, residente e domiciliado na rua Oitenta e Sete, nº55, Paulista-PE, nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado, ao Dr. LUIZ DE SÁ MONTEIRO, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE sob o nº 3.062 e CPF/MF nº 003.705.334-53, a quem confere poderes para o foro em geral.

Recife, 05 de setembro de 1994.

ESCRITÓRIO COSTA LIMA
Bel. Jacobel V. C. M.
Rua Diário de Pern...
Reconhecido: José Luiz de Lima e Luiz Gonzaga Marques Filho
Em 09 - 94
Escrevente, O Sub.

149 02

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 51

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

EDITAL DE LEILÃO Nº 15/94

O Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, Juiz Federal da 4ª Vara/PE, torna público que será realizado o seguinte leilão referente à Execução Fiscal nº 92.0002274-0, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDUÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

OBJETO DO LEILÃO : Oito 1(08) linhas/ telefônicas de números : 224-8516 , 224-8125 , 224-8217 , 224-8305, 224-7140 , 325-2821 , 224-8714 e 224-8650 , avaliadas , cada uma , em 25.05.94 em CR$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de cruzeiros reais).

DATA, LOCAL E HORÁRIO : dia 05 de setembro de 1994, pelas 14:30 horas , à Rua do Hospício , 284, Conj 304 , Boa Vista , Recife/PE.

COMUNICAÇÃO : Se os bens não alcançarem lanços iguais ou superiores à avaliação, serão arrematados por quem oferecer quantia não inferior a 70% (setenta por cento) dessa avaliação em 2º leilão a ser realizado no dia 19 de setembro de 1994 às 14:30 horas, no mesmo local (CPC, art. 690, 2ª parte)

SÉDE DO JUÍZO : Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara Federal, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palacio Frei Caneca), 3º andar, em Recife/Pernambuco.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Juiz Federal da 4ª. Vara da
Seção Judiciária de Pernambuco

RECEBI O ORIGINAL
Em 18/08/94

Silva

150 03

TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO S.A. - TELPE

AV. AFÔNSO OLINDENSE, 1513 - VÁRZEA - 50810-900 - RECIFE - PE - BRASIL - CAIXA POSTAL 255
CPCT (081) 105 - TELEX 81.1388 - CGC 10.819.803/0001-26 - INSC. EST. 18.1.001.0011463

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 30

CT 12.000/0226/94

Recife, 03 de fevereiro de 1994.

Exmo. Sr.
Dr. Juiz de Direito da
4ª Vara da Justiça Federal
NESTA

Nos autos. Conclusos.
Recife, 07/3/94
Antonio Bruno de Azevedo Moreira
Juiz Federal

Ref.: Mandado de Penhora e Avaliação Nº 27/93-EF
Processo Nº 92.2274-0
Partes: FAZENDA NACIONAL e PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A

Atendendo ao determinado através do expediente em epígrafe, informamos que procedemos em nossos registros os gravames nos terminais telefônicos, conforme abaixo especificamos, solicitando, entretanto, a V.Exa., seja dada ciência às partes de que o atraso no pagamento da tarifa de uso por mais de 120 (cento e vinte) dias, enseja o cancelamento definitivo da assinatura telefônica, e a consequente perda do direito de uso dos terminais, de acordo com o ítem Nº 62 da Portaria Nº 663, de 18.07.79, do Ministério das Comunicações.

Terminal Nº 224.8516
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

Terminal Nº 224.8125
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

1.Obs.: Os referidos terminais encontram-se com os seguites gravames:

Penhora - Proc. Nº 2273-1/92 da 1ª Vara Federal
Penhora - Proc. Nº 2287-1/92 da 7ª Vara Federal
Penhora - Proc. Nº 2233-4/93 da 7ª Vara Federal

Terminal Nº 224.8217
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

Terminal Nº 224.8305
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

TELECOMUNICAÇÕES DE PERNAMBUCO S.A. - TELPE

AV. AFÔNSO OLINDENSE, 1513 - VÁRZEA - 50810-900 - RECIFE - PE - BRASIL - CAIXA POSTAL 255
CPCT (081) 105 - TELEX 81.1388 - CGC 10.819.803/0001-26 - INSC. EST. 18.1.001.0019464

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls 31

2.Obs.: Os referidos terminais encontram-se com os seguites gravames:

Penhora - Proc. Nº 2273-1/92 da 1ª Vara Federal
Penhora - Proc. Nº 2287-1/92 da 7ª Vara Federal

Terminal Nº 224.7140
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

Terminal Nº 325.2821
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

Terminal Nº 224.8714
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

3.Obs.: O referido terminal encontra-se com os seguites gravames:

Penhora - Proc. Nº 92.2287-1/92 da 1ª Vara Federal
Penhora - Proc. Nº 92.2233-4/93 da 7ª Vara Federal

Terminal Nº 224.8650
Assinante : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A
End. Inst.: Rua Brum, 137 Recife Velho - Recife/PE

4.Obs.: O referido terminal encontra-se com o seguinte gravame:

Penhora - Proc. Nº 92.2287-1/92 da 7ª Vara Federal

Anotação de Penhora

Atenciosamente,

ELÁDIO DE BARROS CARVALHO FILHO
Advogado

152 04

JUSTIÇA FEDERAL
Fls 28 Brasil

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO/2ªVARA
AUTO DE PENHORA , AVALIAÇÃO E DEPÓSITO

EXECUÇÃO FISCAL Nº: MANDADO Nº:
EXEQUENTE:
EXECUTADO:

Ao(s) 25 dia(s) do mês de janeiro de 1.994 , na Rua do Brum, 137, bairro do Recife para onde me dirigi, eu, **OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR** , abaixo assinado, depois de cumpridas as formalidades legais, em cumprimento do respeitável mandado supra, **PROCEDI A PENHORA E AVALIAÇÃO** , para garantia da execução acima especificada, sob os seguintes bens: linhas telefonicas nºs. 224-8516, 224-8125, 224-8217, 224-8305, 224-7140 , 325-2821, 224-8714 e 224-8650, com as respectivas ações, se houver, sendo cada linha telefonia por mim avaliada em Cr$. 1.200.000,00(hum milhao e duzentos mil cruzeiros reais),totalizando Cr$ 9.600.000,00(nove milhoes e seiscentos mil cruzeiros reais).x.x.x.x.x.x.

Em seguida, procedi o **DEPÓSITO** dos bens penhorados em mãos e poder do Sr. ELOISIO ARRUDA - OAB-PE 10.324 depositário, com endereço à O mesmo acima mencionado o qual se obrigou, sob as penas da lei, a não abrir mão dos referidos bens, até ulterior deliberação deste Juízo. Para constar, lavrei o presente autos de **PENHORA E AVALIAÇÃO** ,que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado, por mim OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR e pelo Sr. Depositário.

Depositário:

Oficial de Justiça

CERTIFICO que intimei o executado da presente penhora para, no prazo de lei oferecer embargos ou defesa que tiver que opor à penhora procedida, ficando este de tudo ciente. DOU FÉ.

Recife, 25 de janeiro de 1994

Oficial de Justiça Avaliador

- CIENTE -
25.01.94

Doc. nº 01

153 05

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.

Usina Aliança - Açúcar Alcool e Cal

FUNDADA EM 1913

JUSTIÇA FEDERAL
Fls 21 Ebrain

P R O C U R A Ç Ã O

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., com sede e escritório na Rua do Brum, nº 137, nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, inscrita no CGC/MF. sob o nº 10.803.336/0001-46 , representada pelos seus diretores os Drs. ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Rua Dom Bosco, nº 632, aptº 603, no bairro da Boa Vista, Recife-PE, e VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Avenida 17 de Agosto, nº 1565, no bairro de Casa Forte, Recife-PE, nomeia e constitui seus bastantes procuradores aos Drs. ... ALOÍSIO ARRUDA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE. sob o nº 10.324, e ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE. sob o nº 3.886, a quem confere poderes para o foro em geral, podendo ditos procuradores agirem em conjunto ou separadamente.

Recife, 20 de novembro de 1992.

Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S. A

COSTA LIMA

COSTA LIMA

Diretores

CARTÓRIO COSTA LIMA - 4.º Tab. de Notas
Bel. Álvaro G. da Costa Lima - Tabelião
Bel Josaphat Vieira de Albuquerque
José Romano Ramos
SUBSTITUTOS
14/09/93

Certório Costa Lima
4º Ofício - Recife - PE
Reconheço a firma
Recife, 26 de 11 de 19 92
Era verd. - O

CARTÓRIO COSTA LIMA - 4.º Tab. de Notas
Bel. Álvaro G. da Costa Lima - Tabelião
Bel Josaphat Vieira de Albuquerque

154

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.
(C.G.C. DO "MINISTÉRIO DA FAZENDA" Nº 10.803.336/0001-46

Cópia autêntica da Ata da Assembléia Geral Extraordinária de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., realizada no dia quatro (4) de novembro de mil novecentos e oitenta e nove (1989). "Aos quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989), às dez (10) horas, na sede social, na rua do Brum, 137, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, reuniram-se os acionistas de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., representando mais de dois terços do capital social com direito a voto, como se verifica das assinaturas lançadas com as declarações exigidas no livro "Presença dos Acionistas", às folhas 69, em Assembléia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 135 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Então, na forma dos Estatutos Socias, assumiu a presidência da Assembléia o Diretor Presidente, CARLOS PESSOA DE MELLO, que convidou a mim, acionista, MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO, para secretária. Constituída assim a mesa, o presidente declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária, e dando início aos trabalhos disse que a Assembléia tinha sido regularmente convocada por anúncio publicado no mês de outubro próximo passado, nos dias 26, 27 e 28 no Diário Oficial do Estado e nos dias, 25, 26 e 27 no Diário da Manhã, cujo teor é o seguinte: "PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., CGC/MF nº 10.803.336/0001-46, ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO. São convidados os acionistas de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social, nesta cidade, em primeira convocação e às 11:00 horas em segunda, com qualquer número de acionistas, tudo no dia 04 de novembro do corrente ano, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Alteração dos Estatutos Sociais e consequente consolidação dos mesmos; b) Eleição da Diretoria. Recife, 23 de outubro de 1989. CARLOS PESSOA DE MELLO, Dir. Presidente; VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, Dir. Secretário, ALFREDO MARIANO DE BRITO, Dir. Administrativo". Dando prosseguimento à assembléia, disse que a mesma se realizaria a fim de ser apreciada uma proposta da Diretoria que se encontrava sobre a mesa, cujo objetivo era a reformulação da administração da sociedade e consequente alteração dos Estatutos Sociais. Em seguida determinou, o que fiz como secretária, a leitura da Proposta da Diretoria do teor seguinte: "PROPOS-

de Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S/A. - Capítulo Primeiro: - Denominação, fins, sede e duração. Artigo 1º - Denomina-se PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., a sociedade anônima em que se transformou a sociedade em nome coletivo PESSOA DE MELLO & COMPANHIA e que se regerá pelos presentes Estatutos e disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Sociedade mantém o seu objeto social que é a fabricação de açúcar, álcool, aguardente e outros produtos derivados da cana de açúcar, no estabelecimento industrial denominado "Usina Aliança", situado no município de Aliança, no Estado de Pernambuco, a exploração agrícola e pecuária de suas propriedades rurais e das propriedades rurais de terceiros que arrendar, bem como o comércio dos seus produtos, inclusive exportação, podendo participar de outras sociedades na qualidade de quotista ou de acionista. Artigo 3º - A Sociedade mantém a sua sede e foro nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na rua do Brum, nº 137, no bairro do Recife, e o prazo de duração será indeterminado. Capítulo Segundo: - Capital e Ações - Artigo 4º - O capital social integralmente realizado é de hum milhão, trezentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete cruzados novos e noventa e seis centavos (NCz$.. 1.374.477,96) dividido em setecentas e noventa e sete mil, duzentas e sessenta e uma (797.261) ações ordinárias, no valor nominal de hum cruzado novo e setenta e dois centavos (NCz$ 1,72), cada uma delas, nominativas ou ao portador, à vontade do acionista que as poderá converter de uma forma em outra, correndo por sua conta as despesas de conversão. Artigo 5º - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais e é indivisível em relação à Sociedade, sendo que as ações ao portador não terão direito de voto. Capítulo Terceiro: - Da Administração - Artigo 6º - A Administração da sociedade será exercida por uma Diretoria composta de dois diretores acionistas ou não, eleitos para um mandato de três anos pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos. Parágrafo Único - A investidura no cargo de diretor dar-se-á por termo lançado no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria" assinado pelo respectivo diretor, não havendo necessidade de caução para gestão do diretor. Artigo 7º - Aos Diretores caberá indistintamente a prática de atos gerais de administração, bem como a representação legal da sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo no caso de depoimento pessoal em juízo, cada diretor constituir um procurador com poderes especiais para o ato. Parágrafo Primeiro - No caso de vagar o cargo de Diretor, de

um diretor e de um procurador, para todos os atos de que resultem obrigações para a sociedade, tais como contratos e títulos de crédito, inclusive emissão, aceite e endosso de notas promissórias e letras de câmbio, constituição de hipoteca, penhor e anticrese, alienação fiduciária e dação de avais e de fianças, ressalvados os atos referidos nos demais parágrafos deste artigo. Parágrafo Quarto - Será indispensável a assinatura de dois diretores, ou de um diretor e de um procurador, ou de dois procuradores, para a emissão, aceite e endosso de cheques e de duplicatas. Artigo 8º - A diretoria poderá nomear procuradores para assinar os papéis e documentos no modo previsto nos parágrafos 3º (terceiro) e 4º (quarto) do Artigo Sétimo, bem como procuradores com poderes especiais para praticar atos especificados cuja competência genérica seja dos dois diretores. Artigo 9º - A Diretoria, por maioria de seus membros, se julgar conveniente aos interesses sociais, poderá criar filiais, sucursais, agências, escritórios, bem como gravar bens de qualquer natureza, inclusive, fazer alienação fiduciária de bens móveis, hipotecar propriedades e demais bens imóveis do patrimônio da sociedade e fazer penhor industrial, mercantil, agrícola ou pecuário, ficando, para isso, investida da necessária autorização. Artigo 10º - A remuneração dos Diretores será fixada anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, mas será reajustada nas mesmas bases do reajuste dos funcionários da Sociedade, nas datas que não coincidam com a da realização da Assembléia Geral Ordinária. Capítulo Quarto: - Conselho Fiscal - Artigo 11º - A sociedade terá um Conselho Fiscal com funcionamento não permanente, composto de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, pessoas naturais, residentes no país e que preencham os demais requisitos legais. Parágrafo Primeiro - O conselho Fiscal somente será instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações, com direito a voto ou cinco por cento das ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária após à sua instalação. Parágrafo Segundo - A Assembléia Geral que deliberar a instalação do Conselho Fiscal, elegerá os seus membros, com observância das prescrições legais e fixará a sua remuneração; Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento, terão a competência, deveres e responsabilidades previstas em lei, e os seus membros efetivos serão substituídos, em caso de impedimento, ausência ou vaga, pelos suplentes, na ordem de sua noeação constante

anúncios publicados pela imprensa, como manda a lei, e deles deverão constar a ordem do dia, ainda que sumariamente, e o dia e hora e local da reunião ou, na hipótese prevista no parágrafo quarto do artigo 124 da lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976, como faculta tal dispositivo. Artigo 14º - Só poderão tomar parte nas Assembléias gerais, os acionistas, cujas ações ou títulos representativos tenham sido depositados na sede social até três (3) dias antes da data marcada para a realização da Assembléia, quando se tratar de ações ao portador. Capítulo Sexto: - Exercício Social - Artigo 15º - O exercício social terá início em primeiro (1º) de julho de cada ano e término em trinta (30) de junho do ano seguinte, ocasião em que deverá se elaborar as demonstrações financeiras com observância das normas legais. Parágrafo Único - Do lucro líquido serão feitas as seguintes deduções, obedecendo-se à ordem de prioridade: a) cinco por cento (5%) para a formação da reserva legal que não poderá exceder vinte por cento (20%) do capital social; b) as percentagens destinadas à constituição de reservas criadas por lei ou deliberadas pela Assembléia Geral; c) a quantia necessária ao pagamento de um dividendo mínimo de vinte e cinco por cento (25%) ao ano, calculada sobre o lucro líquido do exercício, às ações de qualquer espécie, forma ou classe, representativas do capital social; d) após as deduções, ainda havendo saldo, competirá a Assembléia Geral dar-lhe a destinação que julgar conveniente aos interesses sociais. Artigo 16º - Os dividendos não reclamados dentro dos cinco (5) anos, a contar da data do anúncio do seu pagamento, prescreverão a favor da sociedade. Capítulo Sétimo - Da Liquidação - Artigo 17º - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos na legislação, cabendo, a Assembléia Geral, nomear o liquidante. Recife 16 de outubro de 1989. CARLOS PESSOA DE MELLO-Diretor Presidente; CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO-Diretor Superintendente; VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO-Diretor Secretário; ALFREDO MARIANO DE BRITO-Diretor Administrativo". Pôs, então, o Presidente a "PROPOSTA DA DIRETORIA" em discussão, e ninguém querendo usar da palavra, colocou em votação, sendo unanimemente aprovada, passando em consequência os Estatutos Sociais a terem a relação constante da "PROPOSTA DA DIRETORIA", acima transcrita e devidamente aprovada. Disse ainda o Presidente que estavam sobre a mesa cartas de todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a saber: CARLOS PESSOA DE MELLO, BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO, CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, ALFREDO MARIANO DE

ducíária, os bens da sociedade, a fim de substituir as garantias, reais ou fidejussórias, que por ventura tivessem sido dadas pelos ex-acionistas, ex-diretores, diretores e respectivos cônjugues, em negócios realizados no interesse e em favor da sociedade, o que foi aprovado por unanimidade. Procedeu-se então a eleição da nova diretoria, tendo sido unanimemente eleitos para um mandato de três anos a partir desta data, ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na rua Dom Bosco, 632, apt? 603 no bairro da Boa Vista, portador da carteira de identidade n? 3866 OAB/PE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do "Ministério da Fazenda" sob o n? 004.174.834/49 e VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na av. 17 de Agosto, n? 1565, no bairro de Casa Forte, portador da carteira de identidade n? 2.102 OAB/PE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do "Ministério da Fazenda" sob o n? 000.250.034/53. Por proposta da acionista Maria Guiomar Pessoa Guerra, foram aprovados por unanimidade os honorários para os Diretores até a próxima Assembléia Geral Ordinária na base de NCz$ 9.252,32 (nove mil, duzentos e cinquenta e dois cruzados novos e trinta e dois centavos) mensais, respeitados os reajustes na forma estatutária. E nada mais havendo a tratar, a Assembléia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reiniciados os trabalhos, foi a presente Ata lida em voz alta e tendo sido aprovada foi por todos assinada, dela se tirando cópias datilografadas que forem precisas. MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO, CARLOS PESSOA DE MELLO, MARIA GUIOMAR PESSOA GUERRA".

Está conforme o original

Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S/A.

VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO
Diretor

05/09/94

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.
C.G.C. do "Ministério da Fazenda" nº 10.803.336/0001-46

Cópia autêntica da Assembléia Geral Extraordinária de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., realizada no dia 24 (vinte e quatro) de março de mil novecentos e noventa e quatro (1994). "Aos vinte e quatro (24) dias do mês de março de mil novecentos e noventa e quatro (1994), às 11 (Onze) horas, na sede social, na rua do Brum, nº 137, na cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, reuniram-se os acionistas de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., representando a maioria do capital social com direito a voto, como se verifica das assinaturas lançadas com as declarações exigidas no livro "Presença dos Acionistas", às fls.69, em Assembléia Geral Extraordinária. Então,aclamados pelos acionistas presentes, assumiu a presidência da Assembléia o Acionista, ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, que convidou a mim, Acionista BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, para secretário. Constituída assim a mesa, o presidente declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária, em segunda convocação, nos termos do artigo 135 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. E dando início aos trabalhos disse que a Assembléia tinha sido regularmente convocada por anúncio publicado no mês de março, nos dias 12,15 e 16 nos Diários Oficial e da Manhã cujo teor é o seguinte: "PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., - C.G.C. do "Ministério da Fazenda" nº 10.803.336/0001-46 - "Assembléia Geral Extraordinária" - "1ª e 2ª Convocação" - São convidados os Senhores Acionistas de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., para a Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em primeira (1ª)convocação, às 10 (dez) horas e em segunda convocação às 11 (onze) horas, do dia vinte e quatro (24) do mês de março do corrente ano, na sede Social, na rua do Brum, nº 137, nesta cidade, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Alteração dos Estatutos Sociais; b)Eleição da Diretoria; c) Assuntos Correlatos. Recife, 04 de março de 1994. PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO. (Diretor)". Dando prosseguimento à assembléia, disse que se encontrava sobre a mesa, proposta da Diretoria do teor abaixo, cujo objetivo era a reformulação da administração da sociedade e conseqüente alteração dos Estatutos Sociais. Em seguida determinou, o que fiz como secretário, a lavratura da Proposta da Diretoria do teor seguinte: **"Proposta da Diretoria:** Senhores Acionistas: A Diretoria de PESSOA DE MELLO,INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., vem apresentar à deliberação dos acionistas uma propos-

procurador, nos seguintes atos: a) emissão, aceite e endosso de duplicatas mercantis e de prestação de serviços; b) emissão e endosso de cheques; c) abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias; d) constituição de procuradores com poderes "ad judicia". § 3º - Será indispensável a assinatura conjunta de dois diretores e de um procurador, nos seguintes atos: a) aquisição de bens imóveis; b) emissão,aceite e endosso de letras de câmbio; c) emissão e endosso de notas promissórias; d) deliberação sobre a criação e fechamento de filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional; e) oneração de bens da sociedade, tais como hipoteca, penhor e alienação fiduciária; f) transação em juízo ou fora dele; g) venda de bens móveis do Ativo Permanente; h) arrendamento de imóveis, de estabelecimentos comerciais e de complexos industriais. Artigo 8º - A constituição de procuradores com poderes "ad negotia", dependerá da assinatura conjunta dos dois diretores e de acionistas representando a maioria do capital social. Artigo 9º - A diretoria deverá apresentar trimestralmente aos acionistas um relatório dos atos especificamente referidos nos artigos 7º e 8º. Recife, 24 de março de 1994. VAUDRILO LEAL GUARRA CURADO-Diretor". Colocou então o Presidente a "Proposta da Diretoria " acima transcrita, em discussão e ninguém querendo discutí-la, em votação, sendo então unanimemente aprovada, passando os Estatutos Sociais a vigorar com as modificações constantes da referida proposta. Procedeu-se então à Eleição da Diretoria, sendo eleitos para um mandato de três (03) anos, LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO, brasileiro, casado, industriário, reisdente e domiciliado na cidade do Paulista-PE, na rua Oitenta e Sete, nº 55, inscrito no CPF/MF. sob o nº 258.265.574-00, portador da Carteira de Identidade nº 1.757.303-SSP/PE e JOSÉ LUIZ DE LIMA, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Av. Boa Viagem, nº 704, aptº 402-B, no bairro de Boa Viagem, Recife-PE, inscrito no CPF/MF. sob o nº 078.262.064-72, portador da Carteira de Identidade nº 960.844-SSP/PE. Por proposta do Acionista BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, foi proposto e aprovado um voto de congratulação à Diretoria anterior, bem como que os honorários da Diretoria fossem fixados em até o valor máximo permitido pela legislação do imposto de renda, não podendo ser inferior a um (01) salário mínimo, até a próxima A.G.O. E nada mais havendo a tratar, a Assembléia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reiniciados os trabalhos, foi a presente Ata lida em voz alta e tendo sido aprovada foi por todos assinada, dela se tirando cópias datilografadas que forem precisas.BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, AGROPECUÁRIA COMÉRCIO DE ALIANCA

161 08

JUSTIÇA FEDERAL
Fls 32

92.0002274-0 EX. FISCAL ULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 25/02/92

CONSULTA REALIZADA EM : 09/03/94 AS 15:46
EXEQTE. : FAZENDA NACIONAL
ADV. : PROC JOAQUIM LUSTOSA FILHO
EXECDO. : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. : PE003886 - ALFREDO MARIANO DE BRITO E OUTRO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

Para informacao da secretaria em 09/03/94

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

CERTIFICO que não foram opostos Embargos à Execução.

"Tecle <RET> p/ continuar"

1607/09

JUSTIÇA FEDERAL - PE
f. s. 46

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 06 de julho de 94

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 9200022740

Ao leilao.

Recife 07 de julho de 94

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 163

94.0010600-9 AG. INSTRUMENTO ULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 05/09/94

CONSULTA REALIZADA EM . 08/09/94 AS 16 44
AGVTE . PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. . PE016324 - ALOISIO ARRUDA FILHO E OUTRO
AGVDO . FAZENDA NACIONAL
ADV. . PROC JOAQUIN LUSTOSA FILHO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

Para informacao da secretaria em 08/09/94

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

" Certifico a V. Exa. que, o Agravante ao interpor o presente Agravo apresentou as cópias para a formacao do mesmo, com exceccao da certidao de intimacao da decisao agravada. Recife, 08/09/94
"

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
4a VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 224 184

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 13 de setembro de 94

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 9400106009

Providencie o setor as pecas restantes que faltam.

Recife 19 de setembro de 94

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

CERTIDÃO

Certifico que, [illegible]

Recife, [illegible] de [illegible]

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 165

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 24 68

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 3493/94

INTIMAÇÃO DE : PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A., através de seu representante legal, com endereço à Rua do Brum, 137 , Bairro do Recife, nesta Capital.

FINALIDADE : para tomar ciência da realização do Leilão no dia 05 de setembro de 1994, pelas 14:30 horas, pelo Sr. Leiloeiro ITACY DE FRANCA SANTOS, na Rua do Hospício nº 284, Conj.304, Boa Vista , Recife/PE, e no dia 19 de setembro de 1994, às 14:30 horas, caso não haja licitantes na 1ª data marcada, nos autos do EXECUÇÃO FISCAL nº 92.0002274-0 promovida pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 9º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em 17/08/94

4.ª VARA FEDERAL - PE
TOMBO N.º 92.2274-0

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 54

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 55

166

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

EDITAL DE LEILÃO Nº 15/94

O Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, Juiz Federal da 4ª Vara/PE, torna público que será realizado o seguinte leilão referente à Execução Fiscal nº 92.0002274-0, proposta pela FAZENDA NACIONAL contra PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A.

OBJETO DO LEILÃO : Oito (08) linhas telefônicas de números : 224-0514 , 224-0125 , 224-0217 , 224-8306, 224-7140 , 325-2621 , 224-8714 e 224-8450 , avaliadas , cada uma , em 25.05.94 em CR$ 4.000.000,00 (Quatro milhões de cruzeiros reais).

DATA, LOCAL E HORÁRIO : dia 05 de setembro de 1994, pelas 14:30 horas , à Rua do Hospício , 284, Conj 304 , "Boa Vista", Recife/PE.

COMUNICAÇÃO : Se os bens não alcançarem lanços iguais ou superiores à avaliação, serão arrematados por quem oferecer quantia não inferior a 70% (setenta por cento) dessa avaliação em 2º leilão a ser realizado no dia 19 de setembro de 1994 às 14:30 horas, no mesmo local (CPC, art. 692, 2ª parte).

SEDE DO JUÍZO : Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara Federal, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, em Recife/Pernambuco.

Recife, 08 de agosto de 1994.

ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Juiz Federal da 4ª. Vara da
Seção Judiciária de Pernambuco.

CERTIDÃO

Certifico que, o EDITAL de leilão nº 15/94
foi publicado no Diário Oficial do Estado de
26/08/94, página nº 60
Dou fé.
Recife, 22 de AGOSTO de 1994

167

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 25

94.0010600-9 AG. INSTRUMENTO PENULTIMO MOVIMENTO AUTUADO EM 05/09/94

CONSULTA REALIZADA EM : 27/09/94 AS 17:13
AGVTE : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
ADV. : PE010324 - ALOISIO ARRUDA FILHO E OUTRO
AGVDO : FAZENDA NACIONAL
ADV. : PROC JOAQUIM LUSTOSA FILHO
004A. VARA - DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA

Para informacao da secretaria em 27/09/94

Sentenca/decisao/despacho/informacao da secretaria:

" CERTIFICO que, nesta data, o Agravante apresentou as pe-
ças que faltavam (fls.23/24). Recife, 27/09/94.
"

Registro terminal em 27/09/94

"Tecle <RET> p/ continuar"

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 168

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 27 de setembro de 94

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de secretaria

Processo No. 9400106009

Intime-se a agravada a indicar no prazo de cinco dias, as pecas que pretende sejam traslada-das.

Recife 28 de setembro de 94

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 169

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 1185/94 E. Fiscal

INTIMAÇÃO DE: FAZENDA NACIONAL, através de seu procurador, nesta Capital.

FINALIDADE : Indicar, no prazo de 05 (cinco) dias, as peças que pretende sejam trasladadas, nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO (Proc.nº94.10600-9), promovido por PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A contra FAZENDA NACIONAL.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 9º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 30 de setembro de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em / /

_____

170

Justiça Federal — 5ª Região — 28

1563

PODER JUDICIÁRIO.
Justiça Federal de Primeira Instância.
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 1185/94 - E. FISCAL

INTIMAÇÃO DE: FAZENDA NACIONAL, através de seu procurador, nesta Capital.

FINALIDADE : Indicar, no prazo de 05 (cinco) dias, as peças que pretende sejam trasladadas, nos autos do AGRAVO DE INSTRUMENTO (Proc.nº94.10600-9), promovido por PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A contra FAZENDA NACIONAL.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem do MM. Juiz Federal da 4ª Vara/PE, Dr. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA, devendo ser cumprida por Oficial de Justiça.

Recife, 30 de setembro de 1994.

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretora de Secretaria da 4ª Vara
da Seção Judiciária de Pernambuco.

Ciente em 11/10/94

PFN/PE
DÁRIO DE OLIVEIRA PINHEIRO
Procurador - Chefe

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Justiça Federal 5ª Região 29

171

Ref. Agravo de Instrumento nº 94.10600 - 9
Agravante: Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A
Agravado: Fazenda Nacional

Petição nº 617 /94

Nos autos 28/10/94

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco

A União Federal (Fazenda Nacional), por sua procuradora infra-assinada, atendendo despacho de V. Exa. nos autos do Agravo de Instrumento em epígrafe, vem, respeitosamente, indicar as peças que pretende sejam trasladadas, requerendo desde logo sua juntada para formação do instrumento, nos termos do artigo 524 do Código de Processo Civil.

Peças a serem trasladadas:

1.Mandado de intimação nº 3493/94 de fls.54
2.Procuração de fls. 10
3.Procuração de fls.21
4.Procuração de fls.58
5. Auto de Penhora e Avaliação de fls.28
6.Ofício da TELPE de fls.30/31
7.Embargos à arrematação de fls.64 a 68

Obs: Os documentos referem-se à Execução Fiscal nº 92.0002274 - 0

Termos em que
Pede deferimento
Recife,18 de outubro de 1994

Procuradora da Fazenda Nacional

Em ___/___/___

da Penha Duarte Brito
Procuradora da Fazenda Nacional
Mat. n.º 3.099-5

172

1603

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Justiça Federal 3ª Região 38

Ref. Agravo de Instrumento nº 94.10600 - 9
Agravante: Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A
Agravado: Fazenda Nacional

28 10 / 94

Petição nº 618 /94

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco

A União Federal (Fazenda Nacional), por sua procuradora infra-assinada, nos autos do Agravo de Instrumento em epígrafe, vem, respeitosamente requerer a V Exa se digne mandar intimar o Agravante para apresentar cópias autenticadas das Assembléias Gerais Extraordinarias realizadas em 04.11.89 e 24.03.94, conforme citado em sua petição de fls.64 a 68 nos autos da Execução Fiscal nº 92.0002274 - 0 para que se determine os representantes legais da Agravante no processo de execução ja citado

Termos em que
Pede deferimento
Recife,18 de outubro de 1994

Procuradora da Fazenda Nacional

Em, _____ / _____ / _____

Maria da Penha Duarte Pires
Procuradora da Fazenda Nacional
Mat. n.º 3.092.715-1

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Usina Aliança - Açúcar, Alcool e Cal
FUNDADA EM 1913

Doc. Nº. 01.

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 2

P R O C U R A Ç Ã O

PESSOA DE MELLO,INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., com sede e escritório na Rua do Brum, nº 137, na cidade do Recife , capital do Estado de Pernambuco, inscrita no CGC. do "Ministério da Fazenda" sob o nº 10.803.336/0001-46, representada pelos seus diretores os Drs. ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro, casado , advogado, residente e domiciliado na Rua Dom Bosco, nº 632, aptº 603, no bairro da Boa Vista, Recife-PE, e VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Av. 17 de Agosto, nº 1565, no bairro de Casa Forte, Recife-PE,capital do Estado de Pernambuco, nomeia e constitui seus bastantes Procuradores e advogados, os Drs. ALOÍSIO ARRUDA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 10.324,ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 3.886, a quem confere poderes para o foro em geral , podendo ditos Procuradores agirem em conjunto ou separadamente.

Recife, 26 de agosto de 1991.

Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S. A.

Diretores

Cartório Costa Lima
4º Ofício - Recife - PE
Reconheço a firma Alfredo Mariano de Brito, Vaudrilo Leal Guerra Curado
Recife, 29 de AGO 1991
Era verd. - O Tab.

174

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Usina Aliança - Açúcar, Álcool e Cal
FUNDADA EM 1913

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 32

Justiça Federal
Seção Judiciária
Fls. 53

P R O C U R A Ç Ã O

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes do "Ministério da Fazenda" sob o nº 10.803.336/0001-46, inscrição Estadual nº..... 18.1.002.0003377-1, com sede na Rua do Brum, nº 137, no bairro do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito nomeia e constutui seus bastantes procuradores e advogados o Dr. LUIZ DE SÁ MONTEIRO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB(PE) sob o nº 3062, inscrito no CIC do "Ministério da Fazenda" sob o nº 003.705.334/53; Dr. URBANO VITALINO DE MELO FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB(PE) sob o nº 2383 e SUE VITALINO MENDONÇA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB(PE) sob o nº 9299 a quem conferem poderes para o foro em geral, podendo, inclusive, ditos procuradores agirem em conjunto ou isoladamente.

Recife, 05 de dezembro de 1989.

COSTA LIMA
COSTA LIMA

Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S. A.

Diretores

CARTORIO COSTA LIMA
Bel. Álvaro da Costa Lima - 1º Tabelião
Bel. Josaphat V. de Barros e José Donilácio Falcão
Rua Diário de Pernambuco, 165 - Fone 224-1573680/0001-59
Reconheço a firma

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 69

175

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 4a VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO:

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 23

Nos autos Conclusos.
Recife, 30 / 09 / 94

Antonio Bruno de Azevedo Moreira
Juiz Federal

JUSTIÇA FEDERAL PE
29 SET 1429 16 033013
PROTOCOLO GERAL

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, já qualificada nos autos da Execução Fiscal nr. 92.0002274-0 proposta pela FAZENDA NACIONAL perante essa MM. 4a Vara Federal da Seção Judiciária deste Estado, vem, por seu advogado abaixo firmado, interpor EMBARGOS À ARREMATAÇÃO, com base nos fatos e fundamentos seguintes:

1 - A NULIDADE DA ARREMATAÇÃO DECORRENTE DE TER SIDO REALIZADA EM DIA NÃO INDICADO NO EDITAL.

Preliminarmente, a Executada submete a V. Exa., como matéria prejudicial, o exame da NULIDADE DA ARREMATAÇÃO, por ter sido realizada no dia 20 (vinte) do corrente, quando o Edital assinala o dia 19 (dezenove) como a data marcada para a realização da Segunda Praça.

De se ressaltar que a Executada, através da petição de fls. 54, protocolada no dia 20.09.94, já chamava a atenção desse MM. Juizo para a IRREGULARIDADE.

Evidente, no caso, que a realização do leilão em dia DIVERSO do que constava do Edital é um ATO NULO, não podendo produzir efeitos jurídicos válidos, a teor do que prescreve o artigo 694, parágrafo único, I, do CPC, por VÍCIO DE NULIDADE.

2 - A NULIDADE DA ARREMATAÇÃO RESULTANTE DA NULIDADE DA EXECUÇÃO, POR FALTA DE INTIMAÇÃO REGULAR DA PENHORA, E POR IRREGULARIDADE DO EDITAL FACE A OMISSÃO DE REFERÊNCIA A ÔNUS INCIDENTES SOBRE OS BENS PENHORADOS

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 34

JUSTIÇA FEDERAL - PE
S. 05

Trata-se de matèria já submetida à apreciação desse MM. Juizo através de petição da Executada (cópia anexa) datada de __ do corrente, a qual foi processada como Agravo de Instrumento.

A Executada pede vênia para reiterar os argumentos expendidos naquela petição, verbis:

" 1. A Suplicante tomou conhecimento de que esse MM. Juizo designou a data de hoje, 5 (cinco) do corrente mês, para a realização de leilão para praceamento dos bens penhorados (doc. anexo nr. 02).

2. Ocorre, todavia, que, conforme demonstrará, o referido leilão deverá ser cancelado, e chamado o feito á ordem, tendo em vista que:

a) do Edital do Leilão não constou qualquer referência á existência de outras penhoras já existentes sobre as linhas telefônicas, consoante informado pela TELPE no Oficio de fls. 30-31 (doc. anexo nr. 03), o que contraria o disposto no artigo 686, V, do CPC;

b) alèm dessa irregularidade formal, a Suplicante não foi regularmente intimada da penhora, o que impediu, ipso facto fossem apresentados os Embargos cabiveis.

3. Em verdade, e conforme se pode verificar pelo que se contèm no AUTO de fls. 28 (doc. anexo nr. 04), do mesmo não consta a assinatura de nenhum representante legal da Suplicante; apenas a assinatura do "depositàrio", o advogado que subscreveu as petições oferecendo bens á penhora, sr. Aloisio Arruda Filho, que apenas compareceu áquele ato na qualidade de DEPOSITÁRIO, não sendo, todavia, representante legal da Suplicante.

Consoante se pode verificar pela Procuração de fls. 21 (doc. anexo nr. 05), ao dr. Aloisio Arruda Filho não havia sido conferido poder especifico para RECEBER INTIMAÇÃO em nome da Executada.

À data da efetivação da penhora, a representação legal da Executada era exercida pelo Diretor VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, eleito através da AGE realizada em 04.11.89 (doc. anexo nr. 06), valendo salientar que, somente a partir da AGE realizada em 24.03.94 (doc. anexo nr. 07), é que houve a eleição de dois novos diretores.

4. Não houve, destarte a INTIMAÇÃO válida e regular da Executada, razão pela qual deixou de apresentar, em tempo oportuno, os seus Embargos, conforme consta da Certidão de fls. 32 (doc. anexo nr. 08).

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls.
JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls.

a) art. 12 da Lei nr. 6.830/80, segundo o qual a intimação da penhora deveria ter sido feita à Executada mediante publicação, no órgão oficial, isto é, no Diário Oficial do Estado, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora; art. 236 do CPC, que determina que, no Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial.

b) parág. 3o do art. 12 da Lei nr. 6.830/80, que determina que a intimação da penhora deve ser feita pessoalmente ao executado se, "na citação feita pelo correio, o aviso de recepção não contiver a assinatura do próprio executado, ou de seu representante legal."

Saliente-se que, na hipótese dos autos, sequer houve citação pelo correio.

6. Ressalte-se, também, que, não havendo, como PARTE, tomado conhecimento regular e validamente de todos os atos praticados no processo, deixou de ser assegurado à Suplicante o DEVIDO PROCESSO LEGAL, no que concerne à garantia constitucional de que tem o direito de tomar conhecimento, pelos modos regulares e normais de PUBLICIDADE, de TODOS os atos processuais.

E tal irregularidade processual - na verdade consubstanciando uma NULIDADE passível de decretação ex-officio - conflita, também, com o princípio constitucional da ISONOMIA, posto ter deixado de existir tratamento paritário aos sujeitos do processo.

7. Saliente-se, ainda, que a comprovada ausência de regular intimação da Suplicante acarretou, para a mesma, um evidente e manifesto cerceamento e comprometimento do seu sagrado direito de defesa e do mais amplo contraditório.

Assim, restou como violada a disposição genérica constante do artigo 234 do CPC, e manifestamente desrespeitados os seguintes princípios insertos na Constituição Federal:

a) o da Garantia da Publicidade dos Atos Processuais, este como corolário do princípio que assegura o DEVIDO PROCESSO LEGAL (art. 5o, LIV);

b) o do Equilíbrio das Partes no Processo, como decorrência do princípio que assegura o tratamento paritário aos sujeitos do processo, consistente na ISONOMIA PROCESSUAL (art. 5o, I);

c) e o do Amplo Direito de Defesa e do Pleno Contraditório (art. 5o., LV).

D O P E D I D O

ANTE O EXPOSTO vem a Suplicante requerer a V. Exa. que

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls.

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls.

178

da inexistência ou nulidade da intimação da penhora, pela falta de intimação regular do representante legal da Executada, da penhora lavrada nos termos do Auto de fls. 28.

Na hipótese de não ser acatado o requerimento acima formulado, deverá o presente petitório, alternativa e sucessivamente (art. 289 do CPC) ser recebido como AGRAVO DE INSTRUMENTO, com fundamento no art. 522 do CPC.

Uma vez deferida a sua formação, feitas as intimações de praxe e adotadas as demais providências legais cabíveis, deverá - o que de logo fica requerido - ser o AGRAVO remetido à superior apreciação do E. Tribunal Regional Federal da 5a Região, em não sendo reformada a decisão no juízo de retratação."

C O N C L U S Ã O

3. Confirmando e reiterando todos os argumentos e alegações acima transcritos, vem a Executada, com especial fundamento no artigo 746 do Código de Processo Civil, ingressar com os presentes EMBARGOS À ARREMATAÇÃO, pedindo que os mesmos sejam admitidos e recebidos no efeito suspensivo para o fim, por sentença, ser julgados PROCEDENTES, decretando-se o desfazimento da arrematação:

a) por vício de nulidade (art. 694, parágrafo único, I) em decorrência de o leilão ter sido realizado em dia diverso do constante do edital;

b) por existência de ônus real não mencionado no edital (art. 694, parágrafo único, III);

c) em decorrência da NULIDADE DA EXECUÇÃO, por falta de intimação regular da penhora.

Para comprovação do alegado, protesta desde já a Embargante, pela apresentação de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente apresentação posterior de documentos, depoimento de testemunhas, cujo rol enviará oportunamente, e depoimento pessoal do representante legal da Embargada, tudo o que fica de logo requerido.

Por fim, deverá a Embargada ser condenado ao pagamento das custas e honorários advocatícios, na base de 20%

Requer seja determinada a intimação do Embargado e também dos

JUSTIÇA FEDERAL - PE
fls.

JUSTIÇA FEDERAL - PE
fls. 68 179

148.894.474-15), referidos na prestação de contas de fls. 60, e cujos endereços deverão ser indicados pelo Sr. Leiloeiro Oficial, para, nos termos do art. 740, do CPC, impugnar, querendo, os presentes Embargos, no prazo de 10 dias, pena de confissão.

Dá-se à causa, para os efeitos meramente fiscais, o valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais).

Termos em que,

P. Deferimento.

Recife, 28 de setembro de 1994.

LUIZ DE SÁ MONTEIRO
OAB-PE 3062

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 39

180

PODER JUDICIARIO SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
VARA FEDERAL

CONCLUSAO

Nesta data, faço estes autos conclusos
a(o) M.M.(a) Juiz(a), Dr.(a) Dr(a)
DRa NILCEA MARIA BARBOSA NASCI.
Recife 17 de novembro de 94

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de secretaria

Processo No.: 9400106009

DESPACHO: Intime-se o exequente para requerer
(art.526 CPC).

Recife 05 de setembro de 94

DRa NILCEA MARIA BARBOSA NASCI.
Juiza Federal

Certifico que, nesta data, foi expedido
o(s) M.I. nº 203/94 conforme
cópia à folha

Recife, 07 de dezembro de 94

181

JUSTIÇA FEDERAL - PF
Fls. 40

95.1290

PODER JUDICIÁRIO
Justiça Federal de Primeira Instância
Seção Judiciária de Pernambuco - 4ª Vara

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 203/95

INTIMAÇÃO DE : FAZENDA NACIONAL, através de seu Procurador, com endereço na Av. Alfredo Lisboa, nesta Capital.

FINALIDADE : responder ao Agravo de Instrumento nº 94.10600-9 (art. 526 CPC) que PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. move contra a Fazenda Nacional, no prazo de lei.

SEDE DO JUÍZO : Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, 4ª Vara, Av. Cruz Cabugá, s/nº (Palácio Frei Caneca), 3º andar, Recife, Pernambuco.

Expedi este mandado por ordem da MM. Juíza Federal Substituta Auxiliar da 4ª Vara/PE, Drª. NILCEA MARIA BARBOSA MAGGI, devendo ser cumprido por Oficial de Justiça.

JUSTICA FEDERAL DE PERNAMBUCO
MV/FR - FORMULARIO DE REMESSA 4a VARA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL - 02/02/95
Fls. 182

Proc.: 94.0010600-9 Classe : 5004 - AGRAVO DE INSTRUMENTO

Autor: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Adv. : ADV. ALOISIO ARRUDA FILHO E ADV. ALFREDO MARIANO DE BRITO

Reu : FAZENDA NACIONAL

Proc.: PROC. JOAQUIM LUSTOSA FILHO

Remetido ao REU OU EQUIVALENTE (PARTE PASSIVA) Para MANIFESTACAO

Recebi em 2/2/95 Ass.:_____

Nome : _____ Telefone: _____

183

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

952763

JF PE
Fls. 92

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 94.10800-9
CDA nº 40.6.91.000085-33
AGRAVANTE: Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A.
AGRAVADA: Fazenda Nacional
PETIÇÃO Nº205/95

N. A.
EM, 7 / /
Nilcea Maria Barbosa Magri
Juiza Federal Substituta
4ª Vara

A FAZENDA NACIONAL, através de seu procurador, vem perante V.Exa. responder o agravo em epígrafe, com base nos fundamentos que passa a expor:

INTEMPESTIVIDADE DO AGRAVO

Inicialmente, a agravada vem chamar atenção para o fato de que este agravo de instrumento foi interposto fora do prazo legal de cinco dias, pois a agravante [illegible] decisão a qual pretende ver reformada (fls. [illegible] de 1994 (fls. 23), ajuizando-se este [illegible] setembro de 1994.

Dessa forma, a Fazenda Nacional [illegible] não conheça do presente agravo.

A TEMERIDADE DA [illegible]

A executada [illegible] não teria trazido menção [illegible] linhas telefônicas [illegible] de [illegible].

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 93

[illegible] requerendo [illegible] demonstrando indícios

Quanto à pretensão da executada em obstar a realização do leilão por não haver menção à efetiva da existência de ônus reais, a teor do art. 694, parágrafo único, III, do CPC, verifica-se não lhe assistir razão.

De acordo com o ofício da TELPE às fls. 08/09, vê-se que existem outras penhoras incidentes sobre alguns dos terminais telefônicos penhorados. Ora, o citado dispositivo do CPC fala em ônus reais, tais como hipotecas, usufrutos e anticreses, e não em penhoras, que nada mais é do que gravame judicial.

No que diz respeito à nulidade da execução, sob a alegação de que não teria havido regular intimação da penhora ao executado, verifica-se justamente o contrário às fls. 27v. da execução, ou seja, houve regular intimação da penhora ao representante legal da executada, haja vista a certidão do Sr. Oficial de Justiça (fls. 27v.).

Assim, conclui-se que não pode o executado a esta altura alegar que a intimação da penhora não se deu na pessoa do representante legal da empresa, pois o Dr. Aloísio Arruda Filho se declarou como tal perante o Oficial de Justiça. Não pode, portanto, a devedora arguir a nulidade de um ato a que ela própria deu causa, conforme o art. 243 do CPC.

Diante do exposto, conclui-se que não há que falar em nulidade da execução, razão pela qual a agravada requer a improcedência do agravo em epígrafe.

Pede deferimento.

Recife, 8 de fevereiro de 1995.

Joaquim Lustosa

JOAQUIM LUSTOSA FILHO

Procurador da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 44 Proc 195

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. JOSÉ MANUEL ZEFERINO DALVAO DE MELO.
Recife 07 de agosto de 95

ELENICE TORRES ARAUJO GOMES
Diretor(a) de Secretaria

Processo No. 9400106009

Fica intimada a parte Agravante do preparo das custas recursais, no prazo de lei, advertida de que o não preparo implicará na pena de deserção. Publique-se.

Recife 23 de janeiro de 96

DR. JOSÉ MANUEL ZEFERINO DALVAO DE MELO
Juiz Federal

CERTIDÃO

CERTIFICO que enviei, nesta data notícia do despacho supra para o DIÁRIO DA JUSTIÇA. O referido é verdade e dou fé.
Recife 16 de janeiro de 96

Diretor(a) da Secretaria

CERTIDÃO

CERTIFICO que o despacho supra foi publicado no DIÁRIO DA JUSTIÇA de 26/01/96 (pag. 56). O referido é verdade e dou fé.
Recife 29 de janeiro de 96

Diretor(a) da Secretaria

186

Justiça Federal 5ª Região Fls. 46 4ª Vara

CONCLUSAO

Nesta data, faco estes autos conclusos a(o) M.M.(a) Juiz(a), Sr.(a) Dr.(a) DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA.
Recife 27 de fevereiro de 96

ELENICE TORRES AGUIAR GOMES
Diretor(a) de Secretaria

Processo No. 9400106009

Face ao que dispoe o art. 1.211 de nosso Codigo de Processo Civil e as modificacoes introduzidas pela Lei n. 9.139/95, determino que o presente Agravo de Instrumento seja, de imediato, apos baixa na distribuicao, encaminhado ao Egregio Tribunal Regional Federal da 5a. Regiao, competente para dele conhecer e decidir. Certifique-se nos autos da acao principal. Intime-se. Publique-se.

Recife 27 de fevereiro de 96

DR. ANTONIO BRUNO DE AZEVEDO MOREIRA
Juiz Federal

CERTIDAO

CERTIFICO que enviei, nesta data noticia do despacho supra para o DIARIO DA JUSTICA O referido e verdade e dou fe.
Recife 28 de fevereiro de 96

Diretor(a) da Secretaria

CERTIDAO

CERTIFICO que o despacho supra foi publicado no DIARIO DA JUSTICA do dia 02/03/96 (pag 65). O referido e verdade e dou fe.
Recife 06 de MARÇO de 96

Diretor(a) da Secretaria

187

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO

TERMO DE RECEBIMENTO

REVISÃO E DISTRIBUIÇÃO

NESTA DATA, ESTES AUTOS FORAM RECEBIDOS, REGISTRADOS, CONFERIDAS AS FOLHAS E A SEGUIR DISTRIBUIDOS POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO, NA FORMA DAS NORMAS REGIMENTAIS DO TRIBUNAL E DO DEMONSTRATIVO ABAIXO DISCRIMINADO:

PROCESSO : 96.05.05518-0 ORIG: 4a VARA 5979 AGTR PE

VOLUMES : 1 N. FOLHAS : 46

DISTRIBUICAO POR PREVENCAO DE JUIZ EM 15/03/96
RELATOR : JUIZ JOSE MARIA LUCENA - TERCEIRA TURMA
ANOTACOES:

RECIFE-PE 18 DE MARCO DE 1996.

VAO ESTES AUTOS COM CONCLUSAO AO EXMO. JUIZ RELATOR.

RECIFE-PE 18 DE MARCO DE 1996.

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Tribunal Regional Federal
Fls. 47
4.ª Região

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO JUIZ JOSÉ MARIA LUCENA

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 5979-PE (96.05.05518-0)
Agravante(s): PESSOA DE MELO IND/COM/ S/A
Agravado(s) : FAZENDA NACIONAL

D E S P A C H O

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por **PESSOA DE MELO COM/ IND S/A** contra despacho da lavra do Juiz Federal da 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, proferido nos autos da Execução Fiscal nº 92.2274-0.

Tal recurso, porém, restou prejudicado, haja vista o pronunciamento definitivo do Pleno desta e. Corte, quanto ao despacho agravado, por ocasião do julgamento proferido nos autos do MS nº 45789-PE (94.05.30972-2), impetrado com o fito de lhe reformar a decisão atacada em questão.

Assim sendo, com base no art. 30, § 1°, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, julgo prejudicado o presente recurso por perda do objeto.

Publique-se.

Intime-se.

Recife, 20 de junho de 1996.

JUIZ JOSÉ MARIA LUCENA - RELATOR

189

PODER JUDICIARIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

CERTIDÃO

Certifico que o respeitável despacho de fls. 12, foi publicado no D.J.U. em 14/10/96. O referido é verdade e dou fé . Recife, 13 de novembro de 1996.

Osmar Correia Carvalho
Assistente Datilógrafo
Tribunal Regional Federal - 5.ª Região

CERTIDÃO

Certifico que o respeitável despacho supramencionado transitou em julgado em 21/11/96. O referido é verdade e dou fé. Recife, 13 de novembro de 1996.

Osmar Correia Carvalho
Assistente Datilógrafo
Tribunal Regional Federal - 5.ª Região

REMESSA

Aos 17 dias do mês de dezembro de 1996 faço remessa dos autos ao Juízo da 4ª Vara

Ana Cléia Heliodoro do Nascimento
T.R.F. - 5.ª REGIÃO
Técnico Judiciário

190

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - 1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
1ª VARA CÍVEL

Processo No. 90.0107[illegible]
Classe: 3000

118

C O N C L U S Ã O

Nesta data, faço conclusos os presentes

autos ao MM. Juiz [illegible]

Eu, [illegible] o subscrevi.

Recife [illegible] de setembro de [illegible].

[illegible]
Diretor de Secretaria

D E S P A C H O

[illegible] DEFIRO O PEDIDO DE [illegible] ART. 40 DA LEI [illegible] PARÁGRAFO [illegible] ARQUIVEM-SE OS PRESENTES AUTOS. (EM [illegible] PARÁGRAFO 2º, DO MESMO DISPOSITIVO LEGAL [illegible] SETEMBRO DE 1990.)

Para Custas.

[illegible]
Juiz Federal

JFPE - Fls. 1090

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
11a. VARA FEDERAL

Processo nº 92.0002274-0
Classe: 99 EXECUÇÃO FISCAL

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos os presentes autos a(o) M.M.(a) Juiz(a) da 11a. VARA FEDERAL Sr.(a) Dr.(a) EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR

Recife, 22/09/2006
Pontual
SANDRA FIGUEIRA PONTUAL
Encarregado(a) do Setor

DESPACHO

R.H. Manifeste-se a Fazenda Nacional no prazo de 10 (dez) dias. No silêncio, arquive-se sem baixa. Recife, 22/09/2006.

EDVALDO BATISTA DA SILVA JUNIOR
Juiz Federal

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos

CÓPIA SENTENÇA

que se segue

Recife, 15 de 01 de 18

Fu.

Assino

PROCESSO: 0008638-90.1991.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros

SENTENÇA

1. PRESCRIÇÃO

Instada a se manifestar sobre a possibilidade de ocorrência da prescrição intercorrente, a União o fez às fls. 814/815v.

A exequente reconheceu a ocorrência da prescrição intercorrente apenas em relação à execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300. Pediu o prosseguimento das demais execuções com o aproveitamento dos atos já praticados após a reunião.

DECIDO.

A prescrição intercorrente deve ser reconhecida após o decurso do prazo total de 6 (seis) anos, 1 (um) ano de suspensão mais 5 (cinco) anos de arquivamento sem baixa, nos termos do art. 40, da Lei nº 6.830/80.

No caso vertente, em 9/1997, a União requereu a suspensão do feito, nos termos do art. 40 da LEF (fl. 86). Somente em 08/2006 a União indicou bens do devedor à penhora (fl. 98).

Como se vê, entre 9/1997 a 8/2006 decorreu prazo superior a 6 (seis) anos (1 de suspensão mais 5 de arquivamento sem baixa). Diante do exposto, é de se reconhecer a prescrição intercorrente do crédito exequendo, visto que decorridos mais de 5 (cinco) anos do arquivamento, sem qualquer prosseguimento efetivo da execução por parte da exequente.

POSTO ISSO, reconheço a ocorrência da **prescrição intercorrente** na execução fiscal **0008638-90.1991.4.05.8300 (até então processo piloto)** e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no art. 487, II, c/c art. 354, ambos do Código de Processo Civil.

2. EXECUÇÕES APENSADAS

Em 14/12/2010 houve despacho determinando a reunião ao processo 0008638-90.1991.4.05.8300 das seguintes execuções:

1. 92.0002274-0,
2. 92.0002272-3,
3. 93.0004700-0 – INSS,
4. 94.0012072-9 – INSS,
5. 95.0015555-9 – INSS,
6. 95.0003070-5,

7. 98.0005148-1 – INSS,
8. 2001.83.00.012438-6,
9. 2002.83.00.014058-0,
10. 2002.83.00.010408-2 (está dentro do processo 2001.83.00.012438-6 - fl. 15).

Resumirei os principais acontecimentos de cada processo para facilitar a compreensão do andamento dos feitos.

2.1. 92.0002274-0
Ajuizamento em 25/02/1992
Fl. 9 – devedor indica bens à penhora (25/02/1993)
Fl. 12v – citação positiva por oficial de justiça em 12/2/1993
Fl. 24 - União não aceita bem – indica linhas telefônicas à penhora
Fls. 28/ 85 – anulação do leilão realizado e devolução do dinheiro aos licitantes (11/4/1997)
Fl. 88 – sentença embargos à arrematação
fl. 115 – termo de apensamento ao processo 94.10600-9 em 16/06/1999
fl. 117 – União pede suspensão art. 40 em 11/9/2000
fl. 118 – redistribuição do processo em 21/11/2005
fl. 120 – União pede vista - processo foi encaminhado em 14/11/2006
fl. 123 – União pede redirecionamento em janeiro/2007
fl. 137 – decisão defere redirecionamento
fl. 141 – certidão do oficial de justiça – José Luis de Lima trabalha na cidade de Rio Tinto na Fazenda Manibu Destilaria Santo Antonio devolve mandado sem cumprimento em 12/06/2007
fl. 143 – União pede citação dos demais sócios 21/08/2007
Houve baixa do processo em 12/2010 pelo apensamento

2.2. 92.0002272-3
Ajuizamento em 25/02/1992
Fl. 10 – a devedora oferece bem à penhora (1 silo de açúcar em aço) – 19/6/1992
Fl. 12v – citação positiva em 15/06/1992
Fl. 13 – União não aceita o bem
Fl. 14 – União pede bloqueio crédito da devedora perante a Petrobras
Fl. 17 e 33 – empresas informam não haver crédito em favor da devedora
Fl. 21/22 – auto de penhora do imóvel de matrícula 2.065 CRI de Aliança/PE – propriedade rural denominada Patrimônio Nossa Senhora do Ó com 25 ha. Intimação da penhora em 26/10/1992
Fls. 44/46 – embargos à execução parcialmente procedentes para excluir a TR como fator de correção monetária no período de fevereiro/1991 a dez/1991 e aplicar IPC. A União foi condenada em honorários sucumbenciais (10 % do valor reduzido com a modificação do índice)
Fl. 49v – União pede leilão do bem
Fl. 56/71 – julgamento apelação pelo TRF – nega provimento aos recursos. Trânsito em julgado 16/08/1996
Fl. 72v – União pede cálculo pela contadoria
Fl. 77v – reavaliação do bem em 7/1997
Fl. 78 – edital leilão
Fl. 86 – certidão leilão sem licitantes 06/1998
Fl. 90 – novo leilão
Fl. 94 - certidão leilão sem licitantes 19/1/1999
Fls. 114 - Carta precatória para novo leilão. Devolvida sem cumprimento – mandado de constatação a propriedade é constituída por terras devolutas fl. 121v (em 9/2/2009)
Fl. 110v - Certidão de baixa do processo em 12/2010 pelo apensamento

Justiça Federal de 1ª Instância 11ª Vara 193

2.3. 93.0004700-0 (crédito previdenciário)
Polo passivo apenas pessoa jurídica
Ajuizamento em 31/05/1993
Fl. 8 – aviso de recebimento positivo
Fl. 11v – mandado de penhora frustrado, bens da empresa localizados na cidade de Aliança/PE
Fl. 20 - Carta precatória para a comarca de Aliança. Auto penhora fl. 29
Fl. 36v – certidão não interposição de embargos
Fl. 52 – habilitação advogados devedora
Cancelamento leilão falta intimação devedor da penhora
Fl. 121v – intimação devedor da penhora
Fl. 127 – INSS pede reunião da execução fiscal 95.15555-9 e 94.12072-9
Fl. 129v – despacho defere reunião
Fl. 139 – INSS indica imóveis à penhora e pede intimação da penhora apenas em relação às execuções 95.15555-9 e 94.12072-9
Fl. 142 – cópia da sentença dos Embargos à Execução 95.0013611-2. Improcedentes. Falta executar honorários
Fl. 174 – devolução precatória
Fl. 183v - oficial de justiça certificou que o titular do Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Aliança/PE afirmou não existirem bens em nome da devedora. A certidão do cartório não foi juntada.
Houve baixa do processo em 12/2010 pelo apensamento

2.4. Apenso 94.0012072-9 (crédito previdenciário)
Polo passivo pessoa jurídica e sócios cujos nomes constavam da CDA e foi expedida carta de citação (Alfredo e Valdrilo)
Fl. 16 – devedora indica bens à penhora
Fl. 30 – carta precatória aliança. Laudo de avaliação fl. 41
Fl. 66v – certidão reunião com a execução fiscal 93.4700-0
Fl. 83 – auto de praça e leilão 11/3/1997 – 1.º leilão sem licitantes
Fl. 84 – auto de praça dia 18/3/1997 – 2.º leilão sem licitantes
Fl. 93 – despacho remessa autos INSS se manifestar em 11/6/2007
Sem carga
Houve baixa do processo em 12/2010 pelo apensamento

2.5. Apenso 95.0015555-9 (crédito previdenciário)
Polo passivo pessoa jurídica e sócios cujos nomes constavam da CDA e foi expedida carta de citação (Luiz Gonzaga e José Luiz)
Foram expedidas cartas de citação para todos os coexecutados
Fl. 46 – AR citação pessoa jurídica positiva em 29/4/1996
Fl. 51v – certidão oficial de justiça citação positiva – penhora negativa bens na cidade de aliança (22/8/1996)
Fl. 53 – INSS pede reunião EF 93.4700-0 (19/12/96)
Juntada deferida
Nada mais foi feito no processo

2.6. 95.0003070-5
Ajuizamento em 10/3/1995
Fl. 9 – aviso de recebimento positivo em 29/3/1995
Fl. 13v – mandado de penhora negativo – bens da empresa se encontra na cidade de aliança
Fl. 14v – União pede carta precatória para penhora em aliança

Fl. 28/42 – resposta carta precatória – foi desapensada para registro no CRI
Fl. 56 – devedor intimado da penhora em 1/04/1998 – Aloizio – petição fl. 59 dizendo não ser o representante legal da empresa
Fl. 58 - devedor intimado da penhora em 3/04/1998 – Valdrilho Leal
Fl. 62/81 – Carta precatória devolvida sem leilão - desentranhada
Fl. 98 – carta precatória engenho sirigi
Fl. 144 – carta precatória para leilão
Fl. 146 – juiz de direito informa que o bem foi desapropriado imissão na posse em 2007
Sem intimação exequente
Houve baixa do processo em 12/2010 pelo apensamento

2.7. 98.0005148-1
Ajuizamento em 9/3/1998 (exequente é INSS)
Polo passivo pessoa jurídica e sócios cujos nomes constavam da CDA e foi expedida carta de citação (Luiz Gonzaga e Jorge Luiz)
Fl. 12v – oficial de justiça certifica que número inexistente (endereço do representante legal) – 28/05/1998
Fl. 16 – oficial de justiça certifica que no endereço na cidade de paulista reside outra pessoa que não o executado
Fl. 21v – citação positiva da pessoa jurídica por oficial de justiça 23/11/2000
Vista INSS em 18/10/2002
Fl. 25 – INSS pede expedição mandado penhora
Fl. 32v – oficial justiça certifica que empresa mudou-se e indicou o novo endereço
Houve baixa do processo em 12/2010 pelo apensamento

2.8. 2002.83.00.014058-0
Ajuizamento em 12/09/02
Citação positiva aviso de recebimento (6/8/2003)
Fl. 16 – União indica bens para e pede arresto
Fl. 22v – oficial de justiça não realiza penhora porque no local funciona outra empresa (17/10/2007)
Não houve intimação da União
Houve baixa do processo em 12/2010 pelo apensamento

2.9. 2001.83.00.012438-6
Ajuizamento em 30/04/2001
Citação expedida sem AR devolvido
Fl. 12 – União pede citação do oficial de justiça e reunião com EF 2002.83.00.010408-2 e 2002.83.00.010503-7 (04/2005)
Fl. 15 – juntada da execução fiscal 2002.83.00.010408-2
Ajuizamento em 8/7/2002
Citação expedida sem AR devolvido
União pede apensamento aos processos 2001.83.00.012438-6 e 2002.83.00.010503-7
Fl. 28/29 – devolução AR mudou-se (juntada em 20/07/2005)
Fl. 31 - reunião dos feitos 2002.83.00.010408-2 e 2002.83.00.010503-7
Fl. 32 – despacho – remeter EF 2002.83.00.010503-7 – justiça do trabalho competente
Fl. 36 – devolução AR mudou-se (juntada em 31/10/2006)
Fl. 38 – certidão oficial de justiça – Rua do Brum, 137 – no local é outra empresa (juntado em 17/02/2006)
Fl. 41 – vistas à União em 18/04/2006

Justiça Federal 1ª Instância 11ª Vara 194

Fl. 42 – União pede citação da empresa na pessoa do representante legal. Mandados expedidos, mas destinados ao antigo endereço – oficial de justiça não citou representante legal
Houve baixa do processo em 12/2010 pelo apensamento

3. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA

Há processos, referentes a débitos previdenciários, em que o credor é o INSS. São eles: 93.0004700-0, 94.0012072-9, 95.0015555-9 e 98.0005148-1.

3.1. EF 93.0004700-0

Não houve inclusão de pessoas físicas. Período de apuração 4/1991 a 11/1991.

3.2. EF 94.0012072-9

Os sócios Alfredo Mariano de Brito e Vaudrilo Leal Guerra Curado tiveram seus nomes constantes da CDA. Período de apuração 07/1990 a 03/1991.

Apenas com o advento da Lei 8.620/93 (art. 13), posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, é que houve a possibilidade de responsabilidade solidária dos sócios das sociedades limitadas.

Considerando que os fatos geradores são de período anterior à previsão legal, **intime-se** a União para, no prazo de 20 (vinte) dias explicitar o fundamento da responsabilidade dos sócios, bem como se manifestar sobre a possibilidade de prescrição intercorrente em relação a eles.

3.3. EF 95.0015555-9

Houve inclusão dos sócios Luiz Gonzaga Marques Filho e José Luiz de Lima na CDA. Período 03/1993 a 04/1994.

Intime-se a União para, no prazo de 20 (vinte) dias explicitar o fundamento da responsabilidade dos sócios, bem como se manifestar sobre a possibilidade de prescrição intercorrente em relação a eles.

3.4. EF 98.0005148-1

O débito cobrado nesta execução está consubstanciado na CDA 32.479.417-7 no valor de R$ 5.632,70 na data de 25/12/1998, relativo a período de apuração de 08/1996. Na CDA constam os nomes dos corresponsáveis Luiz Gonzaga Marques Filho e José Luiz de Lima.

No entanto, não identifico o fundamento legal da cobrança em destaque.

Intime-se a União para, no prazo de 20 (vinte) dias explicitar o fundamento da cobrança em questão tanto em relação à empresa quanto em relação aos sócios, bem como se manifestar sobre a possibilidade de prescrição intercorrente em relação a eles.

4. PROSSEGUIMENTO

A partir dos dados acima, podemos afirmar que:

Justiça Federal 1ª Instância 11ª Vara

- Em nenhum dos feitos ocorreu a prescrição intercorrente pelo art. 40 da LEF;

- Todos os feitos foram apensados em 12/2010 ao processo piloto 0008638-90.1991.4.05.8300;

- Desde o último ato de cada processo até o apensamento em 12/2010 não decorreu prazo superior a 5 anos;

- A partir da decisão que determinou a reunião dos feitos, os atos praticados no processo piloto repercutem em todos eles.

Por ora, **mantenho** o apensamento das execuções, passando o processo 92.0002274-0 à qualidade de piloto por ser o mais antigo.

A execução 0008638-90.1991.4.05.8300 (ora extinta) deve ser mantida em apenso para fins de memória histórica dos acontecimentos, viabilizando a consulta dos atos praticados.

Intime-se a União para no prazo de 20 (vinte) dias, indicar o valor atualizado de cada uma das execuções reunidas de forma individualizada.

Cumpridas essas medidas, voltem os autos conclusos para a regularização do polo passivo.

Recife, 01/12/2017.

DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
Juíza Federal da 11ª Vara/PE

TERMO DE RECEBIMENTO
Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos do(a) Juiz(a) Federal da 11ª Vara/PE. Recife/PE, 01/12/2017.

Juliana Pessoa Rafael
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

JUNTADA
Nesta data, juntei aos presentes autos
CERTIDÃO
que se segue
Recife, 15 de 01 de 18
p/ u.
Visto

~~831~~
195

PGFN

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 5ª Região
Divisão de Acompanhamento de Grandes Devedores

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) FEDERAL DA 11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

GRANDE DEVEDOR

Execução Fiscal nº 92.0002274-0

(Processos reunidos de números 2001.83.00.012438-6, 2002.83.00.010408-2, 93.0004700-00, 94.0012072-9, 95.00155555-9, 92.0002272-3, 98.0005148-1, 95.0003070-5, 2002.83.00.014058-0, 0008638-90.1991.4.05.8300)

EXEQUENTE: UNIÃO / FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. E OUTROS.

08JAN1809:26 5200000137 110 0227468199240058300CA

A UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor e requerer o que segue.

De início, é necessário destacar que, no âmbito do processo de nº 0008638-90.1991.4.05.8300, então considerado como piloto, foi proferida sentença nos seguintes termos:

> POSTO ISSO, reconheço a ocorrência da **prescrição intercorrente** na execução fiscal **0008638-90.1991.4.05.8300 (até então processo piloto)** e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fundamento no art. 487, II, c/c art. 354, ambos do Código de Processo Civil.
>
> (...)
>
> Por ora, **mantenho** o apensamento das execuções, passando o processo 92.0002274-0 à qualidade de piloto por ser o mais antigo.
>
> A execução 0008638-90.1991.4.05.8300 (ora extinta) deve ser mantida em apenso para fins de memória histórica dos acontecimentos, viabilizando a consulta dos atos praticados.
>
> **Intime-se** a União para no prazo de 20 (vinte) dias, indicar o valor atualizado de cada uma das execuções reunidas de forma individualizada.
>
> Cumpridas essas medidas, voltem os autos conclusos para a regularização do polo passivo.

Com efeito, a Fazenda Nacional esclarece que peticiona no presente processo de nº 92.0002274-0, agora considerado como piloto, bem como passa cumprir o determinado na citada sentença, conforme se pode constatar infra.

Pois bem, na tabela abaixo, a União indica as CDA´s e os valores atualizados de cada umas das execuções fiscais então reunidas de forma individualizada. Tudo conforme se pode verificar através das consultas que seguem anexas. Senão vejamos:

EXECUÇÃO FISCAL	CDA(´S)	VALOR ATUALIZADO
92.0002274-0 (Processo Piloto)	40.6.91.000085-33	R$ 518.947,96
92.000.2272-3	40.2.91.000134-22	R$ 157.238,41
95.0003070-5	40.6.94.000202-10	R$ 46.436,46
93.0004700-0	31.494.989-5	R$ 116.524,42
94.0012072-9	31.356.416-7	R$ 4.964,85
95.0015555-9	31.548.809-3; 31.549.500-6; 31.549.501-4; 31.549.989-3; 31.998.401-0; 31.998.402-8; 31.998.435-4 E 31.998.436-2	R$ 16.737.566,40
98.0005148-1	32.479.417-7	R$ 6.759,24
2001.83.00.012438-6	40.6.00.002326-91	R$ 270.769,76
2002.83.00.010408-2	40.8.02.000558-01	R$ 86.814,02
2002.83.00.014058-0	40.8.02.000562-98	R$ 191.748,94

Por fim, a Fazenda Nacional pugna pelo regular prosseguimento do feito, em conformidade com as determinações contidas na referida sentença, assim como requer a juntada dos documentos que seguem anexos.

Recife, 19 de dezembro de 2017.

Marconi Lins de Albuquerque Lafayette Araújo
Procurador da Fazenda Nacional

196 832

PFN-PRFN-5ª Região

Consulta Dívida Ativa

20/12/2017 15:57 Tempo restante de conexão: 19:50

MARCONI LINS DE ALBUQUERQUE LAFAYETTE AR (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40691000085 **Número de Inscrição:** 40 6 91 000085-33

Número do Processo Administrativo: 26520 100002/88-82 **CPF/CNPJ:** 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	04/09/1991	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Órgão de Origem:	DRF RCE	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00000000009200022740		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	25/02/1995	**Valor Consolidado:**	R$ 518.947,96
Qtd. de Débitos:	0001	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088918715	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

197
833

PFN-PRFN-5ª Região

Consulta Dívida Ativa

20/12/2017 16:00 Tempo restante de conexão: 19:14

MARCONI LINS DE ALBUQUERQUE LAFAYETTE AR (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40291000134 **Número de Inscrição:** 40 2 91 000134-22 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 10480 008200/89-41 **CPF/CNPJ:** 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	16/09/1991	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	UFIR 20.059,54
Órgão de Origem:	DRF RCE	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00000000009200022723		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	UFIR 20.059,54
Receita:	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	25/02/1992	**Valor Consolidado:**	R$ 157.238,41
Qtd. de Débitos:	0008	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088901109	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

198
834

PFN-PRFN-5ª Região

Consulta Dívida Ativa

20/12/2017 16:19 Tempo restante de conexão: 19:56

MARCONI LINS DE ALBUQUERQUE LAFAYETTE AR (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40694000202 **Número de Inscrição:** 40 6 94 000202-10 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 27307 400471/89-86 **CPF/CNPJ:** 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	19/09/1994	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Órgão de Origem:	D.N.C.	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00000000009500030705		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	10/03/1995	**Valor Consolidado:**	R$ 46.436,46
Qtd. de Débitos:	0001	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088901644	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
20/12/2017 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 16:05:35
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **9300047000** **(*)** Credito: **314949895** PRC: **15200800**
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
Fase: **624** Dt.Fase: **29/06/2004** Comarca: **15116** Vara: **11** Foro: **FED**
Procurador: **902872** Honorarios: **20.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **28/05/1993**
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
314949895	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**97.103,69**

Total Divida - **97.103,69**
Honor Divida - **19.420,73**
J/Hon REFIS - **0,00** Prox.Credito -
Total da Acao - **116.524,42** * - Apensada XMIT ☐
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.58

200

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
20/12/2017 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 16:07:09
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **9400120729** **(*)** Credito: **313564167** PRC: **15200800**
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
Fase: **624** Dt.Fase: **29/06/2004** Comarca: **15116** Vara: **11** Foro: **FED**
Procurador: **902872** Honorarios: **20.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **14/10/1994**
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
313564167	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**4.137,38**

Total Divida -	**4.137,38**		
Honor Divida -	**827,47**		
J/Hon REFIS -	**0,00**	Prox.Credito -	
Total da Acao -	**4.964,85**	* - Apensada	XMIT ☐

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.58

201

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
20/12/2017 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 16:08:45
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **9500155559** **(*)** Credito: **315488093** PRC: **15200800**
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
Fase: **624** Dt.Fase: **29/06/2004** Comarca: **15116** Vara: **11** Foro: **FED**
Procurador: **902872** Honorarios: **20.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **24/10/1995**
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
315488093	624	29/06/2004	Nao	103.855,11
315495006	624	29/06/2004	Nao	494.746,99
315495014	624	29/06/2004	Nao	11.194.053,61
315499893	624	29/06/2004	Nao	1.707.607,86
319984010	624	29/06/2004	Nao	114.559,07
319984028	624	29/06/2004	Nao	304.175,22
319984354	624	29/06/2004	Nao	21.074,28
319984362	624	29/06/2004	Nao	7.899,86

Total Divida - 13.947.972,00
Honor Divida - 2.789.594,40
J/Hon REFIS - 0,00 Prox.Credito -
Total da Acao - 16.737.566,40 * - Apensada XMIT ☐
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.58

207

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
20/12/2017 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 16:13:19
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **9800051481** Credito: **324794177** PRC: **15200800**
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
Fase: **594** Dt.Fase: **03/08/2000** Comarca: **15116** Vara: **11** Foro: **FED**
Procurador: **1306057** Honorarios: **20.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **06/03/1998**
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
324794177	**594**	**03/08/2000**	**Nao**	**5.632,70**

Total Divida - **5.632,70**
Honor Divida - **1.126,54**
J/Hon REFIS - **0,00** Prox.Credito -
Total da Acao - **6.759,24** * - Apensada XMIT ☐
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.58

839
203

PFN-PRFN-5ª Região

Consulta Dívida Ativa

20/12/2017 16:15 Tempo restante de conexão: 19:33

MARCONI LINS DE ALBUQUERQUE LAFAYETTE AR (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS	DEVEDOR	DÉBITOS	PAGAMENTOS	PROTESTOS
OCORRÊNCIAS	PARCELAMENTO	VALORES	EXECUÇÃO FISCAL	COBRA

Parâmetro: 40600002326 **Número de Inscrição:** 40 6 00 002326-91 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 10768 024637/88-14 **CPF/CNPJ:** 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	18/08/2000	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	CZ 5.460.990,67 UFIR 34.424,65
Órgão de Origem:	SRF	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00000200183000124386		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	CZ 5.460.990,67 UFIR 34.424,65
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	26/04/2001	**Valor Consolidado:**	R$ 270.769,76
Qtd. de Débitos:	0003	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088924625	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

844
205

PFN-PRFN-5ª Região

MARCONI LINS DE ALBUQUERQUE LAFAYETTE AR (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Consulta Dívida Ativa

Informações Gerais

20/12/2017 16:21 Tempo restante de conexão: 19:31

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40802000562 **Número de Inscrição:** 40 8 02 000562-98 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 10480 000679/2002-13 **CPF/CNPJ:** 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	02/05/2002	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	140589020024058300	**Valor Inscrito:**	R$ 41.035,13 UFIR 45.053,93
Órgão de Origem:	ARF/TIMBAUBA	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	140589020024058300		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	R$ 41.035,13 UFIR 45.053,93
Receita:	2157 - DIV.ATIVA-ITR	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	ITR	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	12/09/2002	**Valor Consolidado:**	R$ 191.748,94
Qtd. de Débitos:	0002	**Data de Distribuição:**	12/09/2002	**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088931751	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

306
842

PFN-PRFN-5ª Região

MARCONI LINS DE ALBUQUERQUE LAFAYETTE AR (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Consulta Dívida Ativa

Informações Gerais

20/12/2017 16:33 Tempo restante de conexão: 19:58

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS

OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40691000046 **Número de Inscrição:** 40 6 91 000046-27 Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13406 000079/89-17 **CPF/CNPJ:** 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Grande Devedor: Principal

Situação:	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE A SER DEVOLVIDA OU ARQUIVADA						
Data da Inscrição:	28/08/1991	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	00000000009100086380	**Valor Inscrito:**	UFIR 42.187,42
Órgão de Origem:	SRF-PE	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00086389019914058300		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	UFIR 42.187,42
Receita:	1134 - DIV.ATIVA-FINSOCIAL	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	05/11/1991	**Valor Consolidado:**	R$ 0,00
Qtd. de Débitos:	0020	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	SV8-05	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088900940	**Data da Extinção:**	20/12/2017	**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:	CONFORME DESPACHO DE FLS. 1036/1037 DO PA 13406.000079/89-17.	**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE – CEP 50865-900

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão dos presentes autos a(o) Juiz(a) Federal da 11ª Vara.
Recife/PE, 16/01/2018 09:11.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE – CEP 50865-900

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

DESPACHO

Apesar de indicar o valor atualizado de cada execução, a União não se manifestou sobre os questionamentos deste juízo no item 3 da decisão de fls. 192/194v.

Intime-se a União para se manifestar, especificamente, sobre o item 3 da decisão de fls. 192/194v, no prazo de 10 (dez) dias.

Recife, 17/01/2018.

AUGUSTO CESAR DE CARVALHO LEAL
Juiz Federal Substituto,
no exercício da titularidade da 11ª Vara/PE

TERMO DE RECEBIMENTO
Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos do(a) Juiz(a) Federal da 11ª Vara/PE. Recife/PE, 17/01/2018.

Juliana Pessoa Rafael
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

VISTA PARA.....EN.....
AUTOS COM.....VOLUMES
EM.....APENSOS
EM 18/01/18

RECEBIDO EM...../...../.....
POR.....

Sérgio José Leite de Melo Jr.
Apoio / Defesa / PRFN 5ª R
SIAPE 2198333

22 JAN. 2018

TERMO DE RECEBIMENTO
Autos recebidos na 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco
Recife/PE, 06/02/2018

JUNTADA
Nesta data, juntei aos presentes autos
Petição
que segue.
Recife/PE, 06 de 02 de 2018
Eu,
Assino

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 06/08/2019 12:52:10
Identificador: 4058300.11387995
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080612505810200000011412502

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA-REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL NA 5ª REGIÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

05FEV1814:19 520038456 11V 022746819724052830CA

EXECUÇÃO FISCAL
Processo nº 0002274-68.1992.4.05.8300
Exequente: FAZENDA NACIONAL
Executado: PESSOA DE MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E OUTROS

A **União**, por intermédio do procurador da Fazenda Nacional ao final assinado, nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao despacho de fl. 208, expor e requerer o que segue

Esse MM Juízo, por intermédio do despacho de fl. 208, fez intimar a Fazenda Nacional para que se pronunciasse, especificamente, sobre o item 3 da decisão de fls. 192/194.

Com efeito, no item 3 da decisão de fls. 192/194 acima mencionada, V.Exa. determina, relativamente a três execuções fiscais apensas (EF 94.0012072-9, EF 95.001555-9 e EF 98.0005148-1), que a União identifique o fundamento legal que ampara a responsabilidade tributária dos sócios constantes das CDA´s respectivas, bem assim que se manifeste sobre a possibilidade de prescrição intercorrente em relação aos citados sócios.

Dessa maneira, a exequente passa a cumprir a referida determinação.

- Execução Fiscal nº 94.0012072-9

Este feito cuida da CDA de nº 31.356.416-7, que se originou do Processo Administrativo nº 12883.002157/2008-26.

Pois bem, ao se revisar o mencionado processo administrativo constata-se que a infração apurada pela administração foi o não recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre o pró-labore dos diretores, à época, da executada.

Ocorre que a Lei que instituiu dita obrigação (Lei 7.787/89) viu-se declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em controle difuso, razão pela qual

sobreveio a Resolução do Senado de nº 14/95, a respeito da qual foram conferidos efeitos ex tunc.

Dessa maneira, sobressai que **é o caso de se requerer a extinção da demanda executiva em destaque, eis que trata-se de cobrança de débito considerado inconstitucional.**

- Execução Fiscal nº 95.0015555-9

A execução fiscal epigrafada cuida de 08 (oito) certidões de dívidas ativa, quais sejam: 31.998.401-0, 31.998.402-8, 31.998.435-4, 31.998.436-2, 31.549.500-6, 31.539.501-4, 31.548.809-3 e 31.549.989-3.

Com efeito, com relação às CDA's de nºs 31.998.402-8, 31.998.435-4, 31.549.500-6, 31.549.501-4, 31.548.809-3 e 31.549.989-3, tem-se que, ao que tudo indica, a responsabilidade dos sócios constante das referidas CDA's teve como suporte o art. 13 da Lei 8.620/93. Dessa forma, como o citado dispositivo legal viu declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, a União entende que as sobreditas pessoas não devem permanecer como responsáveis pelo adimplemento do débito em comento.

Já no que pertine às CDA's de nºs 31.998.401-0 e 31.998.436-2 a situação é diferente. Isso porque, conforme se verifica dos processos administrativos respectivos (em anexo), bem assim da fundamentação legal da cobrança consolidada nas CDA's em questão (Lei nº 8.212/91, art. 30, I, a e b), a infração constatada pela administração diz respeito ao não recolhimento das contribuições previdenciárias RETIDAS dos empregados.

Sobressai, assim, que é o caso de tributo sujeitos à retenção na fonte, que o sujeito pagador, dada a obrigação de repassar aos cofres públicos os tributos retidos na fonte, encontra-se na qualidade de fiel depositário do dinheiro arrecado de seus empregados , configurando-se o inadimplemento transgressão às obrigações do depósito.

Ademais, a omissão no recolhimento de tributos sujeitos a retenção na fonte é ainda tipificada como crime de apropriação indébita, ex vi art. 2º da Lei nº 8.137, de 1990, e 168-A do Código Penal.

E ainda: a fonte pagadora, em razão da obrigação de repassar aos cofres públicos os tributos retidos na fonte, encontra-se na qualidade de fiel depositário do dinheiro arrecadado de seus empregados. Ao descumprir a norma que obriga que esses valores sejam repassados à União, apoderando-se das verbas que não lhe pertencem, comporta-se como depositária infiel, nos termos da Leis 8.866, de 11 de abril de 1994, que dispõe em seu art. 1º :

> Art. 1º É depositário da Fazenda Pública, observado o disposto nos artigos 1.282, I e 1.283 do Código Civil, a pessoa a que a legislação tributária ou

previdenciária imponha a obrigação de reter ou receber de terceiro, e recolher aos cofres públicos, impostos, taxas e contribuições, inclusive à Seguridade Social.

§1º. Aperfeiçoa-se o depósito na data da retenção ou recebimento do valor a que esteja obrigada a pessoa física ou jurídica.
§2. É depositário infiel aquele que não entrega à Fazenda Pública o valor referido neste artigo, no termo e forma fixados na legislação tributária ou previdenciária.
(destaque nossos)

Como se percebe, **o não repasse de tributos retidos na fonte implica malferimento dos dispositivos legais acima mencionados. Como tal, configura-se infração à lei prevista no art. 135, III, do CTN, situação apta a ensejar a responsabilidade pessoal do administrador da sociedade empresarial à época da retenção tributária.**

Ainda sobre o assunto, convém dizer que os mencionados senhores já constam como responsáveis desde a esfera administrativa (vide processos administrativos em anexo).

Demonstrada se encontra, portanto, a responsabilidade dos sócios indicados nas CDA's de nºs 31.998.401-0 e 31.998.436-2.

Em outro giro, cabe demonstrar que não há que se falar em prescrição intercorrente em relação aos sócios constantes das mencionadas CDA's.

Com efeito, quando o nome do sócio consta na Certidão de Dívida Ativa - CDA desde o ajuizamento da demanda, o mesmo é considerado corresponsável ao lado da empresa; assim, a citação do sócio com nome na CDA não configura redirecionamento da execução, mas caso de solidariedade.

Nos casos de solidariedade, em que o sócio é parte executada por ter seu nome na CDA, não há que se falar em prescrição entre a citação do devedor principal e a do sócio corresponsável.

Nesse sentido, é a posição consolidada do c. Tribunal Regional Federal da 5ª Região em casos idênticos ao presente, conforme se pode constatar através das ementas que seguem *in verbis:*

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. **NOME DO SÓCIO CONSTANTE NA CDA. CORRESPONSABILIDADE DESDE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA**.

1. Agravo de Instrumento manejado pela União em face da decisão que indeferiu o pedido de redirecionamento da execução, em vista da ocorrência da prescrição.

2. **Quando o nome do sócio consta na CDA desde o ajuizamento da demanda, não configura redirecionamento da execução, mas responsabilidade solidária, sendo considerado corresponsável ao lado da empresa**.

3. Entende o STJ que, quando o nome do sócio estiver presente na CDA, ficará a cargo dele provar que não ocorreu quaisquer das circunstâncias do art. 135, do CTN.

4. **Nos casos de solidariedade, em que o sócio é parte executada por ter seu nome na CDA, não há que se falar em prescrição entre a citação do devedor principal e a do sócio corresponsável**. Precedentes.

5. **Os sócios em questão, com o nome da CDA desde o ajuizamento da demanda, são corresponsáveis ao lado da empresa, e devem permanecer no polo passivo da execução**. Agravo de Instrumento provido.

(PROCESSO: 08068105420154050000, AG/SE, DESEMBARGADOR FEDERAL CID MARCONI, 3ª Turma, JULGAMENTO: 18/12/2015, PUBLICAÇÃO:) (Grifamos)

TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. **SÓCIO-GERENTE. NOME NA CDA. CORRESPONSÁVEL**. CIRCUNSTÂNCIAS PREVISTAS NO ARTIGO 135 DO CTN. ÔNUS DA PROVA. PARCELAMENTO. SUSPENSÃO. **PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA**. CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. ART. 2º, PARÁGRAFO 5º DA LEI N.º 6.830/80.

I - Apelação de sentença que julgou improcedente o pedido formulado nos Embargos opostos à Execução Fiscal, considerando a dissolução irregular da sociedade, presumida diante da não localização na sede habitual, e rejeitando o pedido atinente à exclusão do sócio-gerente do polo passivo executivo e à ocorrência de prescrição e nulidade da CDA.

II - **No caso em tela, verifica-se que o nome do sócio, embargante, ora apelante, consta da CDA tratando-se, portanto, de hipótese de responsabilidade solidária**.

III - O egrégio STJ, no julgamento do REsp 1.104.900/ES, representativo da controvérsia, ratificou a orientação quanto à possibilidade do redirecionamento da execução fiscal proposta contra pessoa jurídica aos seus

sócios, cujos nomes constem da CDA, ficando a cargo destes provar que não ficou caracterizada qualquer das circunstâncias previstas no art. 135 do CTN.

IV - O débito cobrado refere-se ao período de 09 a 10 de 1995, portanto, anterior, a apontada saída do sócio da empresa executada, dita ocorrida em 29/04/96. A inscrição na Dívida Ativa ocorreu em 14/08/2001, e a execução foi proposta em 14/11/2001, com citação do co-executado em 22/5/2006. Houve parcelamento administrativo deferido em 19/06/1996, o qual foi rescindido em 03/11/2001,

V - O STJ já se posicionou no sentido de que o parcelamento da dívida, por não extinguir a obrigação, implica a suspensão da execução, e não sua extinção, o que só se verifica após quitado o débito. Com o parcelamento, o prazo prescricional foi interrompido (arts. 151, VI e 174, parágrafo único, IV, do CTN), voltando ele a correr por inteiro da rescisão.

VI - **Tratando-se de caso de responsabilidade solidária, não há que se falar em ocorrência de prescrição alusiva ao redirecionamento da execução fiscal contra o sócio-gerente, dita consumida após o decurso do prazo de cinco anos após a citação da empresa executada, posto que, em constando o nome do sócio no próprio bojo da CDA, resta configurada hipótese de solidariedade, figurando o mesmo como corresponsável.**

VII - A partir do exame na Certidão da Dívida Ativa é nitidamente possível identificar cada item da exigência legal de inscrição do débito (artigo 2º, parágrafo 5º, da LEF), não se vislumbrando vício que possa levar à nulidade processual.

VIII - Apelação improvida.

(PROCESSO: 00062828720124058300, AC575657/PE, DESEMBARGADOR FEDERAL IVAN LIRA DE CARVALHO (CONVOCADO), Quarta Turma, JULGAMENTO: 02/12/2014, PUBLICAÇÃO: DJE 11/12/2014 - Página 369) (Grifamos)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. SÓCIO CUJO NOME CONSTA DA CDA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

(...)

2. Hipótese em que o nome do sócio corresponsável consta da certidão de dívida ativa, sendo, portanto, parte executada. Nesse sentido, a citação da empresa interrompeu a prescrição em relação ao sócio.

3. **Sendo assim, a citação do sócio, cujo nome se encontra na CDA, não configura redirecionamento da execução, mas caso de solidariedade, não havendo o que se falar em prescrição entre a citação do devedor principal e do sócio corresponsável**.

> 4. Destarte, as circunstâncias dos autos demonstram que a demora na prática dos atos processuais não pode ser imputada à exequente, uma vez que tal demora decorreu de motivos inerentes aos mecanismos da justiça, nos termos da súmula 106 do STJ. 5. Agravo de instrumento não provido.
>
> (PROCESSO: 00089823620144050000, AG140244/SE, RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO NAVARRO, Terceira Turma, JULGAMENTO: 26/02/2015, PUBLICAÇÃO: DJE 04/03/2015 - Página 80) (Grifamos)

Nessa senda, é preciso que se tenha noção do que seja obrigação solidária, para que que se entenda que não prescrita a ação em relação à pessoa jurídica, também prescrita não está em relação aos responsáveis solidários. O que não pode ser diferente porque, em havendo solidariedade, não se pode entender distintas as figuras do devedor e do corresponsável.

Em se tratando de solidariedade passiva, os devedores respondem, cada qual pela dívida toda, tendo o credor o direito de exigir de cada credor a dívida toda ou escolher aquele sobre o qual recairá a execução.

Dessa forma, sendo solidária a responsabilidade do sócio da pessoa jurídica, não pode haver a contagem do lapso prescricional da ação de cobrança de débitos tributários em contagem diferenciada.

Nesse sentido, **interessa consignar que o Superior Tribunal de Justiça vai além quando recentemente decidiu que a prescrição não se conta em prazos separados para devedor principal e responsáveis tributários[1], não havendo de se falar em prescrição intercorrente quando não há prescrição ordinária.** Assim como, também se pode verificar da ementa do julgado que segue infra:

> PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - EXECUÇÃO FISCAL - REDIRECIONAMENTO - PRESCRIÇÃO.
>
> 1. **Em sendo solidária a responsabilidade do sócio de pessoa jurídica que se extingue irregularmente, não se pode entender a prescrição da ação de cobrança de débitos tributários em contagem diferenciada.**

[1] REsp nº 1.095.687/SP, relator: ministro Herman Benjamin, data do julgamento: 15/12/2009, DJe: 8/10/2010.

2. A prescrição, quando interrompida em desfavor da pessoa jurídica, também atinge os responsáveis solidários, não se podendo falar que só quando citado o sócio é que se conta a prescrição.

3. A hipótese retratada nos autos não se identifica com a do precedente em que, paralisada a execução na qual foi citada a pessoa jurídica, somente cinco anos depois é que houve o redirecionamento, quando já consolidada a prescrição intercorrente.

4. Recurso improvido.

(AgRg no REsp nº 279.342 - SP, rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, unânime, DJ

1612/2002) (Grifamos)

Dessa maneira, no que toca às CDA´s 31.998.401-0 e 31.998.436-2 a União requer a manutenção no pólo passivo dos Srs. Luiz Gonzaga Marques Filho (CPF nº 258.265.574-00) e José Luiz de Lima (CPF nº 078.262.064-72), devendo ocorrer a citação dos mesmos, nos endereços descritos nos relatórios em anexo.

- Execução Fiscal nº 98.0005148-1

A dívida perseguida nesta execução está materializada na CDA nº 32.479.417-7, onde consta os nomes dos senhores Luiz Gonzaga Marques Filho e José Luiz Lima como corresponsáveis pelo adimplemento do mencionado débito.

Entretanto, ao que parece, a responsabilidade dos sócios constante das referidas CDA´s fundou-se no art. 13 da Lei 8.620/93. Destarte, como o citado dispositivo legal viu declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, a União entende que os sócios indicados como responsáveis nas CDA´s em exame não devem permanecer compondo o pólo passivo da presente lide.

Conclusão

Em face do exposto, requer:

a) A extinção da execução fiscal de nº 94.0012072-9.
b) O prosseguimento do feito de nº 95.0015555-9, com a citação dos sócios constantes das CDA´s de nºs 31.998.401-0 e 31.998.436-2, nos endereços constantes das consultas em anexo, uma vez que a conduta descrita nos autos de infração respectivos caracteriza-se apropriação indébita, o que enseja a responsabilidade pessoal de ditas pessoas (art.

135, III do CTN), devendo, contudo, não prosseguir, contra os sobreditos senhores, a cobrança dos débitos lastreado nas demais CDA´s que aparelham a execução fiscal acima identificada.

c) A exclusão do pólo passivo da execução fiscal de nº 98.0005148-1 dos sócios constantes da CDA de nº 32.479.417-7.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 02 de fevereiro de 2018.

Isabella Macieira

ISABELLA RIO LIMA MACIEIRA
Procurador da Fazenda Nacional – PRFN 5ª Região

CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)

RFB

USUARIO: **ISABELLA**
02/02/2018 10:18

217

NI-CPF : **258.265.574-00** **REGULAR** INSCRICAO: **00/00/0000**
NOME : **LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO**
DT NASC: **15/12/1959**
MAE : **MARIA JOSE DIAS MARQUES**
SEXO: **M** ESTRANGEIRO: **N** OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: **R DOM VITAL,27**
50100-100 SANTO AMARO,RECIFE

DDD : TELEFONE: **32316041** CELULAR: COD.MUN.: **2531 PE**
RES.EXTERIOR: **N** DOMIC.ELETRONICO: **N** COD.UA : **0410100**

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A **DADOS CADASTRAIS**
PA1 VOLTA **PF2** MENU **PF3** FIM

PF9 FONETICA

218

CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)

RFB

USUARIO: **ISABELLA**
02/02/2018 10:19

NI-CPF : **078.262.064-72** **REGULAR** INSCRICAO: **00/00/0000**
NOME : **JOSE LUIZ DE LIMA**
DT NASC: **16/01/1953**
MAE : **MARIA JOSE DE LIMA**
SEXO: **M** ESTRANGEIRO: **N** OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: **R JOSE GOMES DA CUNHA,50,APTO 101**
54410-322 PIEDADE,JABOATAO DOS GUARARAPES

DDD : **0083** TELEFONE: **99411333** CELULAR: COD.MUN.: **2457 PE**
RES.EXTERIOR: **N** DOMIC.ELETRONICO: **N** COD.UA : **0410109**

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A **DADOS CADASTRAIS**
PA1 VOLTA **PF2** MENU **PF3** FIM

PF9 FONETICA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA
Nº. DE IDENTIFICAÇÃO:
12883.000498/2011-62
PFN-PROT-PE
ÓRGÃO: 01.12883-3
28/01/2011

INTERESSADO:

PESSOA DE MELO IND E COMERCIO S/A

ASSUNTO:

01.21822-7 - OUTROS CREDITOS - INSC. DIVIDA ATIVA

OUTROS DADOS:

Documento de Origem : **DESPACHO**
Procedência : **INSS PE ASSUNTOS PREVIDENCIARIO**
Número Antigo : **00000000319984362**
CPF/CNPJ : **10.803.336/0001-46**

Observações : **ACAO JUD 9500155559 / FASE 624**

MOVIMENTAÇÕES

SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	**PFN-SECDAU-PE**	**01.14945-8**	**28/01/2011**	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10	12883000498201162-1			24			/ /
11				25			/ /
12	00000008172-87			26			/ /
13				27			/ /
14				28			/ /

ANEXOS:

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
INSS

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO-NFLD

15-601.001
APOIO/PEA
FICHADO

Fls. Nº 3 2201
Proc. Sº Nº
Obra:
Rubrica
No. CEICAD.
01 21 998 405-2

02 CPF OU CGC	03 MATRÍCULA	04 TIPO	05 SE/DE	06 RF	07 OL
10.803.336/0001-46		5	15	601	601

08 NOME DO CONTRIBUINTE
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

09 ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE
RUA DO BRUM 137

10 BAIRRO OU DISTRITO	11 MUNICÍPIO	12 UF	13 CEP
RECIFE	RECIFE	PE	50030-260

14 CÓDIGO SAT	15 ESPÉCIE	16 FPAS	17 No. COMP
805080	11	531	1

Nos termos do art. 14 da Lei No. 8.029, de 12/04/90, dos arts. 3º, I, e 9º do Decreto No. 99.350, de 27/06/90, alterado pelo art. 1º do Decreto No. 18, de 2/12/91, do art. 33 da Lei No. 8.212, de 24/07/91, regulamentado pelo art. 48 do Decreto No. 356, de 07/12/91, com as alterações do decreto No. 612, de 24/07/92 e de acordo com a fundamentação legal mencionada em anexo, o contribuinte acima identificado fica notificado para recolher, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a crédito do FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FPAS os valores discriminados nesta NOTIFICAÇÃO, devidos desde a data fixada para recolhimento, sob pena de ser promovida a sua imediata cobrança judicial. No mesmo prazo, poderá o contribuinte apresentar impugnação, por escrito, ao órgão do INSS, no endereço abaixo, juntando prova de suas alegações.

O recolhimento do débito objeto da presente NOTIFICAÇÃO depende de autorização expressa do INSS.

18 VALOR ORIGINÁRIO
********** VALOR CONSOLIDADO EM 01/05/94 CR$ 2.016.440,15
DOIS MILHOES E DEZESSEIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA CRUZEIROS *****
REAIS E QUINZE CENTAVOS **********
********** APROPRIADO INDEBITA

19 CONSOLIDAÇÃO DO DÉBITO	VALORES EXPRESSOS EM ** UFIR **
1) CONTRIBUIÇÃO	1.738,62
2) MULTA	346,52
3) JUROS	80,63
4) TOTAL	2.165,77

20 ENDEREÇO DO INSS
R MARQUES DO RECIFE 32 -STO,ANTONIO

DATA	ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL	QUALIFICAÇÃO
	AUSENTE	Remetida a Empresa através do Reg Postal nº511674 863BR, em 270594, anexo à NFLD nº31998405-2.

LOCAL E DATA	ASSINATURA E CARIMBO DO FISCAL NOTIFICANTE
Recife, 26/05/94	Auxiliar Técnico Previdenciário Fiscal Cont. 9.320.867 Fiscal de Tributos 1.010.333

53 708-0

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço http://oav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/pgd.aspx sob o código de localização 2E0E.NFLD.31998405.2L7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

EMPRESA : PESSOA DE MELLO IND E COM S/A
CGC : 10 803 336/0001-46
ENDEREÇO: RUA DO BRUM, 137 B.RECIFE RECIFE PE
REF: NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LEVANTAMENTO DE DÈBITO Nº 31.998.436-2
13º/93

RESPONSÁVEIS:

1 - Luiz Gonzaga Marques Filho Diretor eleito em 080494
End Rua Oitenta e Setê, nº 55 Cidade de Paulista PE
CPF/MF 258 265 574-00 CI nº 1 757 308 - SSP/PE
2 - José Luiz de Lima Diretor eleito em 080494
Res. Av Boa Viagem, nº 704 aptº 402-B B Viagem
Recife - PE
CPF/MF 078 262 064-72 CI 960 884 SSP/PE

RELATÓRIO FISCAL : APROPRIAÇÃO INDÈBITA

Na fiscalização desenvolvida na empresa acima identificada, constatamos que a mesma descontou as contribuições devid pelos empregados á Previdência Social relativa ao 13º/93, sem entretanto repassá-las ao INSS.

TTal procedimento caracteriza crime de Apro - priação Indébita, previsto no Art 95, alínea "d" da Lei 8212/24. 07.91, e no Art 104, alínea "d" do Regulamento da Organização do Custeio da Seguridade Social, aprovado pelo DEC 356/071291.

Os elementos e comprovantes que serviram de base de cálculo para a constatação do fato acima relatado foram as folhas-de-pagamento, recibos de férias e rescisão de contrato de trabalho.

Faz parte integrante deste relatório cópia das folhas-de-pagamento do pes referido.

Recife, 26.04.94

Maria Auxiliadora Leal
Fiscal Cont. Previdenciárias
Mat. 1520 n 7

Rubineide Soares de O. Rosa
Fiscal de Contribuições Previdenci
Mat. 1.520.893

INSS/DATAPREV/S SISTEMA DE CADASTRAMENTO DE DEBITOS Fls 3601
SISDEB 1.06 DISCRIMINATIVO DO DEBITO ORIGINARIO Proc. SR N.º 27/057

Proc. Gt. N.º

Rubrica

CGC: 10.803.336/0001-46 FPAS: 531 DEBCAD: 31.998.404-

NOME: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

MES/ANO	12/93
TOTAL MENSAL	325.335,30
BASE DE CALCULO	
SC.ATE/SEM LIMITE	
SC.ACIMA LIMITE	
ADMs/AUTONOMOS	
PROD. RURAL	
DISCRIM. DE DEBITO	
EMPREGADOS	325.335,30
EMPRESA	
SAT	
TERCEIROS	
PRODUTO RURAL	
GLOSAS	
SUBTOTAL	325.335,30
DEDUCOES/COMPENS.	
TOTAL MENSAL	325.335,30

MES/ANO	
TOTAL MENSAL	
BASE DE CALCULO	
SC.ATE/SEM LIMITE	
SC.ACIMA LIMITE	
ADMs/AUTONOMOS	
PROD. RURAL	
DISCRIM. DE DEBITO	
EMPREGADOS	
EMPRESA	
SAT	
TERCEIROS	
PRODUTO RURAL	
GLOSAS	
SUBTOTAL	
DEDUCOES/COMPENS.	
TOTAL MENSAL	

MOEDA	TOTAL TERCEIROS	TOTAL GERAL
Cr$	0,00	325.335,30

1.520.393

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

223

Numero etiqueta: 31.990.436-2 Nome : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA
Endereco: RUA DO ORUM 137
Bairro : RECIFE Cidade: RECIFE CEP: 50030-260 UF: PE

Primeiro Co-Resp. Cat: 3 CPF: 258.265.574-00 Nome: LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
Endereco: RUA OITENTA E SETE 55
Bairro: PAULISTA Cidade: PAULISTA CEP: 53407-200 UF: PE

Segundo Co-Resp. Cat: 3 CPF: 078.262.064-72 Nome: JOSE LUIZ DE LIMA
Endereco: AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
Bairro: BOA VIAGEM Cidade: RECIFE CEP: 51011-000 UF: PE

15200

1.520.395

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

DEBCAD : 31.998.436-2 Referencia : 319.984.362.903 Tipo : 15 E/S : 2 Data do Cadastramento : 26/05/94
Nome : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA
Cat.: 1 CGC/CPF : 10.803.336/0001-46 Matricula CEI : . . / SAT : 805.0805
Endereco : RUA DO URUH 137
Bairro : RECIFE Municipio : RECIFE UF : PE CEP : 50030-260
Fund. Legais : Fase : 000 Data : 26/05/94 Especie : 11
Feito : 01 CAE : 2611 Consolidado em : 26/05/94

COMPET	VALOR ORIGINARIO	ATUALIZADO 02/91	UFIR	VALORES EM UFIR CONTRIBUICAO	JUROS	TR	MULTA	TOTAL
12/93	325.335,30		187,77	1.732,62	86,63		346,52	2.165,77
			TOTAIS	1.732,62	86,63		346,52	2.165,77

Competencias	Moedas
Ate 01/67	Cruzeiro
De 02/67 a 02/86	Cruzeiro Novo / Cruzeiro
De 03/86 a 12/88	Cruzado
De 01/89 a 07/93	Cruzado Novo / Cruzeiro
A partir de 08/93	Cruzeiro Real

1.520,393

15/06/94

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0216.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

DEBCAD : 31.998.436-2 Referencia : 317.984.362.903

*** PRIMEIRO CO-RESPONSAVEL ***

Cat.: 3 CGC/CPF : 258.265.574-00

Nome : LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

Endereco : RUA OITENTA E SETE 55

Bairro : PAULISTA Municipio : PAULISTA UF : PE CEP : 53407-200

*** SEGUNDO CO-RESPONSAVEL ***

Cat.: 3 CGC/CPF : 078.262.064-72

Nome : JOSE LUIZ DE LIMA

Endereco : AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B

Bairro : BOA VIAGEM Municipio : RECIFE UF : PE CEP : 51011-000

1520.067

1520.393

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

PE RECIFE PRFN/5 — AI — DA OS/INSS/DAF Nº 100/93 — Fl. 9 226

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
INSS

Fls. N.º
Proc. S/ N.º
Proc. C/ N.º 31.998.436-
Rubrica DEBCAD

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO - NFLD

02 CPF ou CGC	03 MATRÍCULA	04 TIPO	05 SE	06 GRAF	07 PA
10.803.336/0001-46		0,5	15	601	116

08 NOME DO CONTRIBUINTE: Pessoa de Mello Com. e Ind. S/A

09 ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE: Rua do Brum, 137

10 BAIRRO ou DISTRITO	11 MUNICÍPIO	12 UF	13 CEP
Recife	Recife	PE	50030.620

14 CÓDIGO SAT	15 ESPÉCIE	16 FPAS	17 Nº COMP
805080/5	11	531	01

Nos termos do art. 14 da Lei nº 8.029, de 12/04/90, dos arts. 3º, I, e 9º do Decreto nº 99.350, de 27/06/90, alterado pelo art. 1º do Dec nº 18, de 01/02/91, do art. 33 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, regulamentado pelo art. 48 do Decreto nº 356, de 07/12/91 e de acordo co fundamentação legal mencionada em anexo, o contribuinte acima identificado fica notificado para recolher, no prazo máximo de 15 (qui dias, a crédito do FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FPAS os valores discriminados nesta NOTIFICAÇÃO, devi desde a data fixada para recolhimento, sob pena de ser promovida a sua imediata cobrança judicial. No mesmo prazo, poderá o contribu r impugnação, por escrito, ao órgão do INSS, no endereço abaixo, juntando prova de suas alegações.

.himento do débito objeto da presente NOTIFICAÇÃO depende de autorização expressa do INSS.

18 VALOR CONSOLIDADO

19 CONSOLIDAÇÃO DO DÉBITO	
1) CONTRIBUIÇÃO	
2) MULTA	
3) JUROS	
4) TOTAL	

20 ENDEREÇO DO INSS

DATA / ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL	QUALIFICAÇÃO

LOCAL E DATA	ASSINATURA E CARIMBO DO FISCAL NOTIFICANTE
	Mat. 1520.067

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Fls. Nº 227
MPS
Ministério da Previdência Social
Rubrica

COMANDO PARA EMISSÃO DO DISCRIMINATIVO - CED
(PREENCHER COM A MOEDA DA ÉPOCA)

01 CEI/CGC/CPF	02 NÚMERO DEBCAD	03 FOLHA
1 0 8 0 3 3 3 6 0 0 0 1 4 6		

	MÊS/ANO	13º				
BASES CÁLCULO	ATÉ LIM./SEM LIM.					
	ACIMA LIMITE					
	ADM./AUTÔNOMOS					
	PRODUTO RURAL					
	EMPREGADOS	325.335,30				
DIFER DE CONT	EMPRESA					
	SAT					
	TERCEIROS					
	PRODUTO RURAL					
	GLOSAS					
	DEDUÇÕES					
ACR LEG	ATUAL. MONTERÁRIA					
	JUROS					
	MULTA					
	SOMA					

	MÊS/ANO					
BASES CÁLCULO	ATÉ LIM./SEM LIM.					
	ACIMA LIMITE					
	ADM./AUTÔNOMOS					
	PRODUTO RURAL					
	EMPREGADOS					
DIFER DE CONT	EMPRESA					
	SAT					
	TERCEIROS					
	PRODUTO RURAL					
	GLOSAS					
	DEDUÇÕES					
ACR LEG	ATUAL. MONTERÁRIA					
	JUROS					
	MULTA					
	SOMA					

LOCAL E DATA	ASSINATURA EMPRESA	ASSINATURA INSS
		1.520.067 1.520.393

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste.

DAF - 4523

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ministério da Previdência Social

Fls. N.º 228
Proc. SR N.º

DOCUMENTO DE CADASTRAMENTO DE DÉBITO - DCD

31.998.402-8
DEBCAD

Pr... 01. ORIG. N.º ... DATA DO DOC. ... 15

PREENCHIMENTO PELO INSS

02 UF	GRAF	PA	03 ESP.	04 C FASE	DATA FASE	05 C FEITO	06 F DATA/FALÊNCIA	07
PE	5601		11					

08 Nº COMP.	09 CORR.	10 FUNDAMENTOS LEGAIS	11 MATR. FISCAL
14	02	236	150206

PREENCHIMENTO P/CONTRIBUINTE-INSS

12 CAT	CGC/CPF DO CONTRIBUINTE	13 MATRÍCULA CEI	14 CÓD. SAT
1	10803336000146		80508

15 CO-TERCEIRO	16 FPAS	17 CAE	18 QC VC	19 DATA INÍCIO ATIV.
2	531	26111	124	14/10/1

20 NOME DO CONTRIBUINTE
PESSOA DE MELLO IND E COM SA

RUA DO BRUM 137

21 ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE

22 BAIRRO OU DISTRITO
RECIFE

23 MUNICÍPIO	24 UF	25 CEP
RECIFE	PE	50030260

PRIMEIRO CO-RESPONSÁVEL

26 CAT — CGC/CPF DO CO-RESPONSÁVEL: 2682655740-00

27 NOME DO CO-RESPONSÁVEL
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

28 ENDEREÇO DO CO-RESPONSÁVEL
RUA OITENTA E SETE 555

29 BAIRRO OU DISTRITO
PAULISTA

30 MUNICÍPIO	31 UF	32 CEP
PAULISTA	PE	53407200

SEGUNDO CO-RESPONSÁVEL

33 CAT — CGC/CPF DO CO-RESPONSÁVEL: 078262064-72

34 NOME DO CO-RESPONSÁVEL
JOSE LUIZ DE LIMA

35 ENDEREÇO DO CO-RESPONSÁVEL
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402-B

36 BAIRRO OU DISTRITO
BOA VIAGEM

37 MUNICÍPIO	38 UF	39 CEP
RECIFE	PE	51011090

LOCAL E DATA	ASSINATURA EMPRESA	ASSINATURA INSS

DAF - 4530

PE RECIFE PREV/S

NÚMERO DÉSCAD

40 CÓD.	ALÍQUOTA	PERÍODO DE	PERÍODO ATÉ
~~5~~	~~2,7~~	~~0395~~	~~0494~~
4	20%	0393	0494
3	1.9%	0393	0494
5	2,7%	0393	0494

41 CÓD.	ALÍQUOTA	PERÍODO DE	PERÍODO ATÉ

LOCAL E DATA	ASSINATURA EMPRESA	ASSINATURA INSS

DAF - 4530-V.

INSS

Ministério do Trabalho e Previdência Social
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Diretoria de Arrecadação e Fiscalização

TERMO DE INÍCIO DA AÇÃO FISCAL-TIAF

	LOCAL	HORA	DATA
1	RECIFE	9:10	28.04.94

2 Nome do contribuinte		CGC 1-46 10 803 336/0002-24 (02-27)	
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A		CEI	
		CPF	
Endereço Rua da Brum 137		Nº	Complemento
Bairro ou Distrito RECIFE	Município RECIFE	UF PE	CEP 50030

Nos termos do art. 14 da Lei nº 8.029, de 12/04/90, combinado com o art. 9º do Decreto nº 99.350, de 27/06/90, fica o Contribuinte intimado para, em cumprimento ao disposto no art. 32 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.218, de 29/08/91, apresentar, sob pena de autuação, os elementos assinalados no verso.

3

A documentação exigida relativa ao período de NOVEMBRO/92 a ABRIL/94

deverá ficar à disposição desta Fiscalização no dia 04 / 05 / 94.

4

Recebi a 2ª via da presente intimação

PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S. A

5

Maria Auxiliadora Jany
Fiscal Cont. Previd. Nº 52

Fls. Nº Fl. 14 231
Proc. SR N.º
Proc. OL N.º
Rubrica

MPS/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Diretoria de Arrecadação e Fiscalização

TERMO DE ENCERRAMENTO DA AÇÃO FISCAL – TEAF

1 Nome do contribuinte	CGC
PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COM. S/A	10 803 336/0001-46
	GEI
	CPF

2 DESCRIÇÃO DA AÇÃO FISCAL

PERÍODO FISCALIZADO: DE MARÇO/93 A ABRIL/94

ELEMENTOS EXAMINADOS

- [X] LIVRO DIÁRIO: Nº 141 , ATÉ 31/12/92
- [X] LIVRO REG. EMPREGADOS: Nº 146 , ATÉ Fls. 147 EM BRANCO
- [X] FOLHA DE PAGAMENTO
- [X] COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO
- [X] OUTROS ELEMENTOS:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O INSS se reserva o direito de, a qualquer tempo, cobrar as importâncias que venham a ser consideradas devidas para o período fiscalizado, decorrente de fatos apurados posteriormente a esta data.

3 Recebi a 2ª via do presente termo	4 LOCAL E DATA
	RECIFE, 26 MAIO 1994

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls. nº 12
Proc. DG nº
Proc. SR nº
Rubrica

Grupo Fiscal 01.0 1 , em 09.6.94

Ref: NFLD 31.998436.2

1 - A lavratura da notificação acima e o relatório fiscal, atendem aos requisitos legais, com discriminação explícita das bases de cálculo, taxas aplicadas e contribuições devidas.

2 - À Seção de Apoio à Fiscalização (15601.024).

M.ª Elvira Martins
F.C.P. - Mat. 1.520.075

15-001.1-(Unidade de Cobrança) em 270694

1-Anotado em RPI;

2-A C. DEFESA em prosseguimento.

Abrão Júnior Gabral e Santos
Mat. 1691-78

INFORMAÇÃO OU DESPACHO

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Fls. Nº .....
Proc. Sonegação .....
Proc. Qualificação .....
Rubrica .....

415-501.10.022 - SEÇÃO DE APOIO À FISCALIZAÇÃO, em 05/08/94.

Nesta data, juntamos ao presente processo o instrumento de Defesa PARCIAL ; apresentado DENTRO do prazo regulamentar, cuja numeração anterior foi inutilizada, passando a constituir as fls. nº 14.

Noé Cândido de Arruda
Ag. Administrativo
Mat. 1.201.602

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EF02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

FL. 17 234

Fls. N.º 14

FICHADO EM 15.600.001

Proc. OL N.º

Rubrica

15-601.001
APOIO/PEA
FICHADO

415-502-10.001
FICHADO

Ilmo. Sr. Superintendente do INSS, em Pernambuco.

PROTOCOLO - INSS
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL
EM PERNAMBUCO
35204.010655/94-29

Data	Distribuição
15.06.94	15.600

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., com sede na rua do Brum nº137, nesta cidade, inscrita no CGC"MF" sob o nº10.803.336/0001-46, vem, nos autos das NFLD DEBCAD nºs 31998.401-0 e 31.998.436-2, expor e requerer a V. Sa. o seguinte:

Sem razão os doutos e respeitáveis fiscais ao entenderem que houve apropriação indébita. Na realidade, o que houve foi pagamento a menor do que o devido aos empregados. Não houve pagamento de valor y recebendo-se x para recolhimento e sim ao invés de se pagar z, pagou-se w, o que é bem diferente. Apropriação indébita seria receber para recolher à previdência, quando muito e nunca o fato se pagar a menor.

Isto posto, requer que seja considerado nula a NFLD, no tocante à afirmação de apropriação indébita.

Pede deferimento.

Recife, 13 de junho de 1994.

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A
DIRETOR

5.º OFÍCIO DE NOTAS
Arnaldo Maciel — Tabelião
AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado dou fé.
05 AGO 1994
Antonio [illegible] Recife
Es[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls nº 02
Proc. DG nº
Proc. SAG. 35204.010655/94
Rubrica

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

15.600.01 Setor de Apoio Administrativo, Em 28/06/94

1 - Recebido nesta data,

2 - A 15-502-0

Chefia Encarregada do Setor - 23
ACERVO ADMINISTRATIVO
Visto

15-602.001, em 010794.

1- Aqui por engano.

2- A 15-601.001 em prosseguimento.

Valter R. T. Carvalho
Supervisor de Equipe
Mat. 1.414.020

8.º OFICIO DE NOTAS
Arnaldo Maciel — Tabelião
AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado.
05 AGO 1994
Antonio Lyra de Vasconcelos
Escrevente Autorizado

A 15.602.001, em 08-08-94

1- DEFESA PARCIAL, TEMPESTIVA, CONFORME PROTOCOLO 35204-010655/94-29 DE 15-06-94, FLS 14.

2- FEITO CADERE FASE 124

3- AO R.P.T. para as devidas anotações

Noé Cândido de Arruda
Ag. Administrativo
Mat. 1.201.652

236

15-6011-(Unidade de Cobrança) em 100894

1-Anotado em RPI.;

2-A Cont. Defesa, em prosseguimento.

André Pereira G. Maia
Ag. Administrativo
Mat. 1.248.138

15.601001 Em 17-08-94
-AoSF 01:01, para análise da defesa e prosseguimento.

Noé Cândido de Arruda
Ag. Administrativo
Mat. 1.247.882

MPS/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSS/INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Fls. 16

15.601 - em 20.12.94

1 - Recebido em 29.12.94

2 - A empresa Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A contesta valores apurados no levantamento do presente débito referente às contribuições previdenciárias dos empregados, cujos valores foram descontados dos respectivos salários e que a empresa não repassou ao INSS. Reportando ao relatório fiscal, á fls 02 tal procedimento é considerado Apropriação Indébita.

3 - Comparecí nos dias 06e09.12.94 na empresa para verificação de documentos que pudessem comprovar recolhimento ou mesmo diferenças de valores. Fiquei surpresa sobretudo no 2º dia, com hora marcada, quando lá permanecí por uma hora e além de não comparecer uma pessoa da empresa que pudesse prestar as informações, também não foi apresentada a documentação e/ou GRPS quitada.

4 - Quanto a desconsiderar o presente débito como apropriação indébita, não cabe ao fiscal julgar tal mérito. Apenasc confirmamos que os valores apurados na presente NFLD são referentes às contribuições previdenciárias dos empregados, i é, valores descontados dos salários de contribuição e não recolhidos á Previdência Social.

5 - Face ao que foi exposto o presente débito permanece inalterado,

6 - Á chefia GF 01.01

Maria Auxiliadora Lacy
Fiscal Cont. Previdenciárias

GF.01.01, em 26.12.94.

À Regia fiscal p/ o que couber.

IONE G. SOUZA
Fiscal de Cont. Previdenciarias

GRPS.01. Recife/NORTE, 10/01/95
Juntada nesta data à DN-005/95, f
sando a constituir as fls. 17/18, por m
numeradas e rubricadas.

Paulo Correia de Melo
Supervisor de Cobrança

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
DECISÃO-NOTIFICAÇÃO(DN) N.005.../95

Fls. Fl. 27 238

EMPRESA: Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A.
ENDEREÇO: Rua do Brum, 137, Bairro do Recife, Recife/PE.
CGC/CEI/CPF: 10.803.336/0001-46
N. E DATA DO PROCESSO: NFLD - 31.998.436-2, de 26/05/94
VALOR: CR$2.016.440,15 (Valor Consolidado)
PERÍODO: 12/93
INFRAÇÕES: Art.22, c/c Art.62 do Dec.612/92.

O(A) GERENTE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - RECIFE/NORTE, usando das atribuições que lhe foram conferidas no Inc.IV, do Art.212, do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MPS n. 458, de 24/09/92, julga o processo acima caracterizado na forma como segue:

Segundo o Relatório Fiscal, às fls.02, dos autos, de acordo com a documentação apresentada na ação fiscal, constatou-se que a empresa não recolheu as contribuições previdenciárias descontadas de seus empregados, relativo ao pagamento do décimo terceiro salário.

No prazo regulamentar, parcialmente defendeu-se a empresa, sob a alegação de que houve apenas pagamento a menor aos empregados, inocorrendo, portanto, o crime de apropriação indébita, conforme alegado na ação fiscal.

CONSIDERANDO que os argumentos da defedente não modificaram o resultado da ação fiscal, visto que às suas alegações nenhum elemento material de prova foi juntado, limitando-se apenas a evasivas;

CONSIDERANDO a apreciação fiscal, às fls.16, que manteve o débito, uma vez que nenhuma informação foi prestada pela defendente, assim como não foi apresentada qualquer documentação;

CONSIDERANDO a manutenção do débito, por falta de amparo legal;

R E S O L V E:

Julgá-lo procedente, obrigando-se a empresa a recolhê-lo, acrescido das cominações legais, sob pena de sofrer Execução Judicial.

Recife, 10/01/95

Zelia Duarte C. Pereira
Gerente Regional de Arrecadação
e Fiscalização - Recife - Norte

Fica a empresa notificada de que, em virtude da decisão acima, tem o prazo de trinta(30) dias, a contar da data do recebimento desta, para pagar a importância nela

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

mencionada, com a correção monetária, os juros de mora e a multa automática, sob pena de se promover a imediata cobrança judicial.

Dentro do mesmo prazo, poderá recorrer à 9a. JR/CRPS, protocolado no endereço abaixo, com as razões e, se for o caso, os documentos que as fundamentaram, para que sejam levadas em consideração.

O pagamento deverá ser efetuado por meio de Guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS - previamente visado pelo INSS.

ENDEREÇO: Rua Marquês do Recife, 32, Térreo, Santo Antônio, Recife/PE.

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Fls. 239 240

Fl. 2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

GEAF-01, Recife/Norte, 10/01/95

1) - Entida a DJ nº 005/95

2) - À 15-601.091, para dar prosseguimento.

Paulo Corrêa de Melo
Supervisor da Cobrança

15.601.001 para 2045-1

A Contribuinte de Recurso em prosseguimento.

Francisco Sales de Melo Rocha
Agente Administrativo
Mat. 1.442.201

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.6218.16256.GL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

SAD-35

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

15.601.001 - Contrib de Recursos, em 13.01.95.
1 - DN Nº 005 procedente no valor original.
2 - Feito Cadep fase 140, visto dorte.
3 - Encaminho à Cont Contrib - 011/95, c/AR à empresa.
4 - Sobrestado, aguardando o cumprimento da exigência.
5 - Anotar no RPI.

Cristiana da C. M. Vanderley
Agente Administrativo
Mat. 1.261.791

6.01.1 - (Unidade de Cobrança) em 18/01/95
1 - Anotado em RPI;
2 - A Cont. Recursos, em prosseguimento,

André Pereira [illegible]
Agente Administrativo
Mat. 1.248.138

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização: EP02.0218.10050.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

SAD-35 V.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

15.601.001 - Carteira de Recursos, em 06.03.95.

Juntei, às fls.21/24, o recurso interposto pela empresa, o qual foi protocolizado sob o nº 35204/3.282/240295-84. DE recebido em 230195 e anexado à DRJO-31.998.401-0/94.

Cristiana M. G. V. Wanderley
Agente Administrativo
Mat. 1.251.791

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

DAFIN-2022

GRÁFICA DO INSS/ERPE

PE RECIFE PRFN/5

FICHADO EM 15-600.01 Fl. 26 243

fls. 21

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Usina Aliança - Açúcar, Alcool e Cal
FUNDADA EM 1913

15-601.001
APOIO/PEA
FICHADO

AO
PRESIDENTE DA JUNTA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - **JRPS**

PROTOCOLO - INSS
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL
EM PERNAMBUCO
35204.003282/95-84

Proc. 15.601.001/005/95

Data	Distribuição
24/02/95	16600

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., com sede à Rua do Brum,nº 137, nesta cidade, inscrita no CGC/MF,sob o nº 10.803.336/0001-46, em face da **DECISÃO DE NOTIFICAÇÃO** nº 005 /95, vem, através do presente apresentar **RECURSO TOTAL** contra a referida Decisão pelos motivos seguintes:

1 - Em 24/01/95, recebeu esta empresa a NFLD-DEBCAD nº 31.998.436-2, de 26/05/94, lavrada por douta fiscalização desse Instituto, entretanto, nem dos Autos, nem do Relatório Fiscal consta a **COMINAÇÃO LEGAL** que deu origem ao débito, ferindo o Art. 112 da Lei do Código Tributário Nacional, onde diz que a Lei tributária que define infrações interpreta-se de maneira mais favorável ao acusado em caso de dúvida QUANTO À CAPITULAÇÃO LEGAL DO FATO; como também o Art. 142 do mesmo Código onde diz que para a constituição do crédito tributário, necessário se faz DETERMINAR A MATÉRIA TRIBUTÁVAL.

2 - Dest'arte, deveria a autoridade coatora ter capitulado em seu Relatório Fiscal, com memória descritiva dos fatos, a penalidade legal específica para cada infração.

3 - Assim, não pode prosperar o intento com a imperfeição acima descrita, motivo pelo qual REQUER, a Peticionária, com base na Lei nº 5.172/66 a **NULIDADE** da NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO Nº 31.998.436-2 de 26/05/94 ,
EM FIEL CUMPRIMENTO À LEI.

TERMOS EM QUE
POR DIREITO E JUSTIÇA
PEDE DEFERIMENTO.
Recife, 24 de fevereiro de 1995.

PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S.A

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
DECISÃO-NOTIFICAÇÃO(DN) N. 005 /95

EMPRESA: Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A.
ENDEREÇO: Rua do Brum, 137, Bairro do Recife, Recife/PE.
CGC/CEI/CPF: 10.803.336/0001-46
N. E DATA DO PROCESSO: NFLD - 31.998.436-2, de 26/05/94
VALOR: CR$2.016.440,15 (Valor Consolidado)
PERÍODO: 12/93
INFRAÇÕES: Art.22, c/c Art.62 do Dec.612/92.

O(A) GERENTE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - RECIFE/NORTE, usando das atribuições que lhe foram conferidas no Inc.IV, do Art.212, do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MPS n. 458, de 24/09/92, julga o processo acima caracterizado na forma como segue:

Segundo o Relatório Fiscal, às fls.02, dos autos, de acordo com a documentação apresentada na ação fiscal, constatou-se que a empresa não recolheu as contribuições previdenciárias descontadas de seus empregados, relativo ao pagamento do décimo terceiro salário.

No prazo regulamentar, parcialmente defendeu-se a empresa, sob a alegação de que houve apenas pagamento a menor aos empregados, inocorrendo, portanto, o crime de apropriação indébita, conforme alegado na ação fiscal.

CONSIDERANDO que os argumentos da defedente não modificaram o resultado da ação fiscal, visto que às suas alegações nenhum elemento material de prova foi juntado, limitando-se apenas a evasivas;

CONSIDERANDO a apreciação fiscal, às fls.16, que manteve o débito, uma vez que nenhuma informação foi prestada pela defendente, assim como não foi apresentada qualquer documentação;

CONSIDERANDO a manutenção do débito, por falta de amparo legal;

R E S O L V E:

Julgá-lo procedente, obrigando-se a empresa a recolhê-lo, acrescido das cominações legais, sob pena de sofrer Execução Judicial.

Recife, 10/01/95

[illegible]

Fica a empresa notificada de que, em virtude da decisão acima, tem o prazo de trinta(30) dias, a contar da data do recebimento desta, para pagar a importância nela

DN-005/95 fls. 23

mencionada, com a correção monetária, os juros de mora e a multa automática, sob pena de se promover a imediata cobrança judicial.

Dentro do mesmo prazo, poderá recorrer à 9a. JR/CRPS, protocolado no endereço abaixo, com as razões e, se for o caso, os documentos que as fundamentaram, para que sejam levadas em consideração.

O pagamento deverá ser efetuado por meio de Guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS - previamente visado pelo INSS.

ENDEREÇO: Rua Marquês do Recife, 32, Térreo, Santo Antônio, Recife/PE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls.nº
Proc. DG nº
Proc. SRF nº 35204.032297/95
Rubrica

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

15.600.01 Setor de Apoio Administrativo, Em 02/05/95
1 - Recebido nesta data.
2 - A 15.601.0

Orlene Ontario de Andrade
AGENTE ADMINISTRATIVO
Mat. 1.435/93

15-601. - Sup. cobrança em 030295.
A 15-601.001 PE A.

Almeida
1.6164

15.601.001 - CARTEIRA DE RECURSOS, em 060395.
1 - Recurso nº 15.601.001/008/95, total/ interlocutório.
2 - Feito CADEP, 213, nesta data.
3 - A 15.601.0, solicitando encaminhar à 9ª JR, informando que o valor de alçada é 18.811,1081 UFIR.
4 - Ao Sr. Chefe da Cobrança para encaminhar.
5 - Anotado no RPI.

Cristiana da G. V. Wanderley
Agente Administrativo
Mat. 1.251-91

15-601.001 em 25/05/95
A 15.601.0 conforme despacho supra

Francisco [illegible] Rocha
Agente Administrativo
Mat. 1.442.281

GRAF-01, RECIFE/NORTE, em 03.05.95

1. Recebido em 28.04.95

2. À 15.601.001, para proceder de acordo com o Capítulo 4.3.1.2 da OS nº 120/94 - Normas de Formação e Tramitação de Processo de Débito.

Maria das Graças [illegible]
Fiscal de Contribuições Sociais
Matrícula n.º 1.551.370

Documento de 39 página(s) autenticado digitalmente. Pode ser conferido em https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

15.601.001 - Setor de Cobrança, em 090595.

1 - Recebido nesta data.

2 - Visto.

3 - Em cumprimento ao despacho supra, informamos que de acordo com o Manual de Cobrança o lançamento do débito preenche as formalidades legais.

4 - Esgotado o prazo regulamentar o contribuinte não cumpriu a decisão nem tão pouco recorreu desta. Portanto tornou-se definitiva a decisão nº 005/100195.

5 - De ordem.

6 - Comande-se a inscrição deste em Dívida Ativa.

Silvio Romero P. de Souza
Ag. Administrativo
Mat. 1255282

15.601.001 - Carteira de Recursos, em 090595.

1 - Feito CADEP fase 418, nesta data.

2 - A 15.200.4, para as providências cabíveis.

3 - Ao RPI para anotar e encaminhar.

CN/.

Cristiana Wandorley
Agente Administrativo
Mat. 1261.791

15.601.001 (RPI), 220595

1 - Anotado no RPI.

2 - A 15.200.4 p/ prosseguimento

Abraão Júnior Cabral e Santos
Mat. 1261.791

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EF02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984362	31.998.436-2	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO: RUA DO BRUM 137 — RECIFE — RECIFE — PE — CEP 50030-260

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 12/93	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	377

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
1.310,56		275,22

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
786,34	2.372,12

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE 55
PAULISTA — PAULISTA — PE 53407-200 — 00025826557400

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
BOA VIAGEM — RECIFE — PE 51011-000 — 00007826206472

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

01 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, II, III, V VI, ART. 6, I, ALINEAS E II, ART. 122, I, ALINEAS E PARAGRAFO 6, ART. 135, I, III E PARAGRAFOS, ART. 139, I, "A" E "B" E PARAGRAFO 1, ART. 146. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 5, I, III, IV VI, VII, ART. 7, ART. 33, I, "A" E "B", ART. 41, I, IV E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "A" E "C" E PARAGRAFO 5, ART. 55. DECRETO N. 97.968/89, ARTS. 1, 2 E 4. LEI N. 7.256/84, ART. 19, I. LEI N. 7.787/89, ARTS. 1 E 9. LEI N. 8.212/91, ART. 12, I, II E VI ART. 20, ART. 28, I E II E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "A" E "B" E V E ART. 95, "D", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 10, I, II E VI, ART. 22, ART. 37, I, II E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "A" E "B", PARAGRAFOS 3 E 4, ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA 1576496

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL. 15-200	ÓRGÃO DE ORIGEM 15-801-001	PROC.ADMINISTRATIVO 319984362	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA 31.998.498-2	CÓDIGO 01
DEVEDOR PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA				
ENDEREÇO				CEP
MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO / FOLHAS
VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS		
MULTA	VALOR DA DÍVIDA			
CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)				
CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)				

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTOS LEGAIS DA DÍVIDA: ESPECIFICOS DECRETO N. 89.312/84, ART. 143. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145. LEI N. 7.787/89, ART. 10, II. LEI N. 7.799/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS. LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1. LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33. LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II. LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36. REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 57, ART. 58, ART. 59 E ART. 60 "CAPUT".

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1991

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://carf.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA 157696

DRF RECIFE PRFN/5 DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO

DOC. ORIGEM: 000319984362 TIPO: 05 DATA: 26/05/94 DAT

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI:

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE

FUND. LEGAIS: 1 21 FASE: 520 DATA:

CODIGO FEITO: 01 GRAF: 15-601 DATA ESPECIF

NUM.CO-RESP: 2 ESCALONAMENTO:

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUR
			UFIR UTILIZADA		JURO
[redacted]					
12/93	325.335,30	0,00	1732,63	1310,56	
			187,7700		
[redacted]					
TOTAL:	325.335,30	0,00	1732,63	1310,56	

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 2.372,12

[redacted]

[redacted]

UFIR UTILIZADA PARA CONVERSAO --> 0,7564

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código

***** CONTINUACAO *****

DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO

DOC. ORIGEM: 000319984362 TIPO: 05 DATA: 26/05/94 DAT

CPF: 078.262.064-72

NOME JOSE LUIZ DE LIMA

ENDERECO: AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B

BAIRRO: BOA VIAGEM MUNICIPIO: RECIFE

CPF: 258.265.574-00

NOME LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

ENDERECO: RUA OITENTA E SETE 55

BAIRRO: PAULISTA MUNICIPIO: PAULISTA

Documento de 39 pagina(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo codi documento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls.nº 28
Proc.DG nº
Proc.SR nº
Rubrica

15.200.4 (Equipe de Inscrição da Dívida Ativa) em 22./.09../.95.

1 - Recebida a documentação: PI (03 vias), CDA (06 vias), DDI (06 vias), TDA, FCF e Etiqueta gomada.

2 - Inscrita a dívida a que se refere o débito nº 31 998 436-2, livro 04, fls. 377.

3 - Juntei cópia da CDA e DDI de fls 22 à 28.

4 - À Equipe de Ajuizamento para as providências necessárias.

1436.619

Documento digitalizado confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

fls 30

SERVIÇO PUBLICO FEDERAL

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

15-200.4 (Equipe de Ajuizamento), em .11./.10./.95

Apensei este processo ao de nº .31.99.8.401-0.....

Barreiras.

ISAD-55

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0216.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

rm70
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls.nº 31
Proc.DG nº
Proc.SR nº
Rubrica

15.200.4 (Equipe de Depuração em 11/03/96

Nº do Débito: 31.998.4362.
Empresa: Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A

1 - Recebido nesta data.
2 - Juntei a este as fls de n.
3 - Depuração já realizada anteriormente.

4 - Encaminhe-se ao arquivo de processos Judiciais.

2.ºn SW

ANA01

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Ofício PGF/CGMT/CADIN Nº 0027112/2006 46132

Ref. Inclusão do devedor no CADIN.

Informamos que a falta de regularização do débito abaixo, inscrito em Dívida Ativa, implicará na sua inclusão no Cadastro Informativo de Débitos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - CADIN, nos termos do § 2º, do art. 2º, da Lei nº 10.522/2002.

Atenciosamente,

Coordenador-Geral de Matéria Tributária

DADOS DO DÉBITO

Devedor: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

CNPJ: 10.803.336/0001-46

Débito: 31.998.436-2

Doc. de origem: NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO

Dt. Cadastramento: 26/05/1994 Período da Dívida: 12/1993 a 12/1993

Dt. de Incrição: 19/09/1995 Órgão Incrição: 15.200.000

Livro/Folha: 0004/377

APS: 15.001.110 PPS Tramitação: 15.200.400

Co[redacted]ca: 15116 Vara: 011 Ação Judicial: 9500155559

Fase: 0624 - PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA

Data da Fase : 29/06/2004

Principal:		1.578,08
TR	:	----------**----------
Juros	:	3.363,99
Multa	:	946,85
Total	:	5.888,92

Vl atualiz p/ 02/2006 em Real. Havendo ajuizamento, incidira hon advocat sobre o vl total.

A(o): PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

CNPJ/CPF: 10.803.336/0001-46

Endereço: R BRUM 137 RECIFE 50030-260 RECIFE PE

Este documento foi gerado pelo usuário [redacted] em 28/02/2006 14:[redacted] e foi assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

256

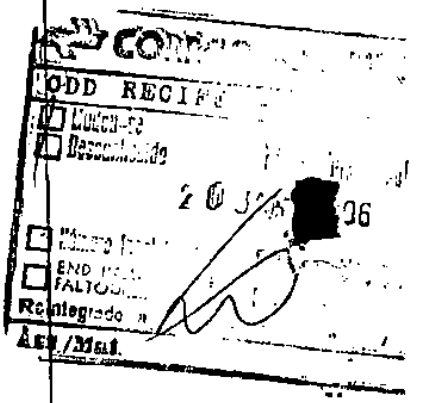
DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

PREVIDÊNCIA SOCIAL
DATAPREV

FAC
INSS
CORREIOS

PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
R BRUM 137
RECIFE
RECIFE PE
50030-260

5001001663000070000004613230150206



REMETENTE 046450

DIVISAO DE COBRANCA DE GRANDES DEVEDORES EM RECIFE
AV. MARIO MELO, 343 2 ANDAR
SANTO AMARO
RECIFE PE
50010-360

- [ ] MUDOU-SE
- [ ] ENDEREÇO INSUFICIENTE
- [ ] NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO
- [ ] DESCONHECIDO
- [ ] RECUSADO
- [ ] NÃO PROCURADO
- [ ] AUSENTE
- [ ] FALECIDO
- [ ] INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO
- [ ]

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: _____/_____/_____

EM: _____/_____/_____ RESPONSÁVEL VISTO

Impresso pelo Dataprev

FORM: CO/01X

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

S - DATAPREV GERENCIA REGIONAL DE ARRECADACAO E FISCALIZACAO - VALIDO ATE - 30/04/95
/GIRAFA 4.12 RELATORIO DE ATUALIZACAO DE DEBITO QUANTIDADE DE UFIR PAGINA - 1

ESPECIE: EMPRESA DEBCAD - 31.998.402-8 USUARIO.: MARILENE

P.	VALOR LEVANTADO	CONVERTIDO	%MULTA	PRINCIPAL	JUROS	MULTA	TOTAL A PAGAR
93	80.989.949,00	29,45	000	5.287,0840	1.321,7675	0,0000	6.608,8514
93	119.979.698,66	43,62	000	6.158,7435	1.476,1648	0,0000	7.626,9084
93	135.378.139,24	49,22	000	5.387,5655	1.239,1304	0,0000	6.626,6959
93	136.683.289,45	49,70	000	4.173,5731	918,1844	0,0000	5.091,7575
93	196.147.176,29	71,32	000	4.583,9400	962,6257	0,0000	5.546,5656
93	220.504,86	80,18	000	3.904,1212	780,8242	0,0000	4.684,9455
93	346.418,27	125,97	000	4.564,1269	867,1718	0,0000	5.431,2987
93	493,797,77	179,56	000	4.813,3126	866,3929	0,0000	5.679,7054
93	882.911,67	321,05	000	6.427,2483	1.092,6214	0,0000	7.519,8697
93	1.461.760,80	386,09	000	5.654,5815	904,7302	0,0000	6.559,3117
94	870.895,74	316,39	000	3.329,6134	499,4335	0,0000	3.829,0469
94	1.283.968,12	437,80	000	3.297,9890	461,7051	0,0000	3.759,6941
94	1.749.886,91	636,32	000	3.337,3035	433,8479	0,0000	3.771,1514
94	4.021.432,34	1.462,33	000	5.429,7408	651,5649	0,0000	6.081,3058
	680.021.823,14	4.189,00		66.348,9432	12.476,1648	0,0000	78.817,1081

VALORES DA COLUNA DE VALOR DECLARADO ESTAO EXPRESSOS EM MOEDA ORIGINARIA Data lavratura.:26/05/94
VALORES DA COLUNA DE CONTRIBUICAO ESTAO EXPRESSOS EM VALORES DA MOEDA VIGENTE NA DATA DE VALIDADE
TIPLICAR AS QUANTIDADES DE UFIR DAS COLUNAS JUROS, MULTA E PRINCIPAL PELA UFIR DO PAGAMENTO

Documento de 39 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP02.0218.10250.QL7N. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

258

Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, do 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento juntado ao processo decorrente de ato do servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. Corresponde à fé pública do servidor.

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por ISABELLA RIO LIMA MACIEIRA em 02/02/2018.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:
https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx

2) Entre no menu "Outros".

3) Selecione a opção "eAssinaRFB - Validação e Assinatura de Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP02.0218.10250.QL7N

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha1:
FA7DA9106A2FEFD5211D503DFF9DD21B32F69F4D

Página inserida pelo Sistema e-Processo apenas para controle de validação e autenticação do documento do processo nº 12883.000498/2011-62. Por ser página de controle, possui uma numeração independente da numeração constante no processo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTERIO DA FAZENDA

Nº. DE IDENTIFICAÇÃO:

12883.000495/2011-29

PFN-PROT-PE

ÓRGÃO: 01.12883-3

28/01/2011

INTERESSADO:

PESSOA DE MELO IND E COMERCIO S/A

ASSUNTO:

01.21822-7 - OUTROS CREDITOS - INSC. DIVIDA ATIVA

OUTROS DADOS:

Documento de Origem	:	**DESPACHO**
Procedência	:	**INSS PE ASSUNTOS PREVIDENCIARIO**
Número Antigo	:	**00000000319984010**
CPF/CNPJ	:	**10.803.336/0001-46**
Observações	:	**ACAO JUD 9500155559 / FASE 624**

MOVIMENTAÇÕES

SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01	**PFN-SECDAU-PE**	**01.14945-8**	**28/01/2011**	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10	12883000495201129-1			24			/ /
11				25			/ /
12	00000008169-81			26			/ /
13				27			/ /
14				28			/ /

ANEXOS:

Documento de 63 página(s) conferido digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
INSS

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO-NFLD

15-601.001

APOIO/PEA

FICHADO

Fls. N.
Proc. SEN.
Proc. OL N.

01	No. DEBCAD
	31.998.401-0

02	CPF OU CGC	03	MATRÍCULA	04	TIPO	05	SE/DE	06	RF	07	OL
	10.803.336/0001-46				05		13		601		601

08	NOME DO CONTRIBUINTE
	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

09	ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE
	RUA DO BRUM 137

10	BAIRRO OU DISTRITO	11	MUNICÍPIO	12	UF	13	CEP
	RECIFE		RECIFE		PE		50030-260

14	CÓDIGO SAT	15	ESPÉCIE	16	FPAS	17	No. COMP
	805080		11		531		14

Nos termos do art. 14 da Lei No. 8.029, de 12/04/90, dos arts. 3º, I, e 9º do Decreto No. 99.350, de 27/06/90, alterado pelo art. 1º do Decreto No. 16, de 1991, do art. 33 da Lei No. 8.212, de 24/07/91, regulamentado pelo art. 48 do Decreto No. 356, de 07/12/91, com as alterações do decreto No. 612, de 21/07/92 e de acordo com a fundamentação legal mencionada em anexo, o contribuinte acima identificado fica notificado para recolher, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a crédito do FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FPAS os valores discriminados nesta NOTIFICAÇÃO, devidos desde a data fixada para recolhimento, sob pena de ser promovida a sua imediata cobrança judicial. No mesmo prazo, poderá o contribuinte apresentar impugnação, por escrito, ao órgão do INSS, no endereço abaixo, juntando prova de suas alegações.

O recolhimento do débito objeto da presente NOTIFICAÇÃO depende de autorização expressa do INSS.

18 VALOR ORIGINÁRIO

********** VALOR CONSOLIDADO EM 01/05/94 : CR$ 29.273.692,36
VINTE E NOVE MILHOES DUZENTOS E SETENTA E TRES MIL SEISCENTOS E ******
NOVENTA E DOIS CRUZEIROS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS **********
********** APROPRIAAO INDEBITA

19 CONSOLIDAÇÃO DO DÉBITO	VALORES EXPRESSOS EM ** UFIR **
1) CONTRIBUIÇÃO	24.568,06
2) MULTA	4.913,54
3) JUROS	1.959,99
4) TOTAL	31.441,59

20	ENDEREÇO DO INSS
	R MARQUES DO RECIFE 32 -STO,ANTONIO - 3º andar

DATA	ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL	QUALIFICAÇÃO
	AUSENTE	Remetida à Empresa através do Reg. Postal nº 511674 8638R, em 270594, anexo à NFLD nº 31.998.405-2.

LOCAL E DATA	ASSINATURA E CARIMBO DO FISCAL NOTIFICANTE
Recife, 26/05/94	Auditora Fiscal da Previdência Social Mat. 520.847 / Fiscal de Contribuições Previdenciárias Mat. 520.393

53 708-0

Documento de 63 página(s) certificado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/ sob código de localização 0PPJ.0157.9510.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

261

UNIDADE DE POSTAGEM/ BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA CENTRAL

27 MAI 1994

RECIFE-PE

CARIMBO

NATUREZA

- [X] CARTA / LETTRE
- [ ] IMPRESSO / IMPRIMÉ
- [ ] ENCOMENDA / COLIS POSTAL
- [ ] CECOGRAMA / CECOGRAMME
- [ ] .....

SERVIÇO

- [ ] REEMBOLSO POSTAL
- [ ] VALE / MANDAT DE POSTE
- [ ] MÃO PRÓPRIA / MAIN PROPRE
- [ ] SEDEX / EMS
- [ ] .....

VALOR DECLARADO / VALEUR DÉCLARÉE

VALOR DO VALE / MONTANT

DECLARAÇÃO DO CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) NFLD Nº 31.998.403-6; 403-6 406-0, 437,0, 401-0, 436-2; 402-08, 435-4, 438.9 e 405-2

(OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR) CET AVIS DOIT ÊTRE SIGNÉ PAR LE DESTINATAIRE ET, SI CELA N'EST PAS POSSIBLE, PAR UNE AUTRE PERSONNE Y AUTORISÉE EN VERTU DES RÈGLEMENTS DU PAYS DE DESTINATION OU, SI CES RÈGLEMENTS LE PRÉVOIENT, PAR L'AGENT DU BUREAU DE DESTINATION ET RENVOYÉ PAR LE PREMIER COURRIER DIRECTEMENT À L'EXPÉDITEUR.

O OBJETO FOI DEVIDAMENTE / L'ENVOI MENTIONNÉ CI-DESSUS A ÉTÉ DÛMENT

- [ ] ENTREGUE / REMIS
- [ ] PAGO / PAYÉ

ASSINAR NO ANVERSO / SIGNER AU RECTO

DATA / DATE

DEVOLVER PELA VIA MAIS RÁPIDA (AÉREA OU DE SUPERFÍCIE), A DESCOBERTO E ISENTO DE PORTE / A RENVOYER PAR LA VOIE LA PLUS RAPIDE (AÉRIENNE OU DE SURFACE) À DÉCOUVERT ET EN FRANCHISE DE PORT.

UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION

31 MAI 1994

RECIFE-PE

CARIMBO

Documento de uso exclusivamente informativo. Para ser considerado o endereço https://... Copy. Acesse a página da Área Logada no site para obter o documento.

ECT BRÉSIL

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO
SERVICE DES POSTES

AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR)
☒ DE RECEBIMENTO DE RÉCEPCION ☐ DE PAGAMENTO DE PAIEMENT

AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT	Nº DO OBJETO / No.	DATA DE POSTAGEM/DATE DE DÉPÔT
A C PE	511674863	27/05/94

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
PESSOA DE MELLO IND. Com. Ltda

ENDEREÇO / ADRESSE
RUA DO BRUM, 137

CEP / CODE POSTAL	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS
50030-260	RECIFE

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR
INST. NAC. DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE
RUA MARQUES DO RECIFE, 32 Stº Antonio

CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	
50.000	RECIFE	PE	BRASIL

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT
30.05.94 DIERCIO	

cav.receita.fazenda.gov.br/ecac/publico/login.asp pelo código de autenticação na final deste documento.

75170392-3

A6 • 105 x 148 mm

262

EMPRESA: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COM S/A
CGC : 10 803 336/0001-46
ENDEREÇO: RUA DO BRUM, Nº 137 RECIFE PE

RESPONSÁVEIS:

1 - Luiz Gonzaga Marques Filho Diretor eleito em 080494
End. Rua Oitenta e Sete, nº 55 cidade de Paulista PE
CPF/MF 258 265 574-00 CI nº 1.757 303 - SSP/PE

2 - José Luiz de Lima Diretor eleito em 080494
Res. Av. Boa Viagem, nº 704 aptº 402-B -B.Viagem
Recife - PE
CPF/MF 078 262 064-72 CI 960-884- SSP/PE

RELATÓRIO FISCAL - APROPRIAÇÃO INDÉBITA
NFLD Nº 31.998.401-0

Na ação fiscal desenvolvida na empresa acima identificada, constatamos que a mesma vem descontando as contribuições devidas pelos empregados à Previdencia Social, no período de 0393 à 0494, sem entretanto, repassá-las ao INSS.

Tal procedimento caracteriza crime de Apropriação Indébita, previsto no Art. 95, alínea "d" da Lei 8212/240791, e no Art 104, alínea "d" do Regulamento da Organização do Custeio da Seguridade Social, aprovado pelo Dec 356/071291.

Os elementos e comprovantes que serviram de base para a constatação do fato acima relatado foram as folhas-de-pagamento, recibos de férias e rescisão de contrato de Trabalho

Faz parte integrante deste relatório cópia das folhas de pagamento do período fiscalizado.

Entregue uma cópia da NFLD e seus anexos ao contribuinte, para as providências cabíveis.

Recife 27.05.94

Auxiliador - Mat
Cont. Previdenciárias
Mat. 520.867

Fiscal de Con. Previd. - Mat
Mat. 520.393

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

CGC: 10.803.336/0001-46 FPAS: 531 DEBCAD: 31.998.401-
NOME: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

MES/ANO	03/93	04/93	05/93	06/93	07/93
TOTAL MENSAL	30.995.530,95	47.849.132,03	49.976.501,14	51.634.294,13	73.848.737,66
BASE DE CALCULO					
SC.ATE/SEM LIMITE					
SC.ACIMA LIMITE					
ADMs/AUTONOMOS					
PROD. RURAL					
DISCRIM. DE DEBITO					
EMPREGADOS	30.995.530,95	47.849.132,03	49.976.501,14	51.634.294,13	73.848.737,66
EMPRESA					
SAT					
TERCEIROS					
PRODUTO RURAL					
GLOSAS					
SUBTOTAL	30.995.530,95	47.849.132,03	49.976.501,14	51.634.294,13	73.848.737,66
DEDUCOES/COMPENS.					
TOTAL MENSAL	30.995.530,95	47.849.132,03	49.976.501,14	51.634.294,13	73.848.737,66

MES/ANO	08/93	09/93	10/93	11/93	12/93
TOTAL MENSAL	82.577,94	120.193,81	193.533,19	343.965,78	413.674,82
BASE DE CALCULO					
SC.ATE/SEM LIMITE					
SC.ACIMA LIMITE					
ADMs/AUTONOMOS					
PROD. RURAL					
DISCRIM. DE DEBITO					
EMPREGADOS	82.577,94	120.193,81	193.533,19	343.965,78	413.674,82
EMPRESA					
SAT					
TERCEIROS					
PRODUTO RURAL					
GLOSAS					
SUBTOTAL	82.577,94	120.193,81	193.533,19	343.965,78	413.674,82
DEDUCOES/COMPENS.					
TOTAL MENSAL	82.577,94	120.193,81	193.533,19	343.965,78	413.674,82

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

CGC: 10.803.336/0001-46 FPAS: 531 DEBCAD: 31.998.401-1
NOME: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

MES/ANO	01/94	02/94	03/94	04/94
TOTAL MENSAL	307.900,04	431.945,03	622.441,46	1.501.338,51
BASE DE CALCULO				
SC.ATE/SEM LIMITE				
SC.ACIMA LIMITE				
ADMs/AUTONOMOS				
PROD. RURAL				
DISCRIM. DE DEBITO				
EMPREGADOS	307.900,04	431.945,03	622.441,46	1.501.338,51
EMPRESA				
SAT				
TERCEIROS				
PRODUTO RURAL				
GLOSAS				
SUBTOTAL	307.900,04	431.945,03	622.441,46	1.501.338,51
DEDUCOES/COMPENS.				
TOTAL MENSAL	307.900,04	431.945,03	622.441,46	1.501.338,51

MES/ANO
TOTAL MENSAL
BASE DE CALCULO
SC.ATE/SEM LIMITE
SC.ACIMA LIMITE
ADMs/AUTONOMOS
PROD. RURAL
DISCRIM. DE DEBITO
EMPREGADOS
EMPRESA
SAT
TERCEIROS
PRODUTO RURAL
GLOSAS
SUBTOTAL
DEDUCOES/COMPENS.
TOTAL MENSAL

MOEDA	TOTAL TERCEIROS	TOTAL GERAL
NCz$ / Cr$	0,00	254.304.195,91
Cr$	0,00	4.017.570,58

Documento de 03 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço http://www.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

15/2006

DEBCAD : 31.990.401-0 Referencia : 319.984.010.901 Tipo : 05 E/S : 2 Data do Cadastramento : 23/05/94
Nome : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA
Cat.: 1 CGC/CPF : 10.803.336/0001-46 Matricula CEI : . . / SAT : 005.0005
Endereco : RUA DO BRUM 137
Bairro : RECIFE Municipio : RECIFE UF : PE CEP : 50030-260
Fund. Legais : Fase : 000 Data : 23/05/94 Especie : 11
Feito : 01 CAE : 2611 Consolidado em : 23/05/94

				VALORES EM UFIR				
COMPET	VALOR ORIGINARIO	ATUALIZADO 02/91	UFIR	CONTRIBUICAO	JUROS	TR	MULTA	TOTAL
03/93	30.995.530,95		15.318,45	2.023,41	283,27		404,68	2.711,36
04/93	47.849.132,03		19.506,52	2.452,98	318,88		490,59	3.262,45
05/93	49.976.501,14		25.126,35	1.989,00	238,68		397,80	2.625,48
06/93	51.634.294,13		32.749,68	1.576,63	173,42		315,32	2.065,37
07/93	73.848.737,66		42.790,00	1.725,84	172,58		345,16	2.243,58
08/93	82.577,94		56,48	1.462,07	131,58		292,41	1.886,06
09/93	120.193,81		75,90	1.583,58	126,68		316,71	2.026,97
10/93	193.533,19		102,59	1.886,47	132,05		377,29	2.395,81
11/93	343.965,78		137,37	2.303,93	150,23		500,78	3.154,94
12/93	413.674,82		187,77	2.203,09	110,15		440,61	2.753,85
01/94	307.900,04		261,32	1.178,24	47,12		235,64	1.461,00
02/94	431.945,03		365,06	1.183,21	35,49		236,64	1.455,34
03/94	622.441,46		524,34	1.187,09	23,74		237,41	1.448,24
04/94	1.501.330,51		931,05	1.612,52	16,12		322,50	1.951,14
			TOTAIS	24.568,06	1.959,99		4.913,54	31.441,59

Competencias	Moedas
Ate 01/67	Cruzeiro
De 02/67 a 02/86	Cruzeiro Novo / Cruzeiro
De 03/86 a 12/88	Cruzado
De 01/89 a 07/93	Cruzado Novo / Cruzeiro
A partir de 08/93	Cruzeiro Real

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

RECIFE PRFN/5

SISTEMA DE CADASTRAMENTO DE DEBITOS - 15601
DISCRIMINATIVO DE CO-RESPONSAVEL CADASTRADO

DEBCAD : 31.998.401-0 Referencia : 319.984.010.901

*** PRIMEIRO CO-RESPONSAVEL ***

Cat.: 3 CGC/CPF : 258.265.574-00

Nome : LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

Endereco : RUA OITENTA E SETE 55

Bairro : PAULISTA Municipio : PAULISTA UF : PE CEP : 53407-200

*** SEGUNDO CO-RESPONSAVEL ***

Cat.: 3 CGC/CPF : 078.262.064-72

Nome : JOSE LUIZ DE LIMA

Endereco : AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B

Bairro : BOA VIAGEM Municipio : RECIFE UF : PE CEP : 51011-000

1520.067

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Cia. MPS
Proc. SRP nº 5007
Proc. OL nº 5007
Rubrica

DOCUMENTO DE CADASTRAMENTO DE DÉBITO - DCD

31.998.401-0
DEBCAD

01 TIPO	DATA DO DOC.
015	

PREENCHIMENTO PELO INSS

02 UF	GRAF	PA	03 ESP.	04 C FASE	DATA FASE	05 C FEITO	06 F DATA/FALÊNCIA	07 E/S
15	6011		11					2

08 Nº COMP.	09 CORR.	10 FUNDAMENTOS LEGAIS	11 MATR. FISCAL
15 14	02	X	152067

PREENCHIMENTO P/CONTRIBUINTE-INSS

12 CAT	CGC/CPF DO CONTRIBUINTE	13 MATRÍCULA CEI	14 CÓD. SAT
1	10803336000146		8050805

15 CO-TERCEIRO	16 FPAS	17 CAE	18 QC VC	19 DATA INÍCIO ATIV.
000	531	26111	124	14103

20 NOME DO CONTRIBUINTE
003
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S A

21 ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE
RUA DO BRUM 137

22 BAIRRO OU DISTRITO
RECIFE

23 MUNICÍPIO	24 UF	25 CEP
RECIFE	PE	50030260

PRIMEIRO CO-RESPONSÁVEL

26 CAT 2 — CGC/CPF DO CO-RESPONSÁVEL: 258265574-00

27 NOME DO CO-RESPONSÁVEL
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

28 ENDEREÇO DO CO-RESPONSÁVEL
RUA OITENTA E SETE Nº 55

29 BAIRRO OU DISTRITO
PAULISTA

30 MUNICÍPIO	31 UF	32 CEP
PAULISTA	PE	

SEGUNDO CO-RESPONSÁVEL

33 CAT 2 — CGC/CPF DO CO-RESPONSÁVEL: 078262064-72

34 NOME DO CO-RESPONSÁVEL
JOSE LUIZ DE LIMA

35 ENDEREÇO DO CO-RESPONSÁVEL
AVENIDA BOA VIAGEM 704 APTO 402-B

36 BAIRRO OU DISTRITO
BOA VIAGEM

37 MUNICÍPIO	38 UF	39 CEP
RECIFE	PE	51011010

LOCAL E DATA	ASSINATURA EMPRESA	ASSINATURA INSS
		152067

Documento de 03 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EPS1.01.16.09500.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

DAF - 4530

GRÁFICA DO INSS/SAPS

NÚMERO DE[illegible] 269

40 CÓD.	ALÍQUOTA	PERÍODO	
		DE	ATÉ

41 CÓD.	ALÍQUOTA	PERÍODO	
		DE	ATÉ

LOCAL E DATA	ASSINATURA EMPRESA	ASSINATURA INSS

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
INSS

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO-NFLD

Grupo, endereço, CPF/CNPJ

01 No. DEBCAD

02 CPF OU CGC: 10.803.336/0001-46	03 MATRÍCULA:	04 TIPO: 0,5	05 SE/DE: 15	06 RF: 601	07 OL: 116	
08 NOME DO CONTRIBUINTE: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO SA						
09 ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE: RUA 30 BRUM, 137 -						
10 BAIRRO OU DISTRITO: RECIFE	11 MUNICÍPIO: RECIFE		12 UF: PE	13 CEP: 50030-260		
14 CÓDIGO SAT: 305080/5	15 ESPÉCIE: 11	16 FPAS: 531		17 No. COMP: 14		

Nos termos do art. 14 da Lei No. 8.029, de 12/04/90, dos arts. 3º, I, e 9º do Decreto No. 99.350, de 27/06/90, alterado pelo art. 1º do Decreto No. 18, de 04/02/91, do art. 33 da Lei No. 8.212, de 24/07/91, regulamentado pelo art. 48 do Decreto No. 356, de 07/12/91, com as alterações do decreto No. 612, de 21/07/92 e de acordo com a fundamentação legal mencionada em anexo, o contribuinte acima identificado fica notificado para recolher, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a crédito do FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FPAS os valores discriminados nesta NOTIFICAÇÃO, devidos desde a data fixada para recolhimento, sob pena de ser promovida a sua imediata cobrança judicial. No mesmo prazo, poderá o contribuinte apresentar impugnação, por escrito, ao órgão do INSS, no endereço abaixo, juntando prova de suas alegações.

O recolhimento do débito objeto da presente NOTIFICAÇÃO depende de autorização expressa do INSS.

18 VALOR ORIGINÁRIO

19 CONSOLIDAÇÃO DO DÉBITO	
1) CONTRIBUIÇÃO	
2) MULTA	
3) JUROS	
4) TOTAL	

20 ENDEREÇO DO INSS

DATA	ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL	QUALIFICAÇÃO
	AUSENTE	

LOCAL E DATA	ASSINATURA E CARIMBO DO FISCAL NOTIFICANTE
RECIFE 26/07/94	1520067 Fiscal de Contribuições Previdenciárias

Documento de 83 página(s) assinado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de validação EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

708-0

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPS
Previdência da Previdência Social

COMANDO PARA EMISSÃO DO DISCRIMINATIVO - CED
(PREENCHER COM A MOEDA DA ÉPOCA)

01 CEI/CGC/CPF	02 NÚMERO DEBCAD	03 FOLHA
1.0.8.0.3.3.3.6.0.0.0.1.4.6		

	MÊS/ANO	0393	0493	0593	0693	0793
BASES CÁLCULO	ATÉ LIM./SEM LIM.					
	ACIMA LIMITE					
	ADM./AUTÔNOMOS					
	PRODUTO RURAL					
	EMPREGADOS	30.995.530,95	47.849.132,03	49.976.501,14	51.634.294,13	73.848.737,66
DIFER DE CONT	EMPRESA					
	SAT					
	TERCEIROS					
	PRODUTO RURAL					
	GLOSAS					
	DEDUÇÕES					
ACR LEG	ATUAL. MONTERÁRIA					
	JUROS					
	MULTA					
	SOMA					

	MÊS/ANO	0893	0993	1093	1193	1293
BASES CÁLCULO	ATÉ LIM./SEM LIM.					
	ACIMA LIMITE					
	ADM./AUTÔNOMOS					
	PRODUTO RURAL					
	EMPREGADOS	82.577,94	120.193,81	193.533,19	343.915,78	413.674,82
DIFER DE CONT	EMPRESA					
	SAT					
	TERCEIROS					
	PRODUTO RURAL					
	GLOSAS					
	DEDUÇÕES					
ACR LEG	ATUAL. MONTERÁRIA					
	JUROS					
	MULTA					
	SOMA					

LOCAL E DATA	ASSINATURA EMPRESA	ASSINATURA INSS
		1520067

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09500.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

DAF - 4523

PREVIC PREVS

INSS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MPS
Ministério da Previdência Social

Proc. SRN°
Proc. CGN
Rubrica

272

COMANDO PARA EMISSÃO DO DISCRIMINATIVO - CED

(PREENCHER COM A MOEDA DA ÉPOCA)

01	CEI/CGC/CPF	02	NÚMERO DEBCAD	03	FOLHA
	1,0,8,0,3,3,6,0,0,0,1,4,6				

	MÊS/ANO	0194	0294	0394	0494	
BASES CÁLCULO	ATÉ LIM./SEM LIM.					
	ACIMA LIMITE					
	ADM./AUTÔNOMOS					
	PRODUTO RURAL					
	EMPREGADOS	307.900,04	431.945,03	622.441,46	1501.338,51	
DIFER DE CONT	EMPRESA					
	SAT					
	TERCEIROS					
	PRODUTO RURAL					
	GLOSAS					
	DEDUÇÕES					
ACR LEG	ATUAL. MONTERÁRIA					
	JUROS					
	MULTA					
	SOMA					

	MÊS/ANO					
BASES CÁLCULO	ATÉ LIM./SEM LIM.					
	ACIMA LIMITE					
	ADM./AUTÔNOMOS					
	PRODUTO RURAL					
	EMPREGADOS					
DIFER DE CONT	EMPRESA					
	SAT					
	TERCEIROS					
	PRODUTO RURAL					
	GLOSAS					
	DEDUÇÕES					
ACR LEG	ATUAL. MONTERÁRIA					
	JUROS					
	MULTA					
	SOMA					

LOCAL E DATA	ASSINATURA EMPRESA	ASSINATURA INSS
		520.067

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

DAF - 4523

Fls. Nº 273
Proc. SR Nº FL 16
Proc. OL Nº
Rubrica

INSS

Ministério do Trabalho e Previdência Social
Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Diretoria de Arrecadação e Fiscalização

TERMO DE INÍCIO DA AÇÃO FISCAL-TIAF

	LOCAL	HORA	DATA
1	RECIFE	9:10	28.04.94

2 Nome do contribuinte	CGC 1-46 10 803 336/0002-26
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A	CEI
	CPF

Endereço	Nº	Complemento
Rua do Brum 137		

Bairro ou Distrito	Município	UF	CEP
RECIFE	RECIFE	PE	50030

Nos termos do art. 14 da Lei nº 8.029, de 12/04/90, combinado com o art. 9º do Decreto nº 99.350, de 27/06/90, fica o Contribuinte intimado para, em cumprimento ao disposto no art. 32 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, combinado com o art. 4º da Lei nº 8.218, de 29/08/91, apresentar, sob pena de autuação, os elementos assinalados no verso.

3

A documentação exigida relativa ao período de NOVEMBRO/92 a ABRIL/94

deverá ficar à disposição desta Fiscalização no dia 04 / 05 / 94

4

Recebi a 2ª via da presente intimação

PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S. A

Francisco E Martins

ASSINATURA

QUALIFICAÇÃO

5

Maria Auxiliadora
Fiscal Cont. Previd.

ASSINATURA E CARIMBO DO FCP

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0913.[illegible]. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

	ELEMENTOS
x	Livro Diário/Plano de Contas
x	Razão
x	Caixa
x	Registro de Empregados
	Registro de Ponto
x	Folhas de Pagamento de Empregados/Administradores/Autônomos
x	Comprovante de Recolhimento: GR/DARP/GRPS
x	Recibos de Rescisão de Contrato de Trabalho Termo de Conciliação Justiça do Trabalho
x	Recibos de Aviso Prévio e Férias
x	Relação Anual de Informações Sociais-RAIS
x	Fichas de Salário-Família
	Termo de Responsabilidade/Carteira de Vacinação
x	Fichas de Salário-Maternidade/Atestados Médicos
x	Atas de Assembléia/Estatutos
	Contrato Social/Declaração/Alterações Contratuais
	Prestação de Contas de Armadores
	Róis de Equipagem
	Relação de Trabalhadores Avulsos
	Boletim de Serviço de Termo Trabalhado
	Registro de Veículos
	Livro de Cédula de Aeronave
	Certificado do Conselho Nacional de Serviço Social/Decreto de Utilidade Pública
	Registro de Entrada e Saída de Mercadorias
	Notas Fiscais de Produtor e de Entrada de Mercadoria
	Contratos de Empreitada e Subempreitada
	Faturas e Recibos de Mão de Obra
	Prestação de Contas de Administração
	Alvarás de Licença e Habite-se para Construção
	Notas Fiscais de Serviços
	OUTROS ELEMENTOS

Documento de 66 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://sev.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MPS/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
Diretoria de Arrecadação e Fiscalização

Fls. N.º PL 18 2775
Proc. SR N.º
Proc. OL N.º
Rubrica

TERMO DE ENCERRAMENTO DA AÇÃO FISCAL – TEAF

1 Nome do contribuinte	CGC
PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COM. S/A	10 803 336/0001-46
	CEI
	CPF

2 DESCRIÇÃO DA AÇÃO FISCAL

PERÍODO FISCALIZADO: DE MARÇO/93 A ABRIL/94

ELEMENTOS EXAMINADOS

- [X] LIVRO DIÁRIO: Nº 141 , ATÉ 31 /12 / 92
- [X] LIVRO REG. EMPREGADOS: Nº 146 , ATÉ Fls. 147 EM BRANCO
- [X] FOLHA DE PAGAMENTO
- [X] COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO
- [X] OUTROS ELEMENTOS:

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O INSS se reserva o direito de, a qualquer tempo, cobrar as importâncias que venham a ser consideradas devidas para o período fiscalizado, decorrente de fatos apurados posteriormente a esta data.

3 Recebi a 2ª via do presente termo

ASSINATURA

QUALIFICAÇÃO

4 LOCAL E DATA

RECIFE, 26 MAIO 1994

ASSINATURA E CARIMBO DO FCP

Documento de 63 página(s) conferido digitalmente. Pode ser consultado no endereço http://www.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publicVirtualOpen.asp pelo código de localização E[illegible]JH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

DARFLFI-4524

USINA ALIANCA (ESCR. CENTRAL) — MENSALISTA — PERIODO 01/03/19 — 276

RECIFE RAMAL DE PESSOAL — ATIVOS

COD.	NOME DA VERBA	HORA	VALOR	COD.	NOME DA VERBA	HORA	VALOR
T O T A L	G E R A L	EMPREGADOS	F.G.T.S.			BASE F.G.T.S.	BASE I.
		19	11.269.588,15			140.869.851,54	140.869.
31	SALARIO	0,00	144.659.729,62	51	INSS	0,00	13.398.189,06
11	HOR. EXTRA 50%	81,00	366.521,76	53	CONTR. SINDICAL	0,00	660.384,97
15	SAL. FAMILIA	0,00	243.824,21	55	INSUR. MEDICINA	0,00	458.965,33
18	ABONO ATUAL	0,00	1.046,39	59	UNIMED	0,00	1.527.362,82
				60	VALE TRANSPORT	0,00	447.065,58
				65	SIND.IND.AC/PE	0,00	530.695,99
				68	FALTAS/ATRASOS	0,00	4.156.399,74
				88	ARR. ANTERIOR	0,00	889,48
				89	EMP. FOLHA ANT	0,00	67,04
PROVENTOS		165.271.121,98		DESCONTOS			21.180.021,98

Coop

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código EP31.0119.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

USINA ALIANCA (ESCR. CENTRAL) — HORISTA E SEMANALISTA — PERIODO 01/03/99 A 31/03/99

REGISTRO DE PESSOAL

ATIVOS

COD.	NOME DA VERBA	HORA	VALOR	COD.	NOME DA VERBA	HORA	VALOR
0312 - COMERCIO EXPORTACAO AGRICOLA		01	251.084,61			3.138.557,58	3.138.
21	SAL. SEMANAL	0,01	3.138.557,58	51	INSS	3,00	251.084,60
48	ARRED. ATUAL	0,01	297,65	53	CONTR.SINDICAL	3,00	51.909,58
				61	VALE TRANSPORT	3,00	186.874,52
				63	SIND.IND.AC/PE	3,00	28.816,12
				83	ARR. ANTERIOR	3,00	270,41
	PROVENTOS		3.138.855,23	DESCONTOS			518.955,23

TOTAIS DA FILIAL	EMPREGADOS	F.G.T.S.	BASE	E.G.T.S.	BASE
	48	182.284,29	202.341.053,60		202.341.

04	HOR. EXTRA100%	118,00	1.345.565,52	50	INSS S/FERIAS	3,00	985.173,45
08	HOR.AD.NOTURNO	224,00	346.926,48	51	INSS	3,00	16.124.388,34
11	HOR. EXTRA 50%	174,00	6.123.804,15	55	CONTR.SINDICAL	3,00	2.513.243,56
15	SAL. FAMILIA	0,00	545.018,74	59	GRUPO MEDICINA	3,00	2.796.931,40
21	SAL. SEMANAL	0,00	180.625.210,65	59	UNIMED	3,00	12.363.193,71
22	HORA EXTRA	0,00	6.134.033,44	61	VALE TRANSPORT	3,00	3.315.736,39
26	13 ORD FERIAS	0,00	3.884.516,00	63	SIND.IND.AC/PE	3,00	1.151.788,46
27	FERIAS	0,00	3.243.398,95	65	OFICA	3,00	193.212,50
32	DIF. S/FERIAS	0,00	6.522.046,41	67	PENSAO ALIMENT	3,00	1.117.854,15
48	ARRED. ATUAL	0,00	9.711,55	83	ARR. ANTERIOR	3,00	9.329,25
49	EMP. DA FOLHA	0,00	89,02	89	EMP. FOLHA ANT	3,01	47,64
	PROVENTOS		206.780.388,91	DESCONTOS			41.169.595,35

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código EP31.0116.09300.ZPUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

COD.	NOME DA VERBA	HORA	VALOR	COD.	NOME DA VERBA	HORA	VALOR
TOTAIS DA LOTACAO			**EMPREGADOS**		**F.G.T.S.**	**BASE F.G.T.S.**	**BASE INSS**
0310 - SETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO			02		5.475,46	68.443,20	68.443,20
01	SALARIO	0,00	61.466,66	51	INSS	0,00	5.318,03
08	HOR.AD.NOTURNO	21,00	678,30	60	VALE TRANSPORT	0,00	2.131,72
11	HOR. EXTRA 50%	26,00	6.298,24	88	ARR. ANTERIOR	0,00	8,86
15	SAL. FAMILIA	0,00	229,44				
48	ARRED. ATUAL	0,00	5,97				
	PROVENTOS		68.678,61		DESCONTOS		7.458,61 LIQUI
TOTAIS DA FILIAL			**EMPREGADOS**		**F.G.T.S.**	**BASE F.G.T.S.**	**BASE INSS**
			17		100.057,68	1.250.720,93	1.250.720,93
01	SALARIO	0,00	1.243.744,39	51	INSS	0,00	107.572,60
08	HOR.AD.NOTURNO	21,00	678,30	59	UNIMED	0,00	19.829,82
11	HOR. EXTRA 50%	26,00	6.298,24	60	VALE TRANSPORT	0,00	4.331,72
15	SAL. FAMILIA	0,00	286,80	65	SIND.IND.AC/PE	0,00	93,63
48	ARRED. ATUAL	0,00	72,53	69	CONTA CORRENTE	0,00	69.287,72
				88	ARR. ANTERIOR	0,00	88,03
				89	EMP. FOLHA ANT	0,00	6,74
	PROVENTOS		1.251.080,26		DESCONTOS		201.210,26 LIQUI

Confere com

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo códi
EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

...SINA ALIANCA (ESCR. CENTRAL)
...STEMA FOLHA DE PAGAMENTO
HORISTA E SEMANALISTA
MENSAL
PERIODO 01/01/94 A 31/01/
ATIVOS

COD.	NOME DA VERBA	HORA	VALOR	COD.	NOME DA VERBA	HORA	VALOR	
21	SAL. SEMANAL	0,00	35.568,36	51	INSS	0,00	2.763,66	
48	ARRED. ATUAL	0,00	19,11	60	VALE TRANSPORT	0,00	2.311,92	
				65	SIND.IND.AC/PE	0,00	28,80	
				88	ARR. ANTERIOR	0,00	23,09	
	PROVENTOS		35.587,47		DESCONTOS		5.127,47	LIQUI

TOTAIS DA FILIAL	EMPREGADOS	F.G.T.S.	BASE F.G.T.S.	BASE INS
	48	180.902,59	2.261.282,30	2.261.282,3

04	HOR. EXTRA100%	104,00	13.817,44	50	INSS S/FERIAS	0,00	39.512,70	
08	HOR.AD.NOTURNO	234,00	4.333,00	51	INSS	0,00	160.814,74	
11	HOR. EXTRA 50%	254,00	70.236,63	55	GRUPO MEDICINA	0,00	105.452,06	
15	SAL. FAMILIA	0,00	1.759,04	59	UNIMED	0,00	227.682,18	
21	SAL. SEMANAL	0,00	1.885.774,81	60	VALE TRANSPORT	0,00	81.997,80	
22	HORA EXTRA	0,00	55.752,76	65	SIND.IND.AC/PE	0,00	864,00	
27	FERIAS	0,00	399.286,84	66	OTICA	0,00	13.208,31	
48	ARRED. ATUAL	0,00	947,93	67	PENSAO ALIMENT	0,00	12.703,44	
49	EMP. DA FOLHA	0,00	117,17	88	ARR. ANTERIOR	0,00	985,64	
				89	EMP. FOLHA ANT	0,00	101,53	
	PROVENTOS		2.432.025,62		DESCONTOS		643.322,40	LIQUI

Confere

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo códi
EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls. nº 17
Proc. DG nº
Proc. SR nº
Rubrica

Grupo Fiscal 01.01 , em 08.6.94

Ref: NFLD 31.998.401.0

1 - A lavratura da notificação acima e o relatório fiscal, atendem aos requisitos legais, com discriminação explícita das bases de cálculo, taxas aplicadas e contribuições devidas.

2 - À Seção de Apoio à Fiscalização (15.601.074).

M.ª Elvira Martins
F.C.P.- Mat. 1.520.075

15.601.1-(Unidade de Cobrança) em 140694

1-Anotado em RPL

2-A CART. DEFESA com prosseguimento.

Abraço Júnior Cabral e Santos
Mat. 1.431.781

INFORMAÇÃO OU DESPACHO

Documento de 83 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
15-601.001/158/94

Fls. Nº 18
Proc. SR Nº
Proc. CL Nº
Rubrica

281

Recife, 15-07-94

PESSOA DE MELLO, IND E COM S/A
R DO BRUM, 137 RECIFE.

Ref.: AS DEFESAS DAS
NFLDs 31.998.401-0, 402-8, 435-4, 436-2/94.

Solicitamos o comparecimento de um representante da empresa, no endereço abaixo indicado, no prazo de 2 DIAS dias a contar do recebimento desta, para tratar de assunto referente ao epigrafado.

INSS - POSTO ESPECIAL DE ARRECADAÇÃO
Rua Marques do Recife, 32- 3º andar
SALA 303 DAS 9 às 11 hs.

Cordialmente,

Noé Cândido de Arruda
Ag. Administrativo
Mat. 1.20[illegible]652

Documento A4 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2FUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

GRÁFICA DO INSS - RECIFE (10-91)

415-501.10.022 - SEÇÃO DE APOIO À FISCALIZAÇÃO, em 05/08/94.

Nesta data, juntamos ao presente processo o instrumento de Defesa PARCIAL ; apresentado DENTRO do prazo regulamentar, cuja numeração anterior foi inutilizada, passando a constituir as fl(s) nº 20.

Noé Cândido de Arruda
Ag. Administrativo
Mat. 1.307.652

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

15-601.001
APOIO/PEA
FICHADO

415-502-10.001
FICHADO

Ilmo. Sr. Superintendente do INSS, em Pernambuco.

PROTOCOLO - INSS
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL
EM PERNAMBUCO
35204.010655/94-29

Data 15.06.94 Distribuição 15.600

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., com sede na rua do Brum nº137, nesta cidade, inscrita no CGC"MF" sob o nº10.803.336/0001-46, vem, nos autos das NFLD DEBCAD nºs 31998.401-0 e 31.998.436-2, expor e requerer a V. Sa. o seguinte:

Sem razão os doutos e respeitáveis fiscais ao entenderem que houve apropriação indébita. Na realidade, o que houve foi pagamento a menor do que o devido aos empregados. Não houve pagamento de valor y recebendo-se x para recolhimento e sim ao invés de se pagar z, pagou-se w, o que é bem diferente. Apropriação indébita seria receber para recolher à previdência, quando muito e nunca o fato se pagar a menor.

Isto posto, requer que seja considerado nula a NFLD, no tocante à afirmação de apropriação indébita.

Pede deferimento.

Recife, 13 de junho de 1994.

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A
DIRETOR

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls nº 02 21
Proc. DG nº
Proc. SAFI nº 35204/010655/94
Rubrica

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

15-600.01 Setor de Apoio Administrativo, Em 28/08/94

1 - Recebido nesta data,

2 - A 15-602.001

Eliane Carneiro de Arruda Ed
AGENTE ADMINISTRATIVO
Mat. 1431/[illegible]

15-602.001, em 010794.

1- Aqui por engano.

2- A 15-601.001 em prosseguimento.

Valter R. T. Carvalho
Supervisor de Equipe
Mat. 1.416.020

15-601.001, em 09-08-94

1- FEITO CADEP FASE 124

2- DEFESA PARCIAL, TEMPESTIVA, CONFORME PROTOCOLO 35204-010655/94-24 DE 15-06-94, FL. 20.

3- AO SRI, para as devidas anotações.

Noé Cândido de Arruda
Ag. Administrativo
Mat. 1.207.652

15-611-(Unidade de Cobrança) em/008/94

1-Anotado em RPI;

2-A Cont. Defesa em prosseguimento.

André Pereira G. Maia
Ag. Administrativo
Mat. 1.148.138

15.601.001, Em 17/08/94

- AO GFO 1.01, para análise da defesa e prosseguimento.

Noé Cândido de Arruda
Ag. Administrativo
Mat. 1.207.652

SAD-16

GRAFICA DO INSS SR/PE (12/90)

Documento de 83 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09500.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MPS/MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSS/INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

15.601 - em 20.12.94

1 - Recebido em 29.12.94

2 - A empresa Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A contesta valores apurados no levantamento do presente débito referente às contribuições previdenciárias dos empregados, cujos valores foram descontados dos respectivos salários e que a empresa não repassou ao INSS. Reportando ao relatório fiscal, à fls 02 tal procedimento é considerado Apropriação Indébita.

3 - Comparecí nos dias 06 e 09.12.94 na empresa para verificação de documentos que pudessem comprovar recolhimento ou mesmo diferenças de valores. Fiquei surpresa sobretudo no 2º dia, com hora marcada, quando lá permanecí por uma hora e além de não comparecer uma pessoa da empresa que pudesse prestar as informações, também não foi apresentada a documentação e/ou GRPS quitada.

4 - Quanto a desconsiderar o presente débito como apropriação indébita, não cabe ao fiscal julgar tal mérito. Apenas confirmamos que os valores apurados na presente NFLD são referentes às contribuições previdenciárias dos empregados, i é, valores descontados dos salários de contribuição e não recolhidos à Previdência Social.

5 - Face ao que foi exposto o presente débito permanece inalterado,

6 - À chefia GF 01.01

Maria Auxiliadora Leal
Fiscal Cont. Previdenciárias
Mat. 520 867

GF. 09.01, em 26.12.94

À Regional Fiscal p/ o que couber.

IONE G. SOUTO MAIA
Fiscal de Cont. Previdenciárias

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

GRAF-01, Recife/Norte, 10/01/95

Junte-se nesta data a DN-002/95, passando a constituir as fls. 23/24, por mim numeradas e rubricadas.

Paulo Correia de Melo
Supervisor de Cobrança

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
DECISÃO-NOTIFICAÇÃO(DN) N..002../95

EMPRESA: Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A.
ENDEREÇO: Rua do Brum, 137, Bairro do Recife, Recife/PE.
CGC/CEI/CPF: 10.803.336/0001-46
N. E DATA DO PROCESSO: NFLD - 31.998.401-0, de 26/05/94
VALOR: CR$29.273.692,36 (Valor Consolidado)
PERÍODO: 03/93 a 04/94
INFRAÇÕES: Art.22 c/c Art.62 do Dec.612/92.

O(A) GERENTE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - RECIFE/NORTE, usando das atribuições que lhe foram conferidas no Inc.IV, do Art.212, do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MPS n. 458, de 24/09/92, julga o processo acima caracterizado na forma como segue:

Segundo o Relatório Fiscal, às fls.02 dos autos, de acordo com a documentação apresentada na ação fiscal, constatou-se que a empresa não recolheu as contribuições previdenciárias descontadas dos empregados.

No prazo regulamentar, parcialmente defendeu-se a empresa, sob a alegação de que houve apenas pagamento a menor aos empregados, inocorrendo, portanto, o crime de apropriação indébita, conforme alegado na ação fiscal.

CONSIDERANDO que os argumentos da defedente não modificaram o resultado da ação fiscal, visto que às suas alegações nenhum elemento material de prova foi juntado, limitando apenas a contestação evasivas;

CONSIDERANDO a apreciação fiscal, às fls.22, que manteve o débito, uma vez que nenhuma informação foi prestada pela defendente, assim como não foi apresentada qualquer documentação;

CONSIDERANDO a manutenção do débito, por falta de amparo legal;

R E S O L V E:

Julgá-lo procedente, obrigando-se a empresa a recolhê-lo, acrescido das cominações legais, sob pena de sofrer Execução Judicial.

Recife, 30/01/95

Zelia [illegible] Pereira
Gerente Regional de Arrecadação
e Fiscalização - Recife - Norte

Fica a empresa notificada de que, em virtude da decisão acima, tem o prazo de trinta(30) dias, a contar da data do recebimento desta, para pagar a importância nela mencionada, com a correção monetária, os juros de mora e a multa automática, sob pena de se

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

promover a imediata cobrança judicial. DN 002/93 FL 31 1702288

Dentro do mesmo prazo, poderá recorrer à 9a. JR/CRPS, protocolado no endereço abaixo, com as razões e, se for o caso, os documentos que as fundamentaram, para que sejam levadas em consideração.

O pagamento deverá ser efetuado por meio de Guia de Recolhimento da Previdência Social - GRPS - previamente visado pelo INSS.

ENDEREÇO: Rua Marquês do Recife, 32, Térreo, Santo Antônio, Recife/PE.

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

GRAF-01, Recife/Norte, 10/01/95

1) - Entitfo e DN nº 002/95

2) - À 15-601.001, para dar prosseguimento

Paulo Correia de Melo
Supervisor de Cobrança

A-601.001 em 12/01/95

À Coletoria de Vereadores PI para os devidos

Francisco Soles de Melo Rocha
Agente Administrativo
Mat. 1.142.201

Documento de 53 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EB31.0118.00210.2PUH. Consulte o número de autenticação no final deste documento.

GRAF-38

290

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

15.601.001 - Cartório de Recursos, em 13.01.95.
1 - DN Nº 002/95 procedente no autos original.
2 - Feito cadastrado, fase 140, nesta data.
3 - Encaminhada Carta - 011/95, c/ AR à empresa.
4 - Sobrestado, aguardando o comparecimento da empresa.
5 - Anotar no RPI.

Cristiana [illegible] Wanderley
Agente Administrativo
Mat. 1.251.791

15.601.1 - (Unidade [illegible]) em 18/01/95
1 - Anot[illegible] RPI,
2 - A Cart. Recurso, em prosseguimento.

André [illegible] Maia
Ag. Administrativo
Mat. 1.248.138

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado em https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EF81.8418.00566.2PUH. Consulte a página de autenticação deste documento.

SAD-35 V.

291
Ps. 26

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

3º andar - 15.601.001 - Setor Cobrança

ECT BRÉSIL

AVISO DE RECEBIMENTO - AR
OBJETO DE SERVIÇO
SERVICE DES POSTES

AVIS C5 (OBJETOS DESTINADOS AO EXTERIOR)
☐ DE RECEBIMENTO DE RÉCEPCION ☐ DE PAGAMENTO DE PAIEMENT

AGÊNCIA DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT	Nº DO OBJETO / No.	DATA DE POSTAGEM/DATE DE DÉPÔT
Central	RR 510943113 BR	19/6/95

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

PREENCHIDO PELO REMETENTE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE
PESSOA DE MELLO IND. E COM. S/A.

ENDEREÇO / ADRESSE
R. DO BRUM 137 - Recife Velho

CEP / CODE POSTAL	CIDADE E UF / LOCALITÉ ET PAYS
50030-260	Recife - PE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR
INSS - SETOR DE COBRANÇA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE
Rua Marques do Recife, 32-3.º andar-S/302
Santo Antonio - Recife - PE

CEP / CODE POSTAL	CIDADE / LOCALITÉ	UF	
CEP 50010-060			BRASIL

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU DESTINATAIRE
23 JAN 19

ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO / SIGNATURE DE L'AGENT

75170392-3

A5 = 105 x 148 mm

DAFEN-2022

GRÁFICA DO INSS/SRPE

Documento de 63 páginas com a(s) assinatura(s) pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP[illegible] na página de autenticação ao final de cada escrito.

292

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

15.601.001 - Carteira de Recursos, em 07.03.95.
Juntei, às fls. 27/31, o recurso interposto pela empresa, o qual foi protocolizado sob o nº 35.204/3.279/2/10295-70.

Cristiana da C. V. Wanderley
Agente Administrativo
Mat. 1.251.791

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização E751.6110.05068.2PU1. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Usina Aliança - Açúcar, Alcool e Cal

FUNDADA EM 1913

15-601.001
APOIO/PEA
FICHADO

AO

PRESIDENTE DA JUNTA DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - **JRPS**

PROTOCOLO - INSS
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL
EM PERNAMBUCO
35204.003279/95-70

Data 24/2/95 Distribuição 15.600

PROC. 15.601.001/011/95

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., com sede à Rua do Brum,nº 137, nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob o nº 10.803.336/0001-46, em face da **DECISÃO DE NOTIFICAÇÃO** nº 002/95, vem, através do presente apresentar **RECURSO TOTAL** contra a referida Decisão pelos motivos seguintes:

1 - Em 24/01/95, recebeu esta empresa a NFLD-DEBCAD nº 31.998.401-0, de 26/05/94, lavrada por douta fiscalização desse Instituto, entretanto, nem dos Autos, nem do Relatório Fiscal consta a **COMINAÇÃO LEGAL** que deu origem ao débito, ferindo o Art. 112 da Lei do Código Tributário Nacional, onde diz que a Lei tributária que define infrações interpreta-se de maneira mais favorável ao acusado em caso de dúvida QUANTO À CAPITULAÇÃO LEGAL DO FATO; como também o Art. 142 do mesmo Código onde diz que para a constituição do crédito tributário, necessário se faz DETERMINAR A MATÉRIA TRIBUTÁVAL.

2 - Dest'arte, deveria a autoridade coatora ter capitulado em seu Relatório Fiscal, com memória descritiva dos fatos, a penalidade legal específica para cada infração.

3 - Assim, não pode prosperar o intento com a imperfeição acima descrita, motivo pelo qual REQUER, a Peticionária, com base na Lei nº 5.172/66 a **NULIDADE** da NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO Nº 31.998.401-0 de 26/05/94 , EM FIEL CUMPRIMENTO À LEI.

TERMOS EM QUE
POR DIREITO E JUSTIÇA
PEDE DEFERIMENTO.
Recife, 24 de fevereiro de 1995.

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A

PE RECIFE PREVS

294 pp. 28

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
INSS

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO-NFLD

01 No. DEBCAD
31.998.401

02 CPF OU CGC	03 MATRÍCULA	04 TIPO	05 SE/PE	06 RF	07 OL
10.803.336/0001-48		05	13	60	60

08 NOME DO CONTRIBUINTE
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

09 ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE
RUA DO BRUM 137

10 BAIRRO OU DISTRITO	11 MUNICÍPIO	12 UF	13 CEP
RECIFE	RECIFE	PE	50030-26

14 CÓDIGO SAT	15 ESPÉCIE	16 FPAS	17 No. COMP
805080	11	531	14

Nos termos do art. 14 da Lei No. 8.029, de 12/04/90, dos arts. 3º, I, e 9º do Decreto No. 99.350, de 27/06/90, alterado pelo art. 1º do Decreto No. 18, 1/02/91, do art. 33 da Lei No. 8.212, de 24/07/91, regulamentado pelo art. 46 do Decreto No. 356, de 07/12/91, com as alterações do decreto No. 612, 21/07/92 e de acordo com a fundamentação legal mencionada em anexo, o contribuinte acima identificado fica notificado para recolher, no prazo máx de 15 (quinze) dias, a crédito do FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FPAS os valores discriminados nesta NOTIFICAÇÃO, devi desda a data fixada para recolhimento, sob pena de ser promovida a sua imediata cobrança judicial. No mesmo prazo, poderá o contribuinte apresen gnação, por escrito, ao órgão do INSS, no endereço abaixo, juntando prova de suas alegações.

O recolhimento do débito objeto da presente NOTIFICAÇÃO depende de autorização expressa do INSS.

18 VALOR ORIGINÁRIO
********** VALOR CONSOLIDADO EM 01/05/94 : CR$ 29.273.692,36
VINTE E NOVE MILHOES DUZENTOS E SETENTA E TRES MIL SEISCENTOS E ******
NOVENTA E DOIS CRUZEIROS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS **********
********** APROPRIAAO INDEBITA

19 CONSOLIDAÇÃO DO DÉBITO	VALORES EXPRESSOS EM ** UFIR **
CONTRIBUIÇÃO	24.568,06
MULTA	4.913,54
3) JUROS	1.959,99
OTAL	31.441,59

20 ENDEREÇO DO INSS
R MARQUES DO RECIFE 32 -STO.ANTONIO - 3.º andar

DATA	ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL	QUALIFICAÇÃO

LOCAL E DATA	ASSINATURA E CARIMBO DO FISCAL NOTIFICANTE
Recife, 27.05.94	Auditor Fiscal da Previdência Social Mat. 52807

Rubricado pelo(a) Fiscal da N.F.

C. Rosas
revalidações

53 708-0

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser conferido no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização: EP31.9118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
INSS

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO-NFLD

01 No. DEBCAD
31 990 4[illegible]

02 CPF OU CGC	03 MATRÍCULA	04 TIPO	05 SE/DE	06 RF	07 OL
10.803.336/0001-46		5	13	50	00

08 NOME DO CONTRIBUINTE
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

09 ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE
RUA DO BRUM 137

10 BAIRRO OU DISTRITO	11 MUNICÍPIO	12 UF	13 CEP
RECIFE	RECIFE	PE	50030-[illegible]

14 CÓDIGO SAT	15 ESPÉCIE	16 FPAS	17 No. COMP
905030	11	531	1

Nos termos do art. 14 da Lei No. 8.029, de 12/04/90, dos arts. 3º, I, e 9º do Decreto No. 99.350, de 27/06/90, alterado pelo art. 1º do Decreto No. 18, 01/02/91, do art. 33 da Lei No. 8.212, de 24/07/91, regulamentado pelo art. 48 do Decreto No. 356, de 07/12/91, com as alterações do decreto No. 612, /07/92 e de acordo com a fundamentação legal mencionada em anexo, o contribuinte acima identificado fica notificado para recolher, no prazo máxi de 15 (quinze) dias, a crédito do FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FPAS os valores discriminados nesta NOTIFICAÇÃO, devid desde a data fixada para recolhimento, sob pena de ser promovida a sua imediata cobrança judicial. No mesmo prazo, poderá o contribuinte apresen [illegible]ação, por escrito, ao órgão do INSS, no endereço abaixo, juntando prova de suas alegações.

O recolhimento do débito objeto da presente NOTIFICAÇÃO depende de autorização expressa do INSS.

18 VALOR ORIGINÁRIO
********** VALOR CONSOLIDADO EM 01/05/94 CR$ 2.016.440,15
DOIS MILHOES E DEZESSEIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA CRUZEIROS ****
REAIS E QUINZE CENTAVOS **********
********** APROPRIACAO INDEVIDA

19 CONSOLIDAÇÃO DO DÉBITO	VALORES EXPRESSOS EM ** UFIR **
CONTRIBUIÇÃO	1.733,62
MULTA	346,52
3) JUROS	86,38
OTAL	2.166,[illegible]

20 ENDEREÇO DO INSS
R MARQUES DO RECIFE 38 -STO,ANTONIO

DATA	ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL	QUALIFICAÇÃO

LOCAL E DATA	ASSINATURA E CARIMBO DO FISCAL NOTIFICANTE
Recife, 27.05.94	Maria Auxiliadora [illegible] Previdenciários Mat. 1.530-0-7 / Rubineide Soares de C. Reis Fiscal de Contrib. Ass Previdenciárias Mat. [illegible]-93

53.708-0

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.00300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

296 Pg. 32

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
INSS

NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DE DÉBITO-NFLD

01 No. DEBCAD	31.990.402

02 CPF OU CGC	03 MATRÍCULA	04 TIPO	05 SE/DE	06 RF**	07 OL**
10.803.336/0001-46		15	15	60	60

08 NOME DO CONTRIBUINTE
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

09 ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE
RUA DO BRUM 137

10 BAIRRO OU DISTRITO	11 MUNICÍPIO	12 UF	13 CEP
RECIFE	RECIFE	PE	50030-26

14 CÓDIGO SAT	15 ESPÉCIE	16 FPAS	17 No. COMP
805080	11	531	14

Nos termos do art. 14 da Lei No. 8.029, de 12/04/90, dos arts. 3º, I, e 9º do Decreto No. 99.350, de 27/06/90, alterado pelo art. 1º do Decreto No. 18 01/02/91, do art. 33 da Lei No. 8.212, de 24/07/91, regulamentado pelo art. 48 do Decreto No. 356, de 07/12/91, com as alterações do decreto No. 612 21/07/92 e de acordo com a fundamentação legal mencionada em anexo, o contribuinte acima identificado fica notificado para recolher, no prazo máx de 15 (quinze) dias, a crédito do FUNDO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FPAS os valores discriminados nesta NOTIFICAÇÃO, devi ie a data fixada para recolhimento, sob pena de ser promovida a sua imediata cobrança judicial. No mesmo prazo, poderá o contribuinte aprese impugnação, por escrito, ao órgão do INSS, no endereço abaixo, juntando prova de suas alegações.

O recolhimento do débito objeto da presente NOTIFICAÇÃO depende de autorização expressa do INSS.

18 VALOR ORIGINÁRIO
********** VALOR CONSOLIDADO EM 01/05/94 : CR$ 77.690.610,68
SETENTA E SETE MILHOES SEISCENTOS E NOVENTA MIL SEISCENTOS E DEZ ****
CRUZEIROS REAIS E SESSENTA E OITO CENTAVOS **********
********** NORMAL/SUPLEMENTAR

19 CONSOLIDAÇÃO DO DÉBITO	VALORES EXPRESSOS EM ** UFIR **
1) CONTRIBUIÇÃO	43.230,48
2) MULTA	13.046,03
3) JUROS	5.167,57
4) TOTAL	93.444,08

20 ENDEREÇO DO INSS
R MARQUES DO RECIFE 32 - STO,ANTONIO - 3.º andar

DATA	ASSINATURA DO CONTRIBUINTE OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL	QUALIFICAÇÃO

LOCAL E DATA	ASSINATURA E CARIMBO DO FISCAL NOTIFICANTE
Recife, 27.05.94	Maria Auxiliadora Rubineide Soares de C. Rosas Fiscal de Contribuições Previdenciárias Mat. 1.520.0

53.708-0

Documento de 1 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/Autenticacao/Login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação deste documento.

15-609.01 Setor de Apoio Administrativo, Em 02/03/95

1 - Recebido nesta data,

2 A 15 6 0 1 - 0

Adriana Carneiro de Andrade
AGENTE ADMINISTRATIVO
Mat 1.434.[illegible]

15-601. - Sup. Cobrança em 030295

A 15-601.001 PEA.

Informe-se
120+695

15.601.001 - Carteira de Recursos, em 08.03.95.

1 - RECURSO Nº 15.601.001/011/95 total/intempestivo.

2 - Feito CADEP-213, nesta data.

3 - A 15.601.0, para as demais providências, tendo em vista o constante no item 1, do presente despacho. Valor da Alçada = 29.694,8366UFIR.

4 - Ao Sr. Chefe da Cobrança para dar prosseguimento.

5 - Anotado no RPI.

Cristiana de G. V. Wanderley
Agente Administrativo
Mat. 1.251.791

GRF.01, RECIFE/NORTE, em 02.05.95

1. Recebido em 28.04.95

2. À 15.601.001, para proceder de acordo com o Capítulo 4.3.1.2 da OS nº 120/94 - Normas de Formação e Tramitação de Processo de Débito.

M.ª das Graças E. G. C. de [illegible]jo
Fiscal da Contribuições Previdenciárias
Matrícula nº 1.551.370

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

15.601.001 - Carteira de Recursos, em 09.05.95.

1 - Recebido em 050595.

2 - Em cumprimento ao despacho retro da GRAF/01/NORTE, passamos a proceder como estabelece o Manual de Cobrança.

3 - Ao Sr. Chefe da Cobrança, sugerindo inscrição da débito.

Cristiana da C. V. Wanderley
Agente Administrativo
Mat. 1.251.791

15.601.001 - Setor de Cobrança em 090595.

1 - Visto.

2 - O lançamento de débito preenche as formalidades legais.

3 - Esgotado o prazo regulamentar o contribuinte não cumpriu a decisão nem tão pouco recorreu desta. Portanto, tornou-se definitiva a decisão nº 002 / 10.01.95, de fls. 23/24.

4 - De ordem.

5 Comande-se a inscrição deste em Dívida Ativa.

Silvio Romero P. de Souza
Ag. Administrativo
Mat. 1253282

15.601.001 - Carteira de Recursos, em 090595.

1 - Feito CADEP fase 418, nesta data.

2 - A 15.200.4, para as providencias cabíveis.

3 - Ao RPI para anotar e encaminhar.

CW/.

Cristiana da C. V. Wanderley
Agente Administrativo
Mat. 1.251.791

15.601.001 (RPI), 220995

1- Anotado em RPI.

2- A 15-200.4, em prosseguimento

Abraão Benício Manoel e Santos
Mat. 1.312.[illegible]

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984010	31.998.401-0	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO
DO BRUM 137
RECIFE RECIFE PE CEP 50030-260

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 03/93 A 04/94	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	378

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
18.896,94		4.509,18

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
11.338,14	34.744,26

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE 55
PAULISTA PAULISTA PE 53407-200 00025826557400

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
BOA VIAGEM RECIFE PE 51011-000 00007826206472

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

01 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, II, III, V, VI, ART. 6, I, ALINEAS E II, ART. 122, I, ALINEAS E PARAGRAFO 6, ART. 135, I, III E PARAGRAFOS, ART. 139, I, "A" E "B" E PARAGRAFO 1, ART. 146. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85. ART. 5, I, III, IV, VI, VII, ART. 7, ART. 33, I, "A" E "B", ART. 41, I, IV E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "A" E "C" E PARAGRAFO 5, ART. 55. DECRETO N. 97.968/89, ARTS. 1, 2 E 4. LEI N. 7.256/84, ART. 19, I. LEI N. 7.787/89, ARTS. 1 E 9. LEI N. 8.212/91, ART. 12, I, II E VI, ART. 20, ART. 28, I E II E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "A" E "B" E V E ART. 95, "D", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 10, I, II E VI, ART. 22, ART. 37, I, II E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "A" E "B", PARAGRAFOS 3 E 4, ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA 1576496

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984010	31.998.401-0	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO | CEP

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145. LEI N. 7.787/89, ART. 10, II. LEI N. 7.799/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS. LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1. LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33. LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II. LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 57, ART. 58, ART. 59 E ART. 60 "CAPUT".

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1992

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Ana Lamerino 1576496
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO

DOC. ORIGEM: 000319984010 TIPO: 05 DATA: 23/05/94 DAT

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI:

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE

FUND. LEGAIS: 1 21 FASE: 520 DATA:

CODIGO FEITO: 01 GRAF: 15-601 DATA ESPECIF

NUM.CO-RESP: 2 ESCALONAMENTO:

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL JUR
			UFIR UTILIZADA	JURO
[redacted]/93	30.995.530,95	0,00	2023,41	1530,51
			15.318,4500	
[redacted]/93	47.849.132,03	0,00	2452,98	1855,43
			19.506,5200	
05/93	49.976.501,14	0,00	1989,01	1504,49
			25.126,3500	
06/93	51.634.294,13	0,00	1576,64	1192,57
			32.749,6800	
07/93	73.848.737,66	0,00	1725,84	1305,43
			42.790,0000	
08/93	82.577,94	0,00	1462,07	1105,91
			56,4800	
[redacted]/93	120.193,81	0,00	1583,58	1197,82
			75,9000	
[redacted]/93	193.533,19	0,00	1886,47	1426,93
			102,5900	
11/93	343.965,78	0,00	2503,94	1893,98
			137,3700	
12/93	413.674,82	0,00	2203,09	1666,42
			187,7700	

*** CONTINUA ***

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente, pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código documento

PE RECIFE PREN/S

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO

DOC. ORIGEM: 000319984010 TIPO: 05 DATA: 23/05/94 DAT

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUR JURO
01/94	307.900,04	0,00	1178,25 261,3200	891,23	
02/94	431.945,03	0,00	1183,22 365,0600	894,99	
03/94	622.441,46	0,00	1187,10 524,3400	897,92	
/94	1.501.338,51	0,00	2027,11 740,6300	1533,31	
TOTAL:	258.321.766,49	0,00	24982,71	18896,94	

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 34.744,26

UFIR UTILIZADA PARA CONVERSAO ---> 0,7564

Documento de 83 página(s) conferido digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código do documento.

*** CONTINUACAO *** DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO

DOC. ORIGEM: 000319984010 TIPO: 05 DATA: 23/05/94 DAT

CPF: 078.262.064-72

NOME JOSE LUIZ DE LIMA

ENDERECO: AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B

BAIRRO: BOA VIAGEM MUNICIPIO: RECIFE

CPF: 258.265.574-00

NOME LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

ENDERECO: RUA OITENTA E SETE 55

BAIRRO: PAULISTA MUNICIPIO: PAULISTA

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo cód

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls.nº 37
Proc.DG nº
Proc.SR nº
Rubrica

15.200.4 (Equipe de Inscrição da Dívida Ativa) em 22./..09../95.

1 - Recebida a documentação: PI (03 vias), CDA (06 vias), DDI (09 vias), TDA, FCF e Etiqueta gomada.

2 - Inscrita a dívida a que se refere o débito nº 31.998.401-0, livro 04, fls. 378.

3 - Juntei cópia da CDA e DDI de fls 32 à 36.

4 - À Equipe de Ajuizamento para as providências necessárias.

1486619

Documento digitalizado (MARIGEL) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

CDEB DATAPREV - INSS CDEB
DADOS E INFORMACOES DA
_DATA:_11/10/95_____DIVIDA_ATIVA_____HORA:_09:19:

DEBITO 31998436-2 CAT 1 CGC/CPF 10.803.336/0001-46 CEI

NOME : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

DOC. DE ORIGEM : 05 000319984362 26/05/94 GRAF : 15-601 PAF : 0
PERIODO DIVIDA : 12/93
CADASTRAMENTO : 26/05/94 CNAE : DT.INSCRICAO : 19/09/
COD. ATIVIDADE : 8050805 C.FEITO : 01 PE/PR : 15-200
ESPECIE : 11 --FUND. LEGAIS---- LIVRO-FOLHA : 0004-3
FASE ANTERIOR : 518 02/06/95 01 21 ** ** ** ** COMARCA-VARA :
FASE ATUAL : 520 19/09/95 ** ** ** ** ** **

DEBITO INSCRITO
PRINC. ATLZ ... 1.377,79 REAIS ATLZ EM 01/10/95
T. R. ..... 0,00 COMPETENCIAS CADASTRADAS
J U R O S 303,11
J LEI 8981/95 . 0,00
M U L T A ..... 826,67 E - EXTRATO P - PARCLM.
T O T A L ..... 2.507,57 R - END/CORR. D - COMPET.DE
XMIT

1 MTD NUM FORM RCV L=05 C=10 P01 08:4

CDEB DATAPREV - INSS CDEB
DADOS E INFORMACOES DA
_DATA:_11/10/95_____DIVIDA_ATIVA_____HORA:_09:19:

DEBITO 31998401-0 CAT 1 CGC/CPF 10.803.336/0001-46 CEI

NOME : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

DOC. DE ORIGEM : 05 000319984010 23/05/94 GRAF : 15-601 PAF : 0
PERIODO DIVIDA : 03/93 A 04/94
CADASTRAMENTO : 23/05/94 CNAE : DT.INSCRICAO : 19/09/
COD. ATIVIDADE : 8050805 C.FEITO : 01 PE/PR : 15-200
ESPECIE : 11 --FUND. LEGAIS---- LIVRO-FOLHA : 0004-3
FASE ANTERIOR : 518 02/06/95 01 21 ** ** ** ** COMARCA-VARA :
FASE ATUAL : 520 19/09/95 ** ** ** ** ** **

DEBITO INSCRITO
PRINC. ATLZ ... 19.866,25 REAIS ATLZ EM 01/10/95
T. R. ..... 0,00 COMPETENCIAS CADASTRADAS
J U R O S 4.939,15
J LEI 8981/95 . 0,00
M U L T A ..... 11.919,75 E - EXTRATO P - PARCLM.
T O T A L ..... 36.725,15 R - END/CORR. D - COMPET.DE
XMIT

1 MTD NUM FORM RCV

0.00

131.83

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

```
CDEB                          DATAPREV - INSS                          CDEB
                              DADOS E INFORMACOES DA
_DATA:_11/10/95_____________________DIVIDA_ATIVA_____________________HORA:_09:18:

 DEBITO 31998435-4  CAT 1 CGC/CPF 10.803.336/0001-46 CEI

 NOME : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

 DOC. DE ORIGEM :        15  000319984354  26/05/94   GRAF : 15-601    PAF : 0
 PERIODO DIVIDA : 12/93
 CADASTRAMENTO  : 26/05/94        CNAE        :          DT.INSCRICAO : 19/09/
 COD. ATIVIDADE : 8050805         C.FEITO     : 01       PE/PR        : 15-200
 ESPECIE        : 11              --FUND. LEGAIS---      LIVRO-FOLHA  : 0004-3
 FASE ANTERIOR  : 518 02/06/95    02 03 06 21 ** **      COMARCA-VARA :
 FASE ATUAL     : 520 19/09/95    ** ** ** ** ** **

                                                    DEBITO INSCRITO
 PRINC. ATLZ ...                      3.675,49      REAIS    ATLZ EM 01/10/95
 T. R.      .....                         0,00      COMPETENCIAS CADASTRADAS
 J U R O S .....                        808,61
 LEI 8981/95 .                            0,00
 M U L T A .....                      2.205,30      E - EXTRATO   P - PARCLM.
 T O T A L .....                      6.689,40      R - END/CORR. D - COMPET.DE
_____________________________________________________________________XMIT___

  1 MTD  NUM                        FORM       RCV            L=05 C=10 P01 08:4

CDEB                          DATAPREV - INSS                          CDEB
                              DADOS E INFORMACOES DA
_DATA:_11/10/95_____________________DIVIDA_ATIVA_____________________HORA:_09:19:

 DEBITO 31998402-8  CAT 1 CGC/CPF 10.803.336/0001-46 CEI

 NOME : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

 DOC. DE ORIGEM :        15  000319984028  23/05/94   GRAF : 15-601    PAF : 0
 PERIODO DIVIDA : 03/93 A 04/94
 CADASTRAMENTO  : 23/05/94        CNAE        :          DT.INSCRICAO : 19/09/
 COD. ATIVIDADE : 8050805         C.FEITO     : 01       PE/PR        : 15-200
 ESPECIE        : 11              --FUND. LEGAIS---      LIVRO-FOLHA  : 0004-3
 FASE ANTERIOR  : 518 02/06/95    02 03 07 21 ** **      COMARCA-VARA :
 FASE ATUAL     : 520 19/09/95    ** ** ** ** ** **

                                                    DEBITO INSCRITO
 PRINC. ATLZ ...                     52.754,38      REAIS    ATLZ EM 01/10/95
 T. R.      .....                         0,00      COMPETENCIAS CADASTRADAS
 J U R O S .....                     13.086,33
 J LEI 8981/95 .                           0,00
 M U L T A .....                     31.652,62      E - EXTRATO   P - PARCLM.
 T O T A L .....                     97.493,33      R - END/CORR. D - COMPET.DE
_____________________________________________________________________XMIT___

  1 MTD  NUM                        FORM       RCV            L=05 C=10 P01 08:4
```

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

```
CDEB                          DATAPREV - INSS                    CDEB
                              DADOS E INFORMACOES DA
_DATA:_11/10/95_____________________DIVIDA_ATIVA_____________________HORA:_09:18:

 DEBITO 31549989-3  CAT 1 CGC/CPF 10.803.336/0001-46 CEI

 NOME : PESSOA DE MELO INDUSTRIAS E COMERCIO SA

 DOC. DE ORIGEM : CCD    20  000000000204  01/04/93   GRAF : 15-601     PAF : 0
 PERIODO DIVIDA : 07/91 A 11/92
 CADASTRAMENTO  : 01/06/93        CNAE       :          DT.INSCRICAO : 19/09/
 COD. ATIVIDADE : 0805080         C.FEITO    : 01       PE/PR        : 15-200
 ESPECIE        : 11              --FUND. LEGAIS---     LIVRO-FOLHA  : 0004-3
 FASE ANTERIOR  : 518 19/10/94    01 22 ** ** ** **     COMARCA-VARA :
 FASE ATUAL     : 520 19/09/95    ** ** ** ** ** **

                                                    DEBITO INSCRITO
 PRINC. ATLZ ...                    296.859,58       REAIS    ATLZ EM 01/10/95
 T. R.       .....                   61.007,66       COMPETENCIAS CADASTRADAS
 J U R O S .....                    127.841,99
 J LEI 8981/95 .                          0,00
 M U L T A .....                    263.996,08 /  E - EXTRATO   P - PARCLM.
 T O T A L .....                    749.705,31    R - END/CORR. D - COMPET.DE
_____________________________________________________________________XMIT___

  1 MTD  NUM                        FORM       RCV            L=05 C=10 P01 08:4

CDEB                          DATAPREV - INSS                    CDEB
                              DADOS E INFORMACOES DA
_DATA:_11/10/95_____________________DIVIDA_ATIVA_____________________HORA:_09:18:

 DEBITO 31549500-6  CAT 1 CGC/CPF 10.803.336/0001-46 CEI

 NOME : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

 DOC. DE ORIGEM : CCD    07  000000000043  30/03/93   GRAF : 15-601     PAF : 0
 PERIODO DIVIDA : 07/90 A 06/91
 CADASTRAMENTO  : 01/04/93        CNAE       :          DT.INSCRICAO : 19/09/
 COD. ATIVIDADE : 0805080         C.FEITO    : 01       PE/PR        : 15-200
 ESPECIE        : 11              --FUND. LEGAIS---     LIVRO-FOLHA  : 0004-3
 FASE ANTERIOR  : 518 01/09/94    02 ** ** ** ** **     COMARCA-VARA :
 FASE ATUAL     : 520 19/09/95    ** ** ** ** ** **

                                                    DEBITO INSCRITO
 PRINC. ATLZ ...                     54.943,62       REAIS    ATLZ EM 01/10/95
 T. R.       .....                  165.385,90       COMPETENCIAS CADASTRADAS
 J U R O S .....                     25.584,41
 J LEI 8981/95 .                          0,00
 M U L T A .....                     32.966,16 /  E - EXTRATO   P - PARCLM.
 T O T A L .....                    278.880,09    R - END/CORR. D - COMPET.DE
_____________________________________________________________________XMIT___

  1 MTD  NUM                        FORM       RCV            L=05 C=10 P01 08:4
```

Documento de 83 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

```
CDEB                          DATAPREV - INSS                    CDEB
                              DADOS E INFORMACOES DA
_DATA:_11/10/95_____________________DIVIDA_ATIVA_____________________HORA:_09:17:

 DEBITO 31549501-4  CAT 1 CGC/CPF 10.803.336/0001-46 CEI

 NOME : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

 DOC. DE ORIGEM : CCD    10  000000000203  30/03/93   GRAF : 15-601    PAF : 0
 PERIODO DIVIDA : 11/87 A 11/92
 CADASTRAMENTO  : 01/04/93        CNAE        :          DT.INSCRICAO : 19/09/
 COD. ATIVIDADE : 0805080         C.FEITO     : 01       PE/PR        : 15-200
 ESPECIE        : 11              --FUND. LEGAIS----     LIVRO-FOLHA  : 0004-3
 FASE ANTERIOR  : 518 01/09/94    02 22 ** ** ** **      COMARCA-VARA :
 FASE ATUAL     : 520 19/09/95    ** ** ** ** ** **

                                                    DEBITO INSCRITO
 PRINC. ATLZ ...              1.565.238,08          REAIS    ATLZ EM 01/10/95
 T. R.     .....              2.126.163,85          COMPETENCIAS CADASTRADAS
 J U R O S .....                781.990,53
 J LEI 8981/95 .                    0,00
 M U L T A .....              1.192.146,57    E - EXTRATO   P - PARCLM.
 T O T A L .....              5.665.539,03    R - END/CORR. D - COMPET.DE
_____________________________________________________________________XMIT___

  1 MTD  NUM                       FORM       RCV            L=05 C=10 P01 08:4

CDEB                          DATAPREV - INSS                    CDEB
                              DADOS E INFORMACOES DA
_DATA:_11/10/95_____________________DIVIDA_ATIVA_____________________HORA:_09:18:

 DEBITO 31548809-3  CAT 1 CGC/CPF 10.803.336/0001-46 CEI

 NOME : PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA

 DOC. DE ORIGEM : CCD    07  000000000044  30/03/93   GRAF : 15-601    PAF : 0
 PERIODO DIVIDA : 12/92 A 02/93
 CADASTRAMENTO  : 01/04/93        CNAE        :          DT.INSCRICAO : 19/09/
 COD. ATIVIDADE : 0805080         C.FEITO     : 01       PE/PR        : 15-200
 ESPECIE        : 11              --FUND. LEGAIS----     LIVRO-FOLHA  : 0004-3
 FASE ANTERIOR  : 518 01/09/94    02 22 ** ** ** **      COMARCA-VARA :
 FASE ATUAL     : 520 19/09/95    ** ** ** ** ** **

                                                    DEBITO INSCRITO
 PRINC. ATLZ ...                 19.217,92          REAIS    ATLZ EM 01/10/95
 T. R.     .....                      0,00          COMPETENCIAS CADASTRADAS
 J U R O S .....                  6.383,86
 J LEI 8981/95 .                    0,00
 M U L T A .....                 11.530,74    E - EXTRATO   P - PARCLM.
 T O T A L .....                 37.132,52    R - END/CORR. D - COMPET.DE
_____________________________________________________________________XMIT___

  1 MTD  NUM                       FORM       RCV            L=05 C=10 P01 08:4
```

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls. nº 42
Proc. DG nº _____
Proc. SR nº _____
Rubrica FB

15.200.4 (Equipe de Ajuizamento) em 16/10/95

1 - Apensei a este processo as seguintes NFLD's: 31-998.402-8, 31-998.435-4, 31-998.436-2, 31-549.500-6, 31-549.501-4, 31-548.809-3 e 31-549.989-3.

2 - Juntei às fls 38/41 **extrato de débito atualizado.**

3 - Nesta data, preparamos a documentação para efeito de Ajuizamento.

4 - Encaminhe-se ao Chefe do Serviço de Dívida Ativa solicitando atender a Portaria Ministerial nº 403/300793.

JBarreiras Mat. 1459236

15.200.4 - SERVIÇO DE DÍVIDA ATIVA em 17/10/95

1 - Distribua-se a (o) Dr. (a) Ana Carneiro **para análise e assinatura do TDA, CDA e Petição Inicial, emitindo em seguida RAF com a fase 020, conforme determinação contida no Memo Circular/INSS/PG nº 62/93.**

2 - Alerto para o fato de constar cópia da CDA às fls. _____**,que precisa ser assinada.**

FRANCISCO EDUARDO GUIMARÃES FARIAS
Procurador Chefe do Serviço de Dívida Ativa - INSS

INT.

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cev.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

15.200-4 Recife, 24/10/1995.

1. Em atendimento aos termos do MEMO/INSS/PG nº 61/93, foram assinados os documentos que se encontram presos à contra-capa e que constituem a TDA (uma via). CDA (três vias) e PI (três vias).

2. Convém ressaltar que os dados que estão indicados nos citados documentos não foram elaborados por este Procurador que já os recebeu da Equipe de Inscrição da Dívida Ativa como estão, acima referido.

3. À Equipe de Ajuizamento para os devidos fins, atentanto para o prazo de 5 (cinco) dias estabelecido no MEMO impressos e com os claros já devidamente preenchidos.

PROCURADOR - MAT. 1576496

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

rm70
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Fls.na 44
Proc.DG na
Proc.SR na
Rubrica

15.200.4 (Equipe de Depuração em 11./.03./.96

Nº do Débito: 31.998.401-0
Empresa Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A

1 - Recebido nesta data.
2 - Juntei a este as fls de n.
3 - Depuração já realizada anteriormente.

4 - Encaminhe-se ao arquivo de processos judiciais.

ANA01

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Ofício PGF/CGMT/CADIN Nº 0027072/2006 46129

Ref. Inclusão do devedor no CADIN.

Informamos que a falta de regularização do débito abaixo, inscrito em Dívida Ativa, implicará na sua inclusão no Cadastro Informativo de Débitos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - CADIN, nos termos do § 2º, do art. 2º, da Lei nº 10.522/2002.

Atenciosamente,

Coordenador-Geral de Matéria Tributária

DADOS DO DÉBITO

Devedor: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CNPJ: 10.803.336/0001-46
Débito: 31.998.401-0
Doc. de origem: NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Dt. Cadastramento: 23/05/1994 Período da Dívida: 03/1993 a 04/1994
Dt. de Incrição: 19/09/1995 Órgão Incrição: 15.200.000
Livro/Folha: 0004/378
APS: 15.001.110 PPS Tramitação: 15.200.400
Comarca: 15116 Vara: 011 Ação Judicial: 9500155559
Fase: 0624 - PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA
Data da Fase : 29/06/2004

Principal:		22.754,27
TR	:	----------**----------
Juros	:	49.156,54
Multa	:	13.652,55
Total	:	85.563,36

Vl atualiz p/ 02/2006 em Real. Havendo ajuizamento, incidira hon advocat sobre o vl total.

A(o): PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

CNPJ/CPF: 10.803.336/0001-46

Endereço: R BRUM 137 RECIFE PE 50030-260 RECIFE

Este documento pode ser verificado, conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx, informando o código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

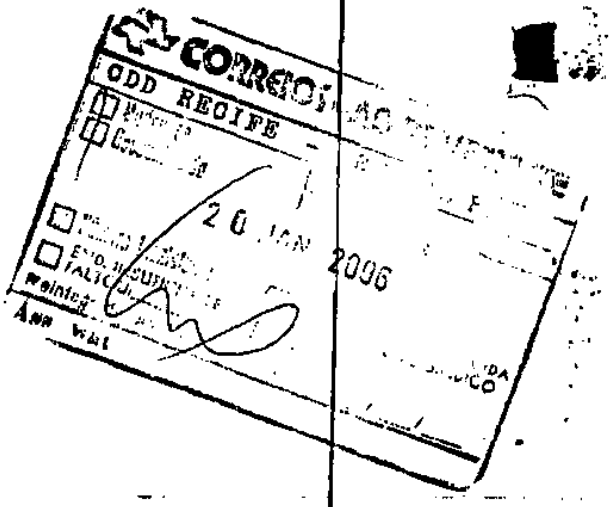
DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social

PREVIDÊNCIA SOCIAL
DATAPREV

FAC
INSS
CORREIOS

PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
R BRUM 137
RECIFE
RECIFE PE
50030-260

5001001663000070000004612930150206



REMETENTE 046447

DIVISAO DE COBRANCA DE GRANDES DEVEDORES EM RECIFE
AV. MARIO MELO, 349 2 ANDAR
SANTO AMARO
RECIFE PE
50010-360

- ☐ MUDOU-SE
- ☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
- ☐ NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO
- ☐ DESCONHECIDO
- ☐ RECUSADO
- ☐ NÃO PROCURADO
- ☐ AUSENTE
- ☐ FALECIDO
- ☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO/SÍNDICO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL EM: ____/____/____

EM: ____/____/____ _____ RESPONSÁVEL _____ VISTO

Impresso pelo Dataprev FORM: CDI01X

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

15-201.4

Recife, 16/03/2008.

Executado: Pessoa de Melo Indústria e Comércio S/A

Processo Nº 95 0015555-9

Sugere alteração de fase para: (341 **)** - citação do devedor

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo códi de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

315

95.0015555-9
Observação da última fase: INSS - INPEÇÃO LOTE 4 (12/03/2008 15:07)
Autuado em 24/10/1995 - Consulta Realizada em: 19/03/2008 às 09:51
EXEQUENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROCURADOR: ANA DO SOCORRO NICACIO CAMERINO
EXECUTADO : PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A E OUTROS
ADVOGADO : SEM ADVOGADO
11a. VARA FEDERAL - Juiz Titular
Objetos: 03.12.01 - Contribuição previdenciária - Dívida Ativa - Tributário

---

Concluso ao Juiz em 10/03/2008 para Despacho

Concluso ao Juiz em 11/06/2007 para Despacho

Vistos em inspeção. Remetam-se os autos ao INSS, para que tome ciência do despacho de fl. 62. Recife, 11 de junho de 2007.

Registro do Sistema em 22/06/2007

Concluso ao Juiz em 09/05/2005 para Despacho

Vistos em inspeção. Intime-se o INSS da certidão lavrada pela Secretaria do Juízo da Vara de origem . Recife, 09 de maio de 2005.

Registro do Sistema em 28/05/2007

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

PE RECIFE PRFN/5

FL. 59 316 48

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

DATAPREV
Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

FCPMCP - 1ª INSTÂNCIA

FICHA DE CADASTRAMENTO DE PROCESSOS EM 1ª INSTÂNCIA
MÓDULO DE CONTROLE DE PROCESSOS - MCP

DADOS BÁSICOS DO PROCESSO

Protocolo: ——— / ———

Processo: 91.000 6730-0

Vara/JCJ: 9ª Foro: IF Comarca: 15.116

Natureza: 03 Objeto(s) da Ação: 399 — — — —

Rito: 11

Ajuizamento: — / — / —

Citação/Notific: 18 09 91

INSS (X) AUTOR (R)RÉU (I) INTERESSADO

AUTOR PRINCIPAL

Espécie/NB: — / ———

Tipo Documento: 01 N°Documento: 10.803.936/0001-46.

Nome/Razão Social: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Data Nascimento: —/—/— NIT: ——— S/A

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO NOME/MATRÍCULA/DATA	DIGITAÇÃO NOME / MATRÍCULA/DATA	CONFERÊNCIA NOME / MATRÍCULA/DATA
GISA 08/05/91	09/05/91	/ /

Nº DO DÉBITO

31.327.132-1
31.324.133-0
31.324.134-8
31.324.135-6
31.327.136-4.

OUTROS PARTICIPANTES ?
SIM [ ] NÃO [X]

FCPMCP1.DOC
ESPE.O/Supervisão Procuradoria

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MPAS Ministério da Previdência e Assistência Social

DATAPREV
Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

FCPMCP - 1ª INSTÂNCIA

FICHA DE CADASTRAMENTO DE PROCESSOS EM 1ª INSTÂNCIA
MÓDULO DE CONTROLE DE PROCESSOS - MCP

DADOS BÁSICOS DO PROCESSO

Protocolo: - / - / -

Processo: 93.0004700 -0

Vara/JCJ: 1ª Foro: JF Comarca: 15.116.

Natureza: 03 Objeto(s) da Ação: 399 - - - - -

Rito: 11

Ajuizamento: - / - / -

Citação/Notific: 28/05/93

INSS (X) AUTOR (R)RÉU (I) INTERESSADO

AUTOR PRINCIPAL

Espécie/NB: - / -

Tipo Documento: 01 N°Documento: 10.803.936/0001-46

Nome/Razão Social: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Data Nascimento: - / - / - NIT:

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO NOME/MATRÍCULA/DATA	DIGITAÇÃO NOME / MATRÍCULA/DATA	CONFERÊNCIA NOME / MATRÍCULA/DATA
GISA 08/05 AT	09/05 AT	/ /

Nº DO DÉBITO
31.404.989-5

OUTROS PARTICIPANTES ?
SIM [ ] NÃO [X]

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

DATAPREV
Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

FCPMCP - 1ª INSTÂNCIA

FICHA DE CADASTRAMENTO DE PROCESSOS EM 1ª INSTÂNCIA
MÓDULO DE CONTROLE DE PROCESSOS - MCP

DADOS BÁSICOS DO PROCESSO

Protocolo: - / - -
Processo: 93.0004743-4
Vara/JCJ: 109 Foro: JF Comarca: 15.116
Natureza: 03 Objeto(s) da Ação: 399 - - - -
Rito: 11
Ajuizamento: - / - / -
Citação/Notific: 31/05/93

INSS (X) AUTOR (R)RÉU (I) INTERESSADO

AUTOR PRINCIPAL

Espécie/NB: / -
Tipo Documento: 01 Nº Documento: 10.803.336/0001-46
Nome/Razão Social: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A
Data Nascimento: - / - / - NIT: -

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO NOME/MATRÍCULA/DATA	DIGITAÇÃO NOME / MATRÍCULA/DATA	CONFERÊNCIA NOME / MATRÍCULA/DATA
CASA 08/05/93	09/05/93	/ /

Nº DO DÉBITO
31.494.988-7

OUTROS PARTICIPANTES ?
SIM [ ] NÃO [X]

FCPMCP1.DOC
ESPE.O/Supervisão Procuradoria

Documento de 83 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MPAS Ministério da Previdência e Assistência Social

DATAPREV
Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

FCPMCP - 1ª INSTÂNCIA

FICHA DE CADASTRAMENTO DE PROCESSOS EM 1ª INSTÂNCIA
MÓDULO DE CONTROLE DE PROCESSOS - MCP

DADOS BÁSICOS DO PROCESSO

Protocolo: — / — -

Processo: 94.0000644-6

Vara/JCJ: 19 Foro: JF Comarca: 15.116

Natureza: 03 Objeto(s) da Ação: 399 - - - -

Rito: 11

Ajuizamento: — / — / —

Citação/Notific: 18/01/94

INSS (~~A~~)AUTOR (R)RÉU (I) INTERESSADO

AUTOR PRINCIPAL

Espécie/NB: — / —

Tipo Documento: 01 Nº Documento: 09.759.291/0001-70

Nome/Razão Social: PESSOA DE MELLO S/A INDUSTRIA HOTEL EA

Data Nascimento: — / — / — NIT: —

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO NOME/MATRÍCULA/DATA	DIGITAÇÃO NOME / MATRÍCULA/DATA	CONFERÊNCIA NOME / MATRÍCULA/DATA
GLSA 08/05/97	09/05/97	/ /

Nº DO DÉBITO
31.357.845-1
31.245.423-5
31.356.416-7

OUTROS PARTICIPANTES ?
SIM [ ] NÃO [X]

FCPMCP1.DOC
ESPE.O/Supervisão Procuradoria

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MPAS
Ministério da Previdência e Assistência Social

DATAPREV
Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

FCPMCP - 1ª INSTÂNCIA

FICHA DE CADASTRAMENTO DE PROCESSOS EM 1ª INSTÂNCIA
MÓDULO DE CONTROLE DE PROCESSOS - MCP

DADOS BÁSICOS DO PROCESSO

Protocolo: ___/___/___

Processo: 94.0012072-9

Vara/JCJ: 1ª Foro: JF Comarca: 15.116

Natureza: 03 Objeto(s) da Ação: 399 ___ ___ ___ ___

Rito: 11

Ajuizamento: __/__/__

Citação/Notific: 14/10/94

INSS (X)AUTOR (R)RÉU (I) INTERESSADO

AUTOR PRINCIPAL

Espécie/NB: ___ / ___

Tipo Documento: 01 Nº Documento: 10.803.336/0001-46

Nome/Razão Social: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO S.A

Data Nascimento: __/__/__ NIT: ___

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO NOME/MATRÍCULA/DATA	DIGITAÇÃO NOME / MATRÍCULA/DATA	CONFERÊNCIA NOME / MATRÍCULA/DATA
GISA 08/05/97	09/05/97	/ /

Nº DO DÉBITO
31.356.416-7

OUTROS PARTICIPANTES ?
SIM [ ] NÃO [X]

FCPMCP1.DOC
ESPE.O/Supervisão Procuradoria

Documento de 63 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0116.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

MPAS Ministério da Previdência e Assistência Social

DATAPREV Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

FCPMCP - 1ª INSTÂNCIA

FICHA DE CADASTRAMENTO DE PROCESSOS EM 1ª INSTÂNCIA
MÓDULO DE CONTROLE DE PROCESSOS - MCP

DADOS BÁSICOS DO PROCESSO

Protocolo: ---/---/---

Processo: 95.0015555-9

Vara/JCJ: 1ª Foro: JF Comarca: 15-116

Natureza: 03 Objeto(s) da Ação: 399 - - - -

Rito: 1

Ajuizamento: --/--/--

Citação/Notific: 24/10/95

INSS (A)UTOR (R)ÉU (I) INTERESSADO

AUTOR PRINCIPAL

Espécie/NB: --/---

Tipo Documento: 01 Nº Documento: 10803.336/0001-46

Nome/Razão Social: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Data Nascimento: --/--/-- NIT: ---

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO NOME/MATRÍCULA/DATA	DIGITAÇÃO NOME / MATRÍCULA/DATA	CONFERÊNCIA NOME / MATRÍCULA/DATA
GISA 08/05/1995	09/05/1995	/ /

Nº DO DÉBITO
31.998.401-0
31.998.402-8
31.998.435-4

OUTROS PARTICIPANTES ?
SIM [ ] NÃO [X]

FCPMCP1.DOC
ESPE.O/Supervisão Procuradoria

31.998.436-2
31.549.500-6
31.549.501-4
31.548.809-3
31.549.989-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx por este código 1A18.0831.0918.09300.2PUH. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

 322

Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento juntado ao processo decorrente de ato do servidor habilitado e reconhecido via certificado digital. Corresponde à fé pública do servidor.

Histórico de ações sobre o documento:

Esta cópia / impressão foi realizada por ISABELLA RIO LIMA MACIEIRA em 31/01/2018.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:
https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx

2) Entre no menu "Outros".

3) Selecione a opção "eAssinaRFB - Validação e Assinatura de Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP31.0118.09300.2PUH

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha1:
0255A9C5F6534A0F68ABB33D6451A7A5F2522AD2

Página inserida pelo Sistema e-Processo apenas para controle de validação e autenticação do documento do processo nº 12883.000495/2011-29. Por ser página de controle, possui uma numeração independente da numeração constante no process

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
DECISÃO-NOTIFICAÇÃO(DN) N.....003...../95

EMPRESA: Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A.
ENDEREÇO: Rua do Brum, 137, Bairro do Recife, Recife/PE.
CGC/CEI/CPF: 10.803.336/0001-46
N. E DATA DO PROCESSO: NFLD - 31.998.402-8, de 26/05/94
VALOR: CR$77.690.610,68 (Valor Consolidado)
PERÍODO: 03/93 a 04/94
INFRAÇÕES: Art.65 do Dec.83081/79 c/redação dada pelo Dec.90817/85; Art.25, Art.26, Inc. I, c/c Art.62 do Dec.612/92.

O(A) GERENTE REGIONAL DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO - RECIFE/NORTE, usando das atribuições que lhe foram conferidas no Inc.IV, do Art.212, do Regimento Interno do INSS, aprovado pela Portaria MPS n. 458, de 24/09/92, julga o processo acima caracterizado na forma como segue:

Segundo o Relatório Fiscal, às fls.08, dos autos, de acordo com a documentação apresentada na ação fiscal, constatou-se que a empresa não recolheu as contribuições previdenciárias de sua responsabilidade.

No prazo regulamentar, defendeu-se a empresa, sob a alegação de que os valores levantados não checaram com aqueles lançados pela defendente e que as alicotas aplicadas estão em desacordo com a legislação vigente.

CONSIDERANDO que os argumentos da defedente não modificaram o resultado da ação fiscal, visto que às suas alegações nenhum elemento material de prova foi juntado, limitando-se apenas a evasivas;

CONSIDERANDO a apreciação fiscal, às fls.20, que manteve o débito, uma vez que nenhuma informação foi prestada pela defendente, assim como não foi apresentada qualquer documentação;

CONSIDERANDO a manutenção do débito, por falta de amparo legal;

R E S O L V E:

Julgá-lo procedente, obrigando-se a empresa a recolhê-lo, acrescido das cominações legais, sob pena de sofrer Execução Judicial.

Recife, 10/01/95

Zelia Duarte N. Pereira
Gerente Regional de Arrecadação
e Fiscalização - Recife - Norte

Fica a empresa notificada de que, em virtude da decisão acima, tem o prazo de trinta(30) dias, a contar da data do recebimento desta, para pagar a importância nela

Documento de 46 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx pelo código de localização EP31.0118.09438.G1WW. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

Seção Judiciária de Pernambuco

11ª Vara Federal

Justiça Federal de 1ª Instância 11ª Vara 324

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nesta data faço o encerramento do volume 1 destes autos, à folha 324.

Recife, 06/02/2018

Sabrina Aires Gomes

Operador de Documentos

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 06/08/2019 12:52:10
Identificador: 4058300.11387997
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080612505810200000011412504

Justiça Federal de 1ª Instância 11ª Vara - 327

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

Seção Judiciária de Pernambuco

11ª Vara Federal

TERMO DE ABERTURA

Nesta data faço a abertura do volume 2 destes autos, à folha 327.

Recife, 06/02/2018

Sabrina Aires Gomes

Operador de Documentos

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão dos presentes autos a(o) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara. Recife/PE, 07/02/2018 08:18.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

DECISÃO

Com a sentença/decisão proferida nos autos do processo 0008638-90.1991.4.05.8300 (cópia às fls. 192/194v), o processo 0002274-68.1992.4.05.8300 passou à qualidade de processo piloto, sendo certo que os atos praticados no primeiro processo permanecem válidos para as demais execuções, pois houve apensamento já em 2010.

Instada a se manifestar, a União elaborou o seguinte quadro com os valores atualizados das dívidas (fl. 195v):

Execução fiscal	CDA	Valor atualizado
92.0002274-0	**40691000085-33**	**R$ 518.947,96 (piloto)**
92.0002272-3	40291000134-22	R$ 157.238,41
93.0004700-0	31494989-5	R$ 116.524,42
94.0012072-9	1356416-7	R$ 4.964,85
95.0015555-9	31548809-3 31549500-6 31549501-4 31549989-3 31998401-0 31998402-8 31998435-4 31998436-2	R$ 16.737.566,40
95.0003070-5	40694000202-10	R$ 46.436,46
98.0005148-1	32479417-7	R$ 6.759,24
2001.83.00.012438-6	40600002326-91	R$ 270.769,76
2002.83.00.014058-0	40802000562-98	R$ 191.748,94
2002.83.00.010408-2	40802000558-01	R$ 86.814,02

Em nova manifestação, a União pede a extinção da execução fiscal 94.0012072-9, a exclusão das pessoas físicas do polo passivo da execução fiscal 98.0005148-1, bem como a exclusão dos sócios da CDA 32479417-7. Por fim, pede a manutenção das pessoas físicas apenas nas CDAs 31.998.401-0 e 31.998.436-2 (fls. 209/216).

Decido.

1. EXTINÇÃO DA EF 94.0012072-9

A União reconhece estar o débito fundamentado em dispositivo legal considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Pede a extinção da execução.

Ante o exposto, reconheço a inexigibilidade do crédito tributário consubstanciado na CDA 1356416-7 e, por conseguinte, **extingo a execução fiscal n.º 94.0012072-9 com resolução do mérito**, com base no art. 487, I, do CPC.

2. SÓCIO COM NOME NA CDA

Em relação às partes e citação nas execuções, antes do apensamento, temos o seguinte panorama.

2.1. EF - 92.0002274-0. Só pessoa jurídica. Sem citação.
Apesar de ter havido menção de redirecionamento no resumo constante à fl. 192v, na verdade, a União pediu a citação da empresa na pessoa de seus representantes legais. Devedora principal ainda não citada. Sem redirecionamento.

2.2. EF - 92.0002272-3. Só pessoa jurídica. Citada.
Devedora principal citada. Embargos à execução improcedentes. Leilão infrutífero. Processo baixado em 12/10 pelo apensamento. Sem redirecionamento.

2.3. EF - 93.0004700-0 (crédito previdenciário). Só pessoa jurídica. Citada.
Devedora principal citada. Embargos à execução improcedentes. Reunião da execução fiscal 95.15555-9 e 94.12072-9. Leilão infrutífero. Processo baixado em 12/10 pelo apensamento. Sem redirecionamento.

2.4. EF - 95.0015555-9 (crédito previdenciário). Pessoa jurídica e sócios CDA. Citados.
Polo passivo pessoa jurídica e sócios cujos nomes constavam da CDA. Foram expedidas cartas de citação para todos os coexecutados (empresa devedora, Luiz Gonzaga e José Luiz). Citação positiva de todos.

2.5. EF - 95.0003070-5. Só pessoa jurídica. Citada,
Devedora principal citada. Leilão infrutífero em razão de desapropriação do imóvel. Sem redirecionamento.

2.6. EF - 98.0005148-1 (crédito previdenciário). Pessoa jurídica e sócios CDA. Pessoa jurídica citada, pessoas físicas não.
Polo passivo pessoa jurídica e sócios cujos nomes constavam da CDA (Luiz Gonzaga e Jorge Luiz). Pessoa jurídica citada. Pessoas físicas citação infrutífera.

2.7. EF - 2002.83.00.014058-0. Só pessoa jurídica. Citação positiva.
Sem bens. Oficial justiça indica que no local há uma outra empresa.

2.8. EF - 2001.83.00.012438-6. Só pessoa jurídica. Citação negativa.
Houve juntada da execução fiscal 2002.83.00.010408-2. Citação negativa da pessoa jurídica (mudou-se). União pediu citação da empresa na pessoa do representante legal. Mandados expedidos, mas foram destinados ao antigo endereço.

Em petição às fls. 209/216, a União requer a exclusão das pessoas físicas do polo passivo da execução fiscal 98.0005148-1 e da correspondente CDA 32479417-7.

Defiro o pedido da União, pelo que passamos a ter o seguinte quadro (antes do apensamento), já considerando a extinção da execução fiscal do item 1:

Execução fiscal	Polo passivo	citação
92.0002274-0	Só pessoa jurídica	**Sem citação**
92.0002272-3	Só pessoa jurídica	Citada
93.0004700-0	Só pessoa jurídica	Citada
95.0015555-9	pessoa jurídica e sócios (nome CDA - (Luiz Gonzaga e José Luiz)	Todos citados
95.0003070-5	Só pessoa jurídica	Citada
98.0005148-1	Só pessoa jurídica	Pessoa jurídica citada
2001.83.00.012438-6 (2002.83.00.010408-2)	Só pessoa jurídica	**Sem citação**
2002.83.00.014058-0	Só pessoa jurídica	Citada

A execução fiscal 95.0015555-9 é composta por diversas CDAs. A União pede a manutenção das pessoas físicas apenas em relação às CDAs 31.998.401-0 e 31.998.436-2 em razão de as condutas descritas nos autos de infração, respectivos, caracterizarem-se apropriação indébita, passível de responsabilização pessoal.

Então, passaríamos a ter a seguinte situação:

EF	CDA e polo passivo	Situação da citação
95.0015555-9	31998401-0 31998436-2	
	pessoa jurídica e sócios (nome CDA - Luiz Gonzaga e José Luiz)	Todos citados

95.0015555-9	31548809-3 31549500-6 31549501-4 31549989-3 31998402-8 31998435-4	
	Só pessoa jurídica	Citada

3. REUNIÃO DAS EXECUÇÕES

A reunião de processos é possível quando temos as mesmas partes e o mesmo juízo competente para todos os feitos.

No presente caso, a partir dos pedidos da União, à exceção das CDAs 31998401-0 e 31998436-2, ambas da execução fiscal 95.0015555-9 (tratadas a seguir), todos os processos possuem como executada a PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, tramitam no mesmo juízo, razão pela qual mantenho a reunião dos feitos.

Justiça Federal de 1ª Instância 11ª Vara

3.1. EF 95.0015555-9

Em relação à execução fiscal 95.0015555-9, devemos desvincular as CDAs em que os sócios permanecem como corresponsáveis, quais sejam: CDA 31998401-0 (período de apuração de 03/1993 a 04/1994 - fls. 5/9) e CDA 31998436-2 (período de apuração 13/1993 - fls. 21/24).

A União juntou aos autos do processo piloto as cópias dos processos administrativos de constituição dos referidos créditos às fls. 219/258 e 259/323.

Passo a analisá-las.

De acordo com os relatórios fiscais (CDA 31.998.436-2, fls. 221 e 237 e CDA 31998.401-0, fls. 263 e 285), a empresa foi autuada em razão de recolhimento de contribuições previdenciárias descontadas dos empregados e não repassadas para o INSS, fato ensejador da responsabilização pessoal do gestor.

Com efeito, a responsabilidade pessoal do sócio gestor, em nosso sistema, não é objetiva nem se conforma com a simples inclusão do nome do sócio na CDA, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal ao declarar inconstitucional, com repercussão geral, o art. 13 da Lei 8.620/93 (RE 562.276/PR).

Ao revés, a responsabilidade solidária dos acionistas, controladores, diretores, gerentes e representantes de pessoas jurídicas deve sempre analisar-se à luz de ao menos uma das hipóteses previstas no art. 135 do CTN, ou seja, deve-se perquirir a existência de ato praticado com *excesso de poderes* ou *infração à lei*, contrato social ou estatutos.

A exequente comprova que pelo menos parte do débito exequendo - precisamente os contidos nas **CDAs n.os** 31998401-0 e 31998436-2 - originou-se de retenção de tributos (contribuição previdenciária) incidentes na operação (decorrente do rendimento de trabalho assalariado), que a empresa descontou dos empregados e não recolheu ao erário.

Nessas situações, a empresa executada era responsável tributária e, após reter os valores pertencentes a outras pessoas físicas ou jurídicas, apropriou-se indevidamente deles ao deixar de cumprir a obrigação legal de repassar os valores retidos na fonte ao Fisco. Outrossim, além da infração à lei tributária, a conduta se amolda, em tese, à descrição típica do crime de apropriação indébita (ilícito penal – art. 168-A do CP).

Deveras, é inafastável concluir que, tratando-se de situações tais (apropriação indébita de tributos), a responsabilização do sócio por infração à lei está configurada, sendo o que basta para autorizar o redirecionamento da execução contra o **gerente ou diretor**, com base no art. 135 do CTN.

No mesmo sentido, vários são os precedentes colhidos da jurisprudência (grifos de nosso punho):

> TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - INCLUSÃO DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES NA RELAÇÃO PROCESSUAL - RESPONSABILIDADE PESSOAL DEMONSTRADA - LEI Nº 6.830/80, ART. 4º, V, E § 2º -

POSSIBILIDADE - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE OUTUBRO DE 2001 - APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA - CÓDIGO PENAL, ART. 168-A - INFRAÇÃO À LEI - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA CONFIGURADA - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, ART. 135, III – APLICABILIDADE.
(...). 4 - As contribuições previdenciárias pretendidas são referentes a outubro de 2001, consubstanciando, em tese, o tipo penal de apropriação indébita previdenciária, que passou a existir após o advento da lei nº 9.983/2000, com a inserção do art. 168-a no Código Penal.
5 - "Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional" (código penal, art. 168-a, *caput*) caracteriza, em tese, crime de apropriação indébita previdenciária, portanto, infração à lei, o que torna os sócios administradores, pessoalmente, responsáveis pela dívida, nos termos do art. 135, III, do código Tributário Nacional e, também, sujeitos à pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
6 - Proposta a Execução com espeque em Certidão de Dívida Ativa-CDA em que constam os nomes dos corresponsáveis tributários, cabe-lhes, mediante prova inequívoca, afastar a aplicação do disposto no art. 135 do Código Tributário Nacional.
7 - Apelação e Remessa Oficial providas.
8 - Sentença reformada parcialmente.
(TRF-1ª Região, AC, Rel. Des. Fed. Catão Alves, 7ª Turma, unânime, e-DJF1 9/4/2010.)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO. RESPONSABILIDADE DOS DIRIGENTES DA PESSOA JURÍDICA. LEGITIMIDADE. ART. 13 DA LEI Nº 8.620/93. CTN, ART. 121, ART. 124, INC. II, ART. 134, INC. VII E ART. 135. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/08, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.941/09. STF, RE 562.276/RS. CDA. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. INFRAÇÃO À LEI.
(...) 6. Após o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade do mencionado art. 13, no julgamento do RE nº562.276/RS, sob a sistemática do artigo 543-B do Código de Processo Civil, não há mais como reconhecer a responsabilidade solidária dos sócios pelos débitos da pessoa jurídica sem que restem comprovadas quaisquer das hipóteses previstas no artigo 135 do CTN, ainda que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa, já que a presunção de responsabilidade a autorizar tal inclusão, com a consequente inversão do ônus da prova, ficou totalmente prejudicada com a declaração de inconstitucionalidade da norma que lhe dava guarida.
7. Nas execuções fiscais para cobrança de contribuições previdenciárias não recolhidas pela pessoa jurídica, os diretores, gerentes e representantes legais somente serão pessoalmente responsabilizados pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias, desde que estes resultem comprovadamente de atos praticados com excesso de poder ou infração à lei, contrato social ou estatutos.
8. A existência do nome do sócio ou dirigente no quadro de devedores da Certidão de Dívida Ativa só o legitima para figurar no polo passivo da execução fiscal caso a autoridade fiscal tenha logrado provar que o mesmo cometeu qualquer dos atos previstos no inciso III do artigo 135 do CTN.
9. O débito exeqüendo refere-se, em parte, a valores descontados dos salários dos empregados, mas não repassados pelos sócios administradores ao ente previdenciário, conduta essa que, por configurar apropriação indébita de contribuições previdenciárias, tipifica a ilegalidade para o fim do artigo 135 do Código Tributário Nacional e impõe a manutenção dos sócios no polo passivo do feito.
10. Agravo de instrumento parcialmente provido.
(TRF-3ª Região, AI 508613, Rel. Juiz conv. Hélio Nogueira, 1ª Turma, unânime, e-DJF3 13/5/2014.)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS QUE NÃO DISCRIMINAM AS CDAS OBJETO DO PARCELAMENTO. EXTRATOS JUNTADOS PELA FAZENDA NACIONAL QUE

DEMONSTRAM A RESCISÃO DO PARCELAMENTO. AUSÊNCIA DE CAUSA SUSPENSIVA DE EXIGIBILIDADE. CDAS REFERENTES A IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES RETIDOS NA FONTE E NÃO REPASSADOS AOS COFRES PÚBLICOS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS-GERENTES DECORRENTE DO ART. 135 DO CTN. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCESSO ADMINISTRATIVO. INCLUSÃO DOS SÓCIOS NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO, E NÃO COMO CORRESPONSÁVEIS NA CDA. AGTR IMPROVIDO.
1. A decisão agravada deferiu o pedido de inclusão dos sócios, ora agravantes, no polo passivo do feito executivo, com espeque no art. 135 do CTN, determinando a citação dos mesmos para os fins do art. 8º e seguintes da Lei 6.830/80, exclusivamente quanto aos débitos consignados nas CDAs 40.2.12.000621-01, 40.2.12.000627-05, 40.6.12.002479-33 e 40.6.12.002494-72 (fls. 83/84).
(...). 4. As CDAs sobreditas possuem a particularidade de se referirem a imposto de renda e contribuições retidos na fonte (fls. 185/192), de modo que o não repasse dos valores devidos a esses títulos aos cofres públicos caracteriza crime, em tese, contra a ordem tributária, nos moldes do art. 2º, II, da Lei 8.137/90. A caracterização dessa conduta como crime, por sua vez, reflete na responsabilização tributária dos sócios-gerentes decorrente do art. 135 do CTN.
5. Não há se falar, ainda, que se trata de mero inadimplemento da obrigação tributária, a ensejar a incidência da Súmula 430 do STJ, porque a responsabilização dos sócios-gerentes no caso em tela resulta de infração à lei pela apropriação indevida de valores que deveriam ser repassados aos cofres públicos, conforme já referido. Ademais, também é prescindível processo administrativo prévio para tal imputação de responsabilidade aos sócios, pois não se trata de inclusão destes como corresponsáveis diretamente nas CDAs, mas apenas no polo passivo da execução.
6. AGTR improvido.
(TRF-5ª Região, AG 139046, Rel. Des. Fed. Manuel Maia, 1ª Turma, unânime, DJE 17/12/2014.)

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. ART. 8º, DEL. 1736/79. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. NECESSIDADE DE COMINAÇÃO COM O ART. 135 DO CTN. REQUISITOS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE DO ART. 135 DO CTN É SUBSIDIÁRIA. LUSTRO PRESCRICIONAL DE REDIRECIONAMENTO QUE SE INICIA FRUSTRADA A EXECUÇÃO CONTRA O DEVEDOR PRINCIPAL. PRAZO NÃO CONSUMADO. AGTR IMPROVIDO.
1. Apesar de o crédito exequendo estar sujeito ao regramento do art. 8º do Decreto-lei nº 1736/79, que determina a responsabilidade solidária dos acionistas controladores, diretores, gerentes e representantes de pessoas jurídicas de direito privado pelos créditos decorrentes do não recolhimento do imposto de renda retido na fonte, o STJ tem entendido pela necessidade de conjugar a interpretação daquele dispositivo com o art. 135 do CTN, devendo ser verificados os requisitos elencados neste artigo para a responsabilização pessoal dos sócios. Precedente.
2. O agravante tornou-se diretor-presidente do SEMEPE - SERVIÇO MÉDICO DE PERNAMBUCO LTDA quando da alteração social de 17.11.1993 (fl. 64), assim permanecendo até a presente data (v. alterações de agosto de 1994, cláusula terceira, fl. 56; de novembro de 2000, fl. 52; e de abril de 2006, fl. 317). **Por sua vez, a infração à lei se configura pelo descumprimento da obrigação de repassar os valores retidos na fonte, conforme os arts. 1º e 2º da Lei 8.866/94. Têm-se presentes, portanto, os requisitos impostos pelo art. 135, III, do CTN para a responsabilização pessoal do agravante.**
(...). 6. AGTR improvido.
(TRF-5ª Região, AG 136702, Rel. Des. Fed. Joaquim Lustosa Filho, 1ª Turma, p. maioria, DJE 15/4/2014.)

Justiça Federal 1ª Instância 11ª Vara 332

No caso, não identifico a existência de documentação que comprove a função exercida por cada pessoa física, nos respectivos períodos, de modo a aferir o poder de gestão delas.

Dessa feita, **intime-se a União** para, no prazo de 20 (vinte) dias:

3.1.a) juntar a documentação necessária (atas de eleição) para comprovação do poder de gestão das pessoas físicas indicadas nas referidas CDAs.

3.1.b) dizer se mantem interesse na continuidade da execução contra as pessoas físicas, tendo em vista a necessidade de desmembramento das respectivas CDAs por conterem partes diversas, fato impeditivo da reunião processual.

4. CITAÇÃO

A União pede a citação da devedora a ser efetivada na pessoa de qualquer dos seguintes representantes: Luiz Gonzaga Marques Filho, Carlos Pessoa de Melo, Ernani Pessoa de Mello, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Carlos Antônio Cavalcanti Pessoa de Mello ou Vaudrilo Leal Guerra Curado, todos com endereço à Rua Dom Vital 27, Santo Amaro, Recife/PE (fl. 125).

Às fls. 369/381, da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, consta certidão do Oficial de Justiça confirmando que na Rua Dom Vital 27 funciona uma outra empresa.

No mesmo sentido foi a certidão exarada pelo oficial de justiça à fl. 38 da execução 2001.83.00.012438-6, no endereço da Rua do Brum, 137.

Verifico que nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, houve **citação positiva da devedora principal, em 11/06/2015, na cidade de Rio Tinto/PB, na Fazenda Manibu, Destilaria Santo Antônio (fl. 738).** No entanto, a carta precatória destinava-se à citação da empresa AGICAM.

Após a citação, houve pedido dos advogados, subscritores das petições às fls. 740 e 764/770, em nome da devedora original, para desarquivamento dos autos e obtenção de cópias. Sem juntada de procuração.

Conforme certidão à fl. 141, do presente feito, o oficial de justiça recebeu informação de JOSÉ LUIS DE LIMA (representante legal da empresa) trabalhar na cidade de Rio Tinto/PB, na Fazenda Manibu, Destilaria Santo Antônio.

Concluo que a tanto a PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A quanto a AGICAM tem domicilio na Fazenda Manibu, na cidade de Rio Tinto/PB.

5. GRUPO ECONÔMICO

De acordo com a decisão que reconheceu a formação de grupo econômico de fato, exarada às fls. 324/329, da Execução Fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, em 08/2014, o polo passivo das execuções reunidas é composto pelas seguintes pessoas

Justiça Federal - Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara - 1ª Instância

Pessoa física:

Antonio Francisco Dourado Pessoa de Mello
Belarmino Luiz Pessoa de Melo Neto
Carlos Pessoa de Melo (notícia falecimento fl. 369, EF-0008638-90.1991.4.05.8300)
Carlos Pessoa de Melo Filho

Pessoas jurídicas:

AGICAM
METALNORTE
SOC. SANTA LAURA VICUNHA LTDA
VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA

No processo 0008638-90.1991.4.05.8300, já forma promovidos os seguintes atos citatórios:

Parte	Endereço	citação	EF-0008638-90.1991.4.05.8300
Antonio Francisco Dourado Pessoa de Mello		Citação edital	Em 06/10/2015 fl. 548
Belarmino Luiz Pessoa de Melo Neto		Citação edital	Em 06/10/2015 fl. 548
Carlos Pessoa de Melo		Citação edital Em 06/10/2015 – fl. 548	Notícia falecimento fl. 369
Carlos Pessoa de Melo Filho		Citação edital	Em 06/10/2015 fl. 548
AGICAM	Carta precatória 347-2/2014 (fl. 738). Fl. 743 – corrige CPR – malote 25/10/2016		
METALNORTE		Citação edital	Em 19/7/2016 fl. 710
SOC. SANTA LAURA VICUNHA LTDA	av boa viagem 3232 apt. 603	Fl. 360v – citação negativa Citação edital	Em 06/10/2015 fl. 548
VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA		Citação edital	Em 06/10/2015 fl. 548
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A	Fl. 369/381 - rua dom vital 27 - negativo	Fl. 738 – citação positiva Pessoa de Mello ind e com. (era para citação da AGICAM)	

5.1. CARLOS PESSOA DE MELO

A notícia de falecimento do corresponsável (fl. 369) antecede sua citação por edital (fl. 548).

Dessa feita, anulo a citação por edital de CARLOS PESSOA DE MELO.

Intime-se a União para promover os atos de sucessão processual, no prazo de 30 (trinta) dias.

5.2. FAZENDA MANIBU, RIO TINTO/PB

Como já explanado no item 4, extrai-se dos autos que a PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A e a AGICAM tem domicilio na Fazenda Manibu, na cidade de Rio Tinto/PB.

Já foi expedida carta precatória para correção da citação equivocada da AGICAM (fl. 743, malote 25/10/2016).

Cobre a secretaria notícia do andamento da deprecata.

Expeça-se nova carta precatória para a **citação e intimação da penhora** da PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, na Fazenda Manibu, na cidade de Rio Tinto/PB, com prazo de 30 (trinta) dias para embargar a execução, se ainda não lhe foi oportunizado.

No mesmo ato, **INTIMEM-SE** a AGICAM e PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A do apensamento das execuções, bem como da sentença/decisão proferida nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300 (juntada ao presente feito às fls.192/194v) e da presente decisão.

Deixo para apreciar o pedido da União de fl. 777, da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, para citação da AGICAM (na pessoa de seus representantes legais Francisco Carlos Ferreira de Araujo, Rua Manoel Graciliano de Souza 299, apt. 101, Jardim Atlântico, Olinda/PE e Luiz Gonzaga Marques Filho, Rua Cabo, n.º 6, Ouro Preto, Olinda/PE ou, alternativamente, Fazenda Manibu, Mataraca, Rio Tinto /PB; Filial2 Ceasa, Galpão GPA, Box 708, Cristo Redentor, João Pessoa/PB - fl. 780), após o resultado da precatória expedida em 25/10/2016.

6. CERTIFICAR

Certifique a secretaria se já decorreu ou não o prazo pagamento ou nomeação de bens à penhora pelos seguintes coobrigados: Antonio Francisco Dourado Pessoa de Mello, Belarmino Luiz Pessoa de Melo Neto, Carlos Pessoa de Melo Filho, METALNORTE, SOC. SANTA LAURA VICUNHA LTDA e VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA.

Caso negativo, **intimem-se** as partes das penhoras efetuadas para, querendo, opor embargos à execução, no prazo de 30 (trinta) dias.

Justiça Federal de 1ª Instância 11ª Vara

7. PENHORAS

Verifico ter havido as seguintes penhoras nos autos do processo 0008638-90.1991.4.05.8300, realizadas quando todos os feitos já estavam reunidos. Sendo assim, continuam garantindo as execuções reunidas:

Fl. 403 – penhora rosto autos processo de desapropriação 0011587-23.2010.4.05.8300 25.ª Vara Federal de Goiana/PE;
Fl. 561 – penhora rosto autos 0000184-96.2006.4.05.8300 da 7.ª Vara Federal (auto de penhora fl. 562). Feito sobrestado no aguardo de julgamento de recurso no STJ (fl. 650);
Fls. 578/581 – auto de penhora e avaliação imóveis de matrículas 372, 362, 365, 366, 357, todos do 1.º Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE;
Fl. 593 – auto de penhora, avaliação e registro imóvel de matrícula 809, 1º Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba/PE;
Fl. 605 – auto de penhora e avaliação do imóvel de matrícula 173, 2.º Cartório de Registro de Imóveis de Vicência/PE;
Fl. 647 – penhora rosto autos 3.ª Vara Federal processo 0000628-91.1990.4.05.8300. Houve resposta daquele juízo no sentido de não haver valores disponíveis (fls. 622/627);
Fl. 667 – termo de penhora rosto autos 2008.34.00.022494-3, da 6.ª Vara Federal DF;
Fls. 676/677 – penhora de créditos referente a 347 ações PN – TIM Participações S/A.

Intime-se a União para se manifestar, no prazo de 20 (vinte) dias, sobre as penhoras realizadas, bem como indicar outros meios de prosseguimento da execução.

Recife, 07/03/2018.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal, no exercício da titularidade da 11ª Vara/PE

TERMO DE RECEBIMENTO
Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos do(a) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara/PE. Recife/PE, 07/03/2018.

Juliana Pessoa Rafael
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

CARTA PRECATÓRIA GDC.0011.000011-2/2018

01628001100001122018

EXECUÇÃO FISCAL: 0002274-68.1992.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A
ENDEREÇO: FAZENDA MANIBU, S/N – ZONA RURAL – RIO TINTO/PB
VALOR INICIAL DA DÍVIDA: **R$ 313.428,02**

PRAZO: **60 DIAS**

Via Malote Digital

DEPRECANTE: **JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DEPRECADO: **JUÍZO DISTRIBUIDOR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO TINTO/PB**

FINALIDADE: **CITAÇÃO** do executado, **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.**, no endereço acima, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, o valor inicial de **R$ 313.428,02**, acrescido de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução(art. 9º da LEF).

INTIMAÇÃO acerca do(a) despacho/decisão de fls. 329/333 e das penhoras realizadas nos autos do processo **0008638-90.1991.4.05.8300 (fls. 403, 561/562, 578/281, 593, 605, 647, 667 e 376/377), reunido ao presente feito**, e de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo e se ainda não lhe foi oportunizado, opor embargos.

INTIMAÇÃO de **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA** do apensamento das execuções fiscais, bem como da sentença/decisão

proferida nos autos da execução fiscal **0008638-90.1991.4.05.8300 e** da decisão de fls. 329/333 **proferida nos autos do processo em epígrafe.**

DEVOLUÇÃO da carta em caso de oposição de embargos para julgamento pelo Juízo deprecante, salvo se houver vícios ou irregularidades de competência do Juízo deprecado.

ANEXOS: Cópias da inicial, da(s) CDA(s), decisão de fls. 329/333, fls. 403, 561/562, 578/281, 593, 605, 647, 667 e 376/377 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300, fls. 192/194v.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara, aos 12 de março de 2018. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, _____, (Pedro Chabloz Filho), TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei. Eu, _____, (Edison Ribeiro de Vasconcelos), Diretor(a) de Secretaria da 11ª Vara/PE, conferi.

ROBERTA WALMSLEY SOARES C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal no exercício da titularidade da 11ª Vara-PE

335

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 15/03/2018 às 13:04

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40520183853541
Documento: GDC11-2-18-web.pdf
Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário: Vara única de Santa Luzia (TJPB)
Data de Envio: 15/03/2018 13:00:22
Assunto: encaminha carta precatória GDC.0011.00011-2/2018

Imprimir

Justiça Federal
11ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Ofício nº GDO.0011.000030-0/2018

0 1 6 3 0 0 0 1 1 0 0 0 0 3 0 0 2 0 1 8

Recife, 12 de março de 2018.

PROCESSO nº 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S.A.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz de Direito Distribuidor da Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB
MALOTE DIGITAL

Assunto: **Solicita informações sobre cumprimento de carta precatória**

Senhor(a) Juiz(íza),

Com os cumprimentos de estilo, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de prestar a este Juízo informações sobre o cumprimento da Carta Precatória GDC.0011.000002-7/2016, expedida nos autos do processo 0008638-90.1991.4.05.8300, baixado e vinculado à execução fiscal em epígrafe, nos termos da decisão de fls. 329/333.

Cópias anexas: fls. 744/745 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300 e fls. 329/333 da presente ação.

Atenciosamente,

ROBERTA WALMSLEY SOARES C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal no exercício da titularidade da 11ª Vara/PE

337

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 15/03/2018 às 12:58

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40520183853510
Documento: GDO30-0-18.pdf
Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário: Diretoria do Fórum de Rio Tinto (TJPB)
Data de Envio: 15/03/2018 12:56:56
Assunto: encaminha ofício GDO.0011.00030-0/2018

Imprimir

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que decorreu e findou o prazo assinado para pagamento do débito objeto do presente feito, sem que haja notícia de que o(a)(s) devedor(a)(s)ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, BELARMINO LUIZ PESSO DE MELO NETO, CARLOS PESSOA DE MELO FILHO, METALNORTE, SOC. SANTA LAURA VICUNHA LTDA E VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA o tenha(m) realizado ou tenham nomeado bens à penhora, do que, para constar, lavrei o presente termo.

É o que me cumpre certificar.

Recife/PE, 19/03/2018.

Pedro Chabioz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

1ª Instância 11ª Vara - Justiça Federal

228
229

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

J U N T A D A

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o(a) PETIÇÃO/MANDADO n. 2018.0011.000232-0.

Recife/PE, 21/03/2018.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

60

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SANTA LUZIA
GERENCIA DO FÓRUM

Ofício nº. 018/2018

Santa Luzia - PB, 19 de março de 2018

À sua Excelência, o Senhor:
Juiz Federal da 11° Vara
Edifício do Fórum Federal em Pernambuco
Pernambuco - PE

Excelentíssimo Senhor,

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, Dr. Rossini Amorim Bastos, informo a Vossa Senhoria, que a **Carta Precatória nº 0002274-68.1992.4.05.8300, tendo como partes: Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A e Agicam Agroindústria do Camaratuba S.A/Fazenda Nacional**, oriunda dessa Vara, foi remetido a Unidade Judiciária de Rio Tinto - PB, uma vez que o Deprecado é a Vara de Rio Tinto/PB.

Respeitosamente,

Adriana Damasceno de Medeiros
Gerente do Fórum

0002274-68.1992.4.05.8300 - 11.232-0

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520182012723

Nome original: Informações sobre Carta Precatória n° 2274-68.1992.4.05.8300.pdf

Data: 19/03/2018 09:04:20

Remetente:

Adriana Damasceno de Medeiros
Diretoria do Forum de Santa Luzia
Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Informações sobre Carta Precatória n° 2274-68.1992.4.05.8300, enviada para esta Comarca por engano, a mesma pertence a Comarca de Rio Tinto - PB.

330
341

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 40520183853541
Nome original: GDC11-2-18-web.pdf
Data: 15/03/2018 13:03:09
Remetente:
Pedro Chabloz Filho
SJPE - Diretoria da 11ª Vara
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para providências.
Assunto: encaminha carta precatória GDC.0011.00011-2 2018

R-H.

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

Redistribua para a Comarca destinatária. Em 19/03/18

CARTA PRECATÓRIA GDC.0011.000011-2/2018

01628001100001122018

EXECUÇÃO FISCAL: 0002274-68.1992.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A
ENDEREÇO: FAZENDA MANIBU, S/N – ZONA RURAL – RIO TINTO/PB
VALOR INICIAL DA DÍVIDA: R$ 313.428,02

Rossini Amorim Bastos
Juiz de Direito

PRAZO: 60 DIAS

Via Malote Digital

DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DEPRECADO: JUÍZO DISTRIBUIDOR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO TINTO/PB

FINALIDADE: CITAÇÃO do executado, PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A., no endereço acima, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, o valor inicial de R$ 313.428,02, acrescido de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução(art. 9º da LEF).

INTIMAÇÃO acerca do(a) despacho/decisão de fls. 329/333 e das penhoras realizadas nos autos do processo 0008638-90.1991.4.05.8300 (fls. 403, 561/562, 578/281, 593, 605, 647, 667 e 376/377), reunido ao presente feito, e de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo e se ainda não lhe foi oportunizado, opor embargos.

INTIMAÇÃO de PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA do apensamento das execuções fiscais, bem como da sentença/decisão

342

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SANTA LUZIA
GERENCIA DO FÓRUM

Ofício nº. 017/2018

Santa Luzia – PB, 19 de março de 2018

À sua Excelência, o Senhor:
Juiz de Direito da Vara Única
Edifício do Fórum
Rio Tinto – PB

Assunto: Remessa Carta Precatória.

Excelentissimo Senhor Juiz:

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, Dr. Rossini Amorim Bastos, remeto a Vossa Excelência, **Carta Precatória nº 0002274-68.1992.4.05.8300,** tendo como partes: **Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A e Agicam Agroindústria do Camaratuba S.A/Fazenda Nacional,** oriundo da 11° Vara Federal de Pernambuco, remetido a esta Unidade Judiciária por equívoco.

Respeitosamente,

Adriana Damasceno de Medeiros
Gerente do Fórum

Poder Judiciário **Malote Digital**

Impresso em: 19/03/2018 às 09:01

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 81520182012715
Documento: Remessa Carta Precatória nº 2274-68.1992.4.05.8300 - Execução Fiscal.pdf
Remetente: Diretoria do Forum de Santa Luzia (Adriana Damasceno de Medeiros)
Destinatário: Diretoria do Fórum de Rio Tinto (TJPB)
Data de Envio: 19/03/2018 09:01:03
Assunto: Remessa Carta Precatória nº 2274-68.1992.4.05.8300, enviada a esta Comarca por engano

Código de rastreabilidade: 81520182012714
Documento: Remessa Carta Precatória nº 2274-68.1992.4.05.8300.pdf
Remetente: Diretoria do Forum de Santa Luzia (Adriana Damasceno de Medeiros)
Destinatário: Diretoria do Fórum de Rio Tinto (TJPB)
Data de Envio: 19/03/2018 09:01:03
Assunto: Remessa Carta Precatória nº 2274-68.1992.4.05.8300, enviada a esta Comarca por engano

Imprimir

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CERTIDÃO

Certifico que o edital n. EDT.0011.000021-1/2018, foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, edição n. **53.0/2018**, no dia **21/03/2018**.

Certifico, por fim, que afixei cópia do referido edital em lugar próprio nesta Vara.

É o que consta e me cumpre certificar.

Recife/PE, 21/03/2018.

Pedro Chabioz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária de Pernambuco

Diário da Justiça Eletrônico SJPE

Nº 53.0/2018 Recife - PE Disponibilização: Terça-feira, 20 Março 2018

11a. VARA FEDERAL
Edital de Intimação

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº EDT.0011.000021-1/2018

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Juiz(a) Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele tiverem notícia ou a quem interessar possa, que, perante este Juízo Federal, tramita a Execução Fiscal abaixo indicada, promovida pelo(a) FAZENDA NACIONAL e, através deste, **INTIMA** o(a)s Executado(a)s ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELO, BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELO NETO, CARLOS PESSOA DE MELO, CARLOS PESSOA DE MELO FILHO, METALNORTE, SOC. SANTA LAURA VINCUNHA LTDA E VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA em decorrência da frustração da citação pelos correios e/ou por oficial de justiça.

PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300**, EXECUTADOS: **ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO (CPF 317278084-87), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (CPF 018544024-04), CARLOS PESSOA DE MELLO (CPF 001611954-15), CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (CPF 090147304-97), METALNORTE (CNPJ 10803344/0001-92), SOC. SANTA LAURA VINCUNHA LTDA (CNPJ 00304435/0001-20) E VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA (CNPJ 03898510/0001-16)** e outros, VALOR INICIAL DA DÍVIDA **R$ 313.428,02.**

FINALIDADE:INTIMAÇÃO dos executados das penhoras realizadas nos autos do processo 0008638-90.1991.4.05.8300 (reunido ao presente feito), abaixo relacionadas, podendo as mesmas serem utilizadas como pagamento da dívida:

- penhora no rosto dos autos do processo 0011587-23.2010.4.05.8300, da 25ª Vara Federal de Goiana/PE, fl. 403,

- penhora no rosto dos autos do processo 0000184-96.2006.4.05.8300, da 7ª Vara Federal, fls. 561/562,

- penhora sobre os imóveis de matrículas 372, 362, 365, 366, 357, do 1ª Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE, fls. 578/581,

- penhora sobre o imóvel de matrícula 809, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba/PE, fl. 593,

- penhora sobre o imóvel de matrícula 173, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Vicência/PE, fl. 605,

- penhora no rosto dos autos do processo 0000628-91.1990.4.05.8300, da 3ª Vara Federal, fl. 647,

- penhora no rosto dos autos do processo 2008.34.00.022494-3, da 6ª Vara Federal do DF, fls. 676/677.

O executado tem o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, oferecer embargos à execução, ou, requerer, em 5 (cinco) dias, o levantamento da medida de indisponibilidade, na hipótese de eventual excesso de execução ou impenhorabilidade do valor constrito, nos termos do art. 16 da Lei 6.830/80 e do art. 854 do CPC.

SEDE DO JUÍZO: 11ª Vara Federal, Av. Recife, 6250, Jiquiá - Recife/PE.

E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente **EDITAL**, que será publicado na forma da lei vigente, tendo uma cópia afixada no local de costume, na sede deste Juízo da 11ª Vara Federal, situada na Av. Recife, nº 6250, 8º andar, Jiquiá, Recife-PE.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária de Pernambuco

Diário da Justiça Eletrônico SJPE

Nº 53.0/2018 Recife - PE Disponibilização: Terça-feira, 20 Março 2018

Dado e passado pela Secretaria da 11ª Vara Federal, aos 19 de março de 2018. Eu, _____, Pedro Chabloz Filho, TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei. Eu, _____, Edison Ribeiro de Vasconcelos, Diretor(a) da Secretaria da 11ª Vara Federal, conferi.

ROBERTA WALMSLEY SOARES C. PORTO DE BARROS

JUÍZA FEDERAL NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 11ª VARA/PE

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL : 0002274-68.1992.4.05.8300
Autor : FAZENDA NACIONAL
Adv./Proc: (JOAQUIM LUSTOSA FILHO)
Reu(s): PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
Adv./Proc: (ALFREDO MARIANO DE BRITO, ALOISIO ARRUDA FILHO)

CERTIDÃO

Certifico que o ato processual adiante transcrito foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, edição SJPE nº **54.0/2018**, de **22/03/2018**, fls. 2, ficando intimados os advogados e/ou procuradores acima relacionados. **Data da disponibilização do jornal: 21/03/2018.** Recife/PE, 26 de março de 2018.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Ato Publicado **(Despacho – fls.).**

"(...) 1. EXTINÇÃO DA EF 94.0012072-9

(...)Ante o exposto, reconheço a inexigibilidade do crédito tributário consubstanciado na CDA 1356416-7 e, por conseguinte, extingo a execução fiscal n.º 94.0012072-9 com resolução do mérito, com base no art. 487, I, do CPC.

(...)

Em petição às fls. 209/216, a União requer a exclusão das pessoas físicas do polo passivo da execução fiscal 98.0005148-1 e da correspondente CDA 32479417-7.

Defiro o pedido da União, pelo que passamos a ter o seguinte quadro (antes do apensamento), já considerando a extinção da execução fiscal do item 1:

(...) A execução fiscal 95.0015555-9 é composta por diversas CDAs. A União pede a manutenção das pessoas físicas apenas em relação às CDAs 31.998.401-0 e 31.998.436-2 em razão de as condutas descritas nos autos de infração, respectivos, caracterizarem-se apropriação indébita, passível de responsabilização pessoal.(...)

5. GRUPO ECONÔMICO (...)

5.1. CARLOS PESSOA DE MELO

A notícia de falecimento do corresponsável (fl. 369) antecede sua citação por edital (fl. 548).

Dessa feita, anulo a citação por edital de CARLOS PESSOA DE MELO.

Intime-se a União para promover os atos de sucessão processual, no prazo de 30 (trinta) dias.(...)

"

346

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª Vara Federal

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

TERMO DE VISTA/REMESSA

Nesta data, faço vista/remessa dos presentes autos ao(à) FAZENDA NACIONAL, para fins de direito, do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

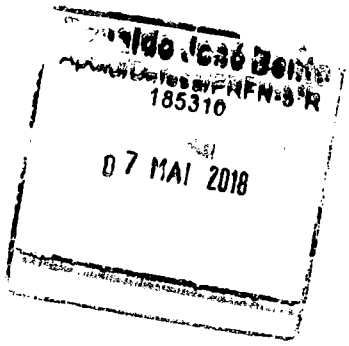
Recife, 03 de maio de 2018.

Pedro Chabioz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

EXEQUENTE / EXECUTADO

Recebido por .....

em _____ / _____ / _____



MM Juiz,

Segue com petição em Quatro laudas.

Recife, 14.05.18.

Thiago Moreira da Silva
Procurador da Fazenda Nacional

TERMO DE RECEBIMENTO

Autos recebidos na 11ª vara da Seção Judiciária de Pernambuco

Recife/PE, 16/05/2018

Saq

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos Petição

que segue.

Recife/PE, 16 de 05 de 2018

Eu, _____

Assino _____

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 06/08/2018 12:52:10
Identificador: 4058300.11387999
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19080612505810200000011412506

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional no Estado de Pernambuco - Divisão de Grandes Devedores

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

15611814:16 526176670 110 02274681972403830002A

AUTOS Nº : 0002274-68.1992.4.05.8300 E FEITOS EM APENSO - EXECUÇÃO FISCAL
EXECUTADO : PESSOA DE MELO IND E COMERCIO S/A E OUTROS

A **UNIÃO** (FAZENDA NACIONAL), por seu Procurador que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante V. Exa., acerca da decisão de **fls. 329/333, manifestar-se** nos seguintes termos:

DO SEGREDO DE JUSTIÇA

Nesta oportunidade, a União apresenta cópia do **IRPF do corresponsável CARLOS PESSOA DE MELLO**, documentação essa protegida pelo sigilo fiscal, na forma do **artigo 5°, incisos X e XII**, da Constituição Federal, **razão pela qual é encaminhada em anexo dentro de envelope lacrado, com indicação de material sigiloso**.

Diante do exposto, **antes mesmo da análise da presente petição, e da abertura do envelope lacrado por esta Procuradoria, a União requer a decretação de Segredo de Justiça com o intuito de preservar as informações ali contidas**.

DA EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL 94.0012072-9

A União informa que deixa de recorrer em face do presente capítulo decisório conforma nota justificativa devidamente arquivada nesta procuradoria (SAJ).

DA ANULAÇÃO DA CITAÇÃO POR EDITAL DO CORRESPONSÁVEL CARLOS PESSOA DE MELLO

A União informa que deixa de recorrer em face do presente capítulo decisório conforma nota justificativa devidamente arquivada nesta procuradoria (SAJ).

DA DESISTÊNCIA DO PEDIDO DE REDIRECIONAMENTO FORMULADO EM RELAÇÃO ÀS CDAS 31.998.401-0 e 31.998.436-2 - EF. 95.0015555-9

Dentre seus diversos capítulos decisórios, a decisão em comento determinou a intimação da União para comprovar a coincidência entre os fatos geradores dos tributos excutidos nas

CDAs[1] de n°s 31.998.401-0 (03/1993 a 04/1994) e 31.998.436-2 (apenas 12/1993) e o período de gestão dos corresponsáveis ali incluídos, os srs. LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO (CPF 258.265.574-00) e JOSÉ LUIZ DE LIMA (CPF 078.262064-72), tendo em vista a responsabilidade tributária fundada no não repasse das contribuições previdenciárias incidentes sobre os rendimentos salariais dos empregados da empresa executada.

Em consulta ao sistema eletrônico da JUCEPE (vide em anexo), contudo, constatou-se que os referidos senhores somente assumiram a gestão da empresa praticamente no fim do período dos fatos geradores.

Nessa senda, conforme devidamente justificado em nota interna desta Procuradoria (SAJ), a União desiste de promover o redirecionamento da execução em desfavor dos srs. LUIZ GONZADA MARQUES FILHO e JOSÉ LUIZ DE LIMA, devendo a execução prosseguir em relação aos corresponsáveis devidamente incluídos no polo passivo por meio da decisão exarada às fls. 324/329 do executivo fiscal de n° 0008638-90.1991.4.05.8300, então considerado processo piloto, conforme será sustentado no próximo tópico.

DO PÓLO PASSIVO DESTA DEMANDA - DECISÃO QUE RECONHECEU A EXISTÊNCIA DE GRUPO ECONÔMICO QUANDO TODOS OS FEITOS SE ENCONTRAVAM REUNIDOS AO DE N° 0008638-90.1991.4.05.8300

Com efeito, ao compulsar os autos de n° **0008638-90.1991.4.05.8300,** constata-se que houve a reunião de diversos feitos por meio da decisão de **fl. 122** ali exarada.

Tais feitos são justamente os mencionados na decisão de fls. **329/333** de n° **0002274-68.1992.4.05.8300.**

Assim, constata-se que, quando da prolatação da decisão que reconheceu a responsabilidade tributária do grupo econômico, exarada às fls. 324/329 do então processo piloto de n° 0008638-90.1991.4.05.8300, já estavam ali reunidas todas as execuções ora apensadas

Sendo assim, conclui-se que os efeitos da decisão judicial que estendeu a sujeição passiva tributária aos membros do citado grupo aplicam-se a todas execuções ora reunidas, de modo que as pessoas naturais e jurídicas imputadas na decisão de fls. 324/329 do então processo piloto de n° 0008638-

[1] Ambas veiculadas no executivo fiscal de n° 95.0015555-9, em apenso nos termos do art. 28 da LEF.

90.1991.4.05.8300 devem responder, de forma solidária, por todos os créditos aqui excutidos.

Registre-se, aliás, que esse mesmo raciocínio foi utilizado por esse Juízo para a manutenção das constrições nos termos do item 7 da própria decisão de fls. 329/333 destes autos.

Ante todo o exposto, a execução de todas as demandas aqui reunidas deve prosseguir em desfavor das pessoas devidamente incluídas no polo passivo por meio da decisão de fls. 324/329 do então processo piloto de n° 0008638-90.1991.4.05.8300, quais sejam:

a) ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO;
b) BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELO NETO;
c) CARLOS PESSOA DE MELLO (ESPÓLIO);
d) CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO;
e) AGICAM;
f) METALNORTE;
g) SOC. SANTA LAURA VICUNHA LTDA;
h) VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA; e
i) PESSOA DE MELLO IND E COM S/A, devedora originária.

Nesse sentido, aliás, já restou consignado no item 5 da decisão fls. 329/333 destes autos.

DOS DEMAIS PEDIDOS EXECUTIVOS

Em virtude do exposto acima, a União requer:

1. A intimação acerca das penhoras efetuadas das pessoas indicadas no **item 6 da decisão de fls. 329/333** destes autos, para fiel cumprimento do comando decisório ali contido, tendo em vista a certidão de **fl. 338;**

2. A citação do espólio do corresponsável **CARLOS PESSOA DE MELLO na pessoa de sua inventariante, a sra. MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO,** conforme consta da última declaração de IPRF (**2017-2018**) apresentada pelo *de cujus*, **ora ofertada em envelope pardo com indicação de material sigiloso;**

3. Em relação às penhoras listadas no **item 7** da decisão **fls. 329/333** destes autos, **a União requer:**

3.1. No que tange às penhoras nos rostos dos autos, sejam oficiados os respectivos juízos solicitando a

disponibilização de eventuais recursos, mediante depósito em conta judicial vinculada ao presente feito;

3.2. Já em relação aos imóveis, considerando as datas das últimas avaliações (todas do ano de 2015), requer sejam deprecadas suas reavaliações, bem como a adoção das demais medidas relativas a suas alienações judiciais.

Em anexo, segue o valor atualizado da dívida.

Pede deferimento.
Recife, 14 de maio de 2018.

Thiago Moreira da Silva
Procurador da Fazenda Nacional

RFB

USUARIO: THIAGO
14/05/2018 17:30

349

NI-CPF : 000.108.634-00 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO
DT NASC: 10/11/1926
MAE : GUIOMAR BEZERRA DOURADO
SEXO: F ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R DOM VITAL,27
50100-100 SANTO AMARO,RECIFE

DDD : 0081 TELEFONE: 32230345 CELULAR: COD.MUN.: 2531 PE
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0410100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DEPENDENTES

350

PFN-PRFN-5ª Região — Consulta Dívida Ativa — 14/05/2018 17:41 Tempo restante de conexão: 19:57

THIAGO MOREIRA DA SILVA (www3.pgfn.fazenda-10.30.115.119) — Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS

OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40691000085 — Número de Inscrição: 40 6 91 000085-33 —

Número do Processo Administrativo: 26520 10000268-82 — CPF/CNPJ: 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	04/09/1991	Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO	Nº. Judicial:	00000000009200022740	Valor Inscrito:	CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Órgão de Origem:	DRF RCE	Procuradoria de Inscrição:	QUINTA REGIAO	Nº. Único Judicial:	00022746819924058300		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-RECIFE	Valor Remanescente:	CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data do Protocolo:	25/02/1995	Valor Consolidado:	R$ 520.549,22
Qtd. de Débitos:	0001	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:			
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	400088918715	Data da Extinção:		Cobrança(s) Administrativa(s):	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:		Situação no Protesto:		Bloqueio no Ajuizamento:			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Lec. | Imp. Res. Lec. | Voltar

351

PFN-PRFN-5ª Região — Consulta Divida Ativa — 14/05/2018 17:42 Tempo restante de conexão: 19:58

THIAGO MOREIRA DA SILVA (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.119)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS	DEVEDOR	DÉBITOS	PAGAMENTOS	PROTESTOS
OCORRÊNCIAS	PARCELAMENTO	VALORES	EXECUÇÃO FISCAL	COBRA

Parâmetro: 40291000134 — Número de Inscrição: 40 2 91 000134-22 — Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 10480 008200/89-41 — CPF/CNPJ: 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	16/09/1991	Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO	Nº. Judicial:	00000000009200022723	Valor Inscrito:	UFIR 20.059,54
Órgão de Origem:	DRF RCE	Procuradoria de Inscrição:	QUINTA REGIAO	Nº. Único Judicial:	00022729819924058300		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-RECIFE	Valor Remanescente:	UFIR 20.059,54
Receita:	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data do Protocolo:	25/02/1992	Valor Consolidado:	R$ 157.731,85
Qtd. de Débitos:	0008	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:			
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	400088901109	Data da Extinção:		Cobrança(s) Administrativa(s):	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:		Situação no Protesto:		Bloqueio no Ajuizamento:			

Ajuda | Inst. Autuação | Ass. Inscrição | Fol. Valid. Inc. | Imp. Rel. Ind. | Voltar

7/95

352

PFN-PRFN-5ª Região — Consulta Dívida Ativa — 14/05/2018 17:42 Tempo restante de conexão: 19:58

THIAGO MOREIRA DA SILVA (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.119) — Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40694000202 — Número de Inscrição: 40 6 94 000202-10 — Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 27307 400471/89-86 — CPF/CNPJ: 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	19/09/1994	Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO	Nº. Judicial:		Valor Inscrito:	CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Órgão de Origem:	D.N.C.	Procuradoria de Inscrição:	QUINTA REGIAO	Nº. Único Judicial:	00000000009500030705		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-RECIFE	Valor Remanescente:	CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Receita:	3640 - DIVATIVA-OUTRAS ORIGENS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	10/03/1995	Valor Consolidado:	R$ 46.703,49
Qtd. de Débitos:	0001	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:			
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	400088901644	Data da Extinção:		Cobrança(s) Administrativa(s):	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:		Situação no Protesto:		Bloqueio no Ajuizamento:			

Ajuda | Inst. Anterior | Prg. Sucessão | Inst. Tasco Log. | Imp. Sec. Log. | Voltar

353

PFN-PRFN-5ª Região — Consulta Dívida Ativa — 14/05/2018 17:42 Tempo restante de conexão: 19:58

THIAGO MOREIRA DA SILVA (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.119) — Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40600002326 — Número de Inscrição: 40 6 00 002326-91 — Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 10768 024637/88-14 — CPF/CNPJ: 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	18/08/2000	Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO	Nº. Judicial:	00000200183000124386	Valor Inscrito:	CZ 5.460.990,67 UFIR 34.424,65
Órgão de Origem:	SRF	Procuradoria de Inscrição:	QUINTA REGIAO	Nº. Único Judicial:	00124387720014058300		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-RECIFE	Valor Remanescente:	CZ 5.460.990,67 UFIR 34.424,65
Receita:	3640 - DIVATIVA-OUTRAS ORIGENS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	26/04/2001	Valor Consolidado:	R$ 271.597,51
Qtd. de Débitos:	0003	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:			
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	400088924625	Data da Extinção:		Cobrança(s) Administrativa(s):	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:		Situação no Protesto:		Bloqueio no Ajuizamento:			

Ajuda | Dev. Anterior | Info. Inscrição | Imp. Insc. Loc | Imp. Res. Loc | Voltar

354

PFN-PRFN-5ª Região — Consulta Dívida Ativa — 14/05/2018 17:43 Tempo restante de conexão: 19:58

THIAGO MOREIRA DA SILVA (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.119) — Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40802000562 — Número de Inscrição: 40 8 02 000562-98 — Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 10480 000879/2002-13 — CPF/CNPJ: 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	02/05/2002	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	14058902002405830O	**Valor Inscrito:**	R$ 41.035,13 UFIR 45.053,93
Órgão de Origem:	ARF/TIMBAUBA	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	14058902002405830O		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	R$ 41.035,13 UFIR 45.053,93
Receita:	2157 - DIV.ATIVA-ITR	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	ITR	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	12/09/2002	**Valor Consolidado:**	R$ 193.048,93
Qtd. de Débitos:	0002	**Data de Distribuição:**	12/09/2002	**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade:**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088931751	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Info. Detalhada | Pedir Inscrição | Imprimir Tela | Ind. Res. Lote | Voltar

355

PFN-PRFN-5ª Região — Consulta Dívida Ativa — 14/05/2018 17:43 Tempo restante de conexão: 19:59

THIAGO MOREIRA DA SILVA (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.119) — Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS	DEVEDOR	DÉBITOS	PAGAMENTOS	PROTESTOS
OCORRÊNCIAS	PARCELAMENTO	VALORES	EXECUÇÃO FISCAL	COBRA

Parâmetro: 40802000558 — **Número de Inscrição:** 40 8 02 000558-01 —

Número do Processo Administrativo: 10480 000833/2002-49 — **CPF/CNPJ:** 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	02/05/2002	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	200283000104082	**Valor Inscrito:**	R$ 18.578,59 UFIR 20.398,09
Órgão de Origem:	ARF-TIMBAUBA	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	200283000104082		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	R$ 18.578,59 UFIR 20.398,09
Receita:	2157 - DIV.ATIVA-ITR	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	ITR	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	08/07/2002	**Valor Consolidado:**	R$ 87.402,58
Qtd. de Débitos:	0002	**Data de Distribuição:**	08/07/2002	**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data da Falência:**		**Data do Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088930071	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo da Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

356

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD

DIVIDA ATIVA

14/05/2018 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 18:02:25

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 9300047000 (*) Credito: 314949895 PRC: **15200800**

Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

Fase: **624** Dt.Fase: **29/06/2004** Comarca: **15116** Vara: **11** Foro: **FED**

Procurador: **902872** Honorarios: **20.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **28/05/1993**

Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
314949895	624	29/06/2004	Nao	97.475,04

Total Divida -	97.475,04
Honor Divida -	19.495,00
J/Hon REFIS -	0,00
Total da Acao -	116.970,04

Prox.Credito -

* - Apensada

XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.58

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
14/05/2018 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 18:02:58
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 9500155559 (*) Credito: 315488093 PRC: 15200800
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
Fase: 624 Dt.Fase: 29/06/2004 Comarca: 15116 Vara: 11 Foro: FED
Procurador: 902872 Honorarios: 20.00 PRO Dt.Ajuizamento: 24/10/1995
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
315488093	624	29/06/2004	Nao	104.436,22
315495006	624	29/06/2004	Nao	496.408,36
315495014	624	29/06/2004	Nao	11.241.383,02
315499893	624	29/06/2004	Nao	1.716.584,27
319984010	624	29/06/2004	Nao	115.159,79
319984028	624	29/06/2004	Nao	305.770,38
319984354	624	29/06/2004	Nao	21.185,41
319984362	624	29/06/2004	Nao	7.941,52

Total Divida - 14.008.868,97
Honor Divida - 2.801.773,79
J/Hon REFIS - 0,00 Prox.Credito -
Total da Acao - 16.810.642,76 * - Apensada XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.58

358

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD | PGF - PGFN - DATAPREV | CACAOJUD

DIVIDA ATIVA

14/05/2018 | CONSULTA A ACAO JUDICIAL | 18:03:39

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 9800051481 Credito: 324794177 PRC: **15200800**

Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

Fase: **594** Dt.Fase: **03/08/2000** Comarca: **15116** Vara: **11** Foro: **FED**

Procurador: **1306057** Honorarios: **20.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **06/03/1998**

Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
324794177	**594**	**03/08/2000**	**Nao**	**5.632,70**

Total Divida -	**5.632,70**
Honor Divida -	**1.126,54**
J/Hon REFIS -	**0,00**
Total da Acao -	**6.759,24**

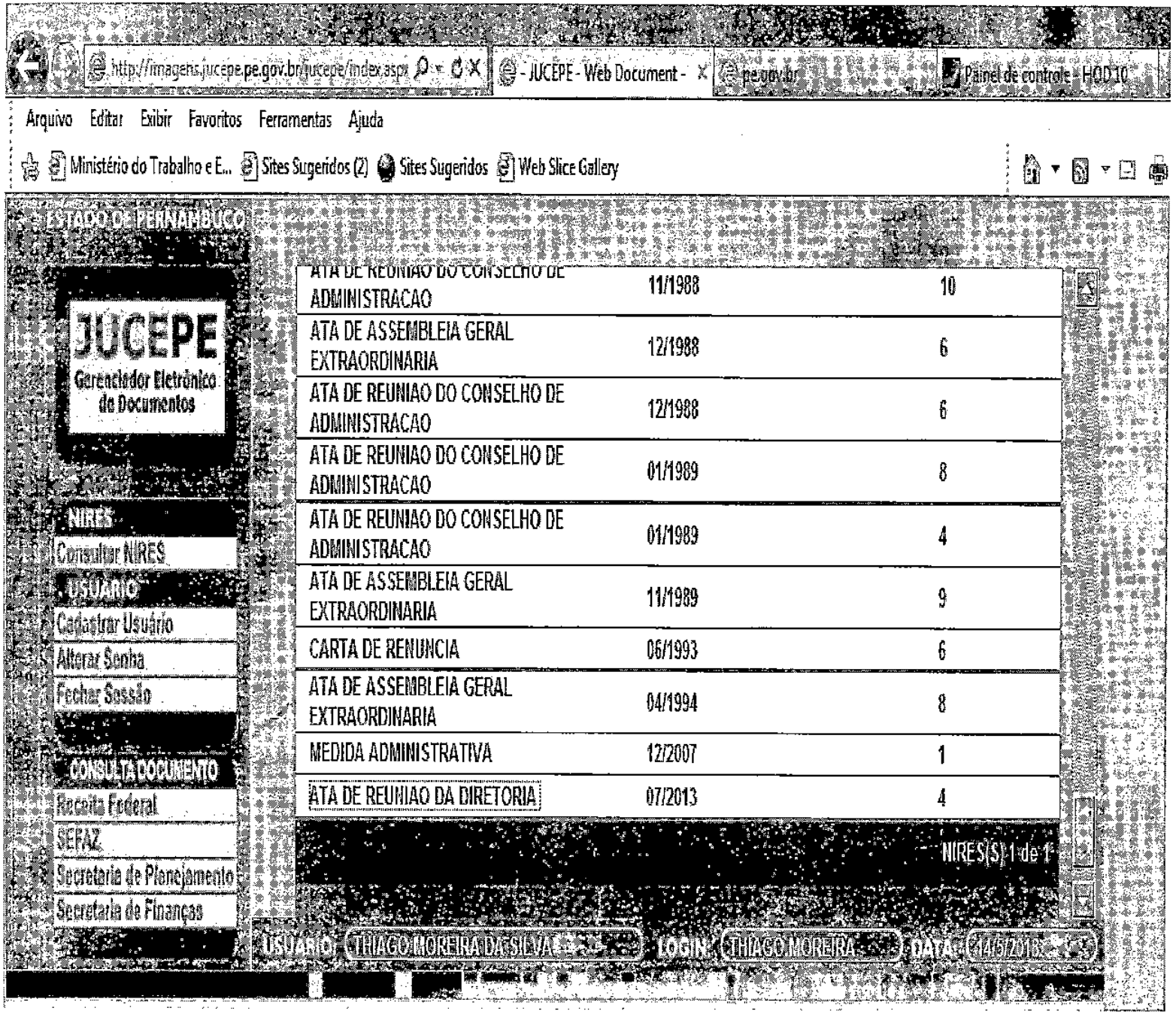
Prox.Credito -

* - Apensada

XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.58


http://imagens.jucepe.pe.gov.br/jucepe/index.aspx
- JUCEPE - Web Document -
pe.gov.br
Painel de controle - HOD10
Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda
Ministério do Trabalho e E...
Sites Sugeridos (2)
Sites Sugeridos
Web Slice Gallery
ESTADO DE PERNAMBUCO
JUCEPE
Gerenciador Eletrônico de Documentos
NIRES
Consultar NIRES
USUÁRIO
Cadastrar Usuário
Alterar Senha
Fechar Sessão
CONSULTA DOCUMENTO
Receita Federal
SEFAZ
Secretaria de Planejamento
Secretaria de Finanças
ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO 11/1988 10
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA 12/1988 6
ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO 12/1988 6
ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO 01/1989 8
ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO 01/1989 4
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA 11/1989 9
CARTA DE RENUNCIA 06/1993 6
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA 04/1994 8
MEDIDA ADMINISTRATIVA 12/2007 1
ATA DE REUNIAO DA DIRETORIA 07/2013 4
NIRES(S) 1 de 1
USUÁRIO: THIAGO MOREIRA DA SILVA
LOGIN: THIAGO.MOREIRA
DATA: 14/5/2018

360

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
Departamento Nacional de Registro do Comércio
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

26300037486
Nirc da Empresa

***** J U C E P E *****
00039747-0 26300037486 30/01/89
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A
JC P- 41.92 JC R- 5.52
CAD P- 4.36 CAD R- 4.36

01 TIPO JURÍDICO

Cód.		Cód.	
1	Firma Individual - FI	6	Sociedade Comandita Simples
2	Sociedade Limitada - LTDA	7	Sociedade Capital e Indústria
3	Sociedade Anônima - SA	8	Sociedade Comandita por Ações
4	Cooperativa	9	Sociedade de Economia Mista
5	Sociedade em Nome Coletivo	0	Empresa Pública

02 CONSÓRCIO/GRUPO

Cód.	
C	Consórcio
G	Grupo

89/998446-0.

03 REQUERIMENTO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

3.1 NOME COMERCIAL PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A

3.2 CPF (titular FI) requer a V.Sª o deferimento nessa Junta do(s) seguinte(s) ato(s)

3.3

Vias Adicionais	Cód.	Quant. Atos
013	397	011

(vide instruções quadro 09)

Ato (especificar) RCA.

Recife 30 de janeiro de 1989

Ass:
Nome: Alberto Arruda Fernandes

04 USO DA JUNTA COMERCIAL

4.1 REGIME ☐ SUMÁRIO ☐ ORDINÁRIO

Dr. Pedrosa

4.2 EXISTÊNCIA DE NOME IGUAL OU SEMELHANTE

☐ Não
☐ Sim

Data / / Visto

☐ Não
☐ Sim

Data / / Visto

4.3 INFORMAÇÃO DA DECISÃO ☐ DEFERIDO ☐ INDEFERIDO

/ / Data

4.4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CÓD. 7572

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

05 **ASSESSORIA TÉCNICA (uso da JC)**

EXIGÊNCIAS: (o prazo para comprimento é de 90 dias, contados da data da exigência, sob pena de indeferimento por decurso de prazo).

Nome Comercial:

Nº Arquivamento:

Cod. 1º	2º		
20			Administradores (eleição, qualificação)
21			Assinatura(s) do(s) sócio(s)
22			Atividade de microempresa incompatível (Art. 3º/Lei nº 7.256/84)
23			Ato sujeito a aprovação prévia
24			Boletim de subscrição (juntar, assinar)
25			Certidão da JC da Sede (juntar, substituir)
26			Cláusula(s) contratual(is) em desconformidade com a lei
27			Consta débito tributário (S.R.F., IAPAS, Secr. de Finanças)
28			Corrigir nos estatutos os seguintes artigos:
29			Corrigir o valor do capital autorizado
30			Data dos anúncios de convocação
31			Datar o instrumento
32			Declaração de microempresa (juntar, substituir, assinar)
33			Declarar forma e prazo de integralização do capital
34			Declarar participação de cada sócio no capital
35			Declarar responsabilidade dos sócios
36			Definir o objeto social em gênero e espécie de atividades
37			Destinação dos resultados do exercício
38			Desenquadramento de microempresa (juntar, substituir, assinar)
39			Endereço (da sede e/ou filial)
40			Erro de preenchimento: Quadro(s) Campo(s)
41			Ficha do CGC em exigência

Cod. 1º	2º		
42			Fixar a data de encerramento do exercício
43			Indicar o prazo de duração da sociedade
44			Incluir objetivo(s) na denominação social
45			Informações do instrumento não conferem com atos arquivados
46			Inserir declaração de desimpedimento no contrato ou em formulário próprio
47			Laudo de avaliação (juntar, peritos são nomeados em assembléia)
48			Mandato do administrador (prazo, substituto deve completar mandato)
49			Menor deve ser assistido ou representado
50			Menor não pode ser gerente
51			Microcapital da sociedade deve estar integralizado
52			Nome comercial idêntico e/ou semelhante
53			Nome comercial em desconformidade com a lei
54			Observar quorum
55			Proceder a qualificação do imóvel incorporado à sociedade
56			Prazo para direito de preferência
57			Preço de sentença(s) Recolher diferença (Cr$)
58			Procuração (juntar, verificar, autenticar, instrumento público, etc.)
59			Qualificação do(s) sócio(s) e identificação da empresa
60			Recibo de depósito bancário
61			Testemunhas (assinatura/identificação no ato)
62			Visto do advogado
63			**Outras exigências (especificar)**

PARECER Nº 073/89

...dades legais

...01.65 e

Decreto

...ções

...ação do Ato

J. C. 23/01/89

Dr. Severino Cabral
Procurador Geral

A 1ª T U R M A

Em 23/01/89

Consultor Geral

1ª Exigência ___/___/___ ___ Visto

2ª Exigência ___/___/___ ___ Visto

☐ Processo em ordem para arquivamento

___/___/___ ___ Visto

06 **DECISÃO SUMÁRIA (uso da JC)**

Cód. 03 ☐ PROCESSO DEFERIDO: Publique-se e arquive-se

Cód. 04 ☐ PROCESSO INDEFERIDO: Publique-se

___/___/___ ___
Data Responsável pela Decisão Sumária

07 **DECISÃO COLEGIADA (uso da JC)**

☐ PROCESSO EM EXIGÊNCIA: Encaminhe-se à parte

___/___/___ ___ ___ ___
Data Vogal (relator) Vogal Vogal

___/___/___ ___ ___ ___
Data Vogal (relator) Vogal Vogal

Cód. 03 X PROCESSO DEFERIDO: Publique-se e arquive-se

Cód. 04 ☐ PROCESSO INDEFERIDO: Publique-se

23/01/89 ___ ___ ___
Data Vogal (relator) Vogal Vogal

JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO
Microfilmado

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.

CÓPIA AUTÊNTICA DA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

REALIZADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 1988.

"Aos três dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e oito, às 10:00 horas, reuniram-se os membros do Conselho de Administração da PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., na sede social da Companhia, situada na Rua do Brum nº 137, Recife, Estado de Pernambuco. Assumiu a direção da reunião o Sr. CARLOS PESSOA DE MELLO, Presidente do Conselho, que convidou a Sra. MARIA LÉDA DOURADO PESSOA DE MELLO, para secretariá-la. Dando início aos trabalhos o Sr. Presidente informou que, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária de 26 de Setembro de 1988, foi aprovada a emissão de debêntures simples pela sociedade, cujas condições estão consubstanciadas na Escritura de Emissão de Debêntures Simples celebrada em 01 de outubro de 1988 e registrada no Ofício de Registro Geral de Imóveis- 1º Cartório, da Comarca do Recife, Sede da Companhia, sob o nº 2783, livro 3H, às fls.113, em 24 de novembro de 1988, ficando delegados ao Conselho de Administração poderes para decidir sobre algumas condições relativas à referida emissão. Propôs o presidente que fosse autorizada a cobrança na escritura de aditamento referida na última reunião deste conselho, realizada nesta data, de um Spread de 3% (três por cento), como permite o ítem 9.2 da escritura de debêntures simples acima referida. Colocada a matéria em discussão e votação, verificou-se a sua aprovação por unanimidade de votos dos Conselheiros presentes, ficando autorizada a Administração da Sociedade a tomar as providências necessárias do sentido de elaborar os respectivos aditamentos à Escritura de Emissão, bem como averbá-los no competente Registro de Imóveis. Nada mais havendo a tratar, o Presidente determinou a suspensão dos trabalhos para a lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, foi esta ata lida, posta em discussão e em seguida, em votação, sendo aprovada por unanimidade, integralmente, por todos os conselheiros presentes, razão porque é assinada pelos mesmos no seu final, devendo ser tiradas cópias de igual teor, para os devidos fins. Recife, 3 de novembro de 1988. (a) Carlos Pessoa de Mello, Presidente; Belarmino Luis Pessoa de Mello Neto, Vice Presidente; Maria Leda Dourado Pessoa de Mello, Conselheira e Secretária, "Atesto que a presente é cópia fiel e autêntica extraída do livro de Atas do Conselho de Administração da Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S/A. Recife, 3 de novembro de 1988. (a) Maria Leda Dourado Pessoa de Mello. Secretária. Recife, 12 de Janeiro de 1989.

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.

VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO
Diretor Secretário


JUCEPE2630,003,948.6
23 JAN 1989
JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO
USO EXCLUSIVO DA JUCEPE E ÓRGÃOS CONVENIADOS
http://imagens.jucepe.pe.gov.br

362

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
Departamento Nacional de Registro do Comércio
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

00 Nº DO PROTOCOLO: 321524

Uso da JC: 24/11/89

26300039486
Nirc da Empresa

01 TIPO JURÍDICO

Cód.		Cód.	
1	Firma Individual - FI	6	Sociedade Comandita Simples
2	Sociedade Limitada - LTDA	7	Sociedade Capital e Indústria
3	X Sociedade Anônima - SA	8	Sociedade Comandita por Ações
4	Cooperativa	9	Sociedade de Economia Mista
5	Sociedade em Nome Coletivo	0	Empresa Pública

02 CONSÓRCIO/GRUPO

Cód.	
C	Consórcio
G	Grupo

89/998445-2.

03 REQUERIMENTO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

NOME COMERCIAL: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COM

3.1 ERCIO SA

3.2 CPF _____ (titular FI) requer a V.Sª o deferimento nessa Junta do(s) seguinte(s) ato(s)

Vias Adicionais	Cód.	Quant. Atos	Ato (especificar)
01	305	1	Arq. da JGE

(vide instruções quadro 09)

Recife 24 de 11 de 19 89 Ass:
Nome:

04 USO DA JUNTA COMERCIAL

4.1 REGIME ☐ SUMÁRIO ☐ ORDINÁRIO

4.2 EXISTÊNCIA DE NOME IGUAL OU SEMELHANTE

☐ Não	☐ Não
☐ Sim	☐ Sim
___/___/___ Data	Visto
___/___/___ Data	Visto

4.3 INFORMAÇÃO DA DECISÃO ☐ DEFERIDO ☐ INDEFERIDO ___/___/___ Data

4.4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CÓD. 7572 GRAFSET

05 **ASSESSORIA TÉCNICA (uso da JC)**

EXIGÊNCIAS: (o prazo para comprimento é de 90 dias, contados da data da exigência, sob pena de indeferimento por decurso de prazo).

Nome Comercial:

Nº Arquivamento:

Cod. 1º	2º		
20			Administradores (citação, qualificação)
21			Assinatura(s) do(s) sócio(s)
22			Atividade de microempresa incompatível (Art. 3º/Lei nº 7.256/84)
23			Ato sujeito a aprovação prévia
24			Boletim de subscrição (juntar, assinar)
25			Certidão da JC da Sede (juntar, substituir)
26			Cláusula(s) contratual(is) em desconformidade com a lei
27			Consta débito tributário (S.R.F., IAPAS, Secr. de Finanças)
28			Corrigir nos estatutos os seguintes artigos:
29			Corrigir o valor do capital autorizado
30			Data dos anúncios de convocação
31			Datar o instrumento
32			Declaração de microempresa (juntar, substituir, assinar)
33			Declarar forma e prazo de integralização do capital
34			Declarar participação de cada sócio no capital
35			Declarar responsabilidade dos sócios
36			Definir o objeto social em gênero e espécie de atividades
37			Destinação dos resultados do exercício
38			Desenquadramento de microempresa (juntar, substituir, assinar)
39			Endereço (da sede e/ou filial)
40			FI - erro de preenchimento: Quadro(s) Campo(s)
41			Ficha do CGC em exigência

Cod. 1º	2º		
42			Fixar a data de encerramento do exercício
43			Indicar o prazo de duração da sociedade
44			Incluir objetivo(s) na denominação social
45			Informações do instrumento não conferem com atos arquivados
46			Inserir declaração de desimpedimento no contrato ou em formulário próprio
47			Laudo de avaliação (juntar, peritos são nomeados em assembléia)
48			Mandato do administrador (prazo, substituto deve completar mandato)
49			Menor deve ser assistido ou representado
50			Menor não pode ser gerente
51			Menor: capital da sociedade deve estar integralizado
52			Nome comercial idêntico ou semelhante
53			Nome comercial em desconformidade com a lei
54			Observar quorum
55			Proceder a qualificação do imóvel incorporado à sociedade
56			Prazo para direito de preferência
57			Preço de serviço(s) Recolher diferença (Cz$)
58			Procuração (juntar, verificar, autenticar, instrumento público, etc.)
59			Qualificação do(s) sócio(s) e identificação da empresa
60			Recibo de depósito bancário
61			Testemunhas (assinatura/identificação no ato)
62			Visto do advogado
63			**Outras exigências (especificar)**

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
EXAMINADOS

1ª TURMA
Lei 24/11/89
Visitor Geral

1ª Exigência ___/___/___ Data _____ Visto

2ª Exigência ___/___/___ Data _____ Visto

☒ Processo em ordem para arquivamento

27/11 Data _____ Visto

06 **DECISÃO SUMÁRIA (uso da JC)**

Cód. 03 ☐ PROCESSO DEFERIDO: Publique-se e arquive-se

___/___/___ Data _____ Responsável pela Decisão Sumária

Cód. 04 ☐ PROCESSO INDEFERIDO: Publique-se

07 **DECISÃO COLEGIADA (uso da JC)**

☐ PROCESSO EM EXIGÊNCIA: Encaminhe-se à parte

___/___/___ Data _____ Vogal (relator) _____ Vogal _____ Vogal

___/___/___ Data _____ Vogal (relator) _____ Vogal _____ Vogal

Cód. 03 ☒ PROCESSO DEFERIDO: Publique-se e arquive-se

28/11/89 Data _____ Vogal (relator)

Cód. 04 ☐ PROCESSO INDEFERIDO: Publique-se

_____ Vogal _____ Vogal

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.
(C.G.C. DO "MINISTÉRIO DA FAZENDA" Nº 10.803.336/0001-46

Cópia autêntica da Ata da Assembléia Geral Extraordinária de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., realizada no dia quatro (4) de novembro de mil novecentos e oitenta e nove (1989). "Aos quatro dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e oitenta e nove (1989), às dez (10) horas, na sede social, na rua do Brum, 137, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, reuniram-se os acionistas de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., representando mais de dois terços do capital social com direito a voto, como se verifica das assinaturas lançadas com as declarações exigidas no livro "Presença dos Acionistas", às folhas 69, em Assembléia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 135 da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Então, na forma dos Estatutos Socias, assumiu a presidência da Assembléia o Diretor Presidente, CARLOS PESSOA DE MELLO, que convidou a mim, acionista, MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO, para secretária. Constituída assim a mesa, o presidente declarou instalada a Assembléia Geral Extraprdinária, e dando início aos trabalhos disse que a Assembléia tinha sido regularmente convocada por anúncio publicado no mês de outubro próximo passado, nos dias 26, 27 e 28 no Diário Oficial do Estado e nos dias, 25, 26 e 27 no Diário da Manhã, cujo teor é o seguinte: "PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., CGC/MF nº 10.803.336/0001-46, ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO. São convidados os acionistas de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, na sede social, nesta cidade, em primeira convocação e às 11:00 horas em segunda, com qualquer número de acionistas, tudo no dia 04 de novembro do corrente ano, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Alteração dos Estatutos Sociais e conseguente consolidação dos mesmos; b) Eleição da Diretoria. Recife, 23 de outubro de 1989. CARLOS PESSOA DE MELLO, Dir. Presidente; VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, Dir. Secretário, ALFREDO MARIANO DE BRITO, Dir. Administrativo". Dando prosseguimento à assembléia, disse que à mesma se realizaria a fim de ser apreciada uma proposta da Diretoria que se encontrava sobre a mesa, cujo objetivo era a reformulação da administração da sociedade e consequente alteração dos Estatutos Sociais. Em seguida determinou, o que fiz como secretária, a leitura da Proposta da Diretoria do teor seguinte: "PROPOSTA DA DIRETORIA: Senhores acionistas, a Diretoria de Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S/A., vem apresentar à deliberação dos acionistas uma proposta para reformulação da administração da sociedade, a fim de torná-la mais ágil e de menor custo operacional, sendo modificados alguns artigos e suprimidos outros, passando os Estatutos Sociais a serem consolidados da seguinte maneira: "Estatutos Sociais

de Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S/A. - Capítulo Primeiro: - Denominação, fins, sede e duração. Artigo 1º - Denomina-se PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., a sociedade anônima em que se transformou a sociedade em nome coletivo PESSOA DE MELLO & COMPANHIA e que se regerá pelos presentes Estatutos e disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Sociedade mantém o seu objeto social que é a fabricação de açúcar, álcool, aguardente e outros produtos derivados da cana de açúcar, no estabelecimento industrial denominado "Usina Aliança", situado no município de Aliança, no Estado de Pernambuco, a exploração agrícola e pecuária de suas propriedades rurais e das propriedades rurais de terceiros que arrendar, bem como o comércio dos seus produtos, inclusive exportação, podendo participar de outras sociedades na qualidade de quotista ou de acionista. Artigo 3º - A Sociedade mantém a sua sede e foro nesta cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na rua do Brum, nº 137, no bairro do Recife, e o prazo de duração será indeterminado. Capítulo Segundo: - Capital e Ações - Artigo 4º - O capital social integralmente realizado é de hum milhão, trezentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e sete cruzados novos e noventa e seis centavos (NCz$. 1.374.477,96) dividido em setecentas e noventa e sete mil, duzentas e sessenta e uma (797.261) ações ordinárias, no valor nominal de hum cruzado novo e setenta e dois centavos (NCz$ 1,72), cada uma delas, nominativas ou ao portador, à vontade do acionista que as poderá converter de uma forma em outra, correndo por sua conta as despesas de conversão. Artigo 5º - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais e é indivisível em relação à Sociedade, sendo que as ações ao portador não terão direito de voto. Capítulo Terceiro: - Da Administração - Artigo 6º - A Administração da sociedade será exercida por uma Diretoria composta de dois diretores acionistas ou não, eleitos para um mandato de três anos pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos. Parágrafo Único - A investidura no cargo de diretor dar-se-á por termo lançado no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria" assinado pelo respectivo diretor, não havendo necessidade de caução para gestão do diretor. Artigo 7º - Aos Diretores caberá indistintamente a prática de atos gerais de administração, bem como a representação legal da sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo no caso de depoimento pessoal em juízo, cada diretor constituir um procurador com poderes especiais para o ato. Parágrafo Primeiro - No caso de vagar o cargo de Diretor, deverá o Diretor remanescente convocar, dentro de 30 dias, a Assembléia Geral para eleição do substituto, o qual permanecerá pelo tempo que faltar ao substituído. Parágrafo Segundo - Será indispensável a assinatura de dois diretores nos seguintes atos: a) aquisição de bens imóveis; b) nomeação de procuradores "ad negotia" e "ad judicia", exceto a hipótese prevista no caput deste artigo. Parágrafo Terceiro: Será indispensável a assinatura de dois diretores, ou de

um diretor e de um procurador, para todos os atos de que resultem obrigações para a sociedade, tais como contratos e títulos de crédito, inclusive emissão, aceite e endosso de notas promissórias e letras de câmbio, constituição de hipoteca, penhor e anticrese, alienação fiduciária e dação de avais e de fianças, ressalvados os atos referidos nos demais parágrafos deste artigo. Parágrafo Quarto - Será indispensável a assinatura de dois diretores, ou de um diretor e de um procurador, ou de dois procuradores, para a emissão, aceite e endosso de cheques e de duplicatas. Artigo 8º - A diretoria poderá nomear procuradores para assinar os papéis e documentos no modo previsto nos parágrafos 3º (terceiro) e 4º (quarto) do Artigo Sétimo, bem como procuradores com poderes especiais para praticar atos especificados cuja competência genérica seja dos dois diretores. Artigo 9º - A Diretoria, por maioria de seus membros, se julgar conveniente aos interesses sociais, poderá criar filiais, sucursais, agências, escritórios, bem como gravar bens de qualquer natureza, inclusive fazer alienação fiduciária de bens móveis, hipotecar propriedades e demais bens imóveis do patrimônio da sociedade e fazer penhor industrial, mercantil, agrícola ou pecuário, ficando, para isso, investida da necessária autorização. Artigo 10º - A remuneração dos Diretores será fixada anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, mas será reajustada nas mesmas bases do reajuste dos funcionários da Sociedade, nas datas que não coincidam com a da realização da Assembléia Geral Ordinária. Capítulo Quarto: - Conselho Fiscal - Artigo 11º - A sociedade terá um Conselho Fiscal com funcionamento não permanente, composto de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, pessoas naturais, residentes no país e que preencham os demais requisitos legais. Parágrafo Primeiro - O conselho Fiscal somente será instalado pela Assembléia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações, com direito a voto ou cinco por cento das ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária após à sua instalação. Parágrafo Segundo - A Assembléia Geral que deliberar a instalação do Conselho Fiscal, elegerá os seus membros, com observância das prescrições legais e fixará a sua remuneração. Parágrafo Terceiro - Os membros do Conselho Fiscal, quando este estiver em funcionamento, terão a competência, deveres e responsabilidades previstas em lei, e os seus membros efetivos serão substituídos, em caso de impedimento, ausência ou vaga, pelos suplentes, na ordem de sua noeação constante da Ata da Assembléia Geral que os houver eleito. Capítulo Quinto: - Assembléias Gerais - Artigo 12º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos primeiros quatro meses após a terminação do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interessés sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas. Parágrafo único - O Presidente da Assembléia Geral, para compor a mesa que dirigirá os trabalhos, convidará um dos acionistas presentes para servir de secretário. Artigo 13º - A convocação da Assembléia Geral far-se-á por

USO EXCLUSIVO DA JUCEPE E ÓRGÃOS CONVENIDOS
JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO
Proibida a reprodução

anúncios publicados pela imprensa, como manda a lei, e deles deverão constar a ordem do dia, ainda que sumariamente, e o dia e hora e local da reunião ou, na hipótese prevista no parágrafo quarto do artigo 124 da lei nº 6404 de 15 de dezembro de 1976, como faculta tal dispositivo. Artigo 14º - Só poderão tomar parte nas Assembléias gerais, os acionistas, cujas ações ou títulos representativos tenham sido depositados na sede social até três (3) dias antes da data marcada para a realização da Assembléia, quando se tratar de ações ao portador. Capítulo Sexto: - Exercício Social - Artigo 15º - O exercício social terá início em primeiro (1º) de julho de cada ano e término em trinta (30) de junho do ano seguinte, ocasião em que deverá se elaborar as demonstrações financeiras com observância das normas legais. Parágrafo Único - Do lucro líquido serão feitas as seguintes deduções, obedecendo-se à ordem de prioridade: a) cinco por cento (5%) para a formação da reserva legal que não poderá exceder vinte por cento(20%) do capital social; b)as percentagens destinadas à constituição de reservas criadas por lei ou deliberadas pela Assembléia Geral; c) a quantia necessária ao pagamento de um dividendo mínimo de vinte e cinco por cento (25%) ao ano, calculada sobre o lucro líquido do exercício, às ações de qualquer espécie, forma ou classe, representativas do capital social; d) após as deduções, ainda havendo saldo, competirá a Assembléia Geral dar-lhe a destinação que julgar conveniente aos interesses sociais. Artigo 16º - Os dividendos não reclamados dentro dos cinco (5) anos, à contar da data do anúncio do seu pagamento, prescreverão a favor da sociedade. Capítulo Sétimo - Da Liquidação - Artigo 17º - A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos na legislação, cabendo, a Assembléia Geral, nomear o liquidante. Recife 16 de outubro de 1989. CARLOS PESSOA DE MELLO-Diretor Presidente; CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO-Diretor Superintendente; VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO-Diretor Secretário; ALFREDO MARIANO DE BRITO-Diretor Administrativo". Pôs, então, o Presidente a "PROPOSTA DA DIRETORIA" em discussão, e ninguém querendo usar da palavra, colocou em votação, sendo unanimemente aprovada, passando em consequência os Estatutos Sociais a terem a relação constante da "PROPOSTA DA DIRETORIA", acima transcrita e devidamente aprovada. Disse ainda o Presidente que estavam sobre a mesa cartas de todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a saber: CARLOS PESSOA DE MELLO, BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO, CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, ALFREDO MARIANO DE BRITO, MARIA HELENA PESSOA DE MELLO RIBEIRO COUTINHO e REIMAR ELLRICH, apresentando suas renúncias, aos cargos que ocupavam, tendo em vista não só a reforma administrativa ora aprovada, como também alteração havida no quadro acionário da sociedade. Com a palavra a acionista Maria Guiomar Pessoa Guerra enalteceu os serviços prestados pelos renunciantes à sociedade e propôs que fosse de logo autorizado aos diretores, gravar ou onerar, a qualquer título, inclusive alienação fi-

duciária, os bens da sociedade, a fim de substituir as garantias, reais ou fidejussórias, que por ventura tivessem sido dadas pelos ex-acionistas, ex-diretores, diretores e respectivos cônjuges, em negócios realizados no interesse e em favor da sociedade, o que foi aprovado por unanimidade. Procedeu-se então a eleição da nova diretoria, tendo sido unanimemente eleitos para um mandato de três anos a partir desta data, ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na rua Dom Bosco, 632, apto 603 no bairro da Boa Vista, portador da carteira de identidade nº 3866 OAB/PE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do "Ministério da Fazenda" sob o nº 004.174.834/49 e VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO, brasileiro, casado, industrial, residente e domiciliado na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, na av. 17 de Agosto, nº 1565, no bairro de Casa Forte, portador da carteira de identidade nº 2.102 OAB/PE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do "Ministério da Fazenda" sob o nº 000.250.034753. Por proposta da acionista Maria Guiomar Pessoa Guerra, foram aprovados por unanimidade os honorários para os Diretores até a próxima Assembléia Geral Ordinária na base de NCz$ 9.252,32 (nove mil, duzentos e cinquenta e dois cruzados novos e trinta e dois centavos) mensais, respeitados os reajustes na forma estatutária. E nada mais havendo a tratar, a Assembléia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reiniciados os trabalhos, foi a presente Ata lida em voz alta e tendo sido aprovada foi por todos assinada, dela se tirando cópias datilografadas que forem precisas. MARIA DE FATIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO, CARLOS PESSOA DE MELLO, MARIA GUIOMAR PESSOA GUERRA".

Está conforme o original

Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S/A.

VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO

Diretor

JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO
REGISTRO DA ALTERAÇÃO E ÓRGÃO DOS DIVERSOS
INTERESSADOS DESDE 01

367

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
Departamento Nacional de Registro do Comércio
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

00 Nº DO PROTOCOLO

92/0538686 30Dez1992 - 11:05
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
26 3 0003948 6 Atos: 506
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S
/A 147.610,00 147.642,00
Junta (P/R) 0,00 0,00
DNRC (P/R)

26300039486
Nirc da Empresa

01 TIPO JURÍDICO

Cód.		Cód.	
1	Firma Individual - FI	6	Sociedade Comandita Simples
2	Sociedade Limitada - LTDA	7	Sociedade Capital e Indústria
3	Sociedade Anônima - SA	8	Sociedade Comandita por Ações
4	Cooperativa	9	Sociedade de Economia Mista
5	Sociedade em Nome Coletivo	0	Empresa Pública

02 CONSÓRCIO/GRUPO

Cód.	
C	Consórcio
G	Grupo

03 REQUERIMENTO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

3.1 NOME COMERCIAL PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A

3.2 CPF (titular FI) requer a V.Sª o deferimento nessa Junta do(s) seguinte(s) ato(s)

3.3

Vias Adicionais	Cód.	Quant. Atos	Ato (especificar)
	506		Aquisição de Outras Quotas de Interesse da empresa Carta Retificação

(vide instruções quadro 03)

Recife 20 de Dezembro de 19 92 Assinatura e Nome

04 USO DA JUNTA COMERCIAL

4.1 REGIME ☒ SUMÁRIO ☐ ORDINÁRIO

4.2 EXISTÊNCIA DE NOME IGUAL OU SEMELHANTE

☐ Não	☐ Não
☐ Sim	☐ Sim Dr Omar
Data / / Visto	Data / / Visto

4.3 INFORMAÇÃO DA DECISÃO ☐ DEFERIDO ☐ INDEFERIDO / / Data

4.4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

QD. 7572 GRAFSET

05 **ASSESSORIA TÉCNICA (uso da JC)**

EXIGÊNCIAS: (o prazo para cumprimento é de 90 dias, contados da data da exigência, sob pena de indeferimento por decurso de prazo).

Nome Comercial:

Nº Arquivamento:

Cod. 1º	2º		Cod. 1º	2º	
20		Administradores (eleição, qualificação)	42		Fixar a data de encerramento do exercício
21		Assinatura(s) do(s) sócio(s)	43		Indicar o prazo de duração da sociedade
22		Atividade de microempresa incompatível (Art. 3º/Lei nº 7.256/84)	44		Incluir objetivo(s) na denominação social
23		Ato sujeito a aprovação prévia	45		Informações do instrumento não conferem com as arquivadas
24		Boletim de subscrição (juntar, assinar)	46		Inserir declaração de desimpedimento ao contrato ou em formulário próprio
25		Certidão da JC da Sede (juntar, substituir)	47		Laudo de avaliação (juntar, peritos são nomeados em assembléia)
26		Cláusula(s) contratual(is) em desconformidade com a lei	48		Mandato de administrador (prazo, substituto deve completar mandato)
27		Consta débito tributário (S.R.F., IAPAS, Secr. de Finanças)	49		Menor deve ser assistido ou representado
28		Corrigir nos estatutos os seguintes artigos:	50		Menor não pode ser gerente
29		Corrigir o valor do capital autorizado	51		Menor capital da sociedade deve estar integralizado
30		Data dos anúncios de convocação	52		Nome comercial idêntico e/ou semelhante
31		Datar o instrumento	53		Nome comercial em desconformidade com a lei
32		Declaração de microempresa (juntar, substituir, assinar)	54		Observar quorum
33		Declarar forma e prazo de integralização do capital	55		Proceder a qualificação do imóvel incorporado à sociedade
34		Declarar participação de cada sócio no capital	56		Prazo para direito de preferência
35		Declarar responsabilidade dos sócios	57		Preço de serviço(s) Recolher diferença (Cr$)
36		Definir o objeto social em gênero e espécie de atividades	58		Procuração (juntar, verificar, autenticar, instrumento público, etc.)
37		Destinação dos resultados do exercício	59		Qualificação do(s) sócio(s) e identificação da empresa
38		Desenquadramento de microempresa (juntar, substituir, assinar)	60		Recibo de depósito bancário
39		Endereço (da sede e/ou filial)	61		Testemunhas (assinatura/identificação no ato)
40		Fl - erro de preenchimento: Quadro(s) Campo(s)	62		Visto do advogado
41		Ficha do CGC em exigência	63		**Outras exigências (especificar)**

JUNTA COMERCIAL DE SANTA CATARINA
VISTO DA PROC. / INTERESSADO

A 3ª TURMA
em, 05/Out/92
Diretor Jurídico

1ª Exigência ___/___/___ Data ___ Visto

2ª Exigência ___/___/___ Data ___ Visto

☒ Processo em ordem para arquivamento

05/10/92 Data ___ Visto

06 **DECISÃO SUMÁRIA (uso da JC)**

Cód. 03 ☐ PROCESSO DEFERIDO: Publique-se e arquive-se

Cód. 04 ☐ PROCESSO INDEFERIDO: Publique-se

___/___/___ Data ___ Responsável pela Decisão Sumária

07 **DECISÃO COLEGIADA (uso da JC)**

☐ PROCESSO EM EXIGÊNCIA: Encaminhe-se à parte

___/___/___ Data ___ Vogal (relator) ___ Vogal ___ Vogal

___/___/___ Data ___ Vogal (relator) ___ Vogal ___ Vogal

Cód. 03 ☒ PROCESSO DEFERIDO: Publique-se e arquive-se

Cód. 04 ☐ PROCESSO INDEFERIDO: Publique-se

06/10/92 Data ___ Vogal (relator) ___ Vogal ___ Vogal

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

(Portaria DNRC - N.o 04, de 10.07.80)

Para os efeitos do disposto no inciso III, do artigo 38 da Lei n.o 4.726, de 13.07.65, bem como do contido no item III, do artigo 71 e no item IV, do artigo 74 do Decreto n.o 57.651, de 19.01.66, alterado pelo Decreto n.o 82.482, de 24.10.78 e na conformidade do artigo 2.o do Decreto n.o 65.400, de 13.10.69 e dos §§ 1.o e 2.o, do artigo 147 da Lei n.o 6.404, de 15.12.76, eu, abaixo assinado, ...

NOME		
JOSE LUIZ DE LIMA.		
NACIONALIDADE	LOCAL E DATA DO NASCIMENTO	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA.	CABO - 16.01.53.	CASADO.
PROFISSÃO	CÉDULA IDENTIDADE N.o	ÓRGÃO EXPEDIDOR - ESTADO
CONTADOR.	960.844.	SSP-PE.
ENDEREÇO		CIDADE
RUA DO BRUM, nº 137.		RECIFE-PE.
FILIAÇÃO		
PAI: JOSÉ VICENTE DE LIMA.		
MÃE: MARIA JOSÉ DE LIMA.		

declaro que não estou incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que me impeça de exercer atividade mercantil.

Firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais ciente de que, no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se integra esta declaração, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

RECIFE 30 de MARÇO de 19 94

José Luiz de Lima
ASSINATURA

FIRMA RECONHECIDA

Cód. 10.186

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

(Portaria DNRC - N.o 04, de 10.07.80)

Para os efeitos do disposto no inciso III, do artigo 38 da Lei n.o 4.726, de 13.07.65, bem como do contido no item III, do artigo 7i e no item IV, do artigo 74 do Decreto n.o 57.651, de 19.01.66, alterado pelo Decreto n.o 82.482, de 24.10.78 e na conformidade do artigo 2.o do Decreto n.o 65.400, de 13.10.69 e dos §§ 1.o e 2.o, do artigo 147 da Lei n.o 6.404, de 15.12.76, eu, abaixo assinado, ...

NOME		
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO.		
NACIONALIDADE	**LOCAL E DATA DO NASCIMENTO**	**ESTADO CIVIL**
BRASILEIRA.	AFOGADOS DA INGAZEIRA, 15-12-59	CASADO.
PROFISSÃO	**CÉDULA IDENTIDADE N.o**	**ÓRGÃO EXPEDIDOR - ESTADO**
INDÚSTRIARIO.	1.757.303.	SSP-PE.
ENDEREÇO		**CIDADE**
RUA DO BRUM, nº 137.		RECIFE-PE.
FILIAÇÃO		
PAI: LUIZ GONZAGA MARQUES.		
MÃE: MARIA JOSÉ DIAS MARQUES.		

declaro que não estou incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que me impeça de exercer atividade mercantil.

Firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais ciente de que, no caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante o registro do comércio o ato a que se integra esta declaração, sem prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

RECIFE, 30 de MARÇO de 19 94

Luiz Gonzaga Marques Filho
ASSINATURA

FIRMA RECONHECIDA

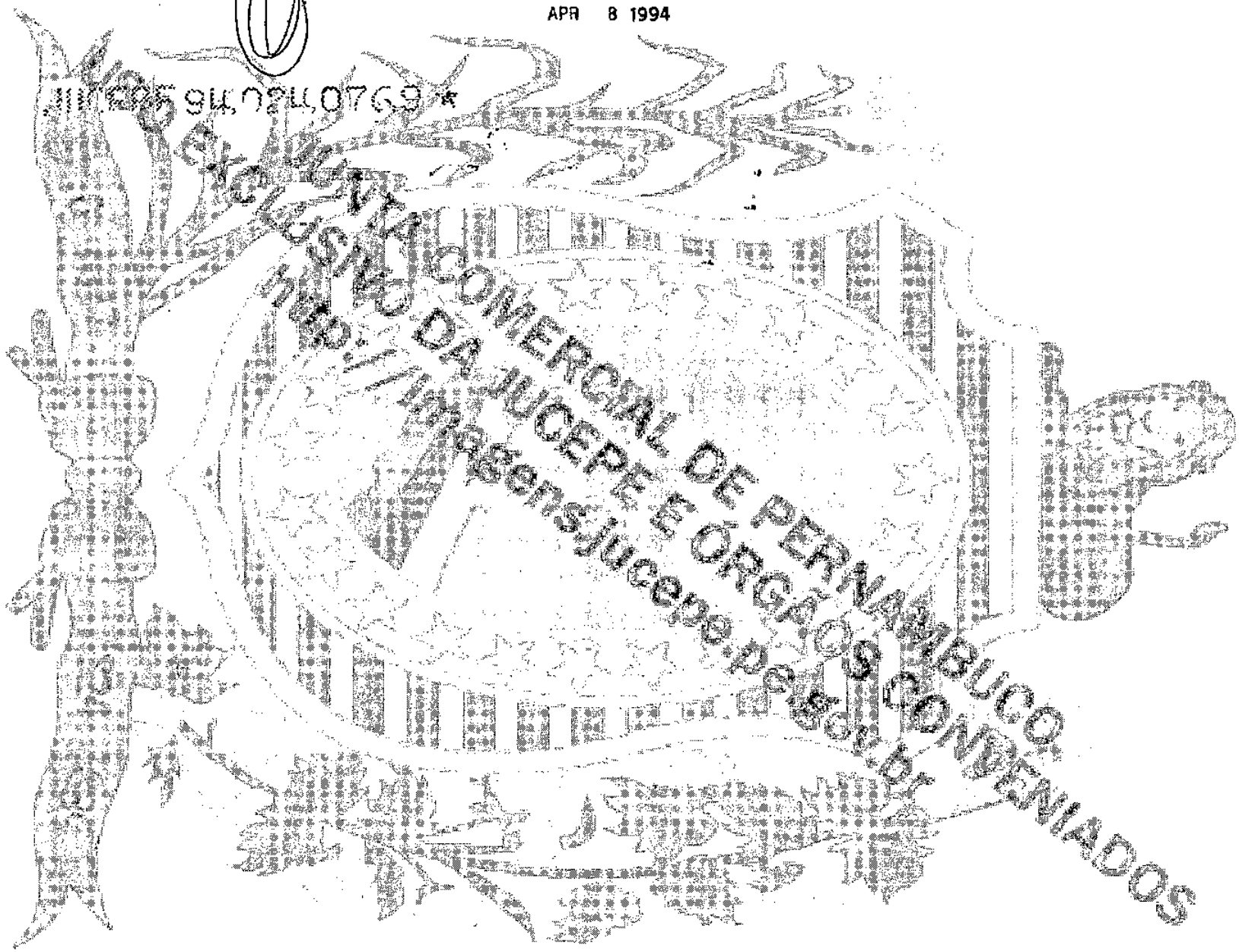
CAD. 10.199

JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO
NÃO DA FÉ AOS ORGÃOS CONVENIADOS
NÃO DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA
APR 8 1994

procurador, nos seguintes atos: a) emissão, aceite e endosso de duplicatas mercantis e de prestação de serviços; b) emissão e endosso de cheques; c) abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias; d) constituição de procuradores com poderes "ad judicia". § 3º - Será indispensável a assinatura conjunta de dois diretores e de um procurador, nos seguintes atos: a) aquisição de bens imóveis; b) emissão, aceite e endosso de letras de câmbio; c) emissão e endosso de notas promissórias; d) deliberação sobre a criação e fechamento de filiais, agências, sucursais e escritórios em qualquer parte do território nacional; e) oneração de bens da sociedade, tais como hipoteca, penhor e alienação fiduciária; f) transação em juízo ou fora dele; g) venda de bens móveis do Ativo Permanente; h) arrendamento de imóveis, de estabelecimentos comerciais e de complexos industriais. Artigo 8º - A constituição de procuradores com poderes "ad negotia", dependerá da assinatura conjunta dos dois diretores e de acionistas representando a maioria do capital social. Artigo 9º - A diretoria deverá apresentar trimestralmente aos acionistas um relatório dos atos especificamente referidos nos artigos 7º e 8º. Recife, 24 de março de 1994. VAUDRILO LEAL GUARRA CURADO-Diretor". Colocou então o Presidente a "Proposta da Diretoria" acima transcrita, em discussão e ninguém querendo discuti-la, em votação, sendo então unanimemente aprovada, passando os Estatutos Sociais a vigorar com as modificações constantes da referida proposta. Procedeu-se então à Eleição da Diretoria, sendo eleitos para um mandato de três (03) anos, LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO, brasileiro, casado, industriário, reisdente e domiciliado na cidade do Paulista-PE, na rua Oitenta e Sete, nº 55, inscrito no CPF/MF. sob o nº 258.265.574-00, portador da Carteira de Identidade nº 1.757.303-SSP/PE e JOSÉ LUIZ DE LIMA, brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado na Av. Boa Viagem, nº 704, aptº 402-B, no bairro de Boa Viagem, Recife-PE, inscrito no CPF/MF. sob o nº 078.262.064-72, portador da Carteira de Identidade nº 960.844-SSP/PE. Por proposta do Acionista BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, foi proposto e aprovado um voto de congratulação à Diretoria anterior, bem como que os honorários da Diretoria fossem fixados em até o valor máximo permitido pela legislação do imposto de renda, não podendo ser inferior a um (01) salário mínimo, até a próxima A.G.O. E nada mais havendo a tratar, a Assembléia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reiniciados os trabalhos, foi a presente Ata lida em voz alta e tendo sido aprovada foi por todos assinada, dela se tirando cópias datilografadas que forem precisas. BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, AGROPECUÁRIA COMÉRCIO DE ALIANÇA LTDA, representada pelos seus diretores JOÃO LUIZ DA SILVA e ABENITO JOÃO DE SOUZA GOMES, e, ainda, AGRO COMERCIAL NOSSA SENHORA DO MANIBU LTDA, representada pelos seus diretores, BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO e ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO." Confere com o original. Recife, 06 de abril de 1994.

BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO
SECRETÁRIO

APR 8 1994



35/95

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.
C.G.C. do "Ministério da Fazenda" nº 10.803.336/0001-46

Cópia autêntica da Assembléia Geral Extraordinária de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., realizada no dia 24 (vinte e quatro) de março de mil novecentos e noventa e quatro (1994). "Aos vinte e quatro (24) dias do mês de março de mil novecentos e noventa e quatro (1994), às 11 (Onze) horas, na sede social, na rua do Brum, nº 137, na cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, reuniram-se os acionistas de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., representando a maioria do capital social com direito a voto, como se verifica das assinaturas lançadas com as declarações exigidas no livro "Presença dos Acionistas", às fls.69, em Assembléia Geral Extraordinária. Então,aclamados pelos acionistas presentes, assumiu a presidência da Assembléia o Acionista, ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, que convidou a mim, Acionista BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, para secretário. Constituída assim a mesa, o presidente declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária, em segunda convocação, nos termos do artigo 135 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. E dando início aos trabalhos disse que a Assembléia tinha sido regularmente convocada por anúncio publicado no mês de março, nos dias 12,15 e 16 nos Diários Oficial e da Manhã cujo teor é o seguinte: "PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., - C.G.C. do "Ministério da Fazenda" nº 10.803.336/0001-46 - "Assembléia Geral Extraordinária" - "1ª e 2ª Convocação" - São convidados os Senhores Acionistas de PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., para a Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada em primeira (1ª)convocação, às 10 (dez) horas e em segunda convocação às 11 (onze) horas, do dia vinte e quatro (24) do mês de março do corrente ano, na sede Social, na rua do Brum, nº 137, nesta cidade, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Alteração dos Estatutos Sociais; b)Eleição da Diretoria; c) Assuntos Correlatos. Recife, 04 de março de 1994. PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO. (Diretor)". Dando prosseguimento à assembléia, disse que se encontrava sobre a mesa, proposta da Diretoria do teor abaixo, cujo objetivo era a reformulação da administração da sociedade e conseqüente alteração dos Estatutos Sociais. Em seguida determinou, o que fiz como secretário, a lavratura da Proposta da Diretoria do teor seguinte: **"Proposta da Diretoria:** Senhores Acionistas: A Diretoria de PESSOA DE MELLO,INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A., vem apresentar à deliberação dos acionistas uma proposta de reforma dos Estatutos Sociais que irá atender à necessidade de uma maior agilização na dinâmica dos negócios sociais. A reforma se objetivará através da adição de mais dois parágrafos do Artigo 7º e modificação do teor dos arts. 8º e 9º: Artigo 7º: § 2º - Será indispensável a assinatura conjunta de dois diretores ou de um diretor e de um

05 **ASSESSORIA TÉCNICA (uso da JC)**

EXIGÊNCIAS: (o prazo para comprimento é de 90 dias, contados da data da exigência, sob pena de indeferimento por decurso de prazo).

Nome Comercial:

Nº Arquivamento:

Cod. 1ª	2ª		
20			Administradores (eleição, qualificação)
21			Assinatura(s) do(s) sócio(s)
22			Atividade de microempresa incompatível (Art. 3º/Lei nº 7.256/84)
23			Ato sujeito a aprovação prévia
24			Boletim de subscrição (juntar, assinar)
25			Certidão da JC da Sede (juntar, substituir)
26			Cláusula(s) contratual(is) em desconformidade com a lei
27			Consta débito tributário (S.R.F., IAPAS, Secr. de Finanças)
28			Corrigir nos estatutos os seguintes artigos:
29			Corrigir o valor do capital autorizado
30			Data dos anúncios de convocação
31			Datar o instrumento
32			Declaração de microempresa (juntar, substituir, assinar)
33			Declarar forma e prazo de integralização do capital
34			Declarar participação de cada sócio no capital
35			Declarar responsabilidade dos sócios
36			Definir o objeto social em gênero e espécie de atividades
37			Destinação dos resultados do exercício
38			Desenquadramento de microempresa (juntar, substituir, assinar)
39			Endereço (da sede e/ou filial)
40			FI - erro de preenchimento: Quadro(s) Campo(s)
41			Ficha do CGC em exigência

Cod. 1ª	2ª		
42			Fixar a data de encerramento do exercício
43			Indicar o prazo de duração da sociedade
44			Incluir objetivo(s) na denominação social
45			Informações do instrumento não conferem com atos arquivados na
46			Inserir declaração de desimpedimento no contrato ou em formulário próprio
47			Laudo de avaliação (juntar, peritos são nomeados em assembléia)
48			Mandato do administrador (prazo, substituto deve completar mandato)
49			Menor deve ser assistido ou representado
50			Menor não pode ser gerente
51			Menor:capital da sociedade deve estar integralizado
52			Nome comercial idêntico e/ou semelhante
53			Nome comercial em desconformidade com a lei.
54			Observar quorum
55			Proceder a qualificação do imóvel incorporado à sociedade
56			Prazo para direito de preferência
57			Preço de serviço(s) Recolher diferença (Cr$)
58			Procuração (juntar, verificar, autenticar, instrumento público, etc.)
59			Qualificação do(a) sócio(a) e identificação da empresa
60			Recibo de depósito bancário
61			Testemunhas (assinatura/identificação no ato)
62			Visto do advogado
63			**Outras exigências (especificar)**

A 4ª TURMA
em 07/04/94

Diretor Jurídico

1ª Exigência ___/___/___ Data ___ Visto

2ª Exigência ___/___/___ Data ___ Visto

☒ Processo em ordem para arquivamento

07/04/94 Data ___ Visto

06 **DECISÃO SUMÁRIA (uso da JC)**

Cód. 03 ☐ PROCESSO DEFERIDO: Publique-se e arquive-se

Cód. 04 ☐ PROCESSO INDEFERIDO: Publique-se

___/___/___ Data ___ Responsável pela Decisão Sumária

07 **DECISÃO COLEGIADA (uso da JC)**

☐ PROCESSO EM EXIGÊNCIA: Encaminhe-se à parte

___/___/___ Data ___ Vogal (relator) ___ Vogal ___ Vogal

___/___/___ Data ___ Vogal (relator) ___ Vogal ___ Vogal

Cód. 03 ☒ PROCESSO DEFERIDO: Publique-se e arquive-se

Cód. 04 ☐ PROCESSO INDEFERIDO: Publique-se

8/4/94 Data ___ Vogal (relator) ___ Vogal ___ Vogal

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICADO DA QUALIDADE
ISO 9001 / Inmetro

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
Departamento Nacional de Registro do Comércio
Junta Comercial do Estado de Pernambuco

JUCEPE

Nire da Empresa

00 Nº DO PROTOCOLO

94/024076-9 6Abr1994 13:08
JUCEPE -RECIFE
26 3 0003948 6 Atos: 301
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A

	Previsto	Recolhido
JUNTA(GR)	35.692,00	37.940,11
SNDC (DARF)	4.247,00	4.247,00

01 TIPO JURÍDICO

Cód.			Cód.	
1		Firma Individual / FI	6	Sociedade Comandita Simples
2		Sociedade Limitada - LTDA	7	Sociedade Capital e Indústria
3	X	Sociedade Anônima - SA	8	Sociedade Comandita por Ações
4		Cooperativa	9	Sociedade de Economia Mista
5		Sociedade em Nome Coletivo	0	Empresa Pública

02 CONSÓRCIO/GRUPO

Cód.	
C	Consórcio
G	Grupo

03 REQUERIMENTO

ILMO. SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

3.1 NOME COMERCIAL: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A

3.2 CPF 258.265.740-00 (titular FI) requer a V.Sª o deferimento nessa Junta do(s) seguinte(s) ato(s)

3.3

VCs Adicionais	Cód.	Quant. Atos	Ato (especificar)
	301		ALTERACAO ESTATUTARIA E ELEICÃO DA DIRETORIA.

(vide instruções quadro 09)

RECIFE 30 de MARCO de 1994

Ass: Luiz Gonzaga Marques Filho
Nome: LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO.

04 USO DA JUNTA COMERCIAL

4.1 REGIME ☐ SUMÁRIO ☒ ORDINÁRIO

4.2 EXISTÊNCIA DE NOME IGUAL OU SEMELHANTE

☐ Não	☐ Não
☐ Sim _____	☐ Sim _____
Data / / Visto	Data / / Visto

Dr. Eduardo Domingues

5 INFORMAÇÃO DA DECISÃO ☐ DEFERIDO ☐ INDEFERIDO Data / /

6 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES _____

GRAFSET

372

JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO
MICROFILMADO EM ORDEM CRONOLÓGICA
JUCEPE E ÓRGÃOS CONVENIADOS
JAN - 6 1993

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Pernambuco.

ALFREDO MARIANO DE BRITO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB-PE sob o nº3.886, inscrito no C.P.F. "MF" sob o n ú m e r o 004.174.834-49, residente e domiciliado nesta cidade, na rua Dom Bosco, 632, apto. 603, tendo sido eleito diretor da Sociedade Anônima denominada "PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.", com sede nesta cidade, na rua do Brum nº137, inscrita no C.G.C. do "Ministério da Fazenda" sob o nº10.803.336/0001-46 e com atos arquivados nessa Junta sob o nº441, em 08 de junho de 1951, em data de 04 de novembro de 1989, pelo prazo de 03 anos, o qual terminou em 04 de novembro do corrente ano, em face de não haver sido eleitos, ainda, os novos membros que comporão a nova Diretoria, resolveu renunciar ao seu madato, já que a teor do art.150, §4º da Lei de S/A a sua gestão se estenderia até a investidura dos novos administradores no cargo de diretor.

Assim sendo, considerando que tal renúncia somente tem valor em relação a terceiros após o arquivamento no Registro de Comércio, consoante dispõe o art. 151 da mencionada lei, vem requerer a V. Sa. que se digne de determinar tal arquivamento, já que a renúncia se deu em 03.12.92, conforme prova o documento em anexo, recebido pela aludida sociedade.

Pede deferimento.

Recife, 04 de dezembro de 1992.


JAN - 6 1993
JUCEPE92063686
ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
OSMAICO BARRETO GUIMARÃES
JUCEPE
REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS
E ATIVIDADES AFINS
DA JUCEPE E ÓRGÃOS CONVENIADOS
Pessoa Jurídica e Pessoa Física

Recife, 03 de dezembro de 1992.

Ilmos. Srs.
Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S.A.
Rua do Brum nº137
RECIFE - PERNAMBUCO

Prezados Senhores:

Venho, pela presente e na melhor forma de direito, renunciar ao cargo de diretor que ocupo nessa empresa, a fim de tratar de assunto de meu interesse particular. Na realidade, o meu mandato, como diretor, terminou desde novembro último, estando, inclusive, ciente de que haverá, no próximo dia quatro (4) de dezembro, do corrente ano, eleição para composição da nova Diretoria, porém, resolvi apresentar, formalmente, minha renúncia, neste momento, o que faço através da presente.

Outrossim, aproveito a oportunidade para agradecer a todos, inclusive aos acionistas, a forma prestimosa e respeitosa como sempre me trataram durante o exercício do meu mandato de diretor dessa sociedade.

Atenciosamente,

ALFREDO MARIANO DE BRITO

Recebido em 03 de dezembro de 1992,
às 18.30 horas, por mim:
PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A
DIRETOR

JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO
USO EXCLUSIVO DOS ÓRGÃOS CONVENIADOS
REPRODUÇÃO PROIBIDA

1ª Instância 11ª Vara - Justiça Federal
374

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE – CEP 50865-900

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão dos presentes autos a(o) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara. Recife/PE, 22/05/2018 12:10.

Pedro Chabioz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Justiça Federal 1ª Instância 11ª Vara 375

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

DECISÃO

Passo a apreciar as questões pendentes desde a decisão de fls. 329/333v.

1. FEITOS REUNIDOS

A União desiste do pedido de redirecionamento em relação às CDAs 31.998.401-0 e 31.998.436-2 da EF 95.0015555-9 (fls. 347/348), assim a referida execução fiscal deve permanecer apensa ao presente feito (piloto).

O processo 0002274-68.1992.4.05.8300 é o piloto ao qual seguem apenso as seguintes execuções:

Execução fiscal	CDA	Valor atualizado
92.0002274-0	**40691000085-33**	**R$ 518.947,96 (piloto)**
92.0002272-3-	40291000134-22	R$ 157.238,41
93.0004700-0-	31494989-5	R$ 116.524,42
95.0003070-5-	40694000202-10	R$ 46.436,46
98.0005148-1-	32479417-7	R$ 6.759,24
2001.83.00.012438-6-	40600002326-91	R$ 270.769,76
2002.83.00.014058-0-	40802000562-98	R$ 191.748,94
2002.83.00.010408-2-	40802000558-01	R$ 86.814,02
95.0015555-9-	31548809-3, 31549500-6, 31549501-4, 31549989-3, 31998401-0, 31998402-8 31998435-4, 31998436-2	R$ 16.737.566,40

Lembrando que o antigo processo piloto (0008638-90.1991.4.05.8300) foi extinto, mas permanecerá apenso para fins de consulta dos atos com repercussão nas demais execuções.

Deve a secretaria corrigir a autuação de modo a constar apenas as execuções acima como apensos.

2. POLO PASSIVO E GRUPO ECONÔMICO

Integrantes da lide em razão do reconhecimento do grupo econômico, foram citados por edital: Antônio Francisco Dourado Pessoa de Mello, Belarmino Luiz Pessoa de Melo Neto, Carlos Pessoa de Melo Filho, Metalnorte, Soc. Santa Laura Vicunha Ltda. E Vale Dourado Negócios Ltda.

Pendentes estão as citações da Agicam, Pessoa de Mello Industria e Comércio S/A e Carlos Pessoa de Melo.

2.1. CARLOS PESSOA DE MELO

Na decisão de fls. 332v/333, foi anulada a citação por edital de Carlos Pessoa de Melo em razão de notícia de falecimento.

A União requer a citação do espólio do coexecutado na pessoa da inventariante Maria Leda Dourado Pessoa de Mello.

Defiro o pedido.

Expeça-se mandado de citação, penhora e intimação das penhoras já realizadas, utilizando-se os dados constantes do CD juntado no anexo 1 em segredo de justiça.

2.2. PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A

À fl. 334, foi expedida carta precatória para citação da coexecutada enviada por malote digital para a Vara Única de Santa Rita/PB em 15/03/2018 (fl. 335) e depois redistribuída para a Comarca de Rio Tinto/PB em 19/3/2018 (fls. 340/343v).

2.3. AGICAM

Em cumprimento da decisão anterior, em 15/03/2018, foi expedido ofício ao Juízo de Direito da comarca de Rio Tinto/PB para solicitar informações sobre o cumprimento da carta precatória (fl. 336/337).

Deve a secretaria entrar em contato telefônico para obter informações do andamento das cartas precatórias dos itens 2.2 e 2.3.

3. PRAZO PARA EMBARGOS

Conforme certidão de fl. 338, decorreu *in albis* o prazo para pagamento do débito ou nomeação de bens à penhora dos seguintes coexecutados: Antonio Francisco Dourado Pessoa de Mello, Belarmino Luiz Pessoa de Melo Neto, Carlos Pessoa de Melo Filho, Metalnorte, Soc. Santa Laura Vicunha Ltda. e Vale Dourado Negócios Ltda.

Os referidos coexecutados foram intimados das penhoras por edital, que circulou em 20/03/2018 (fl. 344).

Aguarde-se o decurso do prazo de interposição dos embargos à execução.

4. PENHORAS

4.1. Penhora no rosto dos autos

Oficie-se aos respectivos juízos para que informem eventual existência de numerário a ser revertido em favor do presente feito (e execuções reunidas) em razão da penhora realizada no rosto dos autos:

4.1.a) **25.ª Vara Federal de Goiana/PE**, processo de desapropriação n.º 0011587-23.2010.4.05.8300 (fl. 403);

4.1.b) **6.ª Vara Federal DF**, processo 2008.34.00.022494-3 (fl. 667)

Os demais juízos com penhora no rosto dos autos já informaram a suspensão do feito (0000184-96.2006.4.05.8300 da 7.ª Vara Federal) ou inexistência de valores disponíveis (3.ª Vara Federal processo 0000628-91.1990.4.05.8300).

5. LEILÃO

A União requer a designação de leilão dos imóveis já penhorados (vide lista fl. 333v).

Indefiro por ora o pedido. Aguarde-se o decurso do prazo de oposição de embargos à execução.

6. PROVIDÊNCIAS

Para facilitar o acompanhamento das penhoras, deve a secretaria efetuar cópia dos autos de penhora da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, abaixo indicados, e trasladar para o presente feito. Os originais devem permanecer naquele processo para evitar a renumeração das folhas.

Fls. 577/581 – auto de penhora e avaliação imóveis de matrículas 372, 362, 365, 366, 357, todos do 1.º Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE;

Fl. 587/594 – auto de penhora, avaliação e registro imóvel de matrícula 809, 1º Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba/PE;

Fl. 604/607 – auto de penhora e avaliação do imóvel de matrícula 173, 2.º Cartório de Registro de Imóveis de Vicência/PE;

Fls. 676/678 – penhora de créditos referente a 347 ações PN – TIM Participações S/A.

Recife, 24/05/2018.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal, no exercício da titularidade da 11ª Vara/PE

TERMO DE RECEBIMENTO
Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos do(a) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara/PE. Recife/PE, 24/05/2018.

Juliana Pessoa Rafael
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Vistos em inspeção
Processo em ordem.
Recife/PE, 4 de junho de 2018.

Roberta Walmsley S. C. Porto de Barros
Juíza Federal em exercício na 11ª Vara/PE

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento à determinação judicial de fls. 375/376, procedi ao desapensamento do processo 94.0012072-9.

Recife/PE, 11/06/2018.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos

COPIAS

que recebeu

Recife, 11 de 6 de 18

Ass.

Visto

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

CARTA PRECATÓRIA CPR.0011.000345-7/2015

EXECUÇÃO FISCAL: 0008638-90.1991.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros
ENDEREÇO: RUA DO BRUM, 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE/PE

PRAZO: 60 DIAS

DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DE GOIANA

Via Malote Digital

FINALIDADE: PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO, E REGISTRO do(s) bem(ns) do(a) executado, CPF/CNPJ: 10803336/0002-27 , indicado(s) pelo exequente à(s) fl(s). 498/516, cuja(s) cópia(s) segue(m) anexa(s), objetivando a quitação do referido débito (R$ 17.583.856,16), nos termos da Lei 6.830/80.

Intime o(a) depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização deste Juízo, cientifique o(a) executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução. DEVOLUÇÃO da carta em caso de oposição de embargos para julgamento pelo Juízo deprecante, salvo se houver vícios ou irregularidades de competência do Juízo deprecado.

ANEXOS: Cópia da certidão de fls. 498/516 e Decisão/Despacho de fls. 523.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara, aos 29 de setembro de 2015. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, _____ (PATRICIA BARBOSA DE LUCENA CAVALCANTI), Servidor(a), digitei. Eu, _____, (SERGIO AUGUSTO MELO DE SIQUEIRA VIEIRA), Diretor(a) de Secretaria da 11ª Vara, conferi.

ARA CÁRITA MUNIZ DA SILVA MASCARENHAS
Juíza Federal

11.486.974/0001-43
Serviço Notarial e Registral
Cartório Único
Rua Domingos Braga, Nº 140
Aliança - Fone: 3637-1375
Rousimar Coelho de Albuquerque
Tabelião

Recebi em 30/11/2015

Recebi em 30/11/15

378
379

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco – 25ª Vara Federal

11.486.974/0001-43
Serviço Notarial e Registral
Cartório Único
Rua Domingos Braga, Nº 140
Aliança - Fone: 3637-1375
Rousimar Coelho de Albuquerque
Tabelião

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015, no município de Aliança, Estado de Pernambuco, em cumprimento ao mandado de penhora, avaliação, depósito e registro extraído dos autos da Carta Precatória cível de **nº 0800149-70.2015.4.05.8306 (Processo Originário nº 0008638-90.1991.4.05.8300)** movido pela **FAZENDA NACIONAL** contra o executado **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e outros,** vim eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal, matrícula 3300, abaixo assinado ao local indicado e ali estando, após as formalidades legais, **PENHOREI** e **AVALIEI** o(s) bem(ns) a seguir descrito(s):

1) Imóvel rural de matrícula **372**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Cana Brava/Oiteiro Alto**, com 300ha (trezentos hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Jucá, de Carlos Antônio e José Henrique César de Albuquerque; ao Sul, com o Engenho Passagem, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; a leste com o Engenho Natal de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A e Paraná, de Juarez Correia de Azevedo; ao oeste, com os Engenhos Guararapes e Oiteiro Alto, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Apesar de existir casas com alguns moradores pontuais, não existe vila de casas no referido engenho. A maioria do imóvel é composta de terra nua, ou seja, sem benfeitorias. As construções existentes encontram-se em péssimo estado de conservação. O solo é próprio para plantação de cana-de-açúcar.**
2) Imóvel rural de matrícula **362**, denominado **Engenho Falcão**, com 412ha (quatrocentos e doze hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Retiro, do Sr. Fernando Olímpio de Moraes; ao Sul, com o Engenho Brejo Aliança, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; a leste com o Engenho Cipó Branco do Sr. Pedro Francisco de Andrade Cavalcanti; a oeste, com os Engenho Mata Limpa, também de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: existem várias famílias residindo no engenho há muitos anos, inclusive tendo elas recebido o lote à título de indenização por verbas trabalhistas não percebidas por terem trabalhado para a executada Pessoa de Mello Industria e Comércio (Usina Aliança). Assim,o imóvel é composto por vilas de casas de alvenaria.**
3) Imóvel rural de matrícula **365**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Laureano**, com 150ha (cento e cinquenta hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Mata Limpa, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; ao Sul, com o Engenho Cangaú, do Sr. Luismar de Melo; ao leste com o Engenho Brejo

Aliança de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A e com o Engenho Cangaú; ao oeste, com o Engenho Mata Limpa e terrenos urbanos da cidade de Aliança (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Localizado no entorno da zona urbana da cidade de Aliança, possui inúmeras casas já construídas e loteamentos de casas ainda em construção. Atualmente, confunde-se com a zona urbana do município.**

4) Imóvel rural de matrícula **366**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Mata Limpa**, com 116,94ha (cento e dezesseis hectares e noventa e quatro ares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Falcão, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; ao Sul, com o Engenho Sítio Novo, também da empresa; ao leste com os terrenos urbanos da cidade de Aliança ; ao oeste, com os Engenhos Monte Claro e Boa Vista da Usina Cruangi S/A (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Também localizado no entorno da zona urbana da cidade de Aliança/PE. Não foi visualizada casas ou benfeitorias e/ou plantações.**

5) Imóvel rural de matrícula **357**, feita em 27 de julho de 1978, denominado **Engenho Brejo**, com 3,24ha (Três hectares e vinte e quatro ares), medindo 180m de comprimento por 180m de profundidade, desmenbrada do Engenho Brejo, localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, sul, leste e oeste com terras do Engenho Brejo de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança) (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Imóvel onde fucionou o parque industrial da Usina Aliança, o qual atualmente, encontra-se destivado e em péssimo estado de conservação. Ademais, existe uma vila de casas no Engenho Brejo, todas de alvenaria.**

Registro que, com exceção do imóvel de matrícula 357, todos os outros possuem grandes proporções, não sendo possível a constatação *in loco* de todas as benfeitorias mencionadas, presumindo-se verdadeiras e de boa-fé todas as informações prestadas pelo Sr. Severino Bernardo, mais conhecido por Sr. Biluca, morador do Engenho Brejo/Usina Aliança e profundo conhecedor de toda a região. Ademais, tendo em vista as grandes áreas dos imóveis constrictos e, considerando apenas os documentos acostados ao presente expediente (certidões cartorárias), é impossível, sem a ajuda de aparelhos técnicos, tais como teodolitos, e pessoal humano especializado (agrimensor), individualizar com a máxima precisão os imóveis. Portanto, a descrição e avaliação dos imóveis tem por base todas as informações prestadas pelo Sr. Biluca, bem como a visão geral dos imóveis obtidas por este Oficial quando da diligência.

Avaliação:

Considerando, exclusivamente para efeito da avaliação, o imóvel livre de pessoas e coisas e, presumindo que as informações colhidas foram prestadas com boa-fé, a dimensão do(s) imóvel(is), benfeitorias e valor de mercado, reavalio o referido(s) bem(ens) em:

ENGENHO CANA BRAVA/OITEIRO ALTO: R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Valor do Hectare: R$ 8.000,00 (oito mil reais).

381

ENGENHO FALCÃO: R$ 4.120.000,00 (quatro milhões e cento e vinte mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO LAUREANO: R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO MATA LIMPA: R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO BREJO: R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzendis mil reais). Valor do m²: aproximadamente R$ 100,00.

VALOR TOTAL DA PENHORA: R$ 12.320.000,00 (doze milhões e trezentos e vinte mil reais).

ALEXANDRE LUIZ CAVALCANTI DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Matrícula 3300

~~384~~
382

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco – Subseção Goiana

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO E REGISTRO

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que, em cumprimento ao referido mandado, em 09 de novembro de 2015, dirigi-me aos **endereços constantes no Mandado** e, sendo ali, **PROCEDI À VISTORIA E PENHORA** dos bens imóveis indicados pela exequente às fls. 498/516. Ademais, após pesquisa na rede imobiliária local, procedi à **AVALIAÇÃO**, tudo de acordo com o Auto de Penhora e Avaliação.

CERTIFICO AINDA que, em 30/11/2015, dirigi-me ao Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE e, ali estando, entreguei a contrafé do mandado e a cópia do auto de penhora/avaliação ao Tabelião Substituto, Sr. Edson Rodrigues de Albuquerque, para fins de registro da penhora, o qual recebeu e exarou a nota de ciente. É o que me cumpre certificar, **dou fé.** À apreciação do MM. Juiz Federal.

Goiana/PE, 03 de dezembro de 2015.

ALEXANDRE LUIZ CAVALCANTI DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Mat 3300

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

687
383

CARTA PRECATÓRIA CPR.0011.000344-2/2015

EXECUÇÃO FISCAL: 0008638-90.1991.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros
ENDEREÇO: RUA DO BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE/PE

PRAZO: 60 DIAS

DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DE GOIANA

Via Malote Digital

FINALIDADE: **PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO, E REGISTRO** do(s) bem(ns) do(a) executado, CPF/CNPJ: 10803336/0002-27, indicado(s) pelo exequente à(s) fl(s). 490/496, cuja(s) cópia(s) segue(m) anexa(s), objetivando a quitação do referido débito (R$ 17.583.856,16), nos termos da Lei 6.830/80.

Intime o(a) depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização deste Juízo, cientifique o(a) executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução. **DEVOLUÇÃO** da carta em caso de oposição de embargos para julgamento pelo Juízo deprecante, salvo se houver vícios ou irregularidades de competência do Juízo deprecado.

ANEXOS: Certidão de fls. 490/496 e Decisão de fls. 523.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara, aos 29 de setembro de 2015. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, _____(PATRICIA BARBOSA DE LUCENA CAVALCANTI), Servidor(a), digitei. Eu, _____, (SERGIO AUGUSTO MELO DE SIQUEIRA VIEIRA), Diretor(a) de Secretaria da 11ª Vara/PE, conferi.

ARA CÁRITA MUNIZ DA SILVA MASCARENHAS
Juíza Federal

PROCESSO Nº: **0800151-40.2015.4.05.8306 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
PARTE AUTORA: **FAZENDA NACIONAL**
PARTE RÉ: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
25ª VARA FEDERAL - JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

CERTIDÃO

Certifico que, compulsando os presentes autos, não foram detectadas irregularidades nos seguintes tópicos: cadastramento das partes; indicação da classe processual e classificação do(s) assunto(s).

Por fim, foi verificado que todos os documentos anexados se encontram legíveis. É o que me cumpre certificar. Dou fé.

Goiana, data da assinatura.

AFONSO VICTOR AZEVEDO RAMOS

Técnico-Judiciário

Matrícula 3419

PROCESSO Nº: **0800151-40.2015.4.05.8306 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
PARTE AUTORA: **FAZENDA NACIONAL**
PARTE RÉ: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
25ª VARA FEDERAL - JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

DESPACHO

1) Cumpra-se, utilizando-se cópia da presente carta precatória como mandado, instruída com as demais cópias enviadas pelo Juízo Deprecante.

2) Caso a(s) pessoa(s) que deva(m) tomar conhecimento do ato deprecado se encontre(m) em lugar incerto e não sabido, devolvam-se os presentes autos ao Juízo Deprecante. Se, atualmente, residir(em) em cidade diversa e considerando o caráter itinerante das cartas precatórias, remetam-se estes autos ao Juízo Competente, comunicando-se, neste caso, ao Deprecante.

3) Ultimados os trâmites processuais ou certificada a impossibilidade de fazê-lo, redistribua-se ao Juízo Deprecante, observando-se as cautelas de praxe.

4) Expedientes necessários.

Goiana, data da validação.

FLÁVIA TAVARES DANTAS
Juíza Federal da 25ª Vara/PE

~~390~~

386

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Subseção Judiciária de Goiana/PE - 25.ª Vara Federal
PROCESSO Nº: **0800151-40.2015.4.05.8306 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
PARTE AUTORA: **FAZENDA NACIONAL**
PARTE RÉ: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
25ª VARA FEDERAL - JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

O(A) Dr.(a). Flávia Tavares Dantas, Juiza Federal da 25ª Vara da Subseção Judiciária de Goiana/PE, na forma da Lei, etc.

Manda a qualquer Executante de Mandado (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, que se cumpra o inteiro teor da Carta Precatória em epígrafe, utilizando cópia da mesma como mandado.

Goiana, data da validação

José Newton Carneiro da Costa

TJ- mat.2210

~~507~~
384

PROCESSO Nº 0800151-40.2015.4.05.8306 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL

PARTE AUTORA: FAZENDA NACIONAL

PARTE RÉ: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

25ª VARA FEDERAL - JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que aos vinte (20) dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze, eu, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal, abaixo assinada, em cumprimento ao Mandado de Penhora, Avaliação e Registro, extraído dos Autos do processo movido pela FAZENDA NACIONAL em face de PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A e outros, efetuei vistoria/lavratura do Auto de penhora, avaliação e registro do bem descrito a seguir: **Sítio Mascarenhas, registrado sob. N.809, datado de 21/07/1978, no Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba-PE, 1º Ofício. No referido engenho, há plantações de bananas no contorno do açude, as construções estão abaixo, restando apenas na pedra a igreja de São José. Há mata nativa, mas o local está bastante descaracterizado em razão de muito desmatamento. O acesso não é fácil, sendo a estrada de barro bastante acidentada, tendo como ponto de referência a BR sentido Timbaúba-Macaparana, adentra-se antes do Posto de Gasolina Santa Terezinha, na entrada à esquerda conhecida como entrada da Pedra grande, percorrendo mais ou menos 09km passando pelo Engenho Xixá. Avalio um (01) hectare na localidade por R$10.000,00 (dez mil reais). Consta na certidão do Cartório de Imóveis área total de 60ha, valendo a presente penhora o valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Na localidade, não havia moradores. De acordo com Sr. Gisoaldo, conhecido como Aldinho, e o seu pai Mariano Pedro da Silva, o Sítio Mascarenhas, assim como as demais áreas da localidade (Engenho Xixá, Sítio Mascarenhas, Engenho Brito e Águas Perdidas), trata-se de uma reserva ambiental.** Em seguida, procedi à entrega do referido Auto no Cartório Registro de Imóveis em Timbaúba para proceder às devidas anotações, conforme assinatura e nota de recebimento nos documentos em anexo. Deixei de efetuar deposito/ intimação de prazo para embargos por não haver representantes legais da empresa nesta jurisdição.

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

592
108

CARTA PRECATÓRIA CPR.0011.000344-2/2015

EXECUÇÃO FISCAL: 0008638-90.1991.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros
ENDEREÇO: RUA DO BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE/PE

PRAZO: 60 DIAS
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DE GOIANA

Via Malote Digital

FINALIDADE: PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO, E REGISTRO do(s) bem(ns) do(a) executado, CPF/CNPJ: 10803336/0002-27, indicado(s) pelo exequente à(s) fl(s). 490/496, cuja(s) cópia(s) segue(m) anexa(s), objetivando a quitação do referido débito (R$ 17.583.856,16), nos termos da Lei 6.830/80.

Intime o(a) depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização deste Juízo, cientifique o(a) executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução. DEVOLUÇÃO da carta em caso de oposição de embargos para julgamento pelo Juízo deprecante, salvo se houver vícios ou irregularidades de competência do Juízo deprecado.

ANEXOS: Certidão de fls. 490/496 e Decisão de fls. 523.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara, aos 29 de setembro de 2015. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, _____(PATRICIA BARBOSA DE LUCENA CAVALCANTI), Servidor(a), digitei. Eu, _____, (SERGIO AUGUSTO MELO DE SIQUEIRA VIEIRA), Diretor(a) de Secretaria da 11ª Vara/PE, conferi.

ARA CÁRITA MUNIZ DA SILVA MASCARENHAS
Juíza Federal

13:21 em 30/10/2015
Jgstel Barbosa Nebberjug dos Santos
Escrevente Autorizado

593

389

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTANCIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA

AUTO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO.

Aos vinte (20) dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze, eu, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal, abaixo assinada, com apoio do Sr. Gisoaldo Batista da Silva (81-99308-6179), conhecedor do Sítio Mascarenhas, Zona Rural, Timbaúba-PE, e, em cumprimento ao Mandado de Penhora, Avaliação, Depósito e Registro, expedido nos Autos do **Processo: 0800151-40.2015.4.05.8306-PJE (Proc. Origem: 0008638-90.1991.4.05.8300, Carta Precatória. N. 0011.000344-2/2015)**, movido pela FAZENDA NACIONAL em face de PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A e outros, CNPJ 10803336/0002-27, efetuei vistoria/lavratura o Auto de penhora, avaliação e registro do bem descrito a seguir: **Sítio Mascarenhas, registrado sob. N.809, datado de 21/07/1978, no Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba-PE, 1º Ofício. No referido engenho, há plantações de bananas no contorno do açude, as construções estão abaixo, restando apenas na pedra a igreja de São José. Há mata nativa, mas o local está bastante descaracterizado em razão de muito desmatamento. O acesso não é fácil, sendo a estrada de barro bastante acidentada, tendo como ponto de referência a BR sentido Timbaúba-Macaparana, adentra-se antes do Posto de Gasolina Santa Terezinha, na entrada à esquerda conhecida como entrada da Pedra Grande, percorrendo mais ou menos 09km passando pelo Engenho Xixá. Avalio um (01) hectare na localidade por R$10.000,00 (dez mil reais). Consta na certidão do Cartório de Imóveis área total de 60ha, valendo a presente penhora o valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Na localidade, não havia moradores. De acordo com Sr. Gisoaldo, conhecido como Aldinho, e o seu pai Mariano Pedro da Silva, o Sítio Mascarenhas, assim como as demais áreas da localidade (Engenho Xixá, Sítio Mascarenhas, Engenho Brito e Águas Perdidas), trata-se de uma reserva ambiental.** Após lido e achado conforme, o presente Auto vai por mim assinado.

Iracema Bionafina Alves de Lima
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Mat.PE3285

RH às 13:41 em 20/10/2015
Iasiel Barbosa Nebberting dos Santos
Escrevente Autorizado

PROCESSO Nº: **0800151-40.2015.4.05.8306 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
PARTE AUTORA: **FAZENDA NACIONAL**
PARTE RÉ: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
25ª VARA FEDERAL - JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO

694
≥ 30

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, tendo em vista à certidão do Oficial de Justiça, efetuei baixa do presente feito no sistema e faço a remessa dos presentes autos ao Juízo Deprecante, conforme determinado. O referido é verdade. Dou fé.

João Bosco Teixeira Rodrigues

Técnico Judiciário

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

CARTA PRECATÓRIA CPR.0011.000343-8/2015

EXECUÇÃO FISCAL: 0008638-90.1991.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros
ENDEREÇO: RUA DO BRUM, 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE/PE

PRAZO: 60 DIAS
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DE GOIANA

Via Malote Digital

FINALIDADE: PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO, E REGISTRO do(s) bem(ns) do(a) executado, CPF/CNPJ: 10803336/0002-27, indicado(s) pelo exequente à(s) fl(s). 457/469, cuja(s) cópia(s) segue(m) anexa(s), objetivando a quitação do referido débito (R$ 17.583.856,16), nos termos da Lei 6.830/80.

Intime o(a) depositário(a) a não abrir mão do depósito sem prévia autorização deste Juízo, cientifique o(a) executado(a) de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para opor Embargos à Execução. DEVOLUÇÃO da carta em caso de oposição de embargos para julgamento pelo Juízo deprecante, salvo se houver vícios ou irregularidades de competência do Juízo deprecado.

ANEXOS: Cópia da certidão do imóvel de fls. 457/469 e Decisão/Despacho de fls. 523.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara, aos 29 de setembro de 2015. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, _____(PATRICIA BARBOSA DE LUCENA CAVALCANTI), Servidor(a), digitei. Eu, _____, (SERGIO AUGUSTO MELO DE SIQUEIRA VIEIRA), Diretor(a) de Secretaria da 11ª Vara/PE, conferi.

ARA CÁRITA MUNIZ DA SILVA MASCARENHAS
Juíza Federal

18-11-2015 9:20
SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS - VICÊNCIA-PE
André Cesário de [illegible] - Tab. Público
Maria Rosanilda [illegible] - Oficial
José Carvalho [illegible]
CNPJ/MF: 11.326.35[illegible] (81) 3641.1176
Rua Oliveira Estelita, nº 34 - Centro - Vicência-PE

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco – 25ª Vara Federal

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 11 dias do mês de novembro de 2015, no município de Vicência, Estado de Pernambuco, em cumprimento ao mandado de penhora, avaliação, depósito e registro extraído dos autos da Carta Precatória cível de nº **0800148-85.2015.4.05.8306 (Processo Originário nº 0008638-90.1991.4.05.8300)** movido pela **FAZENDA NACIONAL** contra o executado **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e outros,** vim eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal, matrícula 3300, abaixo assinado ao local indicado e ali estando, após as formalidades legais, **PENHOREI** e **AVALIEI** o bem a seguir descrito:

> ***"Imóvel denominado Águas Perdidas, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A, matrícula nº 173, do livro 2-B, à fl. 73, com área de 120,00Ha (cento e vinte hectares), situado no 2º distrito do município de Vicência/PE, cadastrada no INCRA sob o nº 230.170.003.158, com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com terras da propriedade da Chã da Porta, pertencente a Sra. Antonia Silva, e Engenho Brito, pertencente a Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A; ao Sul, com terras da propriedade Taquari e Rochedo, pertencente a Jose Manoel de Oliveira e Odon da Cunha Cavalcanti, respectivamente; a leste com terras da propriedade Imbú e Chã da Porta, pertencente, respectivamente, ao espolio da Pio Guerra e D. Antonia Silva; e a oeste , com a propriedade Brito, pertencente a Pessoa de Mello, Industria e Comercio S.A".***
>
> **Descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis.**

Vistoria

Por ocasião da diligência, o Sr. Gesoaldo, mais conhecido por Aldinho, prestou informações pertinentes, sobretudo quanto à localização e benfeitorias, destacando que:

a) o referido engenho tem solo típico para o cultivo de banana, bem como várias plantações de banana (não foi possível determinar a área cultivada);

b) o engenho situa-se relativamente longe de rodovias (cerca de 10km da mais próxima);

c) existem várias famílias residindo no engenho há muitos anos, inclusive tendo elas recebido o lote à título de indenização por verbas trabalhistas não percebidas por terem trabalhado para a executada Pessoa de Mello Industria e Comércio (Usina Aliança).

d) os imóveis existentes no engenho são todos de alvenaria e tijolos.

e) o Engenho Águas Perdidas está inserido em uma Zona de Proteção Ambiental – ZPE.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco – 25ª Vara Federal

Registro que o imóvel tem grandes proporções, não sendo possível a constatação *in loco* de todas as benfeitorias mencionadas, presumindo-se verdadeiras e de boa-fé todas as informações prestadas pelo Sr. Gesoaldo, morador do Engenho Xixá (também de propriedade da executada) e profundo conhecedor da região. Ademais, o Sr. Gesoaldo é filho do Sr. Mariano, um antigo funcionário da empresa, portanto, apto a repassar tais informações com a máxima precisão.

Avaliação:

Considerando, para efeito de avaliação, o imóvel livre de pessoas e bens, bem como a dimensão do imóvel, sua localização, benfeitorias e, após pesquisa de mercado, avalio referido(s) bem(ens) em R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

VALOR DA PENHORA: R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

ALEXANDRE LUIZ CAVALCANTI DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Matrícula 3300

607

394

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco – Subseção Goiana

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO E REGISTRO

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que, em cumprimento ao referido mandado, em 11 de novembro de 2015, dirigi-me ao **Engenho Águas Perdidas, Zona Rural, Vicência/PE** e, sendo ali, **PROCEDI À VISTORIA E PENHORA** do bem imóvel indicado pela exequente às fls. 457/469. Ademais, após pesquisa na rede imobiliária local, procedi à **AVALIAÇÃO**, tudo de acordo com o Auto de Penhora e Avaliação.

CERTIFICO AINDA que, em 18/11/2015, dirigi-me ao Cartório de Registro de Imóveis de Vicência/PE e, ali estando, entreguei a contrafé do mandado e a cópia do auto de penhora/avaliação ao Tabelião Substituto, Sr. José Cavalcante de Souza, para fins de registro da penhora, o qual recebeu e exarou a nota de ciente. É o que me cumpre certificar, **dou fé**. À apreciação do MM. Juiz Federal.

Goiana/PE, 23 de novembro de 2015.

ALEXANDRE LUIZ CAVALCANTI DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Mat 3300

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

676
395

1ª Vara Federal de Osasco/SP
Autos de Processo n° 00021427020154036130

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, em cumprimento ao presente mandado, me dirigi ao endereço nele constante, onde e quando **PROCEDI À PENHORA** e **AVALIAÇÃO** dos créditos referentes às ações especificadas na Carta Precatória. **CERTIFICO,** ainda, que, na mesma oportunidade, **CIENTIFIQUEI e NOMEEI** como fiel depositário o gerente do Banco Bradesco – Depto. De Ações e Custódia, Sr. Leonardo Inácio Gonçalves, o qual aceitou a contrafé e apostou ciência na via ora devolvida, após as advertências de estilo. Nada Mais. Osasco, 29 de março de 2016.

RODRIGO SANCHES MARTINS
Oficial de Justiça Avaliador Federal
R.F: 7685

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

Laudo de Avaliação

Seção Judiciária	Vara	Nº do Processo
São Paulo – 30ª Subseção	1ª Vara Federal de Osasco	00021427020154036130

Autor (Exequente)

FAZENDA NACIONAL

Réu (Executado)

PESSOA DE MELLO IND. E COMÉRCIO

Localização do Bem

CIDADE DE DEUS – BRADESCO – OSASCO/SP

Depositário	Data Penhora
LEONARDO INÁCIO GONÇALVES	29/03/2016

Eu, Rodrigo Sanches Martins, RF 7685, Oficial de Justiça Avaliador Federal, em cumprimento ao r. mandado anexo, expedido nos autos da ação supracitada, procedi à avaliação do bem a seguir descrito:

347 AÇÕES PN – TIM Participações S/A - R$ 8,25/unidade

VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R$ 2.862,75 (dois mil, oitocentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

Osasco, 29 de março de 2016.

RODRIGO SANCHES MARTINS
Oficial de Justiça Avaliador Federal
RF 7685

JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de São Paulo – 30ª Subseção
1ª Vara Federal de Osasco
Rua Albino dos Santos, nº 224 – 5º andar – Centro, CEP. 06093-060.
Tel.: 2142-8661/8671/8681
e-mail: Osasco_vara01_sec@jfsp.jus.br

698
397

REMESSA

Nesta data faço a remessa / devolução da presente carta precatória ao Juízo Deprecante. Osasco, 11 de abril de 2016.

Sandra Mara Chierici
Técnica Judiciária RF 7208

JUNTADA
Nesta data foi(ram) aos presentes autos
RET 00209625 90
que se segue
Recife 21 de 06 de 16
Eu
assina

679

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco – 11ª Vara
Av. Recife, nº 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900

198

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO E REGISTRO Nº GDM.0011.000042-2/2018	*01629001100004222018*

PROCESSO Nº 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Destinatário: ESPÓLIO DE CARLOS PESSOA DE MELO – Inventariante MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO
Endereço: **RUA DOM VITAL, 207 – SANTO AMARO – RECIFE/PE**

Valor inicial da dívida: **R$ 313.428,02**

Anexos: **Cópias da petição inicial e CDA(s), fls. 375/376, 403 e 667, 403 e ainda das fls. 577/581, 587/594, 604/607, 676/678 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300.**

A Juíza Federal no exercício da titularidade da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da Lei etc.,

Manda a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) deste Juízo, a quem o presente for entregue, que, em seu cumprimento e despacho exarado nos autos, **CITE** o(a) coexecutado(a), **na pessoa da inventariante MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO**, com sede no endereço acima, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, o valor da dívida, acrescida de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução de que trata o art. 9º da Lei 6.830/80, proceda à **PENHORA** ou ao **ARRESTO** em bens do(a) executado(a), tantos quantos bastem para a satisfação da dívida exequenda, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei de Execução Fiscal, nomeie **DEPOSITÁRIO**, efetive a **AVALIAÇÃO** e dê ciência ao(à) executado(a). Recaindo em ações, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (LEF art. 14, III); efetuada sobre veículos, deve haver o respectivo registro via RENAJUD e o bem **REMOVIDO** ao depósito do Leiloeiro Oficial, independente de nova comunicação deste Juízo (LEF art. 14, II); realizada sobre imóvel pertencente ao executado, pessoa física, intime o seu cônjuge, se casado for, e intime o Oficial de Registro de Imóveis competente, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do auto de penhora ou arresto, nos termos do art. 7º, inc. IV, e art. 14 da Lei n.º 6.830/80 e do Provimento n.º 01/90, de 11/01/90, do Exmo. Sr. Corregedor de Justiça do Estado de Pernambuco, que, no cumprimento deste, proceda ao **REGISTRO**, devolvendo a referida cópia a este Juízo tão logo sejam tomadas as providências aqui determinadas e que seja enviada, em seguida, certidão do bem gravado. **INTIME** o depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização deste Juízo, **BEM COMO INTIME o coexecutado das penhoras realizadas às fls. 403, 667, e às fls. 577/581, 587/594, 604/607, 676/678 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300.**

Na forma do disposto no art. 44, da Lei n.º 5.010/66, fica facultado ao oficial de justiça ter livre acesso aos registros imobiliários constantes em Cartórios de Registro Público e outras entidades similares, independentemente de qualquer outra ordem judicial nesse sentido.

CIENTIFIQUE o(a) executado(a), se do seu interesse e em não lhe havendo ainda sido oportunizado prazo para oposição de embargos à execução, que o faça em 30 (trinta) dias, ficando ciente de que o seu processamento dependerá da suficiência da garantia do juízo, a ser oportunamente verificada, ou, requerer, em 5 (cinco) dias, o levantamento da medida de indisponibilidade, na hipótese de eventual excesso de execução ou impenhorabilidade do valor constrito, nos termos do art. 16 da Lei nº 6.830/80 e do art. 854 do CPC/2015.

Nos termos do art. 914, §1º, c/c os arts. 319, 320, 330 e 485, todos do CPC/2015, eventual oposição de embargos deverá ser instruída com:

a) cópia da inicial executiva e do título executivo.

OBS.: Em caso de intenção de pagamento ou parcelamento da dívida, o(a) executado(a) deve se dirigir à Secretaria da Receita Federal, com endereço na Av. Alfredo Lisboa, 1152 - Térreo – Recife Antigo – Recife/PE – Fone: (81) 3797-5205 e, em seguida, trazer a cópia do comprovante de pagamento ou parcelamento aos autos.

26067

b) prova da garantia do juízo, bem como da respectiva intimação.
c) procuração e contrato social demonstrando a regularidade do instrumento de outorga ao procurador constituído, se for o caso.
d) valor tido por correto, com memória de cálculo, caso alegado excesso de execução.
e) prova dos demais fatos eventualmente alegados.
f) o valor atribuído à causa.

Este mandado poderá ser cumprido no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis, fora do horário estabelecido no art. 212, do CPC/2015, conforme disposto no § 2º do mencionado dispositivo legal, e, se necessário for, fica o Oficial de Justiça autorizado a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado a fim de verificar e descrever os bens que o/a guarnecem.

Expedido na Secretaria da 11ª Vara, em 11 de junho de 2018. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 9h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, _____, (Pedro Chabloz Filho), TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei. Eu, _____, Edison Ribeiro de Vasconcelos, Diretor(a) de Secretaria, conferi.

ROBERTA WALMSLEY SOARES C. PORTO DE BARROS

Juíza Federal no exercício da titularidade da 11ª Vara/PE

OBS.: Em caso de intenção de pagamento ou parcelamento da dívida, o(a) executado(a) deve se dirigir à Secretaria da Receita Federal, com endereço na Av. Alfredo Lisboa, 1152 - Térreo – Recife Antigo – Recife/PE – Fone: (81) 3797-5205 e, em seguida, trazer a cópia do comprovante de pagamento ou parcelamento aos autos.

26067

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

680
399

EXECUÇÃO FISCAL nº 0002274-68.1992.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Ofício nº GDO.0011.000073-9/2018

01630001100007392018

Recife, 11 de junho de 2018.

À Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Diretor(a) de Secretaria da 6ª Vara Federal do Distrito Federal
Via Malote Digital

Assunto: **Requer informações**

Com os cumprimentos de estilo, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de prestar informações a este juízo acerca da existência de numerário a ser revertido em favor do presente feito, em razão da penhora realizada no rosto dos autos de nº 2008.34.00.022494-3, nos termos do despacho de fls. 375/376.

Anexos: fls. 375/376 e 667.

Atenciosamente,

ROBERTA WALMSLEY SOARES C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal no exercício da titularidade da 11ª Vara/PE

400

Poder Judiciário **Malote Digital**

Impresso em: 14/06/2018 às 13:37

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40520184243061
Documento: GDO73-9-2018.pdf
Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário: SJDF - 6ª VARA (TRF1)
Data de Envio: 14/06/2018 13:35:50
Assunto: solicita informações por meio do ofício GDO.0011.000073-9/2018

Imprimir

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

401

EXECUÇÃO FISCAL nº 0002274-68.1992.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Ofício nº GDM.0011.000041-8/2018

01629001100004182018

Recife, 11 de junho de 2018.

À Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Diretor(a) de Secretaria da 25ª Vara Federal de Goiana/PE
Via Malote Digital

Assunto: **solicita informações**

Senhor(a) Diretor(a),

Com os cumprimentos de estilo, solicito os bons préstimos de Vossa Senhoria no sentido de prestar informações a este juízo acerca da existência de numerário a ser revertido em favor do presente feito, em razão da penhora realizada no rosto dos autos de nº 001158-23.2010.4.05.8300, nos termos do despacho de fls. 375/376.

Anexos: fls. 375/376 e 667.

Atenciosamente,

ROBERTA WALMSLEY SOARES C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal no exercício da titularidade da 11ª Vara/PE

402

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 14/06/2018 às 13:25

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40520184242896
Documento: GDM41-8-2018.pdf
Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário: SJPE - Diretoria da Subseção Judiciária de Goiana (TRF5)
Data de Envio: 14/06/2018 13:24:16
Assunto: encaminha ofício solicitando informações

Imprimir

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL : 0002274-68.1992.4.05.8300
Autor : FAZENDA NACIONAL
Adv./Proc: (JOAQUIM LUSTOSA FILHO)
Reu(s): PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
Adv./Proc: (ALFREDO MARIANO DE BRITO, ALOISIO ARRUDA FILHO)

CERTIDÃO

Certifico que o ato processual adiante transcrito foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, edição SJPE nº **123.0/2018**, de **05/07/2018**, fls. 47, ficando intimados os advogados e/ou procuradores acima relacionados. **Data da disponibilização do jornal: 04/07/2018.** Recife/PE, 10 de julho de 2018.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Ato Publicado **(Despacho – fls._____).**

"(...) 2.1. CARLOS PESSOA DE MELO

(...) Expeça-se mandado de citação, penhora e intimação das penhoras já realizadas, utilizando-se os dados constantes do CD juntado no anexo 1 em segredo de justiça. (...)

5. LEILÃO

A União requer a designação de leilão dos imóveis já penhorados (vide lista fl. 333v).

Indefiro por ora o pedido. Aguarde-se o decurso do prazo de oposição de embargos à execução. (...)

"

404

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 10/07/2018 às 09:12

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40520184355344

Documento: RIO TINTO.pdf

Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)

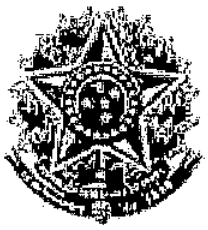
Destinatário: Vara única de Rio Tinto (TJPB)

Data de Envio: 10/07/2018 09:09:13

Assunto: com os cumprimentos de estilo, solicito informações quanto à carta precatória anexa.

Imprimir

405



Tribunal de Justiça da Paraíba
Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau

Detalhe do Processo
Número do Processo: 0800480-27.2018.8.15.0581 **Classe Judicial: CARTA PRECATÓRIA (261)** **Órgão Julgador: Vara Única de Rio Tinto** **Órgão Julgador Colegiado:** **Data de Distribuição: 25 de Julho de 2018** **Assunto: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / OBJETOS DE CARTAS PRECATÓRIAS/DE ORDEM (11781) / Citação**

Informações do Processo

Polo Ativo	
Nome Parte	Tipo Parte
SJPE - Diretoria da 11ª Vara	DEPRECANTE

Polo Passivo	
Nome Parte	Tipo Parte
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	DEPRECADO

Movimentação do Processo	
Data Atualização	Movimento
30/07/2018 13:37:05	Proferido despacho de mero expediente
25/07/2018 08:15:26	Conclusos para despacho
25/07/2018 08:14:10	Distribuído por sorteio

Visualizado/Impresso em:01/08/2018 10:31:23

406

Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Rio Tinto

CARTA PRECATÓRIA (261) 0800480-27.2018.8.15.0581

DESPACHO

Cite(m)-se o(s) devedor(es) para, no prazo de 05 dias, pagar o débito ou nomear bens à penhora, observando, nesta última hipótese, a gradação prevista no art. 11 da Lei nº 6.830/80.

Não efetuado o pagamento, nem garantida a execução no prazo legal, proceda-se à penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação do crédito, de logo avaliando-se os bens e intimando-se o(s) executado(s) e o(s) respectivo(s) cônjuge(s), se a penhora recair sobre bens imóveis, para, querendo, apresentar embargos no prazo de 30 dias.

Rio Tinto, 25 de julho de 2018.

Judson Kíldere Nascimento Faheina

JUIZ DE DIREITO

Imprimir

407

Poder Judiciário **Malote Digital**

Impresso em: 10/07/2018 às 14:36

RECIBO DE LEITURA

Código de rastreabilidade: 40520184355344

Documento: RIO TINTO.pdf

Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)

Destinatário: Vara única de Rio Tinto (TJPB)

Lido Por: Jailza Hortêncio da Silva

Data de Envio: 10/07/2018 09:09:13

Data Leitura: 10/07/2018 10:18:11

Assunto: com os cumprimentos de estilo, solicito informações quanto à carta precatória anexa.

Imprimir

408

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª Vara Federal

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

TERMO DE VISTA/REMESSA

Nesta data, faço vista/remessa dos presentes autos ao(à) FAZENDA NACIONAL, para fins de direito, do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Recife, 01 de agosto de 2018.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

EXEQUENTE / EXECUTADO

Recebido por .....

em _____ / _____ / _____

Edmilson Mariano da Silva
Apoio/Defesa/PRFN-5ªR
Siape 1650854

08 AGO 2019

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL 5ª REGIÃO

COTA DA FAZENDA NACIONAL

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** por sua Procuradora que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante esse Juízo, expor e requerer o que segue:

Em primeiro plano, vale relembrar que, de acordo com a decisão de fls. 324/329, da execução fiscal de nº **0008638-90.1991.4.08.8300** (apensamento em 2010, vide decisão de fl. 329), foi reconhecida a existência de grupo econômico, bem como a caracterização de fraude que ensejou a responsabilização dos sócios pela dissolução irregular da empresa ora executada.

Outrossim, esta Procuradoria peticionou à fl. 348v requerendo a **reavaliação** dos bens imóveis penhorados no presente feito, juntamente com as adoções das demais medidas relativas às suas alienações judiciais. Tal pedido foi indeferido até que se aguardasse o prazo de oposição de embargos à execução.

Para o regular prosseguimento da execução fiscal, **REQUER:**

1. O **cumprimento do mandado de fl. 398**, o qual fará a citação do espólio do coexecutado CARLOS PESSOA DE MELO, na pessoa da inventariante Maria Leda Dourado Pessoa de Melo;

2. A **reavaliação dos bens imóveis penhorados**, tendo em vista que as últimas avaliações são antigas – feitas em 2015;

3. A **designação de datas para a venda judicial** dos bens penhorados como garantia do presente débito;

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL 5ª REGIÃO

4. A **intimação do executado acerca das datas** fixadas para a hasta (praça ou leilão);

5. A juntada aos autos de demonstrativo de débito atualizado (documento em anexo).

Nesses termos,

Pede deferimento.

Recife, 14 de agosto de 2018.

Ana Carolina West Wanderley
Procuradora da Fazenda Nacional

Annielly Silva Cavalcante
Estagiária da PRFN/5ª Região

411

PFN-PRFN-5ª Região | Consulta Dívida Ativa | 07/08/2018 09:14 | Tempo restante de conexão: 19:57

ANSELMO AUGUSTO PEREIRA
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Informações Gerais

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40691000085 **Número de Inscrição:** 40 6 91 000085-33 Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 26520 100002/88-82 **CPF/CNPJ:** 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	04/09/1991	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	00000000009200022740	**Valor Inscrito:**	CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Órgão de Origem:	DRF RCE	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00022746819924058300		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	25/02/1995	**Valor Consolidado:**	R$ 521.507,55
Qtd. de Débitos:	0001	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088918715	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Inscr. Anteriores | Nova Inscrição | Imp. Inscr. Loc. | Imp. Rel. Loc. | Voltar

OFÍCIO **ELETRÔNICO**

Dados da Solicitação

- **Protocolo:** 180S004650
- **Solicitante:** AMANDA MARIANY MOURA DE CARVALHO
- **Data de Solicitação:** 14/08/2018°
- **Ticket Nº:** 02
- **Tipo de Solicitação:** Pessoa
- **Tipo de Certidão:** Propriedade/Negativa de Propriedade
- **Status:** Aberto
- **Instituição:** Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- **Ação:** Responder Eletronicamente
- **Retransmitido:** Não
- **Dados da Solicitação:** Tipo: Pessoa Física, Nome / Razão: CARLOS PESSOA DE MELO FILHO, Número do Ofício: 005, CPF / CNPJ: 00161195415, RG / IE: , Observações:
- **Cartórios de Pesquisa:**
  Garanhuns: 01°
  Recife: 02°
- **Cartórios pesquisados previamente (nestes cartórios foi feita a pesquisa previamente e não foram encontradas ocorrências para os dados informados):**
  Abreu e Lima: 01°
  Afrânio: 01°
  Angelim: 01°
  Belo Jardim: 01°
  Bom Conselho: 01°
  Brejo da Madre de Deus: 01°

88/96

412

OFÍCIO **ELETRÔNICO**

Dados da Solicitação

- **Protocolo:** 1808004653
- **Solicitante:** AMANDA MARIANY MOURA DE CARVALHO
- **Data de Solicitação:** 14/08/2018°
- **Ticket Nº:** 03
- **Tipo de Solicitação:** Pessoa
- **Tipo de Certidão:** Propriedade/Negativa de Propriedade
- **Status:** Aberto
- **Instituição:** Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- **Ação:** Responder Eletronicamente
- **Retransmitido:** Não
- **Dados da Solicitação:** Tipo: Pessoa Física, Nome / Razão: BERLAMINO LUIZ PESSOA DE MELO NETO, Número do Ofício: 006, CPF / CNPJ: 01854402404, RG / IE: , Observações:
- **Cartórios de Pesquisa:**
  Goiana: 01°
  Jaboatão dos Guararapes: 01°
  Recife: 02°
- **Cartórios pesquisados previamente (nestes cartórios foi feita a pesquisa previamente e não foram encontradas ocorrências para os dados informados):**
  Abreu e Lima: 01°
  Afrânio: 01°
  Angelim: 01°
  Belo Jardim: 01°
  Bom Conselho: 01°
  Brejo da Madre de Deus: 01°

OFÍCIO **ELETRÔNICO**

Dados da Solicitação

- **Protocolo:** 1808004656
- **Solicitante:** AMANDA MARIANY MOURA DE CARVALHO
- **Data de Solicitação:** 14/08/2018°
- **Ticket Nº:** 02
- **Tipo de Solicitação:** Pessoa
- **Tipo de Certidão:** Propriedade/Negativa de Propriedade
- **Status:** Aberto
- **Instituição:** Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- **Ação:** Responder Eletronicamente
- **Retransmitido:** Não
- **Dados da Solicitação:** Tipo: Pessoa Física, Nome / Razão: ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELO, Número do Ofício: 007, CPF / CNPJ: 31727808487, RG / IE: , Observações:
- **Cartórios de Pesquisa:**
  Paulista: 01°
  Recife: 02°
- **Cartórios pesquisados previamente (nestes cartórios foi feita a pesquisa previamente e não foram encontradas ocorrências para os dados informados):**
  Abreu e Lima: 01°
  Afrânio: 01°
  Angelim: 01°
  Belo Jardim: 01°
  Bom Conselho: 01°
  Brejo da Madre de Deus: 01°

OFÍCIO **ELETRÔNICO**

Dados da Solicitação

- **Protocolo:** 1808004657
- **Solicitante:** AMANDA MARIANY MOURA DE CARVALHO
- **Data de Solicitação:** 14/08/2018°
- **Ticket Nº:** 01
- **Tipo de Solicitação:** Pessoa
- **Tipo de Certidão:** Propriedade/Negativa de Propriedade
- **Status:** Aberto
- **Instituição:** Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- **Ação:** Responder Eletronicamente
- **Retransmitido:** Não
- **Dados da Solicitação:** Tipo: Pessoa Jurídica, Nome / Razão: METALNORTE SA, Número do Ofício: 008, CPF / CNPJ: 10803344000192, RG / IE: , Observações:
- **Cartórios de Pesquisa:**
  Recife: 02°
- **Cartórios pesquisados previamente (nestes cartórios foi feita a pesquisa previamente e não foram encontradas ocorrências para os dados informados):**
  Abreu e Lima: 01°
  Afrânio: 01°
  Angelim: 01°
  Belo Jardim: 01°
  Bom Conselho: 01°
  Brejo da Madre de Deus: 01°

416

OFÍCIO **ELETRÔNICO**

Dados da Solicitação

- **Protocolo:** 1808004664
- **Solicitante:** AMANDA MARIANY MOURA DE CARVALHO
- **Data de Solicitação:** 14/08/2018°
- **Ticket Nº:** 02
- **Tipo de Solicitação:** Pessoa
- **Tipo de Certidão:** Propriedade/Negativa de Propriedade
- **Status:** Aberto
- **Instituição:** Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- **Ação:** Responder Eletronicamente
- **Retransmitido:** Não
- **Dados da Solicitação:** Tipo: Pessoa Jurídica, Nome / Razão: VALE DOURADO NEGÓCIOS, Número do Ofício: 009, CPF / CNPJ: 03898510000116, RG / IE: , Observações:
- **Cartórios de Pesquisa:**
  Garanhuns: 01°
  Recife: 01°
- **Cartórios pesquisados previamente (nestes cartórios foi feita a pesquisa previamente e não foram encontradas ocorrências para os dados informados):**
  Abreu e Lima: 01°
  Afrânio: 01°
  Angelim: 01°
  Belo Jardim: 01°
  Bom Conselho: 01°
  Brejo da Madre de Deus: 01°

1ª Instância 11ª Vara - Justiça Federal de 1ª

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

J U N T A D A

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o(a) PETIÇÃO/MANDADO n. 2018.0011.000675-9.

Recife/PE, 30/08/2018.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Edison Ribeiro de Vasconcelos

De: Lígia Souza do Rêgo Garonce <ligia.rego@trf1.jus.br>
Enviado em: sexta-feira, 3 de agosto de 2018 11:27
Para: Direcao11
Assunto: ENC: Desp. fl. 1056 - ref. processo n. 008.34.00.022494-3
Anexos: Desp. fl. 1056.pdf

Prioridade: Alta

Senhor(a) Diretor (a),

De ordem do Juízo da 6ª. Vara/SJDF e em atenção aos termos do ofício n. GDO.0011.000073-9/2018 (cópia anexa), encaminho a Vossa Senhoria cópia do despacho proferido no processo n. 2008.34.00.022494-3, para ciência e providencias cabíveis.

Att.

Lígia Souza do Rêgo Garonce
Técnico Judiciário
6ª VARA FEDERAL SJDF

Justiça Federal-DF
Fls. 1056
Rubrica.....

PODER JUDICIÁRIO-JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo nº 0200834000224943

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos estes autos.
Brasília, 13 julho de 2018.

.....
P/ Diretora de Secretaria da 6ª Vara – SJ/DF

DESPACHO

Fls. 1050/1054: Informo que a execução encontra-se suspensa, aguardando o julgamento dos embargos à execução n. 2008.34.00.022495-7.

Nos embargos, a União impugnou, em sua totalidade, a conta apresentada pela exequente.

Portanto, até o momento, não houve requisição de pagamento alguma, inexistindo valores a serem transferidos.

Oficie-se.

Aguarde-se o julgamento dos embargos à execução.

Brasília-DF, em 01/8/2018.

IVANI SILVA DA LUZ
Juíza Federal Titular da 6ª Vara

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que devidamente citado(a) e intimado(a) das penhoras realizadas no quadro abaixo, por meio do edital de fls. 343/344, para, querendo, oferecerem embargos à execução no prazo legal de 30 (trinta) dias, o(a)(s) executado(a)(s) ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, CARLOS PESSOA DE MELLO, CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, METALNORTE, SOC. SANTA LAURA VINCUNHA LTDA E VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA não se manifestaram ou nada requereram até a presente data.

- Penhora no rosto dos autos do processo 0011587-23.2010.4.05.8300, da 25ª Vara Federal, fl. 403
- Penhora no rosto dos autos do processo 0000184-96.2006.4.05.8300, da 7ª Vara Federal, fls. 561/562
- Penhora sobre os imóveis de matrículas 372, 362, 365, 366, 357 do 1° CRI de Aliança/PE, fls. 578/581
- Penhora sobre o imóvel de matrícula 809, do 1° CRI de Timbaúba/PE, fl. 593
- Penhora sobre o imóvel de matrícula 173, do 2° CRI de Vicência/PE, fl. 605
- Penhora no rosto dos autos do processo 0000628-91.1990.4.05.8300, da 3ª Vara Federal, fl. 647
- Penhora no rosto dos autos do processo 2008.34.00.022494-3, da 6ª Vara Federal do DF, fl. 676/677

Recife/PE, 30/08/2018.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIÁRIO(A)

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6177, Fax (81) 3213.6178

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº EDT.0011.000021-1/2018
PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

00291001100002112018

O(A) Juiz(a) Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele tiverem notícia ou a quem interessar possa, que, perante este Juízo Federal, tramita a Execução Fiscal abaixo indicada, promovida pelo(a) FAZENDA NACIONAL e, através deste, **INTIMA** o(a)s Executado(a)s ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELO, BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELO NETO, CARLOS PESSOA DE MELO, CARLOS PESSOA DE MELO FILHO, METALNORTE, SOC. SANTA LAURA VINCUNHA LTDA E VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA em decorrência da frustração da citação pelos correios e/ou por oficial de justiça.

PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300**, EXECUTADOS: **ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO (CPF 317278084-87), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (CPF 018544024-04), CARLOS PESSOA DE MELLO (CPF 001611954-15), CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (CPF 090147304-97), METALNORTE (CNPJ 10803344/0001-92), SOC. SANTA LAURA VINCUNHA LTDA (CNPJ 00304435/0001-20) E VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA (CNPJ 03898510/0001-16)** e outros, VALOR INICIAL DA DÍVIDA **R$ 313.428,02.**

FINALIDADE: INTIMAÇÃO dos executados das penhoras realizadas nos autos do processo 0008638-90.1991.4.05.8300 (reunido ao presente feito), abaixo relacionadas, podendo as mesmas serem utilizadas como pagamento da dívida:

- penhora no rosto dos autos do processo 0011587-23.2010.4.05.8300, da 25ª Vara Federal de Goiana/PE, fl. 403,

- penhora no rosto dos autos do processo 0000184-96.2006.4.05.8300, da 7ª Vara Federal, fls. 561/562,

- penhora sobre os imóveis de matrículas 372, 362, 365, 366, 357, do 1ª Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE, fls. 578/581,

- penhora sobre o imóvel de matrícula 809, do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba/PE, fl. 593,

- penhora sobre o imóvel de matrícula 173, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Vicência/PE, fl. 605,

- penhora no rosto dos autos do processo 0000628-91.1990.4.05.8300, da 3ª Vara Federal, fl. 647,

- penhora no rosto dos autos do processo 2008.34.00.022494-3, da 6ª Vara Federal do DF, fls. 676/677.

O executado tem o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, oferecer embargos à execução, ou, requerer, em 5 (cinco) dias, o levantamento da medida de indisponibilidade, na hipótese de eventual excesso de execução ou impenhorabilidade do valor constrito, nos termos do art. 16 da Lei 6.830/80 e do art. 854 do CPC.

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6177, Fax (81) 3213.6178

SEDE DO JUÍZO: 11ª Vara Federal, Av. Recife, 6250, Jiquiá - Recife/PE.

E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente **EDITAL**, que será publicado na forma da lei vigente, tendo uma cópia afixada no local de costume, na sede deste Juízo da 11ª Vara Federal, situada na Av. Recife, nº 6250, 8º andar, Jiquiá, Recife-PE.

Dado e passado pela Secretaria da 11ª Vara Federal, aos 19 de março de 2018. Eu, ____, Pedro Chabloz Filho, TECNICO(A) JUDICIARIO(A) digitei. Eu, ____, Edison Ribeiro de Vasconcelos, Diretor(a) da Secretaria da 11ª Vara Federal, conferi.

ROBERTA WALMSLEY SOARES C. PORTO DE BARROS
JUÍZA FEDERAL NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE
DA 11ª VARA/PE

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
MANA
Juiz(a) segue
Recife, 20 de 3 de 18
Juiz(a)

Junta P/FN (22.08.18)

422

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco – 11ª Vara
Av. Recife, nº 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO E REGISTRO Nº GDM.0011.000042-2/2018

* 0 1 6 2 9 0 0 1 1 0 0 0 0 4 2 2 2 0 1 8 *

PROCESSO Nº 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Destinatário: ESPÓLIO DE CARLOS PESSOA DE MELO – Inventariante MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO
Endereço: **RUA DOM VITAL, 207 – SANTO AMARO – RECIFE/PE**

Valor inicial da dívida: **R$ 313.428,02**

Anexos: **Cópias da petição inicial e CDA(s), fls. 375/376, 403 e 667, 403 e ainda das fls. 577/581, 587/594, 604/607, 676/678 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300.**

A Juíza Federal no exercício da titularidade da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da Lei etc.,

Manda a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça Avaliador) deste Juízo, a quem o presente for entregue, que, em seu cumprimento e despacho exarado nos autos, **CITE** o(a) coexecutado(a), **na pessoa da inventariante MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO**, com sede no endereço acima, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, o valor da dívida, acrescida de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução.

Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução de que trata o art. 9º da Lei 6.830/80, proceda à **PENHORA** ou ao **ARRESTO** em bens do(a) executado(a), tantos quantos bastem para a satisfação da dívida exequenda, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei de Execução Fiscal, nomeie **DEPOSITÁRIO**, efetive a **AVALIAÇÃO** e dê ciência ao(à) executado(a). Recaindo em ações, debêntures, quota ou qualquer outro título, crédito ou direito societário nominativo, a entrega da contrafé far-se-á à Junta Comercial, Bolsa de Valores ou na Sociedade Comercial (LEF art. 14, III); efetuada sobre veículos, deve haver o respectivo registro via RENAJUD e o bem **REMOVIDO** ao depósito do Leiloeiro Oficial, independente de nova comunicação deste Juízo (LEF art. 14, II); realizada sobre imóvel pertencente ao executado, pessoa física, intime o seu cônjuge, se casado for, e intime o Oficial de Registro de Imóveis competente, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do auto de penhora ou arresto, nos termos do art. 7º, inc. IV, e art. 14 da Lei n.º 6.830/80 e do Provimento n.º 01/90, de 11/01/90, do Exmo. Sr. Corregedor de Justiça do Estado de Pernambuco, que, no cumprimento deste, proceda ao **REGISTRO**, devolvendo a referida cópia a este Juízo tão logo sejam tomadas as providências aqui determinadas e que seja enviada, em seguida, certidão do bem gravado. **INTIME** o depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização deste Juízo, **BEM COMO INTIME o coexecutado das penhoras realizadas às fls. 403, 667, e às fls. 577/581, 587/594, 604/607, 676/678 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300.**

Na forma do disposto no art. 44, da Lei n.º 5.010/66, fica facultado ao oficial de justiça ter livre acesso aos registros imobiliários constantes em Cartórios de Registro Público e outras entidades similares, independentemente de qualquer outra ordem judicial nesse sentido.

CIENTIFIQUE o(a) executado(a), se do seu interesse e em não lhe havendo ainda sido oportunizado prazo para oposição de embargos à execução, que o faça em 30 (trinta) dias, ficando ciente de que o seu processamento dependerá da suficiência da garantia do juízo, a ser oportunamente verificada, ou, requerer, em 5 (cinco) dias, o levantamento da medida de indisponibilidade, na hipótese de eventual excesso de execução ou impenhorabilidade do valor constrito, nos termos do art. 16 da Lei nº 6.830/80 e do art. 854 do CPC/2015.

Nos termos do art. 914, §1º, c/c os arts. 319, 320, 330 e 485, todos do CPC/2015, eventual oposição de embargos deverá ser instruída com:

a) cópia da inicial executiva e do título executivo.

OBS.: Em caso de intenção de pagamento ou parcelamento da dívida, o(a) executado(a) deve se dirigir à Secretaria da Receita Federal, com endereço na Av. Alfredo Lisboa, 1152 - Térreo – Recife Antigo – Recife/PE – Fone: (81) 3797-5205 e, em seguida, trazer a cópia do comprovante de pagamento ou parcelamento aos autos.

b) prova da garantia do juízo, bem como da respectiva intimação.
c) procuração e contrato social demonstrando a regularidade do instrumento de outorga ao procurador constituído, se for o caso.
d) valor tido por correto, com memória de cálculo, caso alegado excesso de execução.
e) prova dos demais fatos eventualmente alegados.
f) o valor atribuído à causa.

Este mandado poderá ser cumprido no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis, fora do horário estabelecido no art. 212, do CPC/2015, conforme disposto no § 2º do mencionado dispositivo legal, e, se necessário for, fica o Oficial de Justiça autorizado a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado a fim de verificar e descrever os bens que o/a guarnecem.

Expedido na Secretaria da 11ª Vara, aos 11 de junho de 2018. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 9h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, _____, (Pedro Chabloz Filho), TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei. Eu, _____, Edison Ribeiro de Vasconcelos, Diretor(a) de Secretaria, conferi.

ROBERTA WALMSLEY SOARES C. PORTO DE BARROS

Juíza Federal no exercício da titularidade da 11ª Vara/PE

OBS.: Em caso de intenção de pagamento ou parcelamento da dívida, o(a) executado(a) deve se dirigir à Secretaria da Receita Federal, com endereço na Av. Alfredo Lisboa, 1152 - Térreo – Recife Antigo – Recife/PE – Fone: (81) 3797-5205 e, em seguida, trazer a cópia do comprovante de pagamento ou parcelamento aos autos.

26067

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO Nº 0002274-68.1992.4.05.8300
11ª VARA
MANDADO Nº GDM.0011.000042-2/2018

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento a este mandado, dirigi-me à Rua Dom Vital **27** - Santo Amaro (não existe o 207 naquele logradouro) e o Bel. Aluísio Arruda (99972-0013) disse não representar a sra. Maria Leda Dourado Pessoa de Melo e, apesar de conhecê-la, afirmou não saber se ela estava na cidade, ou quando estaria e onde poderia ser encontrada. Disse, ainda, que, naquele endereço comercial, não desenvolve qualquer atividade, bem como se haveria outro inventariante do espólio de Carlos Pessoa de Melo. O advogado afirmou ainda que tentaria se informar sobre quem teria poderes de representação do espólio, mas, após alguns contatos, não obtive êxito.

Certifico, ademais, que as outras pessoas que encontrei no escritório também não souberam informar da inventariante, ou de outro representante do espólio.

Nesses termos, **DEIXEI DE PROCEDER À CITAÇÃO**. É verdade. Dou fé.

Recife, 15 de agosto de 2018.

JEFFERSON FRITSCH DAMASIO DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal – matrícula 4000

424

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

Com espeque no § 4º do art. 162 do Código de Processo Civil e no Provimento nº 02, de 30 de Novembro de 2000 do TRF da 5ª Região, item "19", fica a exequente intimada para, no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca da de fl. 423

Recife/PE, 31/08/2018.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

425

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª Vara Federal

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

TERMO DE VISTA/REMESSA

Nesta data, faço vista/remessa dos presentes autos ao(à) FAZENDA NACIONAL, para fins de direito, do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Recife, 31 de agosto de 2018.

Pedro Chabioz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

EXEQUENTE / EXECUTADO

Recebido por .....

em _____ / _____ / _____


Ronaldo José Bento
Apoio / Defesa / PRFN - 5ª R
Mat. SIAPE 185310
11 SET. 2018

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional da 5ª Região
Divisão de Acompanhamento dos Grandes Devedores

PROCESSO nº: 0002274-68.1992.4.05.8300

A **União / Fazenda Nacional**, já qualificada nos autos por seus Procuradores do processo em epígrafe, vem respeitosamente perante Vossa Excelência nos autos da Execução Fiscal, informar que o endereço do Executado permanece inalterado, conforme extrato em anexo.

Insta esclarecer que, conforme consulta junto ao JUCEPE constantes nos autos, fls. 360/373-v, constatou-se que a Sra. Maria Leda Dourado Pessoa de Mello participou como conselheira e secretária da empresa Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A, CNPJ: 10803336/0002-27.

Considerando a certidão de fl. 423 do presente feito, ao efetuar consulta através do CPF 000.108.634-00, junto à base de dados da Receita Federal, conforme documento em anexo, constatou-se que se trata de mesmo endereço em que já frustrada a tentativa de citação da r. inventariante Sra. Maria Leda Dourado Pessoa de Mello.

Requer a Exequente, portanto, que seja o Executado citado na pessoa de seu inventariante **por edital**, nos termos do **art. 8º, III, IV e § 1º, da Lei 6.830/80 c/c Súmula 414 do STJ**[1], bem como, após a conclusão do atos requeridos acima, seja a União / Fazenda Nacional intimada para requerer o que entender de direito.

Nestes termos
Pede deferimento
Recife, 19 de setembro de 2018

RAÍSSA MARIA BARBOSA MAGGI
Procuradora da Fazenda Nacional

[1] "A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades. (enunciado sumular nº 414, STJ)"

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD

19/09/2018

PGF - PGFN - DATAPREV
DIVIDA ATIVA
CONSULTA A ACAO JUDICIAL
EXECUCAO FISCAL

CACAOJUD

14:57:10

Acao Judicial: 9500155559 (*) Credito: 315488093 PRC: 15200800
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
Fase: 624 Dt.Fase: 29/06/2004 Comarca: 15116 Vara: 11 Foro: FED
Procurador: 902872 Honorarios: 20.00 PRO Dt.Ajuizamento: 24/10/1995
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
315488093	624	29/06/2004	Nao	104.909,47
315495006	624	29/06/2004	Nao	497.761,37
315495014	624	29/06/2004	Nao	11.279.927,77
315499893	624	29/06/2004	Nao	1.723.894,58
319984010	624	29/06/2004	Nao	115.649,02
319984028	624	29/06/2004	Nao	307.069,48
319984354	624	29/06/2004	Nao	21.275,93
319984362	624	29/06/2004	Nao	7.975,45

Total Divida - 14.058.463,07
Honor Divida - 2.811.692,61
J/Hon REFIS - 0,00
Total da Acao - 16.870.155,68
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Prox.Credito -
* - Apensada

XMIT ☐

Versão 0.268.65

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
19/09/2018 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 14:51:54

Credito: 314949895 CGC: 10.803.336/0001-46
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

Doc. de Origem..: 494989592 28/02/1992 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/09/1992 Livro: 1 Folha: 121
Dt. de Inscricao: 01/05/1993 RFB: 15.001.020 Orgao Inscr.: 15.200.000
Periodo da Divida: 04/1991 a 11/1991 PRC Tramitacao: 15.200.800
Comarca: 15116 Vara: 011 Acao Jud: 9300047000 Primeira Instancia
Fase: 624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR Dt. da Fase: 29/06/2004

Principal:	14.066,18	☐ E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	18.388,12	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	65.323,16	F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	97.777,46		
Honorarios:	19.555,49		

Valores atualizados p/ 09/2018 em REAL
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00 XMIT ☐

Versão 0.268.65

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
19/09/2018 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 15:01:45

Credito: 324794177 CGC: 10.803.336/0001-46
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

Doc. de Origem..: 324794177 28/06/1996 AI - **AUTO DE INFRACAO**
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/08/1996 Livro: 12 Folha: 119
Dt. de Inscricao: 11/06/1997 RFB: 15.001.020 Orgao Inscr.: 15.200.000
Periodo da Divida: 08/1996 a 08/1996 PRC Tramitacao: 15.200.800
Comarca: 15116 Vara: 011 Acao Jud: 9800051481 **Primeira Instancia**
Fase: **594 CITACAO DO DEVEDOR** Dt. da Fase: 03/08/2000

Principal:	5.632,70	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	0,00	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	0,00	F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	5.632,70		
Honorarios:	1.126,54		

Valores atualizados p/ 09/2018 em REAL
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00 XMIT

Versão 0.268.65

Imprimir

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

SERPRO

19/09/2018

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Parâmetro de Localização: 40691000085
Seções Selecionadas: RLO, RSE
Inscrições Selecionadas:

1º Devedor: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
Tipo de Devedor: Principal
CPF/CNPJ: 10803336/0002-27
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 26520 100002/88-82
Nº Inscrição: 40 6 91 000085-33
Data Inscrição: 04/09/1991
Nº Processo Judicial: 00000000009200022740
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Nº Único de Processo Judicial: 00022746819924058300
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Consolidado: R$ 521.853,27

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: UFIR 66.594,00
Valor Consolidado: R$ 521.853,27

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

SERPRO

19/09/2018

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Parâmetro de Localização: 40291000134
Seções Selecionadas: RLO, RSE

Inscrições Selecionadas:

1º Devedor: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
Tipo de Devedor: Principal
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 10480 008200/89-41
Data Inscrição: 16/09/1991
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: (UFIR 20.059,54)
Valor Consolidado: R$ 158.133,72

CPF/CNPJ: 10803336/0001-46
Nº Inscrição: 40 2 91 000134-22
Nº Processo Judicial: 00000000009200022723
Nº Único de Processo Judicial: 00022729819924058300

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: UFIR 20.059,54
Valor Consolidado: R$ 158.133,72

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

Imprimir

SERPRO

19/09/2018

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 1

Parâmetro de Localização: 40694000202

Seções Selecionadas: RLO, RSE

Inscrições Selecionadas:

1º Devedor: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Tipo de Devedor: Principal

CPF/CNPJ: 10803336/0001-46

Grande Devedor: PRINCIPAL

Situação: ATIVA AJUIZADA

Nº Processo Administrativo: 27307 400471/89-86

Nº Inscrição: 40 6 94 000202-10

Data Inscrição: 19/09/1994

Nº Processo Judicial: 00000000009500030705

Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO

Nº Único de Processo Judicial: 00030705419954058300

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Valor Inscrito: CR 15.559.876,20 (UFIR 9.255,00)

Valor Consolidado: R$ 46.920,98

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: UFIR 9.255,00

Valor Consolidado: R$ 46.920,98

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

Imprimir

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

SERPRO

19/09/2018

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 1

Parâmetro de Localização: 40600002326

Seções Selecionadas: RLO, RSE

Inscrições Selecionadas:

1º Devedor: PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA

Tipo de Devedor: Principal

Grande Devedor: PRINCIPAL

CPF/CNPJ: 10803336/0002-27

Situação: ATIVA AJUIZADA

Nº Processo Administrativo: 10768 024637/88-14

Nº Inscrição: 40 6 00 002326-91

Data Inscrição: 18/08/2000

Nº Processo Judicial: 00000200183000124386

Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO

Nº Único de Processo Judicial: 00124387720014058300

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Valor Inscrito: CZ 5.460.990,67 (UFIR 34.424,65)

Valor Consolidado: R$ 272.271,63

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: UFIR 34.424,65

Valor Consolidado: R$ 272.271,63

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

Imprimir

SERPRO

19/09/2018

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 1

Parâmetro de Localização: 40802000562

Seções Selecionadas: RLO, RSE

Inscrições Selecionadas:

1º Devedor: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Tipo de Devedor: Principal

CPF/CNPJ: 10803336/0001-46

Grande Devedor: PRINCIPAL

Situação: ATIVA AJUIZADA

Nº Processo Administrativo: 10480 000679/2002-13

Nº Inscrição: 40 8 02 000562-98

Data Inscrição: 02/05/2002

Nº Processo Judicial:

Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO

Nº Único de Processo Judicial: 00140589020024058300

Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO

Valor Inscrito: R$ 41.035,13 (UFIR 45.053,93)

Valor Consolidado: R$ 194.107,64

SOMATÓRIO DAS INSCRIÇÕES

Valor Inscrito: R$ 41.035,13 (UFIR 45.053,93)

Valor Consolidado: R$ 194.107,64

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

Imprimir

SERPRO

19/09/2018

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Parâmetro de Localização: 40802000558
Seções Selecionadas: RLO, RSE

Inscrições Selecionadas:

1º Devedor: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA
Tipo de Devedor: Principal
Grande Devedor: PRINCIPAL
Situação: ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo: 10480 000833/2002-49
Data Inscrição: 02/05/2002
Procuradoria da Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Valor Inscrito: R$ 18.578,59 (UFIR 20.398,09)
Valor Consolidado: R$ 87.881,92

CPF/CNPJ: 10803336/0001-46
Nº Inscrição: 40 8 02 000558-01
Nº Processo Judicial: 200283000104082
Nº Único de Processo Judicial: 200283000104082

Somatório das Inscrições

Valor Inscrito: R$ 18.578,59 (UFIR 20.398,09)
Valor Consolidado: R$ 87.881,92

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Final do Relatório

CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)

RFB USUARIO: MABEL
19/09/2018 14:09

NI-CPF : 000.108.634-00 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO
DT NASC: 10/11/1926
MAE : GUIOMAR BEZERRA DOURADO
SEXO: F ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R DOM VITAL,27
50100-100 SANTO AMARO,RECIFE

DDD : 0081 TELEFONE: 32230345 CELULAR: COD.MUN.: 2531 PE
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0410100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
F25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

PF9 FONETICA

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos

Petição

que segue.

Recife/PE, 01 de 09 de 2018

Eu, Saaj

Assino

437

60.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Subseção Judiciária de Goiana/PE – 25.ª Vara Federal
Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000– Fone: (81) 3351-2000
Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

Ofício n.º OFI.0025.000161-9/2018

Goiana/PE, 30 de julho de 2018.

Processo n.º 0011587-23.2010.4.05.8300 - AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO DE ÍMOVEL RURAL POR INTERESSE SOCIAL
AUTOR: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
RÉU: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros

A Sua Senhoria o Senhor (a)
Diretor (a) de Secretaria da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco
Recife/PE

Assunto: ref. GDM.0011.000041-8/2018 (proc. 0002274-68.1992.4.05.8300)

11.827-1

Senhor (a) Diretor (a).

Cumprimentando-o (a), informo a Vossa Senhoria que os autos da Ação de desapropriação n.º 0011587-23.2010.4.05.8300 (nosso) foram remetidos ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no dia 18/04/2017, em grau de recurso.

Atenciosamente,

Fernanda Karla Rodrigues de Miranda
Diretora de Secretaria da 25ª Vara/PE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 40520184637591
Nome original: Digitalizado11.pdf
Data: 06/09/2018 15:39:41
Remetente:

JOSÉ NEWTON CARNEIRO DA COSTA
SJPE - Diretoria da 25ª Vara
TRF5

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Ofício OFI.0025.000161-9 2018

Justiça Federal - 1ª Instância - 11ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
438

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE – CEP 50865-900

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão dos presentes autos a(o) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara. Recife/PE, 08/10/2018 12:48.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

DESPACHO

Defiro o requerido pela União à fl. 426. Cite-se pela via editalícia o coexecutado ESPÓLIO DE CARLOS DE PESSOA DE MELO, na pessoa de sua inventariante MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO, intimando-o ainda das penhoras realizadas para, no prazo de 30 (trinta) dias, caso queira, oponha embargos à execução.

Recife, 08/10/2018.

DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
Juíza Federal da 11ª Vara/PE

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos do(a) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara/PE. Recife/PE, 08/10/2018.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CERTIDÃO

Certifico que o edital n. **EDT.0011.000061-6/2018** foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, edição nº 192/2018, no dia **11/10/2018**.

Certifico, por fim, que afixei cópia do referido edital em lugar próprio nesta Vara.

É o que consta e me cumpre certificar.

Recife/PE, 11/10/2018.

Pedro Chapioz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária de Pernambuco

Diário da Justiça Eletrônico SJPE

Nº 192.0/2018 Recife - PE Disponibilização: Quarta-feira, 10 Outubro 2018

11a. VARA FEDERAL

Edital de Citação e Intimação

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO Nº EDT.0011.000061-6/2018

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

GRANDE DEVEDOR

O(A) Juiz(a) Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele tiverem notícia ou a quem interessar possa, que, perante este Juízo Federal, tramita a Execução Fiscal abaixo indicada, promovida pelo(a) FAZENDA NACIONAL e, através deste, **CITA** o(a) Coexecutado(a) **ESPÓLIO DE CARLOS PESSOA DE MELO, na pessoa de sua inventariante MARIA LEDA DOURADO PESSOA DE MELLO**, em decorrência da frustração da citação pelos correios e/ou por oficial de justiça.

PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300, ESPÓLIO DE CARLOS PESSOA DE MELO e outros,** CDA's , VALOR INICIAL DA DÍVIDA **R$ 313.428,02.**

FINALIDADE: Tomar ciência dos termos das ações abaixo e, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a dívida indicada, mais juros, correção e encargos legais, ou garantir a execução conforme o art. 9º da Lei nº 6.830/80.

ADVERTÊNCIA: Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, será efetuada a **PENHORA**, em tantos bens quanto bastem para garantia das execuções supra mencionadas.

INTIMAÇÃO do coexecutado das penhoras realizadas às fls. 403, 667, e às fls. 577/581, 587,594, 604/607, 676/678 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300.

O coexecutado tem o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo, oferecer embargos à execução, nos termos do art. 16 da Lei 6.830/80 e do art. 854 do CPC.

SEDE DO JUÍZO: 11ª Vara Federal, Av. Recife, 6250, Jiquiá - Recife/PE.

E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente **EDITAL**, que será publicado na forma da lei vigente, tendo uma cópia afixada no local de costume, na sede deste Juízo da 11ª Vara Federal, situada na Av. Recife, nº 6250, 8º andar, Jiquiá, Recife-PE.

Dado e passado pela Secretaria da 11ª Vara Federal, aos 09 de outubro de 2018. Eu, _____, Pedro Chabloz Filho, TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei. Eu, _____, Edison Ribeiro de Vasconcelos, Diretor(a) da Secretaria da 11ª Vara Federal, conferi.

DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI

JUÍZA FEDERAL DA 11ª VARA/PE

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que decorreu e findou o prazo para pagamento e oposição de embargos sem manifestação do coexecutado ESPÓLIO DE CARLOS PESSOA DE MELLO, apesar de devidamente citado e intimado.

É o que me cumpre certificar.

Recife/PE, 01/03/2019.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

442

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

Seção Judiciária de Pernambuco

11ª Vara Federal

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300

EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

TERMO DE VISTA/REMESSA

Nesta data, faço vista/remessa dos presentes autos ao(à) FAZENDA NACIONAL, para fins de direito, do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Recife, 01 de março de 2019.

Pedro Chabloz Filho

TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

EXEQUENTE / EXECUTADO

Recebido por .....

em _____ / _____ / _____

TERMO DE RECEBIMENTO
Autos recebidos na 11ª Vara da
Seção Judiciária de Pernambuco
Recife, 19 / 03 / 2019
Saq

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos
Petição
que segue.
Recife/PE, 19 de 03 de 2019
Eu, Saq
Assino

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA REGIONAL DA FAZENDA NACIONAL 5ª REGIÃO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DA 11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

EXECUÇÃO FISCAL: 0002274-68.1992.4.05.8300

EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por sua Procuradora que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante esse Juízo, **reiterar** o pedido de fl. 409, o qual requer a reavaliação dos bens imóveis penhorados, listados à fl. 333, com posterior designação de data para hasta pública.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Recife, 13 de março de 1919.

Raísa Maria Barbosa Maggi
Procuradora da Fazenda Nacional

Annielly Silva Cavalcante
Estagiária da PGFN/5ª Região

1BMR1914121 520069765 110 02274681992405300CA

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, na data de hoje, procedi à pesquisa processual no sítio eletrônico do Tribunal de Justiça da Paraíba do andamento da carta precatória GDC.0011.0000011-2/2018 (0800480-27.2018.8.15.0581), anexando aos autos informações processuais da referida carta precatória. Certifico ainda que, no mesmo sítio eletrônico, obtive o telefone da Vara Única da Comarca de Rio Tinto (83-3291-1881) para o qual realizei duas ligações telefônicas com a finalidade de obter informações quanto ao cumprimento da carta precatória, não havendo atendimento em ambas as tentativas. O referido é verdade. Dou fé.

Recife/PE, 26/03/2019.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Tribunal de Justiça da Paraíba
Processo Judicial Eletrônico - 1º Grau

Detalhe do Processo
Número do Processo: 0800480-27.2018.8.15.0581 **Classe Judicial: CARTA PRECATÓRIA (261)** **Órgão Julgador: Vara Única de Rio Tinto** 21-83-3291-1881 **Órgão Julgador Colegiado:** **Data de Distribuição: 25 de Julho de 2018** **Assunto: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO (8826) / OBJETOS DE CARTAS PRECATÓRIAS/DE ORDEM (11781) / Citação**

Informações do Processo

Polo Ativo	
Nome Parte	Tipo Parte
SJPE - Diretoria da 11ª Vara	DEPRECANTE

Polo Passivo	
Nome Parte	Tipo Parte
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	DEPRECADO

Movimentação do Processo	
Data Atualização	Movimento
28/02/2019 00:00:00	Provimento em auditagem
30/07/2018 13:37:05	Proferido despacho de mero expediente
25/07/2018 08:15:26	Conclusos para despacho
25/07/2018 08:14:10	Distribuído por sorteio

Visualizado/Impresso em:26/03/2019 09:46:41

1ª Instância 11ª Vara - Justiça Federal de 1ª
446

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão dos presentes autos a(o) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara. Recife/PE, 26/03/2019 10:07.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

DESPACHO

Considerando a certidão de fls. 444/445, bem como o lapso temporal desde sua expedição e ausência de notícias quanto a o cumprimento das diligências requeridas por meio da carta precatória GDC.0011.0000011-2/2018, distribuída na Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB sob o nº 0800480-27.2018.8.15.0581, oficie-se à Corregedoria do Tribunal de Justiça da Paraíba requerendo auxílio no cumprimento da referida carta precatória.

Após, voltem-me conclusos os autos para apreciação do requerimento à fl. 443.

Recife, 26/03/2019.

DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
Juíza Federal da 11ª Vara/PE

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos do(a) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara/PE. Recife/PE, 26/03/2019.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

447

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª Vara Federal

01630001100003902019

Ofício n.º GDO.0011.000039-0/2019 Recife, 26 de março de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Desembargador Corregedor-Geral de Justiça
José Aurélio da Cruz
Tribunal de Justiça da Paraíba
Malote digital

Senhor Corregedor,

Com os cumprimentos de estilo, solicito os bons préstimos da Vossa Exclência no sentido de prestar apoio para o cumprimento das digilências requeridas por meio da carta precatória GDC.0011.0000011-2/2018, distribuida na Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB sob o nº 0800480-27.2018.8.15.0581, nos termos do despacho de fl. 446.

Anexo: cópias das fls. 444/445 e 446

Aproveito a oportunidade para lhe renovar os votos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
Juíza Federal da 11ª Vara/PE

448

Poder Judiciário **Malote Digital**

Impresso em: 11/04/2019 às 09:41

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40520195459570
Documento: GDO39-0-2019.pdf
Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário: Protocolo da Corregedoria Geral (TJPB)
Data de Envio: 11/04/2019 09:40:40
Assunto: encaminha ofício GDO.0011.000039-0/2019 requerendo auxílio no cumprimento de diligências.

Imprimir

Justiça Federal de 1ª Instância 11ª Vara - Quarta Federal 449

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE – CEP 50865-900

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão dos presentes autos a(o) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara. Recife/PE, 11/04/2019 10:19.

Pedro Chaves Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

DECISÃO

Trata-se de execução fiscal ajuizada pela União contra a Pessoa de Mello Industrial e Comércio S.A. para cobrança de dívida orçada em **R$ 16.870.155,68** (dezesseis milhões, oitocentos e setenta mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), atualizada na data de 9/2018 (fl. 427).

1. EXECUÇÕES REUNIDAS

O valor exigido representa o somatório das dívidas a seguir discriminadas:

Execução fiscal	CDA
0002274-68.1992.4.05.8300	40691000085-33 (piloto)
92.0002272-3	40291000134-22
93.0004700-0	31494989-5
95.0003070-5	40694000202-10
95.0015555-9	31548809-3, 31549500-6, 31549501-4, 31549989-3, 31998401-0, 31998402-8, 31998435-4, 31998436-2
98.0005148-1	32479417-7
2001.83.00.012438-6	40600002326-91
2002.83.00.014058-0	40802000562-98
2002.83.00.010408-2	40802000558-01

2. POLO PASSIVO E CITAÇÃO

Nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, na data de 08/2014 (fls. 324/329), foi proferida decisão reconhecendo a formação fraudulenta de grupo econômico, passando o polo passivo das execuções reunidas a apresentar os codevedores discriminados no quadro a seguir.

De acordo com a certidão de fls. 338 e 420, forma citados por edital e não embargaram a execução (30/08/2018):

Partes
Antonio Francisco Dourado Pessoa de Mello
Belarmino Luiz Pessoa de Melo Neto
Carlos Pessoa de Melo Filho
METALNORTE
SOC. SANTA LAURA VICUNHA LTDA

4. LEILÃO

A União pede reavaliação e hasta pública dos imóveis descritos à fl. 333v (fl. 443).

Os imóveis penhorados são de propriedade de PESSOA DE MELLO INDUSTRIAL E COMÉRCIO S/A, cuja citação ainda não foi concluída por depender do juízo deprecado, conforme historiado no item 2 da presente decisão.

5. OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Intime-se a União para, no prazo de 20 (vinte) dias, indicar bens livre e desimpedidos de propriedade dos demais coexecutados já citados.

Recife, 23/04/2019.

DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
Juíza Federal da 11ª Vara/PE

TERMO DE RECEBIMENTO
Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos do(a) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara/PE. Recife/PE, 23/04/2019.

Juliana Pessoa Rafael
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª Vara Federal

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

TERMO DE VISTA/REMESSA

Nesta data, faço vista/remessa dos presentes autos ao(à) FAZENDA NACIONAL, para fins de direito, do que, para constar, lavrei o presente termo. O referido é verdade e dou fé.

Recife, 24 de abril de 2019.

Pedro Chabioz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

EXEQUENTE / EXECUTADO

Recebido por .....

em _____ / _____ / _____

Edmilson José Ferreira
Apoio/Defesa/PRFN-5ªR
Siape 06764332

29 ABR 2019

TERMO DE RECEBIMENTO
Autos recebidos na 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco
Recife, 13 / 05/2019
saq

JUNTADA
Nesta data, juntei aos presentes autos Petição
que segue.
Recife/PE, 13 de 05 de 2019
Eu, saq
Assino

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(ÍZA) FEDERAL DA 11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO.

EXECUÇÃO FISCAL Nº 0002274-68.1992.4.05.8300
EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA E OUTROS.

10MAI1914:51 520124700 11V 02274681992405830003A

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)**, por seu procurador, vem, perante esse Juízo, expor e requerer o que segue.

Em cumprimento à Decisão de fl. 450/451, a União vem informar que, ao menos no momento, **não tem interesse no prosseguimento do executivo fiscal em relação aos imóveis de Matrícula nº 809** (pelo mesmo estar situado em área de reserva ambiental), **bem como no imóvel de Matrícula nº 173** (por se encontrar em zona de proteção ambiental e ter sido recebido por terceiros a título de indenização trabalhista).

Ainda, em virtude do princípio da utilidade dos atos executivos, **a exequente informa que não tem interesse na alienação judicial das ações da PN – TIM Participações S/A de titularidade dos executados**, já que o procedimento seria demasiado custoso em relação ao valor irrisório do bem em relação ao crédito exequendo.

Outrossim, **esta Procuradoria vem reiterar o pedido de citação da executada Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A, bem como a intimação da empresa AGICAM acerca da penhora realizada no processo.** Assim, requer que seja cumprida a diligência solicitada.

Todavia, caso não seja possível as respectivas citação e intimação dos devedores, **a Fazenda Nacional pugna desde já para que seja citada por edital a empresa Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A e intimada por edital da AGICAM acerca da penhora de seus bens realizada nos autos**, nos termos do art. 8º da Lei 8.630/80 c/c a Súmula 414 do STJ.

Cumprida a citação do executado, **a União roga pela expedição de competente Mandado de Reavaliação dos bens imóveis de Matrícula nº 357, 362, 365, 366, 372**, penhorados às fls. 578/581 dos autos da Execução Fiscal nº 0008638-90.1991.4.05.8300, **bem como pela designação de datas para a venda judicial dos bens penhorados e a intimação do executado acerca das datas designadas.**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL – PGFN
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Ademais, tendo em vista o alto valor do crédito exequendo, de forma a garantir o crédito exequendo, visando dar prosseguimento ao executivos fical, **a Fazenda Nacional vem indicar à penhora o bem imóvel de Matrícula nº 95.130, de titularidade dos coexecutados**, vide Certidão de Inteiro Teor ora anexada.

Por fim, requer a juntada de demonstrativo atualizado do débito, anexo.

Termos em que,
Pede deferimento.
Recife, 8 de maio de 2019.

Guilherme Alves de Pontes e Silva Filho
Procurador da Fazenda Nacional.

Ariano Simões Cézar Menezes Filho
Estagiário PGFN/5ª Região.

SEGUNDO SERVIÇO DE REGISTRO DE IMOVEIS
RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL

MATRICULA Nº 95130 FICHA: 00001 DATA: 05/10/2017

Imóvel: APARTAMENTO 501, Em Construção, localizado no 5º Pavimento Tipo C, do EDIFÍCIO ANTÔNIO DOURADO NETTO, com frente para a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, no bairro das Graças, nesta cidade, composto de dois quartos, uma sala de estar/jantar, varanda, bwc social, bwc suíte, cozinha/área de serviço e uma vaga de garagem para veículo de pequeno porte sob o número 85, localizado no pavimento vazado, do tipo coberta, com uma área privativa de 55,03m², área comum de 51,24m², perfazendo uma área total de 106,27m², com uma fração ideal equivalente a 0,012831 do lote de terreno próprio onde assenta o edifício, confrontando-se pela frente para Avenida Conselheiro Rosa e Silva; pelo flanco direito, com o imóvel 797, da Avenida Conselheiro Rosa e Silva e parte do imóvel 14, da Rua do Futuro; pelo flanco esquerdo, com o Edifício São Joaquim, 885, da Avenida Conselheiro Rosa e Silva e parte da Rua Edgar D' Amorim; e, pelos fundos, com o imóvel 85, da Rua Edgar D' Amorim e Edifício Acauã, 30 da Rua do Futuro.....

Proprietário(a)(s): MARIA TEREZA WALLACH CARRAZZONE, psicóloga, CPF 865.791.504-91, casada com Bartholomeu Carrazzone Filho, administrador de empresas, CPF 195.561.874-72, pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE; MARIA BERNADETE DUBEUX DOURADO, brasileira, viúva e declara que não convive em união estável com outrem, assistente social, CPF 709.348.354-20, residente e domiciliada nesta cidade; ARIMBI EMPREENDIMENTOS S/A, com sede nesta cidade, CNPJ 23.902.316/0001-74, devidamente representada; COMPANHIA NOSSA SENHORA DA SOLEDADE, com sede nesta cidade, CNPJ 35.352.962/0001-94, devidamente representada; CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, engenheiro civil, CPF 090.147.304-97, e sua mulher ANDRÉA CAVALCANTI PESSOA DE MELLO, psicóloga, CPF 193.012.514-34, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Paulista/PE; MARIA GUIOMAR PESSOA GUERRA, brasileira, separada judicialmente e declara que não convive em união estável com outrem, professora aposentada, CPF 368.805.904-20, residente e domiciliada nesta cidade; BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, industrial, CPF 018.544.024-04, e sua mulher ELIANA RABELO PESSOA DE MELLO, pedagoga, CPF 660.022.064-34, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, anterior a vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE, devidamente representados pelo seu procurador regularmente constituído; MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO, advogada, CPF 083.963.964-34, casada com Otacílio Dantas Cartaxo, advogado, CPF 050.619.384-53, pelo regime da comunhão parcial de bens, anterior à vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade; ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, engenheiro, CPF 317.278.084-87, casado com Flávia Barros Leal Pessoa de Mello, economista, CPF 306.985.704-30, pelo regime da separação total de bens, na vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE; CONSTRUTORA SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede nesta cidade, CNPJ 11.844.099/0001-24, devidamente representado.....

Registro anterior: Transcritos neste Serviço de Registro de Imóveis sob os nºs 28.210, Livro 3-AF, às fls. 61, 32.634, Livro 3-AJ, às fls. 166, 32.635, Livro 3-AJ, às fls. 166 e 34.860, Livro 3-AL, às fls. 245, registrada neste Ofício sob os R-20, R-21, R-22, R-23 e R-24 da Matrícula 54315, com Instituição de Condomínio sob o R-25 da Matrícula 54315. Dou fé _____/Oficial/Substituto.....

AV-1 - MAT. 95130 - PROTOCOLO 379097 - 02.10.2017. COMUNICAÇÃO DA CONVENÇÃO: Consta, neste Ofício, o registro 8895, praticado em 06 de

Outubro de 2017, no Livro 3 - Registro Auxiliar, referente à CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO do EDIFÍCIO ANTÔNIO DOURADO NETTO, com frente para a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, no bairro das Graças, nesta cidade, através da Escritura Pública lavrada em 14 de Julho de 2017 pelo 19 Ofício Notarial e de Registros de Timbaúba/PE, no Livro 376-E, às fls. 050/075, Protocolo 2506. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017. /Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754).....

R-2 - MAT. 95130 - PROTOCOLO 378795 - 22.09.2017. TRANSMITENTES: OS MENCIONADOS COMO PROPRIETÁRIOS QUANDO DA ABERTURA DA PRESENTE MATRÍCULA, EXCETUANDO-SE O ADQUIRENTE NESTE REGISTRO; ADQUIRENTES: CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, engenheiro civil, CPF 090.147.304-97, e sua mulher ANDRÉA CAVALCANTI PESSOA DE MELLO, psicóloga, CPF 193.012.514-34, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Paulista/PE; MARIA GUIOMAR PESSOA GUERRA, brasileira, separada judicialmente e declara que não convive em união estável com outrem, professora aposentada, CPF 368.603.904-20, residente e domiciliada nesta cidade; BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, industrial, CPF 018.544.024-04, e sua mulher ELIANA RABELO PESSOA DE MELLO, pedagoga, CPF 660.022.064-34, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, anterior a vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE, devidamente representados pelo seu procurador regularmente constituído; MARIA DE FÁTIMA PESSOA DE MELLO CARTAXO, advogada, CPF 083.963.964-34, casada com Otacílio Dantas Cartaxo, advogado, CPF 050.619.384-53, pelo regime da comunhão parcial de bens, anterior a vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade; ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, engenheiro, CPF 317.278.084-87, casado com Flávia Barros Leal Pessoa de Mello, economista, CPF 306.985.704-30, pelo regime da separação total de bens, na vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE; TÍTULO: Divisão; FORMA DE TÍTULO: Escritura Pública lavrada em 14 de Julho de 2017 pela 19 Ofício Notarial e de Registros de Timbaúba/PE, no Livro 376-E, às fls. 012/049, Protocolo 2505; VALOR: R$23.170,73. Documentos arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017. /Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754).....

AV-3 - MAT. 95130 - PROTOCOLO 379183 - 03.10.2017. COMUNICAÇÃO DE PACTO ANTENUPCIAL: Consta, neste Ofício, o registro 8386, praticado em 25 de Abril de 2017, no Livro 3 - Registro Auxiliar, referente ao PACTO ANTENUPCIAL com adoção do Regime de Universal de Bens, do casal CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, CPF 090.147.304-97 e ANDRÉA CAVALCANTI PESSOA DE MELLO, CPF 193.012.514-34. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017. /Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754).....

AV-4 - MAT. 95130 - PROTOCOLO 379184 - 03.10.2017. COMUNICAÇÃO DE PACTO ANTENUPCIAL: Consta, neste Ofício, o registro 8387, praticado em 25 de Abril de 2017, no Livro 3 - Registro Auxiliar, referente ao PACTO ANTENUPCIAL com adoção do Regime da Separação Total de Bens, do casal ANTÔNIO FRANCISCO PESSOA DE MELLO, CPF 317.278.084-87 e FLÁVIA BARROS LEAL PESSOA DE MELLO, CPF 306.985.704-30. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017. /Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754).....

AV-5 - MAT. 95130 - PROTOCOLO 383886 - 19.04.2018. COMUNICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: Encontra-se averbada neste Ofício sob o AV-29, Matrícula 54.315, o Termo de Constituição de Patrimônio de Afetação celebrado em 05 de março de 2018, sobre o EDIFÍCIO ANTÔNIO DOURADO NETTO, situado na Avenida Conselheiro Rosa e Silva, no bairro das Graças, nesta cidade, pela CONSTRUTORA SANTO ANTÔNIO LTDA, CNPJ 11.844.099/0001-24; ARAMBI EMPREENDIMENTOS S/A, CNPJ 23.902.316/0001-74, COMPANHIA NOSSA SENHORA DA SOLIDADE, CNPJ 35.352.962/0001-92, e pelos proprietários dos direitos

SEGUNDO SERVIÇO DE REGISTRO DE IMOVEIS
RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL

MATRICULA Nº 95130 FICHA: 00002 DATA: 05/10/2017

reais. Documentos arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 20 de abril de 2018. _____/Ezequias Oliveira de Santana. (Digitalizado 90247).....

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
08/05/2019 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 10:46:06
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 9500155559 (*) Credito: 315488093 PRC: 15200800
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
Fase: 624 Dt.Fase: 29/06/2004 Comarca: 15116 Vara: 11 Foro: FED
Procurador: 902872 Honorarios: 20.00 PRO Dt.Ajuizamento: 24/10/1995
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
315488093	624	29/06/2004	Nao	105.792,14
315495006	624	29/06/2004	Nao	500.284,90
315495014	624	29/06/2004	Nao	11.351.818,30
315499893	624	29/06/2004	Nao	1.737.529,16
319984010	624	29/06/2004	Nao	116.561,48
319984028	624	29/06/2004	Nao	309.492,46
319984354	624	29/06/2004	Nao	21.444,74
319984362	624	29/06/2004	Nao	8.038,73

Total Divida - 14.150.961,91
Honor Divida - 2.830.192,38
J/Hon REFIS - 0,00 Prox.Credito -
Total da Acao - 16.981.154,29 * - Apensada XMIT ☐
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.73

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
08/05/2019 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 10:45:59

Credito: 319984010 CGC: 10.803.336/0001-46
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Doc. de Origem..: 319984010 23/05/1994 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 5 Dt. Cadastramento: 23/05/1994 Livro: 4 Folha: 378
Dt. de Inscricao: 19/09/1995 RFB: 15.001.020 Orgao Inscr.: 15.200.000
Periodo da Divida: 03/1993 a 04/1994 PRC Tramitacao: 15.200.800
Comarca: 15116 Vara: 011 Acao Jud: 9500155559 Primeira Instancia
Fase: 624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR Dt. da Fase: 29/06/2004

Principal:	22.754,27	A	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00		R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00		H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	13.652,55		S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	80.154,66		F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	0,00			
T o t a l:	116.561,48			
Honorarios:	23.312,29			

Valores atualizados p/ 05/2019 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.73

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CHISTFASECRED PGF - PGFN - DATAPREV CHISTFASECRED
DIVIDA ATIVA
08/05/2019 CONSULTA AO HISTORICO DE FASES DO CREDITO 10:46:40
Credito: 319984010 Dt.Fase: [ ] Dt.Info.Fase: [X]
CGC: 10.803.336/0001-46
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Fase	Dt.Fase	Dt.Info	Funcao	Observacao
624	29/06/2004	21/10/2005	AFASEAPENSADA	
624	01/07/1998	21/10/2005	AFASEAPENSADA	
597	19/01/2000	24/01/2000	AACAOMIGRADA	CREDITO ALTERADO NO AACAOMIGRADA
535	24/10/1995	24/01/2000	AACAOMIGRADA	FASE CADASTRADA NA FUNCAO AACAOMI
520	19/09/1995	04/04/1997	NAOIDENTIFICADO	
518	02/06/1995	03/04/1997	NAOIDENTIFICADO	
998	09/05/1995	03/04/1997	NAOIDENTIFICADO	
418	09/05/1995	03/04/1997	NAOIDENTIFICADO	
213	24/02/1995	03/04/1997	NAOIDENTIFICADO	
140	10/01/1995	03/04/1997	NAOIDENTIFICADO	
124	15/06/1994	03/04/1997	NAOIDENTIFICADO	

Avancar = A Retornar = R XMIT [A]

Final da pesquisa

Versão 0.268.73

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV CACAOJUD
DIVIDA ATIVA
08/05/2019 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 11:05:13
EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: 9300047000 (*) Credito: 314949895 PRC: 15200800
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
Fase: 624 Dt.Fase: 29/06/2004 Comarca: 15116 Vara: 11 Foro: FED
Procurador: 902872 Honorarios: 20.00 PRO Dt.Ajuizamento: 28/05/1993
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
314949895	624	29/06/2004	Nao	98.341,51

Total Divida - 98.341,51
Honor Divida - 19.668,30
J/Hon REFIS - 0,00 Prox.Credito -
Total da Acao - 118.009,81 * - Apensada XMIT ☐
Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.73

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED
DIVIDA ATIVA
08/05/2019 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 11:05:08

Credito: 314949895 CGC: 10.803.336/0001-46
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Doc. de Origem..: 494989592 28/02/1992 =NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBIT
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/09/1992 Livro: 1 Folha: 121
Dt. de Inscricao: 01/05/1993 RFB: 15.001.020 Orgao Inscr.: 15.200.000
Periodo da Divida: 04/1991 a 11/1991 PRC Tramitacao: 15.200.800
Comarca: 15116 Vara: 011 Acao Jud: 9300047000 Primeira Instancia
Fase: 624 PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHOR Dt. da Fase: 29/06/2004

Principal:	14.066,18	A	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00		R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00		H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	18.388,12		S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	65.887,21		F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	0,00			
T o t a l:	98.341,51			
Honorarios:	19.668,30			

Valores atualizados p/ 05/2019 em REAL XMIT ☐
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.73

463

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CHISTFASECRED PGF - PGFN - DATAPREV CHISTFASECRED
DIVIDA ATIVA
08/05/2019 CONSULTA AO HISTORICO DE FASES DO CREDITO 11:05:32
Credito: 314949895 Dt.Fase: [ ] Dt.Info.Fase: [X]
CGC: 10.803.336/0001-46
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Fase	Dt.Fase	Dt.Info	Funcao	Observacao
624	29/06/2004	21/10/2005	AFASEAPENSADA	
624	01/07/1998	12/03/2003	AFASEACAO	RECOMANDADA DEVIDO AACAOMIG
535	28/05/1993	12/03/2003	AACAOMIGRADA	CREDITO ALTERADO NO AACAOMIGRADA
624	01/07/1998	10/08/1998	AFASE/OLD	
596	13/12/1994	04/04/1997	NAOIDENTIFICADO	
799	20/09/1994	04/04/1997	NAOIDENTIFICADO	
520	01/05/1993	01/05/1993	PDAPCBD9602	A PEDIDO DA PROCURADORIA GERAL -

Avancar = A Retornar = R XMIT [A]

Final da pesquisa

Versão 0.268.73

464

PFN-PRFN-5º Região | Consulta Dívida Ativa | 08/05/2019 10:59 | Tempo restante de conexão: 19:57

HUGO ALEXANDRE AVELINO SILVA
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40691000085 | Número de Inscrição: 40 6 91 000085-33 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 26520 100002/88-82 | CPF/CNPJ: 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	04/09/1991	Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO	Nº. Judicial:	00000000009200022740	Valor Inscrito:	CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Órgão de Origem:	DRF RCE	Procuradoria de Inscrição:	QUINTA REGIAO	Nº. Único Judicial:	00022746819924058300		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-RECIFE	Valor Remanescente:	CZ 26.566.200,00. UFIR 66.594,00
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/02/1995	Valor Consolidado:	R$ 524.285,49
Qtd. de Débitos:	0001	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:			
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	400088918715	Data da Extinção:		Cobrança(s) Administrativa(s):	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:		Situação no Protesto:		Bloqueio no Ajuizamento:			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

465

PFN-PRFN-5ª Região | Consulta Dívida Ativa | 08/05/2019 10:47 | Tempo restante de conexão: 19:44

HUGO ALEXANDRE AVELINO SILVA
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40291000134 | Número de Inscrição: 40 2 91 000134-22 | Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 10480 008200/89-41 | CPF/CNPJ: 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	16/09/1991	Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO	Nº. Judicial:	00000000009200022723	Valor Inscrito:	UFIR 20.059,54
Órgão de Origem:	DRF RCE	Procuradoria de Inscrição:	QUINTA REGIAO	Nº. Único Judicial:	00022729819924058300		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	Qtd. de Devedores:	0001	Órgão de Justiça de Origem:	SECAO JF-RECIFE	Valor Remanescente:	UFIR 20.059,54
Receita:	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	Qtd. de Pagamentos:	0000	Juízo:	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	Qtd. de Parcelamentos:	0000	Data de Protocolo:	25/02/1992	Valor Consolidado:	R$ 158.883,24
Qtd. de Débitos:	0008	Data de Distribuição:		Data Devolução/Arquivamento:			
Nº. do Auto de Infração:		Ind.de Súmula Vinculante 08:	Não	Data de Falência:		Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:	400088901109	Data da Extinção:		Cobrança(s) Administrativa(s):	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		Número do Imóvel (RIP):		Aguarda Análise do Órgão de Origem:	Não		
Motivo de Extinção:		Situação no Protesto:		Bloqueio no Ajuizamento:			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

460

PFN-PRFN-5ª Região

HUGO ALEXANDRE AVELINO SILVA
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Consulta Dívida Ativa

Informações Gerais

08/05/2019 10:51 Tempo restante de conexão: 19:36

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40802000562 **Número de Inscrição:** 40 8 02 000562-98 Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 10480 000679/2002-13 **CPF/CNPJ:** 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	02/05/2002	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	R$ 41.035,13 UFIR 45.053,93
Órgão de Origem:	ARF/TIMBAUBA	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00140589020024058300		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	R$ 41.035,13 UFIR 45.053,93
Receita:	2157 - DIV.ATIVA-ITR	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	ITR	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	12/09/2002	**Valor Consolidado:**	R$ 196.082,25
Qtd. de Débitos:	0002	**Data de Distribuição:**	12/09/2002	**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088931751	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

467

PFN-PRFN-5ª Região — Consulta Dívida Ativa — 08/05/2019 10:49 — Tempo restante de conexão: 19:55

HUGO ALEXANDRE AVELINO SILVA (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111) — Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40600002326 **Número de Inscrição:** 40 6 00 002326-91 Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 10768 024637/88-14 **CPF/CNPJ:** 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	18/08/2000	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	00000200183000124386	**Valor Inscrito:**	CZ 5.460.990,67 UFIR 34.424,65
Órgão de Origem:	SRF	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00124387720014058300		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	CZ 5.460.990,67 UFIR 34.424,65
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	26/04/2001	**Valor Consolidado:**	R$ 273.528,91
Qtd. de Débitos:	0003	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088924625	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

468

PFN-PRFN-5ª Região — Consulta Dívida Ativa — 08/05/2019 10:55 — Tempo restante de conexão: 17:25

HUGO ALEXANDRE AVELINO SILVA (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111) — Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40694000202 **Número de Inscrição:** 40 6 94 000202-10

Número do Processo Administrativo: 27307 400471/89-86 **CPF/CNPJ:** 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	19/09/1994	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	00000000009500030705	**Valor Inscrito:**	CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Órgão de Origem:	D.N.C.	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00030705419954058300		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	10/03/1995	**Valor Consolidado:**	R$ 47.326,60
Qtd. de Débitos:	0001	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088901644	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

469

PFN-PRFN-5ª Região | Consulta Dívida Ativa | 08/05/2019 10:46 | Tempo restante de conexão: 19:52

HUGO ALEXANDRE AVELINO SILVA (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111) | Informações Gerais

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40691000046 **Número de Inscrição:** 40 6 91 000046-27 Pág. 1/1

Número do Processo Administrativo: 13406 000079/89-17 **CPF/CNPJ:** 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A

Grande Devedor: Principal

Situação: EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE DEVOLVIDA OU ARQUIVADA

Data da Inscrição:	28/08/1991	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	00000000009100086380	**Valor Inscrito:**	UFIR 42.187,42
Órgão de Origem:	SRF-PE	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00086389019914058300		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	UFIR 42.187,42
Receita:	1134 - DIV.ATIVA-FINSOCIAL	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	05/11/1991	**Valor Consolidado:**	R$ 0,00
Qtd. de Débitos:	0020	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**	08/01/2018		
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	SV8-05	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088900940	**Data da Extinção:**	20/12/2017	**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:	CONFORME DESPACHO DE FLS. 1036/1037 DO PA 13406.000079/89-17.	**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Justiça Federal - 1ª Instância - 11ª Vara - Justiça Federal - 470

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE – CEP 50865-900

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusão dos presentes autos a(o) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara. Recife/PE, 22/05/2019 14:21.

Pedro Chaboz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE – CEP 50865-900

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

DECISÃO

Desde a decisão de fls. 450/451v, que resumiu os atos praticados nos autos e os ainda pendentes, a União se manifestou às fls. 453/454.

Passo a analisar os pedidos.

1. BENS DESINTERESSANTES

1.1. IMÓVEIS

A União afirmou não ter interesse, nesse momento, no prosseguimento da execução dos imóveis de matrículas 809, do 1º CRI de Timbaúba/PE (reserva ambiental), e de matrícula 173, do 2.º CRI de Vicência/PE (proteção ambiental e dação em pagamento trabalhista).

Não tendo a União desistido da penhora dos referidos bens, mantenho a penhora, apenas sustando os atos subsequentes de expropriação desses bens.

1.2. AÇÕES

Já em relação à penhora das ações da empresa PN – TIM Participações S/A, a União afirma não ter interesse na alienação.

Tendo a referida penhora ocorrido nos autos do antigo processo piloto, que reverbera seus atos para todos os apensos, torno-a sem efeito para o presente feito, ante a desistência da penhora manifestada pela União.

2. BEM DAS PESSOAS FÍSICAS

A União indica à penhora o **apartamento. 501** Edf. Antônio Dourado Neto, localizado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 85, Graças, Recife/PE, **matrícula 95.130**, 2.º CRI Recife/PE que pertence, dentre outros coproprietários, aos coexecutados Carlos Pessoa de Mello Filho (Espólio), Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Antônio Francisco Dourado Pessoa de Mello (certidão fls. 455/457).

Defiro em parte o pedido da União para determinar a penhora da cota-parte correspondente aos coexecutados sobre o referido bem.

Expeça-se mandado de penhora, avaliação, depósito e registro da **cota-parte** dos coexecutados, no referido imóvel.

3. CARTA PRECATÓRIA GDC.0011.000011-2/2018

Houve a expedição de 1 precatória para 2 (dois) destinatários distintos, mas com o mesmo endereço: cartas precatórias para a comarca de Rio Tinto/PB:

3.1. Citação e intimação da penhora, tendo como destinatária a empresa PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO;

3.2. Intimação da penhora tendo como destinatária a AGICAM.

A deprecata recebeu o número 0800480-27.2018.8.15.0581 (fl. 406), já tendo este juízo tentado contato telefônico (fl. 444) e requerido auxílio da Corregedoria do Estado da Paraíba (447/448) para a conclusão das diligências.

A União pede o cumprimento da citação das empresas PESSOA DE MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO e AGICAM, se necessário, por edital.

Verifico que na autuação da carta precatória houve apenas a inclusão da empresa Pessoa de Mello Indústria e Comércio (fl. 405).

Deve a secretaria tentar novamente contato telefônico com o juízo deprecado para saber do andamento da missiva. Nessa ocasião, deve indagar sobre o ato de intimação da penhora da empresa AGICAM, evitando, assim, diligência incompleta.

4. PROSSEGUIMENTO

A União requer, após a citação dos executados, sejam reavaliados os imóveis penhorados de matrículas 357, 362, 365, 366, 372 (fls. 578/581 da ef. 0008638-90.1991.4.05.8300).

Aguarde-se a resposta da Corregedoria do Estado da Paraíba, que recebeu o malote digital em 11/4/2019 (fl. 448).

Justiça Federal 1ª Instância 11ª Vara 472

5. MIGRAÇÃO

Intime(m)-se o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para, caso ainda não tenha(m) feito, providenciar(em) o cadastro de seu(s) usuário(s) no sistema PJe, a ser realizado no sítio eletrônico do TRF da 5ª Região (www.trf5.jus.br).

Em seguida, providencie a Secretaria a digitalização das peças deste processo e a migração do presente feito para o sistema PJE, nos termos da Resolução Pleno nº 3/2018 do TRF da 5ª Região.

Considerando que o processo seguirá o seu curso de forma eletrônica, via sistema PJe, remetam-se os autos físicos ao arquivo, com código de baixa específico (133 - Baixa Definitiva - Processo Migrado para o PJe).

Recife, 30/05/2019.

DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
Juíza Federal da 11ª Vara/PE

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos do(a) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara/PE. Recife/PE, 30/05/2019.

Juliana Pessoa Rafael
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

EXECUÇÃO FISCAL : 0002274-68.1992.4.05.8300
Autor : FAZENDA NACIONAL
Adv./Proc: (JOAQUIM LUSTOSA FILHO)
Reu(s): PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.
Adv./Proc: (ALFREDO MARIANO DE BRITO, ALOISIO ARRUDA FILHO)

CERTIDÃO

Certifico que o ato processual adiante transcrito foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico, edição SJPE nº **104**, de **06/06/2019**, fls. 15, ficando intimados os advogados e/ou procuradores acima relacionados. **Data da disponibilização do jornal: 05/06/2019.** Recife/PE, 07 de junho de 2019.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Ato Publicado **(Despacho – fls._____).**

"(...) Já em relação à penhora das ações da empresa PN - TIM Participações S/A, a União afirma não ter interesse na alienação. Tendo a referida penhora ocorrido nos autos do antigo processo piloto, que reverbera seus atos para todos os apensos, torno-a sem efeito para o presente feito, ante a desistência da penhora manifestada pela União.

(...) 5. MIGRAÇÃO

Intime(m)-se o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para, caso ainda não tenha(m) feito, providenciar(em) o cadastro de seu(s) usuário(s) no sistema PJe, a ser realizado no sítio eletrônico do TRF da 5ª Região (www.trf5.jus.br). Em seguida, providencie a Secretaria a digitalização das peças deste processo e a migração do presente feito para o sistema PJE, nos termos da Resolução Pleno nº 3/2018 do TRF da 5ª Região. Considerando que o processo seguirá o seu curso de forma eletrônica, via sistema PJe, remetam-se os autos físicos ao arquivo, com código de baixa específico (133 - Baixa Definitiva - Processo Migrado para o PJe).

"

Justiça Federal - 1ª Instância - 11ª Vara - Justiça Federal de 1ª Instância

474

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco - 11ª Vara
Av. Recife, 6250 - Jiquiá – Recife/PE, CEP 50865-900 - direcao11@jfpe.jus.br

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

J U N T A D A

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o(a) PETIÇÃO/MANDADO n. 2019.0011.000366-0.

Recife/PE, 18/06/2019.

Pedro Chabloz Filho
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

475

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO TINTO

0002274-68.1992.4.05.8300

Ofício nº 498/2019

Rio Tinto, 6 de junho de 2019

A Sua Excelência o(a)Senhor(a)
Juiz(a) Federal da 11ª Vara de Primeiro Grau da 5ª Região de Pernambuco, PE
Av. Recife, Fórum Ministro Artur Marinho, 6250 - Jiquiá, Recife - PE, 50865-900

Assunto: Solicito o pagamento das diligências do oficial de justiça.

Senhor Juiz,

Solicito a Vossa Excelência, que seja efetuado o pagamento das diligências do oficial de justiça, a fim de instruir os autos da Carta Precatória nº 0800480.27.2018.815.0581 extraída da Vossa ação de Execução Fiscal **nº 0008638-90.1991.4.05.8300, que tem como exequente a FAZENDA NACIONAL e executado PESSOA DE MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.**

Atenciosamente,

Judson Kíldere Nascimento Faheina
JUIZ DE DIREITO

07/06/2019 0011 000366-0

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81520192484370
Nome original: 498 oficio.pdf
Data: 07/06/2019 07:37:19
Remetente:
Jailza Hortencio da Silva
Vara única de Rio Tinto
Tribunal de Justiça da Paraíba
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: segue guia para recolhimento de diligencia , ref CP 08004802720188150581 extraid
a do processo

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via da parte)

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261

Número da guia: 058.2019.600247 **Tipo da Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 494,82
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866600000040 961709283181 520190630050 851900247012

Número do boleto:	058.5.19.00247/01
Data de emissão:	07/06/2019
Data de vencimento:	30/06/2019
UFR vigente:	R$ 50,41
Conta FEJPA:	1618-7228.039-6
Parcela:	1/1
Valor total:	R$ 496,17
Desconto total:	R$ 0,00
Valor final:	R$ 496,17

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do processo)

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261

Número da guia: 058.2019.600247 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 494,82
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866600000040 961709283181 520190630050 851900247012

Número do boleto:	058.5.19.00247/01
Data de emissão:	07/06/2019
Data de vencimento:	30/06/2019
UFR vigente:	R$ 50,41
Conta FEJPA:	1618-7228.039-6
Parcela:	1/1
Valor total:	R$ 496,17
Desconto total:	R$ 0,00
Valor final:	R$ 496,17

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do banco)

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261

Número da guia: 058.2019.600247 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 494,82
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866600000040 961709283181 520190630050 851900247012

Número do boleto:	058.5.19.00247/01
Data de emissão:	07/06/2019
Data de vencimento:	30/06/2019
UFR vigente:	R$ 50,41
Conta FEJPA:	1618-7228.039-6
Parcela:	1/1
Valor total:	R$ 496,17
Desconto total:	R$ 0,00
Valor final:	R$ 496,17

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81520192484371
Nome original: Guia 08048027201881505 81.pdf
Data: 07/06/2019 07:37:19
Remetente:
Jailza Hortencio da Silva
Vara única de Rio Tinto
Tribunal de Justiça da Paraíba
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: segue guia para recolhimento de diligencia , ref CP 08004802720188150581 extraid
a do processo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520192484372

Nome original: 0800480-27.2018.8.15.0581-2 pg 13 e 14.pdf

Data: 07/06/2019 07:37:19

Remetente:

Jailza Hortencio da Silva
Vara única de Rio Tinto
Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: segue guia para recolhimento de diligencia , ref CP 08004802720188150581 extraid a do processo

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

CARTA PRECATÓRIA GDC.0011.000011-2/2018

01628001100001122018

EXECUÇÃO FISCAL: 0002274-68.1992.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A
ENDEREÇO: FAZENDA MANIBU, S/N – ZONA RURAL – RIO TINTO/PB
VALOR INICIAL DA DÍVIDA: **R$ 313.428,02**

PRAZO: **60 DIAS**

Via Malote Digital

DEPRECANTE: **JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DEPRECADO: **JUÍZO DISTRIBUIDOR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO TINTO/PB**

FINALIDADE: CITAÇÃO do executado, **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.**, no endereço acima, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, o valor inicial de **R$ 313.428,02**, acrescido de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução(art. 9º da LEF).

INTIMAÇÃO acerca do(a) despacho/decisão de fls. 329/333 e das penhoras realizadas nos autos do processo **0008638-90.1991.4.05.8300 (fls. 403, 561/562, 578/281, 593, 605, 647, 667 e 376/377), reunido ao presente feito**, e de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo e se ainda não lhe foi oportunizado, opor embargos.

INTIMAÇÃO de **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA** do apensamento das execuções fiscais, bem como da sentença/decisão

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

proferida nos autos da execução fiscal **0008638-90.1991.4.05.8300** e da decisão de fls. 329/333 proferida nos autos do processo em epígrafe.

DEVOLUÇÃO da carta em caso de oposição de embargos para julgamento pelo Juízo deprecante, salvo se houver vícios ou irregularidades de competência do Juízo deprecado.

ANEXOS: Cópias da inicial, da(s) CDA(s), decisão de fls. 329/333, fls. 403, 561/562, 578/281, 593, 605, 647, 667 e 376/377 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300, fls. 192/194v.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara, aos 12 de março de 2018. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, ____ (Pedro Chabloz Filho), TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei. Eu ____ (Edison Ribeiro de Vasconcelos), Diretor(a) de Secretaria da 11ª Vara/PE, conferi.

ROBERTA WALMSLEY SOARES C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal no exercício da titularidade da 11ª Vara-PE

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o documento digitalizado que segue, recebido fisicamente pela secretaria desta Vara.

Recife/PE, data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Subseção Judiciária de Goiana - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

OFÍCIO

Goiana, data da assinatura eletrônica.

PROCESSO Nº: 0807529-42.2018.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 22ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA-PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Juiz(íza) Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco

Recife/PE

Assunto: **Comunica arrematação de imóvel.**

Senhor(a) Juiz(íza),

Cumprimentando-o(a), comunico a Vossa Excelência, para fins de ciência e adoção das providências que entender necessárias, a arrematação do imóvel denominado "Sítio Mascarenhas", localizado no Município de Timbaúba/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A, nos autos da Carta Precatória n.º 0807529-42.2018.4.05.8306, expedida nos autos do Processo n.º 0008548-96.2002.4.05.8300, em trâmite na 22ª Vara Federal/PE, conforme Auto de Arrematação em anexo, tendo em vista que o referido imóvel encontra-se penhorado nos autos da Execução Fiscal n.º 0008638-90.1991.4.05.8300 (vosso)

Atenciosamente,

Flávia Tavares Dantas

Juíza Federal

03/07/2019

Número: **0807529-42.2018.4.05.8306**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Partes	
Tipo	**Nome**
PARTE RÉ	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
PARTE AUTORA	**FAZENDA NACIONAL**
DEPRECADO	**Juízo Federal da 25ª Vara da Subseção Judiciária de Goiana-PE**
DEPRECANTE	**Juízo Federal da 22ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
4058306.10818276	28/06/2019 12:48	Ofício	Expediente
4058306.10501514	03/05/2019 19:22	Cópia auto de arrematação	Certidão

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

po de documento: Informações Processuais
ódigo de rastreabilidade: 40520195822690
ome original: processo 7229-42 oficio 3.pdf
ata: 03/07/2019 18:44:54
emetente:
NEWTON BANKS DA ROCHA NETO
SJPE - Diretoria da 25ª Vara
TRF5
ioridade: Normal.
otivo de envio: Para conhecimento.
sunto: envio de oficio referente ao processo de nº 0807529-42.2018.4.05.8306T

JUSTIÇA FEDERAL
25ª Vara Federal de Goiana

AUTO DE ARREMATAÇÃO

N.º PROCESSO: 0807529-42.2018.4.05.8306 25ª VARA FEDERAL	EDITAL N.º 0025.000001-7/2019 LOTE Nº 03

Na data de hoje, no horário e local determinado, eu Cassiano Ricardo Dall'agno e Silva, com registro na Jucepe nº 020/05, dei abertura nesta Cidade ao Segundo Leilão Público Judicial, conforme Edital de Leilão publicado.

Exequente: FAZENDA NACIONAL
Executado: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Bem(ns) adquirido(s): **Imóvel rural denominado "Sítio Mascarenhas", conhecido como "Brito", antigamente chamado Itaúna, com 60ha, conforme certidão do cartório, e registrado sob o nº. 809. Há plantações de bananas não só no contorno do açude, mas também em toda a área, até pela pedra antes de subir para perto da igreja; as construções estão em ruínas, restando apenas na pedra a Igreja de São José. Há mata nativa, mas está descaracterizada em virtude do aumento de áreas desmatadas para plantar irregularmente bananas. A entrada é de difícil acesso, com estrada de barro bastante acidentada, tomando como referência a entrada da Pedra Grande em Timbaúba (rota Timbaúba - Macaparana, antes do Posto de Gasolina Santa Terezinha, entrando à esquerda, passando pelo engenho Xixá). Não há moradores. Não há luz, nem sistema de esgoto. Segundo moradores do Xixá, o Sr. Gesoaldo e sua esposa Bela, trata-se de área de reserva ambiental, tendo o IBAMA ido até a região por diversas vezes para fiscalizar, face ao desmatamento intenso, às plantações irregulares e ao comércio ilegal de madeira.**

Houve disputa: ( ) Sim (X) Não Lance inicial: **R$ 180.000,00**
Avaliação: **R$ 600.000,00** Lance final: **R$ 180.000,00**
Adquirente(s): ROBERTO CAVALCANTI DE ANDRADE LIMA
Nacionalidade: BRASILEIRO Profissão: Comerciante
RG: 5926491 SSP/PE CPF: 034.567.974-19
Estado Civil: *Divorciado*
End: Rua 24 de Outubro, nº 09, Centro Cidade: São Vicente Ferrer – PE
Fone: 81 9.9684-4546 CEP: 55.860-000 E-mail: robertoguedeslima@gmail.com

"O arrematante declara estar ciente das regras dos Leilões Judiciais, principalmente quanto a embargos e das sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir as obrigações aqui assumidas; e declara também a total veracidade das informações aqui prestadas."

OBS.: O lanço acima descrito em nome da pessoa física acima nominado, foi ofertado pelo Senhor Rudolf Pessoa de Queiroz Lugmayer, portador do RG 2.898.321 SSP/PE e do CPF 034.798.064-30, o qual juntará a procuração no prazo legal. Contudo certifico para os devidos fins de direito de que o arrematante acima qualificado estava presente ao leilão e dessa forma assinou o auto de arrematação.

Leiloeiro
Natal RN

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

Recife/PE, data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO TINTO
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO

Ofício nº 594/2019

Rio Tinto, 15 de julho de 2019.

Excelentíssimo(a) Senhor (Senhora)
MM Juiz Federal da 11ª Seção de Recife , PE.

Assunto: recolhimento de diligência REITERAÇÃO

Senhor Juiz,

Expediente em grau de reiteração, solicito-lhe determinar a intimação da parte autora para providências quanto ao recolhimento da diligência de oficial de justiça, para o fiel cumprimento da carta precatória 0800480-27.2018.8.15.0581 extraída dos autos da ação 0002274.68.1992.405.8300 contra PESSOA DE MELLO IND E COM S/A e outro.

Judson Kildere Nascimento Fabrina
JUIZ DE DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81520192535847
Nome original: 594 .pdf
Data: 15/07/2019 12:46:00
Remetente:
Jailza Hortencio da Silva
Vara única de Rio Tinto
Tribunal de Justiça da Paraíba
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: segue oficio em grau de reiteração, protocolo da CP que tramaita nesta comarca d
e Rio Tinto .

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via da parte)

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261

Número da guia: 058.2019.600316 **Tipo da Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Détalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 660,55
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866700000064 619009283182 520190731056 841900316016

Número do boleto: 058.4.19.00316/0
Data de emissão: 15/07/201
Data de vencimento: 31/07/201
UFR vigente: R$ 50,4
Conta FEJPA: 1618-7228.039
Parcela: 1
Valor total: R$ 661,9
Desconto total: R$ 0,0
Valor final: R$ 661,9

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do processo)

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261

Número da guia: 058.2019.600316 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 660,55
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866700000064 619009283182 520190731056 841900316016

Número do boleto: 058.4.19.00316/0
Data de emissão: 15/07/20
Data de vencimento: 31/07/20
UFR vigente: R$ 50,4
Conta FEJPA: 1618-7228.039
Parcela: 1
Valor total: R$ 661,9
Desconto total: R$ 0,0
Valor final: R$ 661,

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do banco)

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261

Número da guia: 058.2019.600316 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 660,55
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866700000064 619009283182 520190731056 841900316016

Número do boleto: 058.4.19.00316/
Data de emissão: 15/07/20
Data de vencimento: 31/07/20
UFR vigente: R$ 50,
Conta FEJPA: 1618-7228.039
Parcela:
Valor total: R$ 661
Desconto total: R$ 0
Valor final: R$ 661

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

po de documento: Informações Processuais
ódigo de rastreabilidade: 81520192535848
ome original: 0800480272018 guia de diligencia.pdf
ata: 15/07/2019 12:46:00
emetente:
Jailza Hortencio da Silva
Vara única de Rio Tinto
Tribunal de Justiça da Paraíba
ioridade: Normal.
otivo de envio: Para conhecimento.
sunto: segue oficio em grau de reiteração, protocolo da CP que tramaita nesta comarca d
e Rio Tinto .

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81520192535849
Nome original: 0800480-272018 fl 01 e 09.pdf
Data: 15/07/2019 12:46:00
Remetente:
Jailza Hortencio da Silva
Vara única de Rio Tinto
Tribunal de Justiça da Paraíba
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: segue oficio em grau de reiteração, protocolo da CP que tramaita nesta comarca d
e Rio Tinto .

15/07/2019

Número: **0800480-27.2018.8.15.0581**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA**
Órgão julgador: **Vara Única de Rio Tinto**
Última distribuição : **25/07/2018**
Valor da causa: **R$ 0,01**
Assuntos: **Citação**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
SJPE - Diretoria da 11ª Vara (DEPRECANTE)	
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (DEPRECADO)	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (DEPRECADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15536697	25/07/2018 08:14	Petição Inicial	Petição Inicial
15536709	25/07/2018 08:14	00022746819924058300	Documento de Comprovação
15536770	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 1	Documento de Comprovação
15536777	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 2	Documento de Comprovação
15536786	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 3	Documento de Comprovação
15536791	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 4	Documento de Comprovação
15537098	30/07/2018 13:37	Despacho	Despacho
21623739	31/05/2019 11:04	Mandado	Mandado
21623740	31/05/2019 11:04	Mandado	Mandado
21625430	31/05/2019 11:27	Certidão	Certidão
21625434	31/05/2019 11:27	proc.0800480-27.2018.815.0581	Ofício
21625752	31/05/2019 11:42	Certidão	Certidão
21756037	05/06/2019 12:44	Certidão	Certidão
21756048	05/06/2019 12:46	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
21795088	06/06/2019 10:12	Despacho	Despacho
21829997	07/06/2019 07:31	Certidão	Certidão
21830250	07/06/2019 07:31	Guia 080480272018815058 1	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
21830279	07/06/2019 07:38	Certidão	Certidão

22339583	01/07/2019 10:23	Certidão	Certidão
22339591	01/07/2019 10:23	protocolo de malote	Documento de Comprovação
22658890	12/07/2019 08:25	Certidão	Certidão
22658891	12/07/2019 08:25	0800480-27 oficio	Documento de Comprovação
22668784	12/07/2019 11:20	Despacho	Despacho

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO xxxxx

PROCESSO:

AUTUAÇÃO: [SJPE - Diretoria da 11ª Vara] x [PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A]

ASSUNTO: [Citação (11783)]

PETICIONANTE: JAILZA HORTENCIO DA SILVA

CARTA PRECATÓRIA

DO(S) FATOS(S)

DO(S) FUNDAMENTO(S)

DO(S) PEDIDO(S)

, 2018-07-25, 08:08:36

JAILZA HORTENCIO DA SILVA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 40520184355344

Nome original: RIO TINTO.pdf

Data: 10/07/2018 09:12:15

Remetente:

Pedro Chabloz Filho

SJPE - Diretoria da 11ª Vara

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para manifestação.

Assunto: com os cumprimentos de estilo, solicito informações quanto à carta precatória an exa.

~~329~~
340

60

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SANTA LUZIA
GERENCIA DO FÓRUM

Santa Luzia - PB, 19 de março de 2018

A sua Excelência, o Senhor:
Juiz Federal da 11° Vara
Edifício do Forum Federal em Pernambuco
Pernambuco - PE

Excelentíssimo Senhor,

Por ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, Dr. Rossini Amorim Bastos, informo a Vossa Excelência, que a **Carta Precatória n° 0002274-68.1992.4.05.8300, tendo como partes: Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A e Agicam Agroindústria do Camaratuba S.A/Fazenda Nacional**, oriunda dessa Vara, foi remetido a Unidade Judiciaria de Rio Tinto - PB, uma vez que o Deprecado é a Vara de Rio Tinto/PB.

. fl. 232. O

Respeitosamente,

Adriana Damasceno de Medeiros
Gerente do Forum

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:51
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508093223000000015151888
Número do documento: 18072508093223000000015151888

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520182012723

Nome original: Informações sobre Carta Precatória n° 2274-68.1992.4.05.8300.pdf

Data: 19/03/2018 09:04:20

Remetente:

Adriana Damasceno de Medeiros
Diretoria do Forum de Santa Luzia
Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Informações sobre Carta Precatória n° 2274-68.1992.4.05.8300, enviada para esta Comarca por engano, a mesma pertence a Comarca de Rio Tinto - PB.

340
341

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 40520183853541
Nome original: GDC11-2-18-web.pdf
Data: 15/03/2018 13:03:09
Remetente:
Pedro Chabloz Filho
SJPE - Diretoria da 11ª Vara
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para providências.
Assunto: encaminha carta precatória GDC.0011.00011-2 2018

R-H.

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá - Recife CEP 50865-900
Fone (81) 3213-6172 Fax (81) 3213-6179

Redistribua para a Comarca destinatária.
Em 09/03/18

CARTA PRECATÓRIA GDC.0011.000011-2/2018

0116200110000112018

Rossini Antonio Bastos
Juiz de Direito

EXECUÇÃO FISCAL: 0002274-68.1992.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A
ENDEREÇO: FAZENDA MANIBU, S/N – ZONA RURAL – RIO TINTO/PB
VALOR INICIAL DA DÍVIDA: R$ 313.428,02

PRAZO: 60 DIAS

Via Malote Digital

DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DEPRECADO: JUIZO DISTRIBUIDOR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO TINTO/PB

FINALIDADE: CITAÇÃO do executado, PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A., no endereço acima, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, o valor inicial de R$ 313.428,02, acrescido de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução(art. 9º da LEF);

INTIMAÇÃO acerca do(a) despacho/decisão de fls. 329/333 e das penhoras realizadas nos autos do processo 0008638-90.1991.4.05.8300 (fls. 403, 561/562, 578/281, 593, 605, 647, 667 e 376/377), reunido ao presente feito, e de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo e se assim não lhe for conveniente, opor embargos.

INTIMAÇÃO do PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA do apensamento das execuções fiscais, bem como da sentença/decisão

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Assessor - HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:51
Data e hora da assinatura: 06/08/2019 13:19:55
Identificador: 4058300.14388336
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
Número do documento: 19080613194158100000011412843

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Juiz(íza) de Direito da Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB

Malote digital

Assunto: **Carta precatória GDC.0011.000011-2/2018 (0800480.27.2018.815.0581)**

Senhor(a) Juiz(íza) de Direito

Com os cumprimentos de estilo, em atenção ao ofício nº 594/2019, encaminho a Vossa Excelência cópia do despacho ID 4058300.11388004 **para fins de cumprimento da carta precatória GDC.0011.000011-2/2018 (0800480.27.815.0581 Vosso número).**

Por fim, ressalto que foram deprecadas 02(duas) diligências: **citação e intimação da empresa PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO e intimação da empresa AGICAM** , conforme os termos da decisão de fls. 471/472 9ID 4058300.11388004)

Anexo: cópia do despacho ID 458300.11388611 e da decisão fls. 471/472.

Recife, data da assinatura.

FERNANDO BRAZ XIMENES

Juiz Federal Substituto no exercício da titularidade da 11ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Intimação da parte **exequente** acerca da decisão que determinou a migração dos autos físicos para o sistema PJe e outras providências.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos recibo de remessa pelo Malote Digital.

Recife/PE, data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 07/08/2019 às 09:51

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40520195978488
Documento: OFÍCIO CUSTAS.pdf
Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário: Vara única de Rio Tinto (TJPB)
Data de Envio: 07/08/2019 09:50:06
Assunto: Em resposta ao ofício 594/2019 carta precatória 0800480.27.2018.815.0581

Imprimir

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Assessor
Data e hora da assinatura: 07/08/2019 09:54:35
Identificador: 4058300.11396947
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

19080709525086400000011421476

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo		Polo passivo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 09/08/2019 00:25, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 06/08/2019 16:03 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 19080709445252500000011421424 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 09/08/2019 00:25 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo		Polo passivo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 09/08/2019 00:25, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 06/08/2019 16:03 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 19080709445252500000011421424 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 09/08/2019 00:38 - Seção Judiciária de Pernambuco.

EXMO(A). SR(A). JUÍZ(ZA) FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300

EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros.

A **FAZENDA NACIONAL** , por seu procurador, vem, respeitosamente, perante esse Juízo, manifestar ciência da migração do processo para este meio eletrônico, bem como expor e requerer o que segue.

Inicialmente, expressa que concorda com a baixa da penhora que incide sobre o imóvel de matrícula nº 809 do Registro de Imóveis de Timbaúba/PE, considerando o ofício id. 4058300.11388327, que noticia a arrematação do imóvel nos autos da carta precatória nº 0807529-42.2018.4.05.8306.

Ademais, embora tenha sido deferido por esse MM. Juízo na decisão de fl. 471/472 (id. 4058300.11388004), a expedição de mandado de penhora e avaliação do imóvel de matrícula nº 95.130 do 2º Registro de Imóveis do Recife, sobre a cota parte pertencente aos coexecutado, verifica-se que inexiste nos autos informação acerca do cumprimento do mandado.

Razão pela qual, a exequente reitera o pleito de expedição do mandado de penhora e avaliação a recair sobre o imóvel supracitado.

Outrossim, informa que aguarda o cumprimento da precatória que possui a finalidade de citação e intimação da empresa PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO e intimação da empresa AGICAM, para dar regular prosseguimento ao feito executivo, quanto aos bens pertencentes a essas.

Por fim, requer a juntada de demonstrativo atualizado do débito, em anexo.

Termos em que,

Pede deferimento.

Recife, 21 de agosto de 2019.

Guilherme Alves de Pontes e Silva Filho

Procurador da Fazenda Nacional

Levi Oliveira Braga Silva

Estagiário da PGFN/5ª Região

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058300.11544132
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19082115400234800000011569067

PFN-PRFN-5ª Região
JOSE AUGUSTO DAS CHAGAS NETO
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.112)

Consulta Dívida Ativa
Informações Gerais

19/08/2019 16:49 Tempo restante de conexão: 19:56

Imprimir

Parâmetro: 40691000085 **Número de Inscrição:** 40 6 91 000085-33 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 26520 100002/88-82 **CPF/CNPJ:** 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	04/09/1991	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	00000000009200022740	**Valor Inscrito:**	CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Órgão de Origem:	DRF RCE	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00022746819924058300		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	CZ 26.566.200,00 UFIR 66.594,00
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	25/02/1992	**Valor Consolidado:**	R$ 525.243,82
Qtd. de Débitos:	0001	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088918715	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058300:11544133
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19082115435914800000011569068

PFN-PRFN-5ª Região

JOSE AUGUSTO DAS CHAGAS NETO
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.112)

Consulta Dívida Ativa
Informações Gerais

19/08/2019 16:49 Tempo restante de conexão: 19:58

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40291000134 **Número de Inscrição:** 40 2 91 000134-22 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 10480 008200/89-41 **CPF/CNPJ:** 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	16/09/1991	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	00000000009200022723	**Valor Inscrito:**	UFIR 20.059,54
Órgão de Origem:	DRF RCE	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00022729819924058300		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	UFIR 20.059,54
Receita:	3551 - DIV.ATIVA-IRPJ	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	IRPJ	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	25/02/1992	**Valor Consolidado:**	R$ 159.178,54
Qtd. de Débitos:	0008	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088901109	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058300:11544197
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19082115435914800000011569072

PFN-PRFN-5ª Região

JOSE AUGUSTO DAS CHAGAS NETO
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.112)

Consulta Dívida Ativa
Informações Gerais

19/08/2019 16:50 Tempo restante de conexão: 19:56

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40802000562 **Número de Inscrição:** 40 8 02 000562-98 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 10480 000679/2002-13 **CPF/CNPJ:** 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	02/05/2002	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**		**Valor Inscrito:**	R$ 41.035,13 UFIR 45.053,93
Órgão de Origem:	ARF/TIMBAUBA	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00140589020024058300		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	R$ 41.035,13 UFIR 45.053,93
Receita:	2157 - DIV.ATIVA-ITR	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	ITR	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	12/09/2002	**Valor Consolidado:**	R$ 196.860,27
Qtd. de Débitos:	0002	**Data de Distribuição:**	12/09/2002	**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088931751	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058300:11544140
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

19082115435914800000011569075

PFN-PRFN-5ª Região

JOSE AUGUSTO DAS CHAGAS NETO
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.112)

Consulta Dívida Ativa
Informações Gerais

19/08/2019 16:51 Tempo restante de conexão: 19:56

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40600002326 **Número de Inscrição:** 40 6 00 002326-91 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 10768 024637/88-14 **CPF/CNPJ:** 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA

Grande Devedor: Principal

Situação: ATIVA AJUIZADA

Data da Inscrição:	18/08/2000	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	00000200183000124386	**Valor Inscrito:**	CZ 5.460.990,67 UFIR 34.424,65
Órgão de Origem:	SRF	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00124387720014058300		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	CZ 5.460.990,67 UFIR 34.424,65
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	26/04/2001	**Valor Consolidado:**	R$ 274.024,32
Qtd. de Débitos:	0003	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088924625	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058300:11544144
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19082115435914800000011569079

PFN-PRFN-5ª Região

JOSE AUGUSTO DAS CHAGAS NETO
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.112)

Consult
Inform
D
V

AJUDA
CERTIDÃO CONJUNTA
LEIs
MPs
SISBACEN JUD
CONSULTA
PROTESTO
COBRA
ANÁLISE DE EXIGIBILIDADE
COEFICIENTE DE ATUALIZAÇÃO
CADIN
SÚMULA VINCULANTE 08
RELATÓRIOS DE CONTROLE

mpo restante de conexão: 19:49

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | ESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | BRA

Pág. 1/1

Parâmetro: 40694000202

Número do Processo Administrativo: 27307 400471/89-86

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	19/09/1994	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Ju**			CR 15.559.876,20 JFIR 9.255,00
Órgão de Origem:	D.N.C.	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00030705419954058300		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	10/03/1995	**Valor Consolidado:**	R$ 47.486,42
Qtd. de Débitos:	0001	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088901644	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4050300:11544147
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19082115435914800000011569082

PFN-PRFN-5ª Região

JOSE AUGUSTO DAS CHAGAS NETO
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.112)

Consulta Dívida Ativa
Informações Gerais

19/08/2019 16:53 Tempo restante de conexão: 19:56

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40691000046 **Número de Inscrição:** 40 6 91 000046-27 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 13406 000079/89-17 **CPF/CNPJ:** 10803336/0002-27

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Grande Devedor: Principal

Situação: EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE DEVOLVIDA OU ARQUIVADA

Data da Inscrição:	28/08/1991	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	00000000009100086380	**Valor Inscrito:**	UFIR 42.187,42
Órgão de Origem:	SRF-PE	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00086389019914058300		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	UFIR 42.187,42
Receita:	1134 - DIV.ATIVA-FINSOCIAL	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	05/11/1991	**Valor Consolidado:**	R$ 0,00
Qtd. de Débitos:	0020	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**	08/01/2018		
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	SV8-05	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088900940	**Data da Extinção:**	20/12/2017	**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:	CONFORME DESPACHO DE FLS. 1036/1037 DO PA 13406.000079/89-17.	**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058300:11544191
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19082115435914800000011569086

PFN-PRFN-5ª Região

Consulta Dívida Ativa

19/08/2019 17:12 Tempo restante de conexão: 19:33

LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA (www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Informações Gerais

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS

OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40694000202 **Número de Inscrição:** 40 6 94 000202-10 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 27307 400471/89-86 **CPF/CNPJ:** 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	19/09/1994	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	00000000009500030705	**Valor Inscrito:**	CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Órgão de Origem:	D.N.C.	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	00030705419954058300		
Nat. Dívida:	NAO TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Receita:	3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	DO	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	10/03/1995	**Valor Consolidado:**	R$ 47.486,42
Qtd. de Débitos:	0001	**Data de Distribuição:**		**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088901644	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058360:11544155
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

19082115435914900000011569090

PFN-PRFN-5ª Região

LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA
(www3.pgfn.fazenda-10.30.116.111)

Consulta Dívida Ativa
Informações Gerais

19/08/2019 17:15 Tempo restante de conexão: 19:57

Imprimir

INFORMAÇÕES GERAIS | DEVEDOR | DÉBITOS | PAGAMENTOS | PROTESTOS
OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTO | VALORES | EXECUÇÃO FISCAL | COBRA

Parâmetro: 40802000558 **Número de Inscrição:** 40 8 02 000558-01 **Pág.** 1/1

Número do Processo Administrativo: 10480 000833/2002-49 **CPF/CNPJ:** 10803336/0001-46

Devedor Principal: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA

Grande Devedor: Principal

Situação:	ATIVA AJUIZADA						
Data da Inscrição:	02/05/2002	**Procuradoria Responsável:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Judicial:**	200283000104082	**Valor Inscrito:**	R$ 18.578,59 UFIR 20.398,09
Órgão de Origem:	ARF-TIMBAUBA	**Procuradoria de Inscrição:**	QUINTA REGIAO	**Nº. Único Judicial:**	200283000104082		
Nat. Dívida:	TRIBUTARIA	**Qtd. de Devedores:**	0001	**Órgão de Justiça de Origem:**	SECAO JF-RECIFE	**Valor Remanescente:**	R$ 18.578,59 UFIR 20.398,09
Receita:	2157 - DIV.ATIVA-ITR	**Qtd. de Pagamentos:**	0000	**Juízo:**	402095 - 11ª VARA FEDERAL		
Série:	ITR	**Qtd. de Parcelamentos:**	0000	**Data de Protocolo:**	08/07/2002	**Valor Consolidado:**	R$ 89.128,17
Qtd. de Débitos:	0002	**Data de Distribuição:**	08/07/2002	**Data Devolução/Arquivamento:**			
Nº. do Auto de Infração:		**Ind.de Súmula Vinculante 08:**	Não	**Data de Falência:**		**Data de Vencimento da Análise de Exigibilidade :**	
Número do Imóvel (NIRF/ITR):		**Nº. de Agrupamento para Ajuizamento:**	400088930071	**Data da Extinção:**		**Cobrança(s) Administrativa(s):**	0
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:		**Número do Imóvel (RIP):**		**Aguarda Análise do Órgão de Origem:**	Não		
Motivo de Extinção:		**Situação no Protesto:**		**Bloqueio no Ajuizamento:**			

Ajuda | Insc. Anterior | Próx. Inscrição | Imp. Insc. Loc. | Imp. Res. Loc. | Voltar

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058360:11544156
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

19082115435914900000011569091

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CCRED PGF - PGFN - DATAPREV CCRED

DIVIDA ATIVA

19/08/2019 CONSULTA AS INFORMACOES DO CREDITO 17:19:05

Credito: 324794177 CGC: 10.803.336/0001-46
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

Doc. de Origem..: 324794177 28/06/1996 AI - AUTO DE INFRACAO
Tipo de Credito.: 1 Dt. Cadastramento: 01/08/1996 Livro: 12 Folha: 119
Dt. de Inscricao: 11/06/1997 RFB: 15.001.020 Orgao Inscr.: 15.200.000
Periodo da Divida: 08/1996 a 08/1996 PRC Tramitacao: 15.200.800
Comarca: 15116 Vara: 011 Acao Jud: 9800051481 Primeira Instancia
Fase: 594 CITACAO DO DEVEDOR Dt. da Fase: 03/08/2000

Principal:	5.632,70	E - Extrato	C - Compet. Credito
Multa isolada:	0,00	R - End.Corr.	V - Val Discriminados
Multa de oficio:	0,00	H - Hist.Fase	A - Acao Judicial
Multa de mora:	0,00	S - Solidario	P - Parcelamento
Juros:	0,00	F - Fund. Legal	D - Codevedor
Encargo legal:	0,00		
T o t a l:	5.632,70		
Honorarios:	1.126,54		

Valores atualizados p/ 08/2019 em REAL XMIT
Credito Ajuizado - J/H REFIS: **********0,00

Versão 0.268.81

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058300:11544159
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19082115435914900000011569095

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV **CACAOJUD**

DIVIDA ATIVA

19/08/2019 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 16:48:11

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **9300047000** **(*)** Credito: **314949895** PRC: **15200800**
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
Fase: **624** Dt.Fase: **29/06/2004** Comarca: **15116** Vara: **11** Foro: **FED**
Procurador: **902872** Honorarios: **20.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **28/05/1993**
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
314949895	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**98.563,74**

Total Divida - **98.563,74**
Honor Divida - **19.712,74**
J/Hon REFIS - **0,00** Prox.Credito -
Total da Acao - **118.276,48** * - Apensada XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.81

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058300:11544160
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19082115435914900000011569096

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

DIVIDA

CACAOJUD PGF - PGFN - DATAPREV **CACAOJUD**

DIVIDA ATIVA

19/08/2019 CONSULTA A ACAO JUDICIAL 16:47:03

EXECUCAO FISCAL

Acao Judicial: **9500155559** **(*)** Credito: **315488093** PRC: **15200800**
Nome: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
Fase: **624** Dt.Fase: **29/06/2004** Comarca: **15116** Vara: **11** Foro: **FED**
Procurador: **902872** Honorarios: **20.00 PRO** Dt.Ajuizamento: **24/10/1995**
Segunda Instancia: Inst. Superior:

Credito	Fase	Dt.Fase	Penhora	Valor
315488093	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**106.139,93**
315495006	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**501.279,21**
315495014	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**11.380.144,21**
315499893	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**1.742.901,41**
319984010	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**116.921,00**
319984028	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**310.447,16**
319984354	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**21.511,25**
319984362	**624**	**29/06/2004**	**Nao**	**8.063,66**

Total Divida - **14.187.407,83**
Honor Divida - **2.837.481,56**
J/Hon REFIS - **0,00** Prox.Credito -
Total da Acao - **17.024.889,39** * - Apensada XMIT

Fim dos Creditos Para Esta Acao

Versão 0.268.81

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
GUILHERME ALVES DE PONTES E SILVA FILHO - Procurador
Data e hora da assinatura: 22/08/2019 15:22:38
Identificador: 4058300:11544164
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19082115435914900000011569100

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

OFÍCIO GRANDE DEVEDOR

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Oficial(a) do Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba/PE

Malote digital

Senhor(a) Oficial(a),

Determino a Vossa Senhoria que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda à **baixa da penhora** incidente sobre o **imóvel de matrícula nº. 809 (Sítio Mascarenhas)** relativa à constrição judicial havida nos autos da seguinte **Execução Fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, baixada e vinculada ao presente feito,** movida por **FAZENDA NACIONAL** contra **PESSOA DE MELLO IND E COMÉRCIO S/A, nos termos do despacho de ID 4058300.11667852.**

Uma vez realizada a baixa sobre o imóvel em referência, oficie-se a esse juízo acerca do cumprimento deste expediente, com a maior brevidade possível.

Anexos: **Cópias do Auto de Penhora de fls. 387/389 e despacho ID 4058300.11667852.**

Informo que, nos termos do Art. 39 da Lei 6.830/80, a Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de taxas e emolumentos nos processos em que é parte.

Recife, data da assinatura.

Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti

Juíza Federal da 11ª Vara / PE

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Juiz(íza) de Direito da Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB

Malote digital

Assunto: Carta precatória GDC.0011.000011-2/2018 (0800480.27.2018.815.0581 **)**

Senhor(a) Juiz(íza) de Direito

Com os cumprimentos de estilo, solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de, se possível no prazo de 10 (dez) dias, prestar informações quanto ao cumprimento das diligências requeridas na carta precatória GDC.0011.000011-2/2018 (0800480.27.2018.815.0581), nos termos do despacho ID 4058300.11667852.

Anexo: cópia do despacho ID 4058300.11667852 e documentos ID 4058300.11396946, 11396947 e 11396880.

Recife, data da assinatura.

Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti

Juíza Federal da 11ª Vara / PE

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO E REGISTRO

GRANDE DEVEDOR

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Destinatários: CARLOS PESSOA DE MELO (ESPÓLIO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO e ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO.

Endereço do bem (imóvel): **apartamento 501, Edf. Antônio Dourado Neto, Av. Conselheiro Rosa e Silva, 85, Graças, matrícula 95.130**

Valor da dívida: **R$16.981.154,29 (atualizado em 05/2019)**

Anexos: **Cópias das fls. 453/457, 471/472, despacho ID 4058300.11667852**

O(A) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da Lei etc.,

Manda a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue, que, em seu cumprimento e despacho/ato ordinatório exarado nos autos, proceda à **PENHORA** da cota-parte do bem imóvel de matrícula nº 95.130, do 2º CRI do Recife, dos coexecutados CARLOS PESSOA DE MELO (ESPÓLIO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO e ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, indicado(s) pelo(a) exequente, descrito(s) em anexo, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei de Execução Fiscal, nomeie **DEPOSITÁRIO** , efetive a **AVALIAÇÃO** e dê ciência ao(à) executado(a). Sendo o(a) executado(a) pessoa física, intime o seu cônjuge, se casado for. **INTIME** o depositário a não abrir mão do depósito sem prévia autorização deste Juízo.

INTIME o Oficial de Registro de Imóveis competente, a quem se fará entrega da contrafé e cópia do auto de penhora ou arresto, nos termos do art. 7º, inc. IV, e art. 14 da Lei nº 6.830/80 e do Provimento nº 01/90, de 11/01/90, do Exmo. Sr. Corregedor de Justiça do Estado de Pernambuco, que, no cumprimento deste, proceda ao **REGISTRO** , devolvendo a referida cópia a este Juízo tão logo sejam tomadas as providências aqui determinadas e que seja enviada, em seguida, certidão do bem gravado.

Na forma do disposto no art. 44, da Lei nº 5.010/66, fica facultado ao oficial de justiça ter livre acesso aos registros imobiliários constantes em Cartórios de Registro Público e outras entidades similares, independentemente de qualquer outra ordem judicial nesse sentido.

Na oportunidade, deverá o oficial de justiça descrever as características atuais do bem, não se limitando à descrição cartorária, bem como proceder à intimação do(s) cônjuge(s) do(s) executado(s), se houver, e descrever eventuais ocupantes do imóvel.

CIENTIFIQUE o(a) executado(a), se do seu interesse e em não lhe havendo ainda sido oportunizado prazo para oposição de embargos à execução, que o faça em 30 (trinta) dias , ficando ciente de que o seu processamento dependerá da suficiência da garantia do juízo, a ser oportunamente verificada, ou, requerer, em 5 (cinco) dias, o levantamento da medida de indisponibilidade, na hipótese de eventual excesso de execução ou impenhorabilidade do valor constrito, nos termos do art. 16 da Lei nº 6.830/80 e do art. 854 do CPC/2015.

Nos termos do art. 914, §1º, c/c os arts. 319, 320, 330 e 485, todos do CPC/2015, eventual oposição de embargos deverá ser instruída com:

a) cópia da inicial executiva e do título executivo.

b) prova da garantia do juízo, bem como da respectiva intimação.

c) procuração e contrato social demonstrando a regularidade do instrumento de outorga ao procurador constituído, se for o caso.

d) valor tido por correto, com memória de cálculo, caso alegado excesso de execução.

e) prova dos demais fatos eventualmente alegados.

f) o valor atribuído à causa.

Este mandado poderá ser cumprido no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis, fora do horário estabelecido no art. 212, do CPC/2015, conforme disposto no § 2º do mencionado dispositivo legal, e, se necessário for, fica o Oficial de Justiça autorizado a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado a fim de verificar e descrever os bens que o/a guarnecem.

Expedido na Secretaria da 11ª Vara. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 9h às 18h de segunda a sexta-feira.

Recife, data da assinatura eletrônica.

(*assinado eletronicamente*)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o recibo de remessa pelo Malote Digital.

Recife/PE, data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 09/09/2019 às 10:02

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 40520196135113
Documento: CARTORIO TIMBAUBA.pdf
Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário: Timbaúba 1º Serviços Notariais e de Registro (TJPE)
Data de Envio: 09/09/2019 10:01:43
Assunto: Determina baixa de penhora em imóvel

Imprimir

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Assessor
Data e hora da assinatura: 09/09/2019 10:04:08
Identificador: 4058300.11742431
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

19090910035406800000011768031

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

Recife/PE, data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81520192610764
Nome original: 725 oficio .pdf
Data: 29/08/2019 09:11:56
Remetente:

Jailza Hortencio da Silva
Vara única de Rio Tinto
Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO TINTO

Ofício nº 725/2019

Rio Tinto, 29 de agosto de 2019

Excelentíssima Senhora
Drª DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
Mm Juíza Federal da 11ª Vara, Seção de Pernambuco

Assunto: Informação processual. (0800480-27.2018.815.0581 - nosso)

Senhora Juíza,

Pelo presente informo à Vossa Excelência que as diligências dos meirinhos nos autos da carta precatória nº 0800480.27.2018.815.0581, extraída dos autos 0002274.68.1992.405.8300, não estão açambarcadas na isenção no malote digital, oriundo dessa vara nº **40520195978488.**

Informo ainda que foi determinada a notificação da Fazenda Nacional para proceder o recolhimento das diligências.

Atenciosamente,

Judson Kildere Nascimento Fabrina
JUIZ DE DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais

Código de rastreabilidade: 81520192610765

Nome original: 0800480-27.2018.8.15.0581-2 regisro.pdf

Data: 29/08/2019 09:11:56

Remetente:

Jailza Hortencio da Silva

Vara única de Rio Tinto

Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

29/08/2019

Número: **0800480-27.2018.8.15.0581**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA**
Órgão julgador: **Vara Única de Rio Tinto**
Última distribuição : **25/07/2018**
Valor da causa: **R$ 0,01**
Assuntos: **Citação**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
SJPE - Diretoria da 11ª Vara (DEPRECANTE)	
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (DEPRECADO)	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (DEPRECADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15536697	25/07/2018 08:14	Petição Inicial	Petição Inicial
15536709	25/07/2018 08:14	00022746819924058300	Documento de Comprovação
15536770	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 1	Documento de Comprovação
15536777	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 2	Documento de Comprovação
15536786	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 3	Documento de Comprovação
15536791	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 4	Documento de Comprovação
15537098	30/07/2018 13:37	Despacho	Despacho
21623739	31/05/2019 11:04	Mandado	Mandado
21623740	31/05/2019 11:04	Mandado	Mandado
21625430	31/05/2019 11:27	Certidão	Certidão
21625434	31/05/2019 11:27	proc.0800480-27.2018.815.0581	Ofício
21625752	31/05/2019 11:42	Certidão	Certidão
21756037	05/06/2019 12:44	Certidão	Certidão
21756048	05/06/2019 12:46	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
21795088	06/06/2019 10:12	Despacho	Despacho
21829997	07/06/2019 07:31	Certidão	Certidão
21830250	07/06/2019 07:31	Guia 0804802720188150581	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
21830279	07/06/2019 07:38	Certidão	Certidão

22339583	01/07/2019 10:23	Certidão	Certidão
22339591	01/07/2019 10:23	protocolo de malote	Documento de Comprovação
22658890	12/07/2019 08:25	Certidão	Certidão
22658891	12/07/2019 08:25	0800480-27 oficio	Documento de Comprovação
22668784	12/07/2019 11:20	Despacho	Despacho
22704776	15/07/2019 12:47	Certidão	Certidão
22704779	15/07/2019 12:47	594	Ofício
22704781	15/07/2019 12:47	0800480272018 guia de diligencia	Diligência
22843437	19/07/2019 10:51	Certidão	Certidão
22843439	19/07/2019 10:51	612	Ofício
23322706	08/08/2019 07:12	Certidão	Certidão
23322707	08/08/2019 07:12	08004802720188150581 oficio	Documento de Comprovação
23866999	27/08/2019 12:55	Despacho	Despacho

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81520192610766
Nome original: GuiaCustas 0800480-27.pdf
Data: 29/08/2019 09:11:56
Remetente:

Jailza Hortencio da Silva
Vara única de Rio Tinto
Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas

Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via da parte)

Número do boleto: 058.8.19.00480/01

Data de emissão: 29/08/2019

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261	31/08/2019

Número da guia: 058.2019.600480 **Tipo da Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:

- Despesas processuais com mandados: R$ 495,51
- Taxa bancária: R$ 1,35

Promovente: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA

Promovido: AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A e outro(s)

Observações:

- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

UFR vigente: R$ 50,48

Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6

Parcela: 1/1

Valor total: R$ 496,86

Desconto total: R$ 0,00

866300000043 968609283187 520190831054 881900480016

Valor final: R$ 496,86

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas

Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do processo)

Número do boleto: 058.8.19.00480/01

Data de emissão: 29/08/2019

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261	31/08/2019

Número da guia: 058.2019.600480 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Promovente: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA **Promovido:** AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A e outro(s)

Detalhamento:

- Despesas processuais com mandados: R$ 495,51
  - 2x Citação (FAZENDA MANIBU) R$ 247,76
  - 2x Intimação (FAZENDA MANIBU) R$ 247,76

UFR vigente: R$ 50,48

Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6

Parcela: 1/1

Valor total: R$ 496,86

Desconto total: R$ 0,00

Valor final: R$ 496,86

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas

Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do banco)

Número do boleto: 058.8.19.00480/01

Data de emissão: 29/08/2019

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261	31/08/2019

Número da guia: 058.2019.600480 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:

- Despesas processuais com mandados: R$ 495,51
- Taxa bancária: R$ 1,35

Promovente: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA

Promovido: AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A e outro(s)

Observações:

- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

UFR vigente: R$ 50,48

Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6

Parcela: 1/1

Valor total: R$ 496,86

Desconto total: R$ 0,00

866300000043 968609283187 520190831054 881900480016

Valor final: R$ 496,86

19090910052753500000011768052

Processo: 0800480-27.2018.815.0581
Assinado digitalmente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Assessor
Data e hora da assinatura: 09/09/2019 10:05:49
Identificador: 4058300.11742452
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a exequente para que manifeste-se sobre os documentos novos juntados, recebidos pelo malote digital, oriundo da Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB (4058300.11742452) , no prazo de 15 (quinze) dias.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a exequente para que manifeste-se sobre os documentos novos juntados, recebidos pelo malote digital, oriundo da Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB (4058300.11742452) , no prazo de 15 (quinze) dias.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

Recife/PE, data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81720191856856

Nome original: Oficio n° 123.2019.pdf

Data: 12/09/2019 11:45:09

Remetente:

José Ítalo Almeida Barros da Silva
Timbaúba 1º Serviços Notariais e de Registro
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para anexar ao Processo null.

Assunto: Resposta à solicitação no Oficio recebido através do Malote Digital. Execução fiscal n.º 0008638-90.1991.4.05.8300. Baixa de Penhora.

Timbaúba, 12 de setembro de 2019.

Ofício nº 123/2019.

Resposta à solicitação no Oficio recebido através do Malote Digital. Execução fiscal n.º 0008638-90.1991.4.05.8300. Baixa de Penhora.

Senhora Juiza,

Dou-me em poder do expediente em destaque datado de 05 de setembro de 2019, mas recepcionado por meio do malote digital e prenotado neste Ofício de Registro de Imóveis sob n.º **13.831**, em data de 09 de setembro de 2019, ao tempo que passo a noticiar.

Em cumprimento a ordem expressa inserta no dito ofício procedi com o cancelamento da penhora constante do Registro **n.º 23 (R-23)** do seguinte imóvel: "**Imóvel rural denominado "Sítio Mascarenhas", conhecido como Brito, antigamente chamado Itaúna, com 60 ha, localizado no município de Timbaúba (PE),"**, tendo demais características, limites e confrontações constantes da **matrícula nº 809**", conforme se testifica a certidão inclusa (doc.01).

Na oportunidade, apresento os meus cumprimentos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Cintya Kassia Barbosa Lourenço
Cintya Kássia Barbosa Lourenço
Escrevente Autorizada

Senhora,
Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti
Juíza Federal da 11ª Vara Federal/PE

Cintya Kássia Barbosa Lourenço
Escrevente Autorizada

OFÍCIO ÚNICO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - TIMBAÚBA/PE

Bela ALDA LÚCIA SOARES PAES DE SOUZA - Titular
Alberto Soares Paes - Substituto / Cintya Kassia Barbosa Lourenço - Escrevente Autorizada
Rua Dr. Alcebíades, nº 215, CEP 55.870-000, Centro Timbaúba/PE - Fone/Fax: (81) 3631-1839
e-mail: cartorio1timbauba@gmail.com

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR DE MATRÍCULA

CERTIFICO, em resposta ao **Oficio recebido através do Malote Digital. Execução fiscal n.º 0008638-90.1991.4.05.8300**, oriundo da 11ª Vara Federal/PE, e para os devidos fins, que após as buscas no LIVRO 2 - REGISTRO DE IMÓVEIS, deste Serviço Registral, verifiquei constar a Matrícula 809.

Dados do Imóvel: Imóvel rural denominado "Sítio Mascarenhas", conhecido como Brito, antigamente chamado Itaúna, com 60 ha, localizado no município de Timbaúba (PE), contendo as seguintes confrontações e características: ao Norte com terras das propriedades Água Azul e Xixá, pertencentes a Usina Cruangi S/A a primeira; e a segunda a Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A; ao Sul, com terras da propriedade Rochedo, pertencente a Odon da Cunha Cavalcanti; ao Leste, com terras do imóvel conhecido por "Comum" pertencente ao Sr. Severino Medeiros Bezerra; e ao Oeste, com terras da propriedade "Latão", pertencente ao Sr. Celso Cavalcanti de Morais; cadastrado no INCRA sob o nº 230.170.003.158, com as seguintes características: 24 ha com matas nativas, 30 hectares ocupados com capoeiras finas, 06 hectares com roças de moradores; 05(cinco) casas de colonos em alvenaria de tijolos, cobertas com telha canal, piso de barro batido e tijolo, área média de 40m² cada, conservação sofrível; 08 (oito) casas de colonos, em taipa, cobertas com telhas, piso de barro batido, área média 35m² cada, conservação precária.

Dados do Proprietário: Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S/A, sediada na Rua do Brum, 137 - Recife - PE, C.G.C. nº 10.803.336/0001- 46.

Registro Anterior: Livro 3-"G", fls. 17, nº 2.148. Valor: Cr$ 542.000,00 (quinhentos e quarenta e dois mil cruzeiros). O referido é verdade: dou fé Timbaúba, 21 de julho de 1978. (aa) Geraldo Ferreira Lima.

Em substituição ao livro de escrituração manual número 2-I, fls. 10/10v, reproduzo nesta ficha os atos então ali praticados, dou fé. Timbaúba, 05 de julho de 2006, Oficiala, subscrevo e assino. (Alda Lúcia Soares Paes de Souza).

R-1 - 809 - Nos termos da Cédula de Crédito Industrial nº 003/78/444-I - 274, PNA/INDUS, o imóvel constante da presente matrícula foi oferecido e dado em garantia hipotecária do 1º grau, por sua proprietária Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S.A, sediada na Rua do Brum, nº 137, na cidade do Recife, PE, C.G.C. nº 10.803.336/0001-46, ao Banco do Estado de Pernambuco S/A (BANDEPE), sediado

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Cartório Jessia Barbosa Loureiro
Escrevente Autorizada

no Cais do Apolo, nº 222 - Recife-PE, à sua Agência Central, C.G.C./MF nº 10.866.788/0001-77, sendo o valor do crédito de Cr$ 67.088.200,00 (sessenta e sete milhões, oitenta e oito mil, duzentos cruzeiros); os juros estipulados em 15% (quinze por cento) ao ano e o resgate dividido em 18(dezoito) parcelas semestrais e sucessivas nos valores e vencimentos a seguir: 1ª) Cr$ 1.294.100,00 (hum milhão, duzentos e noventa e quatro mil e cem cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1981; 2ª) Cr$ 1.294.100,00 (hum milhão, duzentos e noventa e quatro mil e cem cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1982; 3ª) Cr$ 1.750.000,00 (hum milhão, setecentos e cinqüenta mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1982; 4ª) Cr $1.750.000,00 (hum milhão, setecentos e cinqüenta mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1983; 5ª) Cr$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinqüenta mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1983; 6ª) 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinqüenta mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1984; 7ª) Cr$ 2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1984; 8ª) Cr$ 2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinqüenta mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1985; 9ª) Cr$ 3.500.000,00 (treis milhões, quinhentos mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1985; 10ª)Cr$ 3.500.000,00 (treis milhões e quinhentos mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1986; 11ª) Cr$ 4.250.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinqüenta mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1986; 12ª) Cr$ 4.250.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinqüenta mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1987; 13ª); Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1987; 14ª) Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1988; 15ª) Cr$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), vencíveis em 31 de dezembro de 1988; 16ª) Cr$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1989; 17ª) Cr$ 6.750.000,00 (seis milhões, setecentos e cinqüenta mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1989; 18ª) Cr$ 6.750.000,00 (seis milhões, setecentos e cinqüenta mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1990. Avaliação do imóvel para efeito do Artigo 818 do Código Civil Brasileiro: Cr$ 542.000,00 (quinhentos e quarenta e dois mil cruzeiros). O referido é verdade dou fé. Timbaúba 21 de julho de 1978. (aa) Geraldo Ferreira Lima.

R-2 - 809 - Nos termos do DEJUR/DICOC - 266/78, o Banco do Estado de Pernambuco S.A - BANDEPE - solicita cancelamento da Cédula de Crédito Industrial PNA/INDUS - 003/78/444 - I - 274, no valor de Cr$ 67.088.200,00 (sessenta e sete milhões, oitenta e oito mil e duzentos cruzeiros), registrada acima sob o nº R-1: 809, tendo em vista novo ajuste com o emitente Pessoa de Mello Industria e Comércio S.A, sediada na rua do Brum, 137 - Recife - PE, C.G.C. nº 10.803.336/0001 - 46 e a emissão do novo título de crédito. Subscrevo e assino. Timbaúba, 10 de agosto de 1978. (aa) Geraldo Ferreira Lima.

R-3 - 809 - Nos termos da Cédula de Crédito Industrial nº -003/78/444 - I - 274 - PNA/INDUS, o imóvel constante da presente matrícula foi oferecido e dado em garantia hipotecária do 1º grau, por sua proprietária Pessoa de Mello Industria e Comércio S.A, sediada na Rua do Brum, nº 137, Recife - PE, C.G.C. nº 10.803.336/0001 - 46, ao Banco do Estado de Pernambuco S/A (BANDEPE), sediado no Cais do Apolo, nº 222 - Recife - PE, C.G.C.M/F nº 10.866.788/0001 - 77, sendo o valor do crédito de Cr$ 67.088.200,00 (sessenta e sete milhões, oitenta e oito mil e

...ssia Barbosa Laurenç...
Escrevente Autorizada

duzentos cruzeiros); os juros de 15% (quinze por cento) ao ano e o resgate dividido em 18(dezoito) parcelas semestrais e sucessivas nos valores e vencimentos a seguir: 1ª) Cr$ 1.294.100,00 (hum milhão, duzentos e noventa e quatro mil e cem cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1981; 2ª) Cr$ 1.294.100,00 (hum milhão, duzentos e noventa e quatro mil e cem cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1982; 3ª)Cr$ 1.750.000,00 (hum milhão, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1982; 4ª) Cr$1.750.000,00 (hum milhão, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1983; 5ª)Cr$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1983; 6ª) Cr$ 2.250.000,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1984; 7ª) Cr$ 2.750,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1984; 8ª) Cr$ 2.750.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1985; 9ª) 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1985; 10º) Cr$ 3.500.000,00 (três milhões, quinhentos mil cruzeiros , vencível em 30 de junho de 1986; 11ª) Cr$ 4.250.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1986; 12ª) Cr$ 4.250.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1987; 13ª) Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1987; 14ª) Cr$ 3.000.000 - 30.06.88 15ª) Cr$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1988; 16ª) Cr$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1989; 17ª) Cr$ 6.750.000,00 (seis milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros), vencível em 31 de dezembro de 1989; 18ª e última no valor de Cr$ 6.750.000,00 (seis milhões e setecentos mil cruzeiros), vencível em 30 de junho de 1990. Valor do imóvel para efeito do Artigo 818 do Código Civil Brasileiro: Cr $ 542.000,00 (quinhentos e quarenta e dois mil cruzeiros). O referido é verdade: dou fé. Timbaúba 10 de agosto de 1978 (aa) Geraldo Ferreira Lima.

AV-4 - 809 - Nos termos do Aditivo à Cédula de Crédito Industrial acima registrada, o valor do crédito original foi reduzido de Cr$ 67.088.200 00 para Cr$ 62.626.203,00 e a última prestação do resgate também reduzida de Cr$ 6.750.000,00 para Cr$ 2.288.003,00, permanecendo o vencimento para 30.06 1990. Timbaúba, 30 de agosto de 1984. O referido é verdade dou fé. Timbaúba 30 de agosto 1984 (aa) Geraldo Ferreira Lima.

R-5 - 809 - Nos termos da Escritura Pública de Contrato de Repasse e Recursos Provenientes de Mútua contraído no exterior com assunção de obrigações e outras estipulações, o imóvel constante desta matrícula foi oferecido e dado em garantia hipotecária do 2º(segundo) grau, no determinado na Cláusula 21 do Contrato em epígrafe, por sua proprietária - Pessoa de Mello Industria e Comércio S.A, qualificada na matrícula, ao Banco do Estado de Pernambuco SA - BANDEPE, qualificado no R-3, sendo o valor do crédito US$ 1.010.000,00 (hum milhão e dez mil dólares, dos Estados Unidos da América do Norte) equivalentes em moeda nacional a Cr$ 1.851.330.000 (hum bilhão, oitocentos e cinquenta e um milhão, trezentos e trinta mil cruzeiros), cotação em 19.07.1984, sendo o resgate determinado para 19 de julho de 1985, juros, taxas e demais cominações constantes do instrumento público que determinou o presente registro com cópia arquivada neste Cartório. Timbaúba, 27 de

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU E...NDA INVALIDA ESTE D...CUMENTO.

Tatiana Barbosa Lourenço
Escrevente Autorizada

junho de 1985. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

R-6 - 809 - Nos termos do Contrato citado no registro anterior, o imóvel objeto desta matrícula foi oferecido e dado em garantia hipotecária do 3º (terceiro) grau, no determinado na Cláusula 22 do Contrato em epígrafe, por sua proprietária - Pessoa de Mello Industria e Comércio S.A, qualificada na matrícula, ao Banco do Estado de Pernambuco S.A - BANDEPE, qualificado no R-3, sendo o valor do crédito US$ 1.010.000,00 (hum milhão e dez mil dólares, dos Estados Unidos da América do Norte) equivalentes em moeda nacional a Cr$ 1.851.330.000 (hum bilhão, oitocentos e cinquenta e um milhões, trezentos e trinta mil cruzeiros), cotação em 19.07.1984, sendo o resgate determinado para 19 de julho de 1985; juros, taxas e demais cominações constantes do instrumento público que determinou o presente registro, com cópia arquivada neste Cartório. Timbaúba, 27 de junho de 1985. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

R-7 - 809 - Nos termos da Escritura Pública de Re-Ratificação e Aditivos à Escritura mencionada nos dois registros anteriores e lavrada no Cartório do 1º Ofício da Comarca da Aliança, deste Estado, o imóvel constante desta matrícula foi oferecido e dado, digo, Nos termos da Escritura Pública de Termo Aditivo de Re-Ratificação e Constituição de garantia ao instrumento particular de contrato de Repasse de Recursos provenientes de Mútuo contraído no Exterior, nº E.C.C. SPI/080 - 83, o imóvel constante desta matrícula foi oferecido e dado em garantia hipotecária do 4º (quarto) grau, ao Banco do Estado de Pernambuco S.A - BANDEPE - PE, já qualificado, como repassador junto ao Rosenthal International Ltda e ao Banco do Estado de São Paulo S.A, resgate, juros e demais cominações constantes do instrumento público que determinou o presente registro, com cópia arquivada neste Cartório. Timbaúba,27 de junho de 1985. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

R-8 - 809 - Nos termos da Cédula de Crédito Comercial nº 03/85, datada de 19 de junho de 1985, o imóvel constante desta matrícula foi oferecido e dado em garantia hipotecária do 5º(quinto) grau, ao Banco do Estado de Pernambuco de Pernambuco - BANDEPE, qualificado no R-1, por sua proprietária Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S./A, já qualificada, sendo **CONTINUA no Livro 2-X, às fls.73 -** Matrícula nº 809 Continuação do Livro 2-I, às fls. 10v. Data 09 de julho de 1985. Imóvel: Sítio Mascarenhas, conhecido com Brito, antigamente chamado "Itaúna". (60ha)- sendo o valor do crédito Cr$ 1.316.842.000 (hum bilhão, trezentos e dezesseis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil cruzeiros), os juros estipulados em 9%(nove por cento) ao ano, e o resgate em uma só prestação na data do vencimento que será no dia 14 de julho, digo, 14 de junho de 1986. Valor do imóvel para efeito do Art. 818 do Código Civil Brasileiro: Cr$ 82.800.000 (oitenta e dois milhões e oitocentos mil cruzeiros). Timbaúba, 09 de julho de 1985. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

R-9 - 809 - Nos termos da Escritura Pública de Contrato de Repasse de Recursos Provenientes de Mútuo Contraído no Exterior com assusnção de obrigações e outras estipulações, o imóvel constante desta matrícula foi oferecido e dado em garantia

Tassia Barbosa Loureiço
Escrevente Autorizada

hipotecária do 6º(sexto) grau, no determinado na Cláusula 21 do Contrato em epígrafe, por sua proprietária Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A, qualificada na matrícula, ao Banco do Estado de Pernambuco - BANDEPE, qualificado no R-3, sendo o valor do crédito US$ 147.200,00 (cento e quarenta e sete mil e duzentos dólares dos Est. Unidos), oriundos do Banco Mitsubishi Brasileiro S.A e do Banco Montreal de Investimentos S.A, equivalentes em moeda nacional a Cr$ 925.024.000 (novecentos e vinte e cinco milhões e vinte e quatro mil cruzeiros), sendo o resgate determinado para 10 de junho de 1986; juros, taxas e demais cominações constantes do instrumento público que determinou o presente registro, com cópia arquivada neste Cartório. A data desta Escritura é 25 de julho de 1985. Timbaúba, 14 de julho de 1986. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

AV-10 - 809 - Nos termos do Aditivo à Cédula de Crédito Comercial nº 03/85, a mesma foi alterada em seu conteúdo, recebendo reforço de garantia consubstanciado na hipoteca dos imóveis Engº Poço do Capibaribe e Engº Passagem, todos do município de Aliança, permanecendo inalterados os demais termos da Cédula original. Timbaúba, 14 de julho de 1986. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

AV-11 - 809 - Nos termos da Escritura Pública de Primeiro Termo Aditivo de Re-Ratificação e Constituição de Garantias à Escritura Pública de Contrato de Repasse de Mútuo Contraído no Exterior nº ECC - SPI/090 - 34, lavrada no 5º Tabelionato da cidade do Recife, o prazo de vencimento do empréstimo oriundo do Banco do Brasil S.A fica prorrogado de 19 de julho de 1985, para 17.10.1988 e o empréstimo do IRVING TRUST Company foi também prorrogado de 19/07/85 para 13/10/1990. O referido Contrato sofreu outras alterações, conforme se vê na Escritura, cuja cópia fica arquivada neste Cartório, ficando as demais cominações contidas no Contrato original ratificados em todos os seus termos. O saldo devedor atual é de US$ 832.710,00 (oitocentos e trinta e dois mil, setecentos e dez dólares). Timbaúba, 14 de julho de 1986. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

AV-12 - 809 - Nos termos da Escritura Pública do Aditivo de Re-Ratifiicação e Constituição de Garantias à Escritura Pública de Contrato de Repasse de Mútuo Contraído no Exterior nº ECC - SPI/089 - 84, o prazo foi prorrogamento, digo, o prazo de vencimento foi prorrogado de 12 de julho de 1985 para 22 de abril de 1988, sendo o saldo devedor atual de US$ 99.948,60 (noventa e nove mil, novecentos e quarenta e oito dólares e sessenta centavos). Outras modificações foram efetivadas e constam da Escritura referida que fica uma de suas cópias, arquivada neste Cartório. Os demais termos e cominações do contato original que não sofreram alteração são ratificados para permanecerem em plena validade. Timbaúba, 14 de julho de 1986. (aa) Geraldo Ferreira Lima.

AV-13 - 809 - Nos termos da Escritura Pública de Aditivo de Re-Ratificação e Constituição de Garantias à Escritura Pública de Contrato de Repasse de Recursos de Mútuo contraído no Exterior nº ECC-SPI/080 - 83, lavrada em 25 de julho de 1985, no 5º Tabelionato da cidade do Recife - PE, a data de vencimento do saldo devedor foi prorrogado de 31 de maio de 1985 para 09 de junho de 1989. O saldo devedor é de

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Ana Kássia Barbosa Loureiço
Escrevente Autorizada

US$ 150.080,00 (cento e cinquenta mil e oitenta dólares). As demais alterações constam no bojo da Escritura citada e arquivada uma de suas cópias neste Cartório. As outras cominações constantes do Contrato original e que não sofreram alteração foram ratificadas em todos os seus termos e permanecem com plena validade. Timbaúba, 14 de julho de 1986. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

R-14 - 809 - Nos termos da Cédula de Crédito Comercial nº 02/86, emitida em 25 de junho de 1986, o imóvel constante desta matrícula foi oferecido e dado em garantia hipotecária do 7º grau, por sua proprietária Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A, sediada em Recife -PE, CGC/MF nº 10.803.336/0001- 46, ao Banco do Estado de Pernambuco SA - BANDEPE, já qualificado, sendo o valor do crédito Cz$ 5.411.677,73 (cinco milhões, quatrocentos e onze mil, seiscentos e setenta e sete cruzados e setenta e três centavos), os juros de 2,5% (dois e mês por cento ao mês) e o resgate em 22 de dezembro de 1986. Valor do imóvel para efeito do Artº 818 do Código Civil Brasileiro: Cz$ 82.800,00 (oitenta e dois milhões e oitocentos cruzados). Timbaúba, 25 de agosto de 1986. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

R-15 - 809 - Nos termos da Cédula de Crédito Comercial nº 10/86, emitida em 26 de dezembro de 1986, o imóvel constante desta matrícula foi oferecido e dado em garantia hipotecária do 8º (oitavo) grau, por sua proprietária Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A, já qualificada, ao Banco do Estado de Pernambuco SA - BANDEPE, já qualificado, sendo o valor do crédito Cz$ 6.972.000,00 (seis milhões, novecentos e setenta e dois mil cruzados), os juros de 5% (cinco por cento) ao mês sobre o saldo devedor e o resgate em 24.06.1987. Valor do imóvel para efeito do Artº 818 do Código Civil Brasileiro: Cz$ 229.400,00 (duzentos e vinte e nove mil e quatrocentos cruzados). Timbaúba, 10 de fevereiro de 1987. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

AV-16 - 809 - Faço averbar, de acordo com a autorização do Banco do Estado de Pernambuco S.A, datada de 09 de junho de 1989, firmada pelos funcionários José Jorge Araújo e Jorge Carlos de Macedo Marins, que o ônus a que se refere o R-3, deixa de existir, uma vez que o débito já foi liquidado. Timbaúba, 14 de junho de 1989. O referido é verdade dou fé (aa) Geraldo Ferreira Lima.

R-17 - 809 - Nos termos da Escritura Pública de Composição de Dívidas com Garantia Hipotecária Fidejussória e Fiduciária, datada de 12 de setembro de 1990, lavrada nas Notas do 1º Cartório da Comarca da Aliança, deste Estado, o imóvel constante da matrícula nº 809, Sítio Mascarenhas, foi oferecido e dado em garantia hipotecária do 9º grau, por sua proprietária Pessoa de Mello, Indústria e Comércio S/A, já qualificada, ao Banco do Estado de Pernambuco S.A - Bandepe, sendo o valor do débito Cr$ 117.479.956,24, os juros à taxa de 2% (dois por cento) ao mês, cobráveis de acordo com as normas vigentes do Banco, e, o resgate do principal acrescido de juros a contar de 01.04.91, será pago em 21 parcelas, sendo 07(sete) no valor de Cr$ 9.064.432,32. Timbaúba, 26.09.90. O referido é verdade; dou fé. (aa) Erotides Lopes de Vasconcelos. Of. Substª.

Escrevente Autorizada

R-18 - 809 - Timbaúba, 04 de fevereiro de 2002. PENHORA - Nos termos do mandado judicial , extraído dos autos nº TI.01.002.00123/01, expedido pelo Juízo da Vara Única do Trabalho desta Comarca, em que figuram como exeqüente Antonio Luiz da Silva e executada Pessoa de Melo Industria e Comércio S/A, para cobrança de R$ 4.641.427,00, foi penhorado 20,00 hectares de terras nuas do presente imóvel, O referido é verdade, dou fé. Eu, Alda Lúcia Soares Paes de Souza. Oficiala.

R-19 - 809 - Timbaúba, 12 de junho de 2012. PENHORA - Nos termos do mandado judicial (expediente 2012.0864.001798) extraído da CARTA PRECATÓRIA, processo nº 0000977-83.2011.8.17.1480, expedido pelo Juízo da 1ª Vara da Comarca de Timbaúba, oriunda da execução fiscal 0010363-65 2001.4.05.8300, em tramitação perante a 22ª Vara Federal, onde figuram como exequente, Fazenda Nacional e executada Pessoa de Melo Industria e Comércio S/A, o imóvel descrito na matricula supra foi penhorado para garantir uma dívida atualizada de R$ 121.126.283,20 (cento e vinte e um milhões, cento e vinte e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e vinte centavos), sendo a ordem judicial acompanhada do auto de penhora e avaliação, no qual consta que o bem foi avaliado por R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não havendo indicação do depositário. Ato imune à incidência de emolumentos e taxa, conforme lei estadual vigente. O referido é verdade, dou fé. Eu, Alda Lúcia Soares Paes de Souza. Oficiala.

R-20 - 809 - PENHORA. Prenotação nº 12.384/2015, em 02 de outubro de 2015. À vista do Mandado de Penhora, Avaliação e Registro, assinado eletronicamente pela Dra. Flávia Tavares Dantas, Juíza Federal, datado de 24 de setembro de 2015, oriundo da 25ª Vara da Justiça Federal de Primeira Instância no Estado de Pernambuco, Subseção Judiciária de Goiana/PE, extraído da Carta Precatória n.º 0033.000098-5/2015 - processo nº 0800089-97.2015.4.05.8306, tendo como processo de origem a execução fiscal n.º 0006730-95.1991.4.05.8300 que tramita perante a 33ª Vara Federal de Pernambuco, onde figuram como Exequente a FAZENDA NACIONAL e como Executado PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMERCIO S/A, **procedo ao presente registro para noticiar a penhora do imóvel** descrito na matrícula supra, sendo o bem avaliado por R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), não havendo indicação do depositário. O mencionado Mandado foi instruído com Auto de Penhora, Avaliação e Registro e cópia da Carta Precatória, os quais ficam arquivados nesta Serventia. Isento de Emolumentos e TSNR, conforme preconiza o § 3º, do artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.148, de 26/12/2001. Timbaúba, 07 de outubro de 2015. O referido é verdade; dou fé. Eu, **(Alda Lúcia Soares Paes de Souza)**. Oficiala, subscrevo e assino.

R-21 - 809 - PENHORA. Prenotação nº 12.385/2015, em 02 de outubro de 2015. À vista do Mandado de Penhora, Avaliação e Registro, assinado eletronicamente pela Dra. Flávia Tavares Dantas, Juíza Federal, datado de 24 de setembro de 2015, oriundo da 25ª Vara da Justiça Federal de Primeira Instância no Estado de Pernambuco, Subseção Judiciária de Goiana/PE, extraído da Carta Precatória n.º 0022.000138-9/2015 - processo nº 0800101-14.2015.4.05.8306, tendo como processo de origem a execução fiscal n.º 0008548-96.2002.4.05.8300 que tramita perante a 22ª

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Tatya Kássia Barbosa Lourenço
Escrevente Autorizada

Vara Federal de Pernambuco, onde figuram como Exequente a FAZENDA NACIONAL e como Executado PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMERCIO S/A, **procedo ao presente registro para noticiar a penhora do imóvel** descrito na matrícula supra, sendo o bem avaliado por R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), não havendo indicação do depositário. O mencionado Mandado foi instruído com Auto de Penhora, Avaliação e Registro e cópia da Carta Precatória, os quais ficam arquivados nesta Serventia. Isento de Emolumentos e TSNR, conforme preconiza o § 3º, do artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.148, de 26/12/2001. Timbaúba, 07 de outubro de 2015. O referido é verdade; dou fé. Eu, **(Alda Lúcia Soares Paes de Souza)**. Oficiala, subscrevo e assino.

R-22 - 809 - PENHORA. Prenotação nº 12.386/2015, em 02 de outubro de 2015. À vista do Mandado de Penhora, Avaliação e Registro, assinado eletronicamente pela Dra. Flávia Tavares Dantas, Juíza Federal, datado de 24 de setembro de 2015, oriundo da 25ª Vara da Justiça Federal de Primeira Instância no Estado de Pernambuco, Subseção Judiciária de Goiana/PE, extraído da Carta Precatória n.º 0033.000095-1/2015 - processo nº 0800088-15.2015.4.05.8306, tendo como processo de origem a execução fiscal n.º 0012652-19.2011.4.05.8300 que tramita perante a 33ª Vara Federal de Pernambuco, onde figuram como Exequente a FAZENDA NACIONAL e como Executado PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMERCIO S/A, **procedo ao presente registro para noticiar a penhora do imóvel** descrito na matrícula supra, sendo o bem avaliado por R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), não havendo indicação do depositário. O mencionado Mandado foi instruído com Auto de Penhora, Avaliação e Registro e cópia da Carta Precatória, os quais ficam arquivados nesta Serventia. Isento de Emolumentos e TSNR, conforme preconiza o § 3º, do artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.148, de 26/12/2001. Timbaúba, 07 de outubro de 2015. O referido é verdade; dou fé. Eu, **(Alda Lúcia Soares Paes de Souza)**. Oficiala, subscrevo e assino.

R-23 - 809 - PENHORA. Prenotação nº 12.405/2015, em 20 de outubro de 2015. À vista do Mandado de Penhora, Avaliação e Registro, assinado eletronicamente pela Dra. Flávia Tavares Dantas, Juíza Federal, datado de 08 de outubro de 2015, oriundo da 25ª Vara da Justiça Federal de Primeira Instância no Estado de Pernambuco, Subseção Judiciária de Goiana/PE, extraído da Carta Precatória n.º 0011.000344-2/2015 - processo nº 0800151-40.2015.4.05.8306, tendo como processo de origem a execução fiscal n.º 0008638-90.1991.4.05.8300 que tramita perante a 11ª Vara Federal de Pernambuco, onde figuram como Exequente a FAZENDA NACIONAL e como Executado PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMERCIO S/A e outros, **procedo ao presente registro para noticiar a penhora do imóvel** descrito na matrícula supra, sendo o bem avaliado por R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), não havendo indicação do depositário. O mencionado Mandado foi instruído com Auto de Penhora, Avaliação e Registro e cópia da Carta Precatória, os quais ficam arquivados nesta Serventia. Isento de Emolumentos e TSNR, conforme preconiza o § 3º, do artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.148, de 26/12/2001. Timbaúba, 21 de outubro de 2015. O referido é verdade; dou fé. Eu, **(Alda Lúcia Soares Paes de Souza)**. Oficiala, subscrevo e assino.

Kássia Barbosa Lourenço
Escrevente Autorizada

R-24 - 809 - PENHORA. Prenotação nº 13.078/2016, em 20 de outubro de 2016. À vista do Mandado de Penhora, Avaliação e Registro, assinado eletronicamente pela Dra. Flávia Tavares Dantas, Juíza Federal, datado de 18 de outubro de 2016, oriundo da 25ª Vara da Justiça Federal de Primeira Instância no Estado de Pernambuco, Subseção Judiciária de Goiana/PE, extraído da Carta Precatória n.º 0033.000156-2/2016 - processo nº 0800163-20.2016.4.05.8306-PJE, tendo como processo de origem a execução fiscal n.º 0014071-89.2002.4.05.8300 que tramita perante a 33ª Vara Federal de Pernambuco, onde figuram como Exequente a FAZENDA NACIONAL e como Executado PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMERCIO S/A e outro, **procedo ao presente registro para noticiar a penhora do imóvel** descrito na matrícula supra, sendo o bem avaliado por R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), não havendo indicação do depositário. O mencionado Mandado foi instruído com Auto de Penhora, Avaliação e Registro e cópia da Carta Precatória, os quais ficam arquivados nesta Serventia. Isento de Emolumentos e TSNR, conforme preconiza o § 3º, do artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.148, de 26/12/2001. Guia do Sicase nº 0006315332. Timbaúba, 21 de outubro de 2016. O referido é verdade; dou fé. Eu, **(Alda Lúcia Soares Paes de Souza)**. Oficiala, subscrevo e assino.

R-25 - 809 - PENHORA. Prenotação nº 13.079/2016, em 20 de outubro de 2016. À vista do Mandado de Penhora, Avaliação e Registro assinado eletronicamente pela Dra. Flávia Tavares Dantas, Juíza Federal, datado de 20 de outubro de 2016, oriundo da 25ª Vara da Justiça Federal de Primeira Instância no Estado de Pernambuco, Subseção Judiciária de Goiana/PE, extraído da Carta Precatória n.º 0033.000163-2/2016 - processo nº 0800172-79.2016.4.05.8306-PJE, tendo como processo de origem a execução fiscal n.º 0004743-53.1993.4.05.8300 que tramita perante a 33ª Vara Federal de Pernambuco, onde figuram como Exequente a FAZENDA NACIONAL e como Executado PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMERCIO S/A, **procedo ao presente registro para noticiar a penhora do imóvel** descrito na matrícula supra, sendo o bem avaliado por R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), não havendo indicação do depositário. O mencionado Mandado foi instruído com Auto de Penhora, Avaliação e Registro e cópia da Carta Precatória, os quais ficam arquivados nesta Serventia. Isento de Emolumentos e TSNR, conforme preconiza o § 3º, do artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.148, de 26/12/2001. Guia do Sicase nº 0006315341. Timbaúba, 21 de outubro de 2016. O referido é verdade; dou fé. Eu, **(Alda Lúcia Soares Paes de Souza)**. Oficiala, subscrevo e assino.

R-26 - 809 - R-26-809: PENHORA E INDISPONIBILIDADE. Prenotação nº 13.605/2018, em 29 de novembro de 2018. À vista do Mandado de Penhora, Avaliação, Deposito, Intimação e Registro, assinado eletronicamente por Fernanda Karla Rodrigues de Miranda, diretora de secretaria, datado de 14 de novembro de 2018, oriundo da 25ª Vara da Justiça Federal de Primeira Instância no Estado de Pernambuco, Subseção Judiciária de Goiana/PE, extraído da Carta Precatória n.º 0807546-78.2018.4.05.8306, tendo como processo de origem nº 002262-54.1992.4.05.8300 (CPR.0033.000300-9/2018), que tramita perante a 33ª Vara Federal de Pernambuco, onde figuram como Exequente a UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL e como Executado PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMERCIO S/A e outros, **procedo ao presente registro para noticiar a penhora do**

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Cintya Kássia Barbosa Lourenço
Escrevente Autorizada

imóvel descrito na matrícula supra, sendo o bem avaliado por R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), não havendo indicação do depositário. INDISPONIBILIDADE - O imóvel fica indisponível por força da disposição legal contida no Art. 53, § 1º, da Lei 8.212/91. O mencionado Mandado foi instruído com Auto de Penhora, Avaliação e Registro e cópia da Carta Precatória, os quais ficam arquivados nesta Serventia. Isento de Emolumentos e TSNR, conforme preconiza o § 3º, do artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.148, de 26/12/2001. Guia do Sicase nº 0009653583. Timbaúba, 06 de dezembro de 2018. O referido é verdade; dou fé. Eu, **(Alda Lúcia Soares Paes de Souza)**. Oficiala, subscrevo e assino.

AV-27 - 809 - CANCELAMENTO DA PENHORA DO R-23. Prenotação nº 13.831/2019, em 09 de setembro 2019. Dando cumprimento a ordem inserta no Ofício sem número, datado de 05 de setembro de 2019 e recebido, por meio do malote digital, procedo a presente averbação de baixa da penhora determinada nos autos da Execução fiscal n.º **0008638-90.1991.4.05.8300**, constante do Registro **n.º 23 (R-23)** acima. Foi indicado no mencionado expediente que, nos termos do art. 39 da Lei 6.830/80, a Fazenda Publica não está sujeita ao pagamento de taxas e emolumentos nos processos em que é parte. Guia do sicase 0010971331. O referido é verdade; dou fé. Timbaúba, 11 de setembro de 2019. Eu, **(Alda Lúcia Soares Paes de Souza)**. Oficiala, subscrevo e assino.

O referido é verdade, dou fé. Isento de Emolumentos e TSNR, conforme preconiza o § 3º, do artigo 3º, da Lei Estadual nº 12.148, de 26/12/2001. Guia de SICASE, sob o nº 0010971331. Para efeito de alienação a presente certidão é valida por 30 (trinta) dias, conforme Decreto nº 93.240/86 que regulamentou a Lei 7.433/85. **Selo: 0073569.BXF05201902.00718. Consulte autenticidade em: www.tjpe.jus.br/selodigital.**

Timbaúba, 12 de setembro de 2019.

Em testemunho ___ da verdade; dou fé.

Cintya Kássia Barbosa Lourenço
Escrevente Autorizada

Cintya Kassia Barbosa Lourenço
CINTYA KASSIA BARBOSA LOURENCO
Esc autorizado

Selo Digital de Fiscalização
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Selo: 0073569.BXF05201902.00718
Data: 12/09/2019 11:15:59
Consulte autenticidade em
www.tjpe.jus.br/selodigital

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo		Polo passivo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 13/09/2019 00:51, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 09/09/2019 10:09 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 19090910094322700000011768100 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 13/09/2019 00:51 - Seção Judiciária de Pernambuco.

COTA DA FAZENDA NACIONAL

A UNIÃO, por sua Procuradora, considerando a exigência do pagamento de custas para citação e intimação da penhora das empresas Pessoa de Melo Indústria e Comércio Ltda e AGICAM , vem expor e requerer o que segue.

A empresa Pessoa de Mello Indústria e Comércio LTDA consta no sistema CNPJ como INAPTA. Já a empresa AGICAM Agroindústria Camaratuba S/A consta no sistema CNPJ que não declara imposto de renda desde 2005, o que dá indicativo de que não está em atividade. Com relação a essa última empresa, consta no SINTEGRA Paraíba que sua situação é não habilitado.

Considerando a possibilidade de não serem frutíferas as diligências de citação e intimação das empresas no referido endereço, entende a União que não se justifica o pagamento do custo da diligência solicitada pela Comarca de Rio Tinto/PB, especialmente em ano de grandes restrições orçamentárias. Por essa razão, requer que a citação e a intimação da penhora das referidas empresas seja feita na pessoa dos represente legais das empresas, conforme informado à Receita Federal, a saber, José Luiz de Lima e Francisco Carlos Ferreira de Araújo, nos endereços indicados nas consultas anexas.

Termos em que pede e espera deferimento.

Recife, 04 de novembro de 2019.

Roberta Pinheiro Ramos Ferreira

Procuradora da Fazenda Nacional

__ CNPJ,CONSULTA,CNPJ (CONSULTA PELO CNPJ)_____

T34227WI DATA: 04/11/2019 PAG.: 1 / 1 USUARIO: ROBERTA

CPF DO RESPONSAVEL COM INSCRICAO EM SITUACAO REGULAR NA BASE CPF

CNPJ: 09.089.046/0001-01 (MATRIZ)

PREP.:

CPF RESP.: 051.803.844-00 QUALIF.: DIRETOR

N.E.: AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

NOME FANTASIA:

DT ABERTURA: 19/10/1976(08/1992) DT PRIM. ESTAB.: 19/10/1976

SIT.CAD.CNPJ: ATIVA

DATA DA SITUACAO : 07/08/2019(08/2019) PROC. INSCR. OFICIO:

END.: FAZ MANIBU SN

BAIRRO/DISTRITO: ZONA RURAL

MUNICIPIO: 2159 RIO TINTO UF: PB

CEP: 58297-000 ORGAO: 0430100 TELEFONE: FAX:

PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS PF2 - OP. SUCESSAO PF10 - INFORM. FISCAIS

PF6 - QUADRO SOCIETARIO PF5 - MOVIMENTO PF11 - DECLARACOES IRPJ

PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS PF12 - HISTORICO

PF3 - ENC. CONSULTA PF7 - VOLTA PAG PF8 - AVANCA PAG PAG DESEJADA: ____

__ CNPJ,CONSULTA,CNPJ (CONSULTA PELO CNPJ)_____

04/11/2019 15:40 RELACAO DECLARACOES 1990 A 2014 USUARIO: ROBERTA

CNPJ BASICO: 09.089.046 PAG. 001 / 002

NOME EMP.: AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

EX.	ANO CALE.	DATA ENTREGA	FORM.	NUM. DECL.	SIT. M.CAD.	SIT. ESP.	PERIODO INICIAL	BASE FINAL
2005	2004	19/12/2007	L.REAL	1364311	LIBERADA	NORMAL	01/01-	31/12/2004
2004	2003	07/11/2006	L.REAL	1297533	LIBERADA	RET. NOR.	01/01-	31/12/2003
2004	2003	21/06/2006	L.REAL	1287253	CANCEL.	NORMAL	01/01-	31/12/2003
2003	2002	19/10/2004	L.REAL	1225324	LIBERADA	NORMAL	01/01-	31/12/2002
2002	2001	08/07/2003	L.REAL	1180364	LIBERADA	RET. NOR.	01/01-	31/12/2001
2002	2001	03/06/2003	L.REAL	1175115	CANCEL.	NORMAL	01/01-	31/12/2001
2001	2000	29/06/2001	L.REAL	0981129	LIBERADA	NORMAL	01/01-	31/12/2000
2000	1999	30/06/2000	L.REAL	0834169	LIBERADA	NORMAL	01/01-	31/12/1999
1999	1998	12/01/2000	L.REAL	1115339	LIBERADA	NORMAL	01/01-	31/12/1998
1998	1997	30/06/1999	L.REAL	3969038	LIBERADA	NORMAL	01/01-	31/12/1997
1997	1996	26/06/1997	F.I	8520540	CANCEL.	NORMAL	01/01-	31/12/1996
1997	1996	30/06/1999	F.I	7917230	LIBERADA	RET. NOR.	01/01-	31/12/1996

PF1=CADASTRO PF7= RETORNA PF8= AVANCA T.AI

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA PINHEIRO RAMOS FERREIRA - Procurador
Data e hora da assinatura: 04/11/2019 16:14:35
Identificador: 4058300.12500575
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19110416070792200000012528525

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA PINHEIRO RAMOS FERREIRA - Procurador
Data e hora da assinatura: 04/11/2019 16:14:35
Identificador: 4058300.12500578
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

19110416071427600000012528528

www.sintegra.gov.br

__ CNPJ,CONSULTA,CNPJ (CONSULTA PELO CNPJ)_____

T34227Q3 DATA: 04/11/2019 HORA: 15:31:06 USUARIO: ROBERTA

PAG.: 1 / 1

CNPJ : 09.089.046/0001-01

N.E.: AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CPF RESP EMPRESA: 051.803.844-00 CAPITAL SOCIAL :

NOME RESPONSAVEL: FRANCISCO CARLOS FERREIRA DE ARAUJO

CPF/CNPJ	NOME/NOME EMPRESARIAL DO SOCIO
QUALIFICACAO	FONTE/DATA DO EVENTO
_ 051.803.844-00	FRANCISCO CARLOS FERREIRA DE ARAUJO
10 - DIRETOR	FONTE: PGD-PAR INCLUIDO: 22/06/1994
_ 258.265.574-00	LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
10 - DIRETOR	FONTE: PGD-PAR INCLUIDO: 22/08/1994

PF12 - HISTORICO DO QSA PF1 - CADASTRO

PF7 - VOLTA PAGINA PF8 - AVANCA PAGINA PAG DESEJADA: _____

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA PINHEIRO RAMOS FERREIRA - Procurador
Data e hora da assinatura: 04/11/2019 16:14:35
Identificador: 4058300.12500587
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19110416072142400000012528537

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

RFB USUARIO: ROBERTA
04/11/2019 15:33

NI-CPF : 051.803.844-00 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : FRANCISCO CARLOS FERREIRA DE ARAUJO
DT NASC: 27/03/1952
MAE : MARIA JOSE DE ARAUJO
SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R MANOEL GRACILIANO DE SOUZA,299,APTO. 101
53140-160 JARDIM ATLANTICO,OLINDA

DDD : 0081 TELEFONE: 34311972 CELULAR: COD.MUN.: 2491 PE
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0410100

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM PF4 DEPENDENTES

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ROBERTA PINHEIRO RAMOS FERREIRA - Procurador
Data e hora da assinatura: 04/11/2019 16:14:35
Identificador: 4058300.12500595
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
19110416072847800000012528545

__ CNPJ,CONSULTA,CNPJ (CONSULTA PELO CNPJ)_____
T34227WI DATA: 25/09/2019 PAG.: 1 / 1 USUARIO: VIVIANE
CPF DO RESPONSAVEL COM INSCRICAO EM SITUACAO REGULAR NA BASE CPF
CNPJ: 10.803.336/0001-46 (MATRIZ)
PREP.:
CPF RESP.: 078.262.064-72 QUALIF.: PRESIDENTE
N.E.: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

NOME FANTASIA:
DT ABERTURA: 04/12/1968(12/1968) DT PRIM. ESTAB.: 04/12/1968
SIT.CAD.CNPJ: INAPTA MOTIVO: OMISSAO DE DECLARACOES
DATA DA SITUACAO : 25/10/2018(10/2018) PROC. INSCR. OFICIO:
DT PUBLIC: 25/10/2018 DT EFEITO: 25/10/2018 PROC: ATO: 25584
END.: R BRUM 137

BAIRRO/DISTRITO: RECIFE
MUNICIPIO: 2531 RECIFE UF: PE
CEP: 50030-260 ORGAO: 0410100 TELEFONE: FAX:
PF4 - DEMAIS INF. CADASTRAIS PF2 - OP. SUCESSAO PF10 - INFORM. FISCAIS
PF6 - QUADRO SOCIETARIO PF5 - MOVIMENTO PF11 - DECLARACOES IRPJ
PF9 - DADOS CADASTRAIS FILIAIS PF12 - HISTORICO

PF3 - ENC. CONSULTA PF7 - VOLTA PAG PF8 - AVANCA PAG PAG DESEJADA: ____

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

RFB USUARIO: VIVIANE
25/09/2019 17:43

NI-CPF : 078.262.064-72 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : JOSE LUIZ DE LIMA
DT NASC: 16/01/1953
MAE : MARIA JOSE DE LIMA
SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R JORNALISTA HERCILIO CELSO,214,APTO 1002
54450-170 CANDEIAS,JABOATAO DOS GUARARAPES

DDD : 0083 TELEFONE: CELULAR: 87534389 COD.MUN.: 2457 PE
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0410109

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

PF9 FONETICA

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

Recife/PE, data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81520192726556
Nome original: 934.pdf
Data: 29/10/2019 10:21:29
Remetente:

Jailza Hortencio da Silva
Vara única de Rio Tinto
Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO TINTO

Ofício nº 934/2019/2019

Rio Tinto, 29 de outubro de 2019

Excelentíssima(o) Senhora(Senhor)
MM JUIZ FEDERAL DA 11ª VARA DE RECIFE,PE

Assunto: devolução de carta

Senhora(Senhor) Juíza (Juiz),

Pelo presente devolvo à Vossa Excelência a carta precatória 0800480-27.2017.815.0581 extraída dos autos 0002274.68.1992.405.8300 contra PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COM S/A e outro

Atenciosamente,

Judiran Hildere Nascimento Fabrino
JUIZ DE DIREITO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 81520192726557
Nome original: 0800480-27.2018.8.15.0581 PARA DEVOLUÇÃO.pdf
Data: 29/10/2019 10:21:29
Remetente:
Jailza Hortencio da Silva
Vara única de Rio Tinto
Tribunal de Justiça da Paraíba
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.

29/10/2019

Número: **0800480-27.2018.8.15.0581**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA**
Órgão julgador: **Vara Única de Rio Tinto**
Última distribuição : **25/07/2018**
Valor da causa: **R$ 0,01**
Assuntos: **Citação**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
SJPE - Diretoria da 11ª Vara (DEPRECANTE)	
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (DEPRECADO)	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (DEPRECADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
15536697	25/07/2018 08:14	Petição Inicial	Petição Inicial
15536709	25/07/2018 08:14	00022746819924058300	Documento de Comprovação
15536770	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 1	Documento de Comprovação
15536777	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 2	Documento de Comprovação
15536786	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 3	Documento de Comprovação
15536791	25/07/2018 08:14	00022746819924058200 i parte-otimizado 4	Documento de Comprovação
15537098	30/07/2018 13:37	Despacho	Despacho
21623739	31/05/2019 11:04	Mandado	Mandado
21623740	31/05/2019 11:04	Mandado	Mandado
21625430	31/05/2019 11:27	Certidão	Certidão
21625434	31/05/2019 11:27	proc.0800480-27.2018.815.0581	Ofício
21625752	31/05/2019 11:42	Certidão	Certidão
21756037	05/06/2019 12:44	Certidão	Certidão
21756048	05/06/2019 12:46	Certidão Oficial de Justiça	Certidão Oficial de Justiça
21795088	06/06/2019 10:12	Despacho	Despacho
21829997	07/06/2019 07:31	Certidão	Certidão
21830250	07/06/2019 07:31	Guia 0804802720188150581	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
21830279	07/06/2019 07:38	Certidão	Certidão

22339583	01/07/2019 10:23	Certidão	Certidão
22339591	01/07/2019 10:23	protocolo de malote	Documento de Comprovação
22658890	12/07/2019 08:25	Certidão	Certidão
22658891	12/07/2019 08:25	0800480-27 oficio	Documento de Comprovação
22668784	12/07/2019 11:20	Despacho	Despacho
22704776	15/07/2019 12:47	Certidão	Certidão
22704779	15/07/2019 12:47	594	Ofício
22704781	15/07/2019 12:47	0800480272018 guia de diligencia	Diligência
22843437	19/07/2019 10:51	Certidão	Certidão
22843439	19/07/2019 10:51	612	Ofício
23322706	08/08/2019 07:12	Certidão	Certidão
23322707	08/08/2019 07:12	08004802720188150581 oficio	Documento de Comprovação
23866999	27/08/2019 12:55	Despacho	Despacho
23937028	29/08/2019 09:13	Certidão	Certidão
23937040	29/08/2019 09:13	725 oficio	OFÍCIO
23937042	29/08/2019 09:13	GuiaCustas 0800480-27	Diligência
23937309	29/08/2019 09:13	CARTA DE NOTIFICAÇÃO	Documento de Comprovação
24528829	18/09/2019 12:04	Certidão	Certidão
24528830	18/09/2019 12:04	AR - 0800480-27.2018	Aviso de Recebimento
25691422	29/10/2019 09:50	Despacho	Despacho

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO xxxxx

PROCESSO:

AUTUAÇÃO: [SJPE - Diretoria da 11ª Vara] x [PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A]

ASSUNTO: [Citação (11783)]

PETICIONANTE: JAILZA HORTENCIO DA SILVA

CARTA PRECATÓRIA

DO(S) FATOS(S)

DO(S) FUNDAMENTO(S)

DO(S) PEDIDO(S)

, 2018-07-25, 08:08:36

JAILZA HORTENCIO DA SILVA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 40520184355344
Nome original: RIO TINTO.pdf
Data: 10/07/2018 09:12:15
Remetente:
Pedro Chabloz Filho
SJPE - Diretoria da 11ª Vara
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para manifestação.
Assunto: com os cumprimentos de estilo, solicito informações quanto à carta precatória an exa.

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SANTA LUZIA
GERENCIA DO FÓRUM

Ofício nº. 215/2018

Santa Luzia – PB, 19 de março de 2018

A Sua Excelência, o Senhor:
Juiz Federal da 11ª Vara
Edifício do Forum Federal em Pernambuco
Pernambuco – PE

Excelentíssimo Senhor,

A ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, Dr. Cassiano Soares Bastos, informo a Vossa Senhoria, que a **Carta Precatória nº 0002274-68.1992.4.05.8300, tendo como partes: Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A e Agrocam Agroindústria do Camaratuba S.A/Fazenda Nacional**, oriunda dessa Vara, foi remetido a Bulcão administrativa de Rio Tinto – PB, uma vez que – Pertencente à Vara de Rio Tinto/PB.

Atenciosamente,

Adriana Damasceno de Medeiros
Gerente do Forum

11.232-0

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:51
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508093223000000015151888
Número do documento: 18072508093223000000015151888

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 815201520012723
Nome original: Informações sobre Carta Precatória nº 2274-68.1992.4.05.8300.pdf
Data: 19/03/2018 09:04:20
Remetente:
Adriana Damasceno de Medeiros
Diretoria do Forum de Santa Luzia
Tribunal de Justiça da Paraíba
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para conhecimento.
Assunto: Informações sobre Carta Precatória nº 2274-68.1992.4.05.8300, enviada para esta Comarca por engano, a mesma pertence a Comarca de Rio Tinto - PB.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 405201833650541
Nome original: GDC11-2-18-web.pdf
Data: 15/03/2018 13:03:09
Remetente:
Pedro Chabloz Filho
SJPE - Diretoria da 11ª Vara
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para providências.
Assunto: encaminha carta precatória GDC.CO11.00011-2.2018

R. H.

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara Recebi para fins de Carimbo de Intimação. Em 19/03/18

Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá - Recife - CEP 50865-030
Fone: (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

CARTA PRECATÓRIA SDC.0011.000011-2/2018

EXECUÇÃO FISCAL 0002274-68.1992.4.05.8300

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

ENDEREÇO: FAZENDA MANIBU, S/N – ZONA RURAL – RIO TINTO/PB

VALOR TOTAL DA DÍVIDA: R$ 313.428,02

Rossini Arnaud Bastos
Juiz de Direito

PRAZO: 60 DIAS

Via Malote Digital

DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

DEPRECADO: JUIZO DISTRIBUIDOR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO TINTO/PB

FINALIDADE: CITAÇÃO do executado, PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A., no endereço acima, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, o valor inicial de R$ 313.428,02, acrescido de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução (art. 8º da LEF).

INTIMAÇÃO acerca do(a) nomeação/decisão de fls. 329/333 e das penhoras realizadas nos autos do processo 0002274-68.1992.4.05.8300 (fls. 403, 561/562, 578/581, 593, 605, 647, 667 e 176/377), ficando ao presente feito e do que lhe o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo e se entender pertinente, impugnar apos embargos.

INTIMAÇÃO do PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA na pessoa(s) de seu(s) advogado(s) constituído(s) nos autos da execução fiscal, bem como da sentença/decisão

2

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:51
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508093223000000015151888
Número do documento: 18072508093223000000015151888

342

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SANTA LUZIA
GERENCIA DO FÓRUM

Ofício nº. 027/2018

Santa Luzia - Pb, 29 de março de 2018

A sua Excelência, o Senhor:
Juiz de Direito da Vara Única
Edifício do Fórum
Rio Tinto - PB

Assunto: Remessa Carta Precatória.

Excelentíssimo Senhor Juiz:

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, Dr. Rossini Amorim Bastos, remeto a Vossa Excelência, **Carta Precatória nº 0002274-68.1992.4.05.8300**, tendo como partes: **Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A e Agicem Agroindústria do Camaratuba S.A/Fazenda Nacional**, oriundo da 2ª Vara Federal de Pernambuco, remetido a esta Unidade Judiciária por equívoco.

Respeitosamente,

Adriana Damasceno de Medeiros
Chefe de Fórum

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:51
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508093223000000015151888
Número do documento: 18072508093223000000015151888

Poder Judiciário **Malote Digital**

Impresso em: 19/03/2018 às 09:01

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 81520182012715
Documento: Remessa Carta Precatória nº 2274-68.1992.4.05.8300 - Execução Fiscal.pdf
Remetente: Diretoria do Forum de Santa Luzia (Adriana Damasceno de Medeiros)
Destinatário: Diretoria do Fórum de Rio Tinto (TJPB)
Data de Envio: 19/03/2018 09:01:03
Assunto: Remessa Carta Precatória nº 2274-68.1992.4.05.8300, enviada a esta Comarca por engano

Código de rastreabilidade: 81520182012714
Documento: Remessa Carta Precatória nº 2274-68.1992.4.05.8300.pdf
Remetente: Diretoria do Forum de Santa Luzia (Adriana Damasceno de Medeiros)
Destinatário: Diretoria do Fórum de Rio Tinto (TJPB)
Data de Envio: 19/03/2018 09:01:03
Assunto: Remessa Carta Precatória nº 2274-68.1992.4.05.8300, enviada a esta Comarca por engano

Imprimir

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:51
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508093223000000015151888
Número do documento: 18072508093223000000015151888



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória

Código de rastreabilidade: 81520182012715

Nome original: Remessa Carta Precatória n° 2274-68.1992.4.05.8300 - Execução Fiscal.p
df

Data: 19/03/2018 09:01:03

Remetente:
Adriana Damasceno de Medeiros
Diretoria do Forum de Santa Luzia
TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Remessa Carta Precatória n° 2274-68.1992.4.05.8300, enviada a esta Comarca por e
ngano





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória
Código de rastreabilidade: 40520183853541
Nome original: GDC11-2-18-web.pdf
Data: 15/03/2018 13:03:09
Remetente:
Pedro Chabloz Filho
SJPE - Diretoria da 11ª Vara
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para providências.
Assunto: encaminha carta precatória GDC.0011.00011-2 2018



JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

CARTA PRECATÓRIA GDC.0011.000011-2/2018

01628001100001122018

EXECUÇÃO FISCAL: 0002274-68.1992.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A
ENDEREÇO: FAZENDA MANIBU, S/N – ZONA RURAL – RIO TINTO/PB
VALOR INICIAL DA DÍVIDA: **R$ 313.428,02**

PRAZO: **60 DIAS**

Via Malote Digital

DEPRECANTE: **JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DEPRECADO: **JUÍZO DISTRIBUIDOR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO TINTO/PB**

FINALIDADE: **CITAÇÃO** do executado, **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.**, no endereço acima, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, o valor inicial de **R$ 313.428,02**, acrescido de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução(art. 9º da LEF).

INTIMAÇÃO acerca do(a) despacho/decisão de fls. 329/333 e das penhoras realizadas nos autos do processo **0008638-90.1991.4.05.8300 (fls. 403, 561/562, 578/281, 593, 605, 647, 667 e 376/377), reunido ao presente feito**, e de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo e se ainda não lhe foi oportunizado, opor embargos.

INTIMAÇÃO de **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA** do apensamento das execuções fiscais, bem como da sentença/decisão

P

proferida nos autos da execução fiscal **0008638-90.1991.4.05.8300 e** da decisão de fls. 329/333 **proferida nos autos do processo em epígrafe.**

DEVOLUÇÃO da carta em caso de oposição de embargos para julgamento pelo Juízo deprecante, salvo se houver vícios ou irregularidades de competência do Juízo deprecado.

ANEXOS: Cópias da inicial, da(s) CDA(s), decisão de fls. 329/333, fls. 403, 561/562, 578/281, 593, 605, 647, 667 e 376/377 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300, fls. 192/194v.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara, aos 12 de março de 2018. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira. Eu, _____, (Pedro Chabloz Filho), TECNICO(A) JUDICIARIO(A), digitei. Eu, _____, (Edison Ribeiro de Vasconcelos), Diretor(a) de Secretaria da 11ª Vara/PE, conferi.

ROBERTA WALMSLEY SOARES C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal no exercício da titularidade da 11ª Vara-PE

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 (99 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

DECISÃO

Com a sentença/decisão proferida nos autos do processo 0008638-90.1991.4.05.8300 (cópia às fls. 192/194v), o processo 0002274-68.1992.4.05.8300 passou à qualidade de processo piloto, sendo certo que os atos praticados no primeiro processo permanecem válidos para as demais execuções, pois houve apensamento já em 2010.

Instada a se manifestar, a União elaborou o seguinte quadro com os valores atualizados das dívidas (fl. 195v):

Execução fiscal	CDA	Valor atualizado
92.0002274-0	**40691000085-33**	**R$ 518.947,96 (piloto)**
92.0002272-3	40291000134-22	R$ 157.238,41
93.0004700-0	31494989-5	R$ 116.524,42
94.0012072-9	1356416-7	R$ 4.964,85
95.0015555-9	31548809-3 31549500-6 31549501-4 31549989-3 31998401-0 31998402-8 31998435-4 31998436-2	R$ 16.737.566,40
95.0003070-5	40694000202-10	R$ 46.436,46
98.0005148-1	32479417-7	R$ 6.759,24
2001.83.00.012438-6	40600002326-91	R$ 270.769,76
2002.83.00.014058-0	40802000562-98	R$ 191.748,94
2002.83.00.010408-2	40802000558-01	R$ 86.814,02

Em nova manifestação, a União pede a extinção da execução fiscal 94.0012072-9, a exclusão das pessoas físicas do polo passivo da execução fiscal 98.0005148-1, bem como a exclusão dos sócios da CDA 32479417-7. Por fim, pede a manutenção das pessoas físicas apenas nas CDAs 31.998.401-0 e 31.998.436-2 (fls. 209/216).

Decido.

1. EXTINÇÃO DA EF 94.0012072-9

A União reconhece estar o débito fundamentado em dispositivo legal considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Pede a extinção da execução.

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

Ante o exposto, reconheço a inexigibilidade do crédito tributário consubstanciado na CDA 1356416-7 e, por conseguinte, **extingo a execução fiscal n.º 94.0012072-9 com resolução do mérito**, com base no art. 487, I, do CPC.

2. SÓCIO COM NOME NA CDA

Em relação às partes e citação nas execuções, antes do apensamento, temos o seguinte panorama.

2.1. EF - 92.0002274-0. Só pessoa jurídica. Sem citação.
Apesar de ter havido menção de redirecionamento no resumo constante à fl. 192v, na verdade, a União pediu a citação da empresa na pessoa de seus representantes legais. Devedora principal ainda não citada. Sem redirecionamento.

2.2. EF - 92.0002272-3. Só pessoa jurídica. Citada.
Devedora principal citada. Embargos à execução improcedentes. Leilão infrutífero. Processo baixado em 12/10 pelo apensamento. Sem redirecionamento.

2.3. EF - 93.0004700-0 (crédito previdenciário). Só pessoa jurídica. Citada.
Devedora principal citada. Embargos à execução improcedentes. Reunião da execução fiscal 95.15555-9 e 94.12072-9. Leilão infrutífero. Processo baixado em 12/10 pelo apensamento. Sem redirecionamento.

2.4. EF - 95.0015555-9 (crédito previdenciário). Pessoa jurídica e sócios CDA. Citados.
Polo passivo pessoa jurídica e sócios cujos nomes constavam da CDA. Foram expedidas cartas de citação para todos os coexecutados (empresa devedora, Luiz Gonzaga e José Luiz). Citação positiva de todos.

2.5. EF - 95.0003070-5. Só pessoa jurídica. Citada,
Devedora principal citada. Leilão infrutífero em razão de desapropriação do imóvel. Sem redirecionamento.

2.6. EF - 98.0005148-1 (crédito previdenciário). Pessoa jurídica e sócios CDA. Pessoa jurídica citada, pessoas físicas não.
Polo passivo pessoa jurídica e sócios cujos nomes constavam da CDA (Luiz Gonzaga e Jorge Luiz). Pessoa jurídica citada. Pessoas físicas citação infrutífera.

2.7. EF - 2002.83.00.014058-0. Só pessoa jurídica. Citação positiva.
Sem bens. Oficial justiça indica que no local há uma outra empresa.

2.8. EF - 2001.83.00.012438-6. Só pessoa jurídica. Citação negativa.
Houve juntada da execução fiscal 2002.83.00.010408-2. Citação negativa da pessoa jurídica (mudou-se). União pediu citação da empresa na pessoa do representante legal. Mandados expedidos, mas foram destinados ao antigo endereço.

Em petição às fls. 209/216, a União requer a exclusão das pessoas físicas do polo passivo da execução fiscal 98.0005148-1 e da correspondente CDA 32479417-7.

Defiro o pedido da União, pelo que passamos a ter o seguinte quadro (antes do apensamento), já considerando a extinção da execução fiscal do item 1:

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

Execução fiscal	Polo passivo	citação
92.0002274-0	Só pessoa jurídica	**Sem citação**
92.0002272-3	Só pessoa jurídica	Citada
93.0004700-0	Só pessoa jurídica	Citada
95.0015555-9	pessoa jurídica e sócios (nome CDA - (Luiz Gonzaga e José Luiz)	Todos citados
95.0003070-5	Só pessoa jurídica	Citada
98.0005148-1	Só pessoa jurídica	Pessoa jurídica citada
2001.83.00.012438-6 (2002.83.00.010408-2)	Só pessoa jurídica	**Sem citação**
2002.83.00.014058-0	Só pessoa jurídica	Citada

A execução fiscal 95.0015555-9 é composta por diversas CDAs. A União pede a manutenção das pessoas físicas apenas em relação às CDAs 31.998.401-0 e 31.998.436-2 em razão de as condutas descritas nos autos de infração, respectivos, caracterizarem-se apropriação indébita, passível de responsabilização pessoal.

Então, passaríamos a ter a seguinte situação:

EF	CDA e polo passivo	Situação da citação
95.0015555-9	31998401-0 31998436-2	
	pessoa jurídica e sócios (nome CDA - Luiz Gonzaga e José Luiz)	Todos citados

95.0015555-9	31548809-3 31549500-6 31549501-4 31549989-3 31998402-8 31998435-4	
	Só pessoa jurídica	Citada

3. REUNIÃO DAS EXECUÇÕES

A reunião de processos é possível quando temos as mesmas partes e o mesmo juízo competente para todos os feitos.

No presente caso, a partir dos pedidos da União, à exceção das CDAs 31998401-0 e 31998436-2, ambas da execução fiscal 95.0015555-9 (tratadas a seguir), todos os processos possuem como executada a PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, tramitam no mesmo juízo, razão pela qual mantenho a reunião dos feitos.

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

3.1. EF 95.0015555-9

Em relação à execução fiscal 95.0015555-9, devemos desvincular as CDAs em que os sócios permanecem como corresponsáveis, quais sejam: CDA 31998401-0 (período de apuração de 03/1993 a 04/1994 - fls. 5/9) e CDA 31998436-2 (período de apuração 13/1993 - fls. 21/24).

A União juntou aos autos do processo piloto as cópias dos processos administrativos de constituição dos referidos créditos às fls. 219/258 e 259/323.

Passo a analisá-las.

De acordo com os relatórios fiscais (CDA 31.998.436-2, fls. 221 e 237 e CDA 31998.401-0, fls. 263 e 285), a empresa foi autuada em razão de recolhimento de contribuições previdenciárias descontadas dos empregados e não repassadas para o INSS, fato ensejador da responsabilização pessoal do gestor.

Com efeito, a responsabilidade pessoal do sócio gestor, em nosso sistema, não é objetiva nem se conforma com a simples inclusão do nome do sócio na CDA, como já decidiu o Supremo Tribunal Federal ao declarar inconstitucional, com repercussão geral, o art. 13 da Lei 8.620/93 (RE 562.276/PR).

Ao revés, a responsabilidade solidária dos acionistas, controladores, diretores, gerentes e representantes de pessoas jurídicas deve sempre analisar-se à luz de ao menos uma das hipóteses previstas no art. 135 do CTN, ou seja, deve-se perquirir a existência de ato praticado com *excesso de poderes* ou *infração à lei*, contrato social ou estatutos.

A exequente comprova que pelo menos parte do débito exequendo - precisamente os contidos nas **CDAs n.ºs** 31998401-0 e 31998436-2 - originou-se de retenção de tributos (contribuição previdenciária) incidentes na operação (decorrente do rendimento de trabalho assalariado), que a empresa descontou dos empregados e não recolheu ao erário.

Nessas situações, a empresa executada era responsável tributária e, após reter os valores pertencentes a outras pessoas físicas ou jurídicas, apropriou-se indevidamente deles ao deixar de cumprir a obrigação legal de repassar os valores retidos na fonte ao Fisco. Outrossim, além da infração à lei tributária, a conduta se amolda, em tese, à descrição típica do crime de apropriação indébita (ilícito penal – art. 168-A do CP).

Deveras, é inafastável concluir que, tratando-se de situações tais (apropriação indébita de tributos), a responsabilização do sócio por infração à lei está configurada, sendo o que basta para autorizar o redirecionamento da execução contra o **gerente ou diretor**, com base no art. 135 do CTN.

No mesmo sentido, vários são os precedentes colhidos da jurisprudência (grifos de nosso punho):

> TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - INCLUSÃO DOS SÓCIOS ADMINISTRADORES NA RELAÇÃO PROCESSUAL - RESPONSABILIDADE PESSOAL DEMONSTRADA - LEI Nº 6.830/80, ART. 4º, V, E § 2º -

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

POSSIBILIDADE - CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE OUTUBRO DE 2001 - APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA - CÓDIGO PENAL, ART. 168-A - INFRAÇÃO À LEI - RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA CONFIGURADA - CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, ART. 135, III – APLICABILIDADE.
(...). 4 - As contribuições previdenciárias pretendidas são referentes a outubro de 2001, consubstanciando, em tese, o tipo penal de apropriação indébita previdenciária, que passou a existir após o advento da lei nº 9.983/2000, com a inserção do art. 168-a no Código Penal.
5 - **"Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional" (código penal, art. 168-a, *caput*) caracteriza, em tese, crime de apropriação indébita previdenciária, portanto, infração à lei, o que torna os sócios administradores, pessoalmente, responsáveis pela dívida, nos termos do art. 135, III, do código Tributário Nacional e, também, sujeitos à pena de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.**
6 - Proposta a Execução com espeque em Certidão de Dívida Ativa-CDA em que constam os nomes dos corresponsáveis tributários, cabe-lhes, mediante prova inequívoca, afastar a aplicação do disposto no art. 135 do Código Tributário Nacional.
7 - Apelação e Remessa Oficial providas.
8 - Sentença reformada parcialmente.
(TRF-1ª Região, AC, Rel. Des. Fed. Catão Alves, 7ª Turma, unânime, e-DJF1 9/4/2010.)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO. RESPONSABILIDADE DOS DIRIGENTES DA PESSOA JURÍDICA. LEGITIMIDADE. ART. 13 DA LEI Nº 8.620/93. CTN, ART. 121, ART. 124, INC. II, ART. 134, INC. VII E ART. 135. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449/08, CONVERTIDA NA LEI Nº 11.941/09. STF, RE 562.276/RS. CDA. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. INFRAÇÃO À LEI.
(...) 6. Após o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarar a inconstitucionalidade do mencionado art. 13, no julgamento do RE nº562.276/RS, sob a sistemática do artigo 543-B do Código de Processo Civil, não há mais como reconhecer a responsabilidade solidária dos sócios pelos débitos da pessoa jurídica sem que restem comprovadas quaisquer das hipóteses previstas no artigo 135 do CTN, ainda que seus nomes constem da Certidão de Dívida Ativa, já que a presunção de responsabilidade a autorizar tal inclusão, com a consequente inversão do ônus da prova, ficou totalmente prejudicada com a declaração de inconstitucionalidade da norma que lhe dava guarida.
7. Nas execuções fiscais para cobrança de contribuições previdenciárias não recolhidas pela pessoa jurídica, os diretores, gerentes e representantes legais somente serão pessoalmente responsabilizados pelos créditos correspondentes às obrigações tributárias, desde que estes resultem comprovadamente de atos praticados com excesso de poder ou infração à lei, contrato social ou estatutos.
8. A existência do nome do sócio ou dirigente no quadro de devedores da Certidão de Dívida Ativa só o legitima para figurar no polo passivo da execução fiscal caso a autoridade fiscal tenha logrado provar que o mesmo cometeu qualquer dos atos previstos no inciso III do artigo 135 do CTN.
9. **O débito exeqüendo refere-se, em parte, a valores descontados dos salários dos empregados, mas não repassados pelos sócios administradores ao ente previdenciário, conduta essa que, por configurar apropriação indébita de contribuições previdenciárias, tipifica a ilegalidade para o fim do artigo 135 do Código Tributário Nacional e impõe a manutenção dos sócios no polo passivo do feito.**
10. Agravo de instrumento parcialmente provido.
(TRF-3ª Região, AI 508613, Rel. Juiz conv. Hélio Nogueira, 1ª Turma, unânime, e-DJF3 13/5/2014.)

TRIBUTÁRIO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS QUE NÃO DISCRIMINAM AS CDAS OBJETO DO PARCELAMENTO. EXTRATOS JUNTADOS PELA FAZENDA NACIONAL QUE

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

DEMONSTRAM A RESCISÃO DO PARCELAMENTO. AUSÊNCIA DE CAUSA SUSPENSIVA DE EXIGIBILIDADE. CDAS REFERENTES A IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES RETIDOS NA FONTE E NÃO REPASSADOS AOS COFRES PÚBLICOS. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS-GERENTES DECORRENTE DO ART. 135 DO CTN. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO PROCESSO ADMINISTRATIVO. INCLUSÃO DOS SÓCIOS NO POLO PASSIVO DA EXECUÇÃO, E NÃO COMO CORRESPONSÁVEIS NA CDA. AGTR IMPROVIDO.

1. A decisão agravada deferiu o pedido de inclusão dos sócios, ora agravantes, no polo passivo do feito executivo, com espeque no art. 135 do CTN, determinando a citação dos mesmos para os fins do art. 8º e seguintes da Lei 6.830/80, exclusivamente quanto aos débitos consignados nas CDAs 40.2.12.000621-01, 40.2.12.000627-05, 40.6.12.002479-33 e 40.6.12.002494-72 (fls. 83/84).

(...). 4. **As CDAs sobreditas possuem a particularidade de se referirem a imposto de renda e contribuições retidos na fonte (fls. 185/192), de modo que o não repasse dos valores devidos a esses títulos aos cofres públicos caracteriza crime, em tese, contra a ordem tributária, nos moldes do art. 2º, II, da Lei 8.137/90. A caracterização dessa conduta como crime, por sua vez, reflete na responsabilização tributária dos sócios-gerentes decorrente do art. 135 do CTN.**

5. Não há se falar, ainda, que se trata de mero inadimplemento da obrigação tributária, a ensejar a incidência da Súmula 430 do STJ, porque a responsabilização dos sócios-gerentes no caso em tela resulta de infração à lei pela apropriação indevida de valores que deveriam ser repassados aos cofres públicos, conforme já referido. Ademais, também é prescindível processo administrativo prévio para tal imputação de responsabilidade aos sócios, pois não se trata de inclusão destes como corresponsáveis diretamente nas CDAs, mas apenas no polo passivo da execução.

6. AGTR improvido.

(TRF-5ª Região, AG 139046, Rel. Des. Fed. Manuel Maia, 1ª Turma, unânime, DJE 17/12/2014.)

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. ART. 8º, DEL. 1736/79. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. NECESSIDADE DE COMINAÇÃO COM O ART. 135 DO CTN. REQUISITOS CONFIGURADOS. RESPONSABILIDADE DO ART. 135 DO CTN É SUBSIDIÁRIA. LUSTRO PRESCRICIONAL DE REDIRECIONAMENTO QUE SE INICIA FRUSTRADA A EXECUÇÃO CONTRA O DEVEDOR PRINCIPAL. PRAZO NÃO CONSUMADO. AGTR IMPROVIDO.

1. **Apesar de o crédito exequendo estar sujeito ao regramento do art. 8º do Decreto-lei nº 1736/79, que determina a responsabilidade solidária dos acionistas controladores, diretores, gerentes e representantes de pessoas jurídicas de direito privado pelos créditos decorrentes do não recolhimento do imposto de renda retido na fonte, o STJ tem entendido pela necessidade de conjugar a interpretação daquele dispositivo com o art. 135 do CTN, devendo ser verificados os requisitos elencados neste artigo para a responsabilização pessoal dos sócios. Precedente.**

2. O agravante tornou-se diretor-presidente do SEMEPE - SERVIÇO MÉDICO DE PERNAMBUCO LTDA quando da alteração social de 17.11.1993 (fl. 64), assim permanecendo até a presente data (v. alterações de agosto de 1994, cláusula terceira, fl. 56; de novembro de 2000, fl. 52; e de abril de 2008, fl. 317). **Por sua vez, a infração à lei se configura pelo descumprimento da obrigação de repassar os valores retidos na fonte, conforme os arts. 1º e 2º da Lei 8.866/94. Têm-se presentes, portanto, os requisitos impostos pelo art. 135, III, do CTN para a responsabilização pessoal do agravante.**

(...). 6. AGTR improvido.

(TRF-5ª Região, AG 136702, Rel. Des. Fed. Joaquim Lustosa Filho, 1ª Turma, p. maioria, DJE 15/4/2014.)

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

332

No caso, não identifico a existência de documentação que comprove a função exercida por cada pessoa física, nos respectivos períodos, de modo a aferir o poder de gestão delas.

Dessa feita, **intime-se a União** para, no prazo de 20 (vinte) dias:

3.1.a) juntar a documentação necessária (atas de eleição) para comprovação do poder de gestão das pessoas físicas indicadas nas referidas CDAs.

3.1.b) dizer se mantem interesse na continuidade da execução contra as pessoas físicas, tendo em vista a necessidade de desmembramento das respectivas CDAs por conterem partes diversas, fato impeditivo da reunião processual.

4. CITAÇÃO

A União pede a citação da devedora a ser efetivada na pessoa de qualquer dos seguintes representantes: Luiz Gonzaga Marques Filho, Carlos Pessoa de Melo, Ernani Pessoa de Mello, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Carlos Antônio Cavalcanti Pessoa de Mello ou Vaudrilo Leal Guerra Curado, todos com endereço à Rua Dom Vital 27, Santo Amaro, Recife/PE (fl. 125).

Às fls. 369/381, da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, consta certidão do Oficial de Justiça confirmando que na Rua Dom Vital 27 funciona uma outra empresa.

No mesmo sentido foi a certidão exarada pelo oficial de justiça à fl. 38 da execução 2001.83.00.012438-6, no endereço da Rua do Brum, 137.

Verifico que nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, houve **citação positiva da devedora principal, em 11/06/2015, na cidade de Rio Tinto/PB, na Fazenda Manibu, Destilaria Santo Antônio (fl. 738).** No entanto, a carta precatória destinava-se à citação da empresa AGICAM.

Após a citação, houve pedido dos advogados, subscritores das petições às fls. 740 e 764/770, em nome da devedora original, para desarquivamento dos autos e obtenção de cópias. Sem juntada de procuração.

Conforme certidão à fl. 141, do presente feito, o oficial de justiça recebeu informação de JOSÉ LUIS DE LIMA (representante legal da empresa) trabalhar na cidade de Rio Tinto/PB, na Fazenda Manibu, Destilaria Santo Antônio.

Concluo que a tanto a PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A quanto a AGICAM tem domicilio na Fazenda Manibu, na cidade de Rio Tinto/PB.

5. GRUPO ECONÔMICO

De acordo com a decisão que reconheceu a formação de grupo econômico de fato, exarada às fls. 324/329, da Execução Fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, em 08/2014, o polo passivo das execuções reunidas é composto pelas seguintes pessoas

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

Pessoa física:

Antonio Francisco Dourado Pessoa de Mello
Belarmino Luiz Pessoa de Melo Neto
Carlos Pessoa de Melo (notícia falecimento fl. 369, EF-0008638-90.1991.4.05.8300)
Carlos Pessoa de Melo Filho

Pessoas jurídicas:

AGICAM
METALNORTE
SOC. SANTA LAURA VICUNHA LTDA
VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA

No processo 0008638-90.1991.4.05.8300, já forma promovidos os seguintes atos citatórios:

Parte	Endereço	citação	EF-0008638-90.1991.4.05.8300
Antonio Francisco Dourado Pessoa de Mello		Citação edital	Em 06/10/2015 fl. 548
Belarmino Luiz Pessoa de Melo Neto		Citação edital	Em 06/10/2015 fl. 548
Carlos Pessoa de Melo		Citação edital Em 06/10/2015 – fl. 548	Notícia falecimento fl. 369
Carlos Pessoa de Melo Filho		Citação edital	Em 06/10/2015 fl. 548
AGICAM	Carta precatória 347-2/2014 (fl. 738). Fl. 743 – corrige CPR – malote 25/10/2016		
METALNORTE		Citação edital	Em 19/7/2016 fl. 710
SOC. SANTA LAURA VICUNHA LTDA	av boa viagem 3232 apt. 603	Fl. 360v – citação negativa Citação edital	Em 06/10/2015 fl. 548
VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA		Citação edital	Em 06/10/2015 fl. 548
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A	Fl. 369/381 - rua dom vital 27 - negativo	Fl. 738 – citação positiva Pessoa de Mello ind e com. (era para citação da AGICAM)	

5.1. CARLOS PESSOA DE MELO

A notícia de falecimento do corresponsável (fl. 369) antecede sua citação por edital (fl. 548).

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

Dessa feita, anulo a citação por edital de CARLOS PESSOA DE MELO.

Intime-se a União para promover os atos de sucessão processual, no prazo de 30 (trinta) dias.

5.2. FAZENDA MANIBU, RIO TINTO/PB

Como já explanado no item 4, extrai-se dos autos que a PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A e a AGICAM tem domicilio na Fazenda Manibu, na cidade de Rio Tinto/PB.

Já foi expedida carta precatória para correção da citação equivocada da AGICAM (fl. 743, malote 25/10/2016).

Cobre a secretaria notícia do andamento da deprecata.

Expeça-se nova carta precatória para a **citação e intimação da penhora** da PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A, na Fazenda Manibu, na cidade de Rio Tinto/PB, com prazo de 30 (trinta) dias para embargar a execução, se ainda não lhe foi oportunizado.

No mesmo ato, **INTIMEM-SE** a AGICAM e PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO S/A do apensamento das execuções, bem como da sentença/decisão proferida nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300 (juntada ao presente feito às fls.192/194v) e da presente decisão.

Deixo para apreciar o pedido da União de fl. 777, da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, para citação da AGICAM (na pessoa de seus representantes legais Francisco Carlos Ferreira de Araujo, Rua Manoel Graciliano de Souza 299, apt. 101, Jardim Atlântico, Olinda/PE e Luiz Gonzaga Marques Filho, Rua Cabo, n.º 6, Ouro Preto, Olinda/PE ou, alternativamente, Fazenda Manibu, Mataraca, Rio Tinto /PB; Filial2 Ceasa, Galpão GPA, Box 708, Cristo Redentor, João Pessoa/PB - fl. 780), após o resultado da precatória expedida em 25/10/2016.

6. CERTIFICAR

Certifique a secretaria se já decorreu ou não o prazo pagamento ou nomeação de bens à penhora pelos seguintes coobrigados: Antonio Francisco Dourado Pessoa de Mello, Belarmino Luiz Pessoa de Melo Neto, Carlos Pessoa de Melo Filho, METALNORTE, SOC. SANTA LAURA VICUNHA LTDA e VALE DOURADO NEGÓCIOS LTDA.

Caso negativo, **intimem-se** as partes das penhoras efetuadas para, querendo, opor embargos à execução, no prazo de 30 (trinta) dias.

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

7. PENHORAS

Verifico ter havido as seguintes penhoras nos autos do processo 0008638-90.1991.4.05.8300, realizadas quando todos os feitos já estavam reunidos. Sendo assim, continuam garantindo as execuções reunidas:

Fl. 403 – penhora rosto autos processo de desapropriação 0011587-23.2010.4.05.8300 25.ª Vara Federal de Goiana/PE;
Fl. 561 – penhora rosto autos 0000184-96.2006.4.05.8300 da 7.ª Vara Federal (auto de penhora fl. 562). Feito sobrestado no aguardo de julgamento de recurso no STJ (fl. 650);
Fls. 578/581 – auto de penhora e avaliação imóveis de matrículas 372, 362, 365, 366, 357, todos do 1.º Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE;
Fl. 593 – auto de penhora, avaliação e registro imóvel de matrícula 809, 1º Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba/PE;
Fl. 605 – auto de penhora e avaliação do imóvel de matrícula 173, 2.º Cartório de Registro de Imóveis de Vicência/PE;
Fl. 647 – penhora rosto autos 3.ª Vara Federal processo 0000628-91.1990.4.05.8300. Houve resposta daquele juízo no sentido de não haver valores disponíveis (fls. 622/627);
Fl. 667 – termo de penhora rosto autos 2008.34.00.022494-3, da 6.ª Vara Federal DF;
Fls. 676/677 – penhora de créditos referente a 347 ações PN – TIM Participações S/A.

Intime-se a União para se manifestar, no prazo de 20 (vinte) dias, sobre as penhoras realizadas, bem como indicar outros meios de prosseguimento da execução.

Recife, 07/03/2018.

ROBERTA WALMSLEY S. C. PORTO DE BARROS
Juíza Federal, no exercício da titularidade da 11ª Vara/PE

TERMO DE RECEBIMENTO
Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos do(a) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara/PE. Recife/PE, 07/03/2018.

Juliana Pessoa Rafael
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

AUTO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos 6(seis) dias do mês de Maio do ano de 2015, em cumprimento à Carta Precatória CPR.0011.000358-6/2014, procedi à Penhora no rosto dos autos da Ação de Desapropriação de Imóvel Rural por Interesse Público nº 0011587-23.2010.4.05.8300, para garantia do débito exeqüendo no montante de R$305.298,90(trezentos e cinco mil duzentos e noventa e oito reais e noventa centavos), atualizados até novembro/2014, tendo sido tal requerida pelo Juízo da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, em razão de existir crédito em face da Empresa Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A, na Execução Fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, tombada no referido Juízo Federal. No mais, intimei a Diretora de Secretaria a certificar a constrição no verso da metade da primeira folha dos autos. Para constar, lavrei o presente auto, que vai devidamente assinado por mim e pela Diretora de Secretaria da 25ª Vara Federal em Goiana.

Rosalina Luiza Barros Moreira
Oficiala de Justiça Avaliadora Federal
Mat. PE3286

Fernanda Karla Rodrigues de Miranda
Diretora de Secretaria da 25ª Vara Federal em Goiana

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, aos cinco (05) dias do mês de novembro de 2015, dirigi-me, nesta cidade, à Secretaria da 7ª Vara Federal, e sendo o local, procedi à PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS, de conformidade com o Auto, em anexo. O Diretor da Secretaria, na pessoa do funcionário, Tarcísio, recebeu a documentação para o procedimento (averbação) e exarou sua nota de ciente. O referido é a verdade e dou a minha fé. Recife, 05 de novembro de 2015._____ JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

962

PROCESSO Nº 0008638-90.1991.4.05.8300 – EXECUÇÃO FISCAL

MANDADO: MAN. 0011. 002197-9/2015

11ª VARA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

05 NOV. 2015

25 +1
TANCISI
7ª VARA FED

AUTO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos cinco (05) dias do mês de outubro de 2015, nesta cidade de Recife/PE, por ordem da MM Juiza Federal da 11ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, na Ação em Epígrafe, que move o Exequente: FAZENDA NACIONAL contra o Executado, PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A, dirigi-me à 7ª Vara Federal – Seção Judiciária de Pernambuco e, após ter apresentado o Mandado de PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS (MAN. 0011. 002197-9/2015) ao Diretor (a) de Secretaria da 7ª Vara, requeri a apresentação dos Autos do Processo tombado sob o nº 0000184-96.2006.4.05.8300, que ali tramita. Em seguida, nos termos da Lei 6.830/80, procedi à PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS para a garantia do débito exequendo, no montante de R$ 4.196.055,19 (Quatro milhões, cento e noventa e seis mil, cinquenta e cinco reais e dezenove centavos).

Procedi, ainda, a entrega da cópia deste documento ao Sr. (a) Diretor (a) de Secretaria da 7ª Vara Federal, para que este (a), sob as penas da lei, faça a averbação nos autos supracitados a fim de que, oportunamente, produza os efeitos legais pretendidos, como o pagamento do débito ora ajuizado. Do que, para constar, lavrei o presente auto que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim, Oficial de Justiça, e pelo (a) Diretora de Secretaria da 7ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco.

OFICIAL DE JUSTIÇA – JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA - MAT 1235

DIRETOR DE SECRETARIA

578

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco – 25ª Vara Federal

11.486.974/0001-43
Serviço Notarial e Registral
Cartório Único
Rua Domingos Braga, Nº 140
Aliança - Fone: 3627-1375
Rousiner Coelho de Albuquerque
Tabelião

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015, no município de Aliança, Estado de Pernambuco, em cumprimento ao mandado de penhora, avaliação, depósito e registro extraído dos autos da Carta Precatória cível de nº **0800149-70.2015.4.05.8306 (Processo Originário nº 0008638-90.1991.4.05.8300)** movido pela **FAZENDA NACIONAL** contra o executado **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e outros**, vim eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal, matrícula 3300, abaixo assinado ao local indicado e ali estando, após as formalidades legais, **PENHOREI** e **AVALIEI** o(s) bem(ns) a seguir descrito(s):

1) Imóvel rural de matrícula **372**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Cana Brava/Oiteiro Alto**, com 300ha (trezentos hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Jucá, de Carlos Antônio e José Henrique César de Albuquerque; ao Sul, com o Engenho Passagem, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; a leste com o Engenho Natal de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A e Paraná, de Juarez Correia de Azevedo; ao oeste, com os Engenhos Guararapes e Oiteiro Alto, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Apesar de existir casas com alguns moradores pontuais, não existe vila de casas no referido engenho. A maioria do imóvel é composta de terra nua, ou seja, sem benfeitorias. As construções existentes encontram-se em péssimo estado de conservação. O solo é próprio para plantação de cana-de-açúcar.**
2) Imóvel rural de matrícula **362**, denominado **Engenho Falcão**, com 412ha (quatrocentos e doze hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Retiro, do Sr. Fernando Olímpio de Moraes; ao Sul, com o Engenho Brejo Aliança, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; a leste com o Engenho Cipó Branco do Sr. Pedro Francisco de Andrade Cavalcanti; a oeste, com os Engenho Mata Limpa, também de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: existem várias famílias residindo no engenho há muitos anos, inclusive tendo elas recebido o lote à título de indenização por verbas trabalhistas não percebidas por terem trabalhado para a executada Pessoa de Mello Industria e Comércio (Usina Aliança). Assim,o imóvel é composto por vilas de casas de alvenaria.**
3) Imóvel rural de matrícula **365**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Laureano**, com 150ha (cento e cinquenta hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Mata Limpa, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; ao Sul, com o Engenho Cangaú, do Sr. Luismar de Melo; ao leste com o Engenho Brejo

Aliança de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A e com o Engenho Cangaú; ao oeste, com o Engenho Mata Limpa e terrenos urbanos da cidade de Aliança (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Localizado no entorno da zona urbana da cidade de Aliança, possui inúmeras casas já construídas e loteamentos de casas ainda em construção. Atualmente, confunde-se com a zona urbana do município.**

4) Imóvel rural de matrícula **366**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Mata Limpa**, com 116,94ha (cento e dezesseis hectares e noventa e quatro ares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Falcão, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; ao Sul, com o Engenho Sitio Novo, também da empresa; ao leste com os terrenos urbanos da cidade de Aliança ; ao oeste, com os Engenhos Monte Claro e Boa Vista da Usina Cruangi S/A (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Também localizado no entorno da zona urbana da cidade de Aliança/PE. Não foi visualizada casas ou benfeitorias e/ou plantações.**

5) Imóvel rural de matrícula **357**, feita em 27 de julho de 1978, denominado **Engenho Brejo**, com 3.24ha (Três hectares e vinte e quatro ares), medindo 180m de comprimento por 180m de profundidade, desmembrada do Engenho Brejo, localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, sul, leste e oeste com terras do Engenho Brejo de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança) (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Imóvel onde funcionou o parque industrial da Usina Aliança, o qual atualmente, encontra-se destivado e em péssimo estado de conservação. Ademais, existe uma vila de casas no Engenho Brejo, todas de alvenaria.**

Registro que, com exceção do imóvel de matrícula 357, todos os outros possuem grandes proporções, não sendo possível a constatação *in loco* de todas as benfeitorias mencionadas, presumindo-se verdadeiras e de boa-fé todas as informações prestadas pelo Sr. Severino Bernardo, mais conhecido por Sr. Biluca, morador do Engenho Brejo/Usina Aliança e profundo conhecedor de toda a região. Ademais, tendo em vista as grandes áreas dos imóveis constrictos e, considerando apenas os documentos acostados ao presente expediente (certidões cartorárias), é impossível, sem a ajuda de aparelhos técnicos, tais como teodolitos, e pessoal humano especializado (agrimensor), individualizar com a máxima precisão os imóveis. Portanto, a descrição e avaliação dos imóveis tem por base todas as informações prestadas pelo Sr. Biluca, bem como a visão geral dos imóveis obtidas por este Oficial quando da diligência.

Avaliação:

Considerando, exclusivamente para efeito da avaliação, o imóvel livre de pessoas e coisas e, presumindo que as informações colhidas foram prestadas com boa-fé, a dimensão do(s) imóvel(is), benfeitorias e valor de mercado, reavalio o referido(s) bem(ens) em:

ENGENHO CANA BRAVA/OITEIRO ALTO: R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Valor do Hectare: R$ 8.000,00 (oito mil reais).

ENGENHO FALCÃO: R$ 4.120.000,00 (quatro milhões e cento e vinte mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO LAUREANO: R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO MATA LIMPA: R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO BREJO: R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzendis mil reais). Valor do m²: aproximadamente R$ 100,00.

VALOR TOTAL DA PENHORA: R$ 12.320.000,00 (doze milhões e trezentos e vinte mil reais).

ALEXANDRE LUIZ CAVALCANTI DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Matrícula 3300

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

581

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco – Subseção Goiana

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO E REGISTRO

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que, em cumprimento ao referido mandado, em 09 de novembro de 2015, dirigi-me aos **endereços constantes no Mandado** e, sendo ali, **PROCEDI À VISTORIA E PENHORA** dos bens imóveis indicados pela exequente às fls. 498/516. Ademais, após pesquisa na rede imobiliária local, procedi à **AVALIAÇÃO**, tudo de acordo com o Auto de Penhora e Avaliação.

CERTIFICO AINDA que, em 30/11/2015, dirigi-me ao Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE e, ali estando, entreguei a contrafé do mandado e a cópia do auto de penhora/avaliação ao Tabelião Substituto, Sr. Edson Rodrigues de Albuquerque, para fins de registro da penhora, o qual recebeu e exarou a nota de ciente. É o que me cumpre certificar, **dou fé**. À apreciação do MM. Juiz Federal.

Goiana/PE, 03 de dezembro de 2015.

ALEXANDRE LUIZ CAVALCANTI DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Mat 3300

593

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTANCIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA

AUTO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO.

Aos vinte (20) dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze, eu, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal, abaixo assinada, com apoio do Sr. Gisoaldo Batista da Silva (81-99308-6179), conhecedor do Sitio Mascarenhas, Zona Rural, Timbaúba-PE, e, em cumprimento ao Mandado de Penhora, Avaliação, Depósito e Registro, expedido nos Autos do **Processo: 0800151-40.2015.4.05.8306-PJE (Proc. Origem: 0008638-90.1991.4.05.8300, Carta Precatória. N. 0011.000344-2/2015),** movido pela FAZENDA NACIONAL em face de PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A e outros, CNPJ 10803336/0002-27, efetuei vistoria/lavratura o Auto de penhora, avaliação e registro do bem descrito a seguir: **Sitio Mascarenhas, registrado sob. N.809, datado de 21/07/1978, no Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba-PE, 1º Oficio. No referido engenho, há plantações de bananas no contorno do açude, as construções estão abaixo, restando apenas na pedra a igreja de São José. Há mata nativa, mas o local está bastante descaracterizado em razão de muito desmatamento. O acesso não é fácil, sendo a estrada de barro bastante acidentada, tendo como ponto de referência a BR sentido Timbaúba-Macaparana, adentra-se antes do Posto de Gasolina Santa Terezinha, na entrada á esquerda conhecida como entrada da Pedra Grande, percorrendo mais ou menos 09km passando pelo Engenho Xixá. Avalio um (01) hectare na localidade por R$10.000,00 (dez mil reais). Consta na certidão do Cartório de Imóveis área total de 60ha, valendo a presente penhora o valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Na localidade, não havia moradores. De acordo com Sr. Gisoaldo, conhecido como Aldinho, e o seu pai Mariano Pedro da Silva, o Sitio Mascarenhas, assim como as demais áreas da localidade (Engenho Xixá, Sitio Mascarenhas, Engenho Brito e Águas Perdidas), trata-se de uma reserva ambiental.** Após lido e achado conforme, o presente Auto vai por mim assinado.

Iracema Bionafina Alves de Lima
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Mat.PE3285

RH às 13:41 em 20/10/2015
Iasiel Barbosa Nesberting dos Santos
Escrevente Autorizado

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco – 25ª Vara Federal

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 11 dias do mês de novembro de 2015, no município de Vicência, Estado de Pernambuco, em cumprimento ao mandado de penhora, avaliação, depósito e registro extraído dos autos da Carta Precatória cível de nº **0800148-85.2015.4.05.8306 (Processo Originário nº 0008638-90.1991.4.05.8300)** movido pela **FAZENDA NACIONAL** contra o executado **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e outros,** vim eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal, matrícula 3300, abaixo assinado ao local indicado e ali estando, após as formalidades legais, **PENHOREI** e **AVALIEI** o bem a seguir descrito:

> ***"Imóvel denominado Águas Perdidas, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A, matrícula nº 173, do livro 2-B, à fl. 73, com área de 120,00Ha (cento e vinte hectares), situado no 2º distrito do município de Vicência/PE, cadastrada no INCRA sob o nº 230.170.003.158, com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com terras da propriedade da Chã da Porta, pertencente a Sra. Antonia Silva, e Engenho Brito, pertencente a Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A; ao Sul, com terras da propriedade Taquari e Rochedo, pertencente a Jose Manoel de Oliveira e Odon da Cunha Cavalcanti, respectivamente; a leste com terras da propriedade Imbú e Chã da Porta, pertencente, respectivamente, ao espolio da Pio Guerra e D. Antonia Silva; e a oeste , com a propriedade Brito, pertencente a Pessoa de Mello, Industria e Comercio S.A".***
>
> **Descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis.**

Vistoria

Por ocasião da diligência, o Sr. Gesoaldo, mais conhecido por Aldinho, prestou informações pertinentes, sobretudo quanto à localização e benfeitorias, destacando que:

a) o referido engenho tem solo típico para o cultivo de banana, bem como várias plantações de banana (não foi possível determinar a área cultivada);

b) o engenho situa-se relativamente longe de rodovias (cerca de 10km da mais próxima);

c) existem várias famílias residindo no engenho há muitos anos, inclusive tendo elas recebido o lote à título de indenização por verbas trabalhistas não percebidas por terem trabalhado para a executada Pessoa de Mello Industria e Comércio (Usina Aliança).

d) os imóveis existentes no engenho são todos de alvenaria e tijolos.

e) o Engenho Águas Perdidas está inserido em uma Zona de Proteção Ambiental – ZPE.

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508125892200000015151945
Número do documento: 18072508125892200000015151945

647

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, aos cinco (05) dias do mês de novembro de 2015, dirigi-me, nesta cidade, à Secretaria da 3ª Vara Federal, e sendo o local, efetivei o ARRESTO CAUTELAR NO ROSTO DOS AUTOS, de conformidade com o Auto, em anexo. A Diretora da Secretaria, Alba Lúcia de Mattos, recebeu a documentação para averbação e exarou sua nota de ciente. O referido é a verdade e dou a minha fé. Recife, 05 de novembro de 2015 – JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

6ª Vara - SJDF
Fls
Rubrica... 1028

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo nº: 2008.34.00.022494-3 (Principal 1999.34.00.019801-0)

TERMO DE AVERBAÇÃO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos 16 de dezembro de 2015, procedi à averbação da penhora no rosto dos autos da **Execução contra a Fazenda Pública nº 2008.34.00.022494-3,** movida por PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO SA contra a UNIÃO FEDERAL, do crédito de **R$ 4.196.055,19 (quatro milhões, cento e noventa e seis mil e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos),** em favor da UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), em cumprimento ao ofício n. 377/2015-18a.Vara, expedido na carta precatória n. 59728-64.2015.4.01.3400, em trâmite na 18ª. Vara Federal/SJDF *(Juízo deprecante: 11ª. Vara Federal de Recife – PE / execução fiscal n. 8638-90.1991.4.05.8300).*

Do que, para constar, lavrei o presente Termo, que vai por mim assinado.

Altina Tavares Cavalcante Luján Alberca
Diretora de Secretaria da 6ª Vara Federal/DF

JUNTADA

Nesta data [illegible] presentes autos

CVP 0000001-41.2016

folha(s) seguinte

Fls. 21 do CG de 16

Em [illegible]

assino [illegible]

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª Vara Federal

Processo: 0008638-90.1991.4.05.8300
99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o(a) PETIÇÃO/MANDADO n. MAC.0011.000199-6/2014, do que, para constar, lavrei o presente termo.

Recife, 14/05/2015.

Luana Estevão da Silva
OPERADOR DE DOCUMENTOS

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

MANDADO DE CITAÇÃO Nº MAC.0011.000199-6/2014

EXECUÇÃO FISCAL: 0008638-90.1991.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros – CPF/CNPJ: 018.544.024-04
CORRESPONSÁVEL: BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO
ENDEREÇO DO CORRESPONSÁVEL: RUA DOM VITAL, 27, SANTO AMARO, RECIFE-PE
VALOR DA DÍVIDA: R$ 305.298,90(atualizado até 11/2014)

DE ORDEM DO MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, DR. GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, na forma da Lei etc,

Manda a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue que, em cumprimento a despacho/decisão exarado(a) nos autos, indo por mim Diretor(a) de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do(a) MM. JUIZ, que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço supracitado ou a outro local, e, sendo aí, CITE o(a) corresponsável, BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELO NETO, inscrito no CPF nº. 018.544.024-04, para, no prazo de 05(cinco) dias, pagar a dívida no valor de R$ 305.298,90 (atualizado até 11/2014), acrescido dos acessórios e honorários advocatícios ou garantir a execução, conforme dispõe o art. 8º da LEF, sob pena de não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos bens quantos forem necessários à satisfação da dívida.

Ficará o Oficial de Justiça, desde já, autorizado, se necessário for, a cumprir o presente mandado nos sábados, domingos e feriados, ou nos dias úteis fora do horário forense (CPC art. 172 e §§), a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado a fim de proceder a citação.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificado o Executado de que este Juízo funciona no endereço supracirado-indicado, com atendimento das 09:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Seguem, em anexo, cópia da Inicial, da CDA e da Decisão de fls. 324/329.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara Federal-PE, eu, _____ (Dulce Cavalcanti Galindo Ferraz, TECNICO(A) JUDICIARIO(A)), digitei e o(a) Diretor(a) de Secretaria conferiu e subscreve.

Recife/PE, 15 de dezembro de 2014.

SERGIO AUGUSTO MELO DE SIQUEIRA VIEIRA
Diretor de Secretaria da 11ª Vara/PE

OBS.: Em caso de intenção de pagamento ou parcelamento do débito, favor dirigir-se à RECEITA FEDERAL com endereço na Av. Alfredo Lisboa, 1152 - Térreo – Recife Antigo –

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

EXMO SR. DR. JUIZ

A FAZENDA NACIONAL, por seu representante infra-assinado, respeitosamente requer, com fundamento no Código de Processo Civil - Livro II, Título I, Capítulo III, Seção II, art. 585, inciso V I - Lei nº 6.830, de 1980, e demais disposições aplicáveis, a EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA correspondente ao título anexo, nº ,que faz parte integrante desta petição inicial, no valor de Cz$ (

), contra

inscrito no Cadastro sob o nº

, com domicílio fiscal na

Requer, ainda, a citação do devedor para pagar o débito, no prazo legal, com juros, custas e encargo legal de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978, ou garantir a execução, sob pena de penhora ou arresto, e a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre imóvel.

Dá à causa o valor da dívida acrescida dos encargos legais, protestando pelas provas em direito admitidas.

Pede Deferimento.

de de 19

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob o número , da série , no livro , a fls. , em , inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob o número , com domicílio fiscal na ,

NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
		CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
			VALOR TOTAL	

conforme a fundamentação legal indicada no quadro abaixo:

NOTIFICAÇÃO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL — , em de de

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

FLS. 1

Nº DO PROCESSO

Nº DE INSCRIÇÃO

Fazenda Nacional — 2ª Região

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
IAA - CONTRIBUIÇÃO DE SOCIED	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
1997					

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRAÇÃO	

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 PER CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
1997	MULTA MORA 20 PERCENTO	-		-	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ART. 72 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.285

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

EXMO SR. DR. JUIZ

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 07/11/91 às h.
Funcionário

A. R.
CITE-SE.
RECIFE, 07 DE NOVEMBRO DE 1991

A FAZENDA NACIONAL, por seu representante infra-assinado, respeitosamente requer, com fundamento no Código de Processo Civil - Livro II, Título I, Capítulo III, Seção II, art. 585, inciso V I - Lei nº 6.830, de 1980, e demais disposições aplicáveis, a EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA correspondente ao título anexo, nº 40 6 91 000046-27 ,que faz parte integrante desta petição inicial, no valor de Cr$ 4.196.055,19 (********** ********QUATRO MILHOES CENTO E NOVENTA E SEIS MIL CINCUENTA E CINCO CRUZEIROS E DEZENOVE CENTAVOS********** ********** **********), contra PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A inscrito no Cadastro GERAL DE CONTRIBUINTES sob o nº 10803336/0002-27 , com domicílio fiscal na RUA DO BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE, CEP 50030.

Requer, ainda, a citação do devedor para pagar o débito, no prazo legal, com juros, custas e encargo legal de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978, ou garantir a execução, sob pena de penhora ou arresto, e a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre imóvel.

Dá à causa o valor da dívida acrescida dos encargos legais, protestando pelas provas em direito admitidas.

Pede Deferimento.

Recife, 04 de dezembro de 19 91.

DA-SE A CAUSA O VALOR CONSOLIDADO DE CR$ 82.819.478,32 EM 12/10/91

000.068

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

TOTAL PAGINAS ANEXO 1 = 014

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob o número 40 6 91 000046-27, da série DO/91, no livro 601, a fls. 00046, em 28/08/91, PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, inscrito no Cadastro GERAL DE CONTRIBUINTES sob o número 10803336/0002-27, com domicílio fiscal na RUA DO BRUM 137, BAIXO DO RECIFE, RECIFE, CEP 50030.

DEVEDOR A FAZENDA NACIONAL DA QUANTIA ABAIXO DISCRIMINADA, REFERENTE AOS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO.

VALOR TRANSFORMADO EM CRUZEIRO CONFORME LEI 8024, DE 12/04/90.

NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
		CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO
			VALOR TOTAL	CR 4.196.055,19

conforme a fundamentação legal indicada no quadro abaixo:

EM ANEXO	EM ANEXO

NOTIFICAÇÃO EM ANEXO

CONSTITUICAO DO CREDITO - EM ANEXO

A DIVIDA EM APREÇO E INSCRITA, NESTA DATA, A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES DE PROCESSO OU EXPEDIENTE PROTOCOLIZADO NO MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, SOB O NUMERO ABAIXO INDICADO, E ESTA SUJEITA, ATE SUA EFETIVA LIQUIDACAO, A CORRECAO MONETARIA (LEI 4357/64, ART. 7, LEI 5421/68, ART. 1, DL. 1645/78, ART. 5, DL. 1704/79, LEI 6830/80, ART. 2, PAR. 2, ART. 5, DL. 2284/86, ART. 41, DL. 2287/86, ART. 15, MODIFICADO PELO DL. 2323/87, ARTS. 1 E 14) E AOS JUROS DE MORA DE 1 (UM) POR CENTO AO MES (LEI 5421/68, ART. 2, DL. 1736/79, ART. 2, E DL. 2323/87, ART. 18, MODIFICADO PELO DL. 2331/87, ART. 6), EXCETUADA, QUANTO AOS JUROS, A PARCELA RELATIVA A MULTA DE MORA, ALEM DO ENCARGO DE 20 (VINTE) POR CENTO, PREVISTO NO DL. 1025/69, ART. 1, E NO DL. 1645/78, ART. 3.

DO QUE, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAIDA A PRESENTE CERTIDAO, A QUAL VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PE, em 12 de OUTUBRO de 1991

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

NUMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - 13406 000079/89-17

000.068

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 1/ 14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	01

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
1289	CONTRIB.	13/01/89	02/89 VALOR	01/02/89 TRANSFORMADO	NCZ 4.510.210,00 EM CR 4.510,21

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
1289	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	- VALOR	- TRANSFORMADO	NCZ 902.042,00 EM CR 902,04

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI7755/25

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0189	CONTRIB.	15/02/89	02/89 VALOR	01/02/89 TRANSFORMADO	NCZ 3.048,00 EM CR 3.048,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.142

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 2/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	05

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0189	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 609,60 VALOR TRANSFORMADO EM CR 609,60

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0789	CONTRIB.	15/03/89	03/89 VALOR	01/04/89 TRANSFORMADO	NCZ 6.585,00 EM CR 6.585,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0289	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 1.317,00 VALOR TRANSFORMADO EM CR 1.317,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.143

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 3/ 14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO	Nº DE INSCRIÇÃO
13406 000079/89-17	40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0389	CONTRIB.	15/04/89	04/89 VALOR	01/05/89 TRANSFORMADO EM CR	NCZ 7.014,00 7.014,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0389	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	- VALOR	- TRANSFORMADO EM CR	NCZ 1.402,80 1.402,80

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0489	CONTRIB.	15/05/89	05/89 VALOR	01/06/89 TRANSFORMADO EM CR	NCZ 5.348,00 5.348,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.144

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 4/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 0000[illegible]-17

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0489	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 1.069,60
			VALOR	TRANSFORMADO EM CR	1.069,60

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0589	CONTRIB.	15/06/89	06/89	07/89	NCZ 2.252,00
			VALOR	TRANSFORMADO EM CR	2.252,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68, COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0589	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 450,40
			VALOR	TRANSFORMADO EM CR	450,40

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

00.145

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 5/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0689	CONTRIB.	15/07/89	07/89	01/08/89	NCZ 237,30
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 237,30		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0689	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 47,46
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 47,46		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0789	CONTRIB.	15/08/89	08/89	01/09/89	NCZ 114,84
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 114,84		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.146

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 8/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/85-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 5 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0789	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 22,96
				VALOR TRANSFORMADO EM CR	22,96

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0889	CONTRIB.	15/09/89	09/89	01/10/89	NCZ 564,89
			VALOR TRANSFORMADO EM CR		564,89

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,C/A NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0889	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 112,97
			VALOR TRANSFORMADO EM CR		112,97

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

00.147

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 7/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0989	CONTRIB.	15/10/89	10/89	01/11/89	NCZ 27.898,99
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 27.898,99		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0989	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 5.579,79
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 5.579,79		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
1089	CONTRIB.	15/11/89	11/89	01/12/89	NCZ 123.590,79
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 123.590,79		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

00.149

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 8/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
1989	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	- VALOR	- TRANSFORMADO	NCZ 24.718,15 EM CR 24.718,15

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
1189	CONTRIB.	15/12/89	12/89 VALOR	01/01/90 TRANSFORMADO	NCZ 157.312,92 EM CR 157.312,92

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
1189	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	- VALOR	- TRANSFORMADO	NCZ 31.462,58 EM CR 31.462,58

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

00.149

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 9/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
1989	CONTRIB.	15/01/90	01/90	01/02/90	NCZ 293.318,36
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 293.318,36		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
1989	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 58.663,67
			VALOR TRANSFORMADO		EM CR 58.663,67

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0190	CONTRIB.	15/02/90	02/90	01/03/90	NCZ 239.059,40
			VALOR TRANSFORMADO		EM CR 239.059,40

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

00.150

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 10/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000075/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0190	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 47.811,88
			VALOR TRANSFORMADO EM CR		47.811,88

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/ES.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0290	CONTRIB.	15/03/90	03/90	01/04/90	NCZ 532.515,62
			VALOR TRANSFORMADO EM CR		532.515,62

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68, COM NOVA REDAÇÃO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0290	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 106.503,12
			VALOR TRANSFORMADO EM CR		106.503,12

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/ES.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

00.151

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 11 / 14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 5 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0390	CONTRIB.	15/04/90	04/90	01/05/90	Cr$ 316.732,68

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0390	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	Cr$ 63.346,53

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0490	CONTRIB.	15/05/90	05/90	01/06/90	Cr$ 612.029,79

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

00.152

C00.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 12/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/85-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0490	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CR 122.405,55

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0590	CONTRIB.	15/06/90	06/90	01/07/90	CR 417.608,69

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0590	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CR 82.521,77

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.153

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 13/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO	Nº DE INSCRIÇÃO
13406 000079/89-17	40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0690	CONTRIB.	16/07/90	07/90	01/08/90	Cr$ 201.093,12

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0690	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	Cr$ 40.378,62

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0790	CONTRIB.	15/08/90	08/90	01/09/90	Cr$ 545.077,92

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.154

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

FLS. 14/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0790	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	Cr$ 109.015,58

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7755/85.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO | NOTIFICAÇÃO

ORIGEM | Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO | NOTIFICAÇÃO

ORIGEM | Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

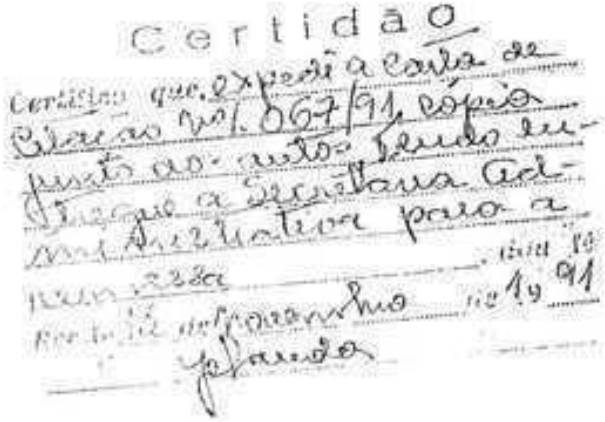
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO | NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.155

000.067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953



Certidão

Certifico que expedi a carta de citação nº. 067/91, cópia junto ao auto. Segue a Secretaria Administrativa para a devida providência.

João Pessoa, 19 de junho de 1991.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

EXMO SR. DR. JUIZ

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

95.0003070-5

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 10/03/95 às
Funcionário

Dr. Elio Wanderley de Siqueira Filho

A FAZENDA NACIONAL , por seu representante infra-assinado, respeitosamente requer, com fundamento no Código de Processo Civil - Livro II, Titulo I, Capitulo III, Seção II, art. 585, inciso VI - Lei nº 6.830, de 1980, e demais disposições aplicáveis, a EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA correspondente ao titulo anexo nº **40 6 94 000202-10** , que faz parte integrante desta petição inicial, com valor inscrito expresso em quantidade correspondente a **UFIR9.255,00**********(DE ACORDO COM A LEI 8383/91) , contra **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES** sob o nº **10803336/0001-46**, com domicilio fiscal na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, CEP 50030**

ou onde for encontrado.

Requer, a citação do devedor para pagar o débito, no prazo legal, com juros, custas e encargo legal de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.025 , de 21 de outubro de 1969, e o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.645 , de 11 de dezembro de 1978 ou garantir a execução, sob pena de penhora ou arresto, e a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre o imóvel.

Requer, ainda, que V.Exa. defira, desde logo, a autorização para a citação nos termos do § 2º, do art. 172, do Código do Processo Civil.

Dá-se à causa o valor da divida acrescida dos encargos legais, consolidado em **14/02/95** , no valor de **R$9.995,48**********(***NOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS**********),
protestando desde já pela produção de provas em direito admitidas.

Pede Deferimento.

RECIFE , 14 DE FEVEREIRO DE 1995.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Folha
001 / 001

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 6 94 000202-10**, da série **00/94** desde **19/09/94**, **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES**, sob o número **10603336/0001-46**, com domicílio fiscal na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, CEP 50030**, é devedor à Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA**.

Nº do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
27307 400471/89-86	CR 15.559.876,20	UFIR 9.255,00

origem					nº da decl./notif.
MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA					187897768
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					CR 15.559.876,20
92	MULTA	29/05/92	30/05/92	01/06/92	UFIR 9.255,00

fundamentação legal: ART 15, INC X DO DEC N 4071/39, COM NOVA REDACAO DADA PELO DEC N 80580/77.

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	CORREIO/AR EM 05/05/92 NUM. 187897768

A dívida acima discriminada, instruída em processo administrativo no Ministério da Fazenda sob o número acima indicado, foi regularmente inscrita nesta Procuradoria da Fazenda Nacional e está sujeita, até a data do seu efetivo pagamento, à atualização monetária, a teor da Lei nº 7799/89, Art. 61, alterada pelas Leis nº 8177/91, Art. 9º e nº 8383/91, Art. 54; e a juros de mora de 1 (um) por cento ao mês, por força do DL. nº 2323/87, Art. 16, com as modificações do DL. nº 2331/87, Art. 6º e da Lei nº 8383/91, Art. 54, parágrafo 2º; mais o encargo de 20 (vinte) por cento previsto no DL. nº 1025/69, Art. 1º; no DL. nº 1645/78, Art. 3º, e nas Leis nº 7799/89, Art. 64, parágrafo 2º e nº 8383/91, Art. 54, parágrafo 2º.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

RECIFE, 14 DE FEVEREIRO DE 1995.

98.0005148-1

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADORIA ESTADUAL DO INSS EM PERNAMBUCO

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Vara em Pernambuco

A 3ª Ofício, Fica a parte Executada em [illegible] (dez) dias para [illegible] em caso de [illegible] ou [illegible] embargos. [illegible] de

Recife, 06 / 03 / 98

Dr. UBIRATAN DE COUTO MAURÍCIO
Juiz Federal Titular da 9ª Vara, no exercício cumulativo da 6ª Vara/PE

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, autarquia federal criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com fundamento na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o disposto no art. 39, § 1º , e no art. 53 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto 612, de 21.07.92, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra assinado, propor contra:

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF/CGC/CEI: 10.803.336/0001-46

DOMICILIO: RUA DO BRUM, Nº 137, RECIFE, ESTADO DE PERNAMBUCO

E/OU: LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO - CPF 258.265.574-68

E/OU: JORGE LUIZ DE LIMA - CPF 078.262.064-72

A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA NO VALOR DE R$ 5.632,70 (CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SETENTA CENTAVOS).

CONFORME CERTIDÃO(ÕES) DE DÍVIDA ATIVA, ANEXA(S) E ABAIXO RELACIONADA(S).

Nestas condições requer a V.Exa. a citação do executado para quitar a dívida no prazo da Lei, sob pena de penhora em tantos bens quantos bastem para pagamento do débito com os acréscimos legais, ou, caso o mesmo Órgão Público, que se proceda na forma do art. 730 e seguintes do CPC.

Isto posto, requer-se fixação preliminar dos honorários advocatícios à taxa de 20%, e, em havendo embargos, que se os julgue improcedentes, condenado o executado no pedido com as cominações legais.

Dá-se à causa o valor da dívida com os acréscimos calculados conforme discriminativo.

OBS:"O VALOR ESTÁ ATUALIZADO ATÉ 01.11.97"

Recife, 25 de setembro de 1998

Wilson Antonio de Lima

INSS/DARENO 3751

ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL OU DO ESCRITÓRIO:

AV. DANTAS BARRETO, 315, SANTO ANTONIO, RECIFE-PE.

DATA DA INSCRIÇÃO	Nº DÉBITO	VALOR
11.06.97	32.479.417/7	R$ 5.632,70

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL/MPAS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/INSS

05

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro adiante, destinado, [illegible] dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	NIT/ NB/ INSCRIÇÃO DO DEBITO	CÓDIGO
15-200	15-601-001	324794177	32.479.417-7	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

ENDEREÇO			CEP
RUA DO BRUM, 137 RECIFE	RECIFE	PE	50030-000

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE [illegible]	DATA DA INSCRIÇÃO	QTDE	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 08/96	/CGC 10.803.336/0001-46	06/97	11/06/97	12	119

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
5.632,70	5.632,70

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE,55
CENTRO PAULISTA PE 53000-000 00025326357400

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV. BOA VIAGEM,1340 - APTO.1104
BOA VIAGEM RECIFE PE 51011-000 00007826236472

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS
99 - OUTRAS SITUACOES.

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

[illegible] que se [illegible] cobrança [illegible] da Lei nº 6830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente [illegible].

Recife, 21 de fevereiro de 1998

[illegible]
SERVIDOR E MATRÍCULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:53
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508130929400000015151953
Número do documento: 18072508130929400000015151953

EXMO SR. DR. JUIZ 92.0002272-3

A FAZENDA NACIONAL, por seu representante infra-assinado, respeitosamente requer, com fundamento no Código de Processo Civil - Livro II, Título I, Capítulo III, Seção II, art. 585, inciso V I - Lei nº 6.830, de 1980, e demais disposições aplicáveis, a EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA correspondente ao título anexo, nº ,que faz parte integrante desta petição inicial, no valor de Cz$ ( ), contra inscrito no Cadastro sob o nº , com domicílio fiscal na

Requer, ainda, a citação do devedor para pagar o débito, no prazo legal, com juros, custas e encargo legal de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978, ou garantir a execução, sob pena de penhora ou arresto, e a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre imóvel.

Dá à causa o valor da dívida acrescida dos encargos legais, protestando pelas provas em direito admitidas.

Pede Deferimento.

de de 19

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob o número , da série , no livro , a fls. , em ,

inscrito no Cadastro sob o número ,

com domicílio fiscal na ,

,

NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
		CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
			VALOR TOTAL	

conforme a fundamentação legal indicada no quadro abaixo:

NOTIFICAÇÃO

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL — , em de de

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

FLS. [illegible]

Nº DO PROCESSO: [illegible]

Nº DE INSCRIÇÃO: [illegible]

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
[illegible]					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: [illegible]

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: [illegible]

NOTIFICAÇÃO: [illegible]

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
RENDIMENTOS OMITIDOS NO ANO BASE [illegible]					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: [illegible]

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: TERMO DE CONFISSÃO ESPONTÂNEA

NOTIFICAÇÃO: [illegible]

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
RENDIMENTOS OMITIDOS NO ANO BASE [illegible]					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
[illegible]	MULTA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: [illegible]

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: [illegible]

NOTIFICAÇÃO: [illegible]

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

FLS. 06

Nº DO PROCESSO

Nº DE INSCRIÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 PER CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
	MULTA MORA 20 P/CENTO				

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

000.117

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO

Nº DE INSCRIÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/13	MULTA MORA 20 PERCENTO	-	VALOR		1.[illegible],02

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
RENDIMENTOS ANTERIORES DE [illegible]	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/13	[illegible]	[illegible]	VALOR		[illegible],04

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL [illegible] PELO ART.3 DE [illegible].

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
[illegible]	[illegible]

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/13	MULTA MORA 20 PERCENTO		VALOR		[illegible]

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

FLS. [illegible]

Nº DO PROCESSO: [illegible]-41

Nº DE INSCRIÇÃO: [illegible]

ORIGEM: [illegible]

Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
			[illegible]		[illegible] 44.473,55

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: [illegible] PELO ART.1 DE DL.1525/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: [illegible]

NOTIFICAÇÃO: [illegible]

ORIGEM: MULTA DE MORA [illegible]

Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
[illegible]	MULTA, MORA [illegible]	-			[illegible]
			[illegible]		[illegible]

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: [illegible]

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

ORIGEM: [illegible]

Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/86	MULTA	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
			[illegible]		[illegible]

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: [illegible]

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: [illegible]

NOTIFICAÇÃO: [illegible]

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.119

[illegible]

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – PERNAMBUCO

07
17

EXMO SR. DR. JUIZ

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 08 / 07 / 02 às h
Funcionário

A UNIÃO, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei nº 6.830/80, vem propor contra
PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES** sob o nº **10803336/0001-46**, domiciliado na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, RECIFE, CEP 50030-260**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

consubstanciada na(s) certidão(ões) de inscrição em Divida Ativa nº(s)**40 8 02 000558-01** que integra(m) a presente petição inicial.

Para tanto, requer a Vossa Excelência, na forma do art.8º da Lei nº 6.830/80 e do artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil:

1. a citação do(s) Executado(s) para pagar(em), no prazo legal, a divida inscrita, com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargo do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear(em) bens para garantir a Execução, sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem à integral satisfação da divida;
2. a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre bens imóveis.

- Dá-se à causa o valor atualizado de **R$*43.828,36**********(QUARENTA E TRES MIL OITOCENTOS E VINTE E OITO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS**********)** consoante o disposto no art 6º, § 4º, da Lei de Execução Fiscal, que corresponde ao valor consolidado da divida.

Termos em que,
pede deferimento.

RECIFE , 24 DE JUNHO DE 2002.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Folha
001 / 002

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 8 02 000558-01**, da série **ITR/2002** desde **02/05/2002**, **PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES**, sob o número **10803336/0001-46**, com domicílio fiscal na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, RECIFE, CEP 50030-260**, é devedor à União da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**.

Nº do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10480 000833/2002-49	R$ 18.578,59	UFIR 20.398,09

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS

EM ANEXO

A dívida discriminada, apurada no processo administrativo de número acima indicado, foi regularmente inscrita nesta Procuradoria da Fazenda Nacional e está sujeita, até a data de seu efetivo pagamento, à atualização monetária (Lei nº 7799/89, art. 61, alterada pela Lei nº 8383/91, art. 54), aos juros de mora (Decreto-lei nº 2323/87, art. 16,com as modificações do Decreto-lei nº 2331/87,art. 6º; Lei nº 8177/91, art. 9º; Lei nº 8218/91, arts. 3º e 30; Lei nº 8383/91,art. 54, parágrafos 1º e 2º; Lei nº 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8º (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei nº 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições), encargo de 20% (vinte por cento), previsto no Decreto-lei nº 1025/69,art. 1º; no Decreto-lei nº 1645/78, art. 3º, na Lei nº 7799/89, art. 64, parágrafo 2º e na Lei nº 8383/91, art. 57, parágrafo 2º.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 24 DE JUNHO DE 2002.

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Folha
002 / 002

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 000833/2002-49	40 8 02 000558-01

origem					nº da decl./notif.
AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR					107594831
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 10.616,34
1997	IMPOSTO	30/09/1997	01/10/1997	01/10/1997	UFIR 11.656,06

fundamentação legal: ARTS. 1, 3, 8, 9, 10, 11, 14 E 15 DA LEI 9393/96

forma de constituição do crédito	notificação
NOTIFICACAO DE LANCAMENTO	CORREIO/AR EM 22/01/2002

origem					nº da decl./notif.
AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR					107594831
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 7.962,25
1997	MULTA	30/09/1997	01/10/1997	01/10/1997	UFIR 8.742,03

fundamentação legal: ART.44, INC. I, DA LEI 9430/96 C/C ART.14 PAR. 2 DA LEI 9393/96

forma de constituição do crédito	notificação
NOTIFICACAO DE LANCAMENTO	CORREIO/AR EM 22/01/2002

origem					nº da decl./notif.
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito

fundamentação legal

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 24 DE JUNHO DE 2002

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

03

2002.83.00.014058-0

EXMO SR. DR. JUIZ

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em / / às h
Funcionário

A UNIÃO, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei nº 6.830/80, vem propor contra
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES** sob o nº **10803336/0001-46**, domiciliado na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, RECIFE, CEP 50030-260**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

consubstanciada na(s) certidão(ões) de inscrição em Dívida Ativa nº(s)**40 8 02 000562-98** que integra(m) a presente petição inicial.

Para tanto, requer a Vossa Excelência, na forma do art.8º da Lei nº 6.830/80 e do artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil:

1. a citação do(s) Executado(s) para pagar(em), no prazo legal, a dívida inscrita, com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargo do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear(em) bens para garantir a Execução, sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem à integral satisfação da dívida;
2. a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre bens imóveis.

- Dá-se à causa o valor atualizado de **R$*98.218,39**********(*NOVENTA E OITO MIL DUZENTOS E DEZOITO REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS**********
**********) consoante o disposto no art 6º, § 4º, da Lei de Execução Fiscal, que corresponde ao valor consolidado da dívida.

Termos em que,
pede deferimento.

RECIFE , 26 DE AGOSTO DE 2002.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Folha
001 / 002

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 8 02 000562-98**, da série **ITR/2002** desde **02/05/2002**, **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES**, sob o número **10803336/0001-46**, com domicílio fiscal na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, RECIFE, CEP 50030-260**, é devedor à União da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**.

Nº do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10480 000679/2002-13	R$ 41.035,13	UFIR 45.053,93

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS

EM ANEXO

A dívida discriminada, apurada no processo administrativo de número acima indicado, foi regularmente inscrita nesta Procuradoria da Fazenda Nacional e está sujeita, até a data de seu efetivo pagamento, à atualização monetária (Lei nº 7799/89, art. 61, alterada pela Lei nº 8383/91, art. 54), aos juros de mora (Decreto-lei nº 2323/87, art. 16,com as modificações do Decreto-lei nº 2331/87,art. 6º; Lei nº 8177/91, art. 9º; Lei nº 8218/91, arts. 3º e 30; Lei nº 8383/91,art. 54, parágrafos 1º e 2º; Lei nº 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8º (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei nº 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições), encargo de 20% (vinte por cento), previsto no Decreto-lei nº 1025/69,art. 1º; no Decreto-lei nº 1645/78, art. 3º, na Lei nº 7799/89, art. 64, parágrafo 2º e na Lei nº 8383/91, art. 57, parágrafo 2º.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 26 DE AGOSTO DE 2002.

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Folha
002 / 002

05

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 000679/2002-13	40 8 02 000562-98

origem					nº da decl./notif.
AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR					866413868
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 23.448,65
1997	IMPOSTO	30/09/1997	01/10/1997	01/10/1997	UFIR 25.745,11

fundamentação legal ARTS.1, 3, 8, 9, 10, 11, 14 E 15 DA LEI 9393/96

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	CORREIO/AR EM 15/01/2002

origem					nº da decl./notif.
AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR					866413888
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
					R$ 17.586,48
1997	MULTA	30/09/1997	01/10/1997	01/10/1997	UFIR 19.308,82

fundamentação legal ART.44, INC. I, DA LEI 9430/96 C/C ART.14 PAR. 2 DA LEI 9393/96

forma de constituição do crédito	notificação
AUTO INFRACAO	CORREIO/AR EM 15/01/2002

origem					nº da decl./notif.
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito

fundamentação legal

forma de constituição do crédito	notificação

RECIFE , 26 DE AGOSTO DE 2002

dat.

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/INSS

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA VARA EM PERNAMBUCO.

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls.

A. R.
DEFIRO (art. 7.º da Lei 6.830/80)
Recife, 26/5/93
Roberto Wanderley Nogueira
Juiz Federal da 12ª Vara - PE

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), autarquia federal, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com fundamento na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o disposto no art. 144, § 1º da Consolidação das Leis da Previdência Social, expedida pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra assinado, propor contra:

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA	CPF/CGC 10.609.336/0001-40
DOMICÍLIO: RUA DO BRUM 137 RECIFE	CEP PE 50030000
E/OU	
E/OU	
A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA DO VALOR DE	52.396,43
IMPORTÂNCIA POR EXTENSO: ********** VALOR EXPRESSO EM QUANTIDADE DE UFIR **********	
CONFORME A ANEXA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA INSCRITA SOB Nº	31.494.989-5

Nestas condições, requer a V. Exa. a citação do executado para, no prazo de 5 dias, quitar a dívida e seus acréscimos, a se calcularem quando do efetivo pagamento, na forma do título executivo anexo ou nomear bens que garantam o Juízo, sob pena de, não o fazendo, proceder-se à penhora ou arresto de tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execução, tudo nos termos do disposto na Lei nº 6.830/80.

39 SEUS INCISOS, PARAGRAFO E NO ART. 53-LEI 8212/245791 E DEC. 357/071491.

Isto posto, requer-se fixação preliminar dos honorários advocatícios à taxa de 20%, e, em havendo embargos, que se os julguem improcedentes, condenado o executado no pedido com as cominações legais.

Dá-se à causa o valor da dívida com os acréscimos calculados até a data da distribuição.

P. Deferimento

4610

15-200

Av.Dantas Barreto,315-11º
And. Stº Antônio - Recife/PE

ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL OU ESCRITÓRIO

Recife, 26 de maio de 1993
LOCALIDADE E DATA

Maria de F. Chaves
PROCURADOR AUTÁRQUICO
Mat. 375217

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
fls. 04

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO

DEVEDOR	

ENDEREÇO	CEP

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 21 de março de 1993

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 03

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA VARA EM PERNAMBUCO.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 14/10/97 às h.
Funcionário

A. R.
DESPACHO (art. 1º, § 1º, Lei 8.638/80)
Recife, 14/10/97
Isabelle Gonçalves Magalhães
Juíz Federal da 11ª Vara - PE

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), autarquia federal, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com fundamento na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o disposto no art. 144, § 1º da Consolidação das Leis da Previdência Social, expedida pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra assinado, propor contra:

DEVEDOR	PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. — CPF/CGC 10.803.336/0001-46
DOMICÍLIO	RUA DO BRUM 137 1 ANDAR RECIFE — CEP 50030-000 — RECIFE PE
E/OU	ALFREDO MARIANO DE BRITO
E/OU	VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO
A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA DO VALOR DE	2.749,95
IMPORTÂNCIA POR EXTENSO	********** VALOR EXPRESSO EM QUANTIDADE DE UFIR **********
CONFORME A ANEXA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA INSCRITA SOB Nº	31.356.416-7

Nestas condições, requer a V. Exa. a citação do executado para, no prazo de 5 dias, quitar a dívida e seus acréscimos, a se calcularem quando do efetivo pagamento, na forma do título executivo anexo ou nomear bens que garantam o Juízo, sob pena de, não o fazendo, proceder-se à penhora ou arresto de tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execução, tudo nos termos do disposto na Lei nº 6.830/80. NO ART. 39 SEUS INCISOS.PARAGR.E NO ART.53-LEI 8212/240791 E DEC 356/071291.

Este posto, requer-se fixação preliminar dos honorários advocatícios à taxa de 20%, e, em havendo embargos, que se os julguem improcedentes, condenado o executado no pedido com as cominações legais.

Dá-se à causa o valor da dívida com os acréscimos calculados até a data da distribuição.

P. Deferimento

Av.Dantas Barreto,315- 11º And.
Stº Antônio - Recife/PE

Recife, 13 de outubro de 1997
LOCALIDADE E DATA

ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL OU ESCRITÓRIO

INSCº OAB Nº

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 04

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL:	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	9456	31.356.416-7	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

ENDEREÇO
RUA DO BRUM 137 1 ANDAR
RECIFE RECIFE PE CEP 50030-000

PERÍODO DA DÍVIDA	CPF/CGC /CEI	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
07/90 A 03/91	10.803.336/0001-46	07/94	01/07/94	3	292

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - TR	JUROS
02/9 537,36	1.717,62	172,54

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
322,41	2.749,95

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
ALFREDO MARIANO DE BRITO
RUA DOM BOSCO 632 APTO. 603
BOA VISTA RECIFE PE 50030-000 00000417483449

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO
AV. 17 DE AGOSTO 1565
CASA FORTE RECIFE PE 52060-000 00000025003453

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

07 - INFRACAO DO ART. 139, INCISO I, ALINEAS "A", "B" E "C", C/C O ART. 122, INCISOS IV E VII, ALINEAS "A", "B", "C", "D" E "E", INCISOS IX E VII, PARAGRAFOS 2 E 3 E ART 155, DA CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312, DE 23.010.84 COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 91.406, DE 05.07.85 - POR NAO HAVER RECOLHIDO NAS EPOCAS PROPRIAS, AS CONTRIBUICOES DEVIDAS A PREVIDENCIA SOCIAL URBANA E AS DEMAIS ENTIDADES E FUNDOS.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Rec., 12 de [illegible] de 1994

VALORES EXPRESSOS EM QUANTIDADE DE UFIR

Gilda Maria [illegible] da Silva
PROCURADORIA/AGU/PE
Mat. 1363-8
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 03

95.0015555-9

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADORIA ESTADUAL DO INSS EM PERNAMBUCO

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Vara em Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL
Recebi em 24/10/ Fls.
Funcionário

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, autarquia federal criada pela Lei no. 8.029, de 12 de abril de 1990, e Decreto no. 99.350, de 27 junho de 1990, com fundamento na Lei no. 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o disposto no art. 39, § 1º. e no art. 53 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto 612, de 21.07.92, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra assinado, propor contra:

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CPF/CGC: 10.803.336/0001-46

OODOMICILIO: RUA DO BRUM 137 BAIRRO DO RECIFE RECIFE CEP 50030-260

E/OU: LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

E/OU: JOSE LUIZ DE LIMA

A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA NO VALOR DE:

R$ 6.874.672,40(SEIS MILHOES OITOCENTOS E SETENTA E QUATRO MIL SEISCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

CONFORME CERTIDÃO(ÕES) DE DÍVIDA ATIVA, ANEXA(S) E ABAIXO RELACIONADA(S).

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 04

Nestas condições requer a V.Exa. a citação do executado para quitar a dívida no prazo da Lei, sob pena de penhora em tantos dos seus bens quantos bastem para pagamento do débito com os acréscimos legais, ou, sendo o mesmo Órgão Público, que se proceda na forma do art. 730 e seguintes do CPC.

Isto posto, requer-se fixação preliminar dos honorários advocatícios à taxa de 20%, e, em havendo embargos, que se os julguem improcedentes, condenado o executado no pedido com as cominações legais.

Dá-se à causa o valor da dívida com os acréscimos calculados conforme discriminativo.

OBS.: O VALOR ESTÁ ATUALIZADO ATÉ 01.10.95

Recife, 24 de outubro de 1995

Ana de Jesus Xavier Ramos
INSC. OAB NO. 753

ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL OU DO ESCRITÓRIO:

AV. DANTAS BARRETO, 315, SANTO ANTONIO, RECIFE - PE.

DATA DA INSCRIÇÃO	NO. DÉBITO		VALOR
19.09.95	31.998.401-0	R$	34.744,26
19.09.95	31.998.402-8	R$	92.234,60
19.09.95	31.998.435-4	R$	6.328,04
19.09.95	31.998.436-2	R$	2.372,12
19.09.95	31.549.500-6	R$	264.750,08
19.09.95	31.549.501-4	R$	5.374.213,13
19.09.95	31.548.809-3	R$	35.137,91
19.09.95	31.549.989-3	R$	710.301,35

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
FL. 17

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984010	31.998.401-0	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO
RUA DO BRUM 137
RECIFE RECIFE PE CEP 50030-260

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 03/93 A 04/94	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	378

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
18.896,94		4.509,18

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
11.338,14	34.744,26

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE SS
PAULISTA PAULISTA PE 53407-200 00025826557400

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
BOA VIAGEM RECIFE PE 51011-000 00007826206472

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

01 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, II, III, V, VI, ART. 6, I, ALINEAS E II, ART. 122, I, ALINEAS E PARAGRAFO 6, ART. 135, I, III E PARAGRAFOS, ART. 139, I, "A" E "B" E PARAGRAFO 1, ART. 146. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 5, I, III, IV, VI, VII, ART. 7, ART. 33, I, "A" E "B", ART. 41, I, IV E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "A" E "C" E PARAGRAFO 5, ART. 55. DECRETO N. 97.968/89, ARTS. 1, 2 E 4. LEI N. 7.256/84, ART. 19, I. LEI N. 7.787/89, ARTS. 1 E 9. LEI N. 8.212/91, ART. 12, I, II E VI, ART. 20, ART. 28, I E II E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "A" E "B" E V E ART. 95, "D", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 10, I, II E VI, ART. 22, ART. 37, I, II E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "A" E "B", PARAGRAFOS 3 E 4, ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA 157616

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 26

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-401-001	319984010	31.998.401-0	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO	CEP

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUAÇÃO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145, LEI N. 7.787/89, ART. 10, II, LEI N. 7.799/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS. LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1, LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33, LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II, LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 57, ART. 58, ART. 59 E ART. 60 "CAPUT".

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 10

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984028	31.998.402-8	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO
RUA DOU BRUM 137
RECIFE RECIFE PE CEP 50030-260

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 03/93 A 04/94	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	375

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
50.180,36		11.946,02

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
30.108,22	92.234,60

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE 55
PAULISTA PAULISTA PE 53407-200 00025826557400

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
BOA VIAGEM RECIFE PE 51011-000 00007826206472

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, 1, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79, DECRETO N. 91.406/85, ART.1, DECRETO-LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3, LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9, LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40, LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA 1576496

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUST... ...DERAL - PE
Fls. 11

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319994028	31.998.402-8	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO	CEP

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUAÇÃO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

03 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART.122, VII, "E", PARAGRAFO 6, ART. 135, I, PARAGRAFOS 1 E 2, ART.139, I, "B", ART. 160, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 174. LEI N. 7.256/84, ART.19, II. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 31, ART. 33, II, "C", ART. 38, ART. 39, ART. 40, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "C", DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 3, LEI N. 7.787/89, ART. 3, II, ART. 4 E ART. 9, LEI N. 8.212/91, ART. 22, II, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 26, ART. 37, I E PARAGRAFOS. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2; ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145. LEI N. 7.787/89, ART. 10, II. LEI N. 7.799/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS. LEI N. 8.212/91, ART. 6, PARAGRAFO 1. LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33. LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II. LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91.

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

É pois que se possa proceder à cobrança em ação própria, ora inscrita de Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos, e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fl. 12

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	31998402B	31.998.402-8	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO	CEP

MATRICULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUAÇÃO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS: DECRETO-LEI N. 1.422/75, DECRETO N. 76.923/75, DECRETO N. 87.043/82, ARTS. 3 E 14, LEI N. 2.613/55, ART. 6, PARAGRAFO 4, DECRETO-LEI N. 1.146/70, ART. 2, LEI COMPLEMENTAR N. 11/71, ART. 15, II, LEI N. 8.315/91, CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 122, PARAGRAFO 6, ART. 135, ART. 139, ART. 155, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, ART. 65, ART. 66 E ART. 67, DECRETO N. 91.406/85, ART. 1, DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 1, I E II, LEI N. 8.212/91, ART. 28, IE PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B" E ART. 94, REGULAMENTADA PELO ROCSS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 99, LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

FAZENDA NACIONAL - PE
Fls. 16

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PI:	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984354	31.998.435-4	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO
RUA DO BRUM 137 RECIFE — PE — CEP 50030-260

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 12/93	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	376

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
3.496,16		734,19

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
2.097,69	6.328,04

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA DITENTA E SETE 55
PAULISTA PAULISTA PE 53407-200 000258265574OO

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
BOA VIAGEM RECIFE PE 51011-000 000078262064 72

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79, DECRETO N 91.406/85, ART.1, DECRETO-LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3, LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9, LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B". REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40, LEI N 8.383/91, ART. 52, V.

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição de dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984354	31.998.435-4	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO	CEP

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUAÇÃO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

06 - DECRETO-LEI N. 1.422/75, DECRETO N. 76.923/75, DECRETO N. 87.043/82, ART. 3 E 14, DECPETO-LEI N.1.861/81 E DECRETO-LEI N. 1.867/81, LEI N. 2.613/55, ART. 6 PARAGRAFO 4, DECRETO-LEI N. 1.146/70, ART. 2 E LEI COMPLEMENTAR N. 11/71, ART. 15, II, LEI N. 8.029/90, ART. 8, PARAGRAFOS 3 E 4 E LEI N. 8.154/90, ART.1. CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 122, PARAGRAFO 6, ART. 135, ART. 139 E ART 155, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85,ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, ART. 65, ART. 66 E ART. 67, DECRETO N. 91.406/85, ART. 1, DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 1, I E II, LEI N. 8.212/91, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B" E ART.94, REGULAMENTADA PELO RCCS APROVADO ELO DECRETO N. 356/91, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 99, LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 15

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	31998435 4	31.998.435-4	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO	CEP

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUAÇÃO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

03 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART.122, VII, "E", PARAGRAFO 6, ART. 135, I, PARAGRAFOS 1 E 2, ART.139, I, "B", ART. 160, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 174, LEI N. 7.256/84, ART.19, II, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 31, ART. 33, II, "C", ART. 38, ART. 39, ART. 40, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "C", DECRTO-LEI N. 2.318/86, ART. 3, LEI N. 7.787/89, ART. 3, II, ART. 4 E ART. 9, LEI N. 8.212/91, ART. 22, II, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B" REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 26, ART. 37, I E PARAGRAFOS, LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145, LEI N. 7.787/89, ART. 10, II, LEI N. 7.998/89, ART. 5, ART. 5, PARAGRAFOS, LEI N. 8.030/90, ART. 6, PARAGRAFO 1, LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33, LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II, LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91.

Ebora que se possa proceder à cobrança amigável, nos termos do Art. 2º, § 3º da Lei nº 6.830, de 22/09/1980, e seu 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraído a presente certidão.

_____ de _____ de _____

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:54
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508132084700000015151961
Número do documento: 18072508132084700000015151961

JUSTIÇA FEDERAL - PE
21

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC.ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984362	31.998.436-2	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO
RUA DO BRUM 137
RECIFE RECIFE PE CEP 50030-260

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 12/93	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	377

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
1.310,56		275,22

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
786,34	2.372,12

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE 55
PAULISTA PAULISTA PE 53407-200 00025826557400

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
BOA VIAGEM RECIFE PE 51011-000 00007826206472

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

01 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, II, III, V, VI, ART. 6, I, ALINEAS E II, ART. 122, I, ALINEAS E PARAGRAFO 6, ART. 135, I, III E PARAGRAFOS, ART. 139, I, "A" E "B" E PARAGRAFO 1, ART. 146. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 5, I, III, IV, VI, VII, ART. 7, ART. 33, I, "A" E "B", ART. 41, I, IV E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "A" E "C" E PARAGRAFO 5, ART. 55. DECRETO N. 97.968/89, ARTS. 1, 2 E 4. LEI N. 7.256/84, ART. 19, I. LEI N. 7.787/89, ARTS. 1 E 9. LEI N. 8.212/91, ART. 12, I, II E VI, ART. 20, ART. 28, I E II E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "A" E "B" E V E ART. 95, "D", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 10, I, II E VI, ART. 22, ART. 37, I, II E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "A" E "B", PARAGRAFOS 3 E 4, ART. 40, LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E,para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 22 de outubro de 1995

FUNCIONARIO E MATRICULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:57
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508133135500000015151966
Número do documento: 18072508133135500000015151966

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 92

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-801-001	31794362	31.978.433-2	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO	CEP

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS:

21 - CLPS - EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143, RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145. LEI N. 7.787/89, ART. 10, II. LEI N. 7.799/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS. LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1. LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33. LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II. LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 57, ART. 58, ART. 59 E ART. 60 "CAPUT".

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:57
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508133135500000015151966
Número do documento: 18072508133135500000015151966

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fl. 209

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-501-001	43	31.549.500-5	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO
RUA DO BRUM 137

RECIFE	RECIFE	PE	CEP 50030-000

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 07/90 A 06/91	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	374

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
PRINC. ATLZ. ATE 02/91 52.262,75	TR 157.316,27	23.813,42

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
31.357,64	264.750,08

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
VAUDRICO LEAL GUERRA CURADO
AV 17 DE AGOSTO 1565
CASA FORTE RECIFE PE 00050-070 00000025003453

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79. DECRETO N. 91.406/85, ART.1. DECRETO-LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9. LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

É para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

Matrícula nº 157.914
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:57
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508133135500000015151966
Número do documento: 18072508133135500000015151966

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL	ORIGEM DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-501-001	203	31.549.501-4	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO
RUA DO BRUM 137
RECIFE RECIFE PE CEP 50030-000

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 11/87 A 11/92	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	371

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
PRINC. ATLZ. ATE 02/91 1.488.865,83	TR 2.022.422,46	728.946,38

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
1.133.978,46	5.374.213,13

CO-RESPONSAVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
VAUDRICO LEAL GUERRA CURADO
AV 17 DE AGOSTO 1565
CASA FORTE RECIFE PE 00052-060 00000025003453

CO-RESPONSAVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79. DECRETO N. 91.406/85, ART.1. DECRETO-LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9. LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

22 - DESCUMPRIMENTO DE CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL-CDF, FIRMADA COM BASE NO ART. 148 DO RCPS, C/C O ART. 61, PARAGRAFOS 4 E 124 PARAGRAFO UNICO DO RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081, DE 24.01.79, COM AS ALTERACOES INTRODUZIDAS PELO DECRETO N. 90.817 DE 17.01.85. ~~LEI N. 8212/91 ART. 38 E ART. 58 REGULAMENTADA PELO ROCSS APROVADO PELO DECRETO N. 612/92 ART. 63 CAPUT PARAGRAFO 5 E ART. 149. LEI 8.444/92 ART. 2~~

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos, o presente termo, depois de assinado pelo funcionário competente, vai extraído e conferido.

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:57
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508133135500000015151966
Número do documento: 18072508133135500000015151966

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA [illegible] AL - PE
Fl. 55

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	44	31.548.809-3	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO: RUA DO BRUM 137 — RECIFE — PE — CEP 50030-000

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 12/92 A 02/93	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	372

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
18.280,22		5.889,56

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
10.968,13	35.137,91

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO
AV 17 DE AGOSTO 1565
CASA FORTE RECIFE PE 00052-060 0000025003453

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART. 135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79, DECRETO N. 91.406/85, ART.1, DECRETO-LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9, LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:57
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508133135500000015151966
Número do documento: 18072508133135500000015151966

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - F
Fl. 25

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-501-001	204	31.549.989-3	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELO INDUSTRIAS E COMERCIO SA

ENDEREÇO			CEP
RUA DO BRUM 137			
RECIFE	RECIFE	PE	55920-000

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 07/91 A 11/92	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	373

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
282.374,97	TR 58.030,93	118.780,48

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
251.114,97	710.301,35

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
VALDIRLO LEAL GUERRA CURADO
AV 17 DE AGOSTO 1565
CASA FORTE RECIFE PE 00000025003453

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

01 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, II, III, V, VI, ART. 6, I, ALINEAS E II, ART. 122, I, ALINEAS E PARAGRAFO 6, ART. 135, I, III E PARAGRAFOS, ART. 139, I, "A" E "B" E PARAGRAFO 1, ART. 146. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 5, I, III, IV, VI, VII, ART. 7, ART. 33, I, "A" E "B", ART. 41, I, IV E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "A" E "C" E PARAGRAFO 5, ART. 55. DECRETO N. 97.968/89, ARTS. 1, 2 E 4. LEI N. 7.256/84. ART. 19, I. LEI N. 7.787/89, ARTS. 1 E 9. LEI N. 8.212/91, ART. 12, I, II E VI, ART. 20, ART. 28, I E II E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "A" E "B" E V E ART. 95, "D", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 10, I, II E VI, ART. 22, ART. 37, I, II E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "A" E "B", PARAGRAFOS 3 E 4, ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 4 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:57
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508133135500000015151966
Número do documento: 18072508133135500000015151966

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 4a VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO:

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 05/ 03/ 1996 às
Funcionário

96.05.05518-0

PESSOA DE MELLO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, já qualificada nos autos da Execução Fiscal nr. 92.0002274-0 proposta pela FAZENDA NACIONAL perante essa MM. 4a Vara Federal da Seção Judiciária deste Estado, vem, por seu advogado abaixo firmado, devidamente habilitado nos termos do instrumento de mandato anexo (doc. nr. 01), expor e requerer o seguinte:

1. A Suplicante tomou conhecimento de que esse MM. Juízo designou a data de hoje, 5 (cinco) do corrente mês, para a realização de leilão para praceamento dos bens penhorados (doc. anexo nr. 02).

2. Ocorre, todavia, que, conforme demonstrará, o referido leilão deverá ser cancelado, e chamado o feito à ordem, tendo em vista que:

a) do Edital do Leilão não constou qualquer referência à existência de outras penhoras já existentes sobre as linhas telefônicas, consoante informado pela TELPE no Ofício de fls. 30-31 (doc. anexo nr. 03), o que contraria o disposto no artigo 686, V, do CPC;

b) além dessa irregularidade formal, a Suplicante não foi regularmente intimada da penhora, o que impediu, ipso facto fossem apresentados os Embargos cabíveis.

3. Em verdade, e conforme se pode verificar pelo que se contém no AUTO de fls. 28 (doc. anexo nr. 04), do mesmo não consta a assinatura de nenhum representante legal da Suplicante; apenas a assinatura do "depositário", o advogado que subscreveu as petições oferecendo bens à penhora, sr. Aloísio Arruda Filho, que apenas compareceu [illegible]

A data da efetivação da penhora, a representação legal da Executada era exercida pelo Diretor VAUDRIL LEAL GUERRA CURADO, eleito através da AGE realizada em 04.11.89 (doc. anexo nr. 06), valendo salientar que, somente a partir da AGE realizada em 24.03.94 (doc. anexo nr. 07), é que houve a eleição de dois novos diretores.

4. Não houve, destarte a INTIMAÇÃO válida e regular da Executada, razão pela qual deixou de apresentar, em tempo oportuno, os seus Embargos, conforme consta da Certidão de fls. 00 (doc. anexo nr. 08).

5. De se constatar, portanto, ter ocorrido manifesta ofensa aos seguintes dispositivos legais:

a) art. 12 da Lei nr. 6.830/80, segundo o qual a intimação da penhora deveria ter sido feita à Executada mediante publicação, no órgão oficial, isto é, no Diário Oficial do Estado, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora; art. 238 do CPC, que determina que, no Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial.

b) parág. 3o do art. 12 da lei nr. 6.830/80 que determina que a intimação da penhora deve ser feita pessoalmente ao executado se, "na citação feita pelo correio, o aviso de recebimento não contiver a assinatura do próprio executado, ou de seu representante legal."

Saliente-se que, na hipótese dos autos, sequer houve citação pelo correio.

6. Ressalte-se, também, que, não havendo, como PARTE, tomado conhecimento regular e validamente de todos os atos praticados no processo, deixou de ser assegurado à Suplicante o DEVIDO PROCESSO LEGAL, no que concerne à garantia constitucional de que tem o direito de tomar conhecimento, pelos modos regulares e normais de PUBLICIDADE, de TODOS os atos processuais.

E tal irregularidade processual - na verdade consubstanciando uma NULIDADE passível de decretação ex-officio - conflita, também, com o princípio constitucional da ISONOMIA, posto ter deixado de existir tratamento paritário aos sujeitos do processo.

7. Saliente-se, ainda, que a comprovada ausência de regular intimação da Suplicante acarretou, para a mesma, um evidente e manifesto cerceamento e comprometimento de seu amplo direito de defesa e do mais amplo contraditório.

a) o da Garantia da Publicidade dos Atos Processuais, este como corolário do princípio que assegura o DEVIDO PROCESSO LEGAL (art. 5o, LIV);

b) o do Equilíbrio das Partes no Processo, como decorrência do princípio que assegura o tratamento paritário aos litigantes do processo, consistente na ISONOMIA PROCESSUAL (art. 5o, I);

c) e o do Amplo Direito de Defesa e do Pleno Contraditório (art. 5o., LV).

DO PEDIDO

ANTE O EXPOSTO, vem a Suplicante requerer a V. Exa. que se digne chamar o feito à ordem para, reconsiderando o r. despacho de fls. 46 (doc.anexo nr. 09), determinar a imediata suspensão do Leilão, e reabrir prazo para apresentação dos Embargos, previsto no artigo 16 da Lei nr. 6.830/80, em decorrência:

da inexistência ou nulidade da intimação da penhora, pela falta de intimação regular do representante legal da Executada, da penhora lavrada nos termos do Auto de fls. 20.

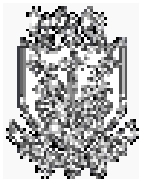
Na hipótese de não ser acatado o requerimento acima formulado, deverá o presente petitório, alternativa e sucessivamente (art. 289 do CPC) ser recebido como AGRAVO DE INSTRUMENTO, com fundamento no art. 522 do CPC,

Uma vez deferida a sua formação, feitas as intimações de praxe e adotadas as demais providências legais cabíveis, deverá - o que de logo fica requerido - ser o AGRAVO remetido à superior apreciação do E. Tribunal Regional Federal da 5a Região, em não sendo reformada a decisão no juízo de retratação.

Termos em que,
P. Deferimento.
Recife, 05 de setembro de 1994.

LUIZ DE SA MONTEIRO
OAB-PE 2067

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 25/07/2018 08:13:57
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18072508133135500000015151966
Número do documento: 18072508133135500000015151966



Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Rio Tinto

CARTA PRECATÓRIA (261) 0800480-27.2018.8.15.0581

DESPACHO

Cite(m)-se o(s) devedor(es) para, no prazo de 05 dias, pagar o débito ou nomear bens à penhora, observando, nesta última hipótese, a gradação prevista no art. 11 da Lei nº 6.830/80.

Não efetuado o pagamento, nem garantida a execução no prazo legal, proceda-se à penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação do crédito, de logo avaliando-se os bens e intimando-se o(s) executado(s) e o(s) respectivo(s) cônjuge(s), se a penhora recair sobre bens imóveis, para, querendo, apresentar embargos no prazo de 30 dias.

Rio Tinto, 25 de julho de 2018.

Judson Kíldere Nascimento Faheina

JUIZ DE DIREITO



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE RIO TINTO

Rua Tenente José de França, s/n – Centro – CEP; 58297-000 -Rio Tinto- PB. Fone: (83) 3291-1881 - E-mail: rtt.1vara@tjpb.jus.br

---

MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA E AVALIAÇÃO

Processo **nº 0800480-27.2018.8.15.0581**

Ação: EXECUÇÃOCARTA PRECATÓRIA (261)

Autor: Nome: SJPE - Diretoria da 11ª Vara
Endereço: desconhecido

O MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Rio Tinto, PB, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **CITE** e INTIME a parte **executada:**

Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
Endereço: FAZENDA MANIBU, S/N, ZONA RURAL, RIO TINTO - PB - CEP: 58297-000

para, **no prazo de 05 (cinco) dias, PAGAR** a quantia de **R$ 313.428,02** (trezentos e treze mil, quatrocentos e vinte e oito reais e dois centavos), acrescido de correção monetária, encargos legais e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução (art. 9º da LEF).

e ainda, em ato contínuo INTIMAR a executada:

I) acerca do despacho de fls. 329/333 e das penhoras realizadas nos autos do processo 0008638-90.1994.4.05.8300 (fls. 403,561/562, 578/281, 593, 605, 647, 667 e 376/377), reunido ao presente feito, e de que tem o prazo de 30 (trinta) dias para, querendo e se ainda não lhe foi oportunizado, opor embargos;

II) do apensamento das execuções fiscais, bem como da sentença/decisão proferido nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300 e da decisão de fls. 329/333 proferida nos autos do processo em epígrafe, ID nº 15536770.

Art. 9º - Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá:



I - efetuar depósito em dinheiro, à ordem do Juízo em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária;

II - oferecer fiança bancária;

III - nomear bens à penhora, observada a ordem do artigo 11; ou

IV - indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública.

§ 1º - O executado só poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora com o consentimento expresso do respectivo cônjuge.

§ 2º - Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária ou da penhora dos bens do executado ou de terceiros.

§ 3º - A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro ou fiança bancária, produz os mesmos efeitos da penhora.

§ 4º - Somente o depósito em dinheiro, na forma do artigo 32, faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.

§ 5º - A fiança bancária prevista no inciso II obedecerá às condições pré-estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 6º - O executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa, e garantir a execução do saldo devedor.

Rio Tinto/PB, 31 de maio de 2019.

TEREZA CRISTINA FERNANDES ALCOFORADO

Servidor(a)

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:
https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	18072508135128300000015151876
00022746819924058300	Documento de Comprovação	18072508093223000000015151888
00022746819924058200 i parte-otimizado 1	Documento de Comprovação	18072508125892200000015151945
00022746819924058200 i parte-otimizado 2	Documento de Comprovação	18072508130929400000015151953
00022746819924058200 i parte-otimizado 3	Documento de Comprovação	18072508132084700000015151961
00022746819924058200 i parte-otimizado 4	Documento de Comprovação	18072508133135500000015151966
Despacho	Despacho	18073013370310800000015152267



ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE RIO TINTO

Rua Tenente José de França, s/n – Centro – CEP; 58297-000 -Rio Tinto- PB. Fone: (83) 3291-1881 - E-mail: rtt.1vara@tjpb.jus.br

---

MANDADO DE CITAÇÃO

Processo **nº 0800480-27.2018.8.15.0581**

Ação: EXECUÇÃOCARTA PRECATÓRIA (261)

Autor: Nome: SJPE - Diretoria da 11ª Vara
Endereço: desconhecido

O MM. Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Rio Tinto, PB, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, **INTIMAR** a parte **executada:**

Nome: AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A
Endereço: FAZENDA MANIBU, sn, FAZENDA MANIBU, ZONA RURAL, RIO TINTO - PB - CEP: 58297-000

do apensamento das execuções fiscais, bem como da sentença/decisão proferida nos autos da execução fiscal nº 0008638-90.1991.4.05.8300 e da decisão de fls. 329/333 proferida nos autos do processo em epígrafe, conforme ID nº 15536770.

Rio Tinto/PB, 31 de maio de 2019.

TEREZA CRISTINA FERNANDES ALCOFORADO

Servidor(a)

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:
https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	18072508135128300000015151876
00022746819924058300	Documento de Comprovação	18072508093223000000015151888
00022746819924058200 i	Documento de	

parte-otimizado 1	Comprovação	18072508125892200000015151945
00022746819924058200 i parte-otimizado 2	Documento de Comprovação	18072508130929400000015151953
00022746819924058200 i parte-otimizado 3	Documento de Comprovação	18072508132084700000015151961
00022746819924058200 i parte-otimizado 4	Documento de Comprovação	18072508133135500000015151966
Despacho	Despacho	18073013370310800000015152267

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Rio Tinto

PROCESSO Nº 0800480-27.2018.8.15.0581

CARTA PRECATÓRIA (261)
[Citação]

DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA

DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

Vara Única de Rio Tinto-Pb, 31 de maio de 2019.

TEREZA CRISTINA FERNANDES ALCOFORADO

Técnico Judiciário

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

Recebi em 31/05/19

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 315201924671S4
Nome original: OFÍCIO_DESPACHO OFÍCIO_PROCESSO Nº 0000376-35.2019.8.15.1001.pdf
Data: 30/05/2019 11:13:48
Remetente:
Mariana Sousa de Oliveira
Gerência de Fiscalização Judicial
TJPB
Prioridade: Normal
Motivo de envio: Para manifestação.
Assunto: OFÍCIO_DESPACHO OFÍCIO_PROCESSO Nº 0000376-35.2019.8.15.1001 (PRAZO DE 10 DI. ARA RESPOSTA DO JUÍZO NO PJE).

Assinado eletronicamente por: TEREZA CRISTINA FERNANDES ALCOFORADO - 31/05/2019 11:27:46
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19053111274689200000021009978
Número do documento: 19053111274689200000021009978

PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

João Pessoa, 30 de maio de 2019.

Ofício nº 0339/2019/GFJ

Referente ao processo Nº 0000376-35.2019.8.15.1001
PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

Assunto: Informa comunicação pendente no sistema PJe-CGJPB

A Sua Excelência o Senhor
Juiz Jurgen Kildare Nascimento Saldanha
Vara Única de Comarca de Rio Tinto

Senhor Juiz,

Por ordem do Exmo. Juiz Corregedor Antônio Silveira Neto, informo a Vossa Excelência que foi encaminhado expediente, via sistema **PJe/CGJPB**, para que esse Juízo, no prazo estabelecido no referido processo eletrônico, forneça resposta aos autos acima identificados.

Outrossim, informo que a resposta ao expediente somente poderá ser realizada, por meio de acesso ao sistema PJE, cujo endereço eletrônico é: https://corregedoria.tjpb.jus.br/pje-cgjpb/ (Perfil - Procurador)

Respeitosamente,

Mariana Soares de Oliveira

Analista Judiciária.

Assinado eletronicamente por: TEREZA CRISTINA FERNANDES ALCOFORADO - 31/05/2019 11:27:46
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19053111274689200000021009978
Número do documento: 19053111274689200000021009978

Poder Judiciário
Corregedoria Geral de Justiça
Grupo III

DESPACHO/OFÍCIO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS: 0000376-85.2019.8.15.0000.

Requerente: Daniella Simões de Andrade e Silva Cavalcante.

Requerido: Vara Única da Comarca de Rio Tinto

Terceiro interessado: Cristiano Arruda Cavalcante.

Vistos, etc.

Considerando o pedido feito da Certidão de fl. 1389(1), p[illegible] encaminhe-se o Despacho de fl. 1345/1347, à Excelentíssima Juíza da Vara Única da Comarca de Rio Tinto, para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe as novas providências adotadas para o devido cumprimento, com o cumprimento, da carta precatória CDC. 0813439-08.2019.8.15.0001, extraída dos autos do processo nº 0003274-68.1993.4.05.8307, que tramita pela 3ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco.

Cópia do ato ordinatório servirá como ofício, que deverá ser encaminhado, mais uma vez, via sistema (PJe OGUFPB), acompanhado da cópia integral do presente procedimento.

Encaminhe-se Malote Digital informando da existência do presente procedimento, bem como para a providência ora requisitada exclusivamente pelo PJE.

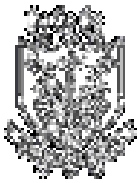
Advirta-se que a inobservância do prazo para a providência deverá ser realizada pelo próprio sistema PJE

Cumpra-se.

Gabinete do Juiz Corregedor do Grupo III, data do sistema eletrônico.

Antônio Silveira Neto – Juiz Corregedor.

Assinado eletronicamente por: TEREZA CRISTINA FERNANDES ALCOFORADO - 31/05/2019 11:27:46
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19053111274689200000021009978
Número do documento: 19053111274689200000021009978



Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Rio Tinto

Rua Tenente José de França, S/N, Centro, RIO TINTO - PB - CEP: 58297-000

Número do Processo: 0800480-27.2018.8.15.0581
Classe: CARTA PRECATÓRIA (261)
Assunto: [Citação]
Polo ativo: DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA

Polo passivo: DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

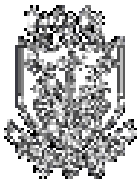
CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que o motivo da paralisação do processo, deve-se ao grande número de processos distribuído no PJE, além dos diversos problemas verificados no sistema eletrônico nesta comarca há vários meses, cujo fato é do conhecimento deste juízo, da corregedoria e da DITEC e ainda do grande número de processo físicos.

Certifico ainda, que esta servidora é portadora da doença LER, fibromialgia e outras doenças reumáticas encontrando-se em crise há vários meses e em tratamento continuado o que dificulta uma maior celeridade nos processos virtuais. O referido é verdade. Dou fé.

RIO TINTO, 31 de maio de 2019
TEREZA CRISTINA FERNANDES ALCOFORADO





Poder Judiciário da Paraíba

Número do Processo: 0800480-27.2018.8.15.0581

CERTIDÃO

Certifico que deixo de dar cumprimento ao presente mandado expedido pela MM. Juiz de Direito desta Comarca, visto que não consta nos autos da Carta Precatória o comprovante do devido pagamento das diligências do Oficial de Justiça. Assim, o presente mandado vai de encontro ao inciso III, art. 5º da Resolução 36/2013 da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba. Da mesma forma, fere em todos os seus termos, o Provimento nº 02/2007 da Corregedoria do Estado da Paraíba, bem como inciso III, art. 5º da Resolução nº 36/2013 do TJPB, bem como, nos termos da súmula 190 do STJ.

Rio Tinto, Pb, 05/06/2019.

Oficial de Justiça Avaliador
JAIR SILVA DA PAZ

C E R T I D Ã O

==========

Certifico que deixo de dar cumprimento ao presente mandado expedido pela MM. Juiz de Direito desta Comarca, visto que não consta nos autos da Carta Precatória o comprovante do devido pagamento das diligências do Oficial de Justiça. Assim, o presente mandado vai de encontro ao inciso III, art. 5º da Resolução 36/2013 da Presidência do Tribunal de Justiça da Paraíba. Da mesma forma, fere em todos os seus termos, o Provimento nº 02/2007 da Corregedoria do Estado da Paraíba, bem como inciso III, art. 5º da Resolução nº 36/2013 do TJPB, bem como, nos termos da súmula 190 do STJ.

Rio Tinto, Pb, 05/06/2019.

Oficial de Justiça Avaliador

Severino Borges da Silva

DESPACHO

Oficie-se ao juízo deprecante, solicitando o pagamento das diligências dos oficiais de justiça.

Rio Tinto, 06/06/19.

Judson Kíldere Nascimento Faheina

Juiz de Direito

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Rio Tinto

PROCESSO Nº 0800480-27.2018.8.15.0581

CARTA PRECATÓRIA (261)
[Citação]

DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA

DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

Vara Única de Rio Tinto-Pb, 7 de junho de 2019.

JAILZA HORTENCIO DA SILVA

Chefe de Cartório

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via da parte)

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261

Número da guia: 058.2019.600247 **Tipo da Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 494,82
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866600000040 961709283181 520190630050 851900247012

Número do boleto:	058.5.19.00247/01
Data de emissão:	07/06/2019
Data de vencimento:	30/06/2019
UFR vigente:	R$ 50,41
Conta FEJPA:	1618-7228.039-6
Parcela:	1/1
Valor total:	R$ 496,17
Desconto total:	R$ 0,00
Valor final:	R$ 496,17

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do processo)

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261

Número da guia: 058.2019.600247 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 494,82
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866600000040 961709283181 520190630050 851900247012

Número do boleto:	058.5.19.00247/01
Data de emissão:	07/06/2019
Data de vencimento:	30/06/2019
UFR vigente:	R$ 50,41
Conta FEJPA:	1618-7228.039-6
Parcela:	1/1
Valor total:	R$ 496,17
Desconto total:	R$ 0,00
Valor final:	R$ 496,17

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do banco)

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261

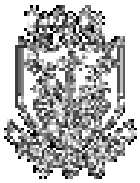
Número da guia: 058.2019.600247 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 494,82
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

866600000040 961709283181 520190630050 851900247012

Número do boleto:	058.5.19.00247/01
Data de emissão:	07/06/2019
Data de vencimento:	30/06/2019
UFR vigente:	R$ 50,41
Conta FEJPA:	1618-7228.039-6
Parcela:	1/1
Valor total:	R$ 496,17
Desconto total:	R$ 0,00
Valor final:	R$ 496,17



Poder Judiciário da Paraíba

Vara Única de Rio Tinto

Rua Tenente José de França, S/N, Centro, RIO TINTO - PB - CEP: 58297-000

Número do Processo: 0800480-27.2018.8.15.0581
Classe: CARTA PRECATÓRIA (261)
Assunto: [Citação]
Polo ativo: DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA

Polo passivo: DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que expedi oficio nesta data por malote digital, em anexo guia de diligência.

Código de rastreabilidade:	81520192484370
Documento:	498 oficio.pdf
Remetente:	Vara única de Rio Tinto (Jailza Hortêncio da Silva)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	07/06/2019 07:34:04
Assunto:	segue guia para recolhimento de diligencia , ref CP 08004802720188150581 extraida do processo

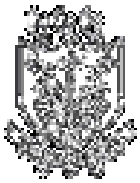
Código de rastreabilidade:	81520192484371
Documento:	Guia 080480272018815058 1.pdf
Remetente:	Vara única de Rio Tinto (Jailza Hortêncio da Silva)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (TRF5)



Data de Envio:	07/06/2019 07:34:04
Assunto:	segue guia para recolhimento de diligencia , ref CP 08004802720188150581 extraida do processo

Código de rastreabilidade:	81520192484372
Documento:	0800480-27.2018.8.15.0581-2 pg 13 e 14.pdf
Remetente:	Vara única de Rio Tinto (Jailza Hortêncio da Silva)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	07/06/2019 07:34:04
Assunto:	segue guia para recolhimento de diligencia , ref CP 08004802720188150581 extraida do processo

RIO TINTO, 7 de junho de 2019
JAILZA HORTENCIO DA SILVA



Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Rio Tinto

Rua Tenente José de França, S/N, Centro, RIO TINTO - PB - CEP: 58297-000

Número do Processo: 0800480-27.2018.8.15.0581
Classe: CARTA PRECATÓRIA (261)
Assunto: [Citação]
Polo ativo: DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA

Polo passivo: DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que expediente encaminhado por malote digital foram lidos, mas sem qualquer resposta. Seguem os espelhos de protocolo lidos.

RIO TINTO, 1 de julho de 2019
JAILZA HORTENCIO DA SILVA



Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 01/07/2019 10:23:51
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070110235145600000021684594
Número do documento: 19070110235145600000021684594



Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 01/07/2019 10:23:51
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070110235145600000021684594
Número do documento: 19070110235145600000021684594



Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 01/07/2019 10:23:51
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19070110235145600000021684594
Número do documento: 19070110235145600000021684594

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Rio Tinto

PROCESSO Nº 0800480-27.2018.8.15.0581

CARTA PRECATÓRIA (261)
[Citação]

DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA
DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

Vara Única de Rio Tinto-Pb, 12 de julho de 2019.

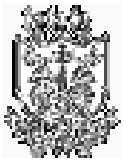
JAILZA HORTENCIO DA SILVA

Assessor

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo
Código de rastreabilidade: 81520192529128
Nome original: DESPACHO-OFÍCIO_PROCESSO Nº 0000376-35.2019.8.15.1001.pdf
Data: 10/07/2019 09:26:47
Remetente:
Mariana Sousa de Oliveira
Gerência de Fiscalização Judicial
TJPB
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para manifestação.
Assunto: DESPACHO-OFÍCIO_PROCESSO Nº 0000376-35.2019.8.15.1001 (PRAZO DE 10 DIAS PARA A ESPOSTA DO JUÍZO).



Poder Judiciário da Paraíba
Corregedoria Geral de Justiça

Grupo III

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS: 0000376-35.2019.8.15.1001.

Requerente: Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti.

Requerido: Vara Única da Comarca de Rio Tinto

Terceiro interessado: Cristiano Aranha Cavalcante.

DESPACHO

Vistos,

Diante das informações prestadas pelo Magistrado (Id 154410), aguarde-se o prazo de 30 (trinta) dias e, findo este, notifique-se novamente o Juízo da Comarca de Rio Tinto, para, no prazo de 10 (dez) dias, remeter informações sobre a carta precatória.

Decorrido o prazo, com ou sem resposta, certifique-se e voltem-me conclusos os autos.

Cópia deste despacho servirá como ofício, que deve ser encaminhado via malote digital

João Pessoa, datado e assinado eletronicamente.

Antônio Silveira Neto





Juiz Corregedor

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR ANTÔNIO SILVEIRA NETO:

Em resposta ao despacho/ofício retro, informo-lhe que a carta precatória reclamada está aguardando que o juízo deprecante comunique o recolhimento das diligências dos oficiais de justiça pela parte exequente.

Outrossim, comunico-lhe ainda que o retardo no cumprimento se deu por razões de problemas com a internet desta comarca que, conforme já constatado por essa CGJ nas diversas auditagens aqui realizadas, é de péssima qualidade, e por problemas de saúde da técnica judiciária responsável pelo dígito respectivo do processo.

Assim que o juízo deprecante nos comunicar o pagamento das diligências, pessoalmente acompanharei o cumprimento dos demais atos executórios para o fiel cumprimento da missiva.

Certo do espírito público que lhe é peculiar, aproveito a oportunidade para lhe renovar meus votos de consideração e estima.

Judson Kíldere Nascimento Faheina

Juiz de Direito

DESPACHO

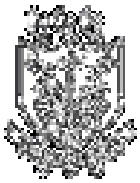
Oficie-se novamente ao juízo deprecante, solicitando o pagamento das diligências.

Comunique-se à CGJ a providência adotada por este juízo.

Rio Tinto, 12/07/19.

Judson Kíldere Nascimento Faheina

Juiz de Direito



Poder Judiciário da Paraíba

Vara Única de Rio Tinto

Rua Tenente José de França, S/N, Centro, RIO TINTO - PB - CEP: 58297-000

Número do Processo: 0800480-27.2018.8.15.0581
Classe: CARTA PRECATÓRIA (261)
Assunto: [Citação]
Polo ativo: DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA
Polo passivo: DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que expedi novo expediente, segue protocolo do malote digital

Código de rastreabilidade:	81520192535847
Documento:	594 .pdf
Remetente:	Vara única de Rio Tinto (Jailza Hortêncio da Silva)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	15/07/2019 12:43:49
Assunto:	segue oficio em grau de reiteração, protocolo da CP que tramaita nesta comarca de Rio Tinto .

Código de rastreabilidade:	81520192535848
Documento:	0800480272018 guia de diligencia.pdf
Remetente:	Vara única de Rio Tinto (Jailza Hortêncio da Silva)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	15/07/2019 12:43:49
	segue oficio em grau de reiteração, protocolo da CP que tramaita nesta



Assunto:	comarca de Rio Tinto .

Código de rastreabilidade:	81520192535849
Documento:	0800480-272018 fl 01 e 09.pdf
Remetente:	Vara única de Rio Tinto (Jailza Hortêncio da Silva)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	15/07/2019 12:43:49
Assunto:	segue oficio em grau de reiteração, protocolo da CP que tramaita nesta comarca de Rio Tinto .

RIO TINTO, 15 de julho de 2019
JAILZA HORTENCIO DA SILVA

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO TINTO
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO

Ofício nº 594/2019

Rio Tinto, 15 de julho de 2019.

Excelentíssimo(a) Senhor (Senhora)
MM Juiz Federal da 11ª Seção de Recife , PE.

Assunto: recolhimento de diligência REITERAÇÃO

Senhor Juiz,

Expediente em grau de reiteração, solicito-lhe determinar a intimação da parte autora para providências quanto ao recolhimento da diligência de oficial de justiça, para o fiel cumprimento da carta precatória 0800480-27.2018.8.15.0581 extraída dos autos da ação 0002274.68.1992.405.8300 contra PESSOA DE MELLO IND E COM S/A e outro.

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via da parte)

Número do boleto: 058.4.19.00316/01
Data de emissão: 15/07/2019

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261	31/07/2019

Número da guia: 058.2019.600316 **Tipo da Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 660,55
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

UFR vigente: R$ 50,47
Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Parcela: 1/1
Valor total: R$ 661,90
Desconto total: R$ 0,00

866700000064 619009283182 520190731056 841900316016

Valor final: R$ 661,90

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do processo)

Número do boleto: 058.4.19.00316/01
Data de emissão: 15/07/2019

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261	31/07/2019

Número da guia: 058.2019.600316 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 660,55
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

UFR vigente: R$ 50,47
Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Parcela: 1/1
Valor total: R$ 661,90
Desconto total: R$ 0,00

866700000064 619009283182 520190731056 841900316016

Valor final: R$ 661,90

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do banco)

Número do boleto: 058.4.19.00316/01
Data de emissão: 15/07/2019

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261	31/07/2019

Número da guia: 058.2019.600316 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 660,55
- Taxa bancária: R$ 1,35

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

UFR vigente: R$ 50,47
Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
Parcela: 1/1
Valor total: R$ 661,90
Desconto total: R$ 0,00

866700000064 619009283182 520190731056 841900316016

Valor final: R$ 661,90

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Rio Tinto

PROCESSO Nº 0800480-27.2018.8.15.0581

CARTA PRECATÓRIA (261)
[Citação]

DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA
DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo. Segue protocolo de malote digital.

Código de rastreabilidade:	81520192543361
Documento:	612.pdf
Remetente:	Vara única de Rio Tinto (Jailza Hortêncio da Silva)
Destinatário:	Gerência de Fiscalização Judicial (TJPB)
Data de Envio:	19/07/2019 10:48:03
Assunto:	PROCESSO TRAMITA NESSE CORREGEDORIA SOB O NUM PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS: 0000376-35.2019.8.15.1001

JAILZA HORTENCIO DA SILVA

Chefe de Cartório

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO TINTO

Ofício nº 612/2019

Rio Tinto, 19 de julho de 2019

À Senhora
MARIANA SOUSA DE OLIVEIRA
Gerência de Fiscalização Judicial
Tribunal de Justiça da Paraíba,
João Pessoa, PB.

Assunto: informa tramitação de processo 0800480-27.2018.815.0581

Ilustríssima Senhora,

De ordem do MM Juiz de Direito desta comarca de Rio Tinto, Dr. Judson Kikdere Nascimento Fabiana, informo que foi reiterado expediente à SUPE - Diretoria da 12ª Vara (DRFS) solicitando recolhimento das diligências para cumprimento da carta precatória registro nº 0800480-27.2018.815.0581, extraída dos autos do processo 0002274.68.1992.405.8300, por malote digital.

Atenciosamente,

Jailza Hortêncio da Silva
Matrícula 6[illegible]-1

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
Vara Única de Rio Tinto

PROCESSO Nº 0800480-27.2018.8.15.0581

CARTA PRECATÓRIA (261)
[Citação]

DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA
DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

Vara Única de Rio Tinto-Pb, 8 de agosto de 2019.

JAILZA HORTENCIO DA SILVA

Chefe de Cartório

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 40520195978488
Nome original: OFÍCIO CUSTAS.pdf
Data: 07/08/2019 09:51:27
Remetente:
Pedro Chabloz Filho
SJPE - Diretoria da 11ª Vara
Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para providências.
Assunto: Em resposta ao ofício 594 2019 carta precatória 0800480.27.2018.815.0581

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Juiz(iza) de Direito da Vara Única da Comarca de Rio Tinto/PB

Malote digital

Assunto: **Carta precatória GDC.0011.000011-2/2018 (0800480.27.2018.815.0581)**

Senhor(a) Juiz(iza) de Direito

Com os cumprimentos de estilo, em atenção ao ofício nº 594/2019, encaminho a Vossa Excelência cópia do despacho ID 40583001.13388004 **para fins de cumprimento da carta precatória GDC.0011.000011-2/2018 (0800480.27.815.0581 Vosso número).**

Por fim, ressalto que foram deprecadas 02(duas) diligências: **citação e intimação da empresa PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO e intimação da empresa AGICAM.** conforme os termos da decisão de fls. 471/472 ID 40583001.13388004)

Anexo: cópia do despacho ID 458300.11388611 e da decisão fls. 471/472.

Recife, data da assinatura.

FERNANDO BRAZ XIMENES

Juiz Federal Substituto no exercício da titularidade da 11ª Vara Federal

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Assessor
Data e hora da assinatura: 07/08/2019 09:44:51
Identificador: 40583001.13396880

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.tjpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

19080709453264350000011421409

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 08/08/2019 07:12:22
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080807122209900000022610383
Número do documento: 19080807122209900000022610383

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESPACHO

Através do Ofício nº. 594/2019, de 15 de julho de 2019, documento ID 40583001.11388336, oriundo do Juízo da Vara Única de Comarca de Rio Tinto/PB, pertante o qual tramita a carta precatória nº. GDC.0011.000011-2/2018 (0800480.27.2018.815.0581), expedida na presente ação de execução fiscal, solicita aquele Juízo a intimação do exeqüente FAZENDA NACIONAL, **para o recolhimento das custas.**

Cuida o presente feito de execução fiscal, em que figura como exeqüente a FAZENDA NACIONAL.

Dispõe a Medida Provisória nº 1984-18, de 1º de junho de 2000. Art. 24-A: "A União, suas autarquias e fundações públicas **são isentas de custas e emolumentos e demais taxas judiciárias, bem como de depósito prévio e multa em ação rescisória, em quaisquer foros e instâncias.**".

À vista do exposto, oficie-se o Juízo Deprecado encaminhando-lhe cópia deste despacho, **ressaltando ainda a existência de duas diligências deprecadas: citação e intimação da empresa PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO e intimação da empresa AGICAM**, conforme os termos da decisão de fls. 471/472, item 3 (ID 40583001.11388004).

PGT

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
FERNANDO BRAZ XIMENES - Magistrado
Data e hora da assinatura: 06/08/2019 16:03:58
Identificador: 40583001.11388611

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

19080615215822700000011413118

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 08/08/2019 07:12:22
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080807122209900000022610383
Número do documento: 19080807122209900000022610383

PROCESSO: 0002274-69.1992.4.05.8300 (85 - EXECUÇÃO FISCAL)
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A.

DECISÃO

Desde a decisão de fls. 450/451v, que resumiu os atos praticados nos autos e os ainda pendentes, a União se manifestou às fls. 453/454.

Passo a analisar os pedidos.

1. BENS DESINTERESSANTES

1.1. IMÓVEIS

A União afirmou não ter interesse, nesse momento, no prosseguimento da execução dos imóveis de matrículas 809, do 1º CRI de Timbaúba/PE (reserva ambiental), e de matrícula 173, do 2.º CRI de Vicência/PE (proteção ambiental e dação em pagamento trabalhista).

Não tendo a União desistido da penhora dos referidos bens, mantenho a penhora, apenas sustando os atos subsequentes de expropriação desses bens.

1.2. AÇÕES

Já em relação à penhora das ações da empresa PN – TIM Participações S/A, a União afirma não ter interesse na alienação.

Tendo a referida penhora ocorrido nos autos do antigo processo piloto, que reverbera seus atos para todos os apensos, torno-a sem efeito para o presente feito, ante a desistência da penhora manifestada pela União.

2. BEM DAS PESSOAS FÍSICAS

A União indica à penhora o **apartamento 501** Edf. Antônio Dourado Neto, localizado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 85, Graças, Recife/PE, **matrícula 95.130**, 2.º CRI Recife/PE que pertence, dentre outros coproprietários, aos coexecutados Carlos Pessoa de Mello Filho (Espólio), Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Antônio Francisco Dourado Pessoa de Mello (certidão fls. 455/457).

1

Defiro em parte o pedido da União para determinar a penhora da cota-parte correspondente aos coexecutados sobre o referido bem.

Expeça-se mandado de penhora, avaliação, depósito e registro da **cota-parte** dos coexecutados, no referido imóvel.

3. CARTA PRECATÓRIA GDC.0011.000011-2/2018

Houve a expedição de 1 precatória para 2 (dois) destinatários distintos, mas com o mesmo endereço: cartas precatórias para a comarca de Rio Tinto/PB:

3.1. Citação e intimação da penhora, tendo como destinatária a empresa PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO;

3.2. Intimação da penhora tendo como destinatária a AGICAM.

A deprecata recebeu o número 0800480-27.2018.8.15.0581 (fl. 406), já tendo este juízo tentado contato telefônico (fl. 444) e requerido auxílio da Corregedoria do Estado da Paraíba (447/448) para a conclusão das diligências.

A União pede o cumprimento da citação das empresas PESSOA DE MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO e AGICAM, se necessário, por edital.

Verifico que na autuação da carta precatória houve apenas a inclusão da empresa Pessoa de Mello Indústria e Comércio (fl. 405).

Deve a secretaria tentar novamente contato telefônico com o juízo deprecado para saber do andamento da missiva. Nessa ocasião deve indagar sobre o ato de intimação da penhora da empresa AGICAM, evitando, assim, diligência incompleta.

4. PROSSEGUIMENTO

A União requer, após a citação dos executados, sejam reavaliados os imóveis penhorados de matrículas 357, 362, 365, 366, 372 (fls. 578/581 da ef. 0006638-90.1991.4.05.8300).

Aguarde-se a resposta da Corregedoria do Estado da Paraíba, que recebeu o malote digital em 11/4/2019 (fl. 448).

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 08/08/2019 07:12:22
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080807122209900000022610383
Número do documento: 19080807122209900000022610383

5. MIGRAÇÃO

Intime(m)-se o(s) advogado(s) da(s) parte(s) para, caso ainda não tenha(m) feito, providenciar(em) o cadastro de seu(s) usuário(s) no sistema PJe, a ser realizado no sítio eletrônico do TRF da 5ª Região (www.trf5.jus.br).

Em seguida, providencie a Secretaria a digitalização das peças deste processo e a migração do presente feito para o sistema PJE, nos termos da Resolução Pleno nº 3/2016 do TRF da 5ª Região.

Considerando que o processo seguirá o seu curso de forma eletrônica, via sistema PJe, remetam-se os autos físicos ao arquivo, com código de baixa específico (133 - Baixa Definitiva - Processo Migrado para o PJe).

Recife, 30/05/2019.

DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
Juíza Federal da 11ª Vara/PE

TERMO DE RECEBIMENTO

Certifico que, nesta data, recebi os presentes autos do(a) Juiz(íza) Federal da 11ª Vara/PE. Recife/PE, 30/05/2019

Juliana Pessoa Rafael
TECNICO(A) JUDICIARIO(A)

Assinado eletronicamente por: JAILZA HORTENCIO DA SILVA - 08/08/2019 07:12:22
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19080807122209900000022610383
Número do documento: 19080807122209900000022610383

DESPACHO

Oficie-se ao juízo deprecante, informando-lhe que as diligências dos meirinhos não estão açambarcadas na isenção mencionada, motivo pelo qual deverá ser notificada a Fazenda Nacional para o recolhimento devido.

Por economia processual, notifique-se a Fazenda Nacional para recolher o valor devido no prazo de dez dias a fim de que possa ser cumprida a missiva.

Rio Tinto, 27/08/19.

Judson K. N. Faheina

Juiz de Direito

Número do Processo: 0800480-27.2018.8.15.0581
Classe: CARTA PRECATÓRIA (261)
Assunto: [Citação]
Polo ativo: DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA
Polo passivo: DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que expedi ofício e carta de notificação. Seguem os protocolos.

Código de rastreabilidade:	81520192610764
Documento:	725 oficio .pdf
Remetente:	Vara única de Rio Tinto (Jailza Hortêncio da Silva)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	29/08/2019 09:09:41
Assunto:	

Código de rastreabilidade:	81520192610765
Documento:	0800480-27.2018.8.15.0581-2 regisro.pdf
Remetente:	Vara única de Rio Tinto (Jailza Hortêncio da Silva)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	29/08/2019 09:09:41
Assunto:	

Código de rastreabilidade:	81520192610766
Documento:	GuiaCustas 0800480-27.pdf
Remetente:	Vara única de Rio Tinto (Jailza Hortêncio da Silva)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	29/08/2019 09:09:41
Assunto:	

RIO TINTO, 29 de agosto de 2019
JAILZA HORTENCIO DA SILVA

ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO TINTO

Ofício nº 725/2019

Rio Tinto, 29 de agosto de 2019

Excelentíssima Senhora
Drª DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI
Mm Juíza Federal da 11ª Vara, Seção de Pernambuco

Assunto: Informação processual. (0800480-27.2018.815.0581 - nosso)

Senhora Juíza,

Pelo presente informo à Vossa Excelência que as diligências dos meirinhos nos autos da carta precatória nº 0800480.27.2018.815.0581, extraída dos autos 0002274.68.1992.405.8300, não estão açambarcadas na isenção no malote digital, oriundo dessa vara nº **40520195978488.**

Informo ainda que foi determinada a notificação da Fazenda Nacional para proceder o recolhimento das diligências.

Atenciosamente,

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via da parte)

Número do boleto: 058.8.19.00480/01
Data de emissão: 29/08/2019

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261	31/08/2019

Número da guia: 058.2019.600480 **Tipo da Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 495,51
- Taxa bancária: R$ 1,35

Promovente: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA

Promovido: AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A e outro(s)

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

UFR vigente: R$ 50,48
Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Parcela: 1/1
Valor total: R$ 496,86
Desconto total: R$ 0,00

866300000043 968609283187 520190831054 881900480016

Valor final: R$ 496,86

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do processo)

Número do boleto: 058.8.19.00480/01
Data de emissão: 29/08/2019

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261	31/08/2019

Número da guia: 058.2019.600480 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Promovente: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA **Promovido:** AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A e outro(s)

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 495,51
  - 2x Citação (FAZENDA MANIBU) R$ 247,76
  - 2x Intimação (FAZENDA MANIBU) R$ 247,76

UFR vigente: R$ 50,48
Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Parcela: 1/1
Valor total: R$ 496,86
Desconto total: R$ 0,00

Valor final: R$ 496,86

Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

(Via do banco)

Número do boleto: 058.8.19.00480/01
Data de emissão: 29/08/2019

Nº do Processo:	Comarca:	Classe Processual:	Data de vencimento:
0800480-27.2018.815.0581	Rio Tinto	CARTA PRECATORIA CIVEL - CIVEL - 261	31/08/2019

Número da guia: 058.2019.600480 **Tipo de Guia:** Custas Ocasionais de Diligência / Despesas Postais

Detalhamento:
- Despesas processuais com mandados: R$ 495,51
- Taxa bancária: R$ 1,35

Promovente: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA

Promovido: AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A e outro(s)

Observações:
- Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.

UFR vigente: R$ 50,48
Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Parcela: 1/1
Valor total: R$ 496,86
Desconto total: R$ 0,00

866300000043 968609283187 520190831054 881900480016

Valor final: R$ 496,86

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE RIO TINTO

CARTA DE NOTIFICAÇÃO AR)

Rio Tinto, 28 de agosto de 2019

Ao
Representante legal PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL.
Empresarial Charles Darwin,
R. Sen. José Henrique, nº 231 - 20º andar - Ilha do Leite.
Recife - PE.
CEP: 50070-460

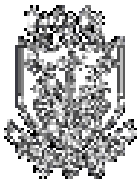
DE ORDEM do Mm. Juiz de Direito desta Comarca de Rio Tinto/Paraíba, Dr. Judson Kildere Nascimento Faheina. **NOTIFICO** Vossa Senhoria, parte autora nos autos da carta precatória que tramita neste juizo e comarca de Rio Tinto nº 0800480-27.2018.815.0581, extraída dos autos da ação nº 0002274.68.1992.405.8300 contra **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA SIA ,** para apresentar nos autos da referida carta precatória o comprovante de recolhimento de diligência de oficial de justiça para cumprimento. Segue guia de diligencia.

Assim, considero Vossa Senhoria devidamente **NOTIFICADO,** para os efeitos legais.

Jailza Hortencio da Silva
Tec Judiciária

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK https://pje.tjpb.jus.br/pje/ProcessoConsultaDocumento/listView.seam **NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:** 19072608185128360000031615878 e 19082712555596000000023121970

29/08/19



Poder Judiciário da Paraíba

Vara Única de Rio Tinto

Rua Tenente José de França, S/N, Centro, RIO TINTO - PB - CEP: 58297-000

Número do Processo: 0800480-27.2018.8.15.0581
Classe: CARTA PRECATÓRIA (261)
Assunto: [Citação]
Polo ativo: DEPRECANTE: SJPE - DIRETORIA DA 11ª VARA
Polo passivo: DEPRECADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que junto em anexo o AR referente à carta de notificação ID nº 23937309.

RIO TINTO, 18 de setembro de 2019
FLAVIO RICARDO SOUZA DE MORAIS

(PREENCHER COM LETRA DE FORMA)

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ao Juízo da Vara Única da Comarca de Cuité - PB

ENDEREÇO / ADRESSE

Fórum Desembargador Pompeu Accioly Borges, s/n

CEP / CODE POSTAL | CIDADE / COMMUNE | ESTADO / ETAT

58175-000 | Cuité | PB

PROGRAMA DE CONTEÚDO SUJEITO À VERIFICAÇÃO / DESTINATION

Carta de Intimação

Ref. Proc. nº 0800776-24.2018.8.15.0181

NATUREZA DE ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

- [ ] PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
- [ ] E-S
- [ ] REGISTRADO / RECOMMANDÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

06/09/19

CARIMBO DE ENTREGA NA UNIDADE DE DESTINO / CACHET DU BUREAU DESTINATAIRE

CUITE PARAÍBA

06 SET 2019

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Fabiana Tavares

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

8458423

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / SIGNATURE DE L'AGENT

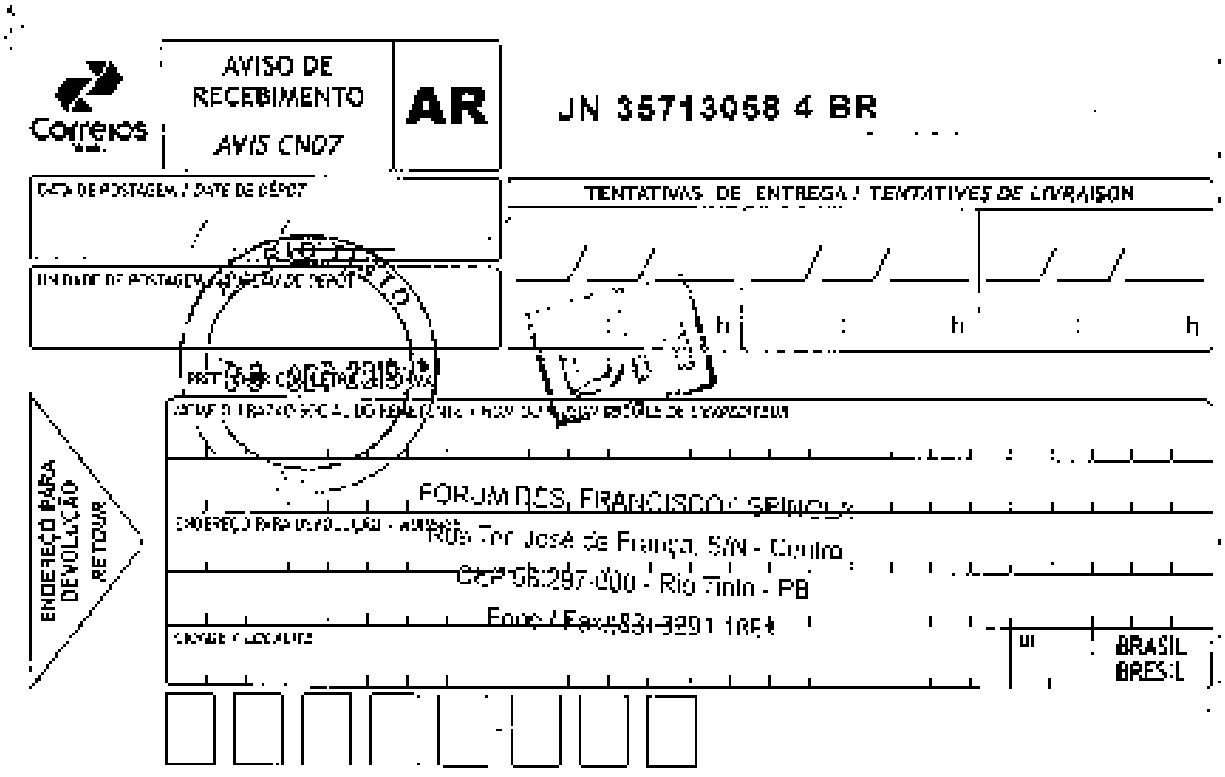
CARLOS LAURANJEIRA

DOBRE AQUI PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO*

FORMULÁRIO

114 x 186 mm

Assinado eletronicamente por: FLAVIO RICARDO SOUZA DE MORAIS - 18/09/2019 12:04:03
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091812040322400000023746071
Número do documento: 19091812040322400000023746071


Correios
AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07
AR
JN 35713058 4 BR
DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPOT
TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO - RETOUR
FORUM DES. FRANCISCO SEIXAS
Rua Ten José de França, S/N - Centro
Cep 58.297-000 - Rio Tinto - PB
Fone / Fax 831-3291 1861
BRASIL
BRESIL

DESPACHO

Certifique-se se houve o recolhimento das diligências.

Em caso negativo, devolva-se esta carta ao juízo de origem sem cumprimento, dando baixa na distribuição.

Rio Tinto, 29/10/19.

Judson K. N. Faheina

Juiz de Direito

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

Recife/PE, data da assinatura.

(Assinado Eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520192776737

Nome original: Decisão.pdf

Data: 26/11/2019 08:19:31

Remetente:

Fabio da Costa Eloy
Gerência de Fiscalização Judicial
Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Encaminha cópias da Decisão e do Parecer constantes dos autos nº 0000376-35.2019.8.15.1001

26/11/2019

Número: **0000376-35.2019.8.15.1001**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**
Órgão julgador: **Corregedoria Geral de Justiça**
Última distribuição : **11/04/2019**
Assuntos: **Intervenção para cumprimento de cartas precatórias/de ordem**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti (REQUERENTE)	
Vara Única da Comarca de Rio Tinto (REQUERIDO)	
11ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco - TRF5 - Recife (PE) (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
182742	25/11/2019 15:38	Decisão	Decisão

Autos: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0000376-35.2019.8.15.1001
Requerente: DANIELLE SOUZA DE ANDRADE E SILVA CAVALCANTI

Requerido: VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO TINTO

DECISÃO

Visto.

Trata-se de Pedido de Providências instaurado a requerimento da MM Juíza da 11.ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco,Dra. Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti, solicitando intervenção desta Corregedoria Geral de Justiça, para a devolução, devidamente cumprida, da Carta Precatória GDC 0011.0000011-2/2018, extraída dos autos do Processo nº 0002274-68.1992.4.05.8300, e remetida ao Juízo da Vara Única da Comarca de Rio Tinto para cumprimento.

A última informação prestada pelo Juízo Deprecado, ID 178384, foi no sentido de que a Carta Precatória, cujo cumprimento é o objeto do presente Pedido de Providências, havia sido devolvida ao Juízo Deprecante(Requerente), por falta de recolhimento de numerários para pagamento das diligências do Oficial de Justiça, embora tenhamsido oficiados para tal fim, o Juízo Deprecante e a Fazenda Nacional.

É o relatório.

Considerando a ausência de resposta do Juízo Deprecante e da Fazenda Nacional, como bem destacado no Parecer do MM Juiz Corregedor Auxiliar do Grupo III, ID 182265, conclui-se pela perda do objeto do presente feito, impondo-se, por conseguinte, a extinção do presente Pedido de Providências, nos termos do art. 35, do Código de Normas Judiciais, e consequente arquivamento, razão pela qual homologo a Peça Opinativa, que passa a fazer parte desta Decisão.

Comunique-se ao Juízo Requerente, servindo esta Decisão como ofício.

João Pessoa, datado e assinado eletronicamente.

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Corregedor-Geral da Justiça

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520192776738

Nome original: Parecer.pdf

Data: 26/11/2019 08:19:31

Remetente:

Fabio da Costa Eloy
Gerência de Fiscalização Judicial
Tribunal de Justiça da Paraíba

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Encaminha cópias da Decisão e do Parecer constantes dos autos nº 0000376-35.2019.8.15.1001

26/11/2019

Número: **0000376-35.2019.8.15.1001**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**
Órgão julgador: **Corregedoria Geral de Justiça**
Última distribuição : **11/04/2019**
Assuntos: **Intervenção para cumprimento de cartas precatórias/de ordem**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti (REQUERENTE)	
Vara Única da Comarca de Rio Tinto (REQUERIDO)	
11ª Vara da Justiça Federal em Pernambuco - TRF5 - Recife (PE) (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
182265	21/11/2019 15:25	Parecer	Parecer

Poder Judiciário da Paraíba
Corregedoria Geral de Justiça

Grupo III

PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS: 0000376-35.2019.8.15.1001.

Requerente: Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti.

Requerido: Vara Única da Comarca de Rio Tinto

Terceiro interessado: Cristiano Aranha Cavalcante.

Vistos, etc.

Trata-se de **Pedido de Providências** formulado por **Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti, Juíza da 11.ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco (Deprecante)**, solicitando a intervenção desta Corregedoria, para a devolução, com o devido cumprimento, da Carta Precatória GDC 0011.0000011-2/2018, extraída dos autos do processo nº 0002274-68.1992.4.05.8300, remetida ao **Juízo da Vara Única da Comarca de Rio Tinto (Deprecado)**.

Instado a se manifestar (ID154410), o MM Juiz informou que está aguardando que o juízo deprecante comunique o recolhimento das diligências dos oficias de justiça pela parte exequente.

Infere-se do ofício n.º 612/2019, Id. 161593, p. 2, que o Juízo da Vara Única da Comarca de Rio Tinto reiterou o expediente encaminhado à SJPE - Diretoria da 11.ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, solicitando o recolhimento das diligências para o cumprimento da carta precatória GDC 0011.0000011-2/2018.

Nesse sentido pronunciou-se o Juízo Deprecado: "Tanto o juízo deprecante quanto a PFN foram notificados para providenciarem tal recolhimento, não tendo nenhum deles se manifestado até a presente data".

É o relatório. Passo a opinar.

Na peça inaugural dos presentes autos, a Magistrada requer a devolução de Cartas Precatórias extraída dos autos do processo nº 0002274-68.1992.4.05.8300, remetida ao **Juízo da Vara Única da Comarca de Rio Tinto (Deprecado)**.

Oficiado, o MM Juiz da Comarca de Rio Tinto, informou que foi ordenada a devolução da carta precatória sem cumprimento em razão do não recolhimento das diligências dos meirinhos.

Considerando a ausência de resposta pela Magistrada Requerente ao Juízo Deprecado, interessada para que seu pedido formulado nos presentes autos seja alcançado, conclui-se pela perda do objeto do presente feito, impondo-se, por conseguinte, o seu arquivamento.

ISTO POSTO, opino pela extinção do presente processo, nos termos do art. 35, do Código de Normas Judiciais (Provimento CGJ-TJPB n.º 49/2019), e consequente arquivamento.

Tão logo haja homologação deste Parecer, comunique-se a Magistrada Requerente acerca do seu inteiro teor, que servirá de ofício.

É o Parecer que submeto à apreciação do Ex.º. Desembargador Corregedor-Geral de Justiça.

Gabinete do Juiz Corregedor do Grupo III, data da assinatura eletrônica.

Antônio Silveira Neto- Juiz Corregedor Auxiliar

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que, dando cumprimento ao Mandado de Penhora, Avaliação, Depósito e Registro (Processo PJE nº 0002274-68.1999.4.05.8300. Identificador 4058300.11714011), dirigi-me ao endereço constante do r. Mandado e lá estando encontrei, em andamento, a construção do Edifício Antônio Dourado Neto, empreendimento da Construtora Santo Antônio. Certifico mais que a condição de apartamento, ainda em construção, consta da certidão do Registro Geral de Imóveis, anexada ao Mandado judicial, inexistindo por hora título de propriedade do imóvel, objeto da presente penhora, mas tão somente direitos futuros incidentes sobre o imóvel em construção. Certifico, finalmente, que a situação, ora narrada, prejudica a penhora e consequente avaliação do bem em tela, qual seja, a cota-parte do imóvel de matrícula 95130, unidade 501, do Edifício Antônio Dourado Neto. Ante o exposto, recolho o presente Mandado à Secretaria, sem proceder a penhora e o submeto à apreciação superior.

Recife, 12 de dezembro de 2019.

ANA FLÁVIA PEDROSA FLORENTINO DE PAIVA COELHO

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, faço juntar as folhas 403, 561/562, 578/581, 593, 605, 647, 667 e 376/377 digitalizadas do processo 0008638-90.1991.4.05.8300.

Recife/PE, data da assinatura.

(assinado eletronicamente)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª Vara Federal

Processo: 0008638-90.1991.4.05.8300
99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o(a) PETIÇÃO/MANDADO n. MAC.0011.000199-6/2014, do que, para constar, lavrei o presente termo.

Recife, 14/05/2015.

Luana Estevão da Silva
OPERADOR DE DOCUMENTOS

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

32 1C

MANDADO DE CITAÇÃO Nº MAC.0011.000199-6/2014

EXECUÇÃO FISCAL: 0008638-90.1991.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros – CPF/CNPJ: 018.544.024-04
CORRESPONSÁVEL: BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO
ENDEREÇO DO CORRESPONSÁVEL: RUA DOM VITAL, 27, SANTO AMARO, RECIFE-PE
VALOR DA DÍVIDA: R$ 305.298,90(atualizado até 11/2014)

DE ORDEM DO MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, **DR. GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE OLIVEIRA**, na forma da Lei etc,

Manda a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue que, em cumprimento a despacho/decisão exarado(a) nos autos, indo por mim Diretor(a) de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do(a) MM. JUIZ, que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço supracitado ou a outro local, e, sendo aí, CITE o(a) corresponsável, **BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELO NETO**, inscrito no CPF nº. 018.544.024-04, para, **no prazo de 05(cinco) dias, pagar a dívida no valor de R$ 305.298,90 (atualizado até 11/2014)**, acrescido dos acessórios e honorários advocatícios ou garantir a execução, conforme dispõe o art. 8º da LEF, sob pena de não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos bens quantos forem necessários à satisfação da dívida.

Ficará o Oficial de Justiça, desde já, autorizado, se necessário for, a cumprir o presente mandado nos sábados, domingos e feriados, ou nos dias úteis fora do horário forense (CPC art. 172 e §§), a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado a fim de proceder a citação.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificado o Executado de que este Juízo funciona no endereço supracirado-indicado, com atendimento das 09:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Seguem, em anexo, cópia da Inicial, da CDA e da Decisão de fls. 324/329.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara Federal-PE, eu, ____ (Dulce Cavalcanti Galindo Ferraz, TECNICO(A) JUDICIARIO(A)), digitei e o(a) Diretor(a) de Secretaria conferiu e subscreve.

Recife/PE, 15 de dezembro de 2014.

SERGIO AUGUSTO MELO DE SIQUEIRA VIEIRA
Diretor de Secretaria da 11ª Vara/PE

OBS.: Em caso de intenção de pagamento ou parcelamento do débito, favor dirigir-se à RECEITA FEDERAL, com endereço na Av. Alfredo Lisboa, 1152 - Térreo – Recife Antigo – Recife/PE – Fone: 81- 37975205, trazendo cópia do pagamento ou parcelamento aos autos.

403

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Subseção Judiciária de Goiana/PE – 25.ª Vara Federal
Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000 - Fone: (81) 3351-2000
Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

AUTO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos 6(seis) dias do mês de Maio do ano de 2015, em cumprimento à Carta Precatória CPR.0011.000358-6/2014, procedi à Penhora no rosto dos autos da Ação de Desapropriação de Imóvel Rural por Interesse Público nº 0011587-23.2010.4.05.8300, para garantia do débito exeqüendo no montante de R$305.298,90(trezentos e cinco mil duzentos e noventa e oito reais e noventa centavos), atualizados até novembro/2014, tendo sido tal requerida pelo Juízo da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, em razão de existir crédito em face da Empresa Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A, na Execução Fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, tombada no referido Juízo Federal. No mais, intimei a Diretora de Secretaria a certificar a constrição no verso da metade da primeira folha dos autos. Para constar, lavrei o presente auto, que vai devidamente assinado por mim e pela Diretora de Secretaria da 25ª Vara Federal em Goiana.

Rosalina Luiza Barros Moreira
Oficiala de Justiça Avaliadora Federal
Mat. PE3286

Fernanda Karla Rodrigues de Miranda
Diretora de Secretaria da 25ª Vara Federal em Goiana

VISTA PARA 3 N
AUTOS COM 1 VOLUMES
EM 08/06/15 APENSOS

RECEBIDO EM
POR

TERMO DE RECEBIMENTO
Autos recebidos na 11ª Vara da
Seção Judiciária de Pernambuco
Recife,

JUNTADA
Nesta data, juntei aos presentes autos
que se segue
Recife, de de
Eu,
assino,

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, aos cinco (05) dias do mês de novembro de 2015, dirigi-me, nesta cidade, à Secretaria da 7ª Vara Federal, e sendo o local, procedi à PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS, de conformidade com o Auto, em anexo. O Diretor da Secretaria, na pessoa do funcionário, Tarcísio, recebeu a documentação para o procedimento (averbação) e exarou sua nota de ciente. O referido é a verdade e dou a minha fé. Recife, 05 de novembro de 2015. JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

962

PROCESSO Nº 0008638-90.1991.4.05.8300 – EXECUÇÃO FISCAL

MANDADO: MAN. 0011. 002197-9/2015

11ª VARA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

05 NOV. 2015

2821
Tarcísio
7ª VARA JFPE

AUTO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos cinco (05) dias do mês de outubro de 2015, nesta cidade de Recife/PE, por ordem da MM Juíza Federal da 11ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, na Ação em Epígrafe, que move o Exequente: FAZENDA NACIONAL contra o Executado, PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A, dirigi-me à 7ª Vara Federal – Seção Judiciária de Pernambuco e, após ter apresentado o Mandado de PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS (MAN. 0011. 002197-9/2015) ao Diretor (a) de Secretaria da 7ª Vara, requeri a apresentação dos Autos do Processo tombado sob o nº 0000184-96.2006.4.05.8300, que ali tramita. Em seguida, nos termos da Lei 6.830/80, procedi à PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS para a garantia do débito exequendo, no montante de R$ 4.196.055,19 (Quatro milhões, cento e noventa e seis mil, cinquenta e cinco reais e dezenove centavos).

Procedi, ainda, a entrega da cópia deste documento ao Sr. (a) Diretor (a) de Secretaria da 7ª Vara Federal, para que este (a), sob as penas da lei, faça a averbação nos autos supracitados a fim de que, oportunamente, produza os efeitos legais pretendidos, como o pagamento do débito ora ajuizado. Do que, para constar, lavrei o presente auto que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim, Oficial de Justiça, e pelo (a) Diretora de Secretaria da 7ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco.

OFICIAL DE JUSTIÇA – JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA - MAT 1235

DIRETOR DE SECRETARIA

Recebi em 30/11/2015

578

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco – 25ª Vara Federal

11.486.974/0001-43
Serviço Notarial e Registral
Cartório Único
Rua Domingos Braga, Nº 140
Aliança - Fone: 3637-1375
Rousimar Coelho de Albuquerque
Tabeliã

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015, no município de Aliança, Estado de Pernambuco, em cumprimento ao mandado de penhora, avaliação, depósito e registro extraído dos autos da Carta Precatória cível de **nº 0800149-70.2015.4.05.8306 (Processo Originário nº 0008638-90.1991.4.05.8300)** movido pela **FAZENDA NACIONAL** contra o executado **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e outros,** vim eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal, matrícula 3300, abaixo assinado ao local indicado e ali estando, após as formalidades legais, **PENHOREI** e **AVALIEI** o(s) bem(ns) a seguir descrito(s):

1) Imóvel rural de matrícula **372**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Cana Brava/Oiteiro Alto**, com 300ha (trezentos hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Jucá, de Carlos Antônio e José Henrique César de Albuquerque; ao Sul, com o Engenho Passagem, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; a leste com o Engenho Natal de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A e Paraná, de Juarez Correia de Azevedo; ao oeste, com os Engenhos Guararapes e Oiteiro Alto, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Apesar de existir casas com alguns moradores pontuais, não existe vila de casas no referido engenho. A maioria do imóvel é composta de terra nua, ou seja, sem benfeitorias. As construções existentes encontram-se em péssimo estado de conservação. O solo é próprio para plantação de cana-de-açúcar.**
2) Imóvel rural de matrícula **362**, denominado **Engenho Falcão**, com 412ha (quatrocentos e doze hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Retiro, do Sr. Fernando Olímpio de Moraes; ao Sul, com o Engenho Brejo Aliança, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; a leste com o Engenho Cipó Branco do Sr. Pedro Francisco de Andrade Cavalcanti; a oeste, com os Engenho Mata Limpa, também de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: existem várias famílias residindo no engenho há muitos anos, inclusive tendo elas recebido o lote à título de indenização por verbas trabalhistas não percebidas por terem trabalhado para a executada Pessoa de Mello Industria e Comércio (Usina Aliança). Assim,o imóvel é composto por vilas de casas de alvenaria.**
3) Imóvel rural de matrícula **365**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Laureano**, com 150ha (cento e cinquenta hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Mata Limpa, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; ao Sul, com o Engenho Cangaú, do Sr. Luismar de Melo; ao leste com o Engenho Brejo

579

Aliança de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A e com o Engenho Cangaú; ao oeste, com o Engenho Mata Limpa e terrenos urbanos da cidade de Aliança (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Localizado no entorno da zona urbana da cidade de Aliança, possui inúmeras casas já construídas e loteamentos de casas ainda em construção. Atualmente, confunde-se com a zona urbana do município.**

4) Imóvel rural de matrícula **366**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Mata Limpa**, com 116,94ha (cento e dezesseis hectares e noventa e quatro ares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Falcão, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; ao Sul, com o Engenho Sítio Novo, também da empresa; ao leste com os terrenos urbanos da cidade de Aliança ; ao oeste, com os Engenhos Monte Claro e Boa Vista da Usina Cruangi S/A.(descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Também localizado no entorno da zona urbana da cidade de Aliança/PE. Não foi visualizada casas ou benfeitorias e/ou plantações.**
5) Imóvel rural de matrícula **357**, feita em 27 de julho de 1978, denominado **Engenho Brejo**, com 3,24ha (Três hectares e vinte e quatro ares), medindo 180m de comprimento por 180m de profundidade, desmenbrada do Engenho Brejo, localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, sul, leste e oeste com terras do Engenho Brejo de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança) (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Imóvel onde fucionou o parque industrial da Usina Aliança, o qual atualmente, encontra-se destivado e em péssimo estado de conservação. Ademais, existe uma vila de casas no Engenho Brejo, todas de alvenaria.**

Registro que, com exceção do imóvel de matrícula 357, todos os outros possuem grandes proporções, não sendo possível a constatação *in loco* de todas as benfeitorias mencionadas, presumindo-se verdadeiras e de boa-fé todas as informações prestadas pelo Sr. Severino Bernardo, mais conhecido por Sr. Biluca, morador do Engenho Brejo/Usina Aliança e profundo conhecedor de toda a região. Ademais, tendo em vista as grandes áreas dos imóveis constrictos e, considerando apenas os documentos acostados ao presente expediente (certidões cartorárias), é impossível, sem a ajuda de aparelhos técnicos, tais como teodolitos, e pessoal humano especializado (agrimensor), individualizar com a máxima precisão os imóveis. Portanto, a descrição e avaliação dos imóveis tem por base todas as informações prestadas pelo Sr. Biluca, bem como a visão geral dos imóveis obtidas por este Oficial quando da diligência.

Avaliação:

Considerando, exclusivamente para efeito da avaliação, o imóvel livre de pessoas e coisas e, presumindo que as informações colhidas foram prestadas com boa-fé, a dimensão do(s) imóvel(is), benfeitorias e valor de mercado, reavalio o referido(s) bem(ens) em:

ENGENHO CANA BRAVA/OITEIRO ALTO: R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Valor do Hectare: R$ 8.000,00 (oito mil reais).

ENGENHO FALCÃO: R$ 4.120.000,00 (quatro milhões e cento e vinte mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO LAUREANO: R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO MATA LIMPA: R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO BREJO: R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzendis mil reais). Valor do m²: aproximadamente R$ 100,00.

VALOR TOTAL DA PENHORA: R$ 12.320.000,00 (doze milhões e trezentos e vinte mil reais).

ALEXANDRE LUÍZ CAVALCANTI DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Matrícula 3300

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco – Subseção Goiana

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO E REGISTRO

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que, em cumprimento ao referido mandado, em 09 de novembro de 2015, dirigi-me aos **endereços constantes no Mandado** e, sendo ali, **PROCEDI À VISTORIA E PENHORA** dos bens imóveis indicados pela exequente às fls. 498/516. Ademais, após pesquisa na rede imobiliária local, procedi à **AVALIAÇÃO,** tudo de acordo com o Auto de Penhora e Avaliação.

CERTIFICO AINDA que, em 30/11/2015, dirigi-me ao Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE e, ali estando, entreguei a contrafé do mandado e a cópia do auto de penhora/avaliação ao Tabelião Substituto, Sr. Edson Rodrigues de Albuquerque, para fins de registro da penhora, o qual recebeu e exarou a nota de ciente. É o que me cumpre certificar, **dou fé.** À apreciação do MM. Juiz Federal.

Goiana/PE, 03 de dezembro de 2015.

ALEXANDRE LUIZ CAVALCANTI DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Mat 3300

Número do Processo: 0800149-70.2015.4.05.8306
Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: IRACEMA BUONAFINA ALVES DE LIMA
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=15120312512731900000001554962
Código de autenticidade do documento: 15120312512731900000001554962

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTANCIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA

AUTO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO.

Aos vinte (20) dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze, eu, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal, abaixo assinada, com apoio do Sr. Gisoaldo Batista da Silva (81-99308-6179), conhecedor do Sítio Mascarenhas, Zona Rural, Timbaúba-PE, e, em cumprimento ao Mandado de Penhora, Avaliação, Depósito e Registro, expedido nos Autos do **Processo: 0800151-40.2015.4.05.8306-PJE (Proc. Origem: 0008638-90.1991.4.05.8300, Carta Precatória. N. 0011.000344-2/2015)**, movido pela FAZENDA NACIONAL em face de PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A e outros, CNPJ 10803336/0002-27, efetuei vistoria/lavratura o Auto de penhora, avaliação e registro do bem descrito a seguir: **Sítio Mascarenhas, registrado sob. N.809, datado de 21/07/1978, no Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba-PE, 1º Oficio. No referido engenho, há plantações de bananas no contorno do açude, as construções estão abaixo, restando apenas na pedra a igreja de São José. Há mata nativa, mas o local está bastante descaracterizado em razão de muito desmatamento. O acesso não é fácil, sendo a estrada de barro bastante acidentada, tendo como ponto de referência a BR sentido Timbaúba-Macaparana, adentra-se antes do Posto de Gasolina Santa Terezinha, na entrada à esquerda conhecida como entrada da Pedra Grande, percorrendo mais ou menos 09km passando pelo Engenho Xixá. Avalio um (01) hectare na localidade por R$10.000,00 (dez mil reais). Consta na certidão do Cartório de Imóveis área total de 60ha, valendo a presente penhora o valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Na localidade, não havia moradores. De acordo com Sr. Gisoaldo, conhecido como Aldinho, e o seu pai Mariano Pedro da Silva, o Sitio Mascarenhas, assim como as demais áreas da localidade (Engenho Xixá, Sítio Mascarenhas, Engenho Brito e Águas Perdidas), trata-se de uma reserva ambiental.** Após lido e achado conforme, o presente Auto vai por mim assinado.

Iracema Buonafina Alves de Lima
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Mat.PE3285

RH às 13:21 em 20/10/2015
Inaiel Barbosa Nesberting dos Santos
Escrevente Autorizado

REG. 18.11.2015
SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS
Ação: Cumprimento de Sentença
Mario Rosa
José
CNPJ/MF: 11.3[illegible]/0001-30 - Fone (81) 3641
Rua Oliveira Estelita, nº 34 - Centro - Vicência
605

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco – 25ª Vara Federal

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 11 dias do mês de novembro de 2015, no município de Vicência, Estado de Pernambuco, em cumprimento ao mandado de penhora, avaliação, depósito e registro extraído dos autos da Carta Precatória cível de nº **0800148-85.2015.4.05.8306 (Processo Originário nº 0008638-90.1991.4.05.8300)** movido pela **FAZENDA NACIONAL** contra o executado **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e outros,** vim eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal, matrícula 3300, abaixo assinado ao local indicado e ali estando, após as formalidades legais, **PENHOREI** e **AVALIEI** o bem a seguir descrito:

> ***"Imóvel denominado Águas Perdidas, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A, matrícula nº 173, do livro 2-B, à fl. 73, com área de 120,00Ha (cento e vinte hectares), situado no 2º distrito do município de Vicência/PE, cadastrada no INCRA sob o nº 230.170.003.158, com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com terras da propriedade da Chã da Porta, pertencente a Sra. Antonia Silva, e Engenho Brito, pertencente a Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A; ao Sul, com terras da propriedade Taquari e Rochedo, pertencente a Jose Manoel de Oliveira e Odon da Cunha Cavalcanti, respectivamente; a leste com terras da propriedade Imbú e Chã da Porta, pertencente, respectivamente, ao espolio da Pio Guerra e D. Antonia Silva; e a oeste , com a propriedade Brito, pertencente a Pessoa de Mello, Industria e Comercio S.A".***

Descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis.

Vistoria

Por ocasião da diligência, o Sr. Gesoaldo, mais conhecido por Aldinho, prestou informações pertinentes, sobretudo quanto à localização e benfeitorias, destacando que:

a) o referido engenho tem solo típico para o cultivo de banana, bem como várias plantações de banana (não foi possível determinar a área cultivada);

b) o engenho situa-se relativamente longe de rodovias (cerca de 10km da mais próxima);

c) existem várias famílias residindo no engenho há muitos anos, inclusive tendo elas recebido o lote à título de indenização por verbas trabalhistas não percebidas por terem trabalhado para a executada Pessoa de Mello Industria e Comércio (Usina Aliança).

d) os imóveis existentes no engenho são todos de alvenaria e tijolos.

e) o Engenho Águas Perdidas está inserido em uma Zona de Proteção Ambiental – ZPE.

647

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, aos cinco (05) dias do mês de novembro de 2015, dirigi-me, nesta cidade, à Secretaria da 3ª Vara Federal, e sendo o local, efetivei o ARRESTO CAUTELAR NO ROSTO DOS AUTOS, de conformidade com o Auto, em anexo. A Diretora da Secretaria, Alba Lúcia de Mattos, recebeu a documentação para averbação e exarou sua nota de ciente. O referido é a verdade e dou a minha fé. Recife, 05 de novembro de 2015 – JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

669

6ª Vara - SJDF
Fls
Rubrica...1088...

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo nº: 2008.34.00.022494-3 (Principal 1999.34.00.019801-0)

TERMO DE AVERBAÇÃO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos 16 de dezembro de 2015, procedi à averbação da penhora no rosto dos autos da **Execução contra a Fazenda Pública nº 2008.34.00.022494-3,** movida por PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO SA contra a UNIÃO FEDERAL, do crédito de **R$ 4.196.055,19 (quatro milhões, cento e noventa e seis mil e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos),** em favor da UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), em cumprimento ao ofício n. 377/2015-18a.Vara, expedido na carta precatória n. 59728-64.2015.4.01.3400, em trâmite na 18ª. Vara Federal/SJDF *(Juízo deprecante: 11ª. Vara Federal de Recife – PE / execução fiscal n. 8638-90.1991.4.05.8300).*

Do que, para constar, lavrei o presente Termo, que vai por mim assinado.

Altina Tavares Cavalcante Luján Alberca
Diretora de Secretaria da 6ª Vara Federal/DF

JUNTADA

Nesta data, junto aos presentes autos

CPP. 000001-41 2016

que se segue

Recife 21 de 06 de 16

Eu. _____

assino _____

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 13/01/2020 09:04:06
Identificador: 4058300.13179992
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20011309034586300000013209991

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, faço juntar as iniciais e CDAs dos processos baixados e vinculados ao presente feito.

Recife/PE, data da assinatura.

(assinado eletronicamente)

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 25/02/92 às ..... h.
Funcionário

92.0002272-3

EXMO SR. DR. JUIZ

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

JUSTIÇA FEDERAL 03 3ª REGIÃO - PE

DAR

Vistos em Inspeção

Recife,

A FAZENDA NACIONAL, por seu representante infra-assinado, respeitosamente requer, com fundamento no Código de Processo Civil - Livro II, Título I, Capítulo III, Seção II, art. 585, inciso VI - Lei nº 6.830, de 1980, e demais disposições aplicáveis, a EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA correspondente ao título anexo, nº 40 2 91 000134-22 ,que faz parte integrante desta petição inicial, no valor de Cz$ CR 99.727,58 (********** NOVENTA E NOVE MIL SETECENTOS E VINTE E SETE CRUZEIROS E CINCCENTA E OITO CENTAVOS**********), contra PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA. inscrito no Cadastro GERAL DE CONTRIBUINTES sob o nº 10803336/0001-46 , com domicílio fiscal na RUA DO BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE, CEP 50030.

Requer, ainda, a citação do devedor para pagar o débito, no prazo legal, com juros, custas e encargo legal de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978, ou garantir a execução, sob pena de penhora ou arresto, e a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre imóvel.

Dá à causa o valor da dívida acrescida dos encargos legais, protestando pelas provas em direito admitidas.

Pede Deferimento.

Recife, 24 de fevereiro de 1992

Lício Soriano

DA-SE A CAUSA O VALOR CONSOLIDADO DE CR$ 111.574.181,76 EM 11/02/92

000.026

000.025

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA DA UNIAO

JUSTIÇA FEDERAL 04 6 3ª REGIÃO - PE

TOTAL PAGINAS ANEXO 1 = 004

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob o número 40 2 91 000134-22 , da série IRPJ/91 , no livro 291 , a fls. 00134 , em 16/09/91 , PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA. , inscrito no Cadastro GERAL DE CONTRIBUINTES sob o número 10803336/0001-46, com domicílio fiscal na RUA DO BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE, CEP 50030 , é DEVEDOR A FAZENDA NACIONAL DA QUANTIA ABAIXO DISCRIMINADA, REFERENTE AOS DÉBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO.

VALOR TRANSFORMADO EM CRUZEIRO CONFORME LEI 8024, DE 12/04/90.

NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
		CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO
			VALOR TOTAL	CR 99.727,58

conforme a fundamentação legal indicada no quadro abaixo:

EM ANEXO	EM ANEXO

NOTIFICAÇÃO EM ANEXO

CONSTITUICAO DO CREDITO - EM ANEXO
A DIVIDA EM APREÇO E INSCRITA, NESTA DATA, A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES DE PROCESSO OU EXPEDIENTE PROTOCOLIZADO NO MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, SOB O NUMERO ABAIXO INDICADO, E ESTA SUJEITA, ATE SUA EFETIVA LIQUIDACAO, A CORRECAO MONETARIA (LEI 4357/64, ART. 7, LEI 5421/68, ART. 1, DL. 1645/78, ART. 5, DL. 1704/79, LEI 6830/80, ART. 2, PAR. 2, ART. 5, DL. 2284/86, ART. 41, DL. 2287/86, ART. 15, MODIFICADO PELO DL. 2323/87, ARTS. 1 E 14) E AOS JUROS DE MORA DE 1 (UM) POR CENTO AO MES (LEI 5421/68, ART. 2, DL. 1736/79, ART. 2, E DL. 2323/87, ART. 16, MODIFICADO PELO DL. 2331/87,ART. 6), EXECUTADA, QUANTO AOS JUROS, A PARCELA RELATIVA A MULTA DE MORA, ALEM DO ENCARGO DE 20 (VINTE) POR CENTO, PREVISTO NO DL. 1025/69, ART. 1, E NO DL. 1645/78, ART. 3.
DO QUE, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAIDA A PRESENTE CERTIDAO, A QUAL VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL – PE , em 11 de FEVEREIRO de 1992

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

NUMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - 10480 008200/89-41

000-026

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JUSTIÇA FEDERAL 3ª REGIÃO - PE

Nº DO PROCESSO: 10480 008200/89-41

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 2 9 [illegible] 000134-22

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/85	IMPOSTO	30/09/86	09/86	01/10/86	CZ 70.930,00
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 3.867,17		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.405,PARAG.1 DO RIR/80,APROVADO PELO DL. 85450//80,ALTERADO PELO ART.24,PARG.2 DO DL. 1967/82 E PELO ART.25 CAPIT.DA LEI 7450/85.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 29/06/88

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/86	IMPOSTO	31/03/87	03/87	01/04/87	CZ 201.840,00
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 6.857,51		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.676 III C/C O ART.678 III E 636 DO RIR, APROVADO PELO DEC.85450/80.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 30/10/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/85	MULTA	29/07/88	07/88	01/08/88	CZ 35.470,00
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 136,54		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.728,PARG. 2 DO RIR/80,APROVADO PELO DL 85450/80.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 29/06/88

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.116

000.025

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JUST. FEDERAL
FLS. 4
06
3ª REGIÃO

Nº DO PROCESSO 10480 008200/89-41

Nº DE INSCRIÇÃO 40 2 9 000134-22

ORIGEM: RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO | Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA	VALOR
12/88	IMPOSTO	31/01/89	01/89 VALOR	01/02/89 TRANSFORMADO EM CR	NCZ 9.650,68 9.650,68

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11,PARG.4 DO DL.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DO DL.1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA | NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 12/12/89

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO | Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA	VALOR
12/88	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	VALOR	TRANSFORMADO EM CR	NCZ 1.930,13 1.930,13

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: | NOTIFICAÇÃO:

ORIGEM: RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO | Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA	VALOR
12/88	IMPOSTO	28/02/89	02/89 VALOR	01/03/89 TRANSFORMADO EM CR	NCZ 9.748,11 9.748,11

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11,PARG.4 DO DL.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DO DL.1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA | NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 12/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.117

000.025

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO 10480 008200/89-41

Nº DE INSCRIÇÃO 40 2 91 [illegible]

JUSTIÇA FEDERAL 4ª REGIÃO - PE

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/88	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	VALOR	-	NCZ 1.949,62 TRANSFORMADO EM CR 1.949,62

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/88	IMPOSTO	31/03/89	03/89 VALOR	01/04/89 TRANSFORMADO	NCZ 10.099,04 EM CR 10.099,04

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ART.11,PARG.4 DO DL.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DO DL.1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA	PESSOAL EM 12/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/88	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	VALOR	-	NCZ 2.019,80 TRANSFORMADO EM CR 2.019,80

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.118

000.025

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

JUSTIÇA FEDERAL
FLS. 08 47
REGIÃO - PE

Nº DO PROCESSO 10480 006200/89-41

Nº DE INSCRIÇÃO 40 2 91 00[illegible]134-22

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/88	IMPOSTO	28/04/89	04/89 VALOR	01/05/89 TRANSFORMADO	NCZ 44.473,05 EM CR 44.473,05
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ART.11,PARG.4 DO DL.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DO DL.1569/77.				
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		NOTIFICAÇÃO	PESSOAL EM 12/12/89	

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/88	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	VALOR	- TRANSFORMADO	NCZ 8.894,61 EM CR 8.894,61
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ART.74 DA LEI 7799/89.				
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO			NOTIFICAÇÃO		

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
12/86	MULTA	30/11/89	01/12/89 VALOR	01/12/89 TRANSFORMADO	NCZ 100,92 EM CR 100,92
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ART.728 II DO RIR,APROVADO PELO DEC.85450/80.				
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA		NOTIFICAÇÃO	PESSOAL EM 30/10/89	

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.119

000.025

RECEBIMENTO

Nesta data, recebi estes autos da Secretaria da Vara, que me foram entregues no Estado em que se encontram.

Pe. 24 de março de 19 92

Eu, _____ assino.

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 13/01/2020 09:17:59
Identificador: 4058300.13180046
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20011309115662700000013210045

93.0004700-0

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL/MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/INSS

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA VARA EM PERNAMBUCO.

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 03

A. R.
DEFIRO (art. 7.º da Lei 6.830/80)
Recife, 31/05/93
Roberto Wanderley Nogueira
Juiz Federal da 1.ª Vara - PE

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), autarquia federal, criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com fundamento na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o disposto no art. 144, § 1º da Consolidação das Leis da Previdência Social, expedida pelo Decreto nº 89.312, de 23 de janeiro de 1984, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra assinado, propor contra:

DEVEDOR PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA	CPF/CGC 10.803.336/0001-46
DOMICÍLIO RUA DO BRUM 137 RECIFE RECIFE	CEP 50030-260 PE 50030000
E/OU	
E/OU	
A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA DO VALOR DE	52.896,43
IMPORTÂNCIA POR EXTENSO ********** VALOR EXPRESSO EM QUANTIDADE DE UFIR **********	
CONFORME A ANEXA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA INSCRITA SOB Nº	31.494.989-5

Nestas condições, requer a V. Exa. a citação do executado para, no prazo de 5 dias, quitar a dívida e seus acréscimos, a se calcularem quando do efetivo pagamento, na forma do título executivo anexo ou nomear bens que garantam o Juízo, sob pena de, não o fazendo, proceder-se à penhora ou arresto de tantos de seus bens quantos bastem para garantir a execução, tudo nos termos do disposto na Lei nº 6.830/80.

39 SEUS INCISOS, PARAGR. E NO ART. 53-LEI 8212/240791 E DEC. 356/071291. NO ART.

Isto posto, requer-se fixação preliminar dos horários advocatícios à taxa de 20%, e, em havendo embargos, que se os julguem improcedentes, condenado o executado no pedido com as cominações legais.

Dá-se à causa o valor da dívida com os acréscimos calculados até a data da distribuição.

4610

15-200

P. Deferimento

Av.Dantas Barreto,315-11º
And. Stº Antônio - Recife/PE

ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL OU ESCRITÓRIO

Recife, 26 de maio de 1993
LOCALIDADE E DATA

Lúcia Maria de F. Chaves
INSC. OAB Nº
PROCURADOR AUTARQUIA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 04

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
815-200	815-601.000	494989	31.494.989-5	01

DEVEDOR			CEP
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA			
ENDEREÇO RUA DO BRUM 137 RECIFE RECIFE PE			50030000

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 04/91 A 11/91	/CEI 10.803.336/0001-46	05/93	01/05/93	1	121

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
PRINC.ATUALIZ.ATE 02/91 15.443,72	********** T.R. 14.792,80	2.470,95

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
20.188,96	52.896,43

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

07 - INFRACAO DO ART. 139, INCISO I, ALINEAS "A", "B" E "C", C/C O ART. 122, INCISOS IV E VII, ALINEAS "A", "B", "C", "D" E "E", INCISOS IX E VII, PARAGRAFOS 2 E 3 E ART. 155, DA CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312, DE 23.010.84, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 91.466, DE 05.07.85 - POR NAO HAVER RECOLHIDO NAS EPOCAS PROPRIAS, AS CONTRIBUICOES DEVIDAS A PREVIDENCIA SOCIAL URBANA E AS DEMAIS ENTIDADES E FUNDOS.

5935

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 25 de maio de 1993

1436.619
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

FOLHA: 01/01

PROC LOCAL : 815-20000 — NUMERO DO DEBITO: 31.494.989-5 — VERSAO: A.12

DOC. ORIGEM: 000000494989 — TIPO: 05 — DATA: 28/02/92 — DATA PROCESSAMENTO: 11/05/93 — NFLD

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

JUSTIÇA FEDERAL F. 05

CAT: 1 — CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 — MATRICULA CEI: — ATIVIDADE: 805080

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: RECIFE — MUNICIPIO: RECIFE — UF: PE — CEP: 50030000

FUND. LEGAIS: 7 — FASE: 418 — DATA: 22/10/92 — PARCELAS: — ESPECIE: 11

CODIGO FEITO: 01 — REGIAO FISCAL: 815-6001 — DATA ESPECIFICA: — CNAE: 000000

NUM.CO-RESP: 9 — ESCALONAMENTO: — CONSOLIDADO EM: 01/05/93

COMPET	VALOR ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	UFIR UTILIZADA	VAL. CORR. EM UFIR	JUROS UFIR (1%)	T. EM UFIR	MULTA UFIR
04/91	427.728,22	----------	597,06	716,39	114,62	1711,02	429,83
						TOTAL EM UFIR:	2971,86
05/91	529.420,49	----------	597,06	886,71	141,87	1865,82	532,02
						TOTAL EM UFIR:	3426,42
06/91	414.979,99	----------	597,06	695,03	111,20	1271,92	417,02
						TOTAL EM UFIR:	2495,17
07/91	602.582,56	----------	597,06	1009,24	161,47	1575,23	605,54
						TOTAL EM UFIR:	3351,48
08/91	1.370.425,32	----------	597,06	2295,28	367,24	2931,54	3442,93
						TOTAL EM UFIR:	9036,99
09/91	1.431.711,86	----------	597,06	2397,93	383,66	2275,88	3596,90
						TOTAL EM UFIR:	8654,37
10/91	2.446.176,90	----------	597,06	4097,03	655,52	2418,89	6145,55
						TOTAL EM UFIR:	13316,99
11/91	1.997.831,60	----------	597,06	3346,11	535,37	742,50	5019,17
						TOTAL UFIR:	9643,15
TOTAL:	9.220.856,94	----------	----------	15443,72	2470,95	4792,80	20188,96

DEBITO CONSOLIDADO EM UFIR: 52.896,43

DEBITO ATUALIZADO CONFORME ITEM 3 E SUB-ITEM 31 DA PORTARIA MPS 3.042 DE 30/01/92.

Sistema de Impressão Eletrônica - D I T E . O

FORM: STD004

DATAPREV 09115662700000013210047
EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS
Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
Assinado eletronicamente por: PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 13/12/2020 09:17:59
Identificador: 4058300.13180048
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

JUSTIÇA FEDERAL - 3ª REGIÃO 03

EXMO SR. DR. JUIZ

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

95.0003070-5
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 10/03/95 às ____ h.
Funcionário

A.R.
Arbitro os honorários de advogado em 10% (dez por cento), sobre o valor da inicial. Faça-se a citação.
Recife, 21/03/1995
Élio W. de Siqueira Filho
Dr. Élio Wanderley de Siqueira Filho
Juiz Federal Substituto da 3.ª Vara

A FAZENDA NACIONAL , por seu representante infra-assinado, respeitosamente requer, com fundamento no Código de Processo Civil - Livro II, Titulo I, Capitulo III, Seção II, art. 585, inciso VI - Lei nº 6.830, de 1980, e demais disposições aplicáveis, a EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA correspondente ao título anexo nº **40 6 94 000202-10** , que faz parte integrante desta petição inicial, com valor inscrito expresso em quantidade correspondente a **UFIR9.255,00**********(DE ACORDO COM A LEI 8383/91)** , contra **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES** sob o nº **10803336/0001-46**, com domicílio fiscal na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, CEP 50030**
ou onde for encontrado.

Requer, a citação do devedor para pagar o débito, no prazo legal, com juros, custas e encargo legal de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.025 , de 21 de outubro de 1969, e o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.645 , de 11 de dezembro de 1978 ou garantir a execução, sob pena de penhora ou arresto, e a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre o imóvel.

Requer, ainda, que V.Exa. defira, desde logo, a autorização para a citação nos termos do § 2º, do art. 172, do Código do Processo Civil.

Dá-se à causa o valor da divida acrescida dos encargos legais, consolidado em **14/02/95** , no valor de **R$9.995,48**********(***NOVE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS**********)**, protestando desde já pela produção de provas em direito admitidas.

Pede Deferimento.

RECIFE , 14 DE FEVEREIRO DE 1995.

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
Gustavo Just da Costa e Silva
Procurador da Fazenda Nacional

019967

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Folha
001 / 001

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 6 94 000202-10**, da série **DO/94** desde **19/09/94**, **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES**, sob o número **10803336/0001-46**, com domicílio fiscal na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, CEP 50030**, é devedor à Fazenda Nacional da quantia abaixo discriminada, referente a **MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA**.

Nº do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
27307 400471/89-86	CR 15.559.876,20	UFIR 9.255,00

origem: **MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA** — nº da decl./notif.: **187897768**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
92	MULTA	29/05/92	30/05/92	01/06/92	CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00

fundamentação legal: **ART 15, INC X DO DEC N 4071/39, COM NOVA REDACAO DADA PELO DEC N 80580/77.**

forma de constituição do crédito: **AUTO INFRACAO**

notificação: **CORREIO/AR EM 05/05/92 NUM. 187897768**

A divida acima discriminada, instruída em processo administrativo no Ministério da Fazenda sob o número acima indicado, foi regularmente inscrita nesta Procuradoria da Fazenda Nacional e está sujeita, até a data do seu efetivo pagamento, à atualização monetária, a teor da Lei nº 7799/89, Art. 61, alterada pelas Leis nº 8177/91, Art. 9º e nº 8383/91, Art. 54; e a juros de mora de 1 (um) por cento ao mês, por força do DL. nº 2323/87, Art. 16, com as modificações do DL. nº 2331/87, Art. 6º e da Lei nº 8383/91, Art. 54, parágrafo 2º; mais o encargo de 20 (vinte) por cento previsto no DL. nº 1025/69, Art. 1º; no DL. nº 1645/78, Art. 3º, e nas Leis nº 7799/89, Art. 64, parágrafo 2º e nº 8383/91, Art. 54, parágrafo 2º.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

RECIFE, 14 DE FEVEREIRO DE 1995.

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
Gustavo Just da Costa e Silva
Procurador da Fazenda Nacional

019968

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 03

95.0015555-9

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADORIA ESTADUAL DO INSS EM PERNAMBUCO

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Vara em Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 24/10/ Fls
Funcionário

A. D
D[illegible] (art. 7º da Lei 6.830 80)
Recife, 24/10/95
[illegible] Nogueira
Juiz Federal da Vara - PE

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, autarquia federal criada pela Lei no. 8.029, de 12 de abril de 1990, Decreto no. 99.350, de 27 junho de 1990, com fundamento na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o disposto no art. 39, § 1º. e no art. 53 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto 612, de 21.07.92, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra assinado, propor contra:

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CPF/CGC: 10.803.336/0001-46

OODOMICILIO: RUA DO BRUM 137 BAIRRO DO RECIFE RECIFE CEP 50030-260

E/OU: LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

E/OU: JOSE LUIZ DE LIMA

A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA NO VALOR DE:

R$ 6.874.672,40(SEIS MILHOES OITOCENTOS E SETENTA E QUATRO MIL SEISCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

CONFORME CERTIDÃO(ÕES) DE DÍVIDA ATIVA, ANEXA(S) E ABAIXO RELACIONADA(S).

OUT

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 04

Nestas condições requer a V.Exa. a citação do executado para quitar a dívida no prazo da Lei, sob pena de penhora em tantos dos seus bens quantos bastem para pagamento do débito com os acréscimos legais, ou, sendo o mesmo Órgão Público, que se proceda na forma do art. 730 e seguintes do CPC.

Isto posto, requer-se fixação preliminar dos honorários advocatícios à taxa de 20%, e, em havendo embargos, que se os julguem improcedentes, condenado o executado no pedido com as cominações legais.

Dá-se à causa o valor da dívida com os acréscimos calculados conforme discriminativo.

OBS.: O VALOR ESTÁ ATUALIZADO ATÉ 01.10.95

Recife, 24 de outubro de 1995

Ana do Socorro Ricardo Pimentel

INSC. OAB NO. 7530

ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL OU DO ESCRITÓRIO:

AV. DANTAS BARRETO, 315, SANTO ANTONIO, RECIFE - PE.

DATA DA INSCRIÇÃO	NO. DÉBITO		VALOR
19.09.95	31.998.401-0	R$	34.744,26
19.09.95	31.998.402-8	R$	92.234,60
19.09.95	31.998.435-4	R$	6.328,04
19.09.95	31.998.436-2	R$	2.372,12
19.09.95	31.549.500-6	R$	264.750,08
19.09.95	31.549.501-4	R$	5.374.213,13
19.09.95	31.548.809-3	R$	35.137,91
19.09.95	31.549.989-3	R$	710.301,35

JUSTIÇA FEDERAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 05

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984010	31.998.401-0	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO: RUA DO BRUM 137 — RECIFE — PE — CEP 50030-260

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 03/93 A 04/94	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	378

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
18.896,94		4.509,18

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
11.338,14	34.744,26

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE 55
PAULISTA — PAULISTA — PE 53407-200 — 000258265574 00

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
BOA VIAGEM — RECIFE — PE 51011-000 — 000078262064 72

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

01 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, II, III, V, VI, ART. 6, I, ALINEAS E II, ART. 122, I, ALINEAS E PARAGRAFO 6, ART. 135, I, III E PARAGRAFOS, ART. 139, I, "A" E "B" E PARAGRAFO 1, ART. 146. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 5, I, III, IV, VI, VII, ART. 7, ART. 33, I, "A" E "B", ART. 41, I, IV E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "A" E "C" E PARAGRAFO 5, ART. 55. DECRETO N. 97.968/89, ARTS. 1, 2 E 4. LEI N. 7.256/84, ART. 19, I. LEI N. 7.787/89, ARTS. 1 E 9. LEI N. 8.212/91, ART. 12, I, II E VI, ART. 20, ART. 28, I E II E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "A" E "B" E V E ART. 95, "D", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 10, I, II E VI, ART. 22, ART. 37, I, II E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "A" E "B", PARAGRAFOS 3 E 4, ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PI
Fls. 06

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984010	31.998.401-0	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO | CEP

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUAÇÃO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145. LEI N. 7.787/89, ART. 10, II. LEI N. 7.799/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS. LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1. LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33. LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II. LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 57, ART. 58, ART. 59 E ART. 60 "CAPUT".

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Teresina, 24 de outubro de 1995

Ana Ramos 157649-6
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

DOC. ORIGEM: 000319984010 TIPO: 05 DATA: 23/05/94 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 07

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI: ATIVIDADE:

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 5(

FUND. LEGAIS: 1 21
CODIGO FEITO: 01 GRAF: 15-601 FASE: 520 DATA: 19/09/95 PARCELAS: ESPE
NUM.CO-RESP: 2 ESCALONAMENTO: DATA ESPECIFICA: CNAE:
CONSOLIDADO EM: 0

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL JUROS LEI 8981	TR. EM REAL	MULTA EM R MULTA EM U
03/93	30.995.530,95	0,00	2023,41 15.318,4500	1530,51	459,15 0,00	0,00	918 0,
93	47.849.132,03	0,00	2452,98 19.506,5200	1855,43	538,07 0,00	0,00	1113 0
05/93	49.976.501,14	0,00	1989,01 25.126,3500	1504,49	421,25 0,00	0,00	902 0
06/93	51.634.294,13	0,00	1576,64 32.749,6800	1192,57	321,99 0,00	0,00	715 0
07/93	73.848.737,66	0,00	1725,84 42.790,0000	1305,43	339,40 0,00	0,00	783 0
08/93	82.577,94	0,00	1462,07 56,4800	1105,91	276,47 0,00	0,00	663 0
09/93	120.193,81	0,00	1583,58 75,9000	1197,82	287,47 0,00	0,00	718 0
10/93	193.533,19	0,00	1886,47 102,5900	1426,93	328,19 0,00	0,00	856 0
11/93	343.965,78	0,00	2503,94 137,3700	1893,98	416,67 0,00	0,00	1136 0
12/93	413.674,82	0,00	2203,09 187,7700	1666,42	349,94 0,00	0,00	999 0

9/51

*** CONTINUACAO ***
DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

FOLHA
VERSA(

PROC EST/REG: 15-200
DOC. ORIGEM: 000319984010 TIPO: 05 DATA: 23/05/94 NUMERO DO DEBITO: 31.998.401-0 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95
NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL	TR. EM REAL	MULTA EM RI
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM U
01/94	307.900,04	0,00	1178,25 261,3200	891,23	178,25 0,00	0,00	534 0
02/94	431.945,03	0,00	1183,22 365,0600	894,99	170,05 0,00	0,00	536 0
03/94	622.441,46	0,00	1187,10 524,3400	897,92	161,62 0,00	0,00	538 0
04/94	1.501.338,51	0,00	2027,11 740,6300	1533,31	260,66 0,00	0,00	919 0
TOTAL:	258.321.766,49	0,00	24982,71	18896,94	4509,18	0,00	1133

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 34.744,26

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 08

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200

NUMERO DO DEBITO: 31.998.401-0 FOL VERS

DOC. ORIGEM: 000319984010 TIPO: 05 DATA: 23/05/94 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

CPF: 078.262.064-72

NOME JOSE LUIZ DE LIMA

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 09

ENDERECO: AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B

BAIRRO: BOA VIAGEM MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP:

CPF: 258.265.574-00

NOME LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

ENDERECO: RUA OITENTA E SETE 55

BAIRRO: PAULISTA MUNICIPIO: PAULISTA UF: PE CEP:

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls: 10

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984028	31.998.402-8	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO: AV DO BRUM 137 — RECIFE — RECIFE — PE — CEP 50030-260

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 03/93 A 04/94	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	375

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
50.180,36		11.946,02

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
30.108,22	92.234,60

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE 55
PAULISTA — PAULISTA — PE 53407-200 — 000258265574 00

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
BOA VIAGEM — RECIFE — PE 51011-000 — 000078262064 72

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79. DECRETO N. 91.406/85, ART.1. DECRETO-LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9. LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

Ana Pomerino 1576496
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 11

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC.ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984028	31.998.402-8	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO | CEP

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA | VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

03 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART.122, VII, "E", PARAGRAFO 6, ART. 135, I, PARAGRAFOS 1 E 2, ART.139, I, "B", ART. 160, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 174. LEI N. 7.256/84, ART.19, II. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 31, ART. 33, II, "C", ART. 38, ART. 39, ART. 40, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "C". DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, II, ART. 4 E ART. 9. LEI N. 8.212/91, ART. 22, II, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 26, ART. 37, I E PARAGRAFOS. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145. LEI N. 7.787/89, ART. 10, II. LEI N. 7.799/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS. LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1. LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33. LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II. LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91,

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

de de

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fl: 12

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984028	31.998.402-8	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO | CEP

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

07 - DECRETO-LEI N. 1.422/75, DECRETO N. 76.923/75, DECRETO N. 87.043/82, ARTS. 3 E 14. LEI N. 2.613/55, ART. 6, PARAGRAFO 4. DECRETO-LEI N. 1.146/70, ART.2. LEI COMPLEMENTAR N. 11/71, ART. 15, II. LEI N. 8.315/91. CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 122, PARAGRAFO 6, ART. 135, ART. 139, ART. 155. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, ART.65, ART. 66 E ART. 67. DECRETO N. 91.406/85, ART. 1. DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 1, I E II. LEI N. 8.212/91, ART. 28, IE PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B" E ART. 94, REGULAMENTADA PELO ROCSS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART.37, I E PARAGRAFOS, ART.39, I, "B" E ART. 99. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 12

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 31.779.402-0 VERSAO:
DOC. ORIGEM: 000319984028 TIPO: 15 DATA: 23/05/94 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fl: 134

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI: ATIVIDADE:

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 5(

FUND. LEGAIS: 2 3 7 21 FASE: 520 DATA: 19/09/95 PARCELAS: ESPE
CODIGO FEITO: 01 GRAF: 15-601 DATA ESPECIFICA: CNAE:
NUM.CO-RESP: 2 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 0

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL JUROS LEI 8981	TR. EM REAL	MULTA EM R MULTA EM U
03/93	80.989.949,00	0,00	5287,09 15.318,4500	3999,15	1199,74 0,00	0,00	2399 0
04/93	119.979.698,66	0,00	6150,75 19.506,5200	4652,43	1349,20 0,00	0,00	2791 0
05/93	135.370.139,24	0,00	5387,58 25.126,3500	4075,17	1141,04 0,00	0,00	2445 0
06/93	136.683.289,45	0,00	4173,58 32.749,6800	3156,90	852,36 0,00	0,00	1894 0
07/93	196.147.170,29	0,00	4583,95 42.790,0000	3467,30	901,49 0,00	0,00	2080 0
08/93	220.504,86	0,00	3904,12 56,4800	2953,08	738,27 0,00	0,00	1771 0
09/93	346.418,27	0,00	4564,14 75,9000	3452,32	828,55 0,00	0,00	2071 0
10/93	493.797,77	0,00	4813,31 102,5900	3640,79	837,38 0,00	0,00	2184 0
11/93	882.911,67	0,00	6427,25 137,3700	4861,57	1069,54 0,00	0,00	2916 0
12/93	1.061.760,80	0,00	5654,58 187,2700	4277,12	898,19 0,00	0,00	2566 0

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

FOLH
VERSA

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 31.998.402-8

DOC. ORIGEM: 000319984028 TIPO: 15 DATA: 23/05/94 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL JUROS-LEI 8981	TR. EM REAL	MULTA EM R MULTA EM U
01/94	870.095,76	0,00	3329,62 261,3200	2518,52	503,70 0,00	0,00	1511 0
02/94	1.203.968,12	0,00	3298,00 365,0600	2494,61	473,98 0,00	0,00	1496 0
03/94	1.749.886,91	0,00	3337,31 524,3400	2524,34	454,38 0,00	0,00	1514 0
04/94	4.021.432,34	0,00	5429,75 740,6300	4107,06	698,20 0,00	0,00	2464 0
TOTAL:	680.021.023,14	0,00	66341,03	50180,36	11946,02	0,00	30108

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 92.234,60

JUSTIÇA FEDERAL
Fl: 14

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 31.998.402-8 FOL VERS

DOC. ORIGEM: 000319984028 TIPO: 15 DATA: 23/05/94 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

CPF: 078.262.064-72

NOME JOSE LUIZ DE LIMA

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fl: 15

ENDERECO: AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B

BAIRRO: BOA VIAGEM MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP:

CPF: 258.265.574-00

NOME LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

ENDERECO: RUA OITENTA E SETE 55

BAIRRO: PAULISTA MUNICIPIO: PAULISTA UF: PE CEP:

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 16

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984354	31.998.435-4	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO
RUA DO BRUM 137
RECIFE — RECIFE — PE — CEP 50030-260

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 12/93	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	376

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
3.496,16		734,19

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
2.097,69	6.328,04

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE 55
PAULISTA — PAULISTA — PE 53407-200 — 00025826557400

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
BOA VIAGEM — RECIFE — PE 51011-000 — 00007826206472

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79. DECRETO N. 91.406/85, ART.1. DECRETO-LEI N.2.318/86, ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9. LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B"; REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

Ana Rosario 1576496
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - P
Fls. 17

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984354	31.998.435-4	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO	CEP

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

06 - DECRETO-LEI N. 1.422/75, DECRETO N. 76.923/75, DECRETO N. 87.043/82, ART. 3 E 14. DECRETO-LEI N.1.861/81 E DECRETO-LEI N. 1.867/81. LEI N. 2.613/55, ART. 6 PARAGRAFO 4. DECRETO-LEI N. 1.146/70, ART. 2 E LEI COMPLEMENTAR N. 11/71, ART. 15, II, LEI N. 8.029/90, ART. 8, PARAGRAFOS 3 E 4 E LEI N. 8.154/90, ART.1. CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 122, PARAGRAFO 6, ART. 135, ART. 139 E ART. 155. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, ART. 65, ART. 66 E ART. 67. DECRETO N. 91.406/85, ART. 1. DECRETO-LEI N. 2.318/86, ART. 1, I E II. LEI N. 8.212/91, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B" E ART.94, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO ELO DECRETO N. 356/91, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 99. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

Ana Pereira 1576496
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls 18

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984354	31.998.435-4	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO | CEP

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL(NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

03 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART.122, VII, "E", PARAGRAFO 6, ART. 135, I, PARAGRAFOS 1 E 2, ART.139, I, "B", ART. 160, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 174. LEI N. 7.256/84, ART.19, II. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 31, ART. 33, II, "C", ART. 38, ART. 39, ART. 40, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "C". DECRTO-LEI N. 2.318/86, ART. 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, II, ART. 4 E ART. 9. LEI N. 8.212/91, ART. 22, II, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 26, ART. 37, I E PARAGRAFOS. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145. LEI N. 7.787/89, ART. 10, II. LEI N. 7.798/89, ART. 6, ART. 7, E ART. 9, PARAGRAFOS. LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1. LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33. LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II. LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36, REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 57, ART. 58, ART. 59 E ART. 60 "CAPUT".

E para que se possa proceder à cobrança amigável ou judicial, nos termos do Art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

_____, _____ de _____ de _____

ASSINATURA E MATRÍCULA

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls.

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

FOLHA
VERSAO

PROC EST/REG: 15-200
DOC. ORIGEM: 000319984354 TIPO: 15 DATA: 26/05/94

NUMERO DO DEBITO: 31.998.435-4
DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI:

ATIVIDADE:

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 194

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 5(

FUND. LEGAIS: 2 3 6 21
CODIGO FEITO: 01
NUM.CO-RESP: 2

GRAF: 15-601
ESCALONAMENTO:

FASE: 520 DATA: 19/09/95
DATA ESPECIFICA:

PARCELAS: ESPE(
CNAE:
CONSOLIDADO EM: 0

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL	TR. EM REAL	MULTA EM RI
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM U
12/93	867.890,93	0,00	4622,10 187,7700	3496,16	734,19 0,00	0,00	2097 0
TOTAL:	867.890,93	0,00	4622,10	3496,16	734,19	0,00	2097

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 6.328,04

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200

NUMERO DO DEBITO: 31.998.435-4

DOC. ORIGEM: 000319984354 TIPO: 15 DATA: 26/05/94 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

CPF: 078.262.064-72

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 20

NOME JOSE LUIZ DE LIMA

ENDERECO: AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B

BAIRRO: BOA VIAGEM MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP:

CPF: 258.265.574-00

NOME LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

ENDERECO: RUA OITENTA E SETE 55

BAIRRO: PAULISTA MUNICIPIO: PAULISTA UF: PE CEP:

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fl: 21

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC.ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984362	31.998.436-2	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO: RUA DO BRUM 137 — RECIFE — PE — CEP 50030-260

MATRÍCULA(CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 12/93	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	377

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
1.310,56		275,22

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
786,34	2.372,12

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE 55
PAULISTA — PAULISTA — PE 53407-200 — 00025826557400

CO-RESPONSÁVEL(NOME,CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B
BOA VIAGEM — RECIFE — PE 51011-000 — 00007826206472

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

01 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, II, III, V, VI, ART. 6, I, ALINEAS E II, ART. 122, I, ALINEAS E PARAGRAFO 6, ART. 135, I, III E PARAGRAFOS, ART. 139, I, "A" E "B" E PARAGRAFO 1, ART. 146. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 5, I, III, IV, VI, VII, ART. 7, ART. 33, I, "A" E "B", ART. 41, I, IV E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "A" E "C" E PARAGRAFO 5, ART. 55. DECRETO N. 97.968/89, ARTS. 1, 2 E 4. LEI N. 7.256/84, ART. 19, I. LEI N. 7.787/89, ARTS. 1 E 9. LEI N. 8.212/91, ART. 12, I, II E VI ART. 20, ART. 28, I E II E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "A" E "B" E V E ART. 95, "D", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 10, I, II E VI, ART. 22, ART. 37, I, II E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "A" E "B", PARAGRAFOS 3 E 4, ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1994

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - P
Fl. 22

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	319984362	31.998.438-2	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO	CEP

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

(CONTINUACAO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS:

21 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 143. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART.61, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 80, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 92, PARAGRAFOS 1 E 2 E ART. 145. LEI N. 7.787/89, ART. 10, II. LEI N. 7.799/89, ART. 61, ART. 65 E ART. 67, VI E PARAGRAFOS. LEI N. 8.012/90, ART. 6, PARAGRAFO 1. LEI N. 8.218/91, ART. 3, I, ART. 4, I E II, ART. 6 E ART. 33. LEI N. 8.383/91, ART. 53, VI, ART. 54, PARAGRAFOS 1 E 2, ART. 58, PARAGRAFO UNICO E ART. 61, II. LEI N. 8.212/91, ART. 34, ART. 35 E ART. 36; REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 57, ART. 58, ART. 59 E ART. 60 "CAPUT".

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA 1576496

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO FOLH

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 31.998.436-2 VERSA

DOC. ORIGEM: 000319984362 TIPO: 05 DATA: [illegible] DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fl. 23

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI: ATIVIDADE:

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 5(

FUND. LEGAIS: 1 21 FASE: 520 DATA: 19/09/95 PARCELAS: ESPE
CODIGO FEITO: 01 GRAF: 15-601 DATA ESPECIFICA: CNAE:
NUM.CO-RESP: 2 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 0

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL	TR. EM REAL	MULTA EM RI
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM UI
12/93	325.335,30	0,00	1732,63	1310,56	275,22	0,00	786
			187,7700		0,00		0,
TOTAL:	325.335,30	0,00	1732,63	1310,56	275,22	0,00	786

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 2.372,12

*** CONTINUACAO *** DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO FOL
PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 31.998.436-2 VERS
DOC. ORIGEM: 000319984362 TIPO: 05 DATA: 26/05/94 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

CPF: 078.262.064-72

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 24

NOME JOSE LUIZ DE LIMA

ENDERECO: AV BOA VIAGEM 704 APTO 402 B

BAIRRO: BOA VIAGEM MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP:

CPF: 258.265.574-00

NOME LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

ENDERECO: RUA OITENTA E SETE 55

BAIRRO: PAULISTA MUNICIPIO: PAULISTA UF: PE CEP:

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls 25

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-801-001	43	31.549.506-6	01

DEVEDOR
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO
RUA DO BRUM 137
RECIFE RECIFE PE CEP 50030-000

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 07/90 A 06/91	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	374

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
PRINC. ATLZ. ATE 02/91 52.262,75	TR 157.316,27	23.813,42

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
31.357,64	264.750,08

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO
AV 17 DE AGOSTO 1565
CASA FORTE RECIFE PE 00050-070 000000250034 53

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAF UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135 I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DE CRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85 ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E' III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, II E ART. 79. DECRETO N. 91.406/85, ART.1. DECRETO-LEI N.2.318/8(ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9 LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARA GRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTA DA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PA RAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, ar 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 199

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

DATAPREV - 3430/2 5189-7 PROCESSADO PELA DATAPREV

DOC. ORIGEM: XXXXXXXXXX

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CAT: 1 COC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI: ATIVIDADE: 8

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 26

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 500

FUND. LEGAIS: 2 FASE: 520 DATA: 19/09/95 PARCELAS: ESPECI
CODIGO FEITO: 01 GRAF: 13-401 DATA ESPECIFICA: CNAE: 0
NUM.CO-RESP: 1 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 01/

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL JUROS LEI 8981	TR. EM REAL	MULTA EM REA MULTA EM UFI
07/90	590.147,05	1.401.726,28	2347,80 597,0600	1775,88	887,94 0,00	5958,41	1065,5 0,0
08/90	1.459.297,46	3.134.716,87	5250,25 597,0600	3971,29	1945,93 0,00	13324,48	2382,7 0,0
09/90	2.136.827,37	4.067.450,89	6812,47 597,0600	5152,95	2473,41 0,00	17289,18	3091,7 0,0
10/90	1.777.588,18	2.975.682,61	4983,89 597,0600	3769,81	1771,81 0,00	12648,48	2261,8 0,0
11/90	3.264.836,61	4.685.367,01	7847,40 597,0600	5935,72	2730,45 0,00	19915,70	3561,4 0,0
12/90	4.911.240,77	5.903.802,52	9888,12 597,0600	7479,37	3365,72 0,00	25094,80	4487,4 0,0
01/91	3.000.180,39	3.000.180,39	5024,92 597,0600	3800,85	1672,37 0,00	12564,09	2280,5 0,0
02/91	3.590.876,90	0,00	6014,26 597,0600	4549,19	2001,64 0,00	15574,32	2729,5 0,0
03/91	4.952.329,56	0,00	8294,36 597,0600	6273,85	2760,49 0,00	16836,51	3764,3 0,0
04/91	2.277.942,55	0,00	3815,27 597,0600	2885,87	1269,78 0,00	6892,60	1731, 0,0

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

FOLH
VERSA

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 31.549.500-6

DOC. ORIGEM: 000000000043 TIPO: 07 DATA: 30/03/93 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL	TR. EM REAL	MULTA EM R
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM L
05/91	2.928.060,09	0,00	4895,76	3203,15	1629,38	7792,17	2221
			597,0600		0,00		0
06/91	2.340.225,57	0,00	3919,58	2964,77	1304,50	5425,53	1778
			597,0600		0,00		0
TOTAL:	33.224.452,50	25.168.976,57	69094,08	52262,75	23813,42	157316,27	31357

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 264.750,08

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 274

*** CONTINUACAO *** DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO FOLH
NUMERO DO DEBITO: 31.549.500-6 VERSA
PROC EST/REG: 15-200
DOC. ORIGEM: 000000000043 TIPO: 07 DATA: 30/03/93 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

CPF: 000.250.034-53

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 28

NOME VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO

ENDERECO: AV 17 DE AGOSTO 1565

BAIRRO: CASA FORTE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 0

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 29

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC.ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-801-001	203	31.549.501-4	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO: RUA DO BRUM 137 — RECIFE — PE — CEP 50030-000

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 11/87 A 11/92	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	371

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
PRINC. ATLZ. ATE 02/91 1.488.865,83	TR 2.022.422,46	728.946,38

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
1.133.978,46	5.374.213,13

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO
AV 17 DE AGOSTO 1565
CASA FORTE — RECIFE — PE 00052-060 — 000000250034 53

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAF UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART.135 I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DE CRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85 ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E" III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, II E ART. 79. DECRETO N. 91.406/85, ART.1. DECRETO-LEI N.2.318/86 ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9 LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARA GRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTA DA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PA RAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

22 - DESCUMPRIMENTO DE CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL-CDF, FIRMADA CO BASE NO ART. 148 DO RCPS, C/C O ART. 61, PARAGRAFOS 4 E 124 PA RAGRAFO UNICO DO RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081, D 24.01.79, COM AS ALTERACOES INTRODUZIDAS PELO DECRETO N. 90.81 DE 17.01.85. ~~LEI N. 8212/91 ART. 38 E ART. 58 REGULAMENTADA PE~~ LO ROCSS APROVADO PELO DECRETO N. 612/92 ART. 63 CAPUT PARAGRA FO 5 E ART. ~~149. LEI 8.444/92 ART. 2.~~

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Marcelo Nunes 157646
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

DATAPREV - 3430/2 31189-1 PROCESSADO PELA DATAPREV

DOC. ORIGEM: 000000000203 TIPO: 10 DATA: 30/03/93 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

JUSTIÇA FEDERAL PE
Fls. 30

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI: ATIVIDADE:

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 5

FUND. LEGAIS: 2 22 FASE: 520 DATA: 19/09/95 PARCELAS: ESPE(
CODIGO FEITO: 01 GRAF: 15-601 DATA ESPECIFICA: CNAE:
NUM.CO-RESP: 1 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 0

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL JUROS LEI 8981	TR. EM REAL	MULTA EM RE MULTA EM UF
11/87	4.440,47	5.819.675,54	9747,22 597,0600	7372,80	6045,69 0,00	24737,21	3686, 0,
/87	90.359,46	101.643.585,50	170240,15 597,0600	128769,65	104303,41 0,00	432047,93	64384 0,
01/89	92.382,09	11.711.471,55	19615,23 597,0600	14836,96	10089,14 0,00	49780,98	7418 0,
02/89	89.855,91	10.997.177,28	18418,88 597,0600	13932,04	9334,46 0,00	46744,79	6966 0,
03/89	196.110,01	22.620.387,54	37886,29 597,0600	28657,19	18913,74 0,00	96150,60	14328 0,
04/89	90.996,83	9.781.822,53	16383,32 597,0600	12392,34	8055,02 0,00	41578,78	6196 0,
05/89	88.338,62	8.637.335,07	14466,44 597,0600	10942,42	7003,14 0,00	36714,00	5471 0,
06/89	109.966,66	8.613.369,57	14426,30 597,0600	10912,05	6874,59 0,00	36612,14	5456 0,
07/89	99.007,82	6.022.417,97	10086,79 597,0600	7629,65	4730,37 0,00	25598,99	3814 0,
08/89	112.948,42	5.312.122,32	8897,13 597,0600	6729,79	4105,16 0,00	22579,80	3364 0,

PROC. ESTIMADO: 15-2000 NUMERO DO DEBITO: 31.549.501-4 VERSA

DOC. ORIGEM: 000000000203 TIPO: 10 DATA: DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

JUSTIÇA FEDERAL
Fls. 31

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL JUROS LEI 8981	TR. EM REAL	MULTA EM R MULTA EM L
09/89	536.380,62	17.506.122,48	29320,54 597,0600	22178,06	13306,83 0,00	74411,82	13306 0
10/89	510.036,26	12.031.959,38	20152,01 597,0600	15242,98	8993,35 0,00	51143,25	9145 0
11/89	836.336,46	13.615.223,03	22803,78 597,0600	17248,78	10004,29 0,00	57873,09	10345 0
12/89	1.808.121,86	19.399.701,06	32492,05 597,0600	24576,99	14009,88 0,00	82460,69	14746 0
01/90	2.010.757,80	13.018.249,22	21803,92 597,0600	16492,49	9235,79 0,00	55335,59	9895 0
02/90	4.924.201,40	18.675.526,22	31279,14 597,0600	23659,54	13012,75 0,00	79382,51	14195 0
07/90	1.872.861,82	4.448.608,68	7450,86 597,0600	5635,83	2817,91 0,00	18909,33	3381 0
08/90	4.620.806,89	9.925.955,28	16624,72 597,0600	12574,94	6141,72 0,00	42191,43	7544 0
09/90	7.419.292,49	14.122.623,25	23653,61 597,0600	17891,59	8587,95 0,00	60029,86	10734 0
10/90	7.821.851,77	13.093.779,86	21930,43 597,0600	16588,18	7796,43 0,00	55656,64	9952 0
11/90	13.329.903,37	19.129.744,32	32039,90 597,0600	24234,98	11148,09 0,00	81313,21	14540 0
12/90	19.922.558,58	29.948.907,66	40111,39 597,0600	30340,26	13650,11 0,00	101797,63	18204 0
01/91	13.618.299,96	13.618.299,96	22808,93 597,0600	17252,67	7591,17 0,00	57030,44	10351 0

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200 — NUMERO DO DEBITO: 31.549.501-4

DOC. ORIGEM: 000000000203 TIPO: 10 DATA: 30/08/93 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

JUSTIÇA Fls. 324

FOLH VERSA

42/51

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM MEME	TR. EM REAL	MULTA EM F
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM U
02/91	17.776.137,99	0,00	29772,78 597,0600	22520,13	9908,86 0,00	67197,83	13513 0
03/91	19.872.637,98	0,00	33284,16 597,0600	25176,14	11077,50 0,00	67562,68	15105 0
04/91	6.979.580,11	0,00	11689,91 597,0600	8842,25	3890,59 0,00	21118,83	5305 0
05/91	8.625.448,85	0,00	14446,54 597,0600	10927,36	4808,03 0,00	22993,35	6556 0
06/91	7.117.496,01	0,00	11920,91 597,0600	9016,98	3967,47 0,00	16501,06	5410 0
07/91	7.181.432,92	0,00	12027,99 597,0600	9097,97	4003,10 0,00	14200,12	5458 0
08/91	27.707.174,50	0,00	46406,01 597,0600	35101,51	15444,66 0,00	44831,65	52652 0
09/91	50.298.073,30	0,00	84234,54 597,0600	63715,01	28034,60 0,00	61389,41	95572 0
10/91	71.046.196,38	0,00	118993,39 597,0600	90006,60	39602,90 0,00	53139,90	135009 0
11/91	83.263.254,94	0,00	139455,42 597,0600	105484,08	46412,99 0,00	23406,92	158226 0
12/91	109.726.770,64	0,00	183778,47 597,0600	139010,03	62554,51 0,00	0,00	83406 0
01/92	95.192.203,64	0,00	126938,17 749,9100	96016,03	42247,05 0,00	0,00	57609 0
02/92	104.790.346,67	0,00	110814,21 945,6400	83819,87	36042,64 0,00	0,00	50291 0

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 31.549.501-4 FOLH

DOC. ORIGEM: 000000000203 TIPO: 10 DATA: 30/03/95 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95 VERSA

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 334

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL JUROS LEI 8981	TR. EM REAL	MULTA EM F MULTA EM I
03/92	92.272.380,55	0,00	79961,51 1.153,9800	60482,89	25402,81 0,00	0,00	36289 C
04/92	42.666.019,73	0,00	30855,02 1.382,7900	23330,74	9568,88 0,00	0,00	14003 C
05/92	48.712.746,23	0,00	28536,22 1.707,0500	21584,80	8633,91 0,00	0,00	12950 C
06/92	43.758.323,43	0,00	20794,91 2.104,2800	15729,27	6134,41 0,00	0,00	9437 0
07/92	65.300.424,23	0,00	25644,31 2.546,3900	19397,36	7370,99 0,00	0,00	11638 0
08/92	64.855.174,43	0,00	20683,37 3.135,6200	15644,90	5788,61 0,00	0,00	9386 0
09/92	290.832.672,22	0,00	75205,75 3.867,1600	56885,63	20478,83 0,00	0,00	34131 0
10/92	557.031.787,28	0,00	114792,51 4.852,5100	86829,05	30390,16 0,00	0,00	52097 0
11/92	32.909.616,05	0,00	5482,61 6.002,5500	4147,05	1409,99 0,00	0,00	2488 0
TOTAL:	1928.116.713,65	383.694.065,27	1968357,74	1488865,83	728946,38	2022422,46	1133978

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 5.374.213,13

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200

NUMERO DO DEBITO: 31.549.501-4

FOLI
VERS

DOC. ORIGEM: 000000000203 TIPO: 10 DATA: 30/03/93 DATA PROCESSAMENTO: 12/09/95

CPF: 000.250.034-53

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 349

NOME VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO

ENDERECO: AV 17 DE AGOSTO 1565

BAIRRO: CASA FORTE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP:

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 35

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ORGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	44	31.548.809-3	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA

ENDEREÇO: ~~RUA DO BRUM 137~~ RECIFE — CEP: PE 50030-000

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 12/92 A 02/93	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	372

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS
18.280,22		5.889,56

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
10.968,13	35.137,91

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO
AV 17 DE AGOSTO 1565
CASA FORTE RECIFE PE 00052-060 000000250034 53

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

02 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 122, VII, ALINEAS "A" A "D" E PARAGRAFO 6, ART. 135, I E PARAGRAFOS E ART. 139, I E ALINEAS. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79, COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 30, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 33, II, "A", "B", "D" E "E", III, IV, ART. 41, I E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "D", ART. 76, III E ART. 79. DECRETO N. 91.406/85, ART. 1. DECRETO-LEI N. 2.318/86 ARTS. 2 E 3. LEI N. 7.787/89, ART. 3, I, PARAGRAFOS E ART. 9. LEI N. 8212/91, ART. 15, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 22, I, PARAGRAFO 1, ART. 28, I E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "B", REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 14, I, PARAGRAFO UNICO, ART. 25, ART. 37, I E PARAGRAFOS, ART. 39, I, "B" E ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1995

Ana Cameiro 157496
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

FOLH
VERSA

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 31.548.809-3

DOC. ORIGEM: 000000000044 TIPO: 07 DATA: 30/03/95 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 36

NOME PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI: ATIVIDADE:

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 5

FUND. LEGAIS: 2 FASE: 520 DATA: 19/09/95 PARCELAS: ESPE
CODIGO FEITO: 01 GRAF: 15-601 DATA ESPECIFICA: CNAE:
NUM.CO-RESP: 1 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 0

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL JUROS LEI 8981	TR. EM REAL	MULTA EM R MULTA EM U
12/92	82.512.664,89	0,00	11131,48 7.412,5500	8419,85	2778,54 0,00	0,00	5051 0
01/93	68.906.540,04	0,00	7179,99 9.597,0300	5430,94	1737,90 0,00	0,00	3258 0
02/93	71.216.195,17	0,00	5855,94 12.161,3600	4429,43	1373,12 0,00	0,00	2657 0
TOTAL:	222.635.400,10	0,00	24167,41	18280,22	5889,56	0,00	10968

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 35.137,91

*** CONTINUACAO ***

DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 31.548.809-3 FOLH
DOC. ORIGEM: 000000000044 TIPO: 07 DATA: 30/03/93 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95 VERSA

CPF: 000.250.034-53

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 37

NOME VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO

ENDERECO: AV 17 DE AGOSTO 1565

BAIRRO: CASA FORTE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 0

JUSTIÇA FEDERAL - Fls. 38

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL / MPS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL / INSS

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ORGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-801-001	204	31.549.989-3	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELO INDUSTRIAS E COMERCIO SA

ENDEREÇO: ~~RUA DO BRUM 137~~ RECIFE — PE — CEP 55920-000

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 07/91 A 11/92	/CGC 10.803.336/0001-46	09/95	19/09/95	4	373

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA TR	JUROS
282.374,97	58.030,93	118.780,48

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
251.114,97	710.301,35

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO
AV 17 DE AGOSTO 1565
CASA FORTE — RECIFE — PE — 000000250034[illegible]

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS

01 - CLPS EXPEDIDA PELO DECRETO N. 89.312/84, ART. 5, II, III, VI, ART. 6, I, ALINEAS E II, ART. 122, I, ALINEAS E PARAGRAFOS 6, ART. 135, I, III E PARAGRAFOS, ART. 139, I, "A" E "B" E PARAGRAFO 1, ART. 146. RCPS APROVADO PELO DECRETO N. 83.081/79 COM AS ALTERACOES DO DECRETO N. 90.817/85, ART. 5, I, III, IV, VI, VII, ART. 7, ART. 33, I, "A" E "B", ART. 41, I, IV E PARAGRAFOS, ART. 54, I, "A" E "C" E PARAGRAFO 5, ART. 55. DECRETO N. 97.968/89, ARTS. 1, 2 E 4. LEI N. 7.256/84, ART. 19, I. LEI N. 7.787/89, ARTS. 1 E 9. LEI N. 8.212/91, ART. 12, I, II E V, ART. 20, ART. 28, I E II E PARAGRAFOS, ART. 30, I, "A" E "B" E V E ART. 95, "D". REGULAMENTADA PELO ROCCS APROVADO PELO DECRETO N. 356/91, ART. 10, I, II E VI, ART. 22, ART. 37, I, II PARAGRAFOS, ART. 39, I, "A" E "B", PARAGRAFOS 3 E 4, ART. 40. LEI N. 8.383/91, ART. 52, V.

E, para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 24 de outubro de 1[illegible]

FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA 1576496

PROCESSADO PELA DATAPREV

DATAPREV - 3430/2 5189-7

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 39

DOC. ORIGEM: 000000000204 TIPO: 20 DATA: [illegible]

NOME PESSOA DE MELO INDUSTRIAS E COMERCIO SA

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI: ATIVIDADE:

ENDERECO: RUA DO BRUM 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 5[illegible]

FUND. LEGAIS: 1 FASE: 520 DATA: 19/09/95 PARCELAS: ESPEC
CODIGO FEITO: 01 GRAF: 15-601 DATA ESPECIFICA: CNAE:
NUM.CO-RESP: 1 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 0

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL JUROS LEI 8981	TR. EM REAL	MULTA EM R MULTA EM U
07/91	2.355.056,49	0,00	3944,42 597,0600	2983,56	1312,76 0,00	4656,74	1790 0
08/91	9.114.305,44	0,00	15265,31 597,0600	11546,68	5080,53 0,00	14742,42	17320 0
09/91	11.781.410,94	0,00	19732,37 597,0600	14925,56	6567,25 0,00	14380,78	22388 0
10/91	21.375.598,80	0,00	35801,42 597,0600	27080,19	11915,28 0,00	15988,15	40620 0
11/91	29.374.833,82	0,00	49199,13 597,0600	37214,22	16374,25 0,00	8257,84	55821 0
12/91	32.289.812,23	0,00	54081,35 597,0600	40907,13	18408,20 0,00	0,00	2454 0
01/92	27.758.359,26	0,00	37015,59 749,9100	27998,59	12319,37 0,00	0,00	1679 0
/92	32.616.734,58	0,00	34491,70 945,6400	26089,52	11218,49 0,00	0,00	1565 0
03/92	28.623.633,00	0,00	24804,70 1.153,9600	18762,28	7880,15 0,00	0,00	1125 0
04/92	12.994.553,61	0,00	9397,34 1.382,7900	7108,15	2914,33 0,00	0,00	426 0

*** CONTINUACAO ***
DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO D[illegible]ITO: 31.549.989-3 FOLHA:
DOC. ORIGEM: 000000000204 TIPO: 20 DATA: 01/0[illegible] DATA PROCESSAM.NTO: 19/09/95 VERSAO:
NOME PESSOA DE MELO INDUSTRIAS E COMERCIO SA

JUSTIÇA FEDERAL - E
Fls. 907

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR UFIR UTILIZADA	PRINCIPAL REAL JUROS	JUROS EM REAL 1 % 8901	JE EM REAL	MULTA EM REA MULTA EM UF
05/92	17.522.765,01	0,00	10264,94 1.707,0500	7764,40	3105,76 0,00	0,00	4658, 0,
06/92	15.345.122,74	0,00	7292,34 2.104,2800	5515,93	2151,21 0,00	0,00	3305, 0,
07/92	21.822.151,51	0,00	8569,84 2.546,3900	6482,23	2463,24 0,00	0,00	3889, 0,
08/92	22.119.798,16	0,00	7054,36 3.135,6200	5335,92	1974,29 0,00	0,00	3201, 0,
92	85.819.035,69	0,00	22191,75 3.867,1600	16785,84	6042,90 0,00	0,00	10071, 0,
10/92	163.628.449,30	0,00	33720,37 4.852,5100	25506,09	8927,12 0,00	0,00	15303, 0,
11/92	2.925.742,20	0,00	487,42 6.002,5500	368,68	125,35 0,00	0,00	221, 0,
TOTAL:	537.467.362,78	0,00	373314,35	282374,97	118780,48	58030,99	254114,

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 710.301,35

*** CONTINUACAO *** DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO FOLHA:

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 31 549.209-3 VERSAO:

DOC. ORIGEM: 000000000204 TIPO: 20 DATA: 01/04/93 DATA PROCESSAMENTO: 19/09/95

CPF: 000.250.034-53

NOME VAUDRILO LEAL GUERRA CURADO

ENDERECO: AV 17 DE AGOSTO 1565

BAIRRO: CASA FORTE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 00

JUSTIÇA FEDERAL - PE
Fls. 41

Processo: 0002274-68.1992.4.05.8300
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 13/01/2020 09:17:59
Identificador: 4058300.13180052
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20011309115662700000013210051

98.0005148-1

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADORIA ESTADUAL DO INSS EM PERNAMBUCO

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Vara em Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 05/03/98
Funcionário

A. R. Cite-se. Fixo a verba honorária em 10% (dez por cento) do valor da execução, em caso de pagamento ou não oferecimento de embargos.
Recife, 09 / 03 / 98

Dr. UBIRATAN DE COUTO MAURÍCIO
Juiz Federal Titular da 9ª Vara, n
exercício cumulativo da 6ª Vara/PE

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, autarquia federal criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com fundamento na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o disposto no art. 39, § 1º , e no art. 53 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto 612, de 21.07.92, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra assinado, propor contra:

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF/CGC/CEI: 10.803.336/0001-46

DOMICILIO: RUA DO BRUM, Nº 137, RECIFE, RECIFE, CEP 50030-000

E/OU: LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO - CPF 258.265.574-00

E/OU: JORGE LUIZ DE LIMA - CPF 078.262.064-72

A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA NO VALOR DE: R$ 5.632,70 (CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SETENTA CENTAVOS).

CONFORME CERTIDÃO(ÕES) DE DÍVIDA ATIVA, ANEXA(S) E ABAIXO RELACIONADA(S).

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADORIA ESTADUAL DO INSS EM PERNAMBUCO

Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal da Vara em Pernambuco.

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, autarquia federal criada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, com fundamento na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, e o disposto no art. 39, § 1º , e no art. 53 da Lei nº 8212, de 24 de julho de 1991, regulamentada pelo Decreto 612, de 21.07.92, vem, respeitosamente, por seu representante legal infra assinado, propor contra:

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF/CGC/CEI: 10.803.336/0001-46

DOMICILIO: RUA DO BRUM, Nº 137, RECIFE, RECIFE, CEP 50030-000

E/OU: LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO - CPF 258.265.574-00

E/OU: JORGE LUIZ DE LIMA - CPF 078.262.064-72

A PRESENTE EXECUÇÃO FISCAL PARA COBRANÇA DA DÍVIDA NO VALOR DE: R$ 5.632,76 (CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E SETENTA CENTAVOS).

CONFORME CERTIDÃO(ÕES) DE DÍVIDA ATIVA, ANEXA(S) E ABAIXO RELACIONADA(S).

Recife, 05 / 03 / 98

Dr. UBIRATAN DE COUTO MAURÍCIO
Juiz Federal Titular da 5ª Vara, n
exercício cumulativo da 6ª Vara/PE

Valor em Dezembro de 1990 (dez por cento) do valor da execução, em caso de pagamento ou não oferecimento de embargos.

Justiça Federal — 5ª Região — PR
04

Nestas condições requer a V.Exa. a citação do executado para quitar a dívida no prazo da Lei, sob pena de penhora em tantos dos seus bens quantos bastem para pagamento do débito com os acréscimos legais, ou, sendo o mesmo Órgão Público, que se proceda na forma do art. 730 e seguintes do CPC.

Isto posto, requer-se fixação preliminar dos honorários advocatícios à taxa de 20%, e, em havendo embargos, que se os julguem improcedentes, condenado o executado no pedido com as cominações legais.

Dá-se à causa o valor da dívida com os acréscimos calculados conforme discriminativo.

OBS:"O VALOR ESTÁ ATUALIZADO ATÉ 01.11.97".

Recife, 25 de fevereiro de 1998

Wilson Antonio de Lyra

INSC. OAB Nº 7351

ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL OU DO ESCRITÓRIO:

AV. DANTAS BARRETO, 315, SANTO ANTONIO, RECIFE-PE.

DATA DA INSCRIÇÃO	Nº DÉBITO	VALOR
11.06.97	32.479.417-7	R$ 5.632,70

Nestas condições requer a V.Exa. a citação do executado para quitar a dívida no prazo da Lei, sob pena de penhora em tantos dos seus bens quantos bastem para pagamento do débito com os acréscimos legais, ou, sendo o mesmo Órgão Público, que se proceda na forma do art. 730 e seguintes do CPC.

Isto posto, requer-se fixação preliminar dos honorários advocatícios à taxa de 20%, em havendo embargos, que se os julguem improcedentes, condenando o executado no pedido com as cominações legais.

Dá-se à causa o valor da dívida com os acréscimos calculados conforme discriminativo.

OBS:"O VALOR ESTÁ ATUALIZADO ATÉ 01.11.97"

Recife, 25 de fevereiro de 1998

INSC. OAB Nº 7571

ENDEREÇO DO ÓRGÃO LOCAL OU DO ESCRITÓRIO:

AV. DANTAS BARRETO, 315, SANTO ANTONIO, RECIFE-PE.

DATA DA INSCRIÇÃO	Nº DÉBITO	VALOR
11.06.97	32.479.417-7	R$ 5.632,70

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL/MPAS
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL/INSS

Justiça Federal — Seção Judiciária — Recife — PR — 05

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA (CDA)

Certifico que do livro indicado, deste Instituto, consta a inscrição da dívida cujos dados são os seguintes:

PL.	ÓRGÃO DE ORIGEM	PROC. ADMINISTRATIVO	Nº DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA	CÓDIGO
15-200	15-601-001	324794177	32.479.417-7	01

DEVEDOR: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

ENDEREÇO: RUA DO BRUM, 137 — CEP
RECIFE — RECIFE — PE — 50030-000

MATRÍCULA (CEI)	CPF/CGC	DATA DE CÁLCULO	DATA DA INSCRIÇÃO	LIVRO	FOLHAS
PERIODO DIVIDA 08/96	/CGC 10.803.336/0001-46	06/97	11/06/97	12	119

VALOR PRINCIPAL OU CONSOLIDADO	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	JUROS

MULTA	VALOR DA DÍVIDA
5.632,70	5.632,70

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO
RUA OITENTA E SETE, 55
CENTRO — PAULISTA — PE — 53000-000 — 00025826557400

CO-RESPONSÁVEL (NOME, CPF/CGC E ENDEREÇO)
JOSE LUIZ DE LIMA
AV. BOA VIAGEM, 1340 - APTO. 1104
BOA VIAGEM — RECIFE — PE — 51011-000 — 00007826206472

FUNDAMENTO LEGAL E ACRÉSCIMOS
99 - OUTRAS SITUACOES.

VALORES EXPRESSOS EM REAIS

E para que se possa proceder à cobrança em ação própria, nos termos da Lei nº 6.830, de 22.09.80, art. 2º e seus parágrafos e demais dispositivos legais em vigor, foi extraída a presente certidão.

Recife, 25 de fevereiro de 1998

Wilson Antonio de Souza 1303-7
FUNCIONÁRIO E MATRÍCULA

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO FOLHA: 01/02

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 32.479.417-7 VERSAO: A.00

DOC. ORIGEM: 000324794177 TIPO: 06 DATA: 28/06/96 DATA PROCESSAMENTO: 12/06/97

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI: ATIVIDADE: 50805

ENDERECO: RUA DO BRUM, 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 50030000

FUND. LEGAIS: 99 FASE: 520 DATA: 11/06/97 PARCELAS: ESPECIE: 14

CODIGO FEITO: 01 GRAF: 15-601 DATA ESPECIFICA: 15/08/96 CNAE: 074993

NUM.CO-RESP: 2 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 11/06/97

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/91	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL	TR. EM REAL	MULTA EM REAL	TOTAL EM REAL
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM UFIR	
08/96	5.632,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5632,70	5632,70
			0,0000		0,00		0,00	
TOTAL:	5.632,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5632,70	

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 5.632,70

UFIR UTILIZADA PARA CONVERSAO --> 0,9108

DISCRIMINATIVO DE DEBITO INSCRITO

PROC ESTADUAL: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 32.479.417-7 VERSAO: A.00

DOC. ORIGEM: 00032479417 TIPO: 06 DATA: 28/06/94 DATA PROCESSAMENTO: 12/04/97

NOME PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

CAT: 1 CGC/CPF: 10.803.336/0001-46 MATRICULA CEI: ATIVIDADE: 50405

ENDERECO: RUA DO SOUM, 137

BAIRRO: RECIFE MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 50030000

FUND. LEGAIS: 99 FASE: 320 DATA: 11/06/97 PARCELAS: ESPECIE: 14
CODIGO FEITO: 01 DRAF: 15-601 DATA ESPECIFICA: 15/08/96 CNAE: 0749?9
NUM.CO-RESP: 2 ESCALONAMENTO: CONSOLIDADO EM: 11/04/97

COMP	VL. ORIGINARIO	ATUALIZACAO ATE 02/97	PRINCIPAL UFIR	PRINCIPAL REAL	JUROS EM REAL	TR. EM REAL	MULTA EM REAL	TOTAL EM REAL
			UFIR UTILIZADA		JUROS LEI 8981		MULTA EM UFIR	
08/96	5.632,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5632,70	5632,70
			0,0000		0,00		0,00	
TOTAL:	5.632,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5632,70	

DEBITO CONSOLIDADO EM REAL: 5.632,70

UFIR UTILIZADA PARA CONVERSAO --> 0,9108

DISCRIMINATIVO DE CORRESPONSAVEL INSCRITO

PROC EST/REG: 15-200 NUMERO DO DEBITO: 32.479.417-7

DOC. ORIGEM: 000324794177 TIPO: 06 DATA: 28/06/96 DATA PROCESSAMENTO: 12/06/97



CPF: 258.265.574-00

NOME LUIZ GONZAGA MARQUES FILHO

ENDERECO: RUA OITENTA E SETE,55

BAIRRO: CENTRO MUNICIPIO: PAULISTA UF: PE CEP: 53000000

CPF: 078.262.064-72

NOME JOSE LUIZ DE LIMA

ENDERECO: AV. BOA VIAGEM,1340 - APTO.1104

BAIRRO: BOA VIAGEM MUNICIPIO: RECIFE UF: PE CEP: 51011000

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Justiça Federal - 5a Região

EXMO SR. DR. JUIZ

2001.83.00.012438-6

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

30/01/01

A UNIÃO, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei nº 6.830/80, vem propor contra
PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES** sob o nº **10803336/0002-27**, domiciliado na **RUA DO BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE, CEP 50001-000**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

consubstanciada na(s) certidão(ões) de inscrição em Dívida Ativa nº(s) **40 6 00 002326-91** que integra(m) a presente petição inicial.

Para tanto, requer a Vossa Excelência, na forma do art.8º da Lei nº 6.830/80 e do artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil:

1. a citação do(s) Executado(s) para pagar(em), no prazo legal, a dívida inscrita, com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargo do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear(em) bens para garantir a Execução, sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem à integral satisfação da dívida;
2. a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre bens imóveis.

- Dá-se à causa o valor atualizado de **R$*203.067,10*********(DUZENTOS E TRES MIL SESSENTA E SETE REAIS E DEZ CENTAVOS**********
**********) consoante o disposto no art 6º, § 4º, da Lei de Execução Fiscal, que corresponde ao valor consolidado da dívida.

Termos em que,
pede deferimento.

RECIFE , 29 DE JANEIRO DE 2001.

Joaquim Lustosa Filho
Procurador da Fazenda Nacional
OAB/PE 13.483
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0040257

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Folha
001

Justiça Fed. 003 5ª Região

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 6 00 002326-91**, da série **DO/2000** desde **18/08/2000**, **PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES**, sob o número **10803336/0002-27**, com domicílio fiscal na **RUA DO BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE, CEP 50001-000**, é devedor à União da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**.

Nº do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10768 024637/88-14	CZ 5.460.990,67	UFIR 34.424,65

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS

EM ANEXO

A dívida discriminada, apurada no processo administrativo de número acima indicado, foi regularmente inscrita nesta Procuradoria da Fazenda Nacional e está sujeita, até a data de seu efetivo pagamento, à atualização monetária (Lei nº 7799/89, art. 61, alterada pela Lei nº 8383/91, art. 54), aos juros de mora (Decreto-lei nº 2323/87, art. 16, com as modificações do Decreto-lei nº 2331/87, art. 6º; Lei nº 8177/91, art. 9º; Lei nº 8218/91, arts. 3º e 30; Lei nº 8383/91, art. 54, parágrafos 1º e 2º; Lei nº 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8º (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei nº 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições), encargo de 20% (vinte por cento), previsto no Decreto-lei nº 1025/69, art. 1º; no Decreto-lei nº 1645/78, art. 3º, na Lei nº 7799/89, art. 64, parágrafo 2º e na Lei nº 8383/91, art. 57, parágrafo 2º.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE, 29 DE JANEIRO DE 2001.

PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0040258

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Folha
002 / 003

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10768 024637/88-14

Nº de Inscrição
40 6 00 002326-91

origem
DIV. ATIVA OUTRAS ORIGENS

nº da decl./notif.
S/N

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031987	OUTRAS REC EITAS	30/04/1987	05/1987	01/05/1987	CZ 4.457.916,80 UFIR 28.101,55

fundamentação legal **ART 3 PARAGRAFOS 2 E 4 DO ART 6 DO DL 308/67, A RT 1 E 2 DO DECRETO 1952/82, C/C O ART 4 E SEU S PARAGRAFOS DO DEC 62388/68 E ART 5 .**

forma de constituição do crédito: **AUTO INFRACAO**

notificação: **CORREIO/AR EM 22/05/1987**

origem
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031987	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CZ 891.583,36 UFIR 5.620,31

fundamentação legal **LEI 1952/ ART 4.**

forma de constituição do crédito:

notificação:

origem
DIV. ATIVA OUTRAS ORIGENS

nº da decl./notif.
S/N

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031987	OUTRAS REC EITAS	30/04/1987	05/1987	01/05/1987	CZ 63.572,04 UFIR 400,74

fundamentação legal **ART 3 PARAGRAFOS 2 E 4 DO ART 6 DO DL 308/67, A RT 1 E 2 DO DECRETO 1952/82, C/C O ART 4 E SEU S PARAGRAFOS DO DEC 62388/68 E ART 5 .**

forma de constituição do crédito: **AUTO INFRACAO**

notificação: **CORREIO/AR EM 22/05/1987**

RECIFE , 29 DE JANEIRO DE 2001

PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0040259

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Folha
003 - F.003

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1
DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10768 024637/88-14

Nº de Inscrição
40 6 00 002326-91

origem: **MULTA DE MORA - 20 POR CENTO** | nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031987	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CZ 12.714,40 UFIR 80,14

fundamentação legal: **LEI 1952/ ART 4.**

forma de constituição do crédito | notificação

origem: **DIV. ATIVA OUTRAS ORIGENS** | nº da decl./notif.: **S/N**

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031987	OUTRAS REC EITAS	30/04/1987	05/1987	01/05/1987	CZ 29.336,73 UFIR 184,93

fundamentação legal: **ART 3 PARAGRAFOS 2 E 4 DO ART 6 DO DL 308/67, A RT 1 E 2 DO DECRETO 1952/82, C/C O ART 4 E SEU S PARAGRAFOS DO DEC 62388/68 E ART 5 .**

forma de constituição do crédito: **AUTO INFRACAO** | notificação: **CORREIO/AR EM 22/05/1987**

origem: **MULTA DE MORA - 20 POR CENTO** | nº da decl./notif.:

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
031987	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CZ 5.867,34 UFIR 36,98

fundamentação legal: **LEI 1952/ ART 4.**

forma de constituição do crédito | notificação

RECIFE , 29 DE JANEIRO DE 2001

PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 13/01/2020 09:17:59
Identificador: 4058300.13180055
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20011309115662800000013210054
0040260

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

03

2002.83.00.010408-2

EXMO SR. DR. JUIZ

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 08/07/02 às ..... h
.....
Funcionário

A UNIÃO, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei nº 6.830/80, vem propor contra
PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES** sob o nº **10803336/0001-46**, domiciliado na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, RECIFE, CEP 50030-260**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

consubstanciada na(s) certidão(ões) de inscrição em Dívida Ativa nº(s) **40 8 02 000558-01** que integra(m) a presente petição inicial.

Para tanto, requer a Vossa Excelência, na forma do art.8º da Lei nº 6.830/80 e do artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil:

1. a citação do(s) Executado(s) para pagar(em), no prazo legal, a dívida inscrita, com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargo do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear(em) bens para garantir a Execução, sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem à integral satisfação da dívida;
2. a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre bens imóveis.

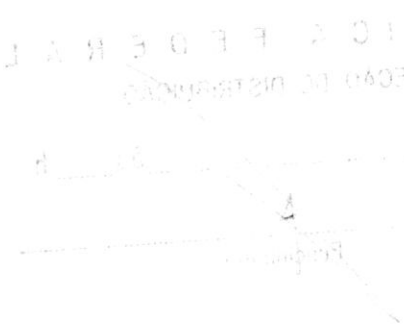
- Dá-se à causa o valor atualizado de **R$*43.828,36**********(QUARENTA E TRES MIL OITOCENTOS E VINTE E OITO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS**********)** consoante o disposto no art 6º, § 4º, da Lei de Execução Fiscal, que corresponde ao valor consolidado da dívida.

Termos em que,
pede deferimento.

RECIFE , 24 DE JUNHO DE 2002.

JOAQUIM LUSTOSA FILHO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0106015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

04

Folha
001 / 002

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 8 02 000558-01**, da série **ITR/2002** desde **02/05/2002**, **PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES**, sob o número **10803336/0001-46**, com domicílio fiscal na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, RECIFE, CEP 50030-260**, devedor à União da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**.

Nº do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10480 000833/2002-49	R$ 18.578,59	UFIR 20.398,09

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS

EM ANEXO

A dívida discriminada, apurada no processo administrativo de número acima indicado, foi regularmente inscrita nesta Procuradoria da Fazenda Nacional e está sujeita, até a data de seu efetivo pagamento, à atualização monetária (Lei nº 7799/89, art. 61, alterada pela Lei nº 8383/91, art. 54), aos juros de mora (Decreto-lei nº 2323/87, art. 16,com as modificações do Decreto-lei nº 2331/87,art. 6º; Lei nº 8177/91, art. 9º; Lei nº 8218/91, arts. 3º e 30; Lei nº 8383/91,art. 54, parágrafos 1º e 2º; Lei nº 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8º (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei nº 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições), encargo de 20% (vinte por cento), previsto no Decreto-lei nº 1025/69,art. 1º; no Decreto-lei nº 1645/78, art. 3º, na Lei nº 7799/89, art. 64, parágrafo 2º e na Lei nº 8383/91, art. 57, parágrafo 2º.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 24 DE JUNHO DE 2002.

JOAQUIM LUSTOSA FILHO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0106016

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

05

Folha
002 / 002

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.
10480 000833/2002-49

Nº de Inscrição
40 8 02 000558-01

origem
AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR

nº da decl./notif.
107594831

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1997	IMPOSTO	30/09/1997	01/10/1997	01/10/1997	R$ 10.616,34 UFIR 11.656,06

fundamentação legal **ARTS. 1, 3, 8, 9, 10, 11, 14 E 15 DA LEI 9393/96**

forma de constituição do crédito
NOTIFICACAO DE LANCAMENTO

notificação
CORREIO/AR EM 22/01/2002

origem
AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR

nº da decl./notif.
107594831

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1997	MULTA	30/09/1997	01/10/1997	01/10/1997	R$ 7.962,25 UFIR 8.742,03

fundamentação legal **ART.44, INC. I, DA LEI 9430/96 C/C ART.14 PAR. 2 DA LEI 9393/96**

forma de constituição do crédito
NOTIFICACAO DE LANCAMENTO

notificação
CORREIO/AR EM 22/01/2002

origem

nº da decl./notif.

período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito

fundamentação legal

forma de constituição do crédito

notificação

RECIFE , 24 DE JUNHO DE 2002

JOAQUIM LUSTOSA FI[illegible]
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 13/01/2020 09:17:59
Identificador: 4058300.13180079
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
10001130916192740000000013210078

EXMO SR. DR. JUIZ

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 05/11/91 às ..... h.
Funcionário

JUSTIÇA FEDERAL 02 - 3ª REGIÃO-PE

A. R.
CITE-SE.
RECIFE, 07 DE NOVEMBRO DE 19
Dr. Edvaldo Batista da Silva Júnior
Juiz Fed. da 10.a Vara
(Substituto)

A FAZENDA NACIONAL, por seu representante infra-assinado, respeitosamente requer, com fundamento no Código de Processo Civil - Livro II, Título I, Capítulo III, Seção II, art. 585, inciso V I - Lei nº 6.830, de 1980, e demais disposições aplicáveis, a EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA correspondente ao título anexo, nº 40 6 91 000046-27 ,que faz parte integrante desta petição inicial, no valor de Cr$ CR 4.196.055,19 (********** ********QUATRO MILHOES CENTO E NOVENTA E SEIS MIL CINCOENTA E CINCO CRUZEIROS E DEZENOVE CENTAVOS********** ********** **********), contra PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A inscrito no Cadastro GERAL DE CONTRIBUINTES sob o nº 10803336/0002-27 , com domicílio fiscal na RUA DO BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE, CEP 50030.

Requer, ainda, a citação do devedor para pagar o débito, no prazo legal, com juros, custas e encargo legal de que tratam o artigo 1º do Decreto-lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, e o artigo 3º do Decreto-lei nº 1.645, de 11 de dezembro de 1978, ou garantir a execução, sob pena de penhora ou arresto, e a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre imóvel.

Dá à causa o valor da dívida acrescida dos encargos legais, protestando pelas provas em direito admitidas.

Pede Deferimento.

Recife, 04 de Novembro de 1991

MARÚCIA C. DE MATTOS MIRANDA CORRÊA
Procuradora da Fazenda Nacional

DA-SE A CAUSA O VALOR CONSOLIDADO DE CR$ 82.819.478,32 EM 12/10/91

000.068

000.06

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA DA UNIAO

JUSTIÇA FEDERAL 03 2ª REGIÃO-PE

TOTAL PAGINAS ANEXO 1 = 014

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob o número 40 6 91 000046-27 , da série DO/91 , no livro 691 , a fls. 00046 , em 28/08/91 , PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A , inscrito no Cadastro GERAL DE CONTRIBUINTES sob o número 10803336/0002-27, com domicílio fiscal na RUA DO BRUM 137, BAIRRO DO RECIFE, RECIFE, CEP 50030 , é DEVEDOR A FAZENDA NACIONAL DA QUANTIA ABAIXO DISCRIMINADA, REFERENTE AOS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO.

VALOR TRANSFORMADO EM CRUZEIRO CONFORME LEI 8024, DE 12/04/90.

NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
		CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO	EM ANEXO
			VALOR TOTAL	CR 4.196.055,19

conforme a fundamentação legal indicada no quadro abaixo:

EM ANEXO	EM ANEXO

NOTIFICAÇÃO EM ANEXO

CONSTITUICAO DO CREDITO - EM ANEXO

A DIVIDA EM APRECO E INSCRITA, NESTA DATA, A VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES DE PROCESSO OU EXPEDIENTE PROTOCOLIZADO NO MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO, SOB O NUMERO ABAIXO INDICADO, E ESTA SUJEITA, ATE SUA EFETIVA LIQUIDACAO, A CORRECAO MONETARIA (LEI 4357/64, ART. 7, LEI 5421/68, ART. 1, DL. 1645/78, ART. 5, DL. 1704/79, LEI 6830/80, ART. 2, PAR. 2, ART. 5, DL. 2284/86, ART. 41, DL. 2287/86, ART. 15, MODIFICADO PELO DL. 2323/87, ARTS. 1 E 14) E AOS JUROS DE MORA DE 1 (UM) POR CENTO AO MES (LEI 5421/68, ART. 2, DL. 1736/79, ART. 2, E DL. 2323/87, ART. 16, MODIFICADO PELO DL. 2331/87,ART. 6), EXCETUADA, QUANTO AOS JUROS, A PARCELA RELATIVA A MULTA DE MORA, ALEM DO ENCARGO DE 20 (VINTE) POR CENTO, PREVISTO NO DL. 1025/69, ART. 1, E NO DL. 1645/78, ART. 3.

DO QUE, PARA CONSTAR, DETERMINEI FOSSE EXTRAIDA A PRESENTE CERTIDAO, A QUAL VAI ASSINADA POR MIM, PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PE , em 12 de OUTUBRO de 1991

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

NUMERO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - 13406 000079/89-17

FLS. 1/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO 40 6 91 000046-27

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO: 04

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
1289	CONTRIB.	13/01/89	02/89 VALOR	01/02/89 TRANSFORMADO	CZ 4.510.210,00 EM CR 4.510,21

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
1289	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	- VALOR	- TRANSFORMADO	CZ 902.042,00 EM CR 902,04

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI7799/89

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0189	CONTRIB.	15/02/89	02/89 VALOR	01/03/89 TRANSFORMADO	NCZ 3.048,00 EM CR 3.048,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.142

000.067

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA FEDERAL 1ª REGIÃO - PE 05

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0189	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 609,60
			VALOR TRANSFORMADO EM CR 609,60		

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0289	CONTRIB.	15/03/89	03/89	01/04/89	NCZ 6.585,00
			VALOR	TRANSFORMADO EM CR 6.585,00	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0289	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 1.317,00
			VALOR	TRANSFORMADO EM CR 1.317,00	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.143

000.067



FLS. 3/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA FEDERAL 06 2ª REGIÃO-PE

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA	VALOR
0389	CONTRIB.	15/04/89	04/89 VALOR	01/05/89 TRANSFORMADO	NCZ 7.014,00 EM CR 7.014,00
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.				
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	AUTO INFRACAO		NOTIFICAÇÃO	PESSOAL EM 29/12/89	

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA	VALOR
0389	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	- VALOR	- TRANSFORMADO	NCZ 1.402,80 EM CR 1.402,80
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ART 74 DA LEI 7799/89.				
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO			NOTIFICAÇÃO		

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA	VALOR
0489	CONTRIB.	15/05/89	05/89 VALOR	01/06/89 TRANSFORMADO	NCZ 5.348,00 EM CR 5.348,00
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.				
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	AUTO INFRACAO		NOTIFICAÇÃO	PESSOAL EM 29/12/89	

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.144

000.067



FLS. 4/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA FEDERAL 01 2ª REGIÃO-PR

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0489	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	- VALOR	- TRANSFORMADO EM CR	NCZ 1.069,60 1.069,60

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: | NOTIFICAÇÃO:

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0589	CONTRIB.	15/06/89	06/89 VALOR	01/07/89 TRANSFORMADO EM CR	NCZ 2.252,00 2.252,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO | NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0589	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	- VALOR	- TRANSFORMADO EM CR	NCZ 450,40 450,40

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: | NOTIFICAÇÃO:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.145

000.067



CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA FEDERAL 5ª REGIÃO - PE

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO: 08

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0689	CONTRIB.	15/07/89	07/89	01/08/89	NCZ 237,30
					VALOR TRANSFORMADO EM CR 237,30

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0689	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 47,46
					VALOR TRANSFORMADO EM CR 47,46

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0789	CONTRIB.	15/08/89	08/89	01/09/89	NCZ 114,84
					VALOR TRANSFORMADO EM CR 114,84

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

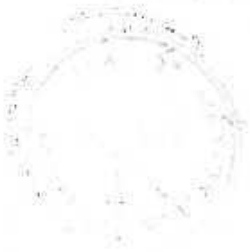
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.146

000.067



FLS. 6/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA FEDERAL 09 2ª REGIÃO PE

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0789	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 22,96
				VALOR TRANSFORMADO EM	CR 22,96

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0889	CONTRIB.	15/09/89	09/89	01/10/89	NCZ 564,89
				VALOR TRANSFORMADO EM	CR 564,89

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0889	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 112,97
				VALOR TRANSFORMADO EM	CR 112,97

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.147

000.067



CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA FEDERAL — VALOR — REGIÃO/PE

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0989	CONTRIB.	15/10/89	10/89	01/11/89	NCZ 27.898,99
			VALOR	TRANSFORMADO EM CR	27.898,99

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0989	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 5.579,79
			VALOR	TRANSFORMADO EM CR	5.579,79

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
1089	CONTRIB.	15/11/89	11/89	01/12/89	NCZ 123.590,79
			VALOR	TRANSFORMADO EM CR	123.590,79

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.148

000.067



CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA FEDERAL 2ª REGIÃO-PE

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
1089	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	- VALOR	- TRANSFORMADO	NCZ 24.718,15 EM CR 24.718,15
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.					
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO				NOTIFICAÇÃO	

ORIGEM: FINSOCIAL					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
1189	CONTRIB.	15/12/89	12/89 VALOR	01/01/90 TRANSFORMADO	NCZ 157.312,92 EM CR 157.312,92
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.					
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO				NOTIFICAÇÃO: PESSCAL EM 29/12/89	

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
1189	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	- VALOR	- TRANSFORMADO	NCZ 31.462,58 EM CR 31.462,58
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.					
FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO				NOTIFICAÇÃO	

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.149

000.067



FLS. 9/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA DO TRABALHO 3ª REGIÃO VITÓRIA ES 12

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA	VALOR
1289	CONTRIB.	15/01/90	C1/90	01/02/90	NCZ 293.318,36 VALOR TRANSFORMADO EM CR 293.318,36

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 11 PARAG 4 DO D.L. 352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART.1 DE D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA	VALOR
1289	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 58.663,67 VALOR TRANSFORMADO EM CR 58.663,67

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM					Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL					
PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE JUROS DE MORA	VALOR
0190	CONTRIB.	15/02/90	C2/90	01/03/90	NCZ 239.059,40 VALOR TRANSFORMADO EM CR 239.059,40

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.150

000.067



FLS. 10 / 14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA FEDERAL 3.ª REGIÃO PE

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0190	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 47.811,88
			VALOR TRANSFORMADO EM CR		47.811,88

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
FINSOCIAL	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0290	CONTRIB.	15/03/90	03/90	01/04/90	NCZ 532.515,62
			VALOR TRANSFORMADO EM CR		532.515,62

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.II PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO
AUTO INFRACAO	PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0290	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	NCZ 106.503,12
			VALOR TRANSFORMADO EM CR		106.503,12

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.151

000.067



FLS. 11/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA FEDERAL — 2ª REGIÃO — PE

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0390	CONTRIB.	15/04/90	04/90	01/05/90	CR 316.732,68

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0390	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CR 63.346,53

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0490	CONTRIB.	15/05/90	05/90	01/06/90	CR 612.029,79

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.152

000.067



FLS. 12/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS — 15 — 3ª REGIÃO PE

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0490	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CR 122.405,95

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0590	CONTRIB.	15/06/90	06/90	01/07/90	CR 417.608,89

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0590	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CR 83.521,77

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.153

000.067



FLS. 13/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

JUSTIÇA FEDERAL 5ª REGIÃO-PE 16

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0690	CONTRIB.	16/07/90	07/90	01/08/90	CR 201.893,12

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

ORIGEM: MULTA DE MORA - 20 POR CENTO — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0690	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CR 40.378,62

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO:

NOTIFICAÇÃO:

ORIGEM: FINSOCIAL — Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO:

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE: CORREÇÃO MONETÁRIA	TERMO INICIAL DE: JUROS DE MORA	VALOR
0790	CONTRIB.	15/08/90	08/90	01/09/90	CR 545.077,92

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.11 PARG.4 DO D.L.352/68,COM NOVA REDACAO DADA PELO ART. 1 DO D.L. 1569/77.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO: AUTO INFRACAO

NOTIFICAÇÃO: PESSOAL EM 29/12/89

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.154

000.067

FLS. 14/14

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA — ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº DO PROCESSO: 13406 000079/89-17

Nº DE INSCRIÇÃO: 40 6 91 000046-27

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO
MULTA DE MORA - 20 POR CENTO	

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	
0790	MULTA MORA 20 P/CENTO	-	-	-	CR 109.015,58

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART.74 DA LEI 7799/89.

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

ORIGEM	Nº DA DECLARAÇÃO/NOTIFICAÇÃO

PERÍODO DE APURAÇÃO ANO BASE/EXERCÍCIO	NATUREZA DA DÍVIDA	DATA DO VENCIMENTO	TERMO INICIAL DE		VALOR
			CORREÇÃO MONETÁRIA	JUROS DE MORA	

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

FORMA DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO	NOTIFICAÇÃO

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

000.155

000.067

Certidão

Certifico que, expedi a carta de citação nº. 067/91, cópia junto aos autos findo entregue a Secretaria Administrativa para a remessa. Dou fé

Recife, 12 de novembro de 1991

Yolanda

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

03

2002.83.00.014058-0

EXMO SR. DR. JUIZ

SECAO JUDICIARIA - RECIFE

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO
Recebi em 12 / 09 / 02 às ..... h
.....
Funcionário

A UNIÃO, pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, com fundamento na Lei nº 6.830/80, vem propor contra
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES** sob o nº **10803336/0001-46** , domiciliado na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, RECIFE, CEP 50030-260**

EXECUÇÃO FISCAL DA DÍVIDA ATIVA

consubstanciada na(s) certidão(ões) de inscrição em Dívida Ativa nº(s) **40 8 02 000562-98** que integra(m) a presente petição inicial.

Para tanto, requer a Vossa Excelência, na forma do art.8º da Lei nº 6.830/80 e do artigo 172, § 2º, do Código de Processo Civil:

1. a citação do(s) Executado(s) para pagar(em), no prazo legal, a dívida inscrita, com dedução de eventuais pagamentos parciais, devidamente atualizada, acrescida de juros, encargo do Decreto-lei nº 1.025/69, alterado pelo Decreto-lei nº 1.645/78, custas e despesas processuais, ou nomear(em) bens para garantir a Execução, sob pena de lhe(s) ser(em) penhorados ou arrestados tantos bens quantos bastem à integral satisfação da dívida;
2. a intimação do cônjuge, caso a constrição recaia sobre bens imóveis.

- Dá-se à causa o valor atualizado de **R$*98.218,39**********(*NOVENTA E OITO MIL DUZENTOS E DEZOITO REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS**********)** consoante o disposto no art 6º, § 4º, da Lei de Execução Fiscal, que corresponde ao valor consolidado da dívida.

Termos em que,
pede deferimento.

RECIFE , 26 DE AGOSTO DE 2002.

JOAQUIM LUSTOSA FILHO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0354978

MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

Folha
001 / 002

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA

CERTIFICO que, do REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA, consta que, sob número **40 8 02 000562-98**, da série **ITR/2002** desde **02/05/2002**, **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA** inscrito no Cadastro **GERAL DE CONTRIBUINTES**, sob o número **10803336/0001-46**, com domicílio fiscal na **RUA DO BRUM 137, RECIFE, RECIFE, CEP 50030-260**, é devedor à União da quantia abaixo discriminada, referente a **OS DEBITOS ESPECIFICADOS EM ANEXO**.

Nº do Processo Adm.	Valor Total Inscrito em Moeda Originária	Valor Total Inscrito em UFIR (Lei 8383/91)
10480 000679/2002-13	**R$ 41.035,13**	**UFIR 45.053,93**

DISCRIMINAÇÃO DOS DÉBITOS

EM ANEXO

A dívida discriminada, apurada no processo administrativo de número acima indicado, foi regularmente inscrita nesta Procuradoria da Fazenda Nacional e está sujeita, até a data de seu efetivo pagamento, à atualização monetária (Lei nº 7799/89, art. 61, alterada pela Lei nº 8383/91, art. 54), aos juros de mora (Decreto-lei nº 2323/87, art. 16,com as modificações do Decreto-lei nº 2331/87,art. 6º; Lei nº 8177/91, art. 9º; Lei nº 8218/91, arts. 3º e 30; Lei nº 8383/91,art. 54, parágrafos 1º e 2º; Lei nº 8981/95, art. 84, I e parágrafo 8º (redação da MP 1110/95, art. 16 e reedições); Lei nº 9065/95, art. 13 e MP 1542/96, art. 26 e reedições), encargo de 20% (vinte por cento), previsto no Decreto-lei nº 1025/69,art. 1º; no Decreto-lei nº 1645/78, art. 3º, na Lei nº 7799/89, art. 64, parágrafo 2º e na Lei nº 8383/91, art. 57, parágrafo 2º.

Do que, para constar, determinei fosse lavrada a presente certidão, a qual vai assinada por mim, Procurador da Fazenda Nacional.

RECIFE , 26 DE AGOSTO DE 2002.

JOAQUIM LUSTOSA FILHO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

0354979

MINISTÉRIO FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL - PERNAMBUCO

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - ANEXO 1

DESCRIÇÃO DOS DÉBITOS

Nº do Processo Adm.	Nº de Inscrição
10480 000679/2002-13	40 8 02 000562-98

origem					nº da decl./notif.
AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR					866413888
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1997	IMPOSTO	30/09/1997	01/10/1997	01/10/1997	R$ 23.448,65 UFIR 25.745,11
fundamentação legal	ARTS.1, 3, 8, 9, 10, 11, 14 E 15 DA LEI 9393/96				
forma de constituição do crédito		notificação			
AUTO INFRACAO		CORREIO/AR EM 15/01/2002			

origem					nº da decl./notif.
AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR					866413888
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
1997	MULTA	30/09/1997	01/10/1997	01/10/1997	R$ 17.586,48 UFIR 19.308,82
fundamentação legal	ART.44, INC. I, DA LEI 9430/96 C/C ART.14 PAR. 2 DA LEI 9393/96				
forma de constituição do crédito		notificação			
AUTO INFRACAO		CORREIO/AR EM 15/01/2002			

origem					nº da decl./notif.
período de apuração ano base/ exercício	natureza da dívida	data do vencimento	termo inicial de atualização monetária	termo inicial de juros de mora	valor inscrito
fundamentação legal					
forma de constituição do crédito		notificação			

RECIFE , 26 DE AGOSTO DE 2002

JOAQUIM LUSTOSA PINTO
PROCURADOR(A) DA FAZENDA NACIONAL

20011309151927500000013210085

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 13/01/2020 09:17:59
Identificador: 4058300.13180086
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
0854980

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 13/01/2020, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
13/01/2020 09:37	Parte - Polo Passivo	Inclusão	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO)	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	PEDRO CHABLOZ FILHO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

<table>
<tr><td colspan="4">MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO</td></tr>
<tr><td>ÓRGÃO JULGADOR:</td><td>11ª VARA FEDERAL</td><td rowspan="3">CLASSIFICAÇÃO:</td><td>NORMAL</td></tr>
<tr><td rowspan="2">COMPETÊNCIA:</td><td rowspan="2">EXECUÇÃO FISCAL</td><td>***</td></tr>
<tr><td>***</td></tr>
<tr><td colspan="4">PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)</td></tr>
<tr><td>DESTINATÁRIO:</td><td colspan="3">*AGICAM AGROINDUSTRIAL DO CAMARATUBA S/A - Na pessoa de seu Representante legal FRANCISCO CARLOS FERREIRA DE ARAÚJO - CPF 051.803.844-00</td></tr>
<tr><td>CPF / CNPJ:</td><td colspan="3">*09.089.046/0001-01</td></tr>
<tr><td>QUALIFICAÇÃO:</td><td colspan="3">*COEXECUTADA</td></tr>
<tr><td rowspan="3">ENDEREÇO PRINCIPAL:</td><td colspan="3">*RUA MANOEL GRACILIANO DE SOUZA, 299, APT 101 - JARDIM ATLÂNTICO - OLINDA/PE</td></tr>
<tr><td>CEP:</td><td>53140-160*</td><td>TELEFONE(S):</td><td>*</td></tr>
<tr><td colspan="2">PONTO DE REFERÊNCIA:</td><td colspan="2">*</td></tr>
<tr><td>VALOR INICIAL DA DÍVIDA:</td><td colspan="3">R$ 16.780.155,68 (dezesseis milhões, setecentos e oitenta mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) mais correção, encargos legais e despesas processuais.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Para verificar o conteúdo das peças a seguir, utilizar o endereço e códigos abaixo:</td></tr>
</table>

https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
Petição Inicial: 19080612505810100000011412485
CDAs: 19080612505810100000011412485

Petições Iniciais e CDAs dos apensos: 20011309115662700000013210045, 20011309115662700000013210047, 20011309115662700000013210048, 20011309115662700000013210051, 20011309115662700000013210053, 20011309115662800000013210054, 20011309161927400000013210078, 20011309161927500000013210082 e 20011309161927500000013210085
Decisão: 19111410060156300000012690825, 19080612505810200000011412506, 19080612505810200000011412502
Folhas das penhoras: 20011309034586300000013209991

O(A) Juiz(a) Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da Lei etc.,

MANDA a qualquer executante de mandados (oficial de justiça avaliador) deste juízo, a quem o presente for entregue, que, em seu cumprimento e despacho exarado nos autos, **CITE** o(a) destinatário(a), acima descrito, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, o valor da dívida acrescida de correção monetária, encargos legais, honorários e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução, com observância da ordem de preferência legal, por meio de: 1) depósito em dinheiro, à ordem deste juízo, na Caixa Econômica Federal, sujeito à correção monetária (art. 32, § 1º, da Lei nº 6.830/80); 2) oferecimento de fiança bancária; 3) nomeação de bens à penhora, respeitada a ordem constante do art. 11 da Lei nº 6.830/80, c./c. o art. 835 do CPC); 4) indicação de bens à penhora, oferecidos por terceiros, desde que aceitos pelo(a) Exequente.

Fi ca o executado ciente de que: 1) eventual pedido de parcelamento do débito deverá ser formulado diretamente a(o) exequente; 2) Caso não disponha de condições de pagar um advogado, o(a) executado(a) poderá ser representado no processo pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU, a critério desse órgão (Leis n.ºs 1.050/60 e 80/94), e cujo endereço é o seguinte: Av. Manoel Borba, n.º 640, Empresarial Progresso, Boa Vista, Recife/PE, fone: (081) 3194-1200.

INTIME também o(a) destinatário(a), acima descrito, acerca da decisão de fls. 329/333 e das penhoras realizada às fls. 403, 561/562, 578/581, 593, 605, 647, 667 e 376/377 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300, reunido ao presente feito, do apensamento das execuções, bem como da sentença/decisão proferida nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300 (juntada às fls. 192/194v).

CIENTIFIQUE o(a) destinatário(a), se do seu interesse e em não lhe havendo ainda sido oportunizado prazo para oposição de embargos à execução, que o faça em 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, ficando ciente de que o seu processamento dependerá da suficiência da garantia do juízo, a ser oportunamente verificada, ou requerer, em 5 (cinco) dias, o levantamento da medida de indisponibilidade, na hipótese de eventual excesso de execução ou impenhorabilidade do valor constrito, nos termos do art. 16 da Lei nº 6.830/1980 e do art. 854 do CPC.

Ficará o Oficial de Justiça, desde já, autorizado, se necessário for, a cumprir o presente mandado nos sábados, domingos e feriados, ou nos dias úteis fora do horário forense (CPC art. 212), a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado a fim de verificar e descrever os bens que o/a

guarnece e a proceder à citação/intimação do(a) executado(a) por hora certa, nos termos do art. 252 e seguintes do CPC.

Orientações para o(a) advogado(a)/procurador(a):

Caso a parte executada opte por promover ação de Embargos à Execução Fiscal, deverá fazê-lo por meio de um novo processo autônomo, a ser ajuizado obrigatoriamente via sistema PJe (Processo Judicial Eletrônico).

Ressalte-se que, de acordo com o art. 3º da Resolução nº 10, de 10/06/2016, da Presidência do TRF da 5ª Região, os documentos e petições do sistema PJe devem ser apresentados em arquivos nomeados de acordo com o respectivo conteúdo, ou seja, com a indicação precisa de todos os documentos correspondentes (Ex.: Procuração + CPF + Comprovante de Residência).

Assim, é de evitar-se a apresentação de documentos por meio de arquivos com denominação genérica ou imprecisa, tais como: processo parte 1, processo parte 2, processo páginas 1/10, processo páginas 11/20, etc.

Além disso, não deve ser criado um anexo para apenas uma página de documento a ser escaneado, salvo quando atingido o limite de tamanho de arquivo admitido pelo sistema.

Destaque-se, ainda, que, nos termos do art. 914, §1º, c/c os arts. 292, 319, 320, 330 e 485, todos do CPC, a embargante deve instruir a petição inicial dos Embargos à Execução Fiscal com os documentos necessários à propositura da ação, apresentando as informações e/ou dados abaixo elencados:

a) cópia da inicial executiva e do título executivo;

b) cópia da prova da garantia do juízo (mandado de penhora, auto de penhora, minuta do BACENJUD/ penhora de automóvel, etc), bem como da respectiva intimação;

c) procuração e contrato social demonstrando a regularidade do instrumento de outorga ao procurador constituído, se for o caso;

d) o valor atribuído à causa, levando em conta o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido (art. 292, § 3º, do CPC);

e) valor tido por correto, com memória de cálculo, caso alegado excesso de execução, sob pena de indeferimento da inicial ou não conhecimento da alegação (art. 917, §§ 3º e 4º, do CPC);

f) cópia da decisão que deferiu o redirecionamento do processo de execução, se for o caso;

g) cópia da decisão que determinou a realização da penhora;

h) se houver alegação de bem de família, cópia das certidões negativa da existência de outros imóveis da cidade em que mora, bem como da capital, se reside na Região Metropolitana do Recife, e declaração de imposto de renda dos últimos 5 (cinco) anos;

i) prova dos demais fatos eventualmente arguidos.

DADO e **PASSADO,** na data da assinatura eletrônica **,** pela Secretaria desta vara federal, que funciona no endereço supra mencionado, com expediente forense no horário das 9h às 18h de segunda a sexta-feira . O(A) Diretor(a) de Secretaria fez digitar e o(a) MM. Juiz(íza) Federal assina o presente mandado.

(assinado eletronicamente)

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR:	11ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	**NORMAL**
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		***
			***

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	*PESSOA DE MELO INDÚSTRIA E COM. LTDA - Na pessoa de seu Representante legal JOSÉ LUIZ DA LIMA, CPF 0078.262.064-72			
CPF / CNPJ:	*10.830.336/0001-46			
QUALIFICAÇÃO:	*COEXECUTADA			
ENDEREÇO PRINCIPAL:	*RUA JORNALISTA HERCÍLIO CELSO, 214, APT 1001, CANDEIAS, JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE			
	CEP:	54450-170*	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:	*		
VALOR INICIAL DA DÍVIDA:	R$ 16.780.155,68 (dezesseis milhões, setecentos e oitenta mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) mais correção, encargos legais e despesas processuais.			

Para verificar o conteúdo das peças a seguir, utilizar o endereço e códigos abaixo:

Petição Inicial: 19080612505810100000011412485
CDAs: 19080612505810100000011412485

Petições Iniciais e CDAs dos apensos: 20011309115662700000013210045, 20011309115662700000013210047, 20011309115662700000013210048, 20011309115662700000013210051, 20011309115662700000013210053, 20011309115662800000013210054, 20011309161927400000013210078, 20011309161927500000013210082 e 20011309161927500000013210085
Decisão: 19111410060156300000012690825, 19080612505810200000011412506, 19080612505810200000011412502
Folhas das penhoras: 20011309034586300000013209991

O(A) Juiz(a) Federal da Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da Lei etc.,

MANDA a qualquer executante de mandados (oficial de justiça avaliador) deste juízo, a quem o presente for entregue, que, em seu cumprimento e despacho exarado nos autos, **CITE** o(a) destinatário(a), acima descrito, para pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, o valor da dívida acrescida de correção monetária, encargos legais, honorários e despesas judiciais até a data do efetivo pagamento, ou garantir a execução, com observância da ordem de preferência legal, por meio de: 1) depósito em dinheiro, à ordem deste juízo, na Caixa Econômica Federal, sujeito à correção monetária (art. 32, § 1º, da Lei nº 6.830/80); 2) oferecimento de fiança bancária; 3) nomeação de bens à penhora, respeitada a ordem constante do art. 11 da Lei nº 6.830/80, c./c. o art. 835 do CPC); 4) indicação de bens à penhora, oferecidos por terceiros, desde que aceitos pelo(a) Exequente.

Fi ca o executado ciente de que: 1) eventual pedido de parcelamento do débito deverá ser formulado diretamente a(o) exequente; 2) Caso não disponha de condições de pagar um advogado, o(a) executado(a) poderá ser representado no processo pela DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU, a critério desse órgão (Leis n.ºs 1.050/60 e 80/94), e cujo endereço é o seguinte: Av. Manoel Borba, n.º 640, Empresarial Progresso, Boa Vista, Recife/PE, fone: (081) 3194-1200.

INTIME também o(a) destinatário(a), acima descrito, acerca da decisão de fls. 329/333 e das penhoras realizada às fls. 403, 561/562, 578/581, 593, 605, 647, 667 e 376/377 do processo 0008638-90.1991.4.05.8300, reunido ao presente feito, do apensamento das execuções, bem como da sentença/decisão proferida nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300 (juntada às fls. 192/194v).

CIENTIFIQUE o(a) destinatário(a), se do seu interesse e em não lhe havendo ainda sido oportunizado prazo para oposição de embargos à execução, que o faça em 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora, ficando ciente de que o seu processamento dependerá da suficiência da garantia do juízo, a ser oportunamente verificada, ou requerer, em 5 (cinco) dias, o levantamento da medida de indisponibilidade, na hipótese de eventual excesso de execução ou impenhorabilidade do valor constrito, nos termos do art. 16 da Lei nº 6.830/1980 e do art. 854 do CPC.

Ficará o Oficial de Justiça, desde já, autorizado, se necessário for, a cumprir o presente mandado nos sábados, domingos e feriados, ou nos dias úteis fora do horário forense (CPC art. 212), a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado a fim de verificar e descrever os bens que o/a

guarnece e a proceder à citação/intimação do(a) executado(a) por hora certa, nos termos do art. 252 e seguintes do CPC.

Orientações para o(a) advogado(a)/procurador(a):

Caso a parte executada opte por promover ação de Embargos à Execução Fiscal, deverá fazê-lo por meio de um novo processo autônomo, a ser ajuizado obrigatoriamente via sistema PJe (Processo Judicial Eletrônico).

Ressalte-se que, de acordo com o art. 3º da Resolução nº 10, de 10/06/2016, da Presidência do TRF da 5ª Região, os documentos e petições do sistema PJe devem ser apresentados em arquivos nomeados de acordo com o respectivo conteúdo, ou seja, com a indicação precisa de todos os documentos correspondentes (Ex.: Procuração + CPF + Comprovante de Residência).

Assim, é de evitar-se a apresentação de documentos por meio de arquivos com denominação genérica ou imprecisa, tais como: processo parte 1, processo parte 2, processo páginas 1/10, processo páginas 11/20, etc.

Além disso, não deve ser criado um anexo para apenas uma página de documento a ser escaneado, salvo quando atingido o limite de tamanho de arquivo admitido pelo sistema.

Destaque-se, ainda, que, nos termos do art. 914, §1º, c/c os arts. 292, 319, 320, 330 e 485, todos do CPC, a embargante deve instruir a petição inicial dos Embargos à Execução Fiscal com os documentos necessários à propositura da ação, apresentando as informações e/ou dados abaixo elencados:

a) cópia da inicial executiva e do título executivo;

b) cópia da prova da garantia do juízo (mandado de penhora, auto de penhora, minuta do BACENJUD/ penhora de automóvel, etc), bem como da respectiva intimação;

c) procuração e contrato social demonstrando a regularidade do instrumento de outorga ao procurador constituído, se for o caso;

d) o valor atribuído à causa, levando em conta o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido (art. 292, § 3º, do CPC);

e) valor tido por correto, com memória de cálculo, caso alegado excesso de execução, sob pena de indeferimento da inicial ou não conhecimento da alegação (art. 917, §§ 3º e 4º, do CPC);

f) cópia da decisão que deferiu o redirecionamento do processo de execução, se for o caso;

g) cópia da decisão que determinou a realização da penhora;

h) se houver alegação de bem de família, cópia das certidões negativa da existência de outros imóveis da cidade em que mora, bem como da capital, se reside na Região Metropolitana do Recife, e declaração de imposto de renda dos últimos 5 (cinco) anos;

i) prova dos demais fatos eventualmente arguidos.

DADO e **PASSADO,** na data da assinatura eletrônica **,** pela Secretaria desta vara federal, que funciona no endereço supra mencionado, com expediente forense no horário das 9h às 18h de segunda a sexta-feira . O(A) Diretor(a) de Secretaria fez digitar e o(a) MM. Juiz(íza) Federal assina o presente mandado.

(assinado eletronicamente)

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Central de Mandados (CEMAN) da Subseção Judiciária de Recife e da Subseção Judiciária de Jaboatão dos Guararapes

Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900 / Telefone: (81) 3213-6000 / www.jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL

EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outro

11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, em cumprimento ao presente mandado, dirigi-me ao endereço indicado **(Rua Manoel Graciliano de Souza, 299, Aptº 101, Jardim Atlântico, Olinda/PE)** e, estando lá, após as formalidades legais, **citei** e **intimei** AGICAM AGROINDUSTRIAL DO CAMARATUBA S/A, na pessoa de seu representante legal, Sr. FRANCISCO CARLOS FERREIRA DE ARAUJO **(Fone: 81.99631-0098),** o qual, após a leitura de todo o teor deste, recebeu a contrafé, acompanhada de documentação pertinente, e exarou a sua assinatura no anverso do mandado. O referido é verdade e dou fé. Olinda, 20 de janeiro de 2020.//////////////////

996310098

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
Avenida Recife, 6250 - Fórum Ministro Artur Marinho, Jiquiá, Recife PE - CEP 50865-900 - Telefone: (81) 3213-6000

MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

ÓRGÃO JULGADOR:	11ª VARA FEDERAL	CLASSIFICAÇÃO:	
COMPETÊNCIA:	EXECUÇÃO FISCAL		

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESTINATÁRIO:	*AGICAM AGROINDUSTRIAL DO CAMARATUBA S/A - Na pessoa de seu Representante legal FRANCISCO CARLOS FERREIRA DE ARAÚJO - CPF 051.803.844-00			
CPF / CNPJ:	*09.089.046/0001-01			
QUALIFICAÇÃO:	*COEXECUTADA			
ENDEREÇO PRINCIPAL:	*RUA MANOEL GRACILIANO DE SOUZA, 299, APT 101 - JARDIM ATLÂNTICO - OLINDA/PE			
	CEP:	53140-160*	TELEFONE(S):	*
	PONTO DE REFERÊNCIA:	*		
VALOR INICIAL DA DÍVIDA:	R$ 16.780.155,68 (dezesseis milhões, setecentos e oitenta mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) mais correção, encargos legais e despesas processuais.			

20/01/2020

Para verificar o conteúdo das peças a seguir, utilizar o endereço e códigos abaixo:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
Petição Inicial: 19080612505810100000011412485
CDAs: 19080612505810100000011412485

Petições Iniciais e CDAs dos apensos: 20011309115662700000013210045, 20011309115662700000013210017

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
CARLOS ALBERTO PINTO PESSOA - Oficial de Justiça
Data e hora da assinatura: 20/01/2020 15:51:29
Identificador: 4058300.13245172
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20012015505718400000013275314

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S A e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Certidão

Certifico que em cumprimento ao r. mandado expedido nos autos supra, execução fiscal em que são partes Fazenda Nacional e Pessoa de Melo Indústria e Comércio Ltda., efetuei as seguintes diligências:

a) O r. mandado determina a citação e intimação da empresa executada Pessoa de Melo Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 10.830.336/0001-46), na pessoa de seu representante legal, Sr. José Luiz da Lima (CPF 0078.262.064-72), indicando como endereço para realização das diligências a Rua Jornalista Hercílio Celso, 214, ap. 1001 - Bairro Candeias - Jaboatão dos Guararapes - PE - CEP 54.450-170.

b) Dirigi-me ao endereço supra, onde se localiza o Edifício " *Josefa dos Santos* ". De acordo com informação prestada pela porteira do edifício, Sra. Graciane Maria da Silva - RG 5.548.107 - SDS/PE, o Sr. José Luiz da Lima não reside naquele local, nada sabendo informar a seu respeito.

Desta forma, não foi possível efetuar a citação e intimação determinadas, razão pela qual devolvo o r. mandado, aguardando orientação.

Recife, 31 de janeiro de 2020.

José Rogério Rodrigues

Oficial de Justiça Avaliador Federal - R.F. 3006/PE

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20030600052143700000013774284 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 06/03/2020 00:05 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que decorreu e findou o prazo assinado para pagamento do débito objeto do presente feito, sem que haja notícia de que o(a)(s) devedor(a)(s) AGICAM AGROINDUSTRIAL DO CAMARATUBA S/A o tenha(m) realizado, **bem como sem que opusesse embargos à execução** , do que, para constar, lavrei o presente termo.
É o que me cumpre certificar.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a exequente das certidões IDs 4058300.13380742 e 4058300.13245171 para que requeira o que entender necessário, no prazo de 15 (quinze) dias.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a exequente das certidões IDs 4058300.13380742 e 4058300.13245171 para que requeira o que entender necessário, no prazo de 15 (quinze) dias.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo		Polo passivo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE	**AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A**	EXECUTADO
		PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 16/03/2020 00:17, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 12/03/2020 09:38 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20031209385184800000013830383 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 16/03/2020 00:17 - Seção Judiciária de Pernambuco.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA 11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Execução Fiscal: 0002274-68.1992.4.05.8300

Exequente: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

Executado: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMERCIO S.A

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** , por sua procuradora, vem, respeitosamente, perante V. Exa., expor e requerer o que segue.

Primeiramente, tendo em vista que o representante legal da GICAM AGROINDÚSTRIA DO CAMARATUBA S/A, o Sr. FRANCISCO CARLOS FERREIRA DE ARAUJO (CPF nº 051.803.844-00), foi devidamente citado e intimado acerca das penhoras, como demonstra certidão de ID 4058300.13245171, vem requerer **a designação de datas para a venda judicial em hasta pública dos bens imóveis penhorados** às fls. 403, 561/562, 578/581, 593, 605, 647, 667 e 376/377 nos autos do processo apenso de nº 0008638-90.1991.4.05.8300.

Por outro lado, verifica-se que houve tentativa de intimação infrutífera do representante legal da empresa executada, o Sr. José Luiz da Lima (CPF 0078.262.064-72), como demonstrado em certidão de ID 4058300.13380742, assim como constata-se, através de pesquisa colacionada em anexo, que o endereço do representante legal da empresa executada continua inalterado.

Assim, tendo em vista que o Sr. JOSE LUIZ DA SILVA LIMA encontra-se em lugar incerto e não sabido, requer a sua intimação por edital, para que possa ser prosseguido o procedimento da venda judicial dos imóveis penhorados às fls. 403, 561/562, 578/581, 593, 605, 647, 667 e 376/377, nos autos do processo apenso de nº 0008638-90.1991.4.05.8300.

Por fim, informa que consta em anexo valor atualizado do débito exequendo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 31 de março de 2020.

Ana Carolina West Wanderley

Procuradora da Fazenda Nacional

Levi Oliveira Braga Silva

Estagiário da PGFN/5ª Região

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Consulta Inscrição

30/03/2020
17:19

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CNPJ/CPF: 10.803.336/0002-27
Inscrição: 40 6 91 000085-33
Nº do Processo: 26520 100002/88-82
Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: DO
Natureza da Dívida: NAO TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 04/09/1991
Valor Inscrito: CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Quant. de Débitos: 1
Quant. de Pagamentos: 0
Quant. de Devedores: 1
Quant. Parcelamentos: 0
Valor Remanescente: CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Nº Judicial: 00000000009200022740
Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 400088918715
Nº Único de Processo Judicial: 00022746819924058300
Data de Protocolo: 25/02/1992
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF - RECIFE
Data Falência:
Valor Consolidado: R$ 526.978,52
Receita: 3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: DRF RCE
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 11ª Vara Federal
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

ED1975F1.2455115D.6BBBD5B4.F75BFB08

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 50.544,84
Multa: R$ 10.108,96
Juros de Mora: R$ 378.494,97
Encargo Legal: R$ 87.829,75
Valor Total: R$ 526.978,52

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CNPJ/CPF: 10.803.336/0002-27
Tipo: PRINCIPAL
Atividade/Profissão: MOAGEM DE CANA,FABRIC. E REFINACAO DE ACUCAR
Endereço: RUA DO BRUM 137
Bairro: BAIRRO DO RECIFE
CEP: 50030000
Município: RECIFE
UF: PE

RFB
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CNPJ/CPF:
Situação Cadastral: INAPTA
CNAE/Ocupação: 2392300 - Fabrica o de cal e gesso
Endereço: USIN ALIANCA SN
Bairro: ALIANCA
CEP: 55890000
Município: ALIANCA
UF: PE

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: CONTRIBUICAO
Data de Vencimento: 31/12/1987
TIAM: 31/12/1987
TI Juros: 01/01/1988
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração
Motivo Alteração: Nenhum motivo
Nrº da Decisão:
Multa Mora: 20 %
Valor Originário: CZ$ 22.138.500,00 UFIR 42.330,63
Valor Remanescente: CZ$ 22.138.500,00 UFIR 42.330,63
Origem: 643 - IAA - CONTRIBUICAO DO ACUCAR
Forma de Constituição: 007 - AUTO INFRACAO
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação:
Data da Notificação: 04/01/1988

Informações sobre o parcelamento

Nenhum registro encontrado

Informações sobre os pagamentos efetuados

Nenhum registro encontrado

Informações de ocorrências

Data	Descrição

Data	Descrição	
04/09/1991	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER COBRADA
04/09/1991	OCORRENCIA:	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
10/10/1991	OCORRENCIA:	PRIMEIRA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA EM COBRANCA
02/01/1992	OCORRENCIA:	CONVERSAO DOS DEBITOS P/UFIR
11/02/1992	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
25/02/1992	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SECDAU E00032/1992
03/04/1992	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
01/08/1993	OCORRENCIA:	TRANSFORMACAO P/ CRUZEIRO REAL
01/07/1994	OCORRENCIA:	TRANSFORMACAO P/ REAL
05/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025919
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681800000014058404

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Consulta Inscrição

30/03/2020 17:21

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CNPJ/CPF: 10.803.336/0001-46
Inscrição: 40 2 91 000134-22
Nº do Processo: 10480 008200/89-41
Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: IRPJ
Natureza da Dívida: TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 16/09/1991
Valor Inscrito: R$ 0,00 (UFIR 20.059,54)
Quant. de Débitos: 8
Quant. de Pagamentos: 0
Quant. de Devedores: 1
Quant. Parcelamentos: 0
Valor Remanescente: R$ 397.105,96 (UFIR 20.059,54)
Nº Judicial: 00000000009200022723
Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 400088901109
Nº Único de Processo Judicial: 00022729819924058300
Data de Protocolo: 25/02/1992
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF - RECIFE
Data Falência:
Valor Consolidado: R$ 159.713,14
Receita: 3551 - DIV.ATIVA-IRPJ
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: DRF RCE
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 11ª Vara Federal
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

194DF566.604DA855.EAEAD2ED.92914E48

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 15.546,66
Multa: R$ 2.723,51
Juros de Mora: R$ 114.824,12
Encargo Legal: R$ 26.618,85
Valor Total: R$ 159.713,14

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CNPJ/CPF: 10.803.336/0001-46
Tipo: PRINCIPAL
Atividade/Profissão: MOAGEM DE CANA,FABRIC. E REFINACAO DE ACUCAR
Endereço: RUA DO BRUM 137
Bairro: BAIRRO DO RECIFE
CEP: 50030000
Município: RECIFE
UF: PE

RFB
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CNPJ/CPF:
Situação Cadastral: INAPTA
CNAE/Ocupação: 1071600 - Fabrica o de a car em bruto
Endereço: BRUM 137
Bairro: RECIFE
CEP: 50030260
Município: RECIFE
UF: PE

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: IMPOSTO
Data de Vencimento: 30/09/1986
TIAM: 30/09/1986
TI Juros: 01/10/1986
P. Apur. Base/Ex: 1912/1985
Alteração de % Multa Mora: sem alteração
Motivo Alteração: Nenhum motivo
Nrº da Decisão:
Multa Mora:
Valor Originário: CZ$ 70.930,00 UFIR 626,75
Valor Remanescente: CZ$ 70.930,00 UFIR 626,75
Origem: 101 - RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação:
Data da Notificação: 29/06/1988

Natureza: IMPOSTO
Data de Vencimento: 31/03/1987
TIAM: 31/03/1987
TI Juros: 01/04/1987
P. Apur. Base/Ex: 1912/1986
Alteração de % Multa Mora: sem alteração
Motivo Alteração: Nenhum motivo
Nrº da Decisão:
Multa Mora:
Valor Originário: CZ$ 201.840,00 UFIR 1.111,39
Valor Remanescente: CZ$ 201.840,00

UFIR 1.111,39

Origem: 101 - RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: **Data da Notificação:** 30/10/1989

Natureza: MULTA
Data de Vencimento: 29/07/1988 **TIAM:** 29/07/1988 **TI Juros:** 01/08/1988
P. Apur. Base/Ex: 1912/1985
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: **Valor Originário:** CZ$ 35.470,00 UFIR 22,19 **Valor Remanescente:** CZ$ 35.470,00 UFIR 22,19
Origem: 101 - RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: **Data da Notificação:** 29/06/1988

Natureza: IMPOSTO
Data de Vencimento: 31/01/1989 **TIAM:** 31/01/1989 **TI Juros:** 01/02/1989
P. Apur. Base/Ex: 1912/1988
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** NCZ$ 9.650,68 UFIR 9.650,68 **Valor Remanescente:** NCZ$ 9.650,68 UFIR 9.650,68
Origem: 101 - RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: **Data da Notificação:** 12/12/1989

Natureza: IMPOSTO
Data de Vencimento: 28/02/1989 **TIAM:** 28/02/1989 **TI Juros:** 01/03/1989
P. Apur. Base/Ex: 1912/1988
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** NCZ$ 9.748,11 UFIR 9.748,11 **Valor Remanescente:** NCZ$ 9.748,11 UFIR 9.748,11
Origem: 101 - RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: **Data da Notificação:** 12/12/1989

Natureza: IMPOSTO
Data de Vencimento: 31/03/1989 **TIAM:** 31/03/1989 **TI Juros:** 01/04/1989
P. Apur. Base/Ex: 1912/1988
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** NCZ$ 10.099,04 UFIR 9.748,10 **Valor Remanescente:** NCZ$ 10.099,04 UFIR 9.748,10
Origem: 101 - RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: **Data da Notificação:** 12/12/1989

Natureza: IMPOSTO
Data de Vencimento: 28/04/1989 **TIAM:** 28/04/1989 **TI Juros:** 01/05/1989
P. Apur. Base/Ex: 1912/1988
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** NCZ$ 44.473,05 UFIR 40.463,15 **Valor Remanescente:** NCZ$ 44.473,05 UFIR 40.463,15
Origem: 101 - RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: **Data da Notificação:** 12/12/1989

Natureza: MULTA
Data de Vencimento: 30/11/1989 **TIAM:** 01/12/1989 **TI Juros:** 01/12/1989
P. Apur. Base/Ex: 1912/1986
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: **Valor Originário:** NCZ$ 100,92 UFIR 14,50 **Valor Remanescente:** NCZ$ 100,92 UFIR 14,50
Origem: 101 - RENDIMENTOS AUFERIDOS NO ANO BASE/EXERCICIO
Forma de Constituição: 011 - TERMO DE CONFISSAO ESPONTANEA
Código da Notificação: 09 - PESSOAL
Número da Notificação: **Data da Notificação:** 30/10/1989

Informações sobre o parcelamento

Nenhum registro encontrado

Informações sobre os pagamentos efetuados

Nenhum registro encontrado

Informações de ocorrências

Data	Descrição	
16/09/1991	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER COBRADA
16/09/1991	OCORRENCIA:	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
17/09/1991	OCORRENCIA:	ALTERACAO VALOR PRINC DEBITO
		VENC 31/01/1989 VAL NCZ 9.650,68 VALOR ANT NCZ 965.068,00
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
17/09/1991	OCORRENCIA:	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL
		VENC 31/01/1989 VALOR NCZ 9.650,68
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
17/09/1991	OCORRENCIA:	ALTERACAO VALOR PRINC DEBITO
		VENC 30/11/1989 VAL NCZ 100,92 VALOR ANT NCZ 100.920,00
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
10/10/1991	OCORRENCIA:	PRIMEIRA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA EM COBRANCA
02/01/1992	OCORRENCIA:	CONVERSAO DOS DEBITOS P/UFIR
11/02/1992	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
25/02/1992	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SECDAU E00032/1992
03/04/1992	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
01/08/1993	OCORRENCIA:	TRANSFORMACAO P/ CRUZEIRO REAL
01/07/1994	OCORRENCIA:	TRANSFORMACAO P/ REAL
05/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025920
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681800000014058405

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-DAU - Sistema de Dívida Ativa da União na Internet

30/03/2020 17:22

Usuário: 015.449.634-08 - LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA

CONSULTA DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Informe parâmetros para consulta:

- ( ) CPF/CNPJ
- ( ) Processo Administrativo
- ( ) Número da Inscrição
- (•) Número do DEBCAD — 31.494.989-5

Origem do Débito: Todos

Débitos de Natureza Previdenciária

Foi(ram) encontrado(s) 1 registro(s)				
Número da Inscrição	**CNPJ/CPF (Devedor Principal)**	**Situação**	**Unidade Responsável na PGFN**	**Valor Consolidado**
31.494.989-5	10.803.336/0001-46	Pedido De Penhora E / Ou Reforço De Penhora	PRFN5 (Sede)	98.966,04

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025922
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681800000014058407

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Consulta Inscrição

30/03/2020 17:23

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CNPJ/CPF: 10.803.336/0001-46
Inscrição: 40 6 94 000202-10
Nº do Processo: 27307 400471/89-86
Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: DO
Natureza da Dívida: NAO TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 19/09/1994
Valor Inscrito: CR 15.559.876,20 (UFIR 9.255,00)
Quant. de Débitos: 1
Quant. de Pagamentos: 0
Quant. de Devedores: 1
Quant. Parcelamentos: 0
Valor Remanescente: CR 15.559.876,20 (UFIR 9.255,00)
Nº Judicial: 00000000009500030705
Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 400088901644
Nº Único de Processo Judicial: 00030705419954058300
Data de Protocolo: 10/03/1995
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF - RECIFE
Data Falência:
Valor Consolidado: R$ 47.775,72
Receita: 3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: D.N.C.
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 11ª Vara Federal
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

BFAEFCBA.6D82274A.44D9812E.9947EA9F

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 8.429,44
Multa: R$ 0,00
Juros de Mora: R$ 31.383,66
Encargo Legal: R$ 7.962,62
Valor Total: R$ 47.775,72

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CNPJ/CPF: 10.803.336/0001-46
Tipo: PRINCIPAL
Atividade/Profissão: ATIVIDADE NAO DISPONIVEL PELO CIDA
Endereço: RUA DO BRUM 137
Bairro:
CEP: 50030000
Município: RECIFE
UF: PE

RFB
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CNPJ/CPF:
Situação Cadastral: INAPTA
CNAE/Ocupação: 1071600 - Fabrica o de a car em bruto
Endereço: BRUM 137
Bairro: RECIFE
CEP: 50030260
Município: RECIFE
UF: PE

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: MULTA
Data de Vencimento: 29/05/1992
TIAM: 30/05/1992
TI Juros: 01/06/1992
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração
Motivo Alteração: Nenhum motivo
Nrº da Decisão:
Multa Mora:
Valor Originário: CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Valor Remanescente: CR 15.559.876,20 UFIR 9.255,00
Origem: 629 - MINISTERIO DAS MINAS E ENERGIA
Forma de Constituição: 007 - AUTO INFRACAO
Código da Notificação: 03 - CORREIO/AR
Número da Notificação: 187897768
Data da Notificação: 05/05/1992

Informações sobre o parcelamento

Nenhum registro encontrado

Informações sobre os pagamentos efetuados

Nenhum registro encontrado

Informações de ocorrências

Data	Descrição	
19/09/1994	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER COBRADA
19/09/1994	OCORRENCIA:	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
06/10/1994	OCORRENCIA:	PRIMEIRA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA EM COBRANCA
14/02/1995	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
16/05/1995	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SECDAU E00063/1995
03/06/1995	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
05/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025923
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681800000014058408

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-DAU - Sistema de Dívida Ativa da União na Internet

30/03/2020 17:24

Usuário: 015.449.634-08 - LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA

CONSULTA DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Informe parâmetros para consulta:

- ( ) CPF/CNPJ
- ( ) Processo Administrativo
- ( ) Número da Inscrição
- (•) Número do DEBCAD — 31.548.809-3

Origem do Débito: Todos

Débitos de Natureza Previdenciária

Foi(ram) encontrado(s) 1 registro(s)				
Número da Inscrição	**CNPJ/CPF (Devedor Principal)**	**Situação**	**Unidade Responsável na PGFN**	**Valor Consolidado**
31.548.809-3	10.803.336/0001-46	Pedido De Penhora E / Ou Reforço De Penhora	PRFN5 (Sede)	106.769,46

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025925
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681800000014058410

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-DAU - Sistema de Dívida Ativa da União na Internet

30/03/2020 17:25

Usuário: 015.449.634-08 - LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA

CONSULTA DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Informe parâmetros para consulta:

- ( ) CPF/CNPJ
- ( ) Processo Administrativo
- ( ) Número da Inscrição
- (•) Número do DEBCAD — 31.549.500-6

Origem do Débito: Todos

Débitos de Natureza Previdenciária

Foi(ram) encontrado(s) 1 registro(s)				
Número da Inscrição	**CNPJ/CPF (Devedor Principal)**	**Situação**	**Unidade Responsável na PGFN**	**Valor Consolidado**
31.549.500-6	10.803.336/0001-46	Pedido De Penhora E / Ou Reforço De Penhora	PRFN5 (Sede)	503.079,04

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025927
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681900000014058412

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-DAU - Sistema de Dívida Ativa da União na Internet

30/03/2020 17:25

Usuário: 015.449.634-08 - LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA

CONSULTA DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Informe parâmetros para consulta:

- ( ) CPF/CNPJ
- ( ) Processo Administrativo
- ( ) Número da Inscrição
- (•) Número do DEBCAD — 31.549.501-4

Origem do Débito: Todos

Débitos de Natureza Previdenciária

Foi(ram) encontrado(s) 1 registro(s)				
Número da Inscrição	**CNPJ/CPF (Devedor Principal)**	**Situação**	**Unidade Responsável na PGFN**	**Valor Consolidado**
31.549.501-4	10.803.336/0001-46	Pedido De Penhora E / Ou Reforço De Penhora	PRFN5 (Sede)	11.431.417,69

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-DAU - Sistema de Dívida Ativa da União na Internet

30/03/2020 17:26

Usuário: 015.449.634-08 - LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA

CONSULTA DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Informe parâmetros para consulta:

- ( ) CPF/CNPJ
- ( ) Processo Administrativo
- ( ) Número da Inscrição
- (•) Número do DEBCAD — 31.549.989-3

Origem do Débito: Todos

Débitos de Natureza Previdenciária

Foi(ram) encontrado(s) 1 registro(s)				
Número da Inscrição	**CNPJ/CPF (Devedor Principal)**	**Situação**	**Unidade Responsável na PGFN**	**Valor Consolidado**
31.549.989-3	10.803.336/0001-46	Pedido De Penhora E / Ou Reforço De Penhora	PRFN5 (Sede)	1.752.625,81

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-DAU - Sistema de Dívida Ativa da União na Internet

30/03/2020 17:26

Usuário: 015.449.634-08 - LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA

CONSULTA DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Informe parâmetros para consulta:

- ( ) CPF/CNPJ
- ( ) Processo Administrativo
- ( ) Número da Inscrição
- (•) Número do DEBCAD — 31.998.401-0

Origem do Débito: Todos

Débitos de Natureza Previdenciária

Foi(ram) encontrado(s) 1 registro(s)				
Número da Inscrição	**CNPJ/CPF (Devedor Principal)**	**Situação**	**Unidade Responsável na PGFN**	**Valor Consolidado**
31.998.401-0	10.803.336/0001-46	Pedido De Penhora E / Ou Reforço De Penhora	PRFN5 (Sede)	117.571,76

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025940
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681900000014058435

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-DAU - Sistema de Dívida Ativa da União na Internet

30/03/2020 17:27

Usuário: 015.449.634-08 - LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA

CONSULTA DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Informe parâmetros para consulta:

- ( ) CPF/CNPJ
- ( ) Processo Administrativo
- ( ) Número da Inscrição
- (•) Número do DEBCAD — 31.998.402-8

Origem do Débito: Todos

Débitos de Natureza Previdenciária

Foi(ram) encontrado(s) 1 registro(s)				
Número da Inscrição	**CNPJ/CPF (Devedor Principal)**	**Situação**	**Unidade Responsável na PGFN**	**Valor Consolidado**
31.998.402-8	10.803.336/0001-46	Pedido De Penhora E / Ou Reforço De Penhora	PRFN5 (Sede)	312.175,26

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025941
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681900000014058436

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-DAU - Sistema de Dívida Ativa da União na Internet

30/03/2020 17:27

Usuário: 015.449.634-08 - LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA

CONSULTA DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Informe parâmetros para consulta:

- ( ) CPF/CNPJ
- ( ) Processo Administrativo
- ( ) Número da Inscrição
- (•) Número do DEBCAD — 31.998.435-4

Origem do Débito: Todos

Débitos de Natureza Previdenciária

Foi(ram) encontrado(s) 1 registro(s)				
Número da Inscrição	**CNPJ/CPF (Devedor Principal)**	**Situação**	**Unidade Responsável na PGFN**	**Valor Consolidado**
31.998.435-4	10.803.336/0001-46	Pedido De Penhora E / Ou Reforço De Penhora	PRFN5 (Sede)	21.631,65

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025942
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681900000014058437

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

e-DAU - Sistema de Dívida Ativa da União na Internet

30/03/2020 17:28

Usuário: 015.449.634-08 - LEVI OLIVEIRA BRAGA SILVA

CONSULTA DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA

Informe parâmetros para consulta:

- ( ) CPF/CNPJ
- ( ) Processo Administrativo
- ( ) Número da Inscrição
- (•) Número do DEBCAD — 31.998.436-2

Origem do Débito: Todos

Débitos de Natureza Previdenciária

Foi(ram) encontrado(s) 1 registro(s)				
Número da Inscrição	**CNPJ/CPF (Devedor Principal)**	**Situação**	**Unidade Responsável na PGFN**	**Valor Consolidado**
31.998.436-2	10.803.336/0001-46	Pedido De Penhora E / Ou Reforço De Penhora	PRFN5 (Sede)	8.108,80

PGFN - Todos os direitos reservados
Esplanada dos Ministérios - Bloco "P" - 8º andar - CEP: 70.048-900 Brasília/DF

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025944
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681900000014058439

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Consulta Inscrição

30/03/2020 17:30

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA
CNPJ/CPF: 10.803.336/0002-27
Inscrição: 40 6 00 002326-91
Nº do Processo: 10768 024637/88-14
Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: DO
Natureza da Dívida: NAO TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 18/08/2000
Valor Inscrito: CZ 5.460.990,67 (UFIR 34.424,65)
Quant. de Débitos: 3
Quant. de Pagamentos: 0
Quant. de Devedores: 1
Quant. Parcelamentos: 0
Valor Remanescente: CZ 5.460.990,67 (UFIR 34.424,65)
Nº Judicial: 00000200183000124386
Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 400088924625
Nº Único de Processo Judicial: 00124387720014058300
Data de Protocolo: 26/04/2001
Data de Distribuição:
Órgão de Justiça: SECAO JF - RECIFE
Data Falência:
Valor Consolidado: R$ 274.921,03
Receita: 3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: SRF
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 11ª Vara Federal
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

9E8DEFE0.9A402D5E.1B3D4DFB.777A9180

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 26.128,31
Multa: R$ 5.225,64
Juros de Mora: R$ 197.746,91
Encargo Legal: R$ 45.820,17
Valor Total: R$ 274.921,03

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN
Nome: PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA
CNPJ/CPF: 10.803.336/0002-27
Tipo: PRINCIPAL
Atividade/Profissão: NAO ESPECIFICADO
Endereço: RUA DO BRUM 137
Bairro: BAIRRO DO RECIFE
CEP: 50001000
Município: RECIFE
UF: PE

RFB
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CNPJ/CPF:
Situação Cadastral: INAPTA
CNAE/Ocupação: 2392300 - Fabrica o de cal e gesso
Endereço: USIN ALIANCA SN
Bairro: ALIANCA
CEP: 55890000
Município: ALIANCA
UF: PE

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: OUTRAS RECEITAS
Data de Vencimento: 30/04/1987
TIAM: 01/05/1987
TI Juros: 01/05/1987
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração
Motivo Alteração: Nenhum motivo
Nrº da Decisão:
Multa Mora: 20 %
Valor Originário: CZ$ 4.457.916,80 UFIR 21.435,38
Valor Remanescente: CZ$ 4.457.916,80 UFIR 21.435,38
Origem: 364 - DIV. ATIVA OUTRAS ORIGENS
Forma de Constituição: 007 - AUTO INFRACAO
Código da Notificação: 03 - CORREIO/AR
Número da Notificação: S/N
Data da Notificação: 22/05/1987

Natureza: OUTRAS RECEITAS
Data de Vencimento: 30/04/1987
TIAM: 01/05/1987
TI Juros: 01/05/1987
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração
Motivo Alteração: Nenhum motivo
Nrº da Decisão:
Multa Mora: 20 %
Valor Originário: CZ$ 63.572,04 UFIR 305,67
Valor Remanescente: CZ$ 63.572,04 UFIR 305,67
Origem: 364 - DIV. ATIVA OUTRAS ORIGENS
Forma de Constituição: 007 - AUTO INFRACAO

Código da Notificação: 03 - CORREIO/AR
Número da Notificação: S/N **Data da Notificação:** 22/05/1987

Natureza: OUTRAS RECEITAS
Data de Vencimento: 30/04/1987 **TIAM:** 01/05/1987 **TI Juros:** 01/05/1987
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: 20 % **Valor Originário:** CZ$ 29.336,73 UFIR 141,06 **Valor Remanescente:** CZ$ 29.336,73 UFIR 141,06
Origem: 364 - DIV. ATIVA OUTRAS ORIGENS
Forma de Constituição: 007 - AUTO INFRACAO
Código da Notificação: 03 - CORREIO/AR
Número da Notificação: S/N **Data da Notificação:** 22/05/1987

Informações sobre o parcelamento

Nenhum registro encontrado

Informações sobre os pagamentos efetuados

Nenhum registro encontrado

Informações de ocorrências

Data	Descrição	
18/08/2000	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER COBRADA
18/08/2000	OCORRENCIA:	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
07/09/2000	OCORRENCIA:	PRIMEIRA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA EM COBRANCA
29/01/2001	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
29/01/2001	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SECDAU E00013/2001
03/03/2001	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
05/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025945
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681900000014058440

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Consulta Inscrição

30/03/2020 17:30

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA
CNPJ/CPF: 10.803.336/0001-46
Inscrição: 40 8 02 000558-01
Nº do Processo: 10480 000833/2002-49
Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: ITR **Natureza da Dívida:** TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 02/05/2002 **Valor Inscrito:** R$ 18.578,59 (UFIR 20.398,09)
Quant. de Débitos: 2
Quant. de Pagamentos: 0
Quant. de Devedores: 1
Quant. Parcelamentos: 0 **Valor Remanescente:** R$ 18.578,59 (UFIR 20.398,09)
Nº Judicial: 200283000104082 **Nº de Agrupamento para Ajuizamento:** 400088930071
Nº Único de Processo Judicial: 200283000104082
Data de Protocolo: 08/07/2002
Data de Distribuição: 08/07/2002
Órgão de Justiça: SECAO JF - RECIFE
Data Falência: **Valor Consolidado:** R$ 89.765,79
Receita: 2157 - DIV.ATIVA-ITR
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: ARF-TIMBAUBA
Nº do Auto de Infração: **Devolução/Arquivamento:**
Juízo: 11ª Vara Federal
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

6C127F18.86B8BAE5.652D2803.220757A7

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 10.616,34
Multa: R$ 7.962,25
Juros de Mora: R$ 56.226,24
Encargo Legal: R$ 14.960,96
Valor Total: R$ 89.765,79

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN
Nome: PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA
CNPJ/CPF: 10.803.336/0001-46 **Tipo:** PRINCIPAL
Atividade/Profissão: ATIVIDADE NAO DISPONIVEL PELO CIDA
Endereço: RUA DO BRUM 137
Bairro: RECIFE **CEP:** 50030260
Município: RECIFE **UF:** PE

RFB
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CNPJ/CPF: **Situação Cadastral:** INAPTA
CNAE/Ocupação: 1071600 - Fabrica o de a car em bruto
Endereço: BRUM 137
Bairro: RECIFE **CEP:** 50030260
Município: RECIFE **UF:** PE

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: IMPOSTO
Data de Vencimento: 30/09/1997 **TIAM:** 01/10/1997 **TI Juros:** 01/10/1997
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: **Valor Originário:** R$ 10.616,34 UFIR 11.656,06 **Valor Remanescente:** R$ 10.616,34 UFIR 11.656,06
Origem: 801 - AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR
Forma de Constituição: 021 - NOTIFICACAO DE LANCAMENTO
Código da Notificação: 03 - CORREIO/AR
Número da Notificação: 107594831 **Data da Notificação:** 22/01/2002

Natureza: MULTA
Data de Vencimento: 30/09/1997 **TIAM:** 01/10/1997 **TI Juros:** 01/10/1997

P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração **Motivo Alteração:** Nenhum motivo **Nrº da Decisão:**
Multa Mora: **Valor Originário:** R$ 7.962,25 UFIR 8.742,03 **Valor Remanescente:** R$ 7.962,25 UFIR 8.742,03
Origem: 801 - AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR
Forma de Constituição: 021 - NOTIFICACAO DE LANCAMENTO
Código da Notificação: 03 - CORREIO/AR
Número da Notificação: 107594831 **Data da Notificação:** 22/01/2002

Informações sobre o parcelamento

Nenhum registro encontrado

Informações sobre os pagamentos efetuados

Nenhum registro encontrado

Informações de ocorrências

Data	Descrição	
02/05/2002	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER COBRADA
03/05/2002	OCORRENCIA:	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
13/05/2002	OCORRENCIA:	CADASTR SOLIC PARCELAMENTO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
13/05/2002	OCORRENCIA:	CADASTR DESPACHO DEFERIDO
	SITUACAO :	ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
13/05/2002	OCORRENCIA:	SUSPENSAO ATIVIDADES DA INSC
	SITUACAO :	ATIVA NAO AJUIZADA EM PROCESSO DE CONCESSAO PARCELAMENTO SIMPLIFICADO
08/06/2002	OCORRENCIA:	CANC PEDIDO CONCESSAO PARCEL
	SITUACAO :	ATIVA A SER AJUIZADA
24/06/2002	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
24/06/2002	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SECDAU E31345/2002
08/08/2002	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
25/10/2002	OCORRENCIA:	INCLUSAO DE PROCESSO JUDICIAL
		N. EXECUCAO - 4000 02 903393-65
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
05/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Consulta Inscrição

30/03/2020 17:31

Informações Gerais da Inscrição

Devedor Principal: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA
CNPJ/CPF: 10.803.336/0001-46
Inscrição: 40 8 02 000562-98
Nº do Processo: 10480 000679/2002-13
Situação: ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição: ITR
Natureza da Dívida: TRIBUTARIA
Data da Inscrição: 02/05/2002
Valor Inscrito: R$ 41.035,13 (UFIR 45.053,93)
Quant. de Débitos: 2
Quant. de Pagamentos: 0
Quant. de Devedores: 1
Quant. Parcelamentos: 0
Valor Remanescente: R$ 41.035,13 (UFIR 45.053,93)
Nº Judicial:
Nº de Agrupamento para Ajuizamento: 400088931751
Nº Único de Processo Judicial: 00140589020024058300
Data de Protocolo: 12/09/2002
Data de Distribuição: 12/09/2002
Órgão de Justiça: SECAO JF - RECIFE
Data Falência:
Valor Consolidado: R$ 198.268,60
Receita: 2157 - DIV.ATIVA-ITR
Procuradoria de Inscrição: QUINTA REGIAO
Procuradoria Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: ARF/TIMBAUBA
Nº do Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Juízo: 11ª Vara Federal
Número do Imóvel (NIRF/ITR):
Número do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:

FD3A0832.9BA52E5F.0EF2B34F.D7D2F75E

Informações Sobre os Valores da Inscrição

Principal: R$ 23.448,65
Multa: R$ 17.586,48
Juros de Mora: R$ 124.188,71
Encargo Legal: R$ 33.044,76
Valor Total: R$ 198.268,60

Informações dos Devedores

Devedor 1

PGFN
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA
CNPJ/CPF: 10.803.336/0001-46
Tipo: PRINCIPAL
Atividade/Profissão: ATIVIDADE NAO DISPONIVEL PELO CIDA
Endereço: RUA DO BRUM 137
Bairro: RECIFE
CEP: 50030260
Município: RECIFE
UF: PE

RFB
Nome: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CNPJ/CPF:
Situação Cadastral: INAPTA
CNAE/Ocupação: 1071600 - Fabrica o de a car em bruto
Endereço: BRUM 137
Bairro: RECIFE
CEP: 50030260
Município: RECIFE
UF: PE

Informações Sobre os Débitos da Inscrição

Natureza: IMPOSTO
Data de Vencimento: 30/09/1997
TIAM: 01/10/1997
TI Juros: 01/10/1997
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração
Motivo Alteração: Nenhum motivo
Nrº da Decisão:
Multa Mora:
Valor Originário: R$ 23.448,65 UFIR 25.745,11
Valor Remanescente: R$ 23.448,65 UFIR 25.745,11
Origem: 801 - AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR
Forma de Constituição: 007 - AUTO INFRACAO
Código da Notificação: 03 - CORREIO/AR
Número da Notificação: 866413888
Data da Notificação: 15/01/2002

Natureza: MULTA
Data de Vencimento: 30/09/1997
TIAM: 01/10/1997
TI Juros: 01/10/1997
P. Apur. Base/Ex:
Alteração de % Multa Mora: sem alteração
Motivo Alteração: Nenhum motivo
Nrº da Decisão:
Multa Mora:
Valor Originário: R$ 17.586,48 UFIR 19.308,82
Valor Remanescente: R$ 17.586,48 UFIR 19.308,82

Origem: 801 - AUSENCIA OU FALTA DE PAGAMENTO DO ITR
Forma de Constituição: 007 - AUTO INFRACAO
Código da Notificação: 03 - CORREIO/AR
Número da Notificação: 866413888 **Data da Notificação:** 15/01/2002

Informações sobre o parcelamento

Nenhum registro encontrado

Informações sobre os pagamentos efetuados

Nenhum registro encontrado

Informações de ocorrências

Data	Descrição	
02/05/2002	OCORRENCIA:	INSCRICAO
	SITUACAO :	ATIVA A SER COBRADA
03/05/2002	OCORRENCIA:	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO
	SITUACAO :	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
13/05/2002	OCORRENCIA:	PRIMEIRA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA EM COBRANCA
26/08/2002	OCORRENCIA:	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA
	SITUACAO :	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
26/08/2002	OCORRENCIA:	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
		SETOR SECDAU E31364/2002
05/10/2002	OCORRENCIA:	SEGUNDA COBRANCA
	SITUACAO :	ATIVA AJUIZADA
05/05/2013	OCORRENCIA:	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058360:24025951
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284681900000014058446

__ CPF,CONSULTA (CONSULTA BASE CPF)_____

RFB USUARIO: ANA CAROLINA
30/03/2020 15:14

NI-CPF : 078.262.064-72 REGULAR INSCRICAO: 00/00/0000
NOME : JOSE LUIZ DE LIMA
DT NASC: 16/01/1953
MAE : MARIA JOSE DE LIMA
SEXO: M ESTRANGEIRO: N OBITO:
NATURAL DE :

ENDERECO: R JORNALISTA HERCILIO CELSO,214,APTO 1002
54450-170 CANDEIAS,JABOATAO DOS GUARARAPES

DDD : 0083 TELEFONE: CELULAR: 87534389 COD.MUN.: 2457 PE
RES.EXTERIOR: N DOMIC.ELETRONICO: N COD.UA : 0410109

PROXIMO NI-CPF: _____ - __
T25A _____ DADOS CADASTRAIS ___
PA1 VOLTA PF2 MENU PF3 FIM

PF9 FONETICA

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ANA CAROLINA WEST WANDERLEY - Procurador
Data e hora da assinatura: 06/04/2020 13:56:10
Identificador: 4058300.14025955
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20033114284682000000014058450

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

CERTIFICO que habilitei os advogados Luiz de Sá Monteiro , OAB/PE 003062-D e ALOISIO ARRUDA FILHO, OAB/PE 010324-D que consta como patrono(a) da executada **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A** (fl.58) na Execução Fiscal correlata CERTIFICO ainda que deixei de habilitar os Advogados de OAB 2385 e 3886 por não estarem cadastrados no sistema Pje. Dou fé.

Recife, data da assinatura eletrônica.

(Assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Intimação dos Advogados LUIZ DE SÁ MONTEIRO - OAB/PE 3062 e ALOÍSIO ARRUDA FILHO - OAB/PE 10324, **para, no prazo de 15 (quinze) dias** , nos termos da decisão ID 4058300.14215567.

Justiça Federal
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Avenida Recife, 6250, Jiquiá, Recife/PE - CEP 50865-900
Fone: (81) 3213-6000 / Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br

CARTA DE INTIMAÇÃO

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL** **EXEQUENTE:** FAZENDA NACIONAL **EXECUTADO:** PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros **ADVOGADO:** Luiz De Sá Monteiro e outro **11ª VARA FEDERAL - PE** (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)	
Destinatário(a):	* **ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA URBANO VITALINO DE MELO**
Endereço:	*AV. VISCONDE DE SUASSUNA, 639, BOA VISTA, RECIFE/PE - CEP 50050-540

De ordem do(a) Juiz(a) Federal da 11ª Vara, Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da lei, etc.

Ficam os Advogados URBANO VITALINO DE MELO FILHO, OAB/PE 2383 e demais advogados constantes da procuração de fl. 58 (ID 4058300.11381981) o(a) **INTIMADO(A)(S)** , para, no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se continuam a representar a executada PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A na presente execução fiscal, nos termos da decisão ID 4058300.14215567.

Ressalto que, por se tratar de processo judicial eletrônico, eventual manifestação deverá ser anexada, exclusivamente, mediante uso do sistema eletrônico (PJe), sem necessidade de intermediação deste Juízo.

Fica V. Sa. ciente, ainda, de que este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 9h às 18h, de segunda a sexta-feira.

Anexos: cópia da fl. 58 e decisão ID ID 4058300.14215567.

Expedido pela Secretaria da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco.

Edison Ribeiro de Vasconcelos
Diretor de Secretaria da 11ª Vara/PE

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 08/05/2020, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
			CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), ANTONIO	CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE	

08/05/2020 14:06	Parte - Polo Passivo	Inclusão	FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), METALNORTE S/A (EXECUTADO), SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	MELLO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), METALNORTE S/A (EXECUTADO), ALOISIO ARRUDA FILHO (ADVOGADO), SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI (EXECUTADO), Luiz de Sá Monteiro (ADVOGADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	PEDRO CHABLOZ FILHO
08/05/2020 14:04	Parte - Polo Passivo	Inclusão	CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), METALNORTE S/A (EXECUTADO), SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), METALNORTE S/A (EXECUTADO), ALOISIO ARRUDA FILHO (ADVOGADO), SOCIEDADE SANTA LAURA	PEDRO CHABLOZ FILHO

			(EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	VICUNHA EIRELI (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	
08/05/2020 13:57	Parte - Polo Passivo	Inclusão	CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), METALNORTE S/A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), METALNORTE S/A (EXECUTADO), SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	PEDRO CHABLOZ FILHO
08/05/2020 13:57	Parte - Polo Passivo	Inclusão	CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE	CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO	PEDRO CHABLOZ FILHO

			MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), METALNORTE S/A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	
08/05/2020 13:56	Parte - Polo Passivo	Inclusão	CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	PEDRO CHABLOZ FILHO
08/05/2020 13:53	Parte - Polo Passivo	Inclusão	BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	PEDRO CHABLOZ FILHO

08/05/2020 13:52	Parte - Polo Passivo	Exclusão	BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	PEDRO CHABLOZ FILHO
08/05/2020 13:52	Parte - Polo Passivo	Inclusão	BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	PEDRO CHABLOZ FILHO
08/05/2020 13:50	Parte - Polo Passivo	Inclusão	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO (EXECUTADO), PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXECUTADO), AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A (EXECUTADO)	PEDRO CHABLOZ FILHO

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, procedi ao registro de penhora do imóvel 95130 através do sistema ARISP.

Comprovante de Remessa de Penhora

O seu pedido de penhora foi registrado em nosso sistema.

Data da solicitação:	**11/05/2020**
Solicitante:	**PEDRO CHABLOZ FILHO**
Nº do Processo:	**0002274-68.1992.4.05.8300**
Natureza da Execução:	**Execução Fiscal**

Protocolo	Cartório
PH000318848	Recife - 02º Cartório

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, juntei ao autos o comprovante de prenotação de penhora realizado pelo sistema ARISP.

Estado: Pernambuco

Tribunal: Tribunal Regional Federal da 5° Região

Comarca: RECIFE

Foro: Justiça Federal

Vara: 11ª Vara Federal de Recife

Escrivão/Diretor: EDISON RIBEIRO DE VASCONCELOS

CERTIDÃO DE PENHORA

Certifico para fins de averbação da penhora da propriedade ou de direitos sobre o(s) imóvel(is) efetuada no processo como adiante se contém:

PROCESSO

NATUREZA DO PROCESSO: EXECUÇÃO FISCAL

Número de ordem: 0002274-68.1992.4.05.8300

Exequente(s)

MINISTERIO DA FAZENDA

CNPJ: 00.394.460/0216-53

Executado(a, os, as)

CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO

CPF: 090.147.304-97

BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO

CPF: 018.544.024-04

ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO

CPF: 317.278.084-87

Terceiro(s)

Valor da dívida: R$ 16.780.155,68

IMÓVEIS PENHORADOS

1.

Protocolo de Penhora Online: PH000318848

Comarca: Recife

Endereço do imóvel: Av Conselheiro Rosa e Silva

Bairro: Graças

Município: Recife

Estado: Pernambuco

Número da Matrícula: 95130

Cartório de Registro de Imóveis: 2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE RECIFE - PE

DADOS INFORMATIVOS:

TIPO DA CONSTRIÇÃO: PENHORA

Data do auto ou termo: 7/5/2020

Percentual penhorado (%): 16,66

Percentual do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel (Compromissário comprador, devedor fiduciante etc.): % 16,66

Valor do imóvel: R$ 0,00

Nome do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel: CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO

O Proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel é parte no processo? Sim

Nome do depositário: CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO

2.

Protocolo de Penhora Online: PH000318848

Comarca: Recife

Endereço do imóvel: Av Conselheiro Rosa e Silva

Bairro: Graças

Município: Recife

Estado: Pernambuco

Número da Matrícula: 95130

Cartório de Registro de Imóveis: 2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE RECIFE - PE

DADOS INFORMATIVOS:

TIPO DA CONSTRIÇÃO: PENHORA

Data do auto ou termo: 7/5/2020

Percentual penhorado (%): 16,66

Percentual do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel (Compromissário comprador, devedor fiduciante etc.): % 16,66

Valor do imóvel: R$ 0,00

Nome do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel: BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO

O Proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel é parte no processo? Sim

Nome do depositário: CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO

3.

Protocolo de Penhora Online: PH000318848

Comarca: Recife

Endereço do imóvel: Av Conselheiro Rosa e Silva

Bairro: Graças

Município: Recife

Estado: Pernambuco

Número da Matrícula: 95130

Cartório de Registro de Imóveis: 2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE RECIFE - PE

DADOS INFORMATIVOS:

TIPO DA CONSTRIÇÃO: PENHORA

Data do auto ou termo: 7/5/2020

Percentual penhorado (%): 16,66

Percentual do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel (Compromissário comprador, devedor fiduciante etc.): % 16,66

Valor do imóvel: R$ 0,00

Nome do proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel: ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO

O Proprietário ou titular de direitos sobre o imóvel é parte no processo? Sim

Nome do depositário: CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO

Eventual necessidade de intimação de cônjuge será analisada nos autos pelo Magistrado.

EMOLUMENTOS

Serão pagos a final ou no cancelamento ou quando da efetivação do registro da arrematação ou adjudicação do imóvel.

ADVOGADO/SOLICITANTE

Nome:

Telefone para contato:

E-mail:

Número OAB:

Estado OAB:

O referido é verdade e dou fé.

Data: 11/05/2020 10:20:25

Emitido por: PEDRO CHABLOZ FILHO

Cargo:

Documento eletrônico produzido conforme disposto no artigo 837 do CPC, devendo para validade e acesso no Oficial de Registro de Imóveis ser transmitido e recepcionado em meio eletrônico no site http://www.oficioeletronico.com.br, cujo *download* comprova sua autoria e integridade.
Dados preenchidos em formulário eletrônico, dispensadas a qualificação completa das partes e a descrição completa do imóvel.

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 12/05/2020 10:11:41
Identificador: 4058300.14407572
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20051210112020900000014442103

Justiça Federal
11ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O(A) Dr(a). **ISAAC BATISTA DE CARVALHO NETO, Juiz Federal Substituto** da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, na forma da lei, etc.,

FAZ SABER a todos quanto o presente **EDITAL** virem ou dele tiverem notícia ou a quem interessar possa, que, perante este Juízo Federal, tramita a Execução Fiscal abaixo indicada, promovida pelo(a) **(EXEQUENTE)** e, através deste, **CITA** o(a) executado(a) **PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIA S.A** . em decorrência da frustração da citação pelos correios e/ou por oficial de justiça.

PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300** , **PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIA S.A, CPF/CNPJ 10.803.336/002-27,** CDAs 40691000085-33,40691000046-27,40291000134-22, 31494989-5, 40694000202-10,31998401-0,31998402-8,31998435-4,31998436-2,31549500-6,31549501-4,31548809-3,

31549989-3,40600002326-91,40802000558-01,40802000564-98 VALOR DA DÍVIDA **(R$ 16.780.155,68).**

FINALIDADE: Tomar ciência dos termos das ações abaixo e, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a dívida indicada, mais juros, correção e encargos legais, ou garantir a execução conforme o art. 9º da Lei nº 6.830/80.

ADVERTÊNCIA: Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, será efetuada a **PENHORA** , em tantos bens quanto bastem para garantia das execuções supra mencionadas.

INTIMAÇÃO do executado da penhora realizada à fl 27 dos autos (ID 4058300.11387978).

O executado tem o prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da penhora (art. 16, III, da Lei n. 6.830/80), para, querendo, oferecer embargos à execução, ou, requerer, em 5 (cinco) dias, o levantamento da medida de indisponibilidade, na hipótese de eventual excesso de execução ou impenhorabilidade do valor constrito, nos termos do art. 16 da Lei 6.830/80 e do art. 854 do CPC.

SEDE DO JUÍZO: 11ª Vara Federal, Av. Recife, 6250, Jiquiá - Recife/PE.

E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente **EDITAL** , que será publicado na forma da lei vigente, tendo uma cópia afixada no local de costume, na sede deste Juízo da 11ª Vara Federal, situada na Av. Recife, nº 6250, 8º andar, Jiquiá, Recife-PE.

Dado e passado pela Secretaria da 11ª Vara Federal.

Recife, data da assinatura eletrônica.

(*assinado eletronicamente*)

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 18/05/2020 23:59, o(a) Sr(a) Luiz de Sá Monteiro foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 07/05/2020 21:38 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20050814124575400000014413291 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 19/05/2020 00:01 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 18/05/2020 23:59, o(a) Sr(a) ALOISIO ARRUDA FILHO foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 07/05/2020 21:38 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20050814124575400000014413291 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 19/05/2020 00:01 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada da informação prestada pelo 2ª CRI do Recife, dando conta de que o imóvel apartamento 501, do Edf. Antônio Dourado Netto, situado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, Graças, Recife/PE, não mais pertence à circunscrição do referido cartório, mas sim do 6º CRI do Recife.

(Assinado Eletronicamente)

2º REGISTRO DE IMÓVEIS DO RECIFE
OFICIAL ANDRÉ VILLAVERDE

Rua João Fernandes Vieira, nº 489, Boa Vista,
Recife/PE: CEP 50050-245 | Telefone: (81) 3132-9191
Site: www.2rirecife.com.br E-mail contato@2rirecife.com.br

Ofício n°. 31650-05/2020 Recife, 12 de maio de 2020.

Ao Exmo. (a) Dr.(a) Juiz(a) da
11ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE/PE
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
Av. Mascarenhas de Morais, 4631, Imbiribeira,
Recife/PE, CEP: 51200-000

Assunto: Processo n°.: 0002274-68.1992.4.05.8300

Excelentíssimo (a) Doutor (a),

Em atendimento ao Certidão de Penhora PH000318848, referente ao APARTAMENTO 501, do EDIFÍCIO ANTÔNIO DOURADO NETTO, situado na Avenida Conselheiro Rosa e Silva, no bairro das Graças, nesta cidade, sirvo-me do presente para comunicar a V. Excelência, que o referido imóvel não pertence mais a esta circunscrição imobiliária, mas sim ao 6º Ofício de Registro de Imóveis do Recife/PE, portanto, a presente ordem judicial deve ser encaminhada para a Serventia imobiliária responsável para que procedam a referida solicitação.

Respeitosamente,

ANDRÉ VILLAVERDE DE ARAÚJO
Oficial de Registro de Imóveis

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO CHABLOZ FILHO - Assessor
Data e hora da assinatura: 28/05/2020 12:19:01
Identificador: 4058300.14593384
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
200528121843130000000014629173

Vistos em inspeção.

S

(assinado eletronicamente)

MM Juiz,

A Fazenda Nacional, por seu procurador abaixo assinado, vem informar que foi cientificada da existência de precatório a ser recebido pela executada no Processo nº 0000627-09.1990.4.05.8300, em curso na 7ª Vara Federal desta Seção Judiciária.

A execução de sentença naquele processo se concluiu e **é iminente a expedição de precatório superior a R$ 49 milhões de reais em favor de PESSOA DE MELO IND. E COM S/A (CNPJ 10.803.336/0001-46), mesmo ela possuindo dívida com a Fazenda Nacional de quase R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais.**

Ante o exposto, requer seja expedido, com urgência, mandado de penhora no rosto dos autos daquele processo para bloqueio e posterior transferência do valor do precatório, a fim de liquidar a dívida ora exequenda.

SerproMail **bruno.a.silva@pgfn.gov.br**

Processo 0000627-09.1990.4.05.8300

De : Paulo Mariano Alves de Vasconcelos <paulo.vasconcelos@pgfn.gov.br> seg, 13 de jul de 2020 17:22

Assunto : Processo 0000627-09.1990.4.05.8300

Para : DIAFI PE PRFN5REGIAO -Bruno Dias Alves da Silva <diafi.pe.prfn5regiao@pgfn.gov.br>

Cc : DEFESA.PE.PRFN5REGIAO Carlos Barreto Campello Roichman <pdf5@pgfn.gov.br>

Prezado Dr. Bruno Dias,

A FN foi intimada no citado processo (nº 0000627-09.1990.4.05.8300), no qual a União foi sempre representada pela PRU5 (AGU). A FN ingressou no feito porque, quando da execução de sentença, ainda vigorava a redação dos §§ 9º e 10 do art. 100 da CF/88, inseridos pela EC 62/2009, que impunham a compensação obrigatória de valores objeto de precatórios com débitos perante a PFN e RFB, dispositivos que foram declarados inconstitucionais pela ADI 4425/DF.

A execução de sentença se concluiu e **é iminente a expedição de precatório superior a R$ 49 milhões de reais em favor de PESSOA DE MELO IND. E COM S/A (CNPJ 10.803.336/0001-46)**. Porém, mormente em razão da mencionada declaração de inconstitucionalidade, a representação da União nos autos deve voltar a se dar exclusivamente pela PRU5/AGU, razão pela que será requerida a exclusão da FN do pólo passivo.

Outrossim, em que pese não mais se processar a compensação compulsória de precatórios com débitos fiscais nos termos dos §§ 9º e 10 do art. 100 da CF/88, há de ser avaliado o interesse da FN em requerer a penhora no rosto dos autos do citado precatório, uma vez que verifiquei que a citada empresa tem contra si 90 inscrições em DAU no SIDA no valor de R$ 178.628.213,90 (todos na fase ATIVA AJUIZADA) e R$ 16.329,401,96 em débitos inscritos no PLENUS/DÍVIDA.

Por extrapolar a competência do fluxo do NDC/ DIDE1, dou notícia à chefia da DIAFI/PRFN5REGIAO da iminência da expedição do mencionado precatório, no processo 0000627-09.1990.4.05.8300, para a análise do interesse quanto a eventual requerimento de penhora no rosto dos autos.

Att.,

Paulo Mariano A. Vasconcelos
Procurador da Fazenda Nacional
FIxo/NDC/DIDE1/PRFN5REGIAO

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
BRUNO DIAS ALVES DA SILVA - Gestor
Data e hora da assinatura: 13/07/2020 23:03:08
Identificador: 4058300.15204780
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20071323025526600000015244442

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

1. PENHORA PRECATÓRIO

Em petição ID 4058300.15204779 (13/07/2020), a União requer a penhora no rosto do Processo nº 0000627-09.1990.4.05.8300, em curso na 7ª Vara Federal desta Seção Judiciária. Afirma que naquele feito está iminente a expedição de precatório em favor da Pessoa de Mello Ind. E Com. S.A., ora executada.

Defiro o pedido da União.

Expeça-se ofício para o juízo da 7ª Vara Federal desta Seção Judiciária para que efetive a penhora no rosto do processo nº 0000627-09.1990.4.05.8300, no montante da dívida em cobro equivalente a **R$ 15.646.768,31** (quinze milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e trinta e um centavos), atualizada em 06/04/2020.

Cumpra-se com urgência .

2. PENHORA IMÓVEL

Na decisão anterior foi deferida a penhora sobre o imóvel de matrícula 95130, 2.º CRI de Recife/PE.

Efetivada a penhora por meio do Arisp, a serventia extrajudicial respondeu que o referido imóvel passou à circunscrição do 6.º CRI de Recife/PE (ID 4058300.14593383, 28/05/2020).

Ante a informação acima, **deve a secretaria** efetivar a penhora por meio do Arisp perante o cartório de imóveis competente.

3. PROSSEGUIMENTO

Ultimado o prazo do edital de citação e intimação da Pessoa de Mello Ind. E Com. S.A., **expeça-se** precatória para alienação judicial dos imóveis rurais descritos na decisão anterior.

jpr

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, para efetuar o protocolo de penhora de imóvel via sistema ARISP, faz-se necessário a inclusão da matrícula do imóvel a ser penhorado, além de outras informações, de forma obrigatória, não havendo na informação prestada pelo 2º CRI do Recife menção à nova matrícula do bem imóvel a ser penhorado no 6º CRI, razão pela qual deixo de efetuar a referida penhora via sistema ARISP.

(assinado eletronicamente)

Justiça Federal
11ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

URGÊNCIA!

Via Malote Digital

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal da 07ª Vara Federal de Pernambuco

Assunto: **Solicitação de informação**

Exmo(a). Sr(a). Juiz(íza)

Cumprimentando-o(a), solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de prestar informações acerca da penhora no rosto dos autos do processo nº 0000184-96.2006.4.05.8300.

Anexo: Decisão ID 4058300.14215567.

Atenciosamente,

Justiça Federal
11ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

URGÊNCIA!

Via Malote Digital

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal da 06ª Vara do Distrito Federal

Assunto: **Solicitação de informação**

Exmo(a). Sr(a). Juiz(íza)

Cumprimentando-o(a), solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de prestar informações acerca da penhora no rosto dos autos do processo nº 2008.34.00.022494-3.

Anexo: Decisão ID 4058300.14215567 e ofício fls. 399/400.

Atenciosamente,

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900
Fone: (81) 3213-6000 - direcao11@jfpe.jus.br

URGÊNCIA!

Via Malote Digital

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

À Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz Federal da 7º Vara
Seção Judiciária de Pernambuco

Assunto: **Solicita Averbação de Penhora de Crédito Litigioso**

Senhor(a) Juiz(a),

Solicito a Vossa Excelência que proceda à **AVERBAÇÃO DA PENHORA DO CRÉDITO EM LITÍGIO** no processo tombado sob o **nº 0000627-09.1990.4.05.8300 ,** do(a) executado(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A , inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o nº 10.803.336/0002-27, para garantia da dívida exequenda no valor inicial de **R$ 15.646.768,31** e demais acréscimos legais discriminados no título respectivo, consoante Decisão ID 4058300.15214844, exarado(a) nos autos do processo em epígrafe.

Solicito, outrossim, que, no prazo de 30 (trinta) dias, nos seja enviado documento comprobatório da realização da referida operação.

Anexo(s): Cópia(s) da petição inicial, CDAs, petição do(a) exequente ID 4058300.15204779 (em que requer a penhora), e do(a) Despacho/Decisão ID 4058300.15214844 .

(assinado eletronicamente)

Justiça Federal
11ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

URGÊNCIA!

Via Malote Digital

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal da 25ª Vara Federal de Goiana/PE

Assunto: **Solicitação de informação**

Exmo(a). Sr(a). Juiz(íza)

Cumprimentando-o(a), solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de prestar informações acerca da penhora no rosto dos autos do processo nº 001158-23.2010.4.05.8300.

Anexo: Decisão ID 4058300.14215567 e ofício fls. 401/402.

Atenciosamente,

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do recibo de remessa pelo Malote Digital.

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	40520207379823
Documento:	OFÍCIO 7 VF.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 7ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	29/07/2020 21:12:14
Assunto:	AVERBAÇÃO DA PENHORA DO CRÉDITO EM LITÍGIO no processo tombado sob o nº 0000627-09.1990.4.

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada recibo de remessa pelo Malote Digital.

Poder Judiciário

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	40520207379825
Documento:	OFÍCIO 25 VF.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	SJPE - Apoio Judiciário/Distribuição - Goiana (TRF5)
Data de Envio:	29/07/2020 21:16:33
Assunto:	prestar informações acerca da penhora no rosto dos autos do processo nº 001158-23.2010.4.05.8300.

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada recibo de remessa pelo Malote Digital.

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	40520207379827
Documento:	OFÍCIO 6 DF.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	SJDF - 6ª VARA (TRF1)
Data de Envio:	29/07/2020 21:23:12
Assunto:	de prestar informações acerca da penhora no rosto dos autos do processo nº 2008.34.00.022494-3

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do recibo de remessa pelo Malote Digital.

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	40520207379828
Documento:	ofício 7 VF PENHORA ROSTO 0000184-96.2006.4.05.8300.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 7ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	29/07/2020 21:29:37
Assunto:	prestar informações acerca da penhora no rosto dos autos do processo nº 0000184-96.2006.4.05.8300

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

De ordem do(a) MM. Juiz(íza) Federal, intimem-se as partes acerca da decisão retro.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 40520207379828

Nome original: ofício 7 VF PENHORA ROSTO 0000184-96.2006.4.05.8300.pdf

Data: 30/07/2020 10:10:26

Remetente:

Dulce Cavalcanti Galindo
SJPE - Diretoria da 7ª Vara
TRF5

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Devolução.

Assunto: Prezados, o processo n.0000184-96.2006 tramita na 25 Vara Federal.

29/07/2020

Número: **0002274-68.1992.4.05.8300**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Partes	
Tipo	**Nome**
ADVOGADO	**Luiz de Sá Monteiro**
ADVOGADO	**ALOISIO ARRUDA FILHO**
EXECUTADO	**SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI**
EXECUTADO	**METALNORTE S/A**
EXECUTADO	**ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO**
EXECUTADO	**CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO**
EXECUTADO	**BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO**
EXECUTADO	**AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A**
EXECUTADO	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
EXEQUENTE	**FAZENDA NACIONAL**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
40583001530207 1	22/07/2020 12:15	Ofício	Expediente
40583001421556 7	07/05/2020 21:38	Decisão	Decisão

Justiça Federal
11ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

URGÊNCIA!

Via Malote Digital

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal da 07ª Vara Federal de Pernambuco

Assunto: **Solicitação de informação**

Exmo(a). Sr(a). Juiz(íza)

Cumprimentando-o(a), solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de prestar informações acerca da penhora no rosto dos autos do processo nº 0000184-96.2006.4.05.8300.

Anexo: Decisão ID 4058300.14215567.

Atenciosamente,

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Trata-se de execução fiscal ajuizada pela União em face da Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A.

1. EXECUÇÕES REUNIDAS, POLO PASSIVO e VALOR DA EXECUÇÃO

Conforme já explicitado nas decisões de fls. 329/333v (anexo 7 da migração), fl. 375 (anexo 8 da migração), fls. 450 e 471 (ambas no anexo 10 da migração), temos como certo que a relação das ações reunidas e os integrantes do polo passivo já foram elencados nos itens 1 e 2 da decisão de fl. 450 (anexo 10 da migração).

Retifique-se a autuação para incluir todas as partes integrantes do feito.

EXECUÇÃO FISCAL	CDAS	VALOR ATUALIZADO 06/04/2020
0002274-68.1992.4.05.83.00 (proc piloto)	40691000085-33	R$ 523.978,52
0008638-90.1991.4.05.83.00 (antigo piloto)	40691000046-27	Prescrição intercorrente
92.0002272-3	40291000134-22	R$ 159.713,14
93.0004700-0	31494989-5	R$ 98.966,04
95.0009070-5	40694000202-10	R$ 47.775,72
95.0015555-9	31998401-0 31998402-8 31998435-4 31998436-2	R$ 117.571,76 R$ 312.175,26 R$ 21.631,65 R$ 8.108,80

	31549500-6 31549501-4 31548809-3 31549989-3	R$ 503.079,04 R$ 11.431.417,69 R$ 106.769,46 R$ 1.752.625,81
2001.83.00.012438-6	40600002326-91	R$ 274.921,03
2002.83.00.010408-2	40802000558-01	R$ 89.765,79
0014058-90.2002.4.05.8300	40802000564-98	R$ 198.268,60

2. CITAÇÕES

Em relação às citações, estavam pendentes as da devedora principal Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A. e da Agicam, tendo a União requerido as citações nas pessoas de seus representantes legais.

Passo a apreciar os resultados das diligências.

2.1. Pessoa Mello Indústria e Comércio S.A.

Restou infrutífera a tentativa de citação/intimação da Pessoa Mello Indústria e Comércio S.A., na pessoa de seu representante legal, conforme certidão do oficial de Justiça ID 4058300.13380742 (02/02/2020) dando conta de que JOSÉ LUIZ DA SILVA LIMA não reside no endereço constante dos cadastros da União.

A referida empresa já havia sido citada e intimada da penhora (fl. 27v) na execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, constituiu advogado e nomeou bens à penhora (fl. 54) tendo ajuizado embargos à arrematação (fl. 68 - 96.0005931-4) e agravo de instrumento (5979/PE), conforme consta no anexo 3 da migração.

Entretanto, após a reunião dos feitos, não houve qualquer manifestação da devedora.

Dessa feita, outra alternativa não resta que a citação e intimação da Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A. por edital.

Expeçam-se editais de citação e intimação.

Em paralelo, por medida de cautela, **intimem-se** os causídicos, que atuaram em nome da referida empresa, para informar, no prazo de 15 (quinze) dias, se continuam representando a executada. Em caso positivo, a empresa restará intimada da penhora com a publicação da presente decisão.

Deve a secretaria vincular os causídicos de OAB/PE números: 2385, 10.324, 3886, 3062 à presente demanda. Caso inviável, expeçam-se cartas para os respectivos endereços pessoais.

2.2. AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A

Conforme se depreende da certidão do oficial de justiça do ID 4058300.13245172 (20/01/2020), a empresa foi devidamente citada e intimada na pessoa de seu representante legal.

A executada não se manifestou nos autos, tendo decorrido o prazo concedido conforme certidão ID 4058300.13798540 (12/03/2020)

3. PENHORA

3.1. Na decisão de fl. 471, já foi determinada a penhora da cota parte dos coexecutados pessoas físicas, proprietários do imóvel de matrícula 95130.

Cumpra-se por ARISP , em razão da pandemia do Coronavirus e a determinação de isolamento social.

Após o retorno da confirmação da penhora via Arisp, expeçam-se mandados de avaliação e depósito, que deverão ser encaminhados à Ceman apenas após a normalização dos serviços judiciários .

3.2. Há 3 penhoras no rosto dos autos em favor do presente feito (25.ª Vara Federal -0011587-23.2010.4.05.8300; 7ª Vara Federal - 0000184-96.2006.4.05.8300; e 6ª Vara do Distrito Federal - 2008.34.00.022494-3).

Oficie-se aos respectivos juízos para que informem o andamento das respectivas execuções.

4. LEILÃO IMÓVEIS

Decorrido o prazo do edital de citação e intimação da Pessoa Mello Indústria e Comércio S.A., sem manifestação, **fica desde já deferido** o pedido de leilão dos seguintes imóveis, todos do Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE, de propriedade da devedora Pessoa Mello Indústria e Comércio S.A.:

4.1. matrícula 357 (Engenho Brejo);

4.2. matrícula 362 (Engenho Falcão);

4.3. matrícula 365 (Engenho Laureano);

4.4. matrícula 366 (Engenho mata limpa);

4.5. matrícula 372 (Engenho cana Brava).

Importante registrar os referidos bens foram penhorados e avaliados em 09/11/2015 por **R$ 12.320.000,00** (a totalidade), nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, cujos autos de penhora foram trasladados para o presente feito no ID 4058300.13179992 (13/01/2020).

5. PROSSEGUIMENTO

Considerando que o valor executado supera o valor da avaliação dos imóveis penhorados, **intime-se** a União para, no prazo de 30 (trinta) dias, indicar meios típicos e/ou atípicos que lhe interessem para fins de

prosseguimento da execução.

assinado eletronicamente

jpr

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 01/08/2020 09:21, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 15/07/2020 02:06 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20072921341044600000015433624 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 01/08/2020 09:21 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 08/08/2020 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 15/07/2020 02:06 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 20072921341044600000015433624 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 09/08/2020 00:00 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

De: Direcao 25V <direcao25@jfpe.jus.br>
Enviada em: quinta-feira, 30 de julho de 2020 13:37
Para: Direcao11 <direcao11@jfpe.jus.br>
Assunto: Resposta ao ofício de Id. 4058300.15301960. Ref. Proc. n.º 0002274-68.1992.4.05.8300 (vosso)
Prioridade: Alta

Senhor Diretor,

Cumprimentando-o, em atenção ao ofício recebido nesta data, via malote digital, código de rastreabilidade n.º 40520207379825, informo que o processo n.º 0011587-23.2010.4.05.8300, encontra-se no e. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, conforme consultas anexas.

Atenciosamente,

Fernanda Miranda

Diretora de Secretaria

25ª Vara Federal/PE

PROCESSO Nº 0011587-23.2010.4.05.8300

APELAÇÃO CÍVEL (AC594703-PE) AUTUADO EM 12/05/2017
ORGÃO: Segunda Turma
PROC. ORIGINÁRIO Nº: 00115872320104058300 - Justiça Federal - PE
VARA: 25ª Vara Federal de Pernambuco
ASSUNTO: Desapropriação por Interesse Social para Reforma Agrária - Intervenção do Estado na Propriedade - Administrativo

FASE ATUAL	: **18/12/2019 15:48** Recebimento Interno
COMPLEMENTO	: Agravo Retido
ÚLTIMA LOCALIZAÇÃO	: Gabinete da Vice-Presidência

APTE	: **INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**
Representante	: **PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL - 5ª REGIÃO**
APDO	: **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S/A(e outros)**
Advogado/Procurador	: **LUIZ DE SA MONTEIRO(e outros) - PE003062**
APDO	: **OSEAS DA COSTA LIMA**
Advogado/Procurador	: **JOSÉ VERÇOSA DE LEMOS JÚNIOR - PE020752**
APDO	: **JOSÉ GUILHERME QUEIROZ FILHO**
Advogado/Procurador	: **FERNANDO CLAUDIO DE AGUIAR CAVALCANTI - PE011750**
Parte Interessada	: **ENEIDA ARAÚJO AZEVEDO**
Advogado/Procurador	: **NYLO CAMARA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - PE006228**
RELATOR	: **DESEMBARGADOR FEDERAL PAULO CORDEIRO**

42/201900015260: RESP (Entrada em:**18/10/2019 15:17**) (Juntada em: **25/10/2019 18:04**) INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
42/201900009372: ED (Entrada em:**25/06/2019 15:41**) (Juntada em: **27/06/2019 18:22**) INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

- **Em 18/12/2019 15:48**

  Recebidos os autos de Divisão da 2ª Turma [Guia: 2019.002326]

- **Em 18/12/2019 13:04**

  Concluso para decisão a(o) Desembargador(a) Federal Vice-Presidente para / por Admissibilidade [Guia 2019.002326]

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 40520207486228

Nome original: ofício_15608807.pdf

Data: 24/08/2020 15:50:44

Remetente:

Dulce Cavalcanti Galindo
SJPE - Diretoria da 7ª Vara
TRF5

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Ofício n.4058300.15608807 2020

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Seção Judiciária de Pernambuco

7ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0000627-09.1990.4.05.8300 **- CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**
REQUERENTE: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
ADVOGADO: Raphael Henrique Lins Tiburtino Dos Santos e outros
REQUERIDO: FAZENDA NACIONAL e outro
7ª VARA FEDERAL - PE

Ofício nº 4058300.15608807/2020

Recife, 20 de agosto de 2020

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Diretor(a) de Secretaria da 11ª Vara Federal de Pernambuco

Via malote digital

Assunto: Instruir os autos do processo nº 0002274-68.1992.4.05.8300 (vosso)

Senhor(a) Diretor(a),

De ordem da MM. Juíza Federal da 7ª Vara/PE, ARA CÁRITA MUNIZ DA SILVA MASCARENHAS, informo a Vossa Senhoria que foi proferida decisão nos autos do processo em epígrafe, cuja cópia segue em anexo, a fim de instruir os autos do processo nº 0002274-68.1992.4.05.8300 (vosso).

Segue, em anexo, cópias da decisão de id. 15495126.

Cordialmente,

Bruno Soares Simões Ferreira

Diretor de Secretaria da 7ª Vara Federal/PE

Processo: **0000627-09.1990.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
BRUNO SOARES SIMOES FERREIRA - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 21/08/2020 03:48:25
Identificador: 4058300.15608807

20081910171512300000015650176

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 40520207486229

Nome original: decisão_15495126.pdf

Data: 24/08/2020 15:50:44

Remetente:

Dulce Cavalcanti Galindo
SJPE - Diretoria da 7ª Vara
TRF5

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Ofício n.4058300.15608807 2020

PROCESSO Nº: 0000627-09.1990.4.05.8300 **- CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA**
REQUERENTE: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
ADVOGADO: Raphael Henrique Lins Tiburtino Dos Santos e outros
REQUERIDO: FAZENDA NACIONAL e outro
7ª VARA FEDERAL - PE

DECISÃO

Intimada acerca do despacho de id. 14940752, a União apresentada petição (id. 15285521) por meio da qual requer o refazimento dos cálculos pela Contadoria do Juízo, de modo que seja obedecido o comando emitido no bojo do AGTR 50327-PE, bem como que seja levado em consideração acordo administrativo celebrado para quitação de dívida referente ao Programa Política de Preço Nacional Equalizado - Açúcar e Álcool - PPPNE-AA.

Contudo, observo que, no bojo da sentença prolatada nos autos dos embargos à execução nº 0013780-26.2001.4.05.8300, restou julgado procedente o pedido da UNIÃO, reputando o Juízo ser devida a homologação do montante de **R$ 49.091.743,72 (quarenta e nove milhões, noventa e um mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos)**, tendo em vista valores apresentados pelo Contador Judicial, o qual consubstanciou mera atualização do valor originalmente indicado pela União Federal (cf. sentença dos embargos em apreço de id. 12284615), o que já foi ressaltado no despacho exarado em 26/06/2020. Na ocasião, verificou-se que sobreveio o trânsito em julgado do referido título judicial, em 15/12/2019, conforme certidão de id. 13053924.

Por tal razão, deixo de considerar as alegações ora trazidas pela União e indefiro os pedidos "a" e "b" da petição de id. 15285521.

No mesmo despacho, a União foi intimada a dizer o que entende de direito, acerca da inércia da PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A no tocante à execução de honorários (id. 13453181), apresentando o valor atualizado do débito.

A União trouxe parecer com valor atualizado e requereu a realização de penhora online pelo Sistema BACENJUD do valor apontado (id. 15285563).

Defiro o pedido da parte exequente (União) e procedo à emissão de ordem judicial, por meio do sistema BACENJUD, com fins de bloquear o montante atualizado da dívida (id. 13453181), porventura existente em conta(s) corrente(s) do Sistema Financeiro Nacional, de titularidade do executado PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A**.**

Na hipótese de ocorrer efetivamente o bloqueio, intime-se a parte executada para que comprove, no prazo de 05 (cinco) dias, se há verba impenhorável (art. 854, §2º e § 3º, I, do NCPC), anexando aos autos: a) em caso de verba salarial (art. 833, IV do NCPC), extratos bancários e contracheques referentes ao mês em que ocorreu o bloqueio, bem como aos três meses que antecederam a constrição, b) em caso de valores depositados em conta poupança (art. 833, X do NCPC), extratos bancários referentes ao mês em que ocorreu o bloqueio, bem como aos três meses que antecederam a constrição.

Registre-se que, constando dos mencionados extratos bancários lançamentos de "transferência", "depósito" ou "crédito" (TED, DOC), cabe ao devedor, no mesmo prazo, apresentar os documentos comprobatórios da impenhorabilidade também desses lançamentos.

Advirta-se, ainda, que, após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, a matéria restará preclusa e, não se comprovando que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, ficando, desde logo, determinada a transferência dos valores bloqueados para conta judicial vinculada ao Juízo, a ser aberta na Caixa Econômica Federal - CEF PAB Justiça Federal - (art. 854, § 5º do NCPC).

Ressalve-se, todavia, que bloqueios de valores irrisórios serão liberados, em homenagem ao princípio da utilidade da execução (art. 836 do CPC).

O sigilo mostra-se necessário à efetividade da medida, assim, até o cumprimento das diligências determinadas mediante BACENJUD, fica o presente feito sob segredo de justiça na forma do art. 189, I, CPC, facultando-se a consulta dos autos às partes, procuradores devidamente habilitados e a terceiros que por petição demonstrem interesse jurídico, estes últimos após deferimento por esse Juízo.

Frustrada a medida acima, dê-se vista à exequente, no prazo de cinco dias, para juntar aos autos elementos necessários ao prosseguimento do feito, indicando listagem específica de bens arrestáveis/penhoráveis da parte executada.

Nada sendo requerido pela parte exequente, determino o arquivamento do feito (execução dos honorários sucumbenciais), com a devida baixa, ressalvada a imediata reativação do processo, desde que localizados bens passíveis de constrição no prazo prescricional.

Por outro lado, a União ressalta que existem créditos da União em face da exequente em valores que superam R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), o que já ocasionou a formulação de pedidos de penhora no rosto dos autos pela Fazenda Nacional.

A 33ª e a 11ª Varas Federais desta Seção Judiciária solicitaram, por meio dos Ofícios de id's 15291051 e 15404797, que seja retido e colocado à sua disposição o valor equivalente ao montante atualizado das Execuções Fiscais nºs 0010363-65.2001.4.05.8300 e 0002274-68.1992.4.05.8300, respectivamente.

A 33ª Vara Federal foi a primeira a oficiar a este Juízo, requerendo a penhora para garantir dívida de **R$ 148.748.184,29**.

A 11ª Vara Federal, por sua vez, informa que a dívida lá executada corresponde a **R$ 15.646.768,31.**

Verifica-se, pois, que a dívida executada na 33ª Vara, por si só, excede o crédito existente nesta execução.

Por tal razão, defiro a penhora do valor total do crédito (R$ 49.091.743,72), apenas no rosto dos autos nº 0010363-65.2001.4.05.8300, que tramita na 33ª Vara Federal/PE.

Oficie-se aos Juízos das Varas de Executivos Fiscais suscitadas, comunicando o teor da presente decisão.

Cumpra-se.

Processo: **0000627-09.1990.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
ARA CARITA MUNIZ DA SILVA - Magistrado
Data e hora da assinatura: 13/08/2020 14:50:23
Identificador: 4058300.15495126

20080717365226600000015536099

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
RAFAEL FÉLIX TENÓRIO DE ALMEIDA - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 25/08/2020 11:53:08
Identificador: 4058300.15678412
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

20082511524911800000015720504

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico, nesta data, que decorreu e findou o prazo assinado para pagamento do débito objeto do presente feito, sem que haja notícia de que o(a)(s) devedor(a)(s) PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIA S.A o tenha(m) realizado.

Certifico ainda para os devidos fins que transcorreu o prazo de 30 (trinta) dias sem que o executado PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIA S.A, devidamente intimado via edital do auto/termo de penhora, opusesse embargos à execução, do que, para constar, lavrei o presente termo. É o que me cumpre certificar.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a exequente para que manifeste-se sobre os documentos novos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a exequente para que manifeste-se sobre os documentos novos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 05/09/2020 00:46, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 01/09/2020 14:30 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20090114303741200000015818040 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 05/09/2020 00:46 - Seção Judiciária de Pernambuco.

MM Juiz,

Uma vez que foi informado pelo juízo da 7ª Vara Federal não haver crédito suficiente para a concretização da penhora no rosto dos autos relativa aos presentes autos, conforme decisão anexada ao feito, a Fazenda Nacional vem requerer o cumprimento das demais diligências determinadas na decisão id. 4058300.14025918.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Nas decisões datadas de 07/05/2020 (ID 4058300.14215567) e 15/07/2020 (ID 4058300.15214844), houve o resumo dos principais acontecimentos no presente feito. As medidas determinadas já foram cumpridas pela secretaria, restando pendentes apenas aquelas que exigem o retorno do trabalho presencial, temporariamente suspenso em razão da pandemia do Coronavirus.

Aguardem-se as respostas das diligências.

Intime-se a União para se manifestar, especificamente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as informações constantes dos IDs:

28/05/2020 - 4058300.14593383;

21/07/2020 - 4058300.15297997;

25/08/2020 - 4058300.15678412.

No mais, considerando que o valor executado supera o valor da avaliação dos imóveis penhorados, **intime-se** a União para, no prazo de 30 (trinta) dias, indicar outros meios de prosseguimento da execução.

jpr

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Nas decisões datadas de 07/05/2020 (ID 4058300.14215567) e 15/07/2020 (ID 4058300.15214844), houve o resumo dos principais acontecimentos no presente feito. As medidas determinadas já foram cumpridas pela secretaria, restando pendentes apenas aquelas que exigem o retorno do trabalho presencial, temporariamente suspenso em razão da pandemia do Coronavirus.

Aguardem-se as respostas das diligências.

Intime-se a União para se manifestar, especificamente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as informações constantes dos IDs:

28/05/2020 - 4058300.14593383;

21/07/2020 - 4058300.15297997;

25/08/2020 - 4058300.15678412.

No mais, considerando que o valor executado supera o valor da avaliação dos imóveis penhorados, **intime-se** a União para, no prazo de 30 (trinta) dias, indicar outros meios de prosseguimento da execução.

jpr

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 30/10/2020 05:58, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 29/10/2020 11:50 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20102911500220000000016464664 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 30/10/2020 05:58 - Seção Judiciária de Pernambuco.

EXMO(A). JUIZ(A) FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO.

PROCESSO Nº 0002274-68.1992.4.05.8300

EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A e outros

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** , vem, respeitosamente, por meio de sua procuradora abaixo assinada, expor e requerer o que segue.

Em atendimento ao despacho de id 4058300.16326376, a União **expressa sua desistência do pedido de penhora do imóvel de matrícula 95.130, registrado no 2º Serviço de Registro de Imóveis de Recife** , em face do grande número de coproprietários, conforme mostra a certidão em anexo.

No que refere ao prosseguimento do feito, requer a União:

a) Reavaliação e posterior designação de hasta pública dos bens imóveis penhorados às fls. 403, 561/562, 578/581, 605, 647, 667 e 376/377 nos autos do processo apenso de nº 0008638-90.1991.4.05.8300, em trâmite nesta 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco (id 4058300.13179992).

b) Retirada de constrição do imóvel rural de matrícula 809, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba, 1º Ofício, denominado "Sítio Mascarenhas", uma vez que o mesmo fora arrematado nos autos do processo 0807529-42.2018.4.05.8306, que tramita na 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, conforme documento em anexo.

Por fim, junta aos autos valor atualizado do débito, no total de R$18.578.801,24 (dezoito milhões e quinhentos e setenta e oito mil e oitocentos e um reais e vinte e quatro centavos), conforme extratos em anexo e tabela abaixo:

N	Débito	Valor
1	314949895	119.052,96
2	315488093	128.582,95
3	315495006	605.008,86

4	315495014	13.755.134,47
5	315499893	2.110.250,50
6	319984010	141.561,22
7	319984028	375.871,96
8	319984354	26.045,88
9	319984362	9.763,51
10	324794177	6.759,24
11	40 6 00 002326-91	275.466,60
12	40 8 02 000558-01	90.153,70
13	40 8 02 000562-98	199.125,42
14	40 6 91 000085-33	528.033,90
15	40 2 91 000134-22	160.038,34
16	40 6 94 000202-10	47.951,73
Total		**18.578.801,24**

Termos em que, pede deferimento.

Recife, 23 de novembro de 2020.

VIVIANE VASCONCELOS FALCÃO FERRAZ

Procuradora da Fazenda Nacional

DIEGO HENRIQUE MATEUS DE LIMA

Estagiário de Direito/PRFN 5ª Região

SEGUNDO SERVIÇO DE REGISTRO DE IMOVEIS
RECIFE - PERNAMBUCO - BRASIL

MATRÍCULA Nº: 95130 **FICHA: 00002** **DATA: 05/10/2017**

Dados do Imóvel: APARTAMENTO 501, Em Construção, localizado no 5º Pavimento Tipo **C**, do **EDIFÍCIO ANTÔNIO DOURADO NETTO**, com frente para a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, no bairro das Graças, nesta cidade, composto de dois quartos, uma sala de estar/jantar, varanda, bwc social, bwc suíte, cozinha/área de serviço e uma vaga de garagem para veículo de pequeno porte sob o número **85**, localizado no pavimento vazado, do tipo coberta, com uma área privativa de 55,03m², área comum de 51,24m², perfazendo uma área total de 106,27m², com uma fração ideal equivalente a 0,012831 do lote de terreno próprio onde assenta o edifício, confrontando-se pela frente para Avenida Conselheiro Rosa e Silva; pelo flanco direito, com o imóvel 797, da Avenida Conselheiro Rosa e Silva e parte do imóvel 14, da Rua do Futuro; pelo flanco esquerdo, com o Edifício São Joaquim, 885, da Avenida Conselheiro Rosa e Silva e parte da Rua Edgar D' Amorim; e, pelos fundos, com o imóvel 85, da Rua Edgar D' Amorim e Edifício Acauã, 30 da Rua do Futuro.
Dados do Proprietário: MARIA TEREZA WALLACH CARRAZZONE, psicóloga, CPF 865.791.504-91, casada com Bartholomeu Carrazzone Filho, administrador de empresas, CPF 195.561.874-72, pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE; MARIA BERNADETE DUBEUX DOURADO, brasileira, viúva e declara que não convive em união estável com outrem, assistente social, CPF 709.348.354-20, residente e domiciliada nesta cidade; ARIMBI EMPREENDIMENTOS S/A, com sede nesta cidade, CNPJ 23.902.316/0001-74, devidamente representada; COMPANHIA NOSSA SENHORA DA SOLEDADE, com sede nesta cidade, CNPJ 35.352.962/0001-94, devidamente representada; CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, engenheiro civil, CPF 090.147.304-97, e sua mulher ANDRÉA CAVALCANTI PESSOA DE MELLO, psicóloga, CPF 193.012.514-34, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Paulista/PE; MARIA GUIOMAR PESSOA GUERRA, brasileira, separada judicialmente e declara que não convive em união estável com outrem, professora aposentada, CPF 368.805.904-20, residente e domiciliada nesta cidade; BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, industrial, CPF 018.544.024-04, e sua mulher ELIANA RABELO PESSOA DE MELLO, pedagoga, CPF 660.022.064-34, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, anterior a vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE, devidamente representados pelo seu procurador regularmente constituído; MARIA DE FÁTIMA PESSÔA DE MELLO CARTAXO, advogada, CPF 083.963.964-34, casada com Otacílio Dantas Cartaxo, advogado, CPF 050.619.384-53, pelo regime da comunhão parcial de bens, anterior a vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade; ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, engenheiro, CPF 317.278.084-87, casado com Flávia Barros Leal Pessoa de Mello, economista, CPF 306.985.704-30, pelo regime da separação total de bens, na vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE; CONSTRUTORA SANTO ANTÔNIO LTDA, com sede nesta cidade, CNPJ 11.844.099/0001-24, devidamente representado.
Registro Anterior: Transcritos neste Serviço de Registro de Imóveis sob os nºs 28.210, Livro 3-AF, às fls. 61, 32.634, Livro 3-AJ, às fls. 166, 32.635, Livro 3-AJ, às fls. 166 e 34.860, Livro 3-AL, às fls. 245, registrada neste Ofício sob os R-20, R-21, R-22, R-23 e R-24 da Matrícula 54315, com Instituição de Condomínio sob o R-25 da Matrícula 54315. Dou fé_____/Oficial/Substituto.

Continua no verso

AV-1 - 95130 - PROTOCOLO 379097 - 02.10.2017. COMUNICAÇÃO DA CONVENÇÃO: Consta, neste Ofício, o registro **8895**, praticado em 06 de Outubro de 2017, no Livro 3 - Registro Auxiliar, referente à CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO do **EDIFÍCIO ANTÔNIO DOURADO NETTO**, com frente para a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, no bairro das Graças, nesta cidade, através da Escritura Pública lavrada em 14 de Julho de 2017 pelo 1° Ofício Notarial e de Registros de Timbaúba/PE, no Livro 376-E, às fls. 050/075, Protocolo 2506. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017. _____/Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754).

R-2 - 95130 - PROTOCOLO 378795 - 22.09.2017. TRANSMITENTES: OS MENCIONADOS COMO PROPRIETÁRIOS QUANDO DA ABERTURA DA PRESENTE MATRÍCULA, EXCETUANDO-SE O ADQUIRENTE NESTE REGISTRO; **ADQUIRENTES:** CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, engenheiro civil, CPF 090.147.304-97, e sua mulher ANDRÉA CAVALCANTI PESSOA DE MELLO, psicóloga, CPF 193.012.514-34, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Paulista/PE; MARIA GUIOMAR PESSOA GUERRA, brasileira, separada judicialmente e declara que não convive em união estável com outrem, professora aposentada, CPF 368.805.904-20, residente e domiciliada nesta cidade; BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, industrial, CPF 018.544.024-04, e sua mulher ELIANA RABELO PESSOA DE MELLO, pedagoga, CPF 660.022.064-34, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, anterior a vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE, devidamente representados pelo seu procurador regularmente constituído; MARIA DE FÁTIMA PESSÔA DE MELLO CARTAXO, advogada, CPF 083.963.964-34, casada com Otacílio Dantas Cartaxo, advogado, CPF 050.619.384-53, pelo regime da comunhão parcial de bens, anterior a vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade; ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, engenheiro, CPF 317.278.084-87, casado com Flávia Barros Leal Pessoa de Mello, economista, CPF 306.985.704-30, pelo regime da separação total de bens, na vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE; **TÍTULO:** Divisão; **FORMA DE TÍTULO:** Escritura Pública lavrada em 14 de Julho de 2017 pela 1° Ofício Notarial e de Registros de Timbaúba/PE, no Livro 376-E, às fls. 012/049, Protocolo 2505; **VALOR:** R$23.170,73. Documentos arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017._____/Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754).

AV-3 - 95130 - PROTOCOLO 379183 - 03.10.2017. COMUNICAÇÃO DE PACTO ANTENUPCIAL: Consta, neste Ofício, o registro **8386**, praticado em 25 de Abril de 2017, no Livro 3 - Registro Auxiliar, referente ao PACTO ANTENUPCIAL com adoção do Regime de Universal de Bens, do casal CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, CPF 090.147.304-97 e ANDRÉA CAVALCANTI PESSOA DE MELLO, CPF 193.012.514-34. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017._____/Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754).

AV-4 - 95130 - PROTOCOLO 379184 - 03.10.2017. COMUNICAÇÃO DE PACTO ANTENUPCIAL: Consta, neste Ofício, o registro **8387**, praticado em 25 de Abril de 2017, no Livro 3 - Registro Auxiliar, referente ao PACTO ANTENUPCIAL com adoção do Regime da Separação Total de Bens, do casal ANTÔNIO FRANCISCO PESSOA DE MELLO, CPF 317.278.084-87 e FLÁVIA BARROS LEAL PESSÔA DE MELLO, CPF 306.985.704-30. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017._____/Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754).

AV-5 - 95130 - PROTOCOLO 383886 - 19.04.2018. COMUNICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: Encontra-se averbada neste Ofício sob o AV-29, Matrícula 54.315, o Termo de Constituição de Patrimônio de Afetação celebrado em 05 de março de 2018, sobre o EDIFÍCIO ANTÔNIO DOURADO NETTO, situado na Avenida Conselheiro Rosa e Silva, no bairro das Graças, nesta cidade, pela CONSTRUTORA SANTO ANTÔNIO LTDA, CNPJ 11.844.099/0001-24; ARAMBI EMPREENDIMENTOS S/A, CNPJ 23.902.316/0001-74, COMPANHIA NOSSA SENHORA DA SOLIDADE, CNPJ 35.352.962/0001-92, e pelos proprietários dos direitos reais. Documentos arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 20 de

Continua na ficha 3

abril de 2018. _____/Ezequias Oliveira de Santana. (Digitalizado 90247).

JUSTIÇA FEDERAL
25ª Vara Federal de Goiana

AUTO DE ARREMATAÇÃO

N.º PROCESSO: 0807529-42.2018.4.05.8306 25ª VARA FEDERAL	EDITAL N.º 0025.000001-7/2019 LOTE Nº 03

Na data de hoje, no horário e local determinado, eu Cassiano Ricardo Dall'ago e Silva, com registro na Jucepe nº 020/05, dei abertura nesta Cidade ao Segundo Leilão Público Judicial, conforme Edital de Leilão publicado.

Exequente: FAZENDA NACIONAL
Executado: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Bem(ns) adquirido(s): **Imóvel rural denominado "Sítio Mascarenhas", conhecido como "Brito", antigamente chamado Itaúna, com 60ha, conforme certidão do cartório, e registrado sob o nº. 809. Há plantações de bananas não só no contorno do açude, mas também em toda a área, até pela pedra antes de subir para perto da igreja; as construções estão em ruínas, restando apenas na pedra a Igreja de São José. Há mata nativa, mas está descaracterizada em virtude do aumento de áreas desmatadas para plantar irregularmente bananas. A entrada é de difícil acesso, com estrada de barro bastante acidentada, tomando como referência a entrada da Pedra Grande em Timbaúba (rota Timbaúba - Macaparana, antes do Posto de Gasolina Santa Terezinha, entrando à esquerda, passando pelo engenho Xixá). Não há moradores. Não há luz, nem sistema de esgoto. Segundo moradores do Xixá, o Sr. Gesoaldo e sua esposa Bela, trata-se de área de reserva ambiental, tendo o IBAMA ido até a região por diversas vezes para fiscalizar, face ao desmatamento intenso, às plantações irregulares e ao comércio ilegal de madeira.**

Houve disputa: ( ) Sim (X) Não Lance inicial: **R$ 180.000,00**
Avaliação: **R$ 600.000,00** Lance final: **R$ 180.000,00**
Adquirente(s): ROBERTO CAVALCANTI DE ANDRADE LIMA
Nacionalidade: BRASILEIRO Profissão: Comerciante
RG: 5926491 SSP/PE CPF: 034.567.974-19
Estado Civil: Divorciado
End: Rua 24 de Outubro, nº 09, Centro Cidade: São Vicente Ferrer – PE
Fone: 81 9.9684-4546 CEP: 55.860-000 E-mail: robertoguedeslima@gmail.com

"O arrematante declara estar ciente das regras dos Leilões Judiciais, principalmente quanto a embargos e das sanções cíveis e criminais que lhe serão impostas se descumprir as obrigações aqui assumidas; e declara também a total veracidade das informações aqui prestadas."

OBS.: O lanço acima descrito em nome da pessoa física acima nominado, foi ofertado pelo Senhor Rudolf Pessoa de Queiroz Lugmayer, portador do RG 2.898.321 SSP/PE e do CPF 034.798.064-30, o qual juntará a procuração no prazo legal. Contudo certifico para os devidos fins de direito de que o arrematante acima qualificado estava presente ao leilão e dessa forma assinou o auto de arrematação.

JUSTIÇA FEDERAL
25ª Vara Federal de Goiana

OBS: Conforme determinado no edital do leilão nº 0025.000001-7/2019, no item 14, bem como, **baseado no artigo 895 do Novo Código de Processo Civil,** o arrematante acima qualificado, realizará o pagamento parcelado, com sinal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lanço à vista, no valor de **R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)** e o restante, no valor de **R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)**, parcelado em 30 (trinta) meses. O valor de cada parcela, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculados a partir da data da arrematação até o mês anterior ao do pagamento e de 1% relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado, garantido por restrição sobre o próprio bem.

OBS: O valor da primeira prestação, no valor de **R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)**, deverá ser depositado até o dia 05 (cinco) do mês subsequente à arrematação, nos termos do item 14.7, conforme acima exposto, vencendo-se as posteriores sempre no dia 05 (cinco) dos meses seguintes.

Discriminação dos Valores

Valor do bem:	R$ 180.000,00
Comissão do Leiloeiro:	R$ 9.000,00
Taxas Judiciais:	R$ 900,00
Total	R$ 189.900,00

Comissão do leiloeiro: (X) Pago no ato ( ) Não pago no ato ( ) Depósito em Juízo

Goiana, 04 de abril de 2019.

LEILOEIRO OFICIAL

JUÍZA FEDERAL
Fernando Braz Ximenes
Juiz Federal Substituto

ARREMATANTE

Processo nº 0007389-62.2008.4.05.8306
Assinado eletronicamente por:
Data e hora da assinatura: 03/05/2019 18:09:00
Identificador: 405830610800745
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40.6.00.002326-91

GRANDE DEVEDOR

1º Devedor:	PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	10768 024637/88-14
Nº Inscrição:	40 6 00 002326-91
Receita:	3640 / DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Data Inscrição:	18/08/2000
Data Primeira Cobrança:	07/09/2000
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	200183000124386
Nº Único de Processo Judicial:	124387720014058300
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	CZ 5.460.990,67 (UFIR 34.424,65)
Valor Consolidado:	R$ 275.466,60

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 5.460.990,67 (UFIR 34.424,65)
Valor Consolidado: R$ 275.466,60

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40.6.91.000085-33

GRANDE DEVEDOR

1º Devedor:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	26520 100002/88-82
Nº Inscrição:	40 6 91 000085-33
Receita:	3640 / DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Data Inscrição:	04/09/1991
Data Primeira Cobrança:	10/10/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	9200022740
Nº Único de Processo Judicial:	22746819924058300
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Consolidado:	R$ 528.033,90

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Consolidado: R$ 528.033,90

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40.6.94.000202-10

GRANDE DEVEDOR

1º Devedor:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	27307 400471/89-86
Nº Inscrição:	40 6 94 000202-10
Receita:	3640 / DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Data Inscrição:	19/09/1994
Data Primeira Cobrança:	06/10/1994
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	9500030705
Nº Único de Processo Judicial:	30705419954058300
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	CR 15.559.876,20 (UFIR 9.255,00)
Valor Consolidado:	R$ 47.951,73

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 15.559.876,20 (UFIR 9.255,00)
Valor Consolidado: R$ 47.951,73
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40.8.02.000558-01

GRANDE DEVEDOR

1º Devedor:	PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	10480 000833/2002-49
Nº Inscrição:	40 8 02 000558-01
Receita:	2157 / DIV.ATIVA-ITR
Data Inscrição:	02/05/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	200283000104082
Nº Único de Processo Judicial:	104083520024058300
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	R$ 18.578,59 (UFIR 20.398,09)
Valor Consolidado:	R$ 90.153,70

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 18.578,59 (UFIR 20.398,09)
Valor Consolidado: R$ 90.153,70

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40.8.02.000562-98

GRANDE DEVEDOR

1º Devedor:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	10480 000679/2002-13
Nº Inscrição:	40 8 02 000562-98
Receita:	2157 / DIV.ATIVA-ITR
Data Inscrição:	02/05/2002
Data Primeira Cobrança:	13/05/2002
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	200283000140580
Nº Único de Processo Judicial:	140589020024058300
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	R$ 41.035,13 (UFIR 45.053,93)
Valor Consolidado:	R$ 199.125,42

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 41.035,13 (UFIR 45.053,93)
Valor Consolidado: R$ 199.125,42

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Localizado

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 314949895
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Debcad 1 / 1

DADOS GERAIS DO DEBCAD

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10803336000146
Debcad:	314949895
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	PERNAMBUCO
Procuradoria de Inscrição:	Não localizada - 15200000
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF RECIFE - CAC
Data Inscrição:	01/05/1993
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	28/02/1992
Período da Dívida:	04/1991 a 11/1991
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 14.066,18
Valor Total:	R$ 119.052,96
Nº Judicial:	9300047000
Órgão de Justiça de Origem:	RECIFE - FEDERAL
Data de Protocolo:	28/05/1993
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 315488093

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10803336000146
Debcad:	315488093
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	PERNAMBUCO
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF RECIFE - CAC
Data Inscrição:	19/09/1995
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Data do documento de Origem:	30/03/1993
Período da Dívida:	12/1992 a 02/1993
Forma de Constituição:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 22.011,67
Valor Total:	R$ 128.582,95
Nº Judicial:	9500155559
Órgão de Justiça de Origem:	RECIFE - FEDERAL
Data de Protocolo:	23/10/1995
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 315495006

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10803336000146
Debcad:	315495006
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	PERNAMBUCO
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF RECIFE - CAC
Data Inscrição:	19/09/1995
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Data do documento de Origem:	30/03/1993
Período da Dívida:	07/1990 a 06/1991
Forma de Constituição:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 62.930,87
Valor Total:	R$ 605.008,86
Nº Judicial:	9500155559
Órgão de Justiça de Origem:	RECIFE - FEDERAL
Data de Protocolo:	23/10/1995
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 315495014

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10803336000146
Debcad:	315495014
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	PERNAMBUCO
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF RECIFE - CAC
Data Inscrição:	19/09/1995
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Data do documento de Origem:	30/03/1993
Período da Dívida:	11/1987 a 11/1992
Forma de Constituição:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 1.792.780,27
Valor Total:	R$ 13.755.134,47
Nº Judicial:	9500155559
Órgão de Justiça de Origem:	RECIFE - FEDERAL
Data de Protocolo:	23/10/1995
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 315499893

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10803336000146
Debcad:	315499893
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	PERNAMBUCO
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF RECIFE - CAC
Data Inscrição:	19/09/1995
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Contribuição não repassada
Documento de Origem:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Data do documento de Origem:	01/04/1993
Período da Dívida:	07/1991 a 11/1992
Forma de Constituição:	CDF - CONFISSAO DE DIVIDA FISCAL
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 340.014,73
Valor Total:	R$ 2.110.250,50
Nº Judicial:	9500155559
Órgão de Justiça de Origem:	RECIFE - FEDERAL
Data de Protocolo:	23/10/1995
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 319984010

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10803336000146
Debcad:	319984010
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	PERNAMBUCO
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF RECIFE - CAC
Data Inscrição:	19/09/1995
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Contribuição não repassada
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	23/05/1994
Período da Dívida:	03/1993 a 04/1994
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 22.754,27
Valor Total:	R$ 141.561,22
Nº Judicial:	9500155559
Órgão de Justiça de Origem:	RECIFE - FEDERAL
Data de Protocolo:	23/10/1995
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 319984028

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10803336000146
Debcad:	319984028
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	PERNAMBUCO
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF RECIFE - CAC
Data Inscrição:	19/09/1995
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	23/05/1994
Período da Dívida:	03/1993 a 04/1994
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 60.423,41
Valor Total:	R$ 375.871,96
Nº Judicial:	9500155559
Órgão de Justiça de Origem:	RECIFE - FEDERAL
Data de Protocolo:	23/10/1995
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 319984354

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10803336000146
Debcad:	319984354
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	PERNAMBUCO
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF RECIFE - CAC
Data Inscrição:	19/09/1995
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	26/05/1994
Período da Dívida:	12/1993 a 12/1993
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 4.209,80
Valor Total:	R$ 26.045,88
Nº Judicial:	9500155559
Órgão de Justiça de Origem:	RECIFE - FEDERAL
Data de Protocolo:	23/10/1995
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 319984362

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10803336000146
Debcad:	319984362
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	PERNAMBUCO
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF RECIFE - CAC
Data Inscrição:	19/09/1995
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Contribuição não repassada
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	26/05/1994
Período da Dívida:	12/1993 a 12/1993
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 1.578,08
Valor Total:	R$ 9.763,51
Nº Judicial:	9500155559
Órgão de Justiça de Origem:	RECIFE - FEDERAL
Data de Protocolo:	23/10/1995
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Debcad Resumido

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 324794177

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10803336000146
Debcad:	324794177
Situação:	CITACAO DO DEVEDOR - 594
Procuradoria Responsável:	PERNAMBUCO
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	UA DRF RECIFE - CAC
Data Inscrição:	11/06/1997
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	AI - AUTO DE INFRACAO
Data do documento de Origem:	28/06/1996
Período da Dívida:	08/1996 a 08/1996
Forma de Constituição:	AI - AUTO DE INFRACAO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 5.632,70
Valor Total:	R$ 6.759,24
Nº Judicial:	9800051481
Órgão de Justiça de Origem:	RECIFE - FEDERAL
Data de Protocolo:	06/03/1998
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40.2.91.000134-22

GRANDE DEVEDOR

1º Devedor:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	10480 008200/89-41
Nº Inscrição:	40 2 91 000134-22
Receita:	3551 / DIV.ATIVA-IRPJ
Data Inscrição:	16/09/1991
Data Primeira Cobrança:	10/10/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	9200022723
Nº Único de Processo Judicial:	22729819924058300
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	R$ 21.345,35 (UFIR 20.059,54)
Valor Consolidado:	R$ 160.038,34

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 21.345,35 (UFIR 20.059,54)
Valor Consolidado: R$ 160.038,34

(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Trata-se de execução fiscal ajuizada pela União em face da Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A., com polo passivo ampliado em razão de reconhecimento de formação de grupo econômico, para cobrança de dívida no valor de **R$ 18.578.801,24** (dezoito milhões e quinhentos e setenta e oito mil e oitocentos e um reais e vinte e quatro centavos), atualizado em 24/11/2020 (ID 4058300.16695625).

Em prosseguimento à execução, a União, em petição ID 4058300.16695625 (24/11/2020):

a) desistiu, por ora, do pedido de penhora do imóvel de matrícula 95.130, 2º CRI Recife/PE, em face do grande número de coproprietários;

b) requereu a reavaliação e designação de hasta pública dos bens imóveis penhorados às fls. 403, 561/562, 578/581, 605, 647, 667 e 376/377 nos autos do processo apenso de nº 0008638-90.1991.4.05.8300 (id 4058300.13179992);

c) requereu a baixa da constrição do imóvel rural de matrícula 809, 1.º CRI Timbaúba/PE, denominado "Sítio Mascarenhas", por já ter sido arrematado nos autos do processo 0807529-42.2018.4.05.8306, da 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco.

Decido.

1. PENHORAS CONSTANTES DOS AUTOS

1.1) O juízo da **7ª Vara Federal** desta Seção Judiciária informou não haver crédito suficiente nos autos do processo nº 0000627-09.1990.4.05.8300 para a concretização da penhora no rosto dos autos relativa aos presentes autos.

1.2) **matrícula 95130** , 2.º CRI de Recife/PE (passou para o 6.º CRI de Recife), penhora efetivada por Arisp. A União vem aos autos **desistir** do pedido de penhora.

Considerando que houve penhora por meio de Arisp, determino o **cancelamento da constrição** ante a desistência apresentada pela União no ID 4058300.16695625 (24/11/2020).

1.3) 25.ª Vara Federal

A 25.ª Vara Federal de Pernambuco informou que o processo n.º 0011587-23.2010.4.05.8300 encontra-se no e. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (ID 4058300.15603849, 18/08/2020).

Intime-se a União para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender adequado em relação ao referido pedido de penhora.

1.4) 6.ª Vara DF

Este juízo já solicitou informações ao juízo da 6.ª Vara do Distrito Federal sobre o cumprimento da penhora no rosto dos autos 2008.34.00.022494-3 (ID 4058300.15393153, 29/07/2020), ainda sem resposta.

Assim sendo, determino nova tentativa de contato telefônico com o juízo para receber informações sobre o andamento da deprecata.

2. CANCELAMENTO PENHORA

Ante o pedido da União, **determino a baixa da penhora** do imóvel de matrícula 95.130, 2º CRI Recife/PE, efetivada pelo sistema Arisp.

Em relação ao imóvel rural de matrícula 809, 1.º CRI Timbaúba/PE, denominado " **Sítio Mascarenhas** ", por já ter sido arrematado nos autos do processo 0807529-42.2018.4.05.8306, da 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, **determino a baixa da penhora** anteriormente determinada por este juízo.

3. LEILÃO

A União pede o leilão dos imóveis penhorados às fls. 403, 561/562, 578/581, 605, 647, 667 e 376/377 nos autos do processo apenso de nº 0008638-90.1991.4.05.8300 (id 4058300.13179992).

Na decisão ID 4058300.15214844, 15/07/2020, já restou consignada a autorização para precatória de alienação dos imóveis rurais quando do decurso do prazo do edital de citação e intimação da Pessoa de Mello Ind. E Com. S.A., fato já ocorrido no presente feito.

Expeça-se carta precatória para leilão judicial dos imóveis listados no item 4 da decisão ID 4058300.14215567 (07/05/2020), abaixo transcrito.

> " **4. LEILÃO IMÓVEIS**
>
> **Decorrido o prazo do edital de citação e intimação** da Pessoa Mello Indústria e Comércio S.A., sem manifestação, **fica desde já deferido** o pedido de leilão dos seguintes imóveis, todos do Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE, de propriedade da devedora Pessoa Mello Indústria e Comércio S.A.:
>
> 4.1. matrícula 357 (Engenho Brejo);
>
> 4.2. matrícula 362 (Engenho Falcão);
>
> 4.3. matrícula 365 (Engenho Laureano);
>
> 4.4. matrícula 366 (Engenho mata limpa);
>
> 4.5. matrícula 372 (Engenho cana Brava).
>
> Importante registrar os referidos bens foram penhorados e avaliados em 09/11/2015 por **R$ 12.320.000,00** (a totalidade), nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, cujos autos de penhora foram trasladados para o presente feito no ID 4058300.13179992 (13/01/2020)."

4. PROSSEGUIMENTO

Intime-se a União para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o interesse na alienação judicial do imóvel penhorado: **matrícula 173** , CRI Vicência/PE, Sítio Águas Perdidas (notícia de indenização a trabalhadores mediante entrega de lotes) - anexo 8 da migração fl. 62/65, fl. 389/392 autos físicos.

jpr

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Nesta data, **certifico** para os devidos fins que, em resposta à prenotação de penhora sobre o imóvel de matrícula 95.130 (apartamento 501, Edifício Antônio Dourado Netto, situado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, Graças, Recife/PE), **REQUERIDA** via sistema ARISP ao 2º CRI do Recife, o referido cartório informou por meio do ofício ID 4058300.14593384 que o imóvel em tela **não mais pertencia** a sua circunscrição imobiliária e sim ao 6º CRI do Recife, devendo o requerimento de penhora ser encaminhado àquela serventia. **Certifico** ainda que **não foi realizado novo pedido** via sistema ARISP ao 6º CRI do Recife por **não haver** nos autos informação quanto ao novo número de matrícula do referido imóvel. Certifico por fim que a certidão do imóvel matrícula 95130, ID 4058300.16695626, não apresenta registro de penhora, RAZÕES pelas quais deixo de elaborar ofício ao 6º CRI do Recife requerendo a baixa da penhora sobre o imóvel de matrícula 95.130 (apartamento 501, Edifício Antônio Dourado Netto, situado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, Graças, Recife/PE).

(assinado eletronicamente)

Justiça Federal
11ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

URGÊNCIA - LEILÃO

Via Malote Digital

CARTA PRECATÓRIA

PRAZO: **60 DIAS**

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

VALOR DA DÍVIDA: **R$ 18.578.801,24**

DEPRECANTE: **JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DEPRECADO: **JUÍZO FEDERAL DISTRIBUIDOR DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA/PE**

FINALIDADE : **REAVALIAÇÃO** e **ALIENAÇÃO JUDICIAL** do(s) bem(ns) imóveis abaixo descritos constrito(s) nos autos da ação nº 0008638-90.1991.4.05.8300, **apensa à execução fiscal em epígraf** e, caso não sejam oferecidos embargos, devendo os valores obtidos serem transferidos para a Caixa Econômica Federal, Agência 1029 (localizada na Sede desta Seção Judiciária - 1º andar), vinculados ao processo em epígrafe, à disposição deste Juízo, nos termos da **decisão ID 4058300.16717994.**

1. matrícula 357 (Engenho Brejo);

2. matrícula 362 (Engenho Falcão);

3. matrícula 365 (Engenho Laureano);

4. matrícula 366 (Engenho mata limpa);

5. matrícula 372 (Engenho cana Brava).

Anexos: Cópia(s) do(a) decisão ID 4058300.16717994, auto de penhora e avaliação de fl 578/580 (ID 4058300.13179992 - processo apenso nº 0008638-90.1991.4.05.8300) e petição ID 4058300.16695625.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira.

Recife, data da assinatura eletrônica.

(*assinado eletronicamente*)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do recibo de remessa pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 03/12/2020 às 13:16

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	40520207916866
Documento:	PDFsam_merge.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	SJPE - Apoio Judiciário/Distribuição - Goiana (TRF5)
Data de Envio:	03/12/2020 13:15:47
Assunto:	CARTA PRECATÓRIA - LEILÃO 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL

Imprimir

De ordem do(a) MM. Juiz(íza) Federal, intimem-se as partes acerca decisão id 4058300.16717994.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 05/12/2020 06:09, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 26/11/2020 00:27 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 20120313192962300000016868882 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 05/12/2020 06:09 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 13/12/2020 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 26/11/2020 00:27 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 20120313192962300000016868882 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 14/12/2020 00:05 - Seção Judiciária de Pernambuco.

MM Juiz,

A Fazenda Nacional, por seu procurador abaixo assinado, vem se manifestar acerca do despacho retro no seguinte sentido.

No que se refere à penhora do Processo nº 0011587-23.2010.4.05.8300 da 25ª Vara Federal, que trata de ação de desapropriação, cuja sentença reconheceu crédito indenizatório em favor do executado, insiste a exequente no registro da penhora nos rosto dos autos, pelo que requer seja oficiada a Vice-Presidência do TRF-5ª Região, onde se encontra atualmente pendente a AC594703-PE, para garantia do bloqueio do valor a ser pago ao executado, caso mantida a decisão de 1º Grau.

Por outro lado, a exequente reitera seu interesse preliminar na penhora do imóvel de Matrícula nº 173 do CRI de Vicência/PE, mesmo diante das notícias de existem várias famílias residindo no local e que teriam recebidos lotes a título de indenização por verbas trabalhistas.

Isso porque a certidão do Oficial de Justiça deixa claro que se trata de imóvel com grandes proporções, indicando o Engenho Xixá, ainda como de propriedade da executada, segundo morador da região, e **"considerando, para efeito de avaliação, o imóvel livre de pessoas e bens".**

Dessa forma, tendo em vista que já levadas em consideração essas ocupações pelo avaliador, requer seja dado prosseguimento ao leilão dos bens penhorados, incluindo o bem acima referido, quanto à parte livre e desembaraçada.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

BRUNO DIAS ALVES DA SILVA

Procurador da Fazenda Nacional

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Passo a apreciar as questões pendentes de resolução desde a decisão anterior ID 16717994 (26/11/2020).

1. EXPEDIENTES NÃO CONCLUÍDOS

Não restou identificado o cumprimento, pela secretaria, dos seguintes itens da decisão anterior:

1.a) Informação sobre penhora

> "1.4) 6.ª Vara DF
>
> Este juízo já solicitou informações ao juízo da 6.ª Vara do Distrito Federal sobre o cumprimento da penhora no rosto dos autos 2008.34.00.022494-3 (ID 4058300.15393153, 29/07/2020), ainda sem resposta.
>
> **Assim sendo, determino nova tentativa de contato** telefônico com o juízo para receber informações sobre o andamento da deprecata."

1.b) Baixa de penhora

> "Em relação ao imóvel rural de matrícula 809, 1.º CRI Timbaúba/PE, denominado " **Sítio Mascarenhas** ", por já ter sido arrematado nos autos do processo 0807529-42.2018.4.05.8306, da 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, **determino a baixa da penhora** anteriormente determinada por este juízo."

2. MATRÍCULA 95130, 2.º CRI RECIFE/PE

Em relação ao cancelamento da penhora do imóvel de matrícula 95130, 2.º CRI de Recife/PE, a secretaria informou a impossibilidade de cumprimento em razão de a competência dos atos notariais sobre o imóvel ter sido transferida para o 6.º CRI de Recife/PE. Ausente a numeraçãoda nova matrícula, o cancelamento da penhora realizada pelo sistema Arisp resta inviabilizado (ID 16735955, 26/11/2020).

Ante a dificuldade técnica narrada pela secretaria, **determino seja oficiado** diretamente ao 6.º CRI de Recife/PE para que cancele a penhora antes determinada por este juízo no apartamento 501, Edifício Antônio Dourado Netto, situado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, Graças, Recife/PE), antes matriculado sob n.º 95130, 2.º CRI de Recife/PE.

3. PEDIDOS DE PENHORA

3.a) A 25.ª Vara Federal de Pernambuco informou que o processo n.º 0011587-23.2010.4.05.8300 encontra-se em tramitação no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (ID 4058300.15603849, 18/08/2020).

A esse respeito, a União insiste no registro da penhora no rosto dos autos, mediante expedição de ofício à Vice-Presidência do TRF-5ª Região, onde se encontra atualmente pendente a AC594703-PE, para garantia do bloqueio do valor a ser pago ao executado, caso mantida a decisão de 1º Grau.

Defiro o pedido da União.

Oficie-se na forma requerida.

3..b) A exequente reitera seu interesse na penhora do imóvel de Matrícula nº 173 do CRI de Vicência/PE,

Sustenta que, mesmo diante das notícias de existem várias famílias residindo no local e que teriam recebidos lotes a título de indenização por verbas trabalhistas, a certidão do Oficial de Justiça deixa claro que se trata de imóvel com grandes proporções, indicando o Engenho Xixá, ainda como de propriedade da executada, segundo morador da região. Pede a alienação judicial da parte livre e desembaraçada do imóvel.

Entendo que a individualização da parte livre e desembaraçada do imóvel em questão demanda conhecimento técnico a ser realizado por perito judicial. Somente assim, evitar-se-ia uma enxurrada de embargos de terceiro com o objetivo de defender sua posse/propriedade.

Intime-se a União para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar o seu interesse na **perícia técnica** , sendo certo que os custos deverão ser suportados pela exequente.

4. LEILÃO

Aguarde-se resposta do resultado da carta precatória expedida em 02/12/2020 (ID 16735359).

jpr

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico para os devidos fins que, em cumprimento ao despacho ID 4058300.11667852, foi expedido o ofício ID 4058300.11713737 requerendo ao 1º CRI de Timbaúba/PE a baixa da penhora incidente sobre o imóvel **de matrícula nº. 809 (Sítio Mascarenhas)** relativa à constrição judicial havida nos autos da **Execução Fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, baixada e vinculada ao presente feito.** Certifico ainda que o referido cartório apresentou certidão do imóvel constando o cancelamento da penhora no AV-27-809 (ID 4058300.11787605).

(assinado eletronicamente)

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - direcao11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

A(o) Senhor(a)
Oficial do 6º Cartório de Registro de Imóveis do Recife

Assunto: **Baixa de penhora incidente sobre imóvel**

Senhor(a) Oficial(a),

Determino a Vossa Senhoria que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda à baixa da penhora ou arresto incidente sobre localizado na Av Conselheiro Rosa e Silva, Edifício Antônio Dourado Netto, apto. 501, anteriormente matriculado sob o nº 95.130 junto ao 2º CRI do Recife, relativo à constrição judicial havida nos autos do processo em epígrafe, nos termos da decisão ID 4058300.17526895.

Vossa Senhoria deverá informar a este Juízo, em igual prazo, o cumprimento da determinação acima.

Informo que, nos termos do art. 39 da Lei 6.830/80, a Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de taxas e emolumentos nos processos em que é parte.

Anexo: cópia da decisão ID 4058300.17526895 e do ofício do 2º CRI do Recife ID 4058300.14593384.

Atenciosamente,

(*assinado eletronicamente*)

URGÊNCIA

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - direcao11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

À Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Desembargador Federal - Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Assunto: **Solicita Averbação de Penhora de Crédito Litigioso**

Senhor Desembargador Federal,

Com os cumprimentos de estilo,solicito os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de determinar à **AVERBAÇÃO DA PENHORA DO CRÉDITO EM LITÍGIO** no processo tombado sob o **nº AC594703-PE (0011587-23.2010.4.05.8300 - processo originário) ,** do(a) executado(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob o nº 10.803.336/0002-27, para garantia da dívida exequenda no valor inicial de **R$ 16.780.155,68** e demais acréscimos legais discriminados no título respectivo, consoante Decisão ID 4058300.17526895, exarado(a) nos autos do processo em epígrafe.

Solicito, outrossim, que, no prazo de 30 (trinta) dias, nos seja enviado documento comprobatório da realização da referida operação.

Anexo(s): Cópia(s) da petição inicial, CDA, petição do(a) exequente ID 4058300.17032995 (em que requer a penhora), e da Decisão ID 4058300.17526895 .

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do recibo de remessa pelo Malote Digital.

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LI

Código de rastreabilidade: 40520218415077
Documento: OFÍCIO TRF5.pdf
Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário: Gabinete do Des. Alexandre Luna Freire (TRF5)
Data de Envio: 19/04/2021 09:50:47
Assunto: olicita Averbação de Penhora de Crédito Litigioso - AC594703-PE (0011587-23.2010.4.05.8300 - proces

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do recibo de remessa pelo Malote Digital.

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	40520218415192
Documento:	6º Cartório de Registro.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	Recife - 6º Serventia Registral (TJPE)
Data de Envio:	19/04/2021 10:09:54
Assunto:	Baixa de penhora incidente sobre imóvel

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

De ordem do(a) MM. Juiz(íza) Federal, intimem-se as partes acerca da decisão retro.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 24/04/2021 01:08, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 15/03/2021 01:41 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21041910150022500000018305233 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 24/04/2021 01:08 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81720213238703

Nome original: OFICIO 290 2021.pdf

Data: 27/04/2021 11:49:20

Remetente:

Rosana Siqueira Cavalcanti

Recife - 6º Serventia Registral

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Em resposta a solicitação contida no Ofício com código de barras 210316085511088 00000017804006, extraído dos autos do processo: 0002274-68.1992.4.05.8300.

Ofício n.º 290/2021. Recife, 26 de abril de 2021.

Ao Exmo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a)
11ª VARA FEDERAL DE RECIFE PE
JUSTIÇA FEDERAL DE PERNAMBUCO

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300
AUTOR: FAZENDA NACIONAL
RÉU: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros

Em atendimento ao Ofício, número do documento 21031608551108800000017804006, determinando à baixa da penhora ou arresto, registrada na matrícula **15.522 (atual matrícula do imóvel**), cumpri-me, a priori, comunicar a Vossa Excelência, que **NÃO** temos registro de nenhuma constrição judicial determinada nos autos nº **0002274-68.1992.4.05.8300 - Execução Fiscal**, deste Digno Juízo, assim, não há qualquer atuação a ser feita com relação a este imóvel, conforme cópia da matrícula anexa.

No mais, informo que estamos disponíveis para qualquer ordenança de Vossa Excelência.

Nesta oportunidade renovo meus protestos de alta estima e elevada consideração.

.
Respeitosamente,

ROBERTO LÚCIO DE SOUZA PEREIRA
Oficial de Registro

ROBERTO LÚCIO DE SOUZA PEREIRA - Oficial Registrador - CNPJ 29.056.189.0001-16
Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães nº 2939, sala 603, Espinheiro, Recife/PE, CEP: 52020-000
(Edifício Empresarial International Business Center)
Horário: 9h - 17h (segunda a sexta-feira)
Site: www.6rirecife.com.br
E-mail: contato@6rirecife.com.br
WhatsApp: +55 (81) 99714.0337 | **Telefone**: +55 (81) 3243-0410

APARTAMENTO 1603 B, TIPO 5, localizado no 16º pavimento tipo, da Torre B, do **"EDIFÍCIO AQUILES"**, com frente para a Estrada de Belém, 516, Encruzilhada, nesta cidade, composto de varanda, sala para dois ambientes (estar/jantar), circulação, três quartos (sendo um suíte com WC), WC social, cozinha, área de serviço e vaga de garagem 95, com uma área útil de 61,45m², área comum de 26,24m², área de garagem 17,60m², totalizando uma área de 105,29m² e correspondendo-lhes a uma fração ideal de 0,006246 do terreno próprio onde assenta o Edifício, que se confronta pela frente, com a Estrada de Belém; pelo lado direito, limita-se com o imóvel 30, da Rua Larga do Feitosa; pelo lado esquerdo, limita-se com o imóvel 436, da Estrada de Belém; e, pelos fundos limitando-se com o imóvel 74 da Rua Larga do Feitosa e imóveis 80, 92 e 108 da Rua Bacabal.

PROPRIETÁRIO: IRL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, com sede em Recife, CNPJ 11.379.476/0001-00, devidamente representada.

REGISTRO ANTERIOR: Matrícula 73373 do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Recife/PE.

AV-1 - MAT. 3.376 - PROTOCOLO 1.676 - 30/01/2018 - AVERBAÇÃO DE ABERTURA DE MATRÍCULA: Procede-se, a abertura da presente matrícula, nos termos dos artigos 922, 923 e 930 do Código de Normas do Estado de Pernambuco - Provimento 20/2009, e de acordo com o título anterior acima informado, no qual constam os seguintes elementos pertinentes:
AV-2 - MAT. 73373 - PROTOCOLO 294980 - 18.01.2012. COMUNICAÇÃO DA CONVENÇÃO: Consta, neste Ofício, o registro 7017, praticado em 13 de fevereiro de 2012, no Livro 3 - Registro Auxiliar, referente à CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO do "EDIFÍCIO AQUILES", com frente para a Estrada de Belém, Encruzilhada, nesta cidade, através da Escritura pública lavrada em 09 de janeiro de 2012, pelo 5º Ofício de Notas do Recife, no livro 2191-E, às fls. 042/067. Dou fé. Recife, 13 de fevereiro de 2012. (Oficial/Substituto).
AV-3 - MAT. 73373 - PROTOCOLO 296611 - 24.02.2012. COMUNICAÇÃO DA INCORPORAÇÃO: Procede-se, nesta data, a comunicação do PROCESSO INCORPORATIVO sob o R-5, Matrícula 73230, do empreendimento denominado "EDIFÍCIO AQUILES", com frente para a Estrada de Belém, Encruzilhada, nesta cidade, através do Instrumento Particular celebrado em 18 de janeiro de 2012, nele, inseridas Certidões Positivas dos distribuidores forenses relativas aos processos acusados contra, a Incorporadora e os proprietários originários do terreno. Dou fé. Recife, 28 de fevereiro de 2012. Oficial/Substituto.
AV-5 - MAT. 73373 - PROTOCOLO 378493 - 14.09.25017. AVERBAÇÃO DE SEQUENCIAL: Requerimento datado de 11 de setembro de 2017, no qual IRL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, com sede nesta cidade, CNPJ 11.379.476/0001-00, devidamente representada, solicita a averbação do: SEQÜENCIAL: 788006.5. Inscrição Municipal: 2.1420.195.01.0275.0145-0, Conforme DIM - Documento Imobiliário Municipal. Documentos arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 29 de setembro de 2017. Oficial/Substituto.
Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 09 de março de 2018. _____ /Oficial/Substituto.

AV-2 - MAT. 3.376 - PROTOCOLO 1.676 - 30/01/2018 - MUDANÇA DE DENOMINAÇÃO SOCIAL: Requerimento datado de 06 de junho de 2013, no qual IRL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, CNPJ 11.379.476/0001-00, devidamente representada, solicita a averbação da mudança de sua denominação social, anteriormente IMOBILIÁRIA RECIFE LTDA., conforme 21ª Alteração do Contrato Social datado de 04 de março de 2013, registrada na JUCEPE - Junta Comercial do Estado de Pernambuco, sob o número 20139134395, em 01.04.2013, protocolo 13/913439-5, acompanhada pela Certidão Simplificada emitida em 08.04.2013. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 09 de março de 2018. _____ /Oficial/Substituto.

R-3 - MAT. 3.376 - PROTOCOLO 1.676 - 30/01/2018 - TRANSMITENTE: IRL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, com sede em Recife, CNPJ 11.379.476/0001-00, devidamente representada; **ADQUIRENTE:** MARIANA SALSA DA CRUZ, brasileira, solteira, declarando não

Continua no verso.

conviver em união estável, servidora pública federal, CPF 869.053.764-34, com residência e domicílio em Recife; **TÍTULO:** Venda e Compra; **FORMA DE TÍTULO:** Contrato Particular nº 863.400.182, celebrado em 02 de janeiro de 2018, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH; **VALOR DO NEGÓCIO:** R$ 364.502,52, integralizado pelas parcelas: Recursos Próprios - R$ 168.918,02 e Financiamento bancário - R$ 195.584,50, garantido pela alienação fiduciária a seguir registrada; **VALOR FISCAL:** R$ 365.000,00, conforme ITBI - Processo 15.030225.18. **OUTROS DOCUMENTOS APRESENTADOS:** Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive, as contribuições sociais previstas nas alienas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 de Lei 8.212, de 24/07/1991, expedida em 01/10/2017. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 09 de março de 2018. _____ / Oficial/Substituto.

R-4 - MAT. 3.376 - PROTOCOLO 1.676 - 30/01/2018 - DEVEDORA FIDUCIANTE: MARIANA SALSA DA CRUZ, brasileira, solteira, declarando não conviver em união estável, servidora pública federal, CPF 869.053.764-34, com residência e domicílio em Recife; **CREDOR FIDUCIÁRIO:** BANCO DO BRASIL S.A, com sede em Brasília-DF, CNPJ 00.000.000/0001-91, por sua agência ESTILO RECIFE ANTIGO-PE, prefixo 8634-7, CNPJ 00.000.000/7354-77, devidamente representado; **TÍTULO:** Alienação Fiduciária; **FORMA DE TÍTULO:** Contrato Particular nº 863.400.182, celebrado em 02 de janeiro de 2018, no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação - SFH; **VALOR DA DÍVIDA:** R$ 198.507,65, incluído o pagamento do preço e demais despesas; **VALOR TOTAL DO PRIMEIRO ENCARGO MENSAL AGRUPADO**: R$ 2.258,47; **SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO:** SAC; **PRAZO:** 361 meses; **TAXA DE JUROS**: período de amortização: 9,732% (nominal); 10,18% (efetiva); 0,811%a.m. (efetiva); **Taxa de juros de adimplência e manutenção de salário no BB:** 9,372%a.a. (nominal), 9,78% a.a. (efetiva), 0,781%a.m. (efetiva); **Juros remuneratórios na inadimplência:** incidirão as mesmas taxas de juros previstas na forma da alínea "g" supra; **Juro de mora:** 1%; **Multa moratória:** 2%; **VENCIMENTO DO PRIMEIRO ENCARGO MENSAL**: 15.01.2018, após a carência; **Custo Efetivo total (CET) anual - taxa de juros:** 11,52%; **Custo Efetivo total (CET) mensal - Taxa de Juros:** 0,91% **PRAZO DE CARÊNCIA PARA FINS DE INTIMAÇÃO:** de acordo com o estabelecido no contrato; **VALOR DO IMÓVEL PARA FINS DE VENDA EM PÚBLICO LEILÃO:** R$ 365.000,00. INTEGRAM este assento registrário, todos os demais termos, cláusulas e condições estabelecidas no contrato em apreço. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 09 de março de 2018. _____ / Oficial/Substituto.

AV-5 - MAT. 3.376 - PROTOCOLO 15.522 - 12/08/2020 - CANCELAMENTO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: Requerimento datado de 10 de agosto de 2020, no qual o BANCO DO BRASIL S/A, CNPJ 00.000.000/0001-91, devidamente representado, autoriza o CANCELAMENTO da Alienação Fiduciária registrada no R-4, desta Matrícula e nos termos do artigo 25 da Lei Federal 9.514/97. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 24 de agosto de 2020. _____ /Oficial/Substituto.

AV-6 - MAT. 3.376 - PROTOCOLO 18.399 - 19/01/2021 - RETIFICAÇÃO DO ESTADO CIVIL: Procede-se, através da Escritura Pública lavrada em 30 de dezembro de 2020, pelo 2º Ofício do Recife, no Livro 069-E, fls. 025/027, protocolo: 42496, à averbação da Retificação do Estado Civil de MARIANA SALSA DA CRUZ, CPF 869.053.764-34, constou como solteira, quando o correto é: CASADA com RICARDO COSTA PACHECO COUTO, pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6;515/77, conforme a Certidão de Casamento datada de 28 de setembro de 2017, pelo Registro Civil das Pessoas Naturais da Casa Verde 23º subdistrito de São Paulo/SP, matrícula 123364 01 55 2017 2 00125 159 0030259-11. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 10 de fevereiro de 2021. _____ /Oficial/Substituto.

Continua no verso

R-7 - MAT. 3.376 - PROTOCOLO 18.399 - 19/01/2021 - DOADORES: MARIANA SALSA DA CRUZ, servidora pública, CPF 869.053.764-34 e seu cônjuge RICARDO COSTA PACHECO COUTO, bacharel em educação física, CPF 047.741.108-84, brasileiros, casados pelo regime da Comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Recife; **DONATÁRIO:** THIAGO DA CRUZ COUTO, brasileiro, menor impúbere, solteiro, declarando não conviver em união estável, estudante, CPF 150.674.274-26, com residência e domicílio em Recife, sendo representado por seus genitores acima qualificados; **TÍTULO:** Doação da Nua Propriedade; **FORMA DE TÍTULO**: Escritura Pública lavrada em 30 de dezembro de 2020, pelo 2º Ofício do Recife, no Livro 069-E, fls. 025/027, protocolo: 42496; **VALOR:** Atribuídos: com efeitos fiscais R$380.000,00Avaliação R$380.000,00; Base de Cálculo R$253.333,33, conforme ICD - Processo 2020.00000606223519. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 10 de fevereiro de 2021. /Oficial/Substituto.

R-8 - MAT. 3.376 - PROTOCOLO 18.399 - 19/01/2021 - DEVEDOR: THIAGO DA CRUZ COUTO, brasileiro, solteiro, declarando não conviver em união estável, estudante, CPF 150.674.274-26, com residência e domicílio em Recife, sendo representado por seus genitores acima qualificados; **CREDORES:** MARIANA SALSA DA CRUZ, servidora pública, CPF 869.053.764-34 e seu cônjuge RICARDO COSTA PACHECO COUTO, bacharel em educação física, CPF 047.741.108-84, brasileiros, casados pelo regime da Comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Recife; **TÍTULO:** Reserva de Usufruto; **FORMA DE TÍTULO**: Escritura Pública lavrada em 30 de dezembro de 2020, pelo 2º Ofício do Recife, no Livro 069-E, fls. 025/027, protocolo: 42496. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 10 de fevereiro de 2021. /Oficial/Substituto.

AV-9 - MAT. 3.376 - PROTOCOLO 18.399 - 19/01/2021 - CLÁUSULAS DE IMPENHORABILIDADE E INCOMUNICABILIDADE: Procede-se, através da Escritura Pública lavrada em 30 de dezembro de 2020, pelo 2º Ofício do Recife, no Livro 069-E, fls. 025/027, protocolo: 42496, figurando como **INSTITUIDORES:** MARIANA SALSA DA CRUZ, servidora pública, CPF 869.053.764-34 e seu cônjuge RICARDO COSTA PACHECO COUTO, bacharel em educação física, CPF 047.741.108-84, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Recife, à averbação das CLÁUSULAS DE IMPENHORABILIDADE E INCOMUNICABILIDADE sobre a doação da nua propriedade registrada no R-7, da presente Matrícula. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 10 de fevereiro de 2021. /Oficial/Substituto.

AV-10 - MAT. 3.376 - PROTOCOLO 18.399 - 19/01/2021 - CLÁUSULA REVERSIVA: Procede-se, através da Escritura Pública lavrada em 30 de dezembro de 2020, pelo 2º Ofício do Recife, no Livro 069-E, fls. 025/027, protocolo: 42496, a averbação da **CLÁUSULA REVERSIVA**, figurando como **Outorgante DOADOR** e **INSTITUIDORES:** THIAGO DA CRUZ COUTO, brasileiro, solteiro, declarando não conviver em união estável, estudante, CPF 150.674.274-26, com residência e domicílio em Recife, sendo representado por seus genitores abaixo qualificados; e MARIANA SALSA DA CRUZ, servidora pública, CPF 869.053.764-34 e seu cônjuge RICARDO COSTA PACHECO COUTO, bacharel em educação física, CPF 047.741.108-84, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Recife, devendo o imóvel objeto da presente Matrícula, retornar ao patrimônio dos doadores na hipótese deles sobreviverem ao donatário. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 10 de fevereiro de 2021. /Oficial/Substituto.

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
RAFAEL FÉLIX TENÓRIO DE ALMEIDA - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 28/04/2021 11:59:49
Identificador: 4058300.18435279
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21042811592507800000018485579

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 29/04/2021 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 15/03/2021 01:41 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 21041910150022500000018305233 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 30/04/2021 00:06 - Seção Judiciária de Pernambuco.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR FEDERAL - 11ª VARA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

EXECUÇÃO FISCAL: 0002274-68.1992.4.05.8300

(E APENSOS)

EXCDO: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) por seu procurador que esta subscreve, vem, perante V. Exa., no prazo dos embargos de declaração, expor e ao final requerer o seguinte:

01. Trata-se de execução fiscal (e apensos) cujas inscrições encontram-se na situação ativa ajuizada e plenamente exigível, após rescisão do último parcelamento em 11/03/21.

02. A r. decisão de Id. 4058300.17526895 consigna que a individualização da parte livre e desembaraçada do imóvel em que questão demanda conhecimento técnico a ser realizado por perito judicial. Somente assim evitar-se-ia uma enxurrada de embargos de terceiro com o objetivo de defender sua posse/propriedade."

03. A exequente é instada a indicar interesse na perícia técnica "...sendo certo que os custos deverão ser suportados pela exequente".

04. Por oportuno, a exequente aponta obscuridade no tocante às despesas da perícia técnica.

05. O CPC prevê que a parte "adiantará" a remuneração do perito, devendo, no entanto, ao final, ser ressarcida não sendo a sucumbente.

06. Assim, cabe explicitar que os custos deverão ser adiantados mas ao final suportados pela executada.

07. Por outro lado, considerando que a certidão do oficial de justiça em que consta a situação fática aludida na r. decisão em foco remonta ao ano de 2015 e que existem diversas execuções promovidas em face das executadas, podendo ter havido inclusive arrematação em execução fiscal ou trabalhista, ou mesmo desmembramento ou loteamento, a exequente entende oportuno, antes de designar-se eventual perícia técnica para individualização das áreas "desembaraçadas" compreendidas no imóvel, obter certidão atualizada da matrícula do imóvel.

08. Uma vez obtida certidão atualizada da matrícula do imóvel, dependendo da situação ostentada, a penhora pode até restar prejudicada ou resultar já definida a área, ao menos do ponto de vista jurídico, desembaraçada.

09. Destarte, a exequente ora requer seja expedido ofício ao cartório competente para fins de expedição de certidão atualizada do imóvel, ou, se outro for o entendimento, que seja concedido prazo à exequente para obtenção do documento, ou, designada inspeção judicial na área em comento. Requer, ainda, que, no caso de perícia, seja acrescentado esclarecimento no sentido de estabelecer a quem cabe o respectivo ônus final, nos termos do art. 95 do CPC. Os requerimentos ora formulados se mostram relevantes para a manifestação conclusiva da exequente de maneira abalizada no tocante à "indicação de perícia técnica", considerando a onerosidade da medida.

Nesses termos, pede deferimento.

Natal, 27 de abril de 2021

EXCELENTÍSSIMO SENHOR FEDERAL - 11ª VARA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

EXECUÇÃO FISCAL: 0002274-68.1992.4.05.8300

(E APENSOS)

EXCDO: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) por seu procurador que esta subscreve, vem, perante V. Exa., no prazo dos embargos de declaração, expor e ao final requerer o seguinte:

01. A exequente na petição anterior formulou requerimento nos seguintes termos:

09. Destarte, a exequente ora requer seja expedido ofício ao cartório competente para fins de expedição de certidão atualizada do imóvel, ou, se outro for o entendimento, que seja concedido prazo à exequente para obtenção do documento, ou, designada inspeção judicial na área em comento. Requer, ainda, que, no caso de perícia, seja acrescentado esclarecimento no sentido de estabelecer a quem cabe o respectivo ônus final, nos termos do art. 95 do CPC. Os requerimentos ora formulados se mostram relevantes para a manifestação conclusiva da exequente de maneira abalizada no tocante à "indicação de perícia técnica", considerando a onerosidade da medida.

02. Após protocolização da petição, a exequente obteve certidão atualizada do imóvel objeto da Matrícula 173, registrado no Cartório de Vicência-PE.

03. Assim, fica prejudicada em parte requerimento formulado na manifestação retro, valendo observar que a certidão da matrícula referida indica que o imóvel continua registrado em nome da executada PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO S A, o que afasta cogitação de que teria sido objeto de dação em pagamento em favor de credores trabalhistas.

04. Feito o registro acima, reitera a petição no que diz respeito a eventual designação de inspeção judicial e ao esclarecimento relativo ao ônus final da perícia para fins de manifestação conclusão quanto à "indicação de perícia técnica". Requer juntada da certidão cartorária referida.

Nesses termos, pede deferimento.

Natal, 12 de maio de 2021

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
JOSE HUMBERTO DA ROCHA - Gestor
Data e hora da assinatura: 12/05/2021 18:23:05
Identificador: 4058300.18676335
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21051218150204500000018727078

SERVENTIA REGISTRAL E NOTARIAL DE VICENCIA - PE
Rua Manoel Borba, Nº 109, Vicência-Pernambuco
Telefone : (81) 3641-2010 CNPJ : 32.193.340/0001-72 CNS : 3325 | Email :CARTORIODEVICENCIA@GMAIL.COM

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

Certifico a pedido da parte interessada, Instituição: **PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL**, sob protocolo **nº 18282, conforme oficio nº008, solicitado por Jose Humberto da Rocha** que revendo os livros dos Registros Geral de Imóveis deste Cartório, a meu cargo, deles verifiquei constar a Matricula **nº173 datado de 24-07-78 às fls. 73 do Livro 2-B** com o seguinte teor:

Propriedade denominada de "**Águas Perdidas",** com uma área de 120 hectares, situada no 2º distrito deste Município, Cadastrada no INCRA sob. nº 230.170.003.158, limitando-se ao **Norte,** com terras da propriedade Chã da Porta, pertencente a Srª Antonia Silva, e Engenho Brito, pertencente a, emitente, digo, pertencente a Pessoa de Mello, Industria e Comércio S.A, ao **Sul,** com terras da Propriedade Taquari e Rochedo, pertencente a Jose Manoel de Oliveira e Odon da Cunha Cavalcanti, respectivamente; ao **Leste,** com terras da propriedade Imbú e Chã da Porta, pertencente respectivamente ao espólio de Pio Guerra e d. Antonia Silva; e ao **Oeste,** com a propriedade Brito, pertencente a Pessoa de Mello, Industria e Comercio S.A., Proprietário: **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S.A.** (Usina Aliança). C.G.C.M.F. nº 10.803.336/0001-46. Número Registro Anterior: 2154, 2155, fls. 9/9verso, Livro 3-E, do Registro de Imóvel deste Cartório. O referido é verdade; dou fé. Vicência, 24-07-1978. O Oficial: (assinatura Ilegível).

R-1-173- Proceda-se ao Registro de uma Cédula de Crédito Industrial Hipotecária, emitida em 30 de Junho de 1978, na cidade do Recife-PE, por **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMÉRCIO S./A.** (Usina Aliança). C.G.C.M.F. nº 10.803.336/0001-46, com sede á rua do Brum, 137, Recife PE. Financiador: Banco do Estado de Pernambuco S.A. (BANDEPE) (agencia de Recife), no valor de Cr$ 67.088.200,00 (sessenta e sete milhões, oitenta e oito mil e duzentos cruzeiros), vencível em 18 prestações semestrais e sucessivas nos valores e vencimentos a seguir: 1°) Cr$ 1.294.100,00, digo, digo e sucessivas, a primeira no valor de cr$ 1.294.100,00 (hum milhão duzentos e noventa e quatro mil e cem cruzeiros) vencível em 31 de dezembro de 1981, e a última no valor de Cr$ 6.750.000,00 (seis milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros) vencível em 30 de junho de 1990, obrigando-se a emitente a recolher tais importâncias na agência de Recife, do financiador. Os juros serão devidos a taxa de 15% a.a. exigível ao final de cada semestre civil, (ilegível) durante o período de carência, no vencimento ou na liquidação da dívida. Com a importância a ser liberada, a emitente irá adquirir:

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Imersões fixa (implantação de uma destilaria uma produtora de álcool (ilegível)), Objeto da garantia: Em hipoteca cedular de 1º grau e sem concorrência de terceiros, o imóvel constante da presente matricula avaliado em Cr$ 972.000,00. O referido é verdade; dou fé. Vicência, 24-07-78. O Oficial: (Assinatura ilegível).

Visto em 31-07-78 (Assinatura ilegível)- Juiz de Direito-

Av-1-173- Cancelamento. Certifico, que se proceda ao cancelamento do R.1-173, nos termos da autorização datada de 08-08-78, firmada pelos administradores do Credor BANCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. (bandepe) Agencia de Recife, apresentada hoje a este Cartório pela emitente **Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A.** (Usina Aliança). O referido é verdade; dou fé. Vicência, 10-08-78. O Oficial:

R-2-173- Proceda-se ao Registro de uma Cédula de Crédito Industrial, emitida em 30 de junho de 1978, na cidade do Recife PE, por **Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A** (Usina Aliança) C.G.C.M.F. nº 10.803.336/0001-46, com sede á rua do Brum, 137, Recife PE. Financiador: Banco do Estado de Pernambuco S.A (BANDEPE) agencia de Recife, no valor de Cr$ 67.088.200,00 sessenta e sete milhões, oitenta e oito mil e duzentos cruzeiros), vencível em 18 parcelas semestrais e sucessivas nos valores e vencimentos a seguir: 1ª) Cr$ 1.294.100,00 vencível em 31 de dezembro de 1981, e a última no valor de Cr$ 6.750.000,00, vencível em 30 de junho de 1990, obrigando-se a emitente a recolher tais importâncias na agencia de Recife, do financiador. Os juros serão devidos a taxa de 15% a.a., exigível, digo, digo exigível no final, digo, 15% a.a. (ilegível) de 1% a.a. em (ilegível) de mora, exigíveis ao final de cada semestre civil, inclusive durante o período de carência, no vencimento ou na liquidação da dívida. Com a importância a ser liberada a emitente irá conseguir, digo, digo irá adquirir: Imersões fixas (implantação de uma destilaria (ilegível) produtora de álcool (ilegível.) Objeto da Garantia: Em hipoteca cedular de 1º grau e sem concorrência de terceiros o imóvel denominado, digo, imóvel constante da presente matrícula avaliado em Cr$ 972.000,00. O referido é verdade; dou fé. Vicência, 10 de ágosto de 1978. O Oficial: (assinatura ilegível).

Av-3-173- Proceda-se a averbação de Aditivo de Re-Ratificação, sendo partes, o Banco do Estado de Pernambuco S.A.-Bandepe- e **Pessoa de Mello Industria e Comercio S/A**, quanto ao R-2-173, o valor do crédito foi reduzido para Cr$ 62.626.203,00 (sessenta e dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, duzentos e tres cruzeiros); a alienação Fiduciária letra B- orçamento firmes, passa a ter o valor de Cr$

SERVENTIA REGISTRAL E NOTARIAL DE VICENCIA - PE
Rua Manoel Borba, Nº 109, Vicência-Pernambuco
Telefone : (81) 3641-2010 CNPJ : 32.193.340/0001-72 CNS : 3325 | Email :CARTORIODEVICENCIA@GMAIL.COM

714.273.00, letra C- orçamento- Vaspe Eletricidade indústria e Comercio LTDA. Passa a ter o valor de Cr$ 760.079,00. Letra D- Orçamento – (ilegível) do Brasil S/A; passa a ter o valor de Cr$ 809.062.00. Letra E- Orçamento- westifotia, seforatos do Brasil S/A, passa a ter o valor de Cr$ 3.888.000,00., a alienação Fiduciária passa a ter o valor de Cr$ 54.565.968,00. Avaliação de bens passa a ter o valor de Cr$ 110.198.483,00. Forma de Pagamento= 1º) Cr$ 1.294.100,00, em 31.12.81; 2º) Cr$ 1.294.100,00, em 30.06.82, - 3º) Cr$ 1.750.000,00, em 31.12.82; 4º) CrS 1.750.000,00 em 30.06.83; 5º) Cr$ 2.250.000,00, em 31.12.83; 6º) Cr$ 2.250.000,00, em 30.06-84, - 7º) Cr$ 2.750.000,00 em 31.12-84; 8º) Cr$ 2.750.000,00 em 30.06.85; 9º) Cr$ 3.500.000,00 em 31.12.85, 10º) Cr$ 3.500.000,00, em 30.06.86; 11º) Cr$ 4.250.000,00 em 31.12.86; 12º) Cr$ 4.250.000,00, em 30.06.87; 13º) Cr$ 5.000.000,00, em 31.12.87; 14º) Cr$ 5.000.000,00, em 30.06.88; 15º) Cr$ 6.000.000,00 em 31.12.88; 16º) Cr$ 6.000.000,00 em 30.06.89; 17º) Cr$ 6.750.000,00, em 31.12.89 e a 18º) e última no valor de Cr$ 2.288.003,00, em 30.06.90. Fica ratificado os demais Termos da Cédula Industrial. O referido é verdade; dou fé. Vicência, 29-08-1984. (Assinatura ilegível).

R.4-173- Proceda-se ao registro da Escritura Pública de Contrato de Repasse de Recursos Provenientes do Mútuo Contraído no Exterior, lavrada ás fls.01 a 22 do livro nº 40 de notas do 1º Cartório de Aliança, Tabelião (ilegível) Cavalcante Moriz, datada de 22- Outubro- 84, onde são partes= O Banco do Estado de Pernambuco S/A- BANDEPE,CGC/MF nº 10.866.788/0001-77, Sociedade por ações Mista, digo = Açoes de economia Mista, sede no Cais do Apolo, 222, Recife-PE, e do outro lado como Hipotecante e Devedor Fiduciária **Pessoa de Mello Industria e Comercio S/A** com sede na rua do Brum, 137, Recife, CGC/MF nº 10.803.336/0001-46 e como Interveniente Fiadora, a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco LTDA; com sede á Rua da Alfandega, 35, Recife-PE, CGC/MF nº 10.803.716/0001-80. Valor= Cr$ 1.851.330.000,00 (Hum Bilhão oitocentos e Cinquenta e um Milhões, Trezentos e Trinta Mil Cruzeiros). Vencimento= 19-07-1985. Bens Vinculados= Em hipoteca de 2º grau o Engenho Águas Perdidas, situada neste município, com seus dados constantes da Matrícula 173, fls. 73 deste livro, Com Todas as suas Benfeitorias; Avalistas do Título Promissório, os Srs. Carlos Pessoa de Mello, CPF Nº 001.611.954-15, Industrial, Vaudrilo Leal Guerra Curado, Advogado, CPF Nº 000.250.034-53, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Industrial, CPF Nº 018.544.024-04 e Carlos Pessoa de Mello Filho, Casado, Industrial, CPF Nº 090.147.304-97, residentes em Recife, e suas respectivas esposas. Tudo mais nos Termos das Cláusulas e Condições expressas na referida escritura. O referido é verdade; dou fé. Vicência, 27de junho de 1985.

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

(Assinatura ilegível) Escrevente Autorizado Respondendo pelo Cartório.

R-5-174- Proceda-se o registro da Escritura Pública do Contrato de Repasse de Recursos Provenientes de Mútuos Contraído no Exterior, lavrada ás fls. 01 a 22 do Livro Nº 40 de Notas do 1° Cartório de Aliança, Tabelião (ilegível) Cavalcante Moriz, datada de 22- Outubro-84, onde são partes: O Banco do Estado de Pernambuco S A-BANDEPE, CGC- Nº 10.866.788/0001-77. Sociedade por ações de Economia Mista, com sede no Caes do Apolo, 222, Recife-PE, como CREDITADOR, e do outro lado como Hipotecante e Devedor Fiduciária- **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S/A**, com sede na Rua do Brum, 137, Recife; CGC/MF Nº 10.803.336/0001- 46, e como INTERVINIENTE FIADORA a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco LTDA, com sede á Rua da Alfandega, 35, Recife; CGC/MF Nº 10.803.716/0001-80, Valor=Cr$ 1.851.330.000,00 (Hum Bilhão oitocentos e Cinquenta e um Milhões, Trezentos e Trinta Mil Cruzeiros). Vencimento= 19-07-1985. Bens Vinculados= Em Hipoteca de 3º Grau o Engenho Águas Perdidas, situado neste município, com seus dados constantes da Matricula 173, fls. 73 deste Livro, com todas as suas Benfeitorias- Avalistas do Título Provisório, os Srs. Carlos Pessoa de Mello, CPF Nº 001.611.954-15, Industrial, Vaudrilo Leal Guerra Curado, Advogado, CPF Nº 000.250.034-53, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Industrial, CPF Nº 018.544.024-04 e Carlos Pessoa de Mello Filho, Casado, Industrial, CPF Nº 090.147.304-97, residentes em Recife, e suas respectivas esposas, tudo mais nos Termos das Clausulas e Condições expressas na referida escritura. O referido é verdade; dou fé. Vicência, 27 de junho de 1985. (Assinatura ilegível) Escrevente Autorizado Respondendo pelo Cartório

R-6-173- Nos termos da Escritura Pública de Termo de Aditivo de RE-Ratificação e Constituição de Garantia ao Instrumento Particular de Contrato de Repasse de Recursos Provenientes de Mútuo Contraído no exterior, lavrada às fls. 22 a 38 do Livro nº 40 do 1º

Cartório de Aliança-PE, da Tabeliã Delasy Cavalcanti Moriz, o imóvel constante da presente matrícula foi dado em Hipoteca em 4º (quarto) grau sem concorrência de Terceiros, ao Credor Banco do Estado de Pernambuco S.A. Agência de Recife-PE, pela Devedora **Pessoa de Mello, Industria e Comércio S.A.** Com sede na Rua do Braum, 137, Recife-PE. Avalistas: Carlos Pessoa de Mello, Vaudrilo Leal Guerra Curado, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Carlos Pessoa de Mello Filho, industriais, e suas respectivas esposas. Intervenientes Fiadores: Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco LTDA; com sede em Recife-PE. Valor do débito US$372.970,00 (Trezentos e setenta e

SERVENTIA REGISTRAL E NOTARIAL DE VICENCIA - PE
Rua Manoel Borba, Nº 109, Vicência-Pernambuco
Telefone : (81) 3541-2010 CNPJ : 32.193.340/0001-72 CNS : 3325 | Email :CARTORIODEVICENCIA@GMAIL.COM

dois mil, novecentos e setenta dólares dos Estados Unidos. Data do Vencimento= Em 31-06-1985. Oficial Subst. Assinatura ilegível)

R-7-173- Proceda-se ao Registro da Cédula de Crédito Comercial nº 03/85, emitida em 19.06.1985, na cidade do Recife capital deste Estado. Credor Banco do Estado de Pernambuco S.A. (BANDEPE) agência do Recife-PE, emitente: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A** CGC/MF nº 10.803.336/0001-46, com sede na rua do Brum 137, Recife-PE. Valor do Crédito Cr$1.316.842.000 (hum bilhão, trezentos e dezesseis milhões, oitocentos e quarenta e dois mil cruzeiros). Data do vencimento: 14-06-1986, local do pagamento: Praça do Recife-PE. Crédito deferido. Para capital de giro. Bens vinculados: Hipoteca cedular em 5º (quinto) grau sem concorrência de terceiros, do Engenho Águas Perdidas, situado no 2º distrito deste município, distrito na matrícula acima, juros: 9% ao mês capitalizados e exigido mensalmente a partir do 6º mês da assinatura da Cédula. Tudo mais nos termos da Cédula que fica arquivada em cartório. O referido é verdade; dou fé. Vicência 09/07/1985. Oficial Subst. Maria de Lourdes Moura.

Av-8-173- Procede-se ao Registro da Escritura Pública de Segundo Termo de Aditivo de Re-Ratificação e Constituição de Garantia, lavrada em 25.07.85, as fls. 99/111 do livro V-7/1400 do 5º Tabelião do Recife, bel. Arnaldo Maciel, Como Creditado o Banco do Estado de Pernambuco S.A (BANDEPE), como creditado devedora: **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S/A,** como Intervenientes Garantidores O Sr. Carlos Pessoa de Mello, Vaudrilo Leal Guerra Curado, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Carlos Pessoa de Mello Filho com suas respectivas esposas e como intervenientes Fiadores: a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de PE LTDA ainda como Interveniente Garantidores Outorgante Hipotecante, a Agropecuária Comercio de Aliança LTDA, fica adotado a data de vencimento para 09-06-89. Tudo mais nos termos da Escritura que fica arquivada em cartório. Dou fé. Vicência 15-julho de 86 Oficial Subst.

Av-9-173- Procede-se ao Registro da Escritura de primeiro Termo Aditivo de Re-Ratificação e Constituição de Garantia a Escritura Pública de Contrato do Repasse de Recursos Provenientes de Mútuo Contraído no exterior lavrada em 30-09-85, as fls, digo, no livro, digo, 85 do cartório do 1º Oficio de Aliança da Tabeliã – Delasy Cavalcanti Moriz como Creditador o Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE), como Creditada Devedora: **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMÉRCIO S.A**, como Intervenientes Garantidores: os Srs. Carlos Pessoa de Mello, Vaudrilo Leal

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

Guerra Curado, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Carlos Pessoa de Mello Filho e suas respectivas esposas e como Intervenientes Fiadores a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de PE LTDA e ainda como Interveniente Garantidora Outorgante Hipotecante, a Agropecuária Comercio de Aliança LTDA, fica aditado o prazo do vencimento para 22.04.88 dos recursos contraído pelo BANDEPE junto ao Rosenthal International LTDA Saldo devedor de US$99.948,60 tudo mais nos termos da escritura arquivada em cartório. O referido é verdade. dou fé Vicência 15-julho-86. O Oficial Subst.

Av-10-173- Procede-se ao Registro do termo de Aditivo à Cédula de Crédito Comercial nº 03/85 emitida por **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S/A** em favor do Banco do Estado de Pernambuco S.A - BANDEPE, em 19.06.85, no valor de Cr$ 1.316.842,000, com vencimento para 14-06-86 aditam para reforço de garantia da cédula de crédito comercial acima citada, a emitente e a interveniente Outorgante Hipotecante, respectivamente, **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S/A** e a Agropecuária Comércio de Aliança Ltda dão em hipoteca de 3º grau do Engenho Poço do Capibaribe e passagem do município de Aliança-PE. Ratificados os demais termos, clausulas e condições da cédula. O referido é verdade; dou fé. Vicência 15-07-86. O Oficial Subst.

Av.11-173 Proceda-se ao Registro do Termo de Aditivo à cédula, = Registro da Escritura Pública do Primeiro termo Aditivo de Re-Ratificação e constituição de Garantias à Escritura Pública de Contrato de Repasse de Recursos Provenientes do Mútuo contraído no Exterior, lavrada em 25-07-85, às fls. 111/122, do livro nº V-07/1400, do 5º Tabelião do Recife, bel. Arnaldo Maciel, Como creditador- O Banco do Estado de Pernambuco S.A. - BANDEPE. Creditado – Devedora: **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S/A.** Intervenientes Garantidores= Os Sos. Carlos Pessoa de Mello, Vaudrilo Leal Guerra Curado, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Carlos Pessoa de Mello Filho e suas respectivas mulheres; Intervenientes Fiadores, a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco LTDA, e Interveniente Garantidora Outorgante Hipotecante, a Agropecuária Comercio de Aliança LTDA; fica aditado os vencimentos do empréstimo assinado IRVINE TRUST COMPANY, Vencimento- prorrogado para 13-10-90, o empréstimo oriundo do Banco MITSUBISHI BRASILEIRO S/A, Vencimento para 17-10-88, tudo mais nos termos da Escritura arquivada em cartório. O referido é verdade dou fé. Vicência 15.07.1986 - O Oficial Substituto

Av.12-173- Proceda-se ao registro da Escritura Pública de Contrato de Repasse de Recurso

SERVENTIA REGISTRAL E NOTARIAL DE VICENCIA - PE
Rua Manoel Borba, Nº 109, Vicência-Pernambuco
Telefone : (81) 3641-2010 CNPJ : 32.193.340/0001-72 CNS : 3325 | Email :CARTORIODEVICENCIA@GMAIL.COM

Provenientes de Mútuo contraído no Exterior, objetivando ainda a Assenção de obrigações constituições de garantias e outras estipulações lavradas às fls. 122v/143 do livro V-07/1400, do Tabelião do 5º Cartório do Recife, bel. Arnaldo Maciel, Creditada O Banco do Estado de Pernambuco S.A. – BANDEPE, como creditada devedora **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S/A, como** Intervenientes Garantidores, os Srs. Carlos Pessoa de Mello, Vaudrilo Leal Guerra Curado, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Carlos Pessoa de Mello Filho e suas respectivas mulheres, e como Intervenientes Fiadores: a Cooperativa de Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco LTDA, e ainda como Outorgante Hipotecante, a AGROPECUÁRIA Comércio de Aliança LTDA, vencimento dos recursos oriundos do Banco MITSUBISHI BRASILEIRO S/A, 16-06-86- Vencimento dos recursos oriundos do Banco Montreal de Investimentos S/A. Em 19-07-94- Bens vinculados: Hipoteca de 6º grau do Engenho Águas Perdidas neste município, constate da matrícula 173 do livro 2-B. Tudo mais como consta expressamente na Escritura arquivada em cartório. O referido é verdade; dou fé. Vicência 15-07-86. O Oficial Substituta.

R.13-173- Proceda-se o Registro da Cédula de Crédito Comercial nº 02/86- datada de 25-06-86, Valor: Cr$5.411.677,73- vencimento: 22-12-86- Credor: O Banco do Estado de Pernambuco S.A. - BANDEPE. Emitente: **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S/A-** Fiadores- Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco LTDA Outorgantes intervenientes: AGROPECUÁRIA Comércio de Aliança LTDA- Avalistas: Carlos Pessoa de Mello, Vaudrilo Leal Guerra Curado, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Carlos Pessoa de Mello Filho e suas respectivas mulheres. Juros: 2,5% ao mês. Bens vinculados: Hipoteca em 7º grau do Engenho Águas Perdidas, referido na matrícula 173, fls. 73 do livro 2-B deste cartório. Tudo mais constante expressamente na cédula, ora arquivada em cartório. O referido é verdade; dou fé. Vicência 25-agosto de 86. Manoel Anísio da Silva Escrevente respondendo pelo Cartório.

R.14-173- Proceda-se ao Registro da Cédula de Crédito Comercial nº 10/86- datada de 26-12-86, Valor Cr$6.972.000,00- vencimento: 24-06-87- Credor: O Banco do Estado de Pernambuco S.A. - BANDEPE. Emitente: **PESSOA DE MELLO, INDUSTRIA E COMERCIO S.A**. Avalistas: Vaudrilo Leal Guerra Curado, Carlos Pessoa de Mello, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, Carlos Pessoa de Mello Filho e suas respectivas mulheres, Fiadora: a Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool de Pernambuco LTDA, Outorgante Hipotecante: a AGROPECUÁRIA Comércio de Aliança LTDA-

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

juros: 05% ao mês. Bens vinculados: em Hipoteca de 8º grau o Engenho Águas Perdidas constante da matrícula 173, fls. 73 do livro 2-B- Tudo mais consta expressamente na cédula, ora arquivada em cartório. O referido é verdade; dou fé. Vicência 10 de fevereiro de 1987. O Oficial Subst.

R-15-173- Proceda-se ao Registro da Escritura Pública de Composição de Dívidas com Garantia Hipotecária Fidejussória e Fiduciária, lavrada às fls. 53 a 58 livro 45, nas Notas da 1ª Tabeliã substituta Delasy Cavalcanti Mariz, datada, digo, Mariz, lavrada na cidade de Aliança no referido Cartório em 12 (doze) de setembro de 1990, sendo partes; como Credor: O Banco do Estado de Pernambuco S/A – BANDEPE, com sede no Cais do Apolo, 222, Recife-PE., CGC/MF sob o nº 10.866.788/0001-77, representado por seus Diretores José Soares Neto, CPF nº 003.233.304-87, Identidade nº 538.568-SSP-CE., e Luiz de Almeida Silva Filho, Diretor, CPF nº 113.192.914-49; Identidade nº 1.235.635-SSP/PE., ambos brasileiros, casados, residentes na cidade do Recife-PE., e de outro lado, como Devedora e Outorgante Hipotecante, **Pessoa de Mello, Industria e Comercio S/A.,** com sede na Rua do Brum, nº 137, bairro e cidade do Recife, CGC/MF sob o nº 10.803.336/0001-46, representada pelos seus Diretores Vaudrilo Leal Guerra Curado e Alfredo Mariano de Brito, brasileiros, casados, Advogados, residentes domiciliados na cidade do Recife, capital deste Estado, na Av. 17 de Agosto, 1565, e na Rua Dom Bosco, 632, aptº 603, respectivamente, inscritos no CPF nº sob os nºs 000.250.034-53 e 004.174.834-49, e também como Fiadores Carlos Pessoa de Mello, e sua esposa Maria Lêda Dourado Pessoa de Mello CPF/MF sob os nºs 001.611.954-15 e 000.108.634-00, respectivamente, residentes e domiciliados na Cidade do Recife-PE; Rua Fernando Vieira, 308 – Boa Vista; Carlos Pessoa de Mello Filho e sua esposa Andréa Cavalcanti Pessoa de Mello, inscritos no CPF/MF sob os nºs 090.147.304-97 e 193.012.514-34, respectivamente, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto e sua esposa Eliana Cabelo Pessoa de Mello, residentes na Rua Santana, 511, Casa Forte – Recife-PE. Capital do Estado, inscritos no CPF/MF sob os nºs 018.544.024-04 e 660.022.064-34, respectivamente e Vaudrilo Leal Guerra Curado, já qualificado e sua esposa Sílvia Maria da Gama Guerra Curado, inscrita no CPF/MF sob o nº conjuntamente com seu esposo, e Agicam- Agroindústria do Maracatú-ba S/A, com sede na Fazenda "Manibu", município de Rio Tinto- Paraíba- CGC/MF sob o nº 09.089.046/0001-01, representada neste ato pelo seu Diretor 'Superintendente e Procurador, respectivamente, Belarmino Luiz Pessoa de Mello Neto, já qualificado e Antonio Julião Moura de Almeida, Angolano, solteiro, maior, residente na cidade do Recife-PE; na Rua Sá e Souza, 668, aptº 602- Boa Viagem, CPF/MF sob o nº 921.809.498-04, e ainda como Outorgante Hipotecante a

SERVENTIA REGISTRAL E NOTARIAL DE VICENCIA - PE
Rua Manoel Borba, Nº 109, Vicência-Pernambuco
Telefone : (81) 3641-2010 CNPJ : 32.193.340/0001-72 CNS : 3325 | Email :CARTORIODEVICENCIA@GMAIL.COM

Agropecuária Comércio de Aliança Ltda, sede na Rua do Brum, 137- Recife-PE, CGC/MF nº 11.443.678/0001-65, representada por seus Dirs. Srs. Carlos Pessoa de Mello e Carlos Pessoa de Mello, já qualificados. Valor da Dívida- Cr$100.629.476,27 (Cem milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quatrocentos e setenta e seis cruzeiros e vinte e sete Centavos). Bens Vinculados- Hipoteca em 9º (nono) grau do imóvel rural denominado Engenho Águas Perdidas, constante da presente matrícula contendo benfeitorias uma casa, com uma área de 180m², valor da Avaliação- Cr$2.081.454,00. Tudo o mais nos termos das clausulas e condições, Forma de Pagamento; contidas na referida escritura que fica arquivada em Cartório. O referido é verdade; dou fé. Vicência 14 de dezembro de 1990. André Cesário de Albuquerque Neto. O Oficial.

R-16-173- Nos termos do Ofício nº GDO.0011.000007-3/2017, recebido em 15-02-2017, devidamente assinado pelo diretor de secretaria da 11ª Vara-PE, Edilson Ribeiro de Vasconcelos, a fim de instituir os autos da execução fiscal nº 0008638-90.1991.4.05.8300, em que são partes o exequente: Fazenda Nacional e executado: Pessoa de Mello Industria e comercio S/A e outros, para constar o auto de penhora e Avaliação, extraído dos autos da Carta Precatória civil de nº 0800148-85.2015.4.05.8306 (Processo original nº 0008638.90.1991.4.05.8300), o imóvel constante da Matrícula nº 173 com área de 120,00ha, avaliado à R$10.000,00 (Dez Mil Reais) cada hectares, Totalizando R$1.200,000,00 (Hum Milhão e Duzentos Mil Reais). pelo Oficial de Justiça Avaliador Federal- Mat. 3300- Alexandre Luiz Cavalcanti da Silva. O referido é verdade, dou fé: recolhida a taxa instituída pela Lei nº 11.404/96; Guia 000676598; selo 0076786.XSM08201601.00163, Consulte selo em www.tjpe.br/selodigital; dou fé; Vicência 16-02-2017. O Oficial. Maria Rosenilda de Lima Silva

Av-17-173- Nos termos do Mandado de Penhora e Intimação, recebido em 20 de outubro de 2017, expedido pelo Juiz de Direito desta Comarca, nos autos do Proc. Nº 000.247-67.2017.8.17.3580- recebido através de Carta Precatória nº CPR. 0033.000139-7/2017- em cumprimento a sentença nº 0000163-77.1993.4.05.8300, em que são partes: (exequente) **Fazenda Nacional;** (executado) **Pessoa de Mello Industria e Comércio S/A** CNPJ/MF sob nº 10.803.336/0001-46- Rua Dom Vital, 27- Santo Amaro Recife-PE, Juiz Deprecante: Juizo Federal da 33ª vara, Seção judiciária do Estado de Pernambuco; Juizo Deprecado – Distribuida da Comarca de Vicência/PE; sendo procedida a penhora da parte do imóvel constante da presente matrícula (173) com área de 0,7ha (sete décimo de hectares) da propriedade águas perdidas – adotando-se por referência o índice utilizado pelo setor de tributação

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

da Prefeitura de Vicência, a avaliação de R$ 6.000,00 (Seis Mil Reais) por hectares, para terra nua, sendo a fração penhora em R$ 4.200,00 (quatro mil e Duzentos Reais) valor suficiente para satisfação da dívida indicada na carta precatória em epígrafe. Tudo conforme auto de penhora a avaliação devidamente assinado por Carlos Augusto Xavier. oficial de Justiça, M.. 1869981. O referido é verdade dou fé. Emitido a taxa instituída pela lei nº 11.404/96, dou fé. Guia 0007814179- selo 0076786.MIT.08201701.00074, consulte a autenticidade do selo em www.tjpe.jus.br/selodigital; dou fé. Vicência 24.10.2017. Oficial Maria Rosenilda de Lima Silva.

R-18-173 – PENHORA – Apontamento sob nº **9904** do protocolo 1-C de Registro de Imóveis, para constar o **Auto de Penhora e Avaliação da fração ideal correspondente a 120,0 (cento e Vinte) hectares** do imóvel da presente matrícula, avaliado em R$ 1.800.000,00 (Hum Milhão e Oitocentos Mil Reais) em cumprimento ao **Ofício nº OFD.000.000080-0/2019** pela Diretora de Secretaria da 33ª Vara Federal-PE, expedido nos autos da **Ação Fiscal nº 0010363-65.2001.4.05.8300,** datado de 21/02/2019, em que são partes Exequente: **Fazenda Nacional** e parte Executada: **Pessoa de Mello Industria e Comercio Ltda e outros. Em conformidade ao despacho da Juíza Federal da 33ª Vara de PE, Drª. Roberta Walmsley S.C. Porto Barros.** Documentos arquivados: Malote Digital, Ofício, Auto de Avaliação, Mandado de Intimação e Despacho. **Faça constar as taxas de emolumentos, FERC, TSNR e ISS referente ao presente registro, até a presente data soma um total de R$ 5.889,27 (cinco mil, oitocentos e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos),** cujo valor se encontra discriminado no boleto SICASE, que será encaminhado à 33ª Vara Federal de PE, de acordo com as diretrizes dos artigos 169 e 170 do Código de Normas dos serviços Notariais e Registrais do Estado de Pernambuco. Dou fé. Vicência 25 de Março de 2019. Sem recolhimento de emolumentos por se tratar de Registro de Ofício. Eu, _____, Emanuelle Cavalcanti da Costa Machado, Oficiala Designada, o subscrevo. O presente ato só terá validade com o Selo: **0076786.RYP12201805.00140**. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpe.jus.br/selodigital. Dou fé.

CERTIFICO FINALMENTE que foi pesquisado na Central de Indisponibilidade de Bens com código HASH: **225d.92d0.9f6e.07fe.9bfa.b092.c2ad.3f07.687f.e07b,** com data de 12/05/2021 ás 11:46:35, em nome do CNPJ nº 10.803.336/0001-46, com resultado negativo, arquivados nesta Serventia. Não foi recolhida a taxa instituída pela Lei nº 11.404/96, em virtude do Ofício Nº008, PROCURADORIA

SERVENTIA REGISTRAL E NOTARIAL DE VICENCIA - PE
Rua Manoel Borba, Nº 109, Vicência-Pernambuco
Telefone : (81) 3541-2010 CNPJ : 32.193.340/0001-72 CNS : 3325 | Email :CARTORIODEVICENCIA@GMAIL.COM

GERAL DA FAZENDA NACIONAL (Ato Gratuito). Guia Sicase: 0013753631. O referido é verdade; dou fé. Emolumentos: R$ 0,00; TSNR: R$ 0,00; FERM: R$ 0,00; FUNSEG: R$ 0,00; FERC: R$ 0,00; ISS :R$ 0,00. Total: R$ 0,00. O presente ato só terá validade com o Selo: **0076786.CQV11202003.00141**. Consulte a autenticidade do selo em www.tjpe.jus.br/selodigital Para efeito de lavratura de atos notariais, a presente certidão é valida por 30 (trinta) dias, conforme item IV, art 1º do Decreto nº 93.240, de 09.09.1986.

O referido é verdade e dou fé. Eu, _____, a digitei.
Vicência - PE, 12 de Maio de 2021

_____
EMANUELLE CAVALCANTI DA COSTA MACHADO

Poder Judiciário
do Estado de Pernambuco
SELO DE FISCALIZAÇÃO
0076786.CQV11202003.00141
Confira o ato em
www.tjpe.jus.br/selodigital

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO.

SERVIÇO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Vistos em inspeção.

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Passo a apreciar as questões pendentes.

1. IMÓVEL DE MATRÍCULA 95.130, 2.º CRI RECIFE/PE (antigo)

Anterior decisão do juízo determinou a baixa da penhora incidente sobre o apartamento 501, Edifício Antônio Dourado Netto, situado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, Graças, Recife/PE.

O referido bem, antes matriculado sob n.º 95130, 2.º CRI de Recife/PE, vinculou-se à circunscrição do 6.º CRI de Recife/PE.

Em resposta ao ofício deste juízo, o 6º CRI de Recife/PE informou não vigorar penhora incidente sobre o imóvel de matrícula 15522 (ID 4058300.18435279, 28/04/2021). De acordo com a certidão encaminhada, o Titular do Cartório se referiu ao apto 1603B do edifício Aquiles, localizado na Estrada de Belém, Recife/PE.

Dessa feita, oficie-se ao 6.º CRI de Recife/PE para esclarecer que a **baixa da penhora determinada se relaciona ao apartamento 501, Edifício Antônio Dourado Netto, situado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, Graças, Recife/PE.**

Cumpra-se.

2. MATRÍCULA 173, CRI VICÊNCIA/PE

A União pede esclarecimento sobre o ônus final da perícia a ser realizada para a individualização da parte livre do imóvel em questão.

Ao credor cabe a indicação de bens livres e desembaraçados do devedor, razão pela qual, não o fazendo, e interessando-lhe a oneração de bem não individualizado, recai sobre si o ônus da perícia com tal fim, ao menos inicialmente.

Nessa ordem de ideias, cabe à União, que requereu tal individualização, o adiantamento da despesa, **sendo certo que, ao final, ao vencido caberá o ressarcimento dos custos que a outra parte suportou durante o processo.**

Por fim, o oficial de justiça averiguou que no local residem diversos trabalhadores que receberam lotes de terras em dação em pagamento das verbas indenizatórias, a despeito da inexistência de registro formal. Com essas considerações, entendo necessária perícia técnica para individualizar a eventual parte livre do sobredito imóvel a fim de ter eficácia eventual venda judicial.

3. LEILÃO

Cumpra-se o despacho retro sobre a carta precatória expedida em 02/12/2020 (ID 16735359).

jpr

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - direcao11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

A(o) Senhor(a)
Oficial do 6º Cartório de Registro de Imóveis do Recife

Assunto: **Baixa de penhora incidente sobre imóvel**

Senhor(a) Oficial(a),

Determino a Vossa Senhoria que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda à baixa da penhora ou arresto incidente sobre localizado na **Av Conselheiro Rosa e Silva, Edifício Antônio Dourado Netto, apto. 501, anteriormente matriculado sob o nº 95.130 junto ao 2º CRI do Recife** , relativo à constrição judicial havida nos autos do processo em epígrafe, nos termos da decisão ID 4058300.17526895.

Vossa Senhoria deverá informar a este Juízo, em igual prazo, o cumprimento da determinação acima.

Informo que, nos termos do art. 39 da Lei 6.830/80, a Fazenda Pública não está sujeita ao pagamento de taxas e emolumentos nos processos em que é parte.

Anexo: cópia das decisões IDs 4058300.19165374 e 4058300.17526895 e do ofício do 2º CRI do Recife ID 4058300.14593384.

Atenciosamente,

(*assinado eletronicamente*)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do recibo de remessa pelo Malote Digital.

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO

ıstreabilidade: 40520218819001
Documento: NOVO OFÍCIO 6º CRI.pdf
Remetente: SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário: Recife - 6º Serventia Registral (TJPE)
Data de Envio: 09/07/2021 13:37:59
Assunto: proceda à baixa da penhora ou arresto incidente sobre localizado na Av Conselheiro Rosa e Silva, Edifício Antônio Doura

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81720213406420

Nome original: OFICIO 545 2021.pdf

Data: 09/07/2021 15:14:25

Remetente:

Rosana Siqueira Cavalcanti
Recife - 6º Serventia Registral
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Em resposta a solicitação contida no Ofício com código de barras 210701122449958 00000019489311, extraído dos autos do processo: 0002274-68.1992.4.05.8300.

Ofício n.º 545/2021. Recife, 09 de julho de 2021.

Ao Exmo(a) Sr(a) Dr(a) Juiz(a)
11ª VARA FEDERAL - PE
JUSTIÇA FEDERAL

PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300
AUTOR: FAZENDA NACIONAL
RÉU: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros

Em atendimento ao Ofício PJe - 21070112244995800000019489311, determinando à baixa da penhora ou arresto, registrada na matrícula **15.522 (atual matrícula do imóvel**), cumpri-me, a priori, comunicar a Vossa Excelência, que **NÃO** temos registro de nenhuma constrição judicial determinada nos autos nº **0002274-68.1992.4.05.8300 - Execução Fiscal**, deste Digno Juízo, assim, não há qualquer atuação a ser feita com relação a este imóvel, conforme cópia da matrícula anexa.

Nesta oportunidade renovo meus protestos de alta estima e elevada consideração.

.
Respeitosamente,

ROBERTO LÚCIO DE SOUZA PEREIRA
Oficial de Registro

ROBERTO LÚCIO DE SOUZA PEREIRA - Oficial Registrador - CNPJ 29.056.189.0001-16
Endereço: Av. Gov. Agamenon Magalhães nº 2939, sala 603, Espinheiro, Recife/PE, CEP: 52020-000
(Edifício Empresarial International Business Center)
Horário: 9h - 17h (segunda a sexta-feira)
Site: www.6rirecife.com.br
E-mail: contato@6rirecife.com.br
WhatsApp: +55 (81) 99714.0337 | **Telefone**: +55 (81) 3243-0410

MATRÍCULA Nº 15.522 ficha 01F 12/04/2021

APARTAMENTO 501, **Em Construção**, localizado no 5º Pavimento **Tipo C**, do **EDIFÍCIO ANTÔNIO DOURADO NETTO**, com frente para a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, Graças, nesta cidade, composto de dois quartos, uma sala de estar/jantar, varanda, bwc social, bwc suíte, cozinha/área de serviço e uma vaga de garagem para veículo de pequeno porte 85, localizado no pavimento vazado, do tipo coberta, com uma área privativa de 55,03m², área comum de 51,24m², perfazendo uma área total de 106,27m², com uma fração ideal equivalente a 0,012831 do lote de terreno próprio onde assenta o edifício, confrontando-se pela frente para Avenida Conselheiro Rosa e Silva; pelo lado direito, com o imóvel 797, da Avenida Conselheiro Rosa e Silva e parte do imóvel 14, da Rua do Futuro; pelo lado esquerdo, com o Edifício São Joaquim, 885, da Avenida Conselheiro Rosa e Silva e parte da Rua Edgar D' Amorim; e, pelos fundos, com o imóvel 85, da Rua Edgar D' Amorim e Edifício Acauã, 30 da Rua do Futuro.

PROPRIETÁRIO(S): CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, engenheiro civil, CPF 090.147.304-97, e sua mulher ANDRÉA CAVALCANTI PESSOA DE MELLO, psicóloga, CPF 193.012.514-34, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Paulista/PE; MARIA GUIOMAR PESSOA GUERRA, brasileira, separada judicialmente e declara que não convive em união estável com outrem, professora aposentada, CPF 368.805.904-20, residente e domiciliada nesta cidade; BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO, industrial, CPF 018.544.024-04, e sua mulher ELIANA RABELO PESSOA DE MELLO, pedagoga, CPF 660.022.064-34, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, anterior a vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE; MARIA DE FÁTIMA PESSÔA DE MELLO CARTAXO, advogada, CPF 083.963.964-34, casada com Otacílio Dantas Cartaxo, advogado, CPF 050.619.384-53, pelo regime da comunhão parcial de bens, anterior a vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade; ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, engenheiro, CPF 317.278.084-87, casado com Flávia Barros Leal Pessoa de Mello, economista, CPF 306.985.704-30, pelo regime da separação total de bens, na vigência da Lei 6.515/77, brasileiros, residentes e domiciliados em Jaboatão dos Guararapes/PE;

REGISTRO ANTERIOR: Matrícula 95130 do 2º Ofício de Registro de Imóveis do Recife.

AV-1 - MAT. 15.522 - PROTOCOLO 19.522 - 15/03/2021 - AVERBAÇÃO DE ABERTURA DE MATRÍCULA COM ÔNUS: Procede-se, a abertura da presente matrícula, nos termos dos artigos 922, 923 e 930 do Código de Normas do Estado de Pernambuco - Provimento 20/2009, e de acordo com o título anterior acima informado, no qual constam os seguintes elementos pertinentes:

1 - COMUNICAÇÃO DA CONVENÇÃO: Consta, neste Ofício, o registro **8895**, praticado em 06 de Outubro de 2017, no Livro 3 - Registro Auxiliar, referente à CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO do **EDIFÍCIO ANTÔNIO DOURADO NETTO**, com frente para a Avenida Conselheiro Rosa e Silva, no bairro das Graças, nesta cidade, através da Escritura Pública lavrada em 14 de Julho de 2017 pelo 1° Ofício Notarial e de Registros de Timbaúba/PE, no Livro 376-E, às fls. 050/075, Protocolo 2506. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017. Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754). AV-1 - MAT. 95130 - PROTOCOLO 379097 - 02.10.2017.

2 - COMUNICAÇÃO DE PACTO ANTENUPCIAL: Consta, neste Ofício, o registro **8386**, praticado em 25 de Abril de 2017, no Livro 3 - Registro Auxiliar, referente ao PACTO ANTENUPCIAL com adoção do Regime de Universal de Bens, do casal CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, CPF 090.147.304-97 e ANDRÉA CAVALCANTI PESSOA DE MELLO, CPF 193.012.514-34. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017. Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754). AV-3 - MAT. 95130 - PROTOCOLO 379183 - 03.10.2017.

3 - COMUNICAÇÃO DE PACTO ANTENUPCIAL: Consta, neste Ofício, o registro **8387**, praticado em 25 de Abril de 2017, no Livro 3 - Registro Auxiliar, referente ao PACTO ANTENUPCIAL com adoção do Regime da Separação Total de Bens, do casal ANTÔNIO FRANCISCO PESSOA DE MELLO, CPF 317.278.084-87 e FLÁVIA BARROS LEAL

Continua no verso.

PESSÔA DE MELLO, CPF 306.985.704-30. Dou fé. Recife, 06 de Outubro de 2017. Oficial/Substituto. (Digitalizado: 86754). AV-4 - MAT. 95130 - PROTOCOLO 379184 - 03.10.2017.

4 - COMUNICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: Encontra-se averbada neste Ofício sob o AV-29, Matrícula 54.315, o Termo de Constituição de Patrimônio de Afetação celebrado em 05 de março de 2018, sobre o EDIFÍCIO ANTÔNIO DOURADO NETTO, situado na Avenida Conselheiro Rosa e Silva, no bairro das Graças, nesta cidade, pela CONSTRUTORA SANTO ANTÔNIO LTDA, CNPJ 11.844.099/0001-24; ARAMBI EMPREENDIMENTOS S/A, CNPJ 23.902.316/0001-74, COMPANHIA NOSSA SENHORA DA SOLIDADE, CNPJ 35.352.962/0001-92, e pelos proprietários dos direitos reais. Documentos arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 20 de abril de 2018. /Ezequias Oliveira de Santana. (Digitalizado 90247). AV-5 - 95130 - PROTOCOLO 383886 - 19.04.2018.

Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 12 de abril de 2021. /Oficial/Substituto.

R-2 - MAT. 15.522 - PROTOCOLO 19.522 - 15/03/2021 - DEVEDORES: CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO, CPF 090.147.304-97; **CREDOR:** FAZENDA NACIONAL; **TÍTULO:** Penhora; **FORMA DE TÍTULO**: Mandado de Penhora, expedido em 03.02.2021, pela MMª. Juíza Federal da 33ª Vara Federal do Recife/PE, extraído dos autos do Processo 0002241-78.1992.4.05.8300, movido contra JOSÉ COSTA CAVALCANTI JUNIOR e OUTROS, acompanhado pelo Auto de Penhora, Avaliação e Nomeação de Depositário datado de 10 de março de 2021; **DEPOSITÁRIO:** RENATO GRACIE 845.140.273-91; **VALOR DA DÍVIDA:** R$1.837.435,05. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 12 de abril de 2021. /Oficial/Substituto.

AV-3 - MAT. 15.522 - PROTOCOLO 19.522 - 15/03/2021 - INDISPONIBILIDADE: Procede-se, através do Mandado de Penhora, expedido em 03.02.2021, pelo MMª. Juíza Federal da 33ª Vara Federal do Recife/PE, extraído dos autos do Processo 0002241-78.1992.4.05.8300 e acompanhado pelo Auto de Penhora, Avaliação e Nomeação de Depositário datado de 10 de março de 2021, a **INDISPONIBILIDADE** sobre o imóvel objeto da presente matrícula. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 12 de abril de 2021. /Oficial/Substituto.

R-4 - MAT. 15.522 - PROTOCOLO 19.521 - 15/03/2021 - DEVEDORES: ANTÔNIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO, CPF 317.278.084-87; **CREDOR:** FAZENDA NACIONAL; **TÍTULO:** Penhora; **FORMA DE TÍTULO**: Mandado de Penhora, expedido em 12.02.2021, pela MMª. Juíza Federal da 33ª Vara Federal do Recife/PE, extraído dos autos do Processo 0002262-54.1992.4.05.8300, movido contra SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI, e OUTROS; e acompanhado pelo Auto de Penhora e Avaliação e Nomeação de Depositário datado de 10 de março de 2021; **DEPOSITÁRIO:** RENATO GRACIE, CPF 845.140.273-91; **VALOR DA DÍVIDA:** R$392.076,62. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 12 de abril de 2021. /Oficial/Substituto.

AV-5 - MAT. 15.522 - PROTOCOLO 19.521 - 15/03/2021 - INDISPONIBILIDADE: Procede-se, através do Mandado de Penhora, expedido em 12.02.2021, pela MMª. Juíza Federal da 33ª Vara Federal do Recife/PE, extraído dos autos do Processo 0002262-54.1992.4.05.8300, e acompanhado pelo Auto de Penhora e Avaliação e Nomeação de Depositário datado de 10 de março de 2021, a **INDISPONIBILIDADE** sobre o imóvel objeto da presente matrícula. Documentos reunidos no protocolo citado e arquivados eletronicamente. Dou fé. Recife, 12 de abril de 2021. /Oficial/Substituto.

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
RAFAEL FÉLIX TENÓRIO DE ALMEIDA - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 12/07/2021 12:08:36
Identificador: 4058300.19581836
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
21071212081219300000019637471

Intimação da parte **exequente** acerca do despacho/decisão/sentença/ato ordinatório retro.

Intimação da parte **executada** acerca do despacho/decisão/sentença/ato ordinatório retro.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 17/07/2021 07:06, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 28/06/2021 22:03 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21071312582884000000019654047 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 17/07/2021 07:06 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 23/07/2021 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 28/06/2021 22:03 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 21071312590389500000019654051 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 24/07/2021 00:02 - Seção Judiciária de Pernambuco.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR FEDERAL - 11ª VARA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

EXECUÇÃO FISCAL: 0002274-68.1992.4.05.8300

(E APENSOS)

EXCDO: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

UNIÃO (FAZENDA NACIONAL) por seu procurador que esta subscreve, vem, perante V. Exa, expor e ao final requerer o seguinte:

01. A r. decisão retro, Id. 4058300.17526895, consigna o seguinte:

> Nessa ordem de ideias, cabe à União, que requereu tal individualização, o adiantamento da despesa, **sendo certo que, ao final, ao vencido caberá o ressarcimento dos custos que a outra parte suportou durante o processo.**
>
> Por fim, o oficial de justiça averiguou que no local residem diversos trabalhadores que receberam lotes de terras em dação em pagamento das verbas indenizatórias, a despeito da inexistência de registro formal. Com essas considerações, entendo necessária perícia técnica para individualizar a eventual parte livre do sobredito imóvel a fim de ter eficácia eventual venda judicial.

02. Esclarecida a questão suscitada no tocante ao ônus final relativo às despesas da perícia judicial, a exequente, ao tempo em que registra ciência da decisão, aguarda nomeação do perito e proposta dos honorários respectivos, para os fins dos artigos 95, §1º e 465, §§1º e 3º, todos do CPC.

Nesses termos, pede deferimento.

Natal, 28 de julho de 2021

.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4029100013422
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Ocorrências

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Inscrição:	40 2 91 000134-22
Nº Processo Administrativo:	10480 008200/89-41
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURIDICA
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	16/09/1991
Data Primeira Cobrança:	10/10/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3551-DIV.ATIVA-IRPJ
Valor Inscrito:	R$ 21.345,35 (UFIR 20.059,54)
Valor Remanescente:	R$ 21.345,35 (UFIR 20.059,54)
Valor Consolidado:	R$ 160.333,69
Qtd. de Débitos:	8
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088901109
Nº Processo Judicial:	9200022723
Nº Único de Processo Judicial:	22729819924058300
Data de Protocolo:	25/02/1992
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo: 11ª Vara Federal
Data de Falência:
PFN de Inscrição: QUINTA REGIAO
PFN Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: DRF RCE
Nº Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):
Nº do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Situação no Protesto: SEM PROTESTO
Bloqueio Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: NAO

OCORRÊNCIAS

Data/Hora	Descrição	Situação
16/09/1991 08:49:12.38	INSCRICAO	ATIVA A SER COBRADA
16/09/1991 16:20:36.44	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
17/09/1991 14:41:36.20	ALTERACAO VALOR PRINC DEBITO VENC 31/01/1989 VALOR 9.650,68 VALOR ANT 965.068,00	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
17/09/1991 14:41:36.26	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL VENC 31/01/1989 VALOR 9.650,68	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
17/09/1991 14:49:31.59	ALTERACAO VALOR PRINC DEBITO VENC 30/11/1989 VALOR 100,92 VALOR ANT 100.920,00	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
10/10/1991 01:14:16.17	PRIMEIRA COBRANCA	ATIVA EM COBRANCA
02/01/1992 00:00:00.01	CONVERSAO DOS DEBITOS P/UFIR	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
11/02/1992 20:31:09.14	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
25/02/1992 16:12:30.45	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU E00032/1992	ATIVA AJUIZADA
03/04/1992 22:36:51.33	SEGUNDA COBRANCA	ATIVA AJUIZADA
01/08/1993 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ CRUZEIRO REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/07/1994 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
05/05/2013 07:33:54.00	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/07/2020 05:44:57.10	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4069100004627
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Ocorrências

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Inscrição:	40 6 91 000046-27
Nº Processo Administrativo:	13406 000079/89-17
Situação:	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE DEVOLVIDA OU ARQUIVADA
Série da Inscrição:	DIVERSAS ORIGENS
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	28/08/1991
Data Primeira Cobrança:	01/09/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	1134-DIV.ATIVA-FINSOCIAL
Valor Inscrito:	R$ 44.891,63 (UFIR 42.187,42)
Valor Remanescente:	R$ 44.891,63 (UFIR 42.187,42)
Valor Consolidado:	R$ 0,00
Qtd. de Débitos:	20
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088900940
Nº Processo Judicial:	9100086380
Nº Único de Processo Judicial:	86389019914058300
Data de Protocolo:	05/11/1991
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo:	11ª Vara Federal
Data de Falência:	
PFN de Inscrição:	QUINTA REGIAO
PFN Responsável:	QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:	SRF-PE
Nº Auto de Infração:	
Devolução/Arquivamento:	08/01/2018
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):	
Nº do Imóvel (RIP):	
Data da Extinção:	20/12/2017
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:	
Motivo da Extinção:	CONFORME DESPACHO DE FLS. 1036/1037 DO PA 13406.000079/89-17.
Situação no Protesto:	SEM PROTESTO
Bloqueio Ajuizamento:	
Envio Análise do Órgão de Origem:	NAO

OCORRÊNCIAS

Data/Hora	Descrição	Situação
28/08/1991 16:11:26.56	INSCRICAO	ATIVA A SER COBRADA
29/08/1991 14:27:12.52	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:50:44.58	ALTERACAO VALOR PRINC DEBITO VENC 15/01/1990 VALOR 114,84 VALOR ANT 293.318,36	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:50:44.60	ALTERACAO TERMO INICIAL JUROS VENC 15/01/1990 VALOR 114,84 TIJ ANT 01/02/1990	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:50:44.61	ALTERACAO TERMO INIC CORR MON VENC 15/01/1990 VALOR 114,84 TIAM ANT 01/90/1900	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:50:44.63	ALT NOTIF/PER AP/ANO BASE/EX VENC 15/01/1990 VALOR 114,84	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:50:44.64	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL VENC 15/01/1990 VALOR 114,84	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:59:30.75	ALTERACAO DATA VENC DEBITO VENC 15/08/1989 VALOR 114,84 DATA ANT 15/01/1990	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:59:30.82	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL VENC 15/08/1989 VALOR 114,84	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 15:46:48.59	ALTERACAO VALOR PRINC DEBITO VENC 13/01/1989 VALOR 4.510.210,00 VALOR ANT 4.510,21	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 15:46:48.65	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL VENC 13/01/1989 VALOR 4.510.210,00	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/09/1991 00:01:04.82	PRIMEIRA COBRANCA	ATIVA EM COBRANCA
05/09/1991 08:08:29.91	ALTERACAO DE SITUACAO PARA SER AJUIZADA	ATIVA A SER AJUIZADA
05/09/1991	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL VENC	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

Data/Hora	Descrição	Situação
08:12:52.03	13/01/1989 VALOR 4.510.210,00	
12/10/1991 11:50:25.35	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
31/10/1991 15:53:52.75	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU E00248/1991	ATIVA AJUIZADA
06/11/1991 01:44:07.54	SEGUNDA COBRANCA	ATIVA AJUIZADA
02/01/1992 00:00:00.01	CONVERSAO DOS DEBITOS P/UFIR	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/08/1993 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ CRUZEIRO REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/07/1994 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
05/05/2013 07:33:54.00	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
20/12/2017 11:41:49.00	EXTINCAO POR PRESCR.INTERC	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE A SER DEVOLVIDA OU ARQUIVADA
08/01/2018 01:00:00.00	DEVOLUCAO/ARQUIVAMENTO DO PAF	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE DEVOLVIDA OU ARQUIVADA

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4080200056298
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Ocorrências

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Inscrição:	40 8 02 000562-98
Nº Processo Administrativo:	10480 000679/2002-13
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	02/05/2002
Data Primeira Cobrança:	13/05/2002
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	2157-DIV.ATIVA-ITR
Valor Inscrito:	R$ 41.035,13 (UFIR 45.053,93)
Valor Remanescente:	R$ 41.035,13 (UFIR 45.053,93)
Valor Consolidado:	R$ 199.903,44
Qtd. de Débitos:	2
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088931751
Nº Processo Judicial:	200283000140580
Nº Único de Processo Judicial:	140589020024058300
Data de Protocolo:	12/09/2002
Data Distribuição:	12/09/2002
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo: 11ª Vara Federal
Data de Falência:
PFN de Inscrição: QUINTA REGIAO
PFN Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: ARF/TIMBAUBA
Nº Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):
Nº do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Situação no Protesto: SEM PROTESTO
Bloqueio Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: NAO

OCORRÊNCIAS

Data/Hora	Descrição	Situação
02/05/2002 16:40:07.00	INSCRICAO	ATIVA A SER COBRADA
03/05/2002 14:09:56.00	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
13/05/2002 22:11:12.43	PRIMEIRA COBRANCA	ATIVA EM COBRANCA
26/08/2002 00:00:00.02	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
26/08/2002 00:30:00.00	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU E31364/2002	ATIVA AJUIZADA
05/10/2002 06:56:25.35	SEGUNDA COBRANCA	ATIVA AJUIZADA
05/05/2013 07:33:54.00	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/07/2020 06:01:53.80	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4069100008533
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Ocorrências

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Inscrição:	40 6 91 000085-33
Nº Processo Administrativo:	26520 100002/88-82
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	DIVERSAS ORIGENS
Natureza da Dívida:	NAO TRIBUTARIA
Data Inscrição:	04/09/1991
Data Primeira Cobrança:	10/10/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3640-DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Valor Inscrito:	CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Remanescente:	CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Consolidado:	R$ 528.992,23
Qtd. de Débitos:	1
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088918715
Nº Processo Judicial:	9200022740
Nº Único de Processo Judicial:	22746819924058300
Data de Protocolo:	25/02/1992
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo: 11ª Vara Federal
Data de Falência:
PFN de Inscrição: QUINTA REGIAO
PFN Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: DRF RCE
Nº Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):
Nº do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Situação no Protesto: SEM PROTESTO
Bloqueio Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: NAO

OCORRÊNCIAS

Data/Hora	Descrição	Situação
04/09/1991 15:13:42.65	INSCRICAO	ATIVA A SER COBRADA
04/09/1991 17:08:53.12	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
10/10/1991 01:14:16.17	PRIMEIRA COBRANCA	ATIVA EM COBRANCA
02/01/1992 00:00:00.01	CONVERSAO DOS DEBITOS P/UFIR	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
11/02/1992 20:31:09.14	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
25/02/1992 16:14:13.91	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU E00032/1992	ATIVA AJUIZADA
03/04/1992 22:36:51.33	SEGUNDA COBRANCA	ATIVA AJUIZADA
01/08/1993 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ CRUZEIRO REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/07/1994 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
05/05/2013 07:33:54.00	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/07/2020 06:00:06.70	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

FIM DO RELATÓRIO

CORREGEDORIA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Vistos, em correição (período: 04/10 a 22/10/2021).

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

A União requereu a continuidade do feito em relação à perícia topográfica sobre o imóvel de matrícula 173, 1.º CRI de Vicência/PE.

Determino a expedição de **carta precatória** para a designação de perícia técnica para individualizar a eventual parte livre (não tenha sido dada em pagamento a ex-trabalhadores), do imóvel de matrícula 173, 1.º CRI de Vicência/PE, passível de ser alienada judicialmente.

Fica, desde já, registrado que a União adiantará os valores dos honorários periciais, ressarcindo-se em caso de alienação judicial do imóvel.

jpr

Justiça Federal
11ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

Via Malote Digital

CARTA PRECATÓRIA

PRAZO: **60 DIAS**

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ENDEREÇO: **???**

VALOR INICIAL DA DÍVIDA: **R$???**

DEPRECANTE: **JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DEPRECADO: **JUÍZO FEDERAL DISTRIBUIDOR DA SUSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA/PE**

FINALIDADE : **DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA TÉCNICA** para individualizar a eventual parte livre (não tenha sido dada em pagamento a ex-trabalhadores) do **bem imóvel de matrícula 173, do 1º CRI de Vicência;PE, passível de ser alienada judicialmente** , nos termos do despacho ID 4058300.20963914.

Anexos: Cópia(s) do despacho ID 4058300.20963914, cota ID 4058300.19713033, decisão ID 4058300.1916537, documento ID 4058300.18676421.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira.

Recife, data da assinatura eletrônica.

(*assinado eletronicamente*)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do recibo de remessa pelo Malote Digital.

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	40520219458369
Documento:	CARTA PRECATÓRIA.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	SJPE - Apoio Judiciário/Distribuição - Goiana (TRF5)
Data de Envio:	18/11/2021 12:38:08
Assunto:	Encaminha carta precatória

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

De ordem do(a) MM. Juiz(íza) Federal, intimem-se as partes acerca do despacho retro.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 20/11/2021 00:09, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 28/10/2021 00:44 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 21111812400672400000021273465 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 20/11/2021 00:09 - Seção Judiciária de Pernambuco.

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - direcao11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Goiana/PE

Assunto: **Solicitação de informação**

Senhor(a) Juiz(íza) Federal,

Cumprimentando-o(a), solicito a Vossa Excelência informações acerca do cumprimento da diligência (leilão) requerida por meio da carta precatória ID 4058300.16735359, remetida em 03/12/2020.

Anexo: Cópia da carta precatória ID 4058300.16735359 e recibo de remessa ID 4058300.16822409.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedo à juntada do comprovante de remessa de expediente via Malote Digital.

Poder Judiciário

Código de rastreabilidade:	40520219482228
Documento:	Ofício-0002274-68.1992.4.05.830
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Mari
Destinatário:	SJPE - Apoio Judiciário/Distribuiçã
Data de Envio:	23/11/2021 17:09:46
Assunto:	Ofício: Solicitação de informação ;

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 28/11/2021 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 28/10/2021 00:44 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 21111812400672400000021273465 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/11/2021 00:04 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Informações Processuais
Código de rastreabilidade: 40120229932506
Nome original: Certidão.pdf
Data: 24/03/2022 13:21:22
Remetente:

Richard Santos Moreira
SJDF - 6ª VARA
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Prioridade: Normal.
Motivo de envio: Para anexar ao Processo 0002274-68.1992.4.05.8300.
Assunto: Envio de informações dos autos nº 0022400-47.2008.4.01.3400 (nosso) solicitadas através do ofício GFO.0011.000073-9 2018, expedido nos autos nº 0002274-68.1992.4.05.8300 (vosso).

24/03/2022

Número: **0022400-47.2008.4.01.3400**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**
Órgão julgador: **6ª Vara Federal Cível da SJDF**
Última distribuição : **24/07/2008**
Valor da causa: **R$ 0,00**
Processo referência: **0022400-47.2008.4.01.3400**
Assuntos: **Controle de Preços**
Objeto do processo: **99198010**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ROBERTO FERREIRA ROSAS registrado(a) civilmente como ROBERTO FERREIRA ROSAS (ASSISTENTE)	MANOEL ENILDO GOMES LINS registrado(a) civilmente como MANOEL ENILDO GOMES LINS (ADVOGADO) CLAUDIO DANTAS DE ARAUJO (ADVOGADO) HAMILTON DIAS DE SOUZA registrado(a) civilmente como HAMILTON DIAS DE SOUZA (ADVOGADO)
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (EXEQUENTE)	MANOEL ENILDO GOMES LINS registrado(a) civilmente como MANOEL ENILDO GOMES LINS (ADVOGADO) CLAUDIO DANTAS DE ARAUJO (ADVOGADO) HAMILTON DIAS DE SOUZA registrado(a) civilmente como HAMILTON DIAS DE SOUZA (ADVOGADO)
ARYSTA LIFESCIENCE DO BRASIL INDUSTRIA QUIMICA E AGROPECUARIA S.A. (ASSISTENTE)	EDSON ASARIAS SILVA (ADVOGADO)
COPRA-COMERCIO E PRODUCAO AGROINDUSTRIAL LTDA (ASSISTENTE)	SILVIO FELIX DE OLIVEIRA (ADVOGADO)
FERREIRA ROSA SOCIEDADE DE ADVOGADOS (ASSISTENTE)	
MANOEL ENILDO LINS & ADVOGADOS ASSOCIADOS (ASSISTENTE)	
MANOEL ENILDO GOMES LINS registrado(a) civilmente como MANOEL ENILDO GOMES LINS (ASSISTENTE)	
BANCO MAXIMA S.A. (ASSISTENTE)	PAULO SERGIO BRAGA BARBOZA (ADVOGADO)
DUBLIN FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (ASSISTENTE)	GUILHERME CURCI TAVARES RISSO (ADVOGADO) EDUARDO FERREIRA LOPES (ADVOGADO) EDUARDO BARROS MIRANDA PERILLIER (ADVOGADO)
UNIÃO FEDERAL (EXECUTADO)	

Documentos

Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
994826200	24/03/2022 12:56	Certidão	Certidão

PROCESSO Nº 0022400-47.2008.4.01.3400

CERTIDÃO

FELIPPE MENDES FALESIC, DIRETOR DE SECRETARIA DA 6ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CERTIFICA, atendendo a pedido da parte interessada, que tramitam perante este Juízo e Secretaria da 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal os autos da EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL Nº 1999.34.00.019801-0 (antiga Ação Ordinária nº 90.0001943-5), ajuizada por BORBOREMA AGRO INDUSTRIAL LTDA E OUTRAS – dentre as quais PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A contra a UNIÃO, na qualidade de sucessora do INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL – IAA, que objetivou a indenização dos prejuízos, diretos e indiretos, oriundos da fixação do preço do açúcar e do álcool abaixo dos custos de produção, em safras passadas. Foi proferida sentença em 28 de novembro de 1994, integralizada por outra, datada de 13 de dezembro de 1994, julgando improcedente o pedido. Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados. O acórdão regional, à unanimidade, deu parcial provimento ao recurso interposto pelas autoras, para o fim de determinar a indenização durante o período pleiteado na inicial, a partir de 05.03.1985 (data não alcançada pela prescrição qüinqüenal) e fora dos períodos de congelamento de preços, de conformidade com os critérios do laudo pericial de fls. 515/1386, que são os mesmos da lei nº 4.870/65; no tocante aos períodos de congelamento, incidirão os critérios da legislação então vigente; sobre o valor da indenização incidirão correção monetária e juros de mora, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos das Sumulas 43 e 54 do STJ. A União interpôs Recurso Especial, não admitido na instância *a quo.* Interposto agravo de instrumento, foi indeferido o seu processamento, decisão essa que ensejou a interposição de novo agravo, autuado perante o Superior Tribunal de Justiça sob o número 212.694/DF, ao qual foi negado seguimento, por despacho proferido em

04/02/99, certificado o decurso de prazo para recurso em 19.03.99. Certifica ainda que, nos termos da petição de fls. 4.062/4.093, a autora PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A requereu a execução do seu crédito, no montante de R$ 398.805.322,06 (trezentos e noventa e oito milhões, oitocentos e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e seis centavos), sendo R$ 164.728.782,51 (cento e sessenta e quatro milhões, setecentos e vinte e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais e cinqüenta e um centavos) de principal corrigido e R$ 234.076.539,55 (duzentos e trinta e quatro milhões, setenta e seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) de juros, conforme memória de cálculo de fls. 4.249/4.250. Às fls. 4.519 foi proferido despacho determinando a citação da União para os fins do art. 730 do CPC, relativamente ao crédito acima mencionado e o das demais exeqüentes. Determinou, ainda, que a União se manifestasse sobre os pedidos de sucessão processual e assistência litisconsorcial apresentados nos autos. Devidamente citada, a União opôs os Embargos à Execução nº 2005.34.00.030813-1, distribuídos em 24.10.2005, impugnando em sua totalidade a conta apresentada pelos exeqüentes, apresentando, contudo, planilha de cálculos efetuada pelo Setor de Cálculos da AGU, "*com a finalidade específica de contrariar a conta de liquidação em apreço",* na qual consta em favor de PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A o crédito de R$126.677.699,21 (cento e vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos). Quanto aos pedidos de sucessão e assistência litisconsorcial, manifestou-se contrariamente ao seu deferimento (fls. 4.355-4.356). Posteriormente, nos embargos à execução, as exeqüentes apresentaram atualização dos cálculos da execução, apontando o crédito da empresa PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A no valor de R$ 425.132.487,29 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, cento e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e nove centavos), sendo R$ 232.629.716,33 equivalentes ao principal e R$ 192.502.770,96 equivalentes a juros, apurados em 30.04.2008. Foram proferidas as decisões de fls. 5.410/5.417 e 5.477/5.478, que, examinando os pedidos de substituição processual em face de cessão de créditos, deferiu tão somente o ingresso dos cessionários no feito na qualidade de assistentes litisconsorciais, figurando dentre eles COPRA – COMÉRCIO E PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL LTDA e HOKKO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA AGROPECUÁRIA LTDA, como assistentes litisconsorciais de PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A. Em 15.04.2008 foi proferida decisão que indeferiu as habilitações de novos cessionários. A União foi intimada dos termos das referidas decisões, sem interposição de recurso. As exeqüentes noticiaram a interposição do Agravo nº 2008.01.00.024216-7/DF, impugnando o indeferimento dos pedidos de ingresso de novos cessionários nos autos, ao qual foi dado provimento. CERTIFICA mais que a execução em referência foi desmembrada em nome de cada exeqüente, sendo certo que a execução promovida por PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A foi redistribuída sob o nº 2008.34.00.022494-3 (0022400-47.2008.4.01.3400) e os embargos a ela referentes foram redistribuídos sob o nº 2008.34.00.022495-7, nos quais foi proferida sentença que, acolhendo preliminar da União, julgou-os procedentes para declarar a nulidade da execução, extinguindo-a sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, IV,

do CPC. Os autos dos embargos à execução encontram-se no TRF-1ª Região, em face de apelação interposta pela embargada. Por despachos proferidos em 04/11/2013 e 08/04/2014 foi deferido o ingresso, como assistentes litisconsorciais, de FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIO NÃO-PADRONIZADO GJ4870, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIO NÃO-PADRONIZADO GJ4870 II, ROBERTO FERREIRA ROSAS, ROSAS ADVOGADOS, MANOEL ENILDO e MANOEL ENILDO LINS & ADVOGADOS ASSOCIADOS. Em 17.04.2018 foi proferido despacho informando que o pedido de GOMES DE BARROS E BUENO ADVOGADOS, para destaque de honorários contratuais e sucumbenciais, será analisado somente na fase de expedição de requisições de pagamento (fls. 1048). CERTIFICO que os autos foram migrados para o PJe, tendo o processo recebido a numeração 0022400-47.2008.4.01.3400. Em 21.03.2022, foi proferido despacho ID 986576680, o qual deferiu o ingresso de BANCO MÁXIMA S/A e DUBLIN FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO como assistentes ativos. CERTIFICO que o processo se encontra aguardando julgamento dos embargos à execução. Observo que nos deferimentos das habilitações a MM. Juíza ressaltou que deixava de se ater à validade dos negócios jurídicos. Também foram anotadas diversas penhoras no rosto dos autos contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, decorrentes de créditos trabalhistas e fiscais em execução, sendo certo que não é possível apurar, nesta data, se os créditos decorrentes da execução são suficientes para a satisfação das ditas penhoras. Acrescente-se, ainda, estar em tramitação, perante o TRF 1ª Região, a ação rescisória nº 1999.01.00.087314-2, requerida pela União. O REFERIDO É VERDADE. DÁ FÉ, Brasília-DF, em 24 de março de 2022.

Felippe Mendes Falesic

Diretor de Secretaria da 6ª Vara/SJDF

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro - PE003062 - D	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO - PE010324 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22051701160262200000022685306 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 17/05/2022 01:16 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do(a) Juiz(a) Federal da 11ª Vara, passo a realizar o seguinte ato ordinatório:

Diante do ataque cibernético sofrido pela Seção Judiciária de Pernambuco no dia 6 de abril de 2022, que acarretou o desaparecimento de todos os atos processuais praticados no período de 1 a 6 de abril de 2022 no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJE, e da existência de ato judicial praticado neste processo, indicado em relatório extraído do Portal do *Business Intelligence* - BI, do TRF da 5ª Região, ficam as partes e terceiros intimados para, **até o dia 27 de maio de 2022** (art. 3º, § 1º e §2º do Ato nº 237/2022, da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região) **:**

a) Reapresentarem as petições protocoladas no período de **1 a 6 de abril de 2022** ;

b) Procederem à juntada aos autos de cópia dos demais atos processuais praticados no período de **1 a 6 de abril de 2022** que eventualmente possuam em seu poder, bem como a prestar as informações de que disponham sobre a movimentação processual nesse interregno.

Apresentada alguma das peças indicadas acima, intime-se a parte contrária para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias.

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do(a) Juiz(a) Federal da 11ª Vara, passo a realizar o seguinte ato ordinatório:

Diante do ataque cibernético sofrido pela Seção Judiciária de Pernambuco no dia 6 de abril de 2022, que acarretou o desaparecimento de todos os atos processuais praticados no período de 1 a 6 de abril de 2022 no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJE, e da existência de ato judicial praticado neste processo, indicado em relatório extraído do Portal do *Business Intelligence* - BI, do TRF da 5ª Região, ficam as partes e terceiros intimados para, **até o dia 27 de maio de 2022** (art. 3º, § 1º e §2º do Ato nº 237/2022, da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região) **:**

a) Reapresentarem as petições protocoladas no período de **1 a 6 de abril de 2022** ;

b) Procederem à juntada aos autos de cópia dos demais atos processuais praticados no período de **1 a 6 de abril de 2022** que eventualmente possuam em seu poder, bem como a prestar as informações de que disponham sobre a movimentação processual nesse interregno.

Apresentada alguma das peças indicadas acima, intime-se a parte contrária para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias.

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do(a) Juiz(a) Federal da 11ª Vara, passo a realizar o seguinte ato ordinatório:

Diante do ataque cibernético sofrido pela Seção Judiciária de Pernambuco no dia 6 de abril de 2022, que acarretou o desaparecimento de todos os atos processuais praticados no período de 1 a 6 de abril de 2022 no sistema Processo Judicial Eletrônico - PJE, e da existência de ato judicial praticado neste processo, indicado em relatório extraído do Portal do *Business Intelligence* - BI, do TRF da 5ª Região, ficam as partes e terceiros intimados para, **até o dia 27 de maio de 2022** (art. 3º, § 1º e §2º do Ato nº 237/2022, da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 5ª Região) **:**

a) Reapresentarem as petições protocoladas no período de **1 a 6 de abril de 2022** ;

b) Procederem à juntada aos autos de cópia dos demais atos processuais praticados no período de **1 a 6 de abril de 2022** que eventualmente possuam em seu poder, bem como a prestar as informações de que disponham sobre a movimentação processual nesse interregno.

Apresentada alguma das peças indicadas acima, intime-se a parte contrária para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias.

(assinado eletronicamente)

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 20/05/2022 06:23, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 18/05/2022 14:18 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22051814182133300000022718730 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 20/05/2022 06:23 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 30/05/2022 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 18/05/2022 14:18 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 22051814182174200000022718731 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 31/05/2022 00:48 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro - PE003062 - D	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO - PE010324 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22060106014448600000022924702 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 01/06/2022 06:01 - Seção Judiciária de Pernambuco.

Vistos em inspeção.

(assinado eletronicamente)

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - direcao11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal Distribuidor da Subseção Judiciária de Goiana/PE

Assunto: **Solicitação de informação**

Senhor(a) Juiz(íza) Federal,

Cumprimentando-o(a), **reitero** os termos do ofício ID 4058300.21213667, pelos quais solicito a Vossa Excelência informações acerca do cumprimento da diligência (leilão) requerida por meio da carta precatória ID 4058300.16735359, remetida em 03/12/2020.

Anexo: Cópia do despacho ID 4058300.23004299, ofício ID 4058300.21213667, da carta precatória ID 4058300.16735359 e recibo de remessa ID 4058300.16822409.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do recibo de remessa pelo Malote Digital.

Poder Judiciário

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃ

Código de rastreabilidade:	405202210434060
Documento:	OFÍCIO.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	SJPE - Apoio Judiciário/Distribuição - Goiana (TRF5)
Data de Envio:	15/07/2022 11:05:37
Assunto:	informações acerca do cumprimento da diligência (leilão) requerida por meio da carta precat

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 405202210511523

Nome original: Oficio_11Vara.pdf

Data: 03/08/2022 14:17:40

Remetente:

Luis Filipe Pereira da Silva
SJPE - Diretoria da 25ª Vara
TRF5

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: 0800039-61.2021.4.05.8306 - aguarda data do leilão

JUSTIÇA FEDERAL

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Subseção Judiciária de Goiana - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

OFÍCIO

Goiana, data da assinatura eletrônica.

PROCESSO Nº: 0800039-61.2021.4.05.8306 **- CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL – PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)

Juiz(íza) Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco

Recife/PE

Assunto: **Encaminha informações. Ref. Proc. n.º 0002274-68.1992.4.05.8300 (vosso).**

Senhor(a) Juiz(íza),

Cumprimentando-o(a), em atenção ao ofício de id. 4058306.23147332, informo a Vossa Excelência que a carta precatória de id. 4058300.16735359, aguarda designação de datas para realização de leilão.

Comunico, ainda, que tão logo sejam designadas as datas esse juízo será informado.

Atenciosamente,

Flávia Tavares Dantas

Juíza Federal

Processo: **0800039-61.2021.4.05.8306**
Assinado eletronicamente por:
FLAVIA TAVARES DANTAS - Magistrado
Data e hora da assinatura: 29/07/2022 13:08:58
Identificador: 4058306.23334071

22070614582620500000023400832

Para conferência da autenticidade do documento:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

Para acessar o processo originário:
https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcessoOutraSecao/listProcessoCompletoAcessoExterno.seam

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
RAFAEL FÉLIX TENÓRIO DE ALMEIDA - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 22/08/2022 11:25:25
Identificador: 4058300.23955129
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam

22082211251024400000023955129

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro - PE003062 - D	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO - PE010324 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22083000243640400000024062722 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 30/08/2022 00:24 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a exequente para que manifeste-se sobre os documentos novos juntados pelo juízo da 25ª Vara Federal, no prazo de 15 (quinze) dias.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a exequente para que manifeste-se sobre os documentos novos juntados pelo juízo da 25ª Vara Federal, no prazo de 15 (quinze) dias.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 01/09/2022 22:54, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 31/08/2022 12:58 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22083112581680000000024083253 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 01/09/2022 22:54 - Seção Judiciária de Pernambuco.

MM JUIZ :

EXECUÇÃO FISCAL : 0002274-68.1992.4.05.8300

EXQTE: **FAZENDA NACIONAL**

EXCDO: **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

A FAZENDA NACIONAL por seu Procurador vem nos autos em epígrafe expor e ao final requerer o seguinte:

01. Trata-se de execução fiscal (e apensos) relativa a créditos que se encontram plenamente exigíveis conforme consulta anexa.

02. A exequente é intimada para se manifestar sobre as informações enviadas pelo d. Juízo da 25ª Vara Federal em Goiana-PE relativas ao andamento da carta precatória cujo objeto é a alienação de imóvel penhorado.

03. O d. Juízo deprecado informou que a carta precatória "...aguarda designação de datas para realização de leilão."

04. Assim, ao tempo em que registra ciência da informação supra, a exequente permanece no aguardo do cumprimento integral da carta precatória.

05. Consta ainda dos autos certidão expedida pelo d. Juízo da 6ª Vara Federal no Distrito Federal relativa ao cumprimento de sentença em que a executada PESSOA DE MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A requereu a execução do seu crédito, no montante de R$ 398.805.322,06 (trezentos e noventa e oito milhões, oitocentos e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e seis centavos). Trata-se do processo redistribuído sob o nº 008.34.00.022494-3 (0022400-47.2008.4.01.3400). A certidão consigna também que a União interpôs embargos à execução (redistribuídos sob o nº 2008.34.00.022495-) nos quais a execução foi extinta sem resolução do mérito em primeira instância e se encontram pendentes de recurso de apelação. A certidão acrescenta de maneira genérica que foram anotadas diversas penhoras de correntes de créditos trabalhistas e fiscais. Também consta que houve cessão dos direitos creditórios em favor de terceiro.

06. Assim sendo, a exequente ora requer: a) seja solicitado à d. 6ª Vara Federal no Distrito Federal que expeça certidão específica quanto à averbação da penhora dos créditos no rostos dos autos do processo acima aludido, 008.34.00.022494-3 (0022400-47.2008.4.01.3400), para garantia dos créditos cobrados na presente execução fiscal; b) sejam intimados, primeiramente, a executada para informar todas as cessões de créditos por ela efetuadas e, sucessivamente, os terceiros cessionários dos aludidos direitos creditórios para que se manifestem sobre os indícios de alienação em fraude de execução nos termos do art. 184 do CTN, considerando-se que as cessões ocorreram após as inscrições em dívida ativa, visto que há inscrições em nome da coexecutada que remontam ao ano de 1991, levando-se em conta o teor da certidão da Justiça Federal do Distrito Federal, que informa cessões de crédito em 2013 e 2014.

07. Quanto ao imóvel situado em Vicência, já expedida a carta precatória, aguarda-se designação da perícia determinada.

08. Requer, por fim, expedição de certidão com a indicação das execuções fiscais em apenso e respectivos títulos executivos.

P deferimento

Natal, 13/09/2022

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4069100008533
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Ocorrências

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Inscrição:	40 6 91 000085-33
Nº Processo Administrativo:	26520 100002/88-82
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	DIVERSAS ORIGENS
Natureza da Dívida:	NAO TRIBUTARIA
Data Inscrição:	04/09/1991
Data Primeira Cobrança:	10/10/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3640-DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Valor Inscrito:	CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Remanescente:	CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Consolidado:	R$ 535.409,40
Qtd. de Débitos:	1
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088918715
Nº Processo Judicial:	9200022740
Nº Único de Processo Judicial:	22746819924058300
Data de Protocolo:	25/02/1992
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo: 11ª Vara Federal
Data de Falência:
PFN de Inscrição: QUINTA REGIAO
PFN Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: DRF RCE
Nº Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):
Nº do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Bloqueio Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: NAO

OCORRÊNCIAS

Data/Hora	Descrição	Situação
04/09/1991 15:13:42.65	INSCRICAO	ATIVA A SER COBRADA
04/09/1991 17:08:53.12	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
10/10/1991 01:14:16.17	ENTREGA PRIMEIRA COBR	ATIVA EM COBRANCA
02/01/1992 00:00:00.01	CONVERSAO DOS DEBITOS P/UFIR	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
11/02/1992 20:31:09.14	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
25/02/1992 16:14:13.91	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU E00032/1992	ATIVA AJUIZADA
03/04/1992 22:36:51.33	SEGUNDA COBRANCA	ATIVA AJUIZADA
01/08/1993 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ CRUZEIRO REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/07/1994 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
05/05/2013 07:33:54.00	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/07/2020 06:00:06.70	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4069100004627
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Ocorrências

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Inscrição:	40 6 91 000046-27
Nº Processo Administrativo:	13406 000079/89-17
Situação:	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE DEVOLVIDA OU ARQUIVADA
Série da Inscrição:	DIVERSAS ORIGENS
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	28/08/1991
Data Primeira Cobrança:	01/09/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	1134-DIV.ATIVA-FINSOCIAL
Valor Inscrito:	R$ 44.891,63 (UFIR 42.187,42)
Valor Remanescente:	R$ 44.891,63 (UFIR 42.187,42)
Valor Consolidado:	R$ 0,00
Qtd. de Débitos:	20
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088900940
Nº Processo Judicial:	9100086380
Nº Único de Processo Judicial:	86389019914058300
Data de Protocolo:	05/11/1991
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo: 11ª Vara Federal
Data de Falência:
PFN de Inscrição: QUINTA REGIAO
PFN Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: SRF-PE
Nº Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento: 08/01/2018
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):
Nº do Imóvel (RIP):
Data da Extinção: 20/12/2017
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção: CONFORME DESPACHO DE FLS. 1036/1037 DO PA 13406.000079/89-17.
Bloqueio Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: NAO

OCORRÊNCIAS

Data/Hora	Descrição	Situação
28/08/1991 16:11:26.56	INSCRICAO	ATIVA A SER COBRADA
29/08/1991 14:27:12.52	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:50:44.58	ALTERACAO VALOR PRINC DEBITO VENC 15/01/1990 VALOR 114,84 VALOR ANT 293.318,36	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:50:44.60	ALTERACAO TERMO INICIAL JUROS VENC 15/01/1990 VALOR 114,84 TIJ ANT 01/02/1990	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:50:44.61	ALTERACAO TERMO INIC CORR MON VENC 15/01/1990 VALOR 114,84 TIAM ANT 01/90/1900	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:50:44.63	ALT NOTIF/PER AP/ANO BASE/EX VENC 15/01/1990 VALOR 114,84	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:50:44.64	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL VENC 15/01/1990 VALOR 114,84	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:59:30.75	ALTERACAO DATA VENC DEBITO VENC 15/08/1989 VALOR 114,84 DATA ANT 15/01/1990	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 14:59:30.82	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL VENC 15/08/1989 VALOR 114,84	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 15:46:48.59	ALTERACAO VALOR PRINC DEBITO VENC 13/01/1989 VALOR 4.510.210,00 VALOR ANT 4.510,21	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/08/1991 15:46:48.65	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL VENC 13/01/1989 VALOR 4.510.210,00	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/09/1991 00:01:04.82	ENTREGA PRIMEIRA COBR	ATIVA EM COBRANCA
05/09/1991 08:08:29.91	ALTERACAO DE SITUACAO PARA SER AJUIZADA	ATIVA A SER AJUIZADA
05/09/1991 08:12:52.03	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL VENC 13/01/1989 VALOR 4.510.210,00	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

Data/Hora	Descrição	Situação
12/10/1991 11:50:25.35	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
31/10/1991 15:53:52.75	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU E00248/1991	ATIVA AJUIZADA
06/11/1991 01:44:07.54	SEGUNDA COBRANCA	ATIVA AJUIZADA
02/01/1992 00:00:00.01	CONVERSAO DOS DEBITOS P/UFIR	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/08/1993 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ CRUZEIRO REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/07/1994 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
05/05/2013 07:33:54.00	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
20/12/2017 11:41:49.00	EXTINCAO POR PRESCR.INTERC	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE A SER DEVOLVIDA OU ARQUIVADA
08/01/2018 01:00:00.00	DEVOLUCAO/ARQUIVAMENTO DO PAF	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE DEVOLVIDA OU ARQUIVADA

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4029100013422
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Ocorrências

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Inscrição:	40 2 91 000134-22
Nº Processo Administrativo:	10480 008200/89-41
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURIDICA
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	16/09/1991
Data Primeira Cobrança:	10/10/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3551-DIV.ATIVA-IRPJ
Valor Inscrito:	R$ 21.345,35 (UFIR 20.059,54)
Valor Remanescente:	R$ 21.345,35 (UFIR 20.059,54)
Valor Consolidado:	R$ 162.311,22
Qtd. de Débitos:	8
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088901109
Nº Processo Judicial:	9200022723
Nº Único de Processo Judicial:	22729819924058300
Data de Protocolo:	25/02/1992
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo: 11ª Vara Federal
Data de Falência:
PFN de Inscrição: QUINTA REGIAO
PFN Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: DRF RCE
Nº Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):
Nº do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Bloqueio Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: NAO

OCORRÊNCIAS

Data/Hora	Descrição	Situação
16/09/1991 08:49:12.38	INSCRICAO	ATIVA A SER COBRADA
16/09/1991 16:20:36.44	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
17/09/1991 14:41:36.20	ALTERACAO VALOR PRINC DEBITO VENC 31/01/1989 VALOR 9.650,68 VALOR ANT 965.068,00	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
17/09/1991 14:41:36.26	ALTERACAO FUNDAMENTACAO LEGAL VENC 31/01/1989 VALOR 9.650,68	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
17/09/1991 14:49:31.59	ALTERACAO VALOR PRINC DEBITO VENC 30/11/1989 VALOR 100,92 VALOR ANT 100.920,00	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
10/10/1991 01:14:16.17	ENTREGA PRIMEIRA COBR	ATIVA EM COBRANCA
02/01/1992 00:00:00.01	CONVERSAO DOS DEBITOS P/UFIR	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
11/02/1992 20:31:09.14	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
25/02/1992 16:12:30.45	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU E00032/1992	ATIVA AJUIZADA
03/04/1992 22:36:51.33	SEGUNDA COBRANCA	ATIVA AJUIZADA
01/08/1993 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ CRUZEIRO REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
01/07/1994 00:00:00.01	TRANSFORMACAO P/ REAL	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
05/05/2013 07:33:54.00	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/07/2020 05:44:57.10	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

FIM DO RELATÓRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4080200056298
Seções Selecionadas: Dados Gerais, Ocorrências

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Inscrição:	40 8 02 000562-98
Nº Processo Administrativo:	10480 000679/2002-13
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	02/05/2002
Data Primeira Cobrança:	13/05/2002
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	2157-DIV.ATIVA-ITR
Valor Inscrito:	R$ 41.035,13 (UFIR 45.053,93)
Valor Remanescente:	R$ 41.035,13 (UFIR 45.053,93)
Valor Consolidado:	R$ 205.113,26
Qtd. de Débitos:	2
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088931751
Nº Processo Judicial:	200283000140580
Nº Único de Processo Judicial:	140589020024058300
Data de Protocolo:	12/09/2002
Data Distribuição:	12/09/2002
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo: 11ª Vara Federal
Data de Falência:
PFN de Inscrição: QUINTA REGIAO
PFN Responsável: QUINTA REGIAO
Órgão de Origem: ARF/TIMBAUBA
Nº Auto de Infração:
Devolução/Arquivamento:
Nº do Imóvel (NIRF/ITR):
Nº do Imóvel (RIP):
Data da Extinção:
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:
Motivo da Extinção:
Bloqueio Ajuizamento:
Envio Análise do Órgão de Origem: NAO

OCORRÊNCIAS

Data/Hora	Descrição	Situação
02/05/2002 16:40:07.00	INSCRICAO	ATIVA A SER COBRADA
03/05/2002 14:09:56.00	FIM IMPRESSAO DOCS. INSCRICAO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
13/05/2002 22:11:12.43	ENTREGA PRIMEIRA COBR	ATIVA EM COBRANCA
26/08/2002 00:00:00.02	EMISSAO PETICAO INICIAL E CDA	ATIVA ENCAMINHADA PARA AJUIZAMENTO
26/08/2002 00:30:00.00	EMISSAO DOCS PARA AJUIZAMENTO SETOR SECDAU E31364/2002	ATIVA AJUIZADA
05/10/2002 06:56:25.35	SEGUNDA COBRANCA	ATIVA AJUIZADA
05/05/2013 07:33:54.00	INCLUSAO NUMERO DE AGRUPAMENTO	SEM ALTERACAO DA SITUACAO
29/07/2020 06:01:53.80	ALTERACAO ORGAO JUSTICA ORIGEM	SEM ALTERACAO DA SITUACAO

FIM DO RELATÓRIO

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 405202210731860

Nome original: oficio_11VF_0800039-61.2021.4.05.8306.pdf

Data: 23/09/2022 09:14:45

Remetente:

Luis Filipe Pereira da Silva
SJPE - Diretoria da 25ª Vara
TRF5

Prioridade: Alta.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: Leilão

23/09/2022

Número: **0800039-61.2021.4.05.8306**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Partes	
Tipo	**Nome**
PARTE AUTORA	**FAZENDA NACIONAL**
PARTE RÉ	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros**
DEPRECANTE	**Juízo Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco**
DEPRECADO	**Juízo Federal da 25ª Vara da Subseção Judiciária de Goiana - PE**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
40583062426941 2	22/09/2022 23:42	Ofício	Expediente
40583062419498 8	15/09/2022 20:07	Decisão	Decisão
40583061744496 0	17/02/2021 13:19	Carta Precatória de id 4058300.16735359	Documento de Comprovação

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Subseção Judiciária de Goiana - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

OFÍCIO

Goiana, data da assinatura eletrônica.

PROCESSO Nº: 0800039-61.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Diretor(a) de Secretaria da 11ª Vara Federal

Recife/PE

Assunto: **Hasta Pública. Ref. Proc. n.º 0002274-68.1992.4.05.8300 (vosso).**

Senhor(a) Diretor(a),

De ordem do(a) MM. Juiz(íza) Federal da 25ª Vara/PE, comunico a Vossa Senhoria, para fins de ciência e intimação das partes, que o(s) bem(ns) abaixo descrito(s) será(ão) levado(s) à hasta pública nos dias e horários adiante informados, por meio eletrônico, conforme diretrizes do despacho proferido nos autos da Carta Precatória em epígrafe.

DESCRIÇÃO DO BEM: Imóveis de matrícula 357 (Engenho Brejo), matrícula 362 (Engenho Falcão), matrícula 365 (Engenho Laureano), matrícula 366 (Engenho Mata Limpa), matrícula 372 (Engenho Cana Brava).

DATAS DO LEILÃO:

1º LEILÃO	DATA: 22/11/2022	HORÁRIO: 10H
2º LEILÃO	DATA: 29/11/2022	HORÁRIO: 10H

Solicito, ainda, que seja enviada a este juízo certidão atualizada do(s) imóvel(eis) a ser(em) leiloado(s)

Atenciosamente,

Fernanda Karla Rodrigues de Miranda

Diretora de secretaria da 25ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0800039-61.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

1- Fica designado o dia **22 /11/2022, às 10 horas** , para a realização do **1º LEILÃO** do(s) bem(ns) indicado(s) nos presentes autos. Caso não seja ofertado lanço superior ao valor da avaliação, desde logo, fica designado o dia **29/11/2022, às 10 horas** , para a realização do **2º LEILÃO,** ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão) alienados pelo maior lanço, desde que não se ofereça preço vil (inferior a 50% - cinquenta por cento - do valor de avaliação/reavaliação).

2- Como providência preparatória à realização do leilão, **oficie-se ao Juízo Deprecante solicitando cópia das certidões de registro atualizadas dos imóveis a serem leiloados** . Em seguida, expeça-se mandado de constatação e reavaliação do bem penhorado, e intimação das datas para a realização do leilão. Não é necessário o cumprimento da constatação e reavaliação caso, na data do leilão, o bem imóvel conte com menos de 01 ano de sua última avaliação ou, no caso de bem móvel, com menos de 06 meses.

3- Caso o bem penhorado seja imóvel, oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis, solicitando que remeta a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, certidão de ônus reais existente sobre o bem constrito, informando inclusive o nome do atual proprietário, bem como oficie-se, também, a respectiva Prefeitura ou a Receita Federal, conforme o imóvel seja urbano ou rural, acerca da existência de débitos fiscais em relação ao bem imóvel penhorado. Havendo registro de qualquer ônus sobre os bens, intime-se também o credor garantido.

4- Comunique-se ao Juízo Deprecante esta decisão para que realize a intimação da parte executada acerca do leilão designado e de eventuais reavaliações. Caso o devedor não tenha advogado e não logrando êxito a sua intimação pessoal ou a do credor, faça-se a intimação através do edital descrito no item seguinte.

5- Intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre a garantia da execução e informar se pretende adjudicar os referidos bens, conforme art. 24 da Lei 6.830/80 e, em caso negativo, comunicar se concorda com a indicação do Sr. **CASSIANO RICARDO DALL'AGO E SILVA (matrícula JUCEPE 020/2005)** , para funcionar nos presentes autos como leiloeiro oficial. Por fim, expeça-se **edital de leilão/praça** , que deverá ser afixado no local de costume e publicado, apenas na Imprensa Oficial, em resumo, uma só vez, nos termos do §1º do art. 22, da Lei nº. 6.830/80.

6- Havendo arrematação do bem, intime-se a parte exequente para manifestar se possui interesse na adjudicação, conforme alínea b, inciso II do art. 24 da lei nº. 6.830/80.

7- Não havendo interesse na adjudicação pela parte exequente, comprovados os pagamentos pelo arrematante e decorrido o prazo do art. 903, § 2º, do CPC, expeça-se a ordem de entrega ao adquirente, quando se tratar de bem móvel ou a carta de arrematação e o mandado de imissão na posse (após comprovação de pagamento do ITBI pelo arrematante), quando se tratar de bem imóvel.

8- Ressalte-se que os pagamentos referentes à arrematação deverão ser vinculados ao processo originário, a comissão paga diretamente ao leiloeiro designado e o valor das custas de arrematação, quitados mediante GRU própria, em favor da Justiça Federal.

9- Após a expedição da carta de arrematação ou da ordem de entrega, devolva-se a carta precatória e

proceda-se à baixa na distribuição do feito.

Publique-se.

Intime-se.

Cumpra-se.

Goiana, data da validação.

FLÁVIA TAVARES DANTAS

Juíza Federal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória

Código de rastreabilidade: 40520207916866

Nome original: PDFsam_merge.pdf

Data: 03/12/2020 13:15:47

Remetente:

Pedro Chabloz Filho

SJPE - Diretoria da 11ª Vara

TRF5

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: CARTA PRECATÓRIA - LEILÃO 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL

03/12/2020

Número: **0002274-68.1992.4.05.8300**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**

Partes	
Tipo	**Nome**
ADVOGADO	**Luiz de Sá Monteiro**
ADVOGADO	**ALOISIO ARRUDA FILHO**
EXECUTADO	**SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI**
EXECUTADO	**METALNORTE S/A**
EXECUTADO	**ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO**
EXECUTADO	**CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO**
EXECUTADO	**BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO**
EXECUTADO	**AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A**
EXECUTADO	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**
EXEQUENTE	**FAZENDA NACIONAL**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
405830016735359	02/12/2020 15:00	Carta precatória	Expediente
405830016717994	26/11/2020 00:27	Decisão	Decisão
405830016695625	24/11/2020 10:38	petição União	Manifestação

Justiça Federal
11ª Vara - Seção Judiciária de Pernambuco
Av. Recife, nº 6.250 - 8º andar - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900

URGÊNCIA - LEILÃO

Via Malote Digital

CARTA PRECATÓRIA

PRAZO: **60 DIAS**

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

VALOR DA DÍVIDA: **R$ 18.578.801,24**

DEPRECANTE: **JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DEPRECADO: **JUÍZO FEDERAL DISTRIBUIDOR DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA/PE**

FINALIDADE : **REAVALIAÇÃO** e **ALIENAÇÃO JUDICIAL** do(s) bem(ns) imóveis abaixo descritos constrito(s) nos autos da ação nº 0008638-90.1991.4.05.8300, **apensa à execução fiscal em epígraf** e, caso não sejam oferecidos embargos, devendo os valores obtidos serem transferidos para a Caixa Econômica Federal, Agência 1029 (localizada na Sede desta Seção Judiciária - 1º andar), vinculados ao processo em epígrafe, à disposição deste Juízo, nos termos da **decisão ID 4058300.16717994.**

1. matrícula 357 (Engenho Brejo);

2. matrícula 362 (Engenho Falcão);

3. matrícula 365 (Engenho Laureano);

4. matrícula 366 (Engenho mata limpa);

5. matrícula 372 (Engenho cana Brava).

Anexos: Cópia(s) do(a) decisão ID 4058300.16717994, auto de penhora e avaliação de fl 578/580 (ID 4058300.13179992 - processo apenso nº 0008638-90.1991.4.05.8300) e petição ID 4058300.16695625.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara. Este Juízo funciona no endereço supracitado, com expediente no horário de 09h às 18h de segunda a sexta-feira.

Recife, data da assinatura eletrônica.

(*assinado eletronicamente*)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Luiz De Sá Monteiro e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Trata-se de execução fiscal ajuizada pela União em face da Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A., com polo passivo ampliado em razão de reconhecimento de formação de grupo econômico, para cobrança de dívida no valor de **R$ 18.578.801,24** (dezoito milhões e quinhentos e setenta e oito mil e oitocentos e um reais e vinte e quatro centavos), atualizado em 24/11/2020 (ID 4058300.16695625).

Em prosseguimento à execução, a União, em petição ID 4058300.16695625 (24/11/2020):

a) desistiu, por ora, do pedido de penhora do imóvel de matrícula 95.130, 2º CRI Recife/PE, em face do grande número de coproprietários;

b) requereu a reavaliação e designação de hasta pública dos bens imóveis penhorados às fls. 403, 561/562, 578/581, 605, 647, 667 e 376/377 nos autos do processo apenso de nº 0008638-90.1991.4.05.8300 (id 4058300.13179992);

c) requereu a baixa da constrição do imóvel rural de matrícula 809, 1.º CRI Timbaúba/PE, denominado "Sítio Mascarenhas", por já ter sido arrematado nos autos do processo 0807529-42.2018.4.05.8306, da 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco.

Decido.

1. PENHORAS CONSTANTES DOS AUTOS

1.1) O juízo da **7ª Vara Federal** desta Seção Judiciária informou não haver crédito suficiente nos autos do processo nº 0000627-09.1990.4.05.8300 para a concretização da penhora no rosto dos autos relativa aos presentes autos.

1.2) **matrícula 95130** , 2.º CRI de Recife/PE (passou para o 6.º CRI de Recife), penhora efetivada por Arisp. A União vem aos autos **desistir** do pedido de penhora.

Considerando que houve penhora por meio de Arisp, determino o **cancelamento da constrição** ante a desistência apresentada pela União no ID 4058300.16695625 (24/11/2020).

1.3) 25.ª Vara Federal

A 25.ª Vara Federal de Pernambuco informou que o processo n.º 0011587-23.2010.4.05.8300 encontra-se no e. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (ID 4058300.15603849, 18/08/2020).

Intime-se a União para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender adequado em relação ao referido pedido de penhora.

1.4) 6.ª Vara DF

Este juízo já solicitou informações ao juízo da 6.ª Vara do Distrito Federal sobre o cumprimento da penhora no rosto dos autos 2008.34.00.022494-3 (ID 4058300.15393153, 29/07/2020), ainda sem resposta.

Assim sendo, determino nova tentativa de contato telefônico com o juízo para receber informações sobre o andamento da deprecata.

2. CANCELAMENTO PENHORA

Ante o pedido da União, **determino a baixa da penhora** do imóvel de matrícula 95.130, 2º CRI Recife/PE, efetivada pelo sistema Arisp.

Em relação ao imóvel rural de matrícula 809, 1.º CRI Timbaúba/PE, denominado " **Sítio Mascarenhas** ", por já ter sido arrematado nos autos do processo 0807529-42.2018.4.05.8306, da 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, **determino a baixa da penhora** anteriormente determinada por este juízo.

3. LEILÃO

A União pede o leilão dos imóveis penhorados às fls. 403, 561/562, 578/581, 605, 647, 667 e 376/377 nos autos do processo apenso de nº 0008638-90.1991.4.05.8300 (id 4058300.13179992).

Na decisão ID 4058300.15214844, 15/07/2020, já restou consignada a autorização para precatória de alienação dos imóveis rurais quando do decurso do prazo do edital de citação e intimação da Pessoa de Mello Ind. E Com. S.A., fato já ocorrido no presente feito.

Expeça-se carta precatória para leilão judicial dos imóveis listados no item 4 da decisão ID 4058300.14215567 (07/05/2020), abaixo transcrito.

> " **4. LEILÃO IMÓVEIS**
>
> **Decorrido o prazo do edital de citação e intimação** da Pessoa Mello Indústria e Comércio S.A., sem manifestação, **fica desde já deferido** o pedido de leilão dos seguintes imóveis, todos do Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE, de propriedade da devedora Pessoa Mello Indústria e Comércio S.A.:
>
> 4.1. matrícula 357 (Engenho Brejo);
>
> 4.2. matrícula 362 (Engenho Falcão);
>
> 4.3. matrícula 365 (Engenho Laureano);
>
> 4.4. matrícula 366 (Engenho mata limpa);
>
> 4.5. matrícula 372 (Engenho cana Brava).
>
> Importante registrar os referidos bens foram penhorados e avaliados em 09/11/2015 por **R$ 12.320.000,00** (a totalidade), nos autos da execução fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, cujos autos de penhora foram trasladados para o presente feito no ID 4058300.13179992 (13/01/2020)."

4. PROSSEGUIMENTO

Intime-se a União para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre o interesse na alienação judicial do imóvel penhorado: **matrícula 173** , CRI Vicência/PE, Sítio Águas Perdidas (notícia de indenização a trabalhadores mediante entrega de lotes) - anexo 8 da migração fl. 62/65, fl. 389/392 autos físicos.

jpr

EXMO(A). JUIZ(A) FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO.

PROCESSO Nº 0002274-68.1992.4.05.8300

EXEQUENTE: UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)

EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A e outros

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** , vem, respeitosamente, por meio de sua procuradora abaixo assinada, expor e requerer o que segue.

Em atendimento ao despacho de id 4058300.16326376, a União **expressa sua desistência do pedido de penhora do imóvel de matrícula 95.130, registrado no 2º Serviço de Registro de Imóveis de Recife** , em face do grande número de coproprietários, conforme mostra a certidão em anexo.

No que refere ao prosseguimento do feito, requer a União:

a) Reavaliação e posterior designação de hasta pública dos bens imóveis penhorados às fls. 403, 561/562, 578/581, 605, 647, 667 e 376/377 nos autos do processo apenso de nº 0008638-90.1991.4.05.8300, em trâmite nesta 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco (id 4058300.13179992).

b) Retirada de constrição do imóvel rural de matrícula 809, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba, 1º Ofício, denominado "Sítio Mascarenhas", uma vez que o mesmo fora arrematado nos autos do processo 0807529-42.2018.4.05.8306, que tramita na 2ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, conforme documento em anexo.

Por fim, junta aos autos valor atualizado do débito, no total de R$18.578.801,24 (dezoito milhões e quinhentos e setenta e oito mil e oitocentos e um reais e vinte e quatro centavos), conforme extratos em anexo e tabela abaixo:

N	Débito	Valor
1	314949895	119.052,96
2	315488093	128.582,95
3	315495006	605.008,86

4	315495014	13.755.134,47
5	315499893	2.110.250,50
6	319984010	141.561,22
7	319984028	375.871,96
8	319984354	26.045,88
9	319984362	9.763,51
10	324794177	6.759,24
11	40 6 00 002326-91	275.466,60
12	40 8 02 000558-01	90.153,70
13	40 8 02 000562-98	199.125,42
14	40 6 91 000085-33	528.033,90
15	40 2 91 000134-22	160.038,34
16	40 6 94 000202-10	47.951,73
Total		**18.578.801,24**

Termos em que, pede deferimento.

Recife, 23 de novembro de 2020.

VIVIANE VASCONCELOS FALCÃO FERRAZ

Procuradora da Fazenda Nacional

DIEGO HENRIQUE MATEUS DE LIMA

Estagiário de Direito/PRFN 5ª Região

1ª Instância 11ª Vara - Justiça Federal da 1ª

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco
11ª Vara Federal

Processo: 0008638-90.1991.4.05.8300
99 - EXECUÇÃO FISCAL
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros

JUNTADA

Nesta data, faço juntar aos presentes autos o(a) PETIÇÃO/MANDADO n. MAC.0011.000199-6/2014, do que, para constar, lavrei o presente termo.

Recife, 14/05/2015.

Luana Estevão da Silva
OPERADOR DE DOCUMENTOS

JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO - 11ª Vara
Av. Recife, 6250, 8º andar, Jiquiá – Recife, CEP 50865-900
Fone (81) 3213.6172 Fax (81) 3213.6179

32 1C

MANDADO DE CITAÇÃO Nº MAC.0011.000199-6/2014

EXECUÇÃO FISCAL: 0008638-90.1991.4.05.8300
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. e outros – CPF/CNPJ: 018.544.024-04
CORRESPONSÁVEL: BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO
ENDEREÇO DO CORRESPONSÁVEL: RUA DOM VITAL, 27, SANTO AMARO, RECIFE-PE
VALOR DA DÍVIDA: R$ 305.298,90(atualizado até 11/2014)

DE ORDEM DO MM. JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO, DR. GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA DE OLIVEIRA, na forma da Lei etc,

Manda a qualquer Executante de Mandados (Oficial de Justiça) deste Juízo, a quem o presente for entregue que, em cumprimento a despacho/decisão exarado(a) nos autos, indo por mim Diretor(a) de Secretaria, subscrito e assinado de ordem do(a) MM. JUIZ, que, em seu cumprimento, se dirija ao endereço supracitado ou a outro local, e, sendo aí, CITE o(a) corresponsável, **BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELO NETO**, inscrito no CPF nº. 018.544.024-04, para, **no prazo de 05(cinco) dias, pagar a dívida no valor de R$ 305.298,90 (atualizado até 11/2014)**, acrescido dos acessórios e honorários advocatícios ou garantir a execução, conforme dispõe o art. 8º da LEF, sob pena de não o fazendo, serem-lhe penhorados tantos bens quantos forem necessários à satisfação da dívida.

Ficará o Oficial de Justiça, desde já, autorizado, se necessário for, a cumprir o presente mandado nos sábados, domingos e feriados, ou nos dias úteis fora do horário forense (CPC art. 172 e §§), a entrar na residência/domicílio/estabelecimento do executado a fim de proceder a citação.

CUMPRA-SE, na forma e sob as penas da lei, cientificado o Executado de que este Juízo funciona no endereço supracirado-indicado, com atendimento das 09:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Seguem, em anexo, cópia da Inicial, da CDA e da Decisão de fls. 324/329.

DADO E PASSADO pela Secretaria da 11ª Vara Federal-PE, eu, ____ (Dulce Cavalcanti Galindo Ferraz, TECNICO(A) JUDICIARIO(A)), digitei e o(a) Diretor(a) de Secretaria conferiu e subscreve.

Recife/PE, 15 de dezembro de 2014.

SERGIO AUGUSTO MELO DE SIQUEIRA VIEIRA
Diretor de Secretaria da 11ª Vara/PE

OBS.: Em caso de intenção de pagamento ou parcelamento do débito, favor dirigir-se à RECEITA FEDERAL, com endereço na Av. Alfredo Lisboa, 1152 - Térreo – Recife Antigo – Recife/PE – Fone: 81- 37975205, trazendo cópia do pagamento ou parcelamento aos autos.

403

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Subseção Judiciária de Goiana/PE – 25.ª Vara Federal
Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000 - Fone: (81) 3351-2000
Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

AUTO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos 6(seis) dias do mês de Maio do ano de 2015, em cumprimento à Carta Precatória CPR.0011.000358-6/2014, procedi à Penhora no rosto dos autos da Ação de Desapropriação de Imóvel Rural por Interesse Público nº 0011587-23.2010.4.05.8300, para garantia do débito exeqüendo no montante de R$305.298,90(trezentos e cinco mil duzentos e noventa e oito reais e noventa centavos), atualizados até novembro/2014, tendo sido tal requerida pelo Juízo da 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, em razão de existir crédito em face da Empresa Pessoa de Mello Indústria e Comércio S/A, na Execução Fiscal 0008638-90.1991.4.05.8300, tombada no referido Juízo Federal. No mais, intimei a Diretora de Secretaria a certificar a constrição no verso da metade da primeira folha dos autos. Para constar, lavrei o presente auto, que vai devidamente assinado por mim e pela Diretora de Secretaria da 25ª Vara Federal em Goiana.

Rosalina Luiza Barros Moreira
Oficiala de Justiça Avaliadora Federal
Mat. PE3286

Fernanda Karla Rodrigues de Miranda
Diretora de Secretaria da 25ª Vara Federal em Goiana

VISTA PARA 3 (N)
AUTOS COM 1 VOLUMES
EM 08/06/15 APENSOS

RECEBIDO EM
POR

TERMO DE RECEBIMENTO
Autos recebidos na 11ª Vara da
Seção Judiciária de Pernambuco
Recife,

JUNTADA
Nesta data, juntei aos presentes autos
que se segue
Recife, de de
Eu,
assino

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, aos cinco (05) dias do mês de novembro de 2015, dirigi-me, nesta cidade, à Secretaria da 7ª Vara Federal, e sendo o local, procedi à PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS, de conformidade com o Auto, em anexo. O Diretor da Secretaria, na pessoa do funcionário, Tarcísio, recebeu a documentação para o procedimento (averbação) e exarou sua nota de ciente. O referido é a verdade e dou a minha fé. Recife, 05 de novembro de 2015. _____ JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

962

PROCESSO Nº 0008638-90.1991.4.05.8300 – EXECUÇÃO FISCAL

MANDADO: MAN. 0011. 002197-9/2015

11ª VARA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

05 NOV. 2015

2821
Tarcísio
7ª VARA JFPE

AUTO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos cinco (05) dias do mês de outubro de 2015, nesta cidade de Recife/PE, por ordem da MM Juíza Federal da 11ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, na Ação em Epígrafe, que move o Exequente: FAZENDA NACIONAL contra o Executado, PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A, dirigi-me à 7ª Vara Federal – Seção Judiciária de Pernambuco e, após ter apresentado o Mandado de PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS (MAN. 0011. 002197-9/2015) ao Diretor (a) de Secretaria da 7ª Vara, requeri a apresentação dos Autos do Processo tombado sob o nº 0000184-96.2006.4.05.8300, que ali tramita. Em seguida, nos termos da Lei 6.830/80, procedi à PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS para a garantia do débito exequendo, no montante de R$ 4.196.055,19 (Quatro milhões, cento e noventa e seis mil, cinquenta e cinco reais e dezenove centavos).

Procedi, ainda, a entrega da cópia deste documento ao Sr. (a) Diretor (a) de Secretaria da 7ª Vara Federal, para que este (a), sob as penas da lei, faça a averbação nos autos supracitados a fim de que, oportunamente, produza os efeitos legais pretendidos, como o pagamento do débito ora ajuizado. Do que, para constar, lavrei o presente auto que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por mim, Oficial de Justiça, e pelo (a) Diretora de Secretaria da 7ª Vara Federal, Seção Judiciária de Pernambuco.

OFICIAL DE JUSTIÇA – JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA - MAT 1235

DIRETOR DE SECRETARIA

Recebi em 30/11/2015

578

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
Seção Judiciária de Pernambuco – 25ª Vara Federal

11.486.974/0001-43
Serviço Notarial e Registral
Cartório Único
Rua Domingos Braga, Nº 140
Aliança - Fone: 3637-1375
Rousimar Coelho de Albuquerque
Tabeliã

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 09 dias do mês de novembro de 2015, no município de Aliança, Estado de Pernambuco, em cumprimento ao mandado de penhora, avaliação, depósito e registro extraído dos autos da Carta Precatória cível de **nº 0800149-70.2015.4.05.8306 (Processo Originário nº 0008638-90.1991.4.05.8300)** movido pela **FAZENDA NACIONAL** contra o executado **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e outros,** vim eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal, matrícula 3300, abaixo assinado ao local indicado e ali estando, após as formalidades legais, **PENHOREI** e **AVALIEI** o(s) bem(ns) a seguir descrito(s):

1) Imóvel rural de matrícula **372**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Cana Brava/Oiteiro Alto**, com 300ha (trezentos hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Jucá, de Carlos Antônio e José Henrique César de Albuquerque; ao Sul, com o Engenho Passagem, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; a leste com o Engenho Natal de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A e Paraná, de Juarez Correia de Azevedo; ao oeste, com os Engenhos Guararapes e Oiteiro Alto, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Apesar de existir casas com alguns moradores pontuais, não existe vila de casas no referido engenho. A maioria do imóvel é composta de terra nua, ou seja, sem benfeitorias. As construções existentes encontram-se em péssimo estado de conservação. O solo é próprio para plantação de cana-de-açúcar.**
2) Imóvel rural de matrícula **362**, denominado **Engenho Falcão**, com 412ha (quatrocentos e doze hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Retiro, do Sr. Fernando Olímpio de Moraes; ao Sul, com o Engenho Brejo Aliança, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; a leste com o Engenho Cipó Branco do Sr. Pedro Francisco de Andrade Cavalcanti; a oeste, com os Engenho Mata Limpa, também de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: existem várias famílias residindo no engenho há muitos anos, inclusive tendo elas recebido o lote à título de indenização por verbas trabalhistas não percebidas por terem trabalhado para a executada Pessoa de Mello Industria e Comércio (Usina Aliança). Assim,o imóvel é composto por vilas de casas de alvenaria.**
3) Imóvel rural de matrícula **365**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Laureano**, com 150ha (cento e cinquenta hectares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Mata Limpa, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; ao Sul, com o Engenho Cangaú, do Sr. Luismar de Melo; ao leste com o Engenho Brejo

579

Aliança de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A e com o Engenho Cangaú; ao oeste, com o Engenho Mata Limpa e terrenos urbanos da cidade de Aliança (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Localizado no entorno da zona urbana da cidade de Aliança, possui inúmeras casas já construídas e loteamentos de casas ainda em construção. Atualmente, confunde-se com a zona urbana do município.**

4) Imóvel rural de matrícula **366**, feita em 10 de agosto de 1978, denominado **Engenho Mata Limpa**, com 116,94ha (cento e dezesseis hectares e noventa e quatro ares), localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com o Engenho Falcão, de Pessoa de Mello Ind. e Com. S/A; ao Sul, com o Engenho Sítio Novo, também da empresa; ao leste com os terrenos urbanos da cidade de Aliança ; ao oeste, com os Engenhos Monte Claro e Boa Vista da Usina Cruangi S/A.(descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Também localizado no entorno da zona urbana da cidade de Aliança/PE. Não foi visualizada casas ou benfeitorias e/ou plantações.**
5) Imóvel rural de matrícula **357**, feita em 27 de julho de 1978, denominado **Engenho Brejo**, com 3,24ha (Três hectares e vinte e quatro ares), medindo 180m de comprimento por 180m de profundidade, desmenbrada do Engenho Brejo, localizado no município de Aliança/PE, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança), com os seguintes limites e confrontações: ao norte, sul, leste e oeste com terras do Engenho Brejo de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A (Usina Aliança) (descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis). **Vistoria: Imóvel onde fucionou o parque industrial da Usina Aliança, o qual atualmente, encontra-se destivado e em péssimo estado de conservação. Ademais, existe uma vila de casas no Engenho Brejo, todas de alvenaria.**

Registro que, com exceção do imóvel de matrícula 357, todos os outros possuem grandes proporções, não sendo possível a constatação *in loco* de todas as benfeitorias mencionadas, presumindo-se verdadeiras e de boa-fé todas as informações prestadas pelo Sr. Severino Bernardo, mais conhecido por Sr. Biluca, morador do Engenho Brejo/Usina Aliança e profundo conhecedor de toda a região. Ademais, tendo em vista as grandes áreas dos imóveis constrictos e, considerando apenas os documentos acostados ao presente expediente (certidões cartorárias), é impossível, sem a ajuda de aparelhos técnicos, tais como teodolitos, e pessoal humano especializado (agrimensor), individualizar com a máxima precisão os imóveis. Portanto, a descrição e avaliação dos imóveis tem por base todas as informações prestadas pelo Sr. Biluca, bem como a visão geral dos imóveis obtidas por este Oficial quando da diligência.

Avaliação:

Considerando, exclusivamente para efeito da avaliação, o imóvel livre de pessoas e coisas e, presumindo que as informações colhidas foram prestadas com boa-fé, a dimensão do(s) imóvel(is), benfeitorias e valor de mercado, reavalio o referido(s) bem(ens) em:

ENGENHO CANA BRAVA/OITEIRO ALTO: R$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais). Valor do Hectare: R$ 8.000,00 (oito mil reais).

ENGENHO FALCÃO: R$ 4.120.000,00 (quatro milhões e cento e vinte mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO LAUREANO: R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO MATA LIMPA: R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais). Valor do Hectare: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ENGENHO BREJO: R$ 3.200.000,00 (três milhões e duzendis mil reais). Valor do m²: aproximadamente R$ 100,00.

VALOR TOTAL DA PENHORA: R$ 12.320.000,00 (doze milhões e trezentos e vinte mil reais).

ALEXANDRE LUÍZ CAVALCANTI DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Matrícula 3300

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DA 5ª REGIÃO
Seção Judiciária de Pernambuco – Subseção Goiana

MANDADO DE PENHORA, AVALIAÇÃO, DEPÓSITO E REGISTRO

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ que, em cumprimento ao referido mandado, em 09 de novembro de 2015, dirigi-me aos **endereços constantes no Mandado** e, sendo ali, **PROCEDI À VISTORIA E PENHORA** dos bens imóveis indicados pela exequente às fls. 498/516. Ademais, após pesquisa na rede imobiliária local, procedi à **AVALIAÇÃO,** tudo de acordo com o Auto de Penhora e Avaliação.

CERTIFICO AINDA que, em 30/11/2015, dirigi-me ao Cartório de Registro de Imóveis de Aliança/PE e, ali estando, entreguei a contrafé do mandado e a cópia do auto de penhora/avaliação ao Tabelião Substituto, Sr. Edson Rodrigues de Albuquerque, para fins de registro da penhora, o qual recebeu e exarou a nota de ciente. É o que me cumpre certificar, **dou fé.** À apreciação do MM. Juiz Federal.

Goiana/PE, 03 de dezembro de 2015.

ALEXANDRE LUIZ CAVALCANTI DA SILVA
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Mat 3300

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTANCIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA

AUTO DE PENHORA, AVALIAÇÃO E REGISTRO.

Aos vinte (20) dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze, eu, Oficiala de Justiça Avaliadora Federal, abaixo assinada, com apoio do Sr. Gisoaldo Batista da Silva (81-99308-6179), conhecedor do Sítio Mascarenhas, Zona Rural, Timbaúba-PE, e, em cumprimento ao Mandado de Penhora, Avaliação, Depósito e Registro, expedido nos Autos do **Processo: 0800151-40.2015.4.05.8306-PJE (Proc. Origem: 0008638-90.1991.4.05.8300, Carta Precatória. N. 0011.000344-2/2015)**, movido pela FAZENDA NACIONAL em face de PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A e outros, CNPJ 10803336/0002-27, efetuei vistoria/lavratura o Auto de penhora, avaliação e registro do bem descrito a seguir: **Sítio Mascarenhas, registrado sob. N.809, datado de 21/07/1978, no Cartório de Registro de Imóveis de Timbaúba-PE, 1º Oficio. No referido engenho, há plantações de bananas no contorno do açude, as construções estão abaixo, restando apenas na pedra a igreja de São José. Há mata nativa, mas o local está bastante descaracterizado em razão de muito desmatamento. O acesso não é fácil, sendo a estrada de barro bastante acidentada, tendo como ponto de referência a BR sentido Timbaúba-Macaparana, adentra-se antes do Posto de Gasolina Santa Terezinha, na entrada à esquerda conhecida como entrada da Pedra Grande, percorrendo mais ou menos 09km passando pelo Engenho Xixá. Avalio um (01) hectare na localidade por R$10.000,00 (dez mil reais). Consta na certidão do Cartório de Imóveis área total de 60ha, valendo a presente penhora o valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Na localidade, não havia moradores. De acordo com Sr. Gisoaldo, conhecido como Aldinho, e o seu pai Mariano Pedro da Silva, o Sitio Mascarenhas, assim como as demais áreas da localidade (Engenho Xixá, Sítio Mascarenhas, Engenho Brito e Águas Perdidas), trata-se de uma reserva ambiental.** Após lido e achado conforme, o presente Auto vai por mim assinado.

Iracema Buonafina Alves de Lima
Oficial de Justiça Avaliador Federal
Mat.PE3285

RH às 13:21 em 20/10/2015
Inaiel Barbosa Nesberting dos Santos
Escrevente Autorizado

REG. 18.11.2015
SERVIÇOS NOTARIAIS E REGISTRAIS
Ação: Certidão
Maria Rosa
José
CNPJ/MF: 11.3[illegible]/0001-30 - Fone (81) 3641
Rua Oliveira Estelita, nº 34 - Centro - Vicência
605

AUTO DE PENHORA E AVALIAÇÃO

Aos 11 dias do mês de novembro de 2015, no município de Vicência, Estado de Pernambuco, em cumprimento ao mandado de penhora, avaliação, depósito e registro extraído dos autos da Carta Precatória cível de nº **0800148-85.2015.4.05.8306 (Processo Originário nº 0008638-90.1991.4.05.8300)** movido pela **FAZENDA NACIONAL** contra o executado **PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A e outros,** vim eu, Oficial de Justiça Avaliador Federal, matrícula 3300, abaixo assinado ao local indicado e ali estando, após as formalidades legais, **PENHOREI** e **AVALIEI** o bem a seguir descrito:

> ***"Imóvel denominado Águas Perdidas, de propriedade de Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A, matrícula nº 173, do livro 2-B, à fl. 73, com área de 120,00Ha (cento e vinte hectares), situado no 2º distrito do município de Vicência/PE, cadastrada no INCRA sob o nº 230.170.003.158, com os seguintes limites e confrontações: ao norte, com terras da propriedade da Chã da Porta, pertencente a Sra. Antonia Silva, e Engenho Brito, pertencente a Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A; ao Sul, com terras da propriedade Taquari e Rochedo, pertencente a Jose Manoel de Oliveira e Odon da Cunha Cavalcanti, respectivamente; a leste com terras da propriedade Imbú e Chã da Porta, pertencente, respectivamente, ao espolio da Pio Guerra e D. Antonia Silva; e a oeste , com a propriedade Brito, pertencente a Pessoa de Mello, Industria e Comercio S.A".***

Descrição do imóvel conforme certidão do Cartório de Imóveis.

Vistoria

Por ocasião da diligência, o Sr. Gesoaldo, mais conhecido por Aldinho, prestou informações pertinentes, sobretudo quanto à localização e benfeitorias, destacando que:

a) o referido engenho tem solo típico para o cultivo de banana, bem como várias plantações de banana (não foi possível determinar a área cultivada);

b) o engenho situa-se relativamente longe de rodovias (cerca de 10km da mais próxima);

c) existem várias famílias residindo no engenho há muitos anos, inclusive tendo elas recebido o lote à título de indenização por verbas trabalhistas não percebidas por terem trabalhado para a executada Pessoa de Mello Industria e Comércio (Usina Aliança).

d) os imóveis existentes no engenho são todos de alvenaria e tijolos.

e) o Engenho Águas Perdidas está inserido em uma Zona de Proteção Ambiental – ZPE.

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao presente mandado, aos cinco (05) dias do mês de novembro de 2015, dirigi-me, nesta cidade, à Secretaria da 3ª Vara Federal, e sendo o local, efetivei o ARRESTO CAUTELAR NO ROSTO DOS AUTOS, de conformidade com o Auto, em anexo. A Diretora da Secretaria, Alba Lúcia de Mattos, recebeu a documentação para averbação e exarou sua nota de ciente. O referido é a verdade e dou a minha fé. Recife, 05 de novembro de 2015 – JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA – OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

669

6ª Vara - SJDF
Fls
Rubrica...1088...

PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Processo nº: 2008.34.00.022494-3 (Principal 1999.34.00.019801-0)

TERMO DE AVERBAÇÃO DE PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS

Aos 16 de dezembro de 2015, procedi à averbação da penhora no rosto dos autos da **Execução contra a Fazenda Pública nº 2008.34.00.022494-3,** movida por PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO SA contra a UNIÃO FEDERAL, do crédito de **R$ 4.196.055,19 (quatro milhões, cento e noventa e seis mil e cinquenta e cinco reais e dezenove centavos),** em favor da UNIÃO (FAZENDA NACIONAL), em cumprimento ao ofício n. 377/2015-18a.Vara, expedido na carta precatória n. 59728-64.2015.4.01.3400, em trâmite na 18ª. Vara Federal/SJDF *(Juízo deprecante: 11ª. Vara Federal de Recife – PE / execução fiscal n. 8638-90.1991.4.05.8300).*

Do que, para constar, lavrei o presente Termo, que vai por mim assinado.

Altina Tavares Cavalcante Luján Alberca
Diretora de Secretaria da 6ª Vara Federal/DF

JUNTADA

Nesta data, juntei aos presentes autos

CPP. 000001-41.2016

que se segue

Recife 21 de 06 de 16

Eu. _____

assino _____

Processo nº 0002374-68.2016.4.05.8300
Assinado eletronicamente por:
PEDRO HENRIQUE QUEIROZ FILHO - Servidor Geral
Data e hora da assinatura: 23/01/2020 09:04:06
Identificador: 405830048179992
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
Assinado eletronicamente por: PEDRO HENRIQUE QUEIROZ FILHO - Servidor Geral - Tribunal Servidor Cadastrador
Data e hora da assinatura: 23/01/2020 09:04:06
Identificador: 405830048179992
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
20012309041558700000027399921

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intimem-se as partes para que acerca dos novos juntados pelo juízo da 25ª Vara Federal, designando hasta pública para os dias 22/11/2022 e 29/11/2022, nos termos da decisão exarada dos autos da carta precatória nº 0800039-61.2021.4.05.8300, abaixo transcrita:
- *1- Fica designado o dia 22 /11/2022, às 10 horas , para a realização do 1º LEILÃO do(s) bem(ns) indicado(s) nos presentes autos. Caso não seja ofertado lanço superior ao valor da avaliação, desde logo, fica designado o dia 29/11/2022, às 10 horas , para a realização do 2º LEILÃO, ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão) alienados pelo maior lanço, desde que não se ofereça preço vil (inferior a 50% - cinquenta por cento - do valor de avaliação/reavaliação).*

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intimem-se as partes para que acerca dos novos juntados pelo juízo da 25ª Vara Federal, designando hasta pública para os dias 22/11/2022 e 29/11/2022, nos termos da decisão exarada dos autos da carta precatória nº 0800039-61.2021.4.05.8300, abaixo transcrita:
- *1- Fica designado o dia 22 /11/2022, às 10 horas , para a realização do 1º LEILÃO do(s) bem(ns) indicado(s) nos presentes autos. Caso não seja ofertado lanço superior ao valor da avaliação, desde logo, fica designado o dia 29/11/2022, às 10 horas , para a realização do 2º LEILÃO, ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão) alienados pelo maior lanço, desde que não se ofereça preço vil (inferior a 50% - cinquenta por cento - do valor de avaliação/reavaliação).*

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intimem-se as partes para que acerca dos novos juntados pelo juízo da 25ª Vara Federal, designando hasta pública para os dias 22/11/2022 e 29/11/2022, nos termos da decisão exarada dos autos da carta precatória nº 0800039-61.2021.4.05.8300, abaixo transcrita:
- *1- Fica designado o dia 22 /11/2022, às 10 horas , para a realização do 1º LEILÃO do(s) bem(ns) indicado(s) nos presentes autos. Caso não seja ofertado lanço superior ao valor da avaliação, desde logo, fica designado o dia 29/11/2022, às 10 horas , para a realização do 2º LEILÃO, ocasião em que o(s) bem(ns) será(ão) alienados pelo maior lanço, desde que não se ofereça preço vil (inferior a 50% - cinquenta por cento - do valor de avaliação/reavaliação).*

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 21/10/2022 09:38, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 20/10/2022 21:24 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 22102021245870100000024683233 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 21/10/2022 09:38 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 30/10/2022 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 20/10/2022 21:24 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 22102021245931300000024683234 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 31/10/2022 00:00 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Passo a apreciar as questões pendentes desde a decisão datada de 28/06/2021 (ID 4058300.19165374).

1. PENHORAS

1.1. MATRÍCULA 15.524, 6.º CRI de RECIFE/PE (antigo 95130, 2.º CRI, Recife/PE)

Na decisão anterior (28/06/2022), ficou determinada a baixa da penhora do apto 501 do Edifício Antônio Dourado.

O 6.º Cartório de registro de imóveis informou no ID 4058300.19581836 (12/07/2021) inexistir penhora averbada no referido imóvel.

Nada a prover, pois.

1.2. MATRÍCULA 173, CRI VICÊNCIA/PE

Foi expedida carta precatória (despacho 28/10/2021) para a realização de perícia no referido imóvel, sem notícia da designação de perito nem da proposta de honorários periciais.

Oficie-se àquele juízo para informar sobre o cumprimento da referida precatória.

1.3. LEILÃO 25.ª VARA FEDERAL, GOIANA/PE

No ID 4058300.24288506 (23/09/2022, o juízo da Vara Federal de Pernambuco, informou a designação de leilão, para os dias 22 e 29/11/2022, dos seguinte imóveis:

- 357 - Engenho Brejo;

- 362 - Engenho Falcão;

- 365 - Engenho Laureano;

- 366 - Engenho Mata Limpa;

- 372 - Engenho Cana Brava.

Aguarde-se resultado do certame.

1.4. PENHORA ROSTO AUTOS 6.ª VARA DO DISTRITO FEDERAL

Em resposta ao pedido de penhora no rosto dos autos n.º 008.34.00.022494-3 (0022400-47.2008.4.01.3400), o Juízo da 6ª Vara Federal do Distrito Federal encaminhou certidão de tramitação processual.

No concerne ao nosso pedido de penhora no rosto dos autos, consta a menção a inúmeros pedidos de penhora trabalhistas e fiscais sem que no momento se possa afirmar a existência de saldo para quitá-las, tal como a cessão dos direitos creditórios em favor de terceiro.

Instada a se manifestar, a União requereu:

> "a) seja solicitado à d. 6ª Vara Federal no Distrito Federal que expeça certidão específica quanto à averbação da penhora dos créditos no rostos dos autos do processo acima aludido, 008.34.00.022494-3 (0022400-47.2008.4.01.3400), para garantia dos créditos cobrados na presente execução fiscal;
>
> b) sejam intimados, primeiramente, a executada para informar todas as cessões de créditos por ela efetuadas e, sucessivamente, os terceiros cessionários dos aludidos direitos creditórios para que se manifestem sobre os indícios de alienação em fraude de execução nos termos do art. 184 do CTN, considerando-se que as cessões ocorreram após as inscrições em dívida ativa, visto que há inscrições em nome da coexecutada que remontam ao ano de 1991, levando-se em conta o teor da certidão da Justiça Federal do Distrito Federal, que informa cessões de crédito em 2013 e 2014 (ID 4058300.24148657, 13/09/2022)."

O termo de penhora no rosto dos autos consta à fl. 667 da EF 0008638-90.1991.4.05.8300 (apensa à presente), conforme se depreende do item 7 da decisão de fls. 329/333v dos autos físicos (anexo 7 da migração).

No momento, resta, pois, aguardar a conclusão dos incidentes processuais para se verificar eventual saldo para a quitação da dívida em cobro.

2. PROSSEGUIMENTO

A União pede seja certificado quais execuções fiscais estão apensas ao presente feito, enumerando as respectivas CDAs que as instruem.

Verifico, no entanto, que na decisão ID 4058300.14215567 (07/05/2020) consta a lista com os dados requeridos pela União, bem como na decisão de fls. 329/333v do presente feito (anexo 7 da migração).

Nada a prover, pois.

jpr

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - direcao11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal distribuidor da Subseção Judiciária de Goiana/PE

Assunto: **Solicitação de informação**

Senhor(a) Juiz(íza),

Cumprimentando-o(a), solicito a Vossa Excelência informações acerca da distribuição e cumprimento da carta precatória ID 4058300.21039747, nos termos da decisão ID 4058300.25005600.

Anexo: Cópia da decisão ID 4058300.25005600, carta precatória ID 4058300.21039747 e documento ID 4058300.21213389

Atenciosamente,

Isaac Batista de Carvalho Neto

Juiz Federal Substituto da 11ª Vara Federal

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do recibo de remessa pelo Malote Digital.

r Judiciário

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	405202211043846
Documento:	OFICIO CP GOIANA.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	SJPE - Apoio Judiciário/Distribuição - Goiana (TRF5)
Data de Envio:	09/12/2022 13:15:12
Assunto:	REquer informações sobre distribuição e cumprimento de carta precatória

(assinado eletronicamente)

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue (carta precatória), recebido pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 405202311189820

Nome original: Oficio_11VF_0800039-61.2021.4.05.8306.pdf

Data: 02/02/2023 09:47:14

Remetente:

Luis Filipe Pereira da Silva
SJPE - Diretoria da 25ª Vara
TRF5

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Devolução CP

02/02/2023

Número: **0800039-61.2021.4.05.8306**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Partes	
Tipo	**Nome**
PARTE AUTORA	**FAZENDA NACIONAL**
PARTE RÉ	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros**
DEPRECANTE	**Juízo Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco**
DEPRECADO	**Juízo Federal da 25ª Vara da Subseção Judiciária de Goiana - PE**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
405830625114255	15/12/2022 20:15	Despacho	Despacho
405830625106157	12/12/2022 09:20	Ata negativa 2º leilão - matriculas 357, 362, 365, 366 e 372	Certidão
405830625106158	12/12/2022 09:20	Lote 04 Processo 0800039-61.2021.4.05.8306 Ata negativa 2º leilão	Documento de Comprovação
405830624937024	24/11/2022 09:08	Ata negativa 1º leilão - matriculas 357, 362, 365, 366 e 372	Certidão
405830624937026	24/11/2022 09:08	Lote 04 Processo 0800039-61.2021.4.05.8306 Ata negativa 1º leilão	Documento de Comprovação

PROCESSO Nº: 0800039-61.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESPACHO

À vista das atas negativas resultantes do leilão realizado (id: 4058306.25106158 e 4058306.24937026), devolva-se ao juízo deprecante, com baixa na distribuição.

Goiana, data da assinatura eletrônica.

Flávia Tavares Dantas

Juíza Federal

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Subseção Judiciária de Goiana - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

PROCESSO Nº: 0800039-61.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que juntei aos autos ata negativa referente ao 2º leilão.

Goiana, data da assinatura eletrônica.

JUSTIÇA FEDERAL
25ª Vara Federal de Goiana/PE.

ATA NEGATIVA 2º LEILÃO

N. º PROCESSO: 0800039-61.2021.4.05.8306 25ª VARA FEDERAL	EDITAL Nº 82/2022 LOTE N.º 04.1 a 04.5

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E OUTROS

Na data de hoje, no horário e local determinado, eu Cassiano Ricardo Dall'ago e Silva, com registro na JUCEPE nº 020/05, dei abertura nesta Cidade ao Segundo Leilão Público Judicial, conforme Edital de Leilão publicado, e certifico que o processo mencionado acima obteve resultado negativo.

Descrição do bem:
04.1) 3,24 hectares do imóvel de matrícula 357 (desmembrada do Engenho Brejo). Estando no local, ainda é possível verificar a existência da estrutura do Parque Industrial da Usina Aliança, que se encontra desativado e em péssimo estado de conservação. Observa-se a existência de algumas casas de alvenaria e plantação de cana-de-açúcar. Avaliado em R$ 38.880,00 (trinta e oito mil, oitocentos e oitenta reais) em 07/10/2022.

04.2) 412 hectares do imóvel de matrícula 362 (Engenho Falcão). A área do engenho é na zona urbana da cidade, sendo composta por vilas de casas, com poucas casas próximas a pista, todas de alvenaria, estando localizadas na entrada do município de Aliança/PE. Com confrontações descritas em Certidão do Registro Único da Comarca de Aliança/PE. Avaliado em R$ 4.944.000,00 (quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil reais) em 07/10/2022.

04.3) 150 hectares do imóvel de matrícula 365 (Engenho Laureano). No local, observa-se que o Engenho Laureano fica no entorno da zona urbana da cidade, com ruas e várias casas de alvenaria, de um lado e do outro, algumas loteadas pela prefeitura e outras regiões que foram invadidas. Com confrontações descritas em Certidão do Registro Único da Comarca de Aliança/PE. Avaliado em R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) em 07/10/2022.

04.4) 116,94 hectares do imóvel de matrícula 366 (Engenho Mata Limpa). O engenho fica na região urbana da cidade de Aliança/PE. Verifica-se a existência de uma casa grande, que teria sido a sede do engenho nos seus primórdios, uma pequena área de plantação de cana de açúcar e o restante de mata verde. Com confrontações descritas em Certidão do Registro Único da Comarca de Aliança/PE. Avaliado em R$ 1.403.280,00 (um milhão, quatrocentos e três mil, duzentos e oitenta reais) em 07/10/2022.

CASSIANO RICARDO DALL AGO E SILVA:02294553950

Assinado de forma digital por CASSIANO RICARDO DALL AGO E SILVA:02294553950
Dados: 2022.11.29 11:29:49 -02'00'

04.5) 300 hectares do imóvel de matrícula 372 (Engenho Cana Brava). No local, observa-se a existência de duas casas e uma sede, de alvenaria, com bastante área verde e predominantemente com plantação de cana de açúcar. Com confrontações descritas em Certidão do Registro Único da Comarca e Aliança/PE. Avaliado em R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) em 07/0/2022.
Valor da avaliação: R$ 11.786.160,00 (Onze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, cento e sessenta reais).

Goiana, 29 de novembro de 2022.

CASSIANO RICARDO DALL AGO E SILVA:02294553950
Assinado de forma digital por CASSIANO RICARDO DALL AGO E SILVA:02294553950
Dados: 2022.11.29 11:30:05 -02'00'

LEILOEIRO OFICIAL

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Subseção Judiciária de Goiana - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

PROCESSO Nº: 0800039-61.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

CERTIDÃO

Certifico que juntei aos autos documento recebido via e-mail.

Goiana, data da assinatura eletrônica.

JUSTIÇA FEDERAL
25ª Vara Federal de Goiana/PE.

ATA NEGATIVA 1º LEILÃO

N. º PROCESSO: 0800039-61.2021.4.05.8306 25ª VARA FEDERAL	EDITAL Nº 82/2022 LOTE N.º 04.1 a 04.5

EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A E OUTROS

Na data de hoje, no horário e local determinado, eu Cassiano Ricardo Dall'ago e Silva, com registro na JUCEPE nº 020/05, dei abertura nesta Cidade ao Primeiro Leilão Público Judicial, conforme Edital de Leilão publicado, e certifico que o processo mencionado acima obteve resultado negativo.

Descrição do bem:
04.1) 3,24 hectares do imóvel de matrícula 357 (desmembrada do Engenho Brejo). Estando no local, ainda é possível verificar a existência da estrutura do Parque Industrial da Usina Aliança, que se encontra desativado e em péssimo estado de conservação. Observa-se a existência de algumas casas de alvenaria e plantação de cana-de-açúcar. Avaliado em R$ 38.880,00 (trinta e oito mil, oitocentos e oitenta reais) em 07/10/2022.

04.2) 412 hectares do imóvel de matrícula 362 (Engenho Falcão). A área do engenho é na zona urbana da cidade, sendo composta por vilas de casas, com poucas casas próximas a pista, todas de alvenaria, estando localizadas na entrada do município de Aliança/PE. Com confrontações descritas em Certidão do Registro Único da Comarca de Aliança/PE. Avaliado em R$ 4.944.000,00 (quatro milhões, novecentos e quarenta e quatro mil reais) em 07/10/2022.

04.3) 150 hectares do imóvel de matrícula 365 (Engenho Laureano). No local, observa-se que o Engenho Laureano fica no entorno da zona urbana da cidade, com ruas e várias casas de alvenaria, de um lado e do outro, algumas loteadas pela prefeitura e outras regiões que foram invadidas. Com confrontações descritas em Certidão do Registro Único da Comarca de Aliança/PE. Avaliado em R$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) em 07/10/2022.

04.4) 116,94 hectares do imóvel de matrícula 366 (Engenho Mata Limpa). O engenho fica na região urbana da cidade de Aliança/PE. Verifica-se a existência de uma casa grande, que teria sido a sede do engenho nos seus primórdios, uma pequena área de plantação de cana de açúcar e o restante de mata verde. Com confrontações descritas em Certidão do Registro Único da Comarca de Aliança/PE. Avaliado em R$ 1.403.280,00 (um milhão, quatrocentos e três mil, duzentos e oitenta reais) em 07/10/2022.

CASSIANO RICARDO DALL AGO E SILVA:02294553950
Assinado de forma digital por CASSIANO RICARDO DALL AGO E SILVA:02294553950
Dados: 2022.11.22 12:04:25 -02'00'

04.5) 300 hectares do imóvel de matrícula 372 (Engenho Cana Brava). No local, observa-se a existência de duas casas e uma sede, de alvenaria, com bastante área verde e predominantemente com plantação de cana de açúcar. Com confrontações descritas em Certidão do Registro Único da Comarca e Aliança/PE. Avaliado em R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) em 07/0/2022.
Valor da avaliação: R$ 11.786.160,00 (Onze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, cento e sessenta reais).

Goiana, 22 de novembro de 2022.

CASSIANO RICARDO DALL AGO E SILVA:02294553950
Assinado de forma digital por CASSIANO RICARDO DALL AGO E SILVA:02294553950
Dados: 2022.11.22 12:04:45 -02'00'

LEILOEIRO OFICIAL

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a exequente para que manifeste-se sobre os documentos novos juntados pelo juízo da 25ª Vara, no prazo de 15 (quinze) dias.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 24/02/2023 01:01, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 16/02/2023 14:25 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23021614254138400000025759392 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 24/02/2023 01:01 - Seção Judiciária de Pernambuco.

	Ministério da Fazenda **Procuradoria- da Fazenda Nacional - PGFN** **Procuradoria Regional da Fazenda Nacional 5ª Região - PRFN/5**

AO JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL EM PERNAMBUCO

PROCESSO Nº :0002274-68.1992.4.05.8300

A UNIÃO FEDERAL/FAZENDA PÚBLICA, tendo presente a intimação de id. nº 25684936 vem, por seu procurador adiante firmado, manifestar, expor e/ou requerer o seguinte.

1. Prefacialmente, dá-se por ciente do r.o (a) decisão/despacho de id nº 25684924 nos autos do processo correlato tela.
2. CIENTE do leilão negativo de id. nº 4058300.25529166.
3. REQUER REQUER a inscrição dos executados no cadastro de inadimplentes - SERASAJUD, como medida constritiva. Conforme entendimento do STJ sobre a questão :

> PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. **INSCRIÇÃO DO DEVEDOR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES POR DECISÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO FISCAL. POSSIBILIDADE.** ART. 5º, INC. LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 4º, 6º, 139, INC. IV, 782, §§3º A 5º, E 805 DO CPC/2015. **PRINCÍPIOS DA EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO, DA ECONOMICIDADE, DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO E DA MENOR ONEROSIDADE PARA O DEVEDOR. ART. 1º DA LEI Nº 6.830/80. EXECUÇÃO FISCAL. APLICAÇÃO** SUBSIDIÁRIA DO CPC. SERASAJUD. **DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO PRÉVIO DE OUTRAS MEDIDAS EXECUTIVAS** . DEFERIMENTO DO REQUERIMENTO DE NEGATIVAÇÃO, SALVO DÚVIDA RAZOÁVEL QUANTO À EXISTÊNCIA DO DIREITO AO CRÉDITO PREVISTO NA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - CDA. CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS DA DECISÃO JUDICIAL PARA A PRECISÃO E QUALIDADE DOS BANCOS DE DADOS DOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E PARA A ECONOMIA DO PAÍS. ART. 20 DO DECRETO-LEI Nº 4.657/1942 (ACRESCENTADO PELA LEI Nº 13.655/2018, NOVA LINDB). RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO JULGADO SOB A SISTEMÁTICA

DO ART. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 C/C ART. 256-N E SEGUINTES DO REGIMENTO INTERNO DO STJ.

1. O objeto da presente demanda é definir se o art. 782, §3º do CPC é aplicável apenas às execuções de título judicial ou também às de título extrajudicial, mais especificamente, às execuções fiscais.

2. O art. 782, §3º do CPC está inserido no Capítulo III ("Da competência"), do Título I ("Da execução em geral"), do Livro II (Do processo de execução") do CPC, sendo que o art. 771 dispõe que "este Livro regula o procedimento da execução fundada em título extrajudicial".

3. Não há dúvidas, portanto, de que o art. 782, §3º, ao determinar que "A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.", dirige-se às execuções fundadas em títulos extrajudiciais.

4. O art. 782, §5º, ao prever que "O disposto nos §§ 3º e 4º aplica-se à execução definitiva de título judicial.", possui dupla função: 1) estender às execuções de títulos judiciais a possibilidade de inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes; 2) excluir a incidência do instituto nas execuções provisórias, restringindo-o às execuções definitivas.

5. Nos termos do art. 1º da Lei nº 6.830/80, o CPC tem aplicação subsidiária às execuções fiscais, caso não haja regulamentação própria sobre determinado tema na legislação especial, nem se configure alguma incompatibilidade com o sistema. É justamente o caso do art. 782, §3º do CPC, que se aplica subsidiariamente às execuções fiscais pois: 1) não há norma em sentido contrário na Lei nº 6.830/1980; 2) a inclusão em cadastros de inadimplência é medida coercitiva que promove no subsistema os valores da efetividade da execução, da economicidade, da razoável duração do processo e da menor onerosidade para o devedor (arts. 4º, 6º, 139, inc. IV, e 805 do CPC). Precedentes do STJ.

6. O Poder Judiciário determina a inclusão nos cadastros de inadimplentes com base no art. 782, §3º, por meio do SERASAJUD, sistema gratuito e totalmente virtual, regulamentado pelo Termo de Cooperação Técnica nº 020/2014 firmado entre CNJ e SERASA. O ente público, por sua vez, tem a opção de promover a inclusão sem interferência ou necessidade de autorização do magistrado, mas isso pode lhe acarretar despesas a serem negociadas em convênio próprio.

7. A situação ideal a ser buscada é que os entes públicos firmem convênios mais vantajosos com os órgãos de proteção ao crédito, de forma a conseguir a quitação das dívidas com o mínimo de gastos e o máximo de eficiência. Isso permitirá que, antes de ajuizar execuções fiscais que abarrotarão as prateleiras (físicas ou virtuais) do Judiciário, com baixo percentual de êxito (conforme demonstrado ano após ano no "Justiça em Números" do CNJ), os entes públicos se valham do protesto da CDA ou da negativação dos devedores, com uma maior perspectiva de sucesso.

8. Porém, no momento atual, em se tratando de execuções fiscais ajuizadas, não há justificativa legal para o magistrado negar, de forma abstrata, o requerimento da parte de inclusão do executado em cadastros de inadimplentes, baseando-se em argumentos como: 1) o art. 782, § 3º, do CPC apenas incidiria em execução definitiva de título judicial; 2) em se tratando de título executivo extrajudicial, não haveria qualquer óbice a que o próprio credor providenciasse a efetivação da medida; 3) a intervenção judicial só

caberá se eventualmente for comprovada dificuldade significativa ou impossibilidade de o credor fazê-lo por seus próprios meios; 4) ausência de adesão do tribunal ao convênio SERASAJUD ou a indisponibilidade do sistema. Como visto, tais requisitos não estão previstos em lei.

9. Em suma, tramitando uma execução fiscal e sendo requerida a negativação do executado com base no art. 782, § 3º, do CPC, o magistrado deverá deferi-la, salvo se vislumbrar alguma dúvida razoável à existência do direito ao crédito previsto na Certidão de Dívida Ativa - CDA, a exemplo da prescrição, da ilegitimidade passiva ad causam, ou outra questão identificada no caso concreto.

10. Outro ponto importante a ser fixado é que, sendo medida menos onerosa, a anotação do nome da parte executada em cadastro de inadimplentes pode ser determinada antes de exaurida a busca por bens penhoráveis. Atende-se, assim, ao princípio da menor onerosidade da execução, positivado no art. 805 do CPC. Precedentes do STJ.

11. Por fim, sob um prisma da análise econômica do Direito, e considerando as consequências práticas da decisão - nos termos do art. 20 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (acrescentado pela Lei nº 13.655/2018, que deu nova configuração à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB) -, não se pode deixar de registrar a relevância para a economia do país e para a diminuição do "Custo Brasil" de que a atualização dos bancos de dados dos birôs de crédito seja feita por meio dos procedimentos menos burocráticos e dispendiosos, tais como os utilizados no SERASAJUD, a fim de manter a qualidade e precisão das informações prestadas. Postura que se coaduna com a previsão do art. 5º, inc. XXXIII, da CF/88 ("todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado").

12. Com base no art. 927, §3º, do CPC, rejeito a modulação dos efeitos proposta pela Associação Norte-Nordeste de Professores de Processo - ANNEP, uma vez que o entendimento firmado no presente recurso repetitivo é predominante no STJ há bastante tempo.

13. Tese jurídica firmada: "O art. 782, §3º do CPC é aplicável às execuções fiscais, devendo o magistrado deferir o requerimento de inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes, preferencialmente pelo sistema SERASAJUD, independentemente do esgotamento prévio de outras medidas executivas, salvo se vislumbrar alguma dúvida razoável à existência do direito ao crédito previsto na Certidão de Dívida Ativa - CDA.".

14. Recurso especial conhecido e provido, nos termos da fundamentação.

15. Recurso julgado sob a sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e art. 256-N e seguintes do Regimento Interno deste STJ.

(REsp n. 1.807.180/PR, relator Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, julgado em 24/2/2021, DJe de 11/3/2021.) **GRIFOS NOSSOS**

4. Por fim, informa que o valor atualizado da dívida é de R$ 539.212,40, conforme consulta anexa.

Pede e espera deferimento.

Fortaleza/CE, data que constar no sistema

Pedro Gurjão

Procurador da Fazenda Nacional

NCOB-5/DIAFI-5/PRFN-5

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO AUGUSTO DE SALES GURJAO - Procurador
Data e hora da assinatura: 17/03/2023 10:45:20
Identificador: 4058300.26015624
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23031710430575100000026091418

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4069100008533

GRANDE DEVEDOR

1º Devedor:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	26520 100002/88-82
Nº Inscrição:	40 6 91 000085-33
Receita:	3640 / DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Data Inscrição:	04/09/1991
Data Primeira Cobrança:	019911010
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	00000000009200022740
Nº Único de Processo Judicial:	00022746819924058300
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Consolidado:	R$ 539.212,40

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Consolidado: R$ 539.212,40
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 23/03/2023, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
23/03/2023 14:37	Prioridade	Exclusão	Grande Devedor		PEDRO CHABLOZ FILHO

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESPACHO

A exequente postula a negativação das partes executadas em cadastro de devedores, via sistema SERASAJUD.

O Código de Processo Civil de 2015 passou a prever, para o processo de execução judicial, a possibilidade de se inserir o nome do executado em cadastros de inadimplentes, medida esta a ser requerida pelo exequente, com vistas a facilitar o recebimento de seu crédito, quando a busca de bens passíveis de penhora quedar frustrada.

Assim, a par da possibilidade de se protestar o título executivo (CDA), o credor na execução fiscal tem a seu dispor também esse meio transverso de cobrança, utilizado justamente quando o protesto da CDA, por algum motivo operacional, não logra ser realizado. Restando inexitosa a busca de bens passíveis de garantir-se o juízo, **autorizo** à parte exequente a inclusão dos devedores nos cadastros de inadimplentes, que deve ser diligenciado pela exequente.

Após, suspenda-se o prosseguimento do feito, na forma do artigo 40 da LEF, por 1 (um) ano.

Ao final desse prazo, fica ciente a parte exequente de que a ausência de manifestação importará no arquivamento dos autos, sem baixa na distribuição, que resta, também, já determinado.

(assinado eletronicamente)

rms

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESPACHO

A exequente postula a negativação das partes executadas em cadastro de devedores, via sistema SERASAJUD.

O Código de Processo Civil de 2015 passou a prever, para o processo de execução judicial, a possibilidade de se inserir o nome do executado em cadastros de inadimplentes, medida esta a ser requerida pelo exequente, com vistas a facilitar o recebimento de seu crédito, quando a busca de bens passíveis de penhora quedar frustrada.

Assim, a par da possibilidade de se protestar o título executivo (CDA), o credor na execução fiscal tem a seu dispor também esse meio transverso de cobrança, utilizado justamente quando o protesto da CDA, por algum motivo operacional, não logra ser realizado. Restando inexitosa a busca de bens passíveis de garantir-se o juízo, **autorizo** à parte exequente a inclusão dos devedores nos cadastros de inadimplentes, que deve ser diligenciado pela exequente.

Após, suspenda-se o prosseguimento do feito, na forma do artigo 40 da LEF, por 1 (um) ano.

Ao final desse prazo, fica ciente a parte exequente de que a ausência de manifestação importará no arquivamento dos autos, sem baixa na distribuição, que resta, também, já determinado.

(assinado eletronicamente)

rms

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 14/04/2023 00:56, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 11/04/2023 15:09 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23041115091414900000026412069 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 14/04/2023 00:56 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
Luiz de Sá Monteiro - PE003062 - D	ADVOGADO
ALOISIO ARRUDA FILHO - PE010324 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23041800010486500000026484035 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 18/04/2023 00:01 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Suspenda-se o curso da execução por 1 (um) ano para realização de diligências, na forma do art. 40 da Lei n.º 6.830/80 - Lei de Execução Fiscal.

Decorrido esse prazo, sem manifestação da parte exequente nem indicação de bens e/ou a exata localização do executado, arquivem-se os autos sem baixa, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ressalvado o seu desarquivamento, enquanto não prescrita a pretensão executória.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Suspenda-se o curso da execução por 1 (um) ano para realização de diligências, na forma do art. 40 da Lei n.º 6.830/80 - Lei de Execução Fiscal.

Decorrido esse prazo, sem manifestação da parte exequente nem indicação de bens e/ou a exata localização do executado, arquivem-se os autos sem baixa, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ressalvado o seu desarquivamento, enquanto não prescrita a pretensão executória.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 19/04/2023 16:31, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Atos Eletrônicos registrado em 18/04/2023 11:51 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23041811515580700000026488332 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 19/04/2023 16:31 - Seção Judiciária de Pernambuco.

MM. JUIZ (A) FEDERA L

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL),** por seu Procurador da Fazenda Nacional *ex vi legis* (art. 12 da LC 73/93 c/c o art. 37, II da Lei Federal 13.327/2016), vem, respeitosamente, perante V. Exa., ante o despacho de id . 4058300.26304854, **requer** a efetivação do **CNIB** contra a empresa devedora, pois ainda não foi efetivada contra a mesma, cujo débito em cobro perfaz **R$ 539.922,04 .**

Nestes termos, pede deferimento.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 28/04/2023 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Atos Eletrônicos registrado em 18/04/2023 11:51 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 23041811515580700000026488332 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/04/2023 00:07 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 405202311597807

Nome original: Oficio 0800496-93.2021.4.05.8306.pdf

Data: 15/05/2023 11:08:43

Remetente:

Luis Filipe Pereira da Silva
SJPE - Diretoria da 25ª Vara
TRF5

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: PROCESSO Nº: 0800496-93.2021.4.05.8306 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL

15/05/2023

Número: **0800496-93.2021.4.05.8306**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Partes	
Tipo	**Nome**
DEPRECANTE	**Juízo Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco**
DEPRECADO	**Juízo Federal da 25ª Vara da Subseção Judiciária de Goiana - PE**
PARTE AUTORA	**FAZENDA NACIONAL**
PARTE RÉ	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
40583062651481 3	08/05/2023 10:26	Ofício	Expediente
40583062647838 0	24/04/2023 20:19	PFN-IMPUGNAÇÃO	Cota
40583062643794 2	20/04/2023 00:06	Certidão de Intimação	Certidão de Intimação
40583062637657 2	14/04/2023 11:25	Proposta de Honorários - Perito	Certidão
40583062637657 3	14/04/2023 11:25	Proposta de honorários 25vf 0800496-93.2021.4.05.8306	Documento de Comprovação
40583062634412 0	12/04/2023 11:30	Contato Perito	Certidão
40583062551354 7	02/02/2023 15:53	Despacho	Despacho
40583062127587 2	24/11/2021 14:25	Carta Precatória	Petição Inicial

JUSTIÇA FEDERAL

Subseção Judiciária de Goiana/PE - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

OFÍCIO

Goiana, data da assinatura eletrônica.

PROCESSO Nº: 0800496-93.2021.4.05.8306 **- CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Diretor(a) da 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Recife/PE

Assunto: Processo 0002274-68.1992.4.05.8300 (Vosso numero). Presta informação e solicita intimação.

Senhor(a) Diretor(a),

De ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal da 25ª Vara/PE, em atenção ao oficio enviado no dia 09/12/2022, solicitando informação acerca do cumprimento da carta precatória, esclareço a Vossa Senhoria que o perito judicial apresentou proposta de honorários, que foi impugnada pela fazenda nacional, conforme documento de id. 4058306.26478380 . Solicito a Vossa Senhoria que realize intimação da parte ré, Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A, conforme despacho de id. 4058306.25513547.

Anexos: Impugnação de id. 4058306.26478380, despacho de id 4058306.25513547 e proposta de honorários periciais de id. 4058306.26376573

Atenciosamente,

Marcílio José Tenório de Freitas

Diretor de Secretaria da 25ª Vara Federal/PE

AO JUÍZO DA 25ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO

A União (Fazenda Nacional), por sua Procuradora da Fazenda Nacional que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar IMPUGNAÇÃO à proposta de honorários periciais.

Trata-se de carta precatória em razão da designação de perícia técnica de imóvel penhorado na execução fiscal 0002274-68.1992.4.05.8300 (matrícula 173, 1º CEI Vicência/PE) para individualizar a eventual parte livre, ou seja, que não tenha sido dada em pagamento a ex- trabalhadores), a fim de dar andamento à alienação do bem.

O perito designado formulou proposta de honorários no montante de R$ 20.000.00 (vinte mil reais) tomado como base o regulamento de honorários do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias.

Primeiramente, cumpre destacar que não se pretende reduzir a importância do trabalho a ser desempenhada pelo expert nomeado, sobretudo porque a União busca realizar a alienação de um imóvel penhorado justamente com base no resultado da perícia. Contudo, no sentir da União, a proposta de honorários é muito elevada e incompatível com parâmetros utilizados em outros casos semelhantes.

A remuneração do perito deve ser uma contra partida pelo trabalho desempenhado, cuja complexidade nada tem a ver com o valor da causa, com a capacidade de pagamento das partes ou mesmo como futuro patamar de honorários advocatícios.

Diz isso porque o valor elevado da demanda não pode, por si só, pautar a remuneração do perito. Vale consignar ainda que - embora não vinculantes para o presente feito, o qual não envolve assistência judiciária gratuita - as balizas estabelecidas na Resolução 305/2014 do Conselho da Justiça Federal são plenamente idôneas a funcionar como um parâmetro inicial dos honorários periciais e, assim, evidenciar o quão demasiada foi a estipulação sob exame.

Com efeito, se é certo que não se deve obediência aos limites pecuniários lá postos, também é indiscutível serem eles mais um objetivo critério a recomendar a redução de uma proposta cujo valor é muito maior que o máximo autorizado por aquele ato normativo. Ademais, o perito exerce um múnus público, não podendo perseguir valor como se estivesse prestando serviço a um particular. Nota-se que a proposta se mostra flagrantemente exorbitante, não precisando de muito esforço para tal conclusão.

É certo que a Lei Processual Civil confere aos peritos judiciais o status de auxiliares da Justiça. Não há dúvida de que tais auxiliares não mantêm qualquer relação de dependência técnica ou remuneratória relativamente aos demais atores do processo, mormente ante as peculiaridades dos serviços por aqueles desenvolvidos. A Lei nº 9.289/96, em seu art. 10, aponta os critérios para a fixação dos honorários do perito:

Art. 10. A remuneração do perito, do intérprete e do tradutor será fixada pelo Juiz em despacho fundamentado, ouvidas as partes e à vista da proposta de honorários apresentada, considerados o local da prestação do serviço, a natureza, a complexidade e o tempo estimado do trabalho a realizar, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 33 do Código de Processo Civil.

Sobre o tema, vale destacar a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que vem entendendo nesse mesmo sentido (destaques nossos):

HONORÁRIOS PERICIAIS. FIXAÇÃO. VALOR. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. PROIBIÇÃO DE EXCESSO. 1. Controverte-se acerca da fixação de honorários periciais. Sobre a remuneração do perito, dispõe o Código de Processo Civil, no art. 33 do CPC, nos seguintes termos: (...)

art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz. Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração. O numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juízo e com correção monetária, será entregue ao perito após a apresentação do laudo (...) (grifei) 2. Em relação aos feitos que tramitam na Justiça Federal, há regramento especial, determinado que as partes sejam ouvidas acerca da proposta de honorários, bem como despacho fundamentado, considerando-se alguns parâmetros. Diz o artigo 10 da Lei nº 9.289/96: art. 10. A remuneração do perito, do intérprete e do tradutor será fixada pelo Juiz em despacho fundamentado, ouvidas as partes e à vista da proposta de honorários apresentada, considerados o local da prestação do serviço, a natureza, a complexidade e o tempo estimado do trabalho a realizar, aplicandose, no que couber, o disposto no art. 33 do Código de Processo Civil. 3. Diferentemente da prestação de serviços a particulares, o profissional que funciona como perito judicial cumpre múnus público, de modo que o critério para remuneração dos serviços prestados deve se submeter ao regramento legal. Desse modo, o custo da perícia deve levar em consideração a dificuldade técnica intrínseca ao trabalho; o grau de responsabilidade da atribuição; a expertise do profissional e eventuais por dificuldades externas ao labor (necessidade de deslocamento etc.), as quais, aliadas ao número de horas que o expert despenderá para elaboração do seu parecer, servirão de parâmetros para o arbitramento dos honorários periciais. 4. No caso dos autos, a prova pericial diz respeito à trabalho contábil. Foi apresentada proposta de honorários no evento 51, por sociedade simples de profissionais contadores (MOORE STEPHENS METRI AUDITORES S/S), assinada por profissional habilitado, valor de R$ 8.170,00 (oito mil, cento e setenta reais). Conforme demonstrativo analítico, para embasar o valor dos honorários, aludiu-se à necessidade de utilização de 38 horas/homem para o serviço, sendo que o valor da hora técnica foi estipulado em R$ 215,00 (duzentos e quinze reais). A União se manifestou no evento 46, para dizer que não concorda com a proposta de honorários apresentada pelo Sr. Perito (evento 51), pois entende muito elevado o valor pretendido. 5. Assiste razão à recorrente, na medida em que, sem desmerecer o trabalho a ser executado, verdade é que, no caso em exame, a perícia ficará adstrita a documentos constantes dos autos, sem necessidade de qualquer deslocamento ou diligências. Além disso, da própria proposta de honorários apresentada, não restou especificado correspondência quantitativa entre o volume de documentos a serem analisados e o número de cada horas em cada etapa do trabalho. 6. Ademais, repita-se, sem qualquer desprestígio ao trabalho que deve ser realizado na perícia, o valor proposto se mostra excessivo, mormente quando em casos análogos aos que se trazem ao conhecimento desta Corte, há fixação de honorários em patamar mais adequado, sem deixar de remunerar dignamente o profissional designado. Nesse sentido, casos paradigmáticos: (TRF4, AG 5011098-88.2013.404.0000, Segunda Turma, Relator p/ Acórdão Rômulo Pizzolatti, juntado aos autos em 14/08/2013; TRF4, AG 0000142- 98.2013.404.0000, Primeira Turma, Relator Joel Ilan Paciornik, D.E. 17/04/2013) 7. Acolhida a impugnação oferecida pela União, para reduzir valor dos honorários periciais para R$4.000 (quatro mil reais), de modo a restaurar a proporção e razoabilidade do valor estipulado, em relação a casos análogos, considerado o volume de documentos analisados. (AG 5007332-56.2015.404.0000, Rel. Des. Joel Ilan Paciornik, 1ª Turma, TRF4, julgado em 13.05.2015).

FINANCIADO. HONORÁRIOS PERICIAIS ABUSIVOS. 1. O perito judicial cumpre munus público, não podendo dele se valer para cobrar dos serviços o valor comercial que receberia se contratado por particular. 2. O custo da perícia é determinado pela dificuldade técnica intrínseca ao trabalho, pelo grau de responsabilidade da atribuição e pelas dificuldades externas ao trabalho. 3. O valor fixado a título de honorários periciais figura-se excessivo para o caso, notadamente no que tange ao tempo a ser consumido com a realização da perícia. 4. Em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, é de rigor a diminuição dos honorários periciais em patamar adequado à realidade dos autos. 5. Por conseguinte, se mostram presentes os fundamentos legais autorizadores da tutela de urgência pretendida pela agravante, para reduzir os honorários periciais fixados para R$ 1.500,00 (hum mil e trezentos reais). (AG 5027553-31.2013.404.0000, Rel. Des. Nicolau Konkel Júnior, 3ª Turma, TRF4, julgado em 02.04.2014).

Apenas a título de comparação, tomemos o teto remuneratório do serviço público, qual seja, a remuneração de um Ministro do STF. Atualmente, o teto remuneratório é da ordem de R$ R$ 41.650,92 para 200 (duzentas) horas de trabalho. O Sr. Perito do requer, para 47 horas de trabalho, o total de R$ 20.000,00. Evidente a desproporção.

Por fim, após a definição do dia e hora em que terá início a diligência/perícia, a União requer nova intimação com prazo de 20 dias para, se for o caso, indicar assistente para acompanhar a perícia, haja vista que o exíguo prazo de 5 dias é insuficiente para que a Fazenda Nacional diligencie nesse sentido, mormente em razão da carência de pessoal em tal especialidade.

CONCLUSÃO.

Ante tudo o quanto exposto, requer a Fazenda Nacional se digne este ínclito juízo acolher a presente impugnação, adequando o valor dos honorários periciais, fixando-o em patamar módico e compatível com a complexidade da causa. Ademais, a União requer, após a definição de dia e hora da realização da perícia, nova intimação com prazo de 20 dias para, se for o caso, indicar assistente para acompanhar a perícia.

Pede deferimento.

CARLA CRISTINA ROCHA GUERRA

Procuradora da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
25º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0800496-93.2021.4.05.8306 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Polo ativo		Polo passivo	
Juízo Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco	DEPRECANTE	**Juízo Federal da 25ª Vara da Subseção Judiciária de Goiana - PE**	DEPRECADO

Outros participantes	
FAZENDA NACIONAL	PARTE AUTORA
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	PARTE RÉ

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 20/04/2023 00:06, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 02/02/2023 15:53 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23041411274137700000026454026 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 20/04/2023 00:06 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Subseção Judiciária de Goiana - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

PROCESSO Nº: 0800496-93.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que juntei aos autos proposta de honorários do perito.

Goiana, data da assinatura eletrônica.

EXMO(A) SR(A) JUIZ FEDERAL DA 25ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA

Eu, Marcello Rodrigo Cavalcante da Silva, Perito, Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho e Bacharel em Direito, CREA 048486 D PE, Perito nomeado nos autos n.: 0800496-93.2021.4.05.8306 – em que são partes:

Autor: FAZENDA NACIONAL
Réu: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Vêm a respeitável presença de V. Exa. apresentar a proposta de honorários que resultará na apresentação do laudo pericial, consistindo em analisar se o bem, objeto da ação, individualizar a eventual parte livre (não tenha sido dada em pagamento a ex-trabalhadores), do imóvel de matrícula 173, 1.º CRI de Vicência/PE:

1

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	TEMPO PREVISTO
Deslocamentos (Fórum, diligências, etc..)	2 horas
Leitura e interpretação dos autos	4 horas
Coleta dos dados de mercado	10 horas
Tratamento e modelagem estatística da pesquisa	10 horas
Elaboração e Revisão do Laudo Pericial	6 horas
Respostas aos eventuais quesitos formulados pelas partes	5 horas
Análise do Laudo Pericial Anterior	10 horas
TOTAL	47 horas

Ainda tomando como referência o regulamento de honorários do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias – IBAPE-PE, onde diz que a hora técnica básica para as perícias de Engenharia está no valor de R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), às 47 horas estimadas, resultam no valor de R$ 21.620,00 entretanto fixo os honorários na quantia de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

MARCELLO RODRIGO CAVALCANTE DA SILVA – Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho e Bacharel em Direito
Especialista em Gerenciamento de Obras, Tecnologia e Qualidade da Construção
Especialista em Auditoria, Avaliações e Perícias de Engenharia
Especialista em Engenharia Diagnóstica
Engenheiro de Segurança do Trabalho do IFPE (Instituto Federal de PE)
CREA 048486 Fone: 81 3048 5860/99977 8536

E, que sendo fixado, seja a quantia depositada em juízo, antecipadamente ao início da perícia segundo os termos do parágrafo único do art. 33 do CPC, após efetuado que a secretaria da vara comunique para que possa ser montado o cronograma de execução do teste e vistorias no imóvel.

Termos em que,
Espera deferimento.

Recife, 13 de abril de 2023.

MARCELLO RODRIGO CAVALCANTE DA SILVA
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho
CREA/PE 048486
marcellorod@hotmail.com / (81) 99977.8536
Membro IBAPE-PE (Inscrição nº 393)

MARCELLO RODRIGO CAVALCANTE DA SILVA – Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho e Bacharel em Direito
Especialista em Gerenciamento de Obras, Tecnologia e Qualidade da Construção
Especialista em Auditoria, Avaliações e Perícias de Engenharia
Especialista em Engenharia Diagnóstica
Engenheiro de Segurança do Trabalho do IFPE (Instituto Federal de PE)
CREA 048486 Fone: 81 3048 5860/99977 8536

Processo: 0800[illegible]
Assinado eletronicamente por:
LUIS FILIPE PEREIRA DA SILVA - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 14/04/2023 11:25:51
Identificador: 4058306.26376573
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23041411252954400000026453990

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Subseção Judiciária de Goiana - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

PROCESSO Nº: 0800496-93.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que entrei em contato com o perito nomeado para apresentar proposta de honorários.

Goiana, data da assinatura eletrônica.

PROCESSO Nº: 0800496-93.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

Cumpra-se, conforme deprecado.

Tendo em vista a solicitação de realização de perícia topográfica com o objetivo de " *individualizar a eventual parte livre (não tenha sido dada em pagamento a ex-trabalhadores), do imóvel de matrícula 173, 1.º CRI de Vicência/PE, passível de ser alienada judicialmente* ", nomeio como perito o Sr. Marcello Rodrigo Cavalcante da Silva, engenheiro civil, cujos contatos são do conhecimento da Secretaria deste juízo.

O perito designado pelo juízo deverá ser intimado prestar o compromisso legal e apresentar, em 05 (cinco) dias, proposta de honorários. (art. 465, §2º, do CPC/15).

Após, intimem-se as partes para se manifestarem, em 05 (cinco) dias, sobre a proposta apresentada (art. 465, §3º, do CPC/15), ficando desde já assente que o valor dos honorários periciais serão adiantados pela União, conforme consta da deprecata.

Nessa oportunidade, as partes deverão indicar assistentes técnicos e apresentar os quesitos. Deverão elas cientificar pessoalmente os seus assistentes, sem a intervenção do juízo, quer para acompanhamento da perícia e dos atos do procedimento, quer para a exibição dos pareceres no prazo legal. Os pareceres dos assistentes técnicos deverão obedecer ao prazo do art. 477, § 1º do CPC/15, sob pena de preclusão.

Apresentados os quesitos, intime-se o perito, dando-se-lhe ciência do valor fixado a título de honorários. Em caso de aceitação, indique o perito, em 5 (cinco) dias, o local, dia e hora em que terá início a diligência, a cujo respeito as partes deverão ser intimadas, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência (arts. 466, §2º, e 474 do CPC/15).

O perito deverá responder aos quesitos do juízo especificados abaixo, além daqueles indicados pelas partes.

Concedo ao *expert* o prazo de 30 dias para apresentação do laudo, contados da data da realização do ato.

Apresentado o laudo oficial, intimem-se as partes para pronunciamentos, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do disposto no art. 477, § 1º do CPC/15.

Findo este prazo, devolvam-se os autos ao juízo deprecante.

Ainda, oficie-se o juízo deprecante, informando o atual andamento da carta precatória.

Goiana, data da validação.

Flávia Tavares Dantas

Juíza Federal

anexa em pdf.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Intime-se a parte executada, Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A., para pronunciamento, em 15 dias, nos termos do despacho juntado ao id. 4058300.26707092.

Após, devidamente intimada, comunique-se ao Juízo deprecado.

Quanto ao pedido da União de id. 4058300.26537298, este juízo tem manifestado entendimento no sentido de que as medidas executivas somente devem ser adotadas pelo Judiciário em caso de impossibilidade de acesso à parte de fazê-lo, ou em casos excepcionais, quando já se tenham exaurido os meios de busca por bens do devedor.

Não é o caso dos autos. A União busca transferir o ônus de diligenciar acerca de bens do devedor para o Judiciário, como já o fez mediante pedido de pesquisa em sistemas a que ela mesmo tem acesso.

A Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB "é um sistema de alta disponibilidade, criado e regulamentado pelo Provimento Nº 39/2014, da Corregedoria Nacional de Justiça e se destina a integrar todas as indisponibilidades de bens decretadas por Magistrados e por Autoridades Administrativas. (...) O decreto de indisponibilidade de bens atinge a alienação e a oneração de todos os bens do indivíduo, sejam eles imóveis, veículos, barcos, aeronaves, quadros, joias, ações, animais etc. Além disso, a partir do momento em que alguém está com seus bens indisponíveis, quem adquiri-los ou financiá-los não poderá invocar o benefício jurídico de ser contratante de boa-fé." (https://www.indisponibilidade.org.br/institucional).

Essa medida genérica vem sendo requerida, por vezes, sem uma análise qualitativa do crédito perseguido, desde simples multas a execuções mais significativas. Não se junta aos autos declaração de rendimentos do devedor ou qualquer outro indicativo de existir bem imóvel em nome da parte executada, de forma que a medida postulada finda resultando apenas em aumento dos custos e da burocratização do processo (agregado ao já elevado número de medidas de Sisbajud e Renajud efetuadas a pedido dos credores) e em tumulto processual com o recebimento de várias respostas negativas dos cartórios diversos, sem um ganho concreto para a execução.

Observe-se precedente do TRF5 em caso análogo: *"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS PARA A LOCALIZAÇÃO DE BENS DO DEVEDOR. ÔNUS DO EXEQUENTE. TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA INDEFERIDA. AUSENTE A PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. 1. Insurge-se a União Federal contra decisão que, nos autos da execução fiscal n. 0002842-60.2015.4.05.8500, negou pedido de penhora e avaliação de imóvel com indisponibilidade determinada pelo sistema CNIB, por entender que a União Federal deveria, antes da realização da penhora, "apresentar a certidão imobiliária atualizada do bem indisponibilizado, via CNIB", atribuindo à exequente o ônus de proceder às diligências necessárias à busca de bens para satisfação de seu crédito. (...) 3. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, compete ao credor adotar as diligências necessárias para identificação, individualização e localização dos bens sobre os quais pretende recair a constrição judicial, que deve ser levada a efeito pelo Poder Judiciário, repita-se, após reunidos todos os elementos à sua efetivação. 4. Diante disso, resta ausente o requisito da probabilidade do direito, de modo que não se mostra possível, em sede de cognição sumária, a concessão da pretendida antecipação da tutela. 5. Agravo de instrumento não provido." (AG 08004616420174050000/SE, Rel. Des. Fed. Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo (conv.), 1ª T., julg. 15/8/2017.)*

Na prática, o CNIB realiza verdadeiro rastreamento de todos os bens que o atingido pela indisponibildade (geral) possui em território nacional, evitando a dilapidação do patrimônio, constituindo-se, ademais, em importante ferramenta no combate ao crime organizado e na recuperação de ativos de origem ilícita. Drástica medida que, por isso mesmo, não deve ser banalizada nem utilizada como substitutivo dos vastos meios ordinários de pesquisa à disposição e a cargo do credor.

Porém, no caso concreto, bem se vê a desproporcionalidade da medida vindicada, uma vez que nenhuma investigação administrativa sobre tais ilícitos existe, a apontar pelo menos indícios de movimentação financeira ou atividade patrimonial da parte executada que tenha sido ocultada nos meios normais de consulta disponíveis à procuradoria da entidade pública. Da forma como vem sendo postulada, de maneira sistemática e genérica, a consequência seria apenas a geração de custos mais elevados ao processo, sem grande resultado prático.

Assim, considerando que o CNIB não é sistema de pesquisa de bens, mas de indisponibilidade deles; considerando ser ônus do credor procurar bens do devedor e indicá-los (art. 798, II, *c* , do CPC); considerando que a procuradoria responsável pela cobrança tem acesso aos dados fiscais do devedor, mediante convênio específico; e, por fim, considerando que nada foi encontrado em domínio do devedor, **indefiro o pedido** , porque não individualizado nenhum bem sobre o qual recair a ordem de indisponibilização.

Cumpra-se o despacho de id. 4058300.26304854.

(assinado eletronicamente)

rms

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Intime-se a parte executada, Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A., para pronunciamento, em 15 dias, nos termos do despacho juntado ao id. 4058300.26707092.

Após, devidamente intimada, comunique-se ao Juízo deprecado.

Quanto ao pedido da União de id. 4058300.26537298, este juízo tem manifestado entendimento no sentido de que as medidas executivas somente devem ser adotadas pelo Judiciário em caso de impossibilidade de acesso à parte de fazê-lo, ou em casos excepcionais, quando já se tenham exaurido os meios de busca por bens do devedor.

Não é o caso dos autos. A União busca transferir o ônus de diligenciar acerca de bens do devedor para o Judiciário, como já o fez mediante pedido de pesquisa em sistemas a que ela mesmo tem acesso.

A Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB "é um sistema de alta disponibilidade, criado e regulamentado pelo Provimento Nº 39/2014, da Corregedoria Nacional de Justiça e se destina a integrar todas as indisponibilidades de bens decretadas por Magistrados e por Autoridades Administrativas. (...) O decreto de indisponibilidade de bens atinge a alienação e a oneração de todos os bens do indivíduo, sejam eles imóveis, veículos, barcos, aeronaves, quadros, joias, ações, animais etc. Além disso, a partir do momento em que alguém está com seus bens indisponíveis, quem adquiri-los ou financiá-los não poderá invocar o benefício jurídico de ser contratante de boa-fé." (https://www.indisponibilidade.org.br/institucional).

Essa medida genérica vem sendo requerida, por vezes, sem uma análise qualitativa do crédito perseguido, desde simples multas a execuções mais significativas. Não se junta aos autos declaração de rendimentos do devedor ou qualquer outro indicativo de existir bem imóvel em nome da parte executada, de forma que a medida postulada finda resultando apenas em aumento dos custos e da burocratização do processo (agregado ao já elevado número de medidas de Sisbajud e Renajud efetuadas a pedido dos credores) e em tumulto processual com o recebimento de várias respostas negativas dos cartórios diversos, sem um ganho concreto para a execução.

Observe-se precedente do TRF5 em caso análogo: *"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS PARA A LOCALIZAÇÃO DE BENS DO DEVEDOR. ÔNUS DO EXEQUENTE. TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA INDEFERIDA. AUSENTE A PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. 1. Insurge-se a União Federal contra decisão que, nos autos da execução fiscal n. 0002842-60.2015.4.05.8500, negou pedido de penhora e avaliação de imóvel com indisponibilidade determinada pelo sistema CNIB, por entender que a União Federal deveria, antes da realização da penhora, "apresentar a certidão imobiliária atualizada do bem indisponibilizado, via CNIB", atribuindo à exequente o ônus de proceder às diligências necessárias à busca de bens para satisfação de seu crédito. (...) 3. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, compete ao credor adotar as diligências necessárias para identificação, individualização e localização dos bens sobre os quais pretende recair a constrição judicial, que deve ser levada a efeito pelo Poder Judiciário, repita-se, após reunidos todos os elementos à sua efetivação. 4. Diante disso, resta ausente o requisito da probabilidade do direito, de modo que não se mostra possível, em sede de cognição sumária, a concessão da pretendida antecipação da tutela. 5. Agravo de instrumento não provido." (AG 08004616420174050000/SE, Rel. Des. Fed. Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo (conv.), 1ª T., julg. 15/8/2017.)*

Na prática, o CNIB realiza verdadeiro rastreamento de todos os bens que o atingido pela indisponibildade (geral) possui em território nacional, evitando a dilapidação do patrimônio, constituindo-se, ademais, em importante ferramenta no combate ao crime organizado e na recuperação de ativos de origem ilícita. Drástica medida que, por isso mesmo, não deve ser banalizada nem utilizada como substitutivo dos vastos meios ordinários de pesquisa à disposição e a cargo do credor.

Porém, no caso concreto, bem se vê a desproporcionalidade da medida vindicada, uma vez que nenhuma investigação administrativa sobre tais ilícitos existe, a apontar pelo menos indícios de movimentação financeira ou atividade patrimonial da parte executada que tenha sido ocultada nos meios normais de consulta disponíveis à procuradoria da entidade pública. Da forma como vem sendo postulada, de maneira sistemática e genérica, a consequência seria apenas a geração de custos mais elevados ao processo, sem grande resultado prático.

Assim, considerando que o CNIB não é sistema de pesquisa de bens, mas de indisponibilidade deles; considerando ser ônus do credor procurar bens do devedor e indicá-los (art. 798, II, *c* , do CPC); considerando que a procuradoria responsável pela cobrança tem acesso aos dados fiscais do devedor, mediante convênio específico; e, por fim, considerando que nada foi encontrado em domínio do devedor, **indefiro o pedido** , porque não individualizado nenhum bem sobre o qual recair a ordem de indisponibilização.

Cumpra-se o despacho de id. 4058300.26304854.

(assinado eletronicamente)

rms

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Intime-se a parte executada, Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A., para pronunciamento, em 15 dias, nos termos do despacho juntado ao id. 4058300.26707092.

Após, devidamente intimada, comunique-se ao Juízo deprecado.

Quanto ao pedido da União de id. 4058300.26537298, este juízo tem manifestado entendimento no sentido de que as medidas executivas somente devem ser adotadas pelo Judiciário em caso de impossibilidade de acesso à parte de fazê-lo, ou em casos excepcionais, quando já se tenham exaurido os meios de busca por bens do devedor.

Não é o caso dos autos. A União busca transferir o ônus de diligenciar acerca de bens do devedor para o Judiciário, como já o fez mediante pedido de pesquisa em sistemas a que ela mesmo tem acesso.

A Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB "é um sistema de alta disponibilidade, criado e regulamentado pelo Provimento Nº 39/2014, da Corregedoria Nacional de Justiça e se destina a integrar todas as indisponibilidades de bens decretadas por Magistrados e por Autoridades Administrativas. (...) O decreto de indisponibilidade de bens atinge a alienação e a oneração de todos os bens do indivíduo, sejam eles imóveis, veículos, barcos, aeronaves, quadros, joias, ações, animais etc. Além disso, a partir do momento em que alguém está com seus bens indisponíveis, quem adquiri-los ou financiá-los não poderá invocar o benefício jurídico de ser contratante de boa-fé." (https://www.indisponibilidade.org.br/institucional).

Essa medida genérica vem sendo requerida, por vezes, sem uma análise qualitativa do crédito perseguido, desde simples multas a execuções mais significativas. Não se junta aos autos declaração de rendimentos do devedor ou qualquer outro indicativo de existir bem imóvel em nome da parte executada, de forma que a medida postulada finda resultando apenas em aumento dos custos e da burocratização do processo (agregado ao já elevado número de medidas de Sisbajud e Renajud efetuadas a pedido dos credores) e em tumulto processual com o recebimento de várias respostas negativas dos cartórios diversos, sem um ganho concreto para a execução.

Observe-se precedente do TRF5 em caso análogo: *"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS PARA A LOCALIZAÇÃO DE BENS DO DEVEDOR. ÔNUS DO EXEQUENTE. TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA INDEFERIDA. AUSENTE A PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. 1. Insurge-se a União Federal contra decisão que, nos autos da execução fiscal n. 0002842-60.2015.4.05.8500, negou pedido de penhora e avaliação de imóvel com indisponibilidade determinada pelo sistema CNIB, por entender que a União Federal deveria, antes da realização da penhora, "apresentar a certidão imobiliária atualizada do bem indisponibilizado, via CNIB", atribuindo à exequente o ônus de proceder às diligências necessárias à busca de bens para satisfação de seu crédito. (...) 3. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, compete ao credor adotar as diligências necessárias para identificação, individualização e localização dos bens sobre os quais pretende recair a constrição judicial, que deve ser levada a efeito pelo Poder Judiciário, repita-se, após reunidos todos os elementos à sua efetivação. 4. Diante disso, resta ausente o requisito da probabilidade do direito, de modo que não se mostra possível, em sede de cognição sumária, a concessão da pretendida antecipação da tutela. 5. Agravo de instrumento não provido." (AG 08004616420174050000/SE, Rel. Des. Fed. Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo (conv.), 1ª T., julg. 15/8/2017.)*

Na prática, o CNIB realiza verdadeiro rastreamento de todos os bens que o atingido pela indisponibildade (geral) possui em território nacional, evitando a dilapidação do patrimônio, constituindo-se, ademais, em importante ferramenta no combate ao crime organizado e na recuperação de ativos de origem ilícita. Drástica medida que, por isso mesmo, não deve ser banalizada nem utilizada como substitutivo dos vastos meios ordinários de pesquisa à disposição e a cargo do credor.

Porém, no caso concreto, bem se vê a desproporcionalidade da medida vindicada, uma vez que nenhuma investigação administrativa sobre tais ilícitos existe, a apontar pelo menos indícios de movimentação financeira ou atividade patrimonial da parte executada que tenha sido ocultada nos meios normais de consulta disponíveis à procuradoria da entidade pública. Da forma como vem sendo postulada, de maneira sistemática e genérica, a consequência seria apenas a geração de custos mais elevados ao processo, sem grande resultado prático.

Assim, considerando que o CNIB não é sistema de pesquisa de bens, mas de indisponibilidade deles; considerando ser ônus do credor procurar bens do devedor e indicá-los (art. 798, II, *c* , do CPC); considerando que a procuradoria responsável pela cobrança tem acesso aos dados fiscais do devedor, mediante convênio específico; e, por fim, considerando que nada foi encontrado em domínio do devedor, **indefiro o pedido** , porque não individualizado nenhum bem sobre o qual recair a ordem de indisponibilização.

Cumpra-se o despacho de id. 4058300.26304854.

(assinado eletronicamente)

rms

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 26/05/2023 07:25, o(a) FAZENDA NACIONAL foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 22/05/2023 13:54 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23052213545160800000026880853 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 26/05/2023 07:25 - Seção Judiciária de Pernambuco.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DE SERGIPE

Exmo. Juiz

A **UNIÃO FEDERAL** vem requerer seja o feito sobrestado até que decidida questão formulada perante o juízo deprecado, possibilitando, assim, designação de novos leilões dos imóveis discriminados em id 4058300.25529166 ou, ainda, leilão por iniciativa particular.

ISABELA MARIA AMARAL MACIEL

Procuradora da Fazenda Nacional

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 01/06/2023 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 22/05/2023 13:54 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 23052213545216400000026880854 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 02/06/2023 00:04 - Seção Judiciária de Pernambuco.

CERTIDÃO

Certifico que decorreu e findou o prazo sem que a parte Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A., tenha se manifestado sobre a impugnação dos honorários periciais nos autos da carta precatória como determinado no despacho ID 4058300.26707092. , apesar de devidamente intimada. É o que consta e me cumpre certificar.

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - atendimentovara11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) da 25ª Vara Federal-PE

Assunto: **Decisão ID 4058300.26791244**

Senhor(a) Juiz(íza),

Cumprimentando-o(a), comunico a Vossa Excelência o teor de Decisão de ID 4058300.26791244, proferida nos autos da ação em epigrafe, cujo conteúdo seguem descrito abaixo:

" *Intime-se a parte executada, Pessoa de Mello Indústria e Comércio S.A., para pronunciamento, em 15 dias, nos termos do despacho juntado ao id. 4058300.26707092.*

Após, devidamente intimada, comunique-se ao Juízo deprecado.

Quanto ao pedido da União de id. 4058300.26537298, este juízo tem manifestado entendimento no sentido de que as medidas executivas somente devem ser adotadas pelo Judiciário em caso de impossibilidade de acesso à parte de fazê-lo, ou em casos excepcionais, quando já se tenham exaurido os meios de busca por bens do devedor.

Não é o caso dos autos. A União busca transferir o ônus de diligenciar acerca de bens do devedor para o Judiciário, como já o fez mediante pedido de pesquisa em sistemas a que ela mesmo tem acesso.

A Central Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB "é um sistema de alta disponibilidade, criado e regulamentado pelo Provimento Nº 39/2014, da Corregedoria Nacional de Justiça e se destina a integrar todas as indisponibilidades de bens decretadas por Magistrados e por Autoridades Administrativas. (...) O decreto de indisponibilidade de bens atinge a alienação e a oneração de todos os bens do indivíduo, sejam eles imóveis, veículos, barcos, aeronaves, quadros, joias, ações, animais etc. Além disso, a partir do momento em que alguém está com seus bens indisponíveis, quem adquiri-los ou financiá-los não poderá invocar o benefício jurídico de ser contratante de boa-fé." (https://www.indisponibilidade.org.br/institucional).

Essa medida genérica vem sendo requerida, por vezes, sem uma análise qualitativa do crédito perseguido, desde simples multas a execuções mais significativas. Não se junta aos autos declaração de rendimentos do devedor ou qualquer outro indicativo de existir bem imóvel em nome da parte executada,

de forma que a medida postulada finda resultando apenas em aumento dos custos e da burocratização do processo (agregado ao já elevado número de medidas de Sisbajud e Renajud efetuadas a pedido dos credores) e em tumulto processual com o recebimento de várias respostas negativas dos cartórios diversos, sem um ganho concreto para a execução.

Observe-se precedente do TRF5 em caso análogo: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS PARA A LOCALIZAÇÃO DE BENS DO DEVEDOR. ÔNUS DO EXEQUENTE. TUTELA PROVISÓRIA ANTECIPADA INDEFERIDA. AUSENTE A PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. 1. Insurge-se a União Federal contra decisão que, nos autos da execução fiscal n. 0002842-60.2015.4.05.8500, negou pedido de penhora e avaliação de imóvel com indisponibilidade determinada pelo sistema CNIB, por entender que a União Federal deveria, antes da realização da penhora, "apresentar a certidão imobiliária atualizada do bem indisponibilizado, via CNIB", atribuindo à exequente o ônus de proceder às diligências necessárias à busca de bens para satisfação de seu crédito. (...) 3. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, compete ao credor adotar as diligências necessárias para identificação, individualização e localização dos bens sobre os quais pretende recair a constrição judicial, que deve ser levada a efeito pelo Poder Judiciário, repita-se, após reunidos todos os elementos à sua efetivação. 4. Diante disso, resta ausente o requisito da probabilidade do direito, de modo que não se mostra possível, em sede de cognição sumária, a concessão da pretendida antecipação da tutela. 5. Agravo de instrumento não provido." (AG 08004616420174050000/SE, Rel. Des. Fed. Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araújo (conv.), 1ª T., julg. 15/8/2017.)

Na prática, o CNIB realiza verdadeiro rastreamento de todos os bens que o atingido pela indisponibildade (geral) possui em território nacional, evitando a dilapidação do patrimônio, constituindo-se, ademais, em importante ferramenta no combate ao crime organizado e na recuperação de ativos de origem ilícita. Drástica medida que, por isso mesmo, não deve ser banalizada nem utilizada como substitutivo dos vastos meios ordinários de pesquisa à disposição e a cargo do credor.

Porém, no caso concreto, bem se vê a desproporcionalidade da medida vindicada, uma vez que nenhuma investigação administrativa sobre tais ilícitos existe, a apontar pelo menos indícios de movimentação financeira ou atividade patrimonial da parte executada que tenha sido ocultada nos meios normais de consulta disponíveis à procuradoria da entidade pública. Da forma como vem sendo postulada, de maneira sistemática e genérica, a consequência seria apenas a geração de custos mais elevados ao processo, sem grande resultado prático.

Assim, considerando que o CNIB não é sistema de pesquisa de bens, mas de indisponibilidade deles; considerando ser ônus do credor procurar bens do devedor e indicá-los (art. 798, II, c, do CPC); considerando que a procuradoria responsável pela cobrança tem acesso aos dados fiscais do devedor, mediante convênio específico; e, por fim, considerando que nada foi encontrado em domínio do devedor, indefiro o pedido, porque não individualizado nenhum bem sobre o qual recair a ordem de indisponibilização.

Cumpra-se o despacho de id. 4058300.26304854 ."

Aproveito o ensejo para informar o endereço eletrônico **atendimentovara11@jfpe.jus.br** para o envio e recebimento de informações e o sítio eletrônico **www.jfpe.jus.br** para consulta processual.

Segue(m) anexa(s) cópia(s) da Decisão de ID 4058300.26791244, da Cota da FN de ID 4058300.26906316 e da Certidão de id. 4058300.28075068.

Atenciosamente,

Danielle Souza de Andrade e Silva Cavalcanti

Juíza Federal da 11ª Vara

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedo à juntada do comprovante de remessa de expediente via Malote Digital.

Poder Judiciário

Código de rastreabilidade: 40520231206149
Documento: Ofício-0002274-6
Remetente: SJPE - Diretoria
Destinatário: SJPE - Diretoria
Data de Envio: 06/09/2023 13:2
Assunto: Ofício: Decisão I

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO - PE010324 - D	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro - PE003062 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 23092900043839500000028462579 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/09/2023 00:04 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESPACHO

Foi expedida carta precatória para avaliação de bem.

A devedora foi intimada da designação de perícia e da fixação de honorários periciais (ID 4058300.26864460, 26/05/2023), mas não se manifestou nos autos.

De seu turno, a União requereu a suspensão do feito no aguardo do deslinde da diligência da carta precatória (ID 4058300.26906316, 29/05/2023).

Oficie-se ao juízo deprecado para que informe o atual estado dos autos da carta precatória 0800496-93.2021.4.05.8306, 25.ª Vara Federal de Pernambuco.

jpr

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - atendimentovara11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal da 25ª Vara Federal de Pernambuco

Assunto: **Solicitação de informação acerca da carta precatória 0800496-93.2021.4.05.8306 (V o s s a)**

Senhor(a) Juiz(íza),

Cumprimentando-o, comunico a Vossa Excelência o teor do Despacho de ID 4058300.28716546, proferida nos autos da ação em epigrafe, cujo conteúdo seguem descrito abaixo:

" *Foi expedida carta precatória para avaliação de bem.*

A devedora foi intimada da designação de perícia e da fixação de honorários periciais (ID 4058300.26864460, 26/05/2023), mas não se manifestou nos autos.

De seu turno, a União requereu a suspensão do feito no aguardo do deslinde da diligência da carta precatória (ID 4058300.26906316, 29/05/2023).

Oficie-se ao juízo deprecado para que informe o atual estado dos autos da carta precatória 0800496-93.2021.4.05.8306, 25.ª Vara Federal de Pernambuco ."

Aproveito o ensejo para informar o endereço eletrônico **atendimentovara11@jfpe.jus.br** para o envio e recebimento de informações e o sítio eletrônico **www.jfpe.jus.br** para consulta processual.

Atenciosamente,

Isaac Batista de Carvalho Neto

Juiz Federal Substituto da 11ª Vara

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedo à juntada do comprovante de remessa de expediente via Malote Digital.

Poder Judiciário

Malote D

Impresso e

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	405202312326079
Documento:	Ofício-0002274-68.1992.4.05.8300-25ª Vara Federal-PE.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Maria do Carmo de Lucena)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da Subseção Judiciária de Goiana (TRF5)
Data de Envio:	22/11/2023 10:47:49
Assunto:	Ofício: Solicitação de informação acerca da carta precatória 0800496-93.2021.4.05.8306 (Vossa)

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11° VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO DE RETIFICAÇÃO

Certifico que, em 30/01/2024, procedi à retificação de autuação deste processo para fazer constar:

Data de alteração	Item	Operação realizada	Situação anterior	Situação atual	Usuário responsável
30/01/2024 15:27	Prioridade	Inclusão		Grande Devedor	ROBSON MARQUES DE SANTANA

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO - PE010324 - D	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro - PE003062 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 24020700053972800000029734093 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 07/02/2024 00:05 - Seção Judiciária de Pernambuco.

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - atendimentovara11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal da 25ª Vara Federal de Pernambuco

Assunto: **Solicitação de informação acerca da carta precatória 0800496-93.2021.4.05.8306 (V o s s a)**

Senhor(a) Juiz(íza),

Cumprimentando-o(a), reitero os termos do ofício ID 4058300.28948548 :

Cumprimentando-o, comunico a Vossa Excelência o teor do Despacho de ID 4058300.28716546, proferida nos autos da ação em epigrafe, cujo conteúdo seguem descrito abaixo:

" *Foi expedida carta precatória para avaliação de bem.*

A devedora foi intimada da designação de perícia e da fixação de honorários periciais (ID 4058300.26864460, 26/05/2023), mas não se manifestou nos autos.

De seu turno, a União requereu a suspensão do feito no aguardo do deslinde da diligência da carta precatória (ID 4058300.26906316, 29/05/2023).

Oficie-se ao juízo deprecado para que informe o atual estado dos autos da carta precatória 0800496-93.2021.4.05.8306, 25.ª Vara Federal de Pernambuco .

Aproveito o ensejo para informar o endereço eletrônico **atendimentovara11@jfpe.jus.br** para o envio e recebimento de informações e o sítio eletrônico **www.jfpe.jus.br** para consulta processual.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Certifico, nesta data, que faço a juntada do recibo de remessa via **Malote Digital** , referente ao processo em epígrafe.

Judiciário

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO

Código de rastreabilidade:	405202412562518
Documento:	OFÍCIO 25 VF.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 25ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	09/02/2024 16:07:38
Assunto:	Solicita informações carta precatória 0800496-93.2021.4.0

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue, recebido pelo Malote Digital.

(assinado eletronicamente)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Carta Precatória

Código de rastreabilidade: 405202412706691

Nome original: oficio 0800496-93.2021.4.05.8306.pdf

Data: 18/03/2024 09:36:54

Remetente:

Luis Filipe Pereira da Silva
SJPE - Diretoria da 25ª Vara
TRF5

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para providências.

Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL 0800496-93.2021.4.05.8306T DEPRECANTE Juízo Federal da 11ª ra da Seção Judiciária de Pernambuco DEPRECADO Juízo Federal da 25ª Vara da Subseção Judiciária de Goiana - PE 25ª VARA FEDERAL

18/03/2024

Número: **0800496-93.2021.4.05.8306**

Classe: **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**

Partes	
Tipo	**Nome**
DEPRECANTE	**Juízo Federal da 11ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco**
DEPRECADO	**Juízo Federal da 25ª Vara da Subseção Judiciária de Goiana - PE**
PARTE AUTORA	**FAZENDA NACIONAL**
PARTE RÉ	**PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A**

Documentos			
Id.	**Data/Hora**	**Documento**	**Tipo**
40583062670670 2	15/05/2023 11:12	malote enviado	Certidão
40583062670670 3	15/05/2023 11:12	Recibo Malote Enviado	Documento de Comprovação
40583062651481 3	08/05/2023 10:26	Ofício	Expediente
40583062647838 0	24/04/2023 20:19	PFN-IMPUGNAÇÃO	Cota
40583062637657 2	14/04/2023 11:25	Proposta de Honorários - Perito	Certidão
40583062637657 3	14/04/2023 11:25	Proposta de honorários 25vf 0800496-93.2021.4.05.8306	Documento de Comprovação
40583062551354 7	02/02/2023 15:53	Despacho	Despacho

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Subseção Judiciária de Goiana - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

PROCESSO Nº: 0800496-93.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que o expediente retro foi enviado via malote digital.

Goiana, data da assinatura eletrônica.

Poder Judiciário Malote Digital

Impresso em: 15/05/2023 às 11:10

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade:	405202311597807
Documento:	Oficio 0800496-93.2021.4.05.8306.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 25ª Vara (Luis Filipe Pereira da Silva)
Destinatário:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (TRF5)
Data de Envio:	15/05/2023 11:08:43
Assunto:	PROCESSO Nº: 0800496-93.2021.4.05.8306 - CARTA PRECATÓRIA CÍVEL

Imprimir

JUSTIÇA FEDERAL

Subseção Judiciária de Goiana/PE - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

OFÍCIO

Goiana, data da assinatura eletrônica.

PROCESSO Nº: 0800496-93.2021.4.05.8306 **- CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Diretor(a) da 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Recife/PE

Assunto: Processo 0002274-68.1992.4.05.8300 (Vosso numero). Presta informação e solicita intimação.

Senhor(a) Diretor(a),

De ordem do(a) MM. Juiz(a) Federal da 25ª Vara/PE, em atenção ao oficio enviado no dia 09/12/2022, solicitando informação acerca do cumprimento da carta precatória, esclareço a Vossa Senhoria que o perito judicial apresentou proposta de honorários, que foi impugnada pela fazenda nacional, conforme documento de id. 4058306.26478380 . Solicito a Vossa Senhoria que realize intimação da parte ré, Pessoa de Mello Industria e Comercio S.A, conforme despacho de id. 4058306.25513547.

Anexos: Impugnação de id. 4058306.26478380, despacho de id 4058306.25513547 e proposta de honorários periciais de id. 4058306.26376573

Atenciosamente,

Marcílio José Tenório de Freitas

Diretor de Secretaria da 25ª Vara Federal/PE

AO JUÍZO DA 25ª VARA FEDERAL DE PERNAMBUCO

A União (Fazenda Nacional), por sua Procuradora da Fazenda Nacional que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar IMPUGNAÇÃO à proposta de honorários periciais.

Trata-se de carta precatória em razão da designação de perícia técnica de imóvel penhorado na execução fiscal 0002274-68.1992.4.05.8300 (matrícula 173, 1º CEI Vicência/PE) para individualizar a eventual parte livre, ou seja, que não tenha sido dada em pagamento a ex- trabalhadores), a fim de dar andamento à alienação do bem.

O perito designado formulou proposta de honorários no montante de R$ 20.000.00 (vinte mil reais) tomado como base o regulamento de honorários do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias.

Primeiramente, cumpre destacar que não se pretende reduzir a importância do trabalho a ser desempenhada pelo expert nomeado, sobretudo porque a União busca realizar a alienação de um imóvel penhorado justamente com base no resultado da perícia. Contudo, no sentir da União, a proposta de honorários é muito elevada e incompatível com parâmetros utilizados em outros casos semelhantes.

A remuneração do perito deve ser uma contra partida pelo trabalho desempenhado, cuja complexidade nada tem a ver com o valor da causa, com a capacidade de pagamento das partes ou mesmo como futuro patamar de honorários advocatícios.

Diz isso porque o valor elevado da demanda não pode, por si só, pautar a remuneração do perito. Vale consignar ainda que - embora não vinculantes para o presente feito, o qual não envolve assistência judiciária gratuita - as balizas estabelecidas na Resolução 305/2014 do Conselho da Justiça Federal são plenamente idôneas a funcionar como um parâmetro inicial dos honorários periciais e, assim, evidenciar o quão demasiada foi a estipulação sob exame.

Com efeito, se é certo que não se deve obediência aos limites pecuniários lá postos, também é indiscutível serem eles mais um objetivo critério a recomendar a redução de uma proposta cujo valor é muito maior que o máximo autorizado por aquele ato normativo. Ademais, o perito exerce um múnus público, não podendo perseguir valor como se estivesse prestando serviço a um particular. Nota-se que a proposta se mostra flagrantemente exorbitante, não precisando de muito esforço para tal conclusão.

É certo que a Lei Processual Civil confere aos peritos judiciais o status de auxiliares da Justiça. Não há dúvida de que tais auxiliares não mantêm qualquer relação de dependência técnica ou remuneratória relativamente aos demais atores do processo, mormente ante as peculiaridades dos serviços por aqueles desenvolvidos. A Lei nº 9.289/96, em seu art. 10, aponta os critérios para a fixação dos honorários do perito:

Art. 10. A remuneração do perito, do intérprete e do tradutor será fixada pelo Juiz em despacho fundamentado, ouvidas as partes e à vista da proposta de honorários apresentada, considerados o local da prestação do serviço, a natureza, a complexidade e o tempo estimado do trabalho a realizar, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 33 do Código de Processo Civil.

Sobre o tema, vale destacar a jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que vem entendendo nesse mesmo sentido (destaques nossos):

HONORÁRIOS PERICIAIS. FIXAÇÃO. VALOR. RAZOABILIDADE. PROPORCIONALIDADE. PROIBIÇÃO DE EXCESSO. 1. Controverte-se acerca da fixação de honorários periciais. Sobre a remuneração do perito, dispõe o Código de Processo Civil, no art. 33 do CPC, nos seguintes termos: (...)

art. 33. Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz. Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração. O numerário, recolhido em depósito bancário à ordem do juízo e com correção monetária, será entregue ao perito após a apresentação do laudo (...) (grifei) 2. Em relação aos feitos que tramitam na Justiça Federal, há regramento especial, determinado que as partes sejam ouvidas acerca da proposta de honorários, bem como despacho fundamentado, considerando-se alguns parâmetros. Diz o artigo 10 da Lei nº 9.289/96: art. 10. A remuneração do perito, do intérprete e do tradutor será fixada pelo Juiz em despacho fundamentado, ouvidas as partes e à vista da proposta de honorários apresentada, considerados o local da prestação do serviço, a natureza, a complexidade e o tempo estimado do trabalho a realizar, aplicandose, no que couber, o disposto no art. 33 do Código de Processo Civil. 3. Diferentemente da prestação de serviços a particulares, o profissional que funciona como perito judicial cumpre múnus público, de modo que o critério para remuneração dos serviços prestados deve se submeter ao regramento legal. Desse modo, o custo da perícia deve levar em consideração a dificuldade técnica intrínseca ao trabalho; o grau de responsabilidade da atribuição; a expertise do profissional e eventuais por dificuldades externas ao labor (necessidade de deslocamento etc.), as quais, aliadas ao número de horas que o expert despenderá para elaboração do seu parecer, servirão de parâmetros para o arbitramento dos honorários periciais. 4. No caso dos autos, a prova pericial diz respeito à trabalho contábil. Foi apresentada proposta de honorários no evento 51, por sociedade simples de profissionais contadores (MOORE STEPHENS METRI AUDITORES S/S), assinada por profissional habilitado, valor de R$ 8.170,00 (oito mil, cento e setenta reais). Conforme demonstrativo analítico, para embasar o valor dos honorários, aludiu-se à necessidade de utilização de 38 horas/homem para o serviço, sendo que o valor da hora técnica foi estipulado em R$ 215,00 (duzentos e quinze reais). A União se manifestou no evento 46, para dizer que não concorda com a proposta de honorários apresentada pelo Sr. Perito (evento 51), pois entende muito elevado o valor pretendido. 5. Assiste razão à recorrente, na medida em que, sem desmerecer o trabalho a ser executado, verdade é que, no caso em exame, a perícia ficará adstrita a documentos constantes dos autos, sem necessidade de qualquer deslocamento ou diligências. Além disso, da própria proposta de honorários apresentada, não restou especificado correspondência quantitativa entre o volume de documentos a serem analisados e o número de cada horas em cada etapa do trabalho. 6. Ademais, repita-se, sem qualquer desprestígio ao trabalho que deve ser realizado na perícia, o valor proposto se mostra excessivo, mormente quando em casos análogos aos que se trazem ao conhecimento desta Corte, há fixação de honorários em patamar mais adequado, sem deixar de remunerar dignamente o profissional designado. Nesse sentido, casos paradigmáticos: (TRF4, AG 5011098-88.2013.404.0000, Segunda Turma, Relator p/ Acórdão Rômulo Pizzolatti, juntado aos autos em 14/08/2013; TRF4, AG 0000142- 98.2013.404.0000, Primeira Turma, Relator Joel Ilan Paciornik, D.E. 17/04/2013) 7. Acolhida a impugnação oferecida pela União, para reduzir valor dos honorários periciais para R$4.000 (quatro mil reais), de modo a restaurar a proporção e razoabilidade do valor estipulado, em relação a casos análogos, considerado o volume de documentos analisados. (AG 5007332-56.2015.404.0000, Rel. Des. Joel Ilan Paciornik, 1ª Turma, TRF4, julgado em 13.05.2015).

FINANCIADO. HONORÁRIOS PERICIAIS ABUSIVOS. 1. O perito judicial cumpre munus público, não podendo dele se valer para cobrar dos serviços o valor comercial que receberia se contratado por particular. 2. O custo da perícia é determinado pela dificuldade técnica intrínseca ao trabalho, pelo grau de responsabilidade da atribuição e pelas dificuldades externas ao trabalho. 3. O valor fixado a título de honorários periciais figura-se excessivo para o caso, notadamente no que tange ao tempo a ser consumido com a realização da perícia. 4. Em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, é de rigor a diminuição dos honorários periciais em patamar adequado à realidade dos autos. 5. Por conseguinte, se mostram presentes os fundamentos legais autorizadores da tutela de urgência pretendida pela agravante, para reduzir os honorários periciais fixados para R$ 1.500,00 (hum mil e trezentos reais). (AG 5027553-31.2013.404.0000, Rel. Des. Nicolau Konkel Júnior, 3ª Turma, TRF4, julgado em 02.04.2014).

Apenas a título de comparação, tomemos o teto remuneratório do serviço público, qual seja, a remuneração de um Ministro do STF. Atualmente, o teto remuneratório é da ordem de R$ R$ 41.650,92 para 200 (duzentas) horas de trabalho. O Sr. Perito do requer, para 47 horas de trabalho, o total de R$ 20.000,00. Evidente a desproporção.

Por fim, após a definição do dia e hora em que terá início a diligência/perícia, a União requer nova intimação com prazo de 20 dias para, se for o caso, indicar assistente para acompanhar a perícia, haja vista que o exíguo prazo de 5 dias é insuficiente para que a Fazenda Nacional diligencie nesse sentido, mormente em razão da carência de pessoal em tal especialidade.

CONCLUSÃO.

Ante tudo o quanto exposto, requer a Fazenda Nacional se digne este ínclito juízo acolher a presente impugnação, adequando o valor dos honorários periciais, fixando-o em patamar módico e compatível com a complexidade da causa. Ademais, a União requer, após a definição de dia e hora da realização da perícia, nova intimação com prazo de 20 dias para, se for o caso, indicar assistente para acompanhar a perícia.

Pede deferimento.

CARLA CRISTINA ROCHA GUERRA

Procuradora da Fazenda Nacional

PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Subseção Judiciária de Goiana - 25.ª Vara Federal

Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 25, Centro, Goiana/PE - CEP 55900-000- Fone: (81) 3351-2000

Sítio eletrônico: www.jfpe.jus.br - Endereço eletrônico: **direcao25@jfpe.jus.br**

PROCESSO Nº: 0800496-93.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

CERTIDÃO

Certifico que juntei aos autos proposta de honorários do perito.

Goiana, data da assinatura eletrônica.

EXMO(A) SR(A) JUIZ FEDERAL DA 25ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA

Eu, Marcello Rodrigo Cavalcante da Silva, Perito, Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho e Bacharel em Direito, CREA 048486 D PE, Perito nomeado nos autos n.: 0800496-93.2021.4.05.8306 – em que são partes:

Autor: FAZENDA NACIONAL
Réu: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A

Vêm a respeitável presença de V. Exa. apresentar a proposta de honorários que resultará na apresentação do laudo pericial, consistindo em analisar se o bem, objeto da ação, individualizar a eventual parte livre (não tenha sido dada em pagamento a ex-trabalhadores), do imóvel de matrícula 173, 1.º CRI de Vicência/PE:

1

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	TEMPO PREVISTO
Deslocamentos (Fórum, diligências, etc..)	2 horas
Leitura e interpretação dos autos	4 horas
Coleta dos dados de mercado	10 horas
Tratamento e modelagem estatística da pesquisa	10 horas
Elaboração e Revisão do Laudo Pericial	6 horas
Respostas aos eventuais quesitos formulados pelas partes	5 horas
Análise do Laudo Pericial Anterior	10 horas
TOTAL	47 horas

Ainda tomando como referência o regulamento de honorários do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias – IBAPE-PE, onde diz que a hora técnica básica para as perícias de Engenharia está no valor de R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), às 47 horas estimadas, resultam no valor de R$ 21.620,00 entretanto fixo os honorários na quantia de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

MARCELLO RODRIGO CAVALCANTE DA SILVA – Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho e Bacharel em Direito
Especialista em Gerenciamento de Obras, Tecnologia e Qualidade da Construção
Especialista em Auditoria, Avaliações e Perícias de Engenharia
Especialista em Engenharia Diagnóstica
Engenheiro de Segurança do Trabalho do IFPE (Instituto Federal de PE)
CREA 048486 Fone: 81 3048 5860/99977 8536

E, que sendo fixado, seja a quantia depositada em juízo, antecipadamente ao início da perícia segundo os termos do parágrafo único do art. 33 do CPC, após efetuado que a secretaria da vara comunique para que possa ser montado o cronograma de execução do teste e vistorias no imóvel.

Termos em que,
Espera deferimento.

Recife, 13 de abril de 2023.

MARCELLO RODRIGO CAVALCANTE DA SILVA
Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho
CREA/PE 048486
marcellorod@hotmail.com / (81) 99977.8536
Membro IBAPE-PE (Inscrição nº 393)

MARCELLO RODRIGO CAVALCANTE DA SILVA – Engenheiro Civil e de Segurança do Trabalho e Bacharel em Direito
Especialista em Gerenciamento de Obras, Tecnologia e Qualidade da Construção
Especialista em Auditoria, Avaliações e Perícias de Engenharia
Especialista em Engenharia Diagnóstica
Engenheiro de Segurança do Trabalho do IFPE (Instituto Federal de PE)
CREA 048486 Fone: 81 3048 5860/99977 8536

Processo: 0800[illegible]
Assinado eletronicamente por:
LUIS FILIPE PEREIRA DA SILVA - Diretor de Secretaria
Data e hora da assinatura: 14/04/2023 11:25:51
Identificador: 4058306.26376573
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
23041411252954400000026453990

PROCESSO Nº: 0800496-93.2021.4.05.8306 - **CARTA PRECATÓRIA CÍVEL**
DEPRECANTE: JUÍZO FEDERAL DA 11ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
DEPRECADO: JUÍZO FEDERAL DA 25ª VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIANA - PE
25ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL TITULAR)

DESPACHO

Cumpra-se, conforme deprecado.

Tendo em vista a solicitação de realização de perícia topográfica com o objetivo de " *individualizar a eventual parte livre (não tenha sido dada em pagamento a ex-trabalhadores), do imóvel de matrícula 173, 1.º CRI de Vicência/PE, passível de ser alienada judicialmente* ", nomeio como perito o Sr. Marcello Rodrigo Cavalcante da Silva, engenheiro civil, cujos contatos são do conhecimento da Secretaria deste juízo.

O perito designado pelo juízo deverá ser intimado prestar o compromisso legal e apresentar, em 05 (cinco) dias, proposta de honorários. (art. 465, §2º, do CPC/15).

Após, intimem-se as partes para se manifestarem, em 05 (cinco) dias, sobre a proposta apresentada (art. 465, §3º, do CPC/15), ficando desde já assente que o valor dos honorários periciais serão adiantados pela União, conforme consta da deprecata.

Nessa oportunidade, as partes deverão indicar assistentes técnicos e apresentar os quesitos. Deverão elas cientificar pessoalmente os seus assistentes, sem a intervenção do juízo, quer para acompanhamento da perícia e dos atos do procedimento, quer para a exibição dos pareceres no prazo legal. Os pareceres dos assistentes técnicos deverão obedecer ao prazo do art. 477, § 1º do CPC/15, sob pena de preclusão.

Apresentados os quesitos, intime-se o perito, dando-se-lhe ciência do valor fixado a título de honorários. Em caso de aceitação, indique o perito, em 5 (cinco) dias, o local, dia e hora em que terá início a diligência, a cujo respeito as partes deverão ser intimadas, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência (arts. 466, §2º, e 474 do CPC/15).

O perito deverá responder aos quesitos do juízo especificados abaixo, além daqueles indicados pelas partes.

Concedo ao *expert* o prazo de 30 dias para apresentação do laudo, contados da data da realização do ato.

Apresentado o laudo oficial, intimem-se as partes para pronunciamentos, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do disposto no art. 477, § 1º do CPC/15.

Findo este prazo, devolvam-se os autos ao juízo deprecante.

Ainda, oficie-se o juízo deprecante, informando o atual andamento da carta precatória.

Goiana, data da validação.

Flávia Tavares Dantas

Juíza Federal

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a executada para que manifeste-se sobre a proposta de honorários periciais apresentada apresentada nos autos da carta precatória nº 0800496-93.20021.4.05.8306 (25º Vara Federal de Goiana/PE), bem como da impugnação apresentada pela União, no prazo de 15 (quinze) dias.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- Intime-se a executada para que manifeste-se sobre a proposta de honorários periciais apresentada apresentada nos autos da carta precatória nº 0800496-93.20021.4.05.8306 (25º Vara Federal de Goiana/PE), bem como da impugnação apresentada pela União, no prazo de 15 (quinze) dias.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 28/03/2024 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 18/03/2024 16:04 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 24031816041990800000030224621 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/03/2024 00:01 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO - PE010324 - D	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro - PE003062 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 24042300330889000000030626067 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 23/04/2024 00:33 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

- De ordem da MM. Juíza Federal, Intime-se a executada para que manifeste-se sobre a proposta de honorários periciais apresentada apresentada nos autos da carta precatória nº 0800496-93.20021.4.05.8306 (25º Vara Federal de Goiana/PE), bem como da impugnação apresentada pela União, no prazo de 15 (quinze) dias.

Recife, data da assinatura eletrônica.

(Assinado eletronicamente)

ATO ORDINATÓRIO

Intime-se a executada para que manifeste-se sobre a proposta de honorários periciais apresentada apresentada nos autos da carta precatória nº 0800496-93.20021.4.05.8306 (25º Vara Federal de Goiana/PE), bem como da impugnação apresentada pela União, no prazo de 15 (quinze) dias.

Recife, data da assinatura eletrônica.

(Assinado eletronicamente)

ATO ORDINATÓRIO

Intime-se a executada para que manifeste-se sobre a proposta de honorários periciais apresentada apresentada nos autos da carta precatória nº 0800496-93.20021.4.05.8306 (25º Vara Federal de Goiana/PE), bem como da impugnação apresentada pela União, no prazo de 15 (quinze) dias.

Recife, data da assinatura eletrônica.

(Assinado eletronicamente)

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 04/05/2024 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Ato Ordinatório registrado em 24/04/2024 09:56 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 24042409563960900000030648653 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 05/05/2024 00:34 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO - PE010324 - D	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro - PE003062 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 24052800170177900000031057399 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 28/05/2024 00:17 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DESPACHO

Intime-se a executada para que se manifeste sobre a proposta de honorários periciais apresentada apresentada nos autos da carta precatória nº 0800496-93.20021.4.05.8306 (25º Vara Federal de Goiana/PE), bem como sobre a impugnação apresentada pela União, no prazo de 15 (quinze) dias.

pcf

Intimação da parte **executada** acerca do despacho/decisão/sentença/ato ordinatório retro.

Intimação da parte **exequente** acerca do despacho/decisão/sentença/ato ordinatório retro.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 23/06/2024 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Despacho registrado em 13/06/2024 00:25 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 24061315150362800000031248197 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 24/06/2024 00:11 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO - PE010324 - D	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro - PE003062 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 24071800042102000000031624277 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 18/07/2024 00:04 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

Trata-se de execução fiscal ajuizada pela União em face da PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros para a cobrança de dívida orçada em **R$ 16.780.155,68** , atualizada na data do ajuizamento da ação em 25/02/1992.

1. PERÍCIA MATRÍCULA 173, CRI VICÊNCIA/PE

O perito apresentou proposta de honorários, que foi impugnada pela União. O juízo deprecado devolveu a deprecata (ID 4058300.30128134, 18/03/2024) para que fosse providenciada a intimação da devedora para se manifestar sobre a impugnação da União.

Informe-se a ao juízo deprecado que a devedora, devidamente intimada para se manifestar sobre a impugnação da União dos honorários pericias, quedou-se inerte (ID 4058300.31526095, 18/07/2024).

2. IMÓVEIS LOCALIZADOS EM GOIANA/PE

O juízo da 25ª Vara Federal de Pernambuco informou (ID 4058300.25529166, 03/02/2023) o resultado negativo do leilão dos imóveis de matrículas:

- 357 - Engenho Brejo;

- 362 - Engenho Falcão;

- 365 - Engenho Laureano;

- 366 - Engenho Mata Limpa;

- 372 - Engenho Cana Brava.

Intime-se a União para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar interesse na inclusão dos referidos imóveis na plataforma COMPREI.

3. PENHORA ROSTO AUTOS 6.ª VARA DO DISTRITO FEDERAL

Consta termo de penhora no rosto dos autos n.º 008.34.00.022494-3 (0022400-47.2008.4.01.3400), 6ª Vara do Distrito Federal, à fl. 667 da EF 0008638-90.1991.4.05.8300 (apensa ao presente feito)

Oficie-se àquele juízo para que informe sobre a atual tramitação do do processo, bem como se há valores a serem transferidos para o presente feito.

4. PROSSEGUIMENTO

Intime-se a União para, no prazo de 10 dias, informar o valor atualizado da presente execução (e seus apensos).

G.2

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - atendimentovara11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal da 25ª Vara da Subseção Judiciária de Goiana - PE

Assunto: **Carta precatória** 0800496-93.2021.4.05.8306

Senhor(a) Juiz(íza) Federal,

Cumprimentando-o(a), **informo a** Vossa Excelência que, devidamente intimada para se manifestar sobre a impugnação da União dos honorários periciais, a devedora quedou-se inerte, nos termos da decisão ID 4058300.32073794

Aproveito o ensejo para informar o endereço eletrônico **atendimentovara11@jfpe.jus.br** para o envio e recebimento de informações e o sítio eletrônico **www.jfpe.jus.br** para consulta processual.

Atenciosamente,

Isaac Batista de Carvalho Neto

Juiz Federal Substituto da 11ª Vara de Pernambuco

(assinado eletronicamente)

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Certifico, nesta data, que faço a juntada do recibo de remessa via **Malote Digital** , referente ao processo em epígrafe.



RECIBO DE DOCUMENTO ENV

Código de rastreabilidade:	405202413416724
Documento:	ofício 0002274-68.1992.4.05.8300.pdf
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz F
Destinatário:	SJPE - Diretoria da Subseção Judiciária de Goi
Data de Envio:	17/09/2024 16:26:27
Assunto:	Carta precatória 0800496-93.2021.4.05.8306

Justiça Federal em Pernambuco
11ª Vara - Privativa das Execuções Fiscais
Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife/PE - CEP 50865-900 - Fone: (81) 3213-6000 - atendimentovara11@jfpe.jus.br

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

Ofício

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Juiz(íza) Federal da 6ª Vara Federal do Distrito Federal

Assunto: **Solicitação de informação**

Senhor(a) Juiz(íza),

Cumprimentando-o(a), solicito a Vossa Excelência informações acerca da penhora no rosto dos autos efetuada no processo nº 00022400-47.2008.4.01.3400, requerida nos autos da execução fiscal nº 0008638-90.1991.4.05.8300, apensa ao presente feito, bem como se há valores a serem transferidos, nos termos da decisão ID 4058300.32073794 (cópia anexa).

Aproveito o ensejo para informar o endereço eletrônico **atendimentovara11@jfpe.jus.br** para o envio e recebimento de informações e o sítio eletrônico **www.jfpe.jus.br** para consulta processual.

Atenciosamente,

Isaac Batista de Carvalho Neto

Juiz Federal Substituto da 11ª Vara Federal

(assinado eletronicamente)

Poder Judiciário
Justiça Federal de Primeiro Grau da 5ª Região
Seção Judiciária de Pernambuco - 33ª Vara Federal

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 **- EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Certifico, nesta data, que faço a juntada do recibo de remessa via **Malote Digital** , referente ao processo em epígrafe.

Poder Judiciário

RECIBO DE DOC

Código de rastreabilidade:	405202413417145
Documento:	OFÍCIO 0002274-68.1992.4.05.8300 6ª VARA FEDERAL
Remetente:	SJPE - Diretoria da 11ª Vara (Pedro Chabloz Filho)
Destinatário:	SJDF - 6ª VARA (TRF1)
Data de Envio:	17/09/2024 16:51:48
Assunto:	informações acerca da penhora no rosto dos autos efetu

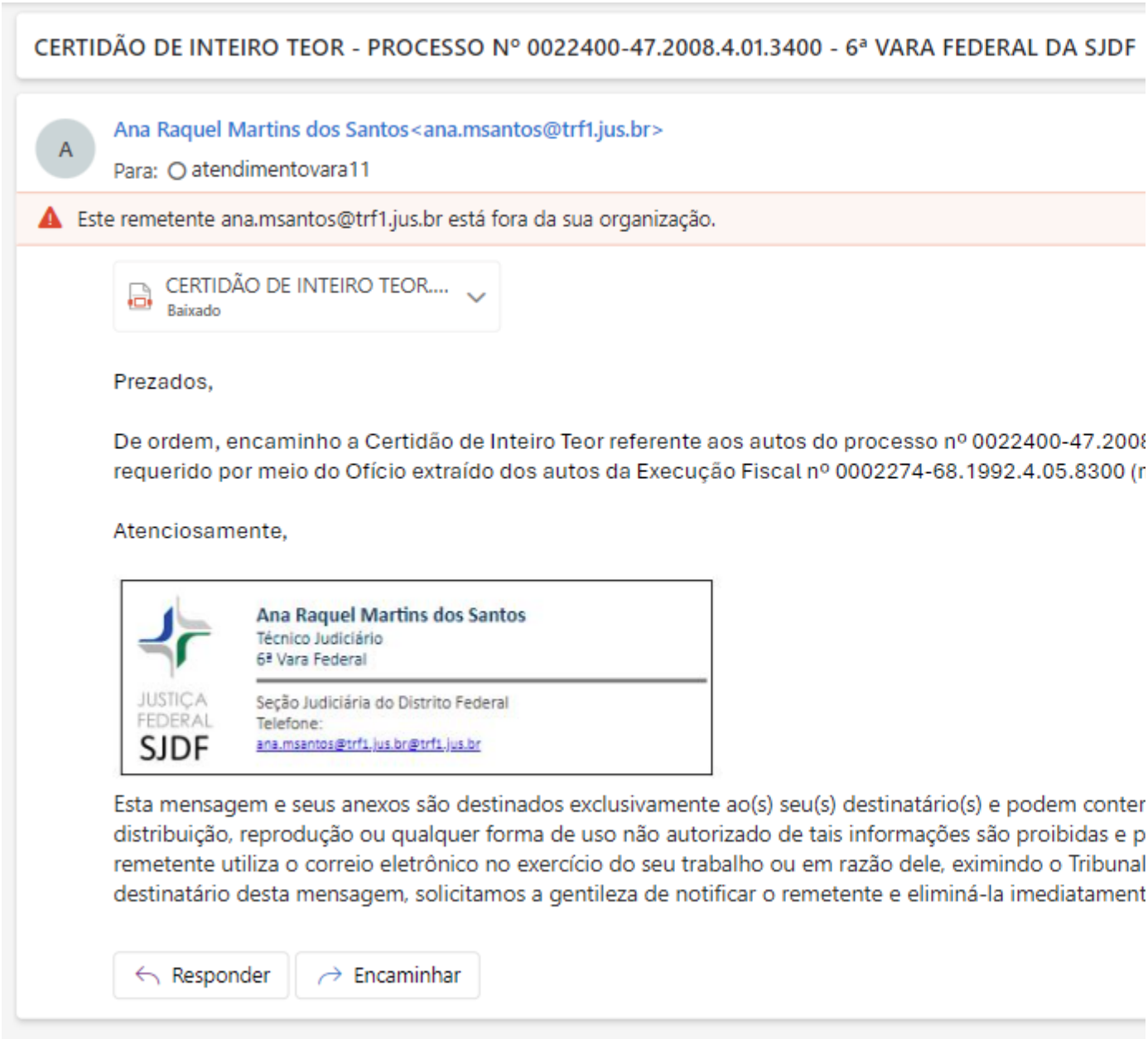
Intimação da parte **exequente** acerca do despacho/decisão/sentença/ato ordinatório retro.

Intimação da parte **executada** acerca do despacho/decisão/sentença/ato ordinatório retro.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

JUNTADA

Nesta data, procedi à juntada do documento que segue, recebido pelo E-mail (atendimento) / Malote Digital.



CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR - PROCESSO Nº 0022400-47.2008.4.01.3400 - 6ª VARA FEDERAL DA SJDF

A Ana Raquel Martins dos Santos<ana.msantos@trf1.jus.br>
Para: atendimentovara11

Este remetente ana.msantos@trf1.jus.br está fora da sua organização.

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR.... Baixado

Prezados,

De ordem, encaminho a Certidão de Inteiro Teor referente aos autos do processo nº 0022400-47.2008
requerido por meio do Ofício extraído dos autos da Execução Fiscal nº 0002274-68.1992.4.05.8300 (r

Atenciosamente,

Ana Raquel Martins dos Santos
Técnico Judiciário
6ª Vara Federal
JUSTIÇA FEDERAL SJDF
Seção Judiciária do Distrito Federal
Telefone:
ana.msantos@trf1.jus.br@trf1.jus.br

Esta mensagem e seus anexos são destinados exclusivamente ao(s) seu(s) destinatário(s) e podem conter
distribuição, reprodução ou qualquer forma de uso não autorizado de tais informações são proibidas e p
remetente utiliza o correio eletrônico no exercício do seu trabalho ou em razão dele, eximindo o Tribunal
destinatário desta mensagem, solicitamos a gentileza de notificar o remetente e eliminá-la imediatament

Responder Encaminhar

(assinado eletronicamente)

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal
6ª Vara Federal Cível da SJDF

PROCESSO Nº 0022400-47.2008.4.01.3400

CERTIDÃO

FELIPPE MENDES FALESIC, DIRETOR DE SECRETARIA DA 6ª VARA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CERTIFICA, atendendo ao pedido da parte interessada, que tramitam perante este Juízo e Secretaria da 6ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal os autos da **EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO JUDICIAL Nº 1999.34.00.019801-0** (antiga **Ação Ordinária nº 90.0001943-5**), ajuizada por **BORBOREMA AGRO INDUSTRIAL LTDA E OUTRAS –** dentre as quais **PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A** contra a **UNIÃO,** na qualidade de sucessora do **INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL – IAA**, que objetivou a indenização dos prejuízos, diretos e indiretos, oriundos da fixação do preço do açúcar e do álcool abaixo dos custos de produção, em safras passadas. Foi proferida sentença em 28 de novembro de 1994, integralizada por outra, datada de 13 de dezembro de 1994, julgando improcedente o pedido. Opostos embargos de declaração, foram eles rejeitados. O acórdão regional, à unanimidade, deu parcial provimento ao recurso interposto pelas autoras, para o fim de determinar a indenização durante o período pleiteado na inicial, a partir de 05.03.1985 (data não alcançada pela prescrição qüinqüenal) e fora dos períodos de congelamento de preços, de conformidade com os critérios do laudo pericial de fls. 515/1386, que são os mesmos da lei nº 4.870/65; no tocante aos períodos de congelamento, incidirão os critérios da legislação então vigente; sobre o valor da indenização incidirão correção monetária e juros de mora, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, nos termos das Sumulas 43 e 54 do STJ. A União interpôs Recurso Especial, não admitido na instância *a quo.* Interposto agravo de instrumento, foi indeferido o seu processamento, decisão essa que ensejou a interposição de novo agravo, autuado perante o Superior Tribunal de Justiça sob o número 212.694/DF, ao qual foi negado seguimento, por despacho proferido em 04/02/99, certificado o decurso de prazo para recurso em 19.03.99. Certifica ainda que, nos termos da petição de fls. 4.062/4.093, a autora **PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A** requereu a execução do seu crédito, no montante de **R$ 398.805.322,06** (trezentos e noventa e oito milhões, oitocentos e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e seis centavos), sendo **R$ 164.728.782,51** (cento e sessenta e quatro milhões, setecentos e vinte e oito mil, setecentos e oitenta e dois reais e cinqüenta e um centavos) **de principal corrigido** e **R$ 234.076.539,55** (duzentos e trinta e quatro milhões, setenta e seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) **de juros,** conforme memória de cálculo de fls. 4.249/4.250. Às fls. 4.519 foi proferido despacho determinando a citação da União para os fins do art. 730 do CPC, relativamente ao crédito acima mencionado e o das demais exequentes. Determinou, ainda, que a União se manifestasse sobre os pedidos de sucessão processual e assistência litisconsorcial apresentados nos autos. Devidamente citada, a União opôs os **Embargos à Execução nº 2005.34.00.030813-1,** distribuídos em 24.10.2005, impugnando em sua totalidade a conta apresentada pelos exequentes, apresentando, contudo,

planilha de cálculos efetuada pelo Setor de Cálculos da AGU, "*com a finalidade específica de contrariar a conta de liquidação em apreço",* na qual consta em favor de PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A o crédito de **R$126.677.699,21** (cento e vinte e seis milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e vinte e um centavos). Quanto aos pedidos de sucessão e assistência litisconsorcial, manifestou-se contrariamente ao seu deferimento (fls. 4.355-4.356). Posteriormente, nos embargos à execução, as exequentes apresentaram atualização dos cálculos da execução, apontando o crédito da empresa **PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A** no valor de **R$ 425.132.487,29** (quatrocentos e vinte e cinco milhões, cento e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e nove centavos), sendo R$ **232.629.716,33** equivalentes ao principal e R$ **192.502.770,96** equivalentes a juros, apurados em 30.04.2008. Foram proferidas as decisões de fls. 5.410/5.417 e 5.477/5.478, que, examinando os pedidos de substituição processual em face de cessão de créditos, deferiu tão somente o ingresso dos cessionários no feito na qualidade de assistentes litisconsorciais, figurando dentre eles **COPRA – COMÉRCIO E PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL LTDA e HOKKO DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA AGROPECUÁRIA LTDA**, como assistentes litisconsorciais de **PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.** Em 15.04.2008 foi proferida decisão que indeferiu as habilitações de novos cessionários. A União foi intimada dos termos das referidas decisões, sem interposição de recurso. As exequentes noticiaram a interposição do **Agravo nº 2008.01.00.024216-7/DF**, impugnando o indeferimento dos pedidos de ingresso de novos cessionários nos autos, ao qual foi dado provimento. **CERTIFICA** mais que a execução em referência foi desmembrada em nome de cada exequente, sendo certo que a execução promovida por **PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A** foi redistribuída sob o nº **2008.34.00.022494-3 (0022400-47.2008.4.01.3400)** e os embargos a ela referentes foram redistribuídos sob o nº **2008.34.00.022495-7 (0022401-32.2008.4.01.3400),** nos quais foi proferida sentença que, **acolhendo preliminar da União, julgou-os procedentes para declarar a nulidade da execução, extinguindo-a sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, IV, do CPC**. Os autos dos embargos à execução encontram-se no TRF-1ª Região, em face de apelação interposta pela embargada. Por despachos proferidos em 04/11/2013 e 08/04/2014 foi deferido o ingresso, como assistentes litisconsorciais, de FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIO NÃO-PADRONIZADO GJ4870, FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIO NÃO-PADRONIZADO GJ4870 II, ROBERTO FERREIRA ROSAS, ROSAS ADVOGADOS, MANOEL ENILDO e MANOEL ENILDO LINS & ADVOGADOS ASSOCIADOS. Em 17.04.2018 foi proferido despacho informando que o pedido de GOMES DE BARROS E BUENO ADVOGADOS, para destaque de honorários contratuais e sucumbenciais, será analisado somente na fase de expedição de requisições de pagamento (fls. 1048). **CERTIFICO** que os autos foram migrados para o PJe, tendo o processo recebido a numeração **0022400-47.2008.4.01.3400.** Em 21.03.2022, foi proferido despacho ID 986576680, o qual deferiu o ingresso de BANCO MASTER S/A e DUBLIN FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADO como assistentes ativos. Após, foi proferido o despacho ID 1394153761 o qual deferiu o ingresso de CLÁUDIO DANTAS ENGENHARIA FINANCEIRA LTDA, como assistente ativo, em face da cessão realizada em seu favor. Em seguida, foi proferida decisão ID 1450905383 em que o Juiz Substituto da 6ª Vara Federal se declarou suspeito, remetendo o feito ao substituto legal. Foi proferido o despacho ID 1850588676 deferindo o ingresso de CRDM CONSULTORES TÉCNICOS EMPRESARIAIS EIRELI – CRDM, a qual teve tido sua habilitação cancelada posteriormente, no despacho ID 1890313161. Após, foi proferido o despacho ID 2147897716 o qual deferiu o pedido de habilitação de JOSÉ DARLAN BRANDÃO DE ALMEIDA e MARIA FERNANDA QUINTELLA BRANDÃO VILELA, como assistentes ativos, em face de cessão feita em seu favor por PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S/A. Ainda, determinou a suspensão do feito, a fim de que se aguarde o julgamento dos Embargos à Execução nº 0022401-32.2008.4.01.3400. **CERTIFICO** que o processo se encontra suspenso aguardando julgamento dos embargos à execução. **Observo que nos deferimentos das habilitações a MM. Juíza ressaltou que deixava de se ater à validade dos negócios jurídicos**. **Também foram anotadas diversas penhoras no rosto dos autos contra PESSOA DE MELLO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A, decorrentes de créditos trabalhistas e fiscais em execução, sendo certo que não é possível apurar, nesta data, se os créditos decorrentes da execução são suficientes para a satisfação das ditas penhoras. Acrescente-se ainda que a Ação Rescisória nº 1999.01.00.087314-2, ajuizada pela União, foi julgada improcedente, com trânsito em julgado em 16/08/2017, conforme certidão juntada nos autos do processo**

nº 1998.34.00.019801-0 (0019774-70.1999.4.01.3400). O REFERIDO É VERDADE. DÁ FÉ, Brasília-DF, em 23 de setembro de 2024.

Felippe Mendes Falesic

Diretor de Secretaria da 6ª Vara/SJDF

Assinado eletronicamente por: **FELIPPE MENDES FALESIC**
23/09/2024 18:03:27
https://pje1g.trf1.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
ID do documento: **2149430614**

24092318032737400002128859943

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 27/09/2024 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 06/09/2024 17:28 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 24091716554470600000032348624 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 28/09/2024 00:00 - Seção Judiciária de Pernambuco.

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
PROCESSO: 0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL
11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

CERTIDÃO POR DECURSO DE PRAZO

Polo ativo

FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo

AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO - PE010324 - D	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro - PE003062 - D	ADVOGADO

Outros participantes

Sem registro

Certifico que decorreu o prazo sem manifestação das partes.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação nº 24103100023289000000032865094 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 31/10/2024 00:02 - Seção Judiciária de Pernambuco.

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do(a) MM Juiz(íza) Federal, intime-se o(a) parte EXEQUENTE para cumprir a decisão proferida em 06/09/2024 (ID 4058300.32073794, cujo trecho transcrevo a seguir:

2. IMÓVEIS LOCALIZADOS EM GOIANA/PE

O juízo da 25ª Vara Federal de Pernambuco informou (ID 4058300.25529166, 03/02/2023) o resultado negativo do leilão dos imóveis de matrículas:

- 357 - Engenho Brejo;

- 362 - Engenho Falcão;

- 365 - Engenho Laureano;

- 366 - Engenho Mata Limpa;

- 372 - Engenho Cana Brava.

Intime-se a União para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar interesse na inclusão dos referidos imóveis na plataforma COMPREI.

Intime-se a União para, no prazo de 10 dias, informar o valor atualizado da presente execução (e seus apensos).

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do(a) MM Juiz(íza) Federal, intime-se o(a) parte EXEQUENTE para cumprir a decisão proferida em 06/09/2024 (ID 4058300.32073794, cujo trecho transcrevo a seguir:

2. IMÓVEIS LOCALIZADOS EM GOIANA/PE

O juízo da 25ª Vara Federal de Pernambuco informou (ID 4058300.25529166, 03/02/2023) o resultado negativo do leilão dos imóveis de matrículas:

- 357 - Engenho Brejo;

- 362 - Engenho Falcão;

- 365 - Engenho Laureano;

- 366 - Engenho Mata Limpa;

- 372 - Engenho Cana Brava.

Intime-se a União para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar interesse na inclusão dos referidos imóveis na plataforma COMPREI.

Intime-se a União para, no prazo de 10 dias, informar o valor atualizado da presente execução (e seus apensos).

AO DOUTO JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Execução Fiscal nº: 0002274-68.1992.4.05.8300

Devedor(es): PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA. (10.803.336/0002-27)

Créditos executados (CDA): 40691000085-33

A **UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL** , por seu Procurador adiante firmado, nos autos da Execução Fiscal em epígrafe, vem respeitosamente perante Vossa Excelência dizer e requerer o seguinte:

1. Cumpre informar que **pretende prosseguir com o feito** e que o valor atualizado do débito da executada é de **R$ 550.694,17 (quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos)** , conforme relatório do SIDA (anexo).

2. Diante do exposto no Ato Ordinatório id. 4058300.32767823, **REQUER a alienação por iniciativa particular, através do Sistema COMPREI** (art. 879, I, do CPC c/c Portaria PGFN 3.050, de 03.04.2022), cabendo à Fazenda Nacional proceder à venda direta **dos bens imóveis.**

Pede e espera deferimento.

Pedro Augusto de Sales Gurjão

Procurador da Fazenda Nacional

NCOB-5/DIAFI-5/PRFN-5

Fortaleza/CE, data da assinatura eletrônica.

Processo: **0002274-68.1992.4.05.8300**
Assinado eletronicamente por:
PEDRO AUGUSTO DE SALES GURJAO - Procurador
Data e hora da assinatura: 08/11/2024 11:00:33
Identificador: 4058300.32867133
Para conferência da autenticidade do documento: https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam
24110810590203000000032970906

CEARA - IP: 10.72.229.100 8/11/2024 - 10:55 Tempo Restante: 59:52

SISTEMA INTEGRADO DA DÍVIDA ATIVA

Usuário: PEDRO AUGUSTO DE SALES GURJAO

SIDA > *Busca* > *Inscrição*

CONSULTA DA DÍVIDA ATIVA

DADOS GERAIS | DEVEDORES | DÉBITOS | PAGAMENTOS | OCORRÊNCIAS | PARCELAMENTOS | PROTESTOS

SIMULAR CÁLCULO | DJE | TODOS

Devedor Principal
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.

CPF/CNPJ
10.803.336/0002-27

Número do Processo Administrativo
26520 100002/88-82

Inscrição
40 6 91 000085-33

Situação
ATIVA AJUIZADA

DADOS GERAIS

Procuradoria Responsável
QUINTA REGIAO

Procuradoria de Inscrição
QUINTA REGIAO

Sistema de Origem
Manual

Órgão de Origem
DRF RCE

Data da Inscrição
04/09/1991

Natureza da Dívida
NAO TRIBUTARIA

Nº do Auto de Infração

Aguarda Análise do Órgão de Origem
NAO

Data de Análise de Exigibilidade

Motivo de Suspensão de Exigibilidade

Data da Extinção

Motivo de Extinção

Data de Falência

Data Devolução/Arquivamento

Número do Imóvel (CIB)

Número do Imóvel (RIP)

VALORES

Valor Inscrito
CZ$ 26.566.200,00
UFIR 66.594,00

Valor Remanescente
CZ$ 26.566.200,00
UFIR 66.594,00

VALORES CONSOLIDADOS

Valor Principal
R$ 50.544,84

Multa
R$ 10.108,96

Juros de Mora
R$ 398.258,01

Encargo Legal
R$ 91.782,36

Valor Total
R$ 550.694,17

Data Expedição Primeira Cobrança	Cadastro Nacional de Obras	Receita	Série
10/10/1991		3640 - DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS	DIVERSAS ORIGENS

INFORMAÇÕES DO AJUIZAMENTO

Nº Único Judicial	Nº Judicial	Órgão De Justiça De Origem	Nº De Agrupamento Para Ajuizamento
22746819924058300	9200022740	SECAO JUDICIARIA - RECIFE	400088918715

Data de Protocolo	Data de Distribuição	Bloqueio no Ajuizamento	Juízo
25/02/1992			11ª Vara Federal

IMPRIMIR DOC. DE ARRECADAÇÃO NOVA CONSULTA VOLTAR

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta Inscrição Resumido

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 4069100008533

GRANDE DEVEDOR

1º Devedor:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
Tipo de Devedor:	PRINCIPAL
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Nº Processo Administrativo:	26520 100002/88-82
Nº Inscrição:	40 6 91 000085-33
Receita:	3640 / DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Data Inscrição:	04/09/1991
Data Primeira Cobrança:	019911010
Cadastro Nacional de Obras:	
Nº Processo Judicial:	00000000009200022740
Nº Único de Processo Judicial:	00022746819924058300
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIAO
Valor Inscrito:	CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Consolidado:	R$ 550.694,17

Somatório das inscrições

Valor Inscrito: R$ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Consolidado: R$ 550.694,17
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

FIM DO RELATÓRIO

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

DECISÃO

1. VALOR DA CAUSA

Na petição ID 4058300.32867133 (08/11/2024), a União informa que o valor atualizado da causa soma R$ 550.694,17 (quinhentos e cinquenta mil, seiscentos e noventa e quatro reais e dezessete centavos).

Intime-se a União para, no prazo de 10 (dez) dias, retificar/ratificar o valor da dívida que, na data do ajuizamento da ação, somava R$ 16.780.155,68 (25/02/1992), salientando-se, ainda, que apenas as seguintes execuções fiscais:0008638-90.1991.4.05.8300, 0002272-98.1992.4.05.8300, 0004700-19.1993.4.05.8300, 0003070-54.1995.4.05.8300, 0015555-86.1995.4.05.8300, 0005148-16.1998.4.05.8300, 0012438-77.2001.4.05.8300, 0010408-35.2002.4.05.8300 e 0010600-46.1994.4.05.8300.

2. COMPREI

A União requer a inclusão dos bens imóveis penhorados nos autos na plataforma COMPREI para alienação por iniciativa particular.

Considerando o resultado negativo do leilão dos imóveis pelo juízo da 25ª Vara Federal de Pernambuco informou (ID 4058300.25529166, 03/02/2023), defiro o pedido da União.

Defiro a inclusão dos imóveis abaixo descritos na plataforma COMPREI para alienação por iniciativa particular:

- 357 - Engenho Brejo;

- 362 - Engenho Falcão;

- 365 - Engenho Laureano;

- 366 - Engenho Mata Limpa;

- 372 - Engenho Cana Brava.

Assim:

(i) Providencie a Secretaria a verificação da regularidade da documentação e dos atos preparatórios dos bens em questão. Havendo pendência, providenciem-se os expedientes necessários à sua sanação.

(ii) Após expedida a certidão de regularidade processual, intimem-se as partes, com prazo de 5 (cinco) dias (art. 889 do CPC), após o qual, não havendo impugnações, iniciem-se os autos sequenciais de expropriação, intimando-se a exequente para fins de inclusão do bem na plataforma Comprei.

(iii) Os bens ficarão disponíveis na plataforma por no mínimo 30 (trinta) dias, ou até que seja efetivada a venda instantânea pelo valor da avaliação (Portaria PGFN/ME 3.050/2022), e por no máximo 360

(trezentos e sessenta) dias.

(iv) O resultado do procedimento de alienação deverá ser informado pela parte exequente no prazo de 30 (trinta) dias seguintes à exclusão do bem da plataforma, diretamente nos autos deste processo.

g.2

PROCESSO Nº: 0002274-68.1992.4.05.8300 - **EXECUÇÃO FISCAL**
EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A e outros
ADVOGADO: Aloisio Arruda Filho e outro
11ª VARA FEDERAL - PE (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)

ATO ORDINATÓRIO

De ordem do(a) MM. Juiz(íza) Federal, intime-se as partes acerca da decisão retro.

Recife, data da assinatura eletrônica.

Assinatura eletrônica

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
11º VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
PROCESSO: **0002274-68.1992.4.05.8300 - EXECUÇÃO FISCAL**

Polo ativo	
FAZENDA NACIONAL	EXEQUENTE

Polo passivo	
AGICAM AGROINDUSTRIA DO CAMARATUBA S/A	EXECUTADO
BELARMINO LUIZ PESSOA DE MELLO NETO	EXECUTADO
CARLOS PESSOA DE MELLO FILHO	EXECUTADO
ANTONIO FRANCISCO DOURADO PESSOA DE MELLO	EXECUTADO
METALNORTE S/A	EXECUTADO
SOCIEDADE SANTA LAURA VICUNHA EIRELI	EXECUTADO
PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A	EXECUTADO
ALOISIO ARRUDA FILHO	ADVOGADO
Luiz de Sá Monteiro	ADVOGADO

Outros participantes
Sem registros

CERTIDÃO

CERTIFICO que, em 28/03/2025 23:59, o(a) PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A foi intimado(a) acerca de Decisão registrado em 17/03/2025 06:51 nos autos judiciais eletrônicos especificados na epígrafe.

1 - Esta Certidão é válida para todos os efeitos legais, havendo sido expedida através do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe.

2 - A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no endereço https://pje.jfpe.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam , através do código de autenticação

nº 25031812501352600000034596988 .

3 - Esta Certidão foi emitida gratuitamente em 29/03/2025 00:02 - Seção Judiciária de Pernambuco.

	Ministério da Fazenda **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN** **Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região - PRFN/5**

AO DOUTO JUÍZO DA 11ª VARA FEDERAL NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Execução Fiscal nº: 0002274-68.1992.4.05.8300

Devedor: PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A (CNPJ nº 10.803.336/0001-46)

Créditos executados (CDAs): 40691000085-33

A **UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)** , pelo Procurador da Fazenda Nacional que esta subscreve, vem, respeitosamente, expor e requerer o que se segue.

1. Toma ciência da decisão de ID 4058300.34306386.

2. Esclarece que o valor total da dívida com os processos salientados totaliza **R$ 835.647,32** , conforme consulta ao SIDA (anexa).

0002274-68.1992.4.05.8300; CDA 40691000085-33 - **R$ 553.532,76**

0008638-90.1991.4.05.8300; CDA 40691000046-27 - Extinta por prescrição intercorrente

0002272-98.1992.4.05.8300; CDA 40291000134-22 - **R$ 167.896,12**

0004700-19.1993.4.05.8300; DEBCAD 31494989-5 - **R$ 107.459,20**

0003070-54.1995.4.05.8300; CDA 40694000202-10 - Extinta por prescrição intercorrente

0015555-86.1995.4.05.8300; DEBCAD 31356416-7 - Extinção da ação

0005148-16.1998.4.05.8300; DEBCAD 32479417-7 - **R$ 6.759,24**

0012438-77.2001.4.05.8300; CDA 40600002326-91 - Extinta por prescrição intercorrente

0010408-35.2002.4.05.8300; CDA 40802000558-01 - Extinta por prescrição intercorrente

0010600-46.1994.4.05.8300 - Inscrição não encontrada

3. Informa que já providenciou a inclusão dos bens imóveis penhorados na plataforma COMPREI para alienação.

Pedro Augusto de Sales Gurjão

Procurador da Fazenda Nacional

NCOB-5/DIAFI-5/PRFN-5

Fortaleza/CE, data da assinatura eletrônica.

PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO CEARÁ

Rua Barão de Aracati n° 909, 7° andar, Aldeota, Fortaleza, CE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado da Consulta de Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40 6 91 000085-33
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Inscrição:	40 6 91 000085-33
Nº Processo Administrativo:	26520 100002/88-82
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	DIVERSAS ORIGENS
Natureza da Dívida:	NAO TRIBUTARIA
Data Inscrição:	04/09/1991
Data Primeira Cobrança:	10/10/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3640-DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Valor Inscrito:	CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Remanescente:	CZ 26.566.200,00 (UFIR 66.594,00)
Valor Consolidado:	R$ 553.532,76
Qtd. de Débitos:	1
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088918715
Nº Processo Judicial:	9200022740
Nº Único de Processo Judicial:	22746819924058300
Data de Protocolo:	25/02/1992
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo:	11ª Vara Federal
Data de Falência:	
PFN de Inscrição:	QUINTA REGIAO
PFN Responsável:	QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:	DRF RCE
Nº Auto de Infração:	
Devolução/Arquivamento:	
Nº do Imóvel (CIB):	
Nº do Imóvel (RIP):	
Data da Extinção:	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:	
Motivo da Extinção:	
Bloqueio Ajuizamento:	
Envio Análise do Órgão de Origem:	NAO

FIM DO RELATÓRIO DE INSCRIÇÃO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado da Consulta de Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40 6 91 000046-27
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Inscrição:	40 6 91 000046-27
Nº Processo Administrativo:	13406 000079/89-17
Situação:	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE DEVOLVIDA OU ARQUIVADA
Série da Inscrição:	DIVERSAS ORIGENS
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	28/08/1991
Data Primeira Cobrança:	01/09/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	1134-DIV.ATIVA-FINSOCIAL
Valor Inscrito:	R$ 44.891,63 (UFIR 42.187,42)
Valor Remanescente:	R$ 44.891,63 (UFIR 42.187,42)
Valor Consolidado:	R$ 0,00
Qtd. de Débitos:	20
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088900940
Nº Processo Judicial:	9100086380
Nº Único de Processo Judicial:	86389019914058300
Data de Protocolo:	05/11/1991
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo:	11ª Vara Federal
Data de Falência:	
PFN de Inscrição:	QUINTA REGIAO
PFN Responsável:	QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:	SRF-PE
Nº Auto de Infração:	
Devolução/Arquivamento:	08/01/2018
Nº do Imóvel (CIB):	
Nº do Imóvel (RIP):	
Data da Extinção:	20/12/2017
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:	
Motivo da Extinção:	CONFORME DESPACHO DE FLS. 1036/1037 DO PA 13406.000079/89-17.
Bloqueio Ajuizamento:	
Envio Análise do Órgão de Origem:	NAO

FIM DO RELATÓRIO DE INSCRIÇÃO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado da Consulta de Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40 2 91 000134-22
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO SA.
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Inscrição:	40 2 91 000134-22
Nº Processo Administrativo:	10480 008200/89-41
Situação:	ATIVA AJUIZADA
Série da Inscrição:	IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURIDICA
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	16/09/1991
Data Primeira Cobrança:	10/10/1991
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3551-DIV.ATIVA-IRPJ
Valor Inscrito:	R$ 21.345,35 (UFIR 20.059,54)
Valor Remanescente:	R$ 21.345,35 (UFIR 20.059,54)
Valor Consolidado:	R$ 167.896,12
Qtd. de Débitos:	8
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088901109
Nº Processo Judicial:	9200022723
Nº Único de Processo Judicial:	22729819924058300
Data de Protocolo:	25/02/1992
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo:	11ª Vara Federal
Data de Falência:	
PFN de Inscrição:	QUINTA REGIAO
PFN Responsável:	QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:	DRF RCE
Nº Auto de Infração:	
Devolução/Arquivamento:	
Nº do Imóvel (CIB):	
Nº do Imóvel (RIP):	
Data da Extinção:	
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:	
Motivo da Extinção:	
Bloqueio Ajuizamento:	
Envio Análise do Órgão de Origem:	NAO

FIM DO RELATÓRIO DE INSCRIÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta do Debcad Localizado

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 314949895
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Debcad 1 / 1

DADOS GERAIS DO DEBCAD

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Debcad:	314949895
Situação:	PEDIDO DE PENHORA E/OU REFORCO DE PENHORA - 624
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIÃO
Procuradoria de Inscrição:	Não localizada - 15200000
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - LIMOEIRO (PE)
Data Inscrição:	01/05/1993
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	28/02/1992
Período da Dívida:	04/1991 a 11/1991
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 14.066,18
Valor Total:	R$ 107.459,20
Nº Judicial:	9300047000
Órgão de Justiça de Origem:	
Data de Protocolo:	28/05/1993
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO DE DEBCAD

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado da Consulta de Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40 6 94 000202-10
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Inscrição:	40 6 94 000202-10
Nº Processo Administrativo:	27307 400471/89-86
Situação:	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE
Série da Inscrição:	DIVERSAS ORIGENS
Natureza da Dívida:	NAO TRIBUTARIA
Data Inscrição:	19/09/1994
Data Primeira Cobrança:	06/10/1994
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3640-DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Valor Inscrito:	CR$ 15.559.876,20 (UFIR 9.255,00)
Valor Remanescente:	CR$ 15.559.876,20 (UFIR 9.255,00)
Valor Consolidado:	R$ 0,00
Qtd. de Débitos:	1
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088901644
Nº Processo Judicial:	9500030705
Nº Único de Processo Judicial:	30705419954058300
Data de Protocolo:	10/03/1995
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo:	11ª Vara Federal
Data de Falência:	
PFN de Inscrição:	QUINTA REGIAO
PFN Responsável:	QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:	D.N.C.
Nº Auto de Infração:	
Devolução/Arquivamento:	
Nº do Imóvel (CIB):	
Nº do Imóvel (RIP):	
Data da Extinção:	17/09/2021
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:	
Motivo da Extinção:	PRESC INTECORRENTE - PEQ VALOR - PROC SEI 10951.101954/2020-03 - DEMANDA 2791208
Bloqueio Ajuizamento:	
Envio Análise do Órgão de Origem:	NAO

FIM DO RELATÓRIO DE INSCRIÇÃO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta do Debcad Localizado

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 313564167
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Debcad 1 / 1

DADOS GERAIS DO DEBCAD

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Debcad:	313564167
Situação:	EXTINCAO DA ACAO / CREDITO SEM PAGAMENTO - 916
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIÃO
Procuradoria de Inscrição:	Não localizada - 15200000
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - LIMOEIRO (PE)
Data Inscrição:	01/07/1994
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Data do documento de Origem:	30/04/1991
Período da Dívida:	07/1990 a 03/1991
Forma de Constituição:	NFLD - NOTIF. FISCAL DE LANCA/TO DEBITO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 0,00
Valor Total:	R$ 0,00
Nº Judicial:	9400120729
Órgão de Justiça de Origem:	
Data de Protocolo:	14/10/1994
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO DE DEBCAD

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado de Consulta do Debcad Localizado

Debcads Localizados: 1
Debcads Selecionados: 1
Parâmetro de Localização: 324794177
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Debcad 1 / 1

DADOS GERAIS DO DEBCAD

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO INDUSTRIA E COMERCIO S A
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Debcad:	324794177
Situação:	CITACAO DO DEVEDOR - 594
Procuradoria Responsável:	QUINTA REGIÃO
Procuradoria de Inscrição:	Não localizada - 15200000
Sistema de Origem:	Migrado
Órgão de Origem:	ARF - LIMOEIRO (PE)
Data Inscrição:	11/06/1997
Natureza da Dívida:	Previdenciária - Outros
Documento de Origem:	AI - AUTO DE INFRACAO
Data do documento de Origem:	28/06/1996
Período da Dívida:	08/1996 a 08/1996
Forma de Constituição:	AI - AUTO DE INFRACAO
Receita:	Previdenciárias
Valor Principal:	R$ 5.632,70
Valor Total:	R$ 6.759,24
Nº Judicial:	9800051481
Órgão de Justiça de Origem:	
Data de Protocolo:	06/03/1998
Juízo:	11

FIM DO RELATÓRIO DE DEBCAD

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado da Consulta de Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40 6 00 002326-91
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELLO IND E COMERCIO LTDA
CPF/CNPJ:	10.803.336/0002-27
Inscrição:	40 6 00 002326-91
Nº Processo Administrativo:	10768 024637/88-14
Situação:	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE
Série da Inscrição:	DIVERSAS ORIGENS
Natureza da Dívida:	NAO TRIBUTARIA
Data Inscrição:	18/08/2000
Data Primeira Cobrança:	07/09/2000
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	3640-DIV.ATIVA-OUTRAS ORIGENS
Valor Inscrito:	CZ 5.460.990,67 (UFIR 34.424,65)
Valor Remanescente:	CZ 5.460.990,67 (UFIR 34.424,65)
Valor Consolidado:	R$ 0,00
Qtd. de Débitos:	3
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088924625
Nº Processo Judicial:	200183000124386
Nº Único de Processo Judicial:	124387720014058300
Data de Protocolo:	26/04/2001
Data Distribuição:	
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo:	11ª Vara Federal
Data de Falência:	
PFN de Inscrição:	QUINTA REGIAO
PFN Responsável:	QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:	SRF
Nº Auto de Infração:	
Devolução/Arquivamento:	
Nº do Imóvel (CIB):	
Nº do Imóvel (RIP):	
Data da Extinção:	16/09/2022
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:	
Motivo da Extinção:	PRESC INTERCORRENTE- ROTINA 3 Atos Sensíveis SAJPROC SEI 10951.101954/2020-03
Bloqueio Ajuizamento:	
Envio Análise do Órgão de Origem:	NAO

FIM DO RELATÓRIO DE INSCRIÇÃO

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Resultado da Consulta de Inscrição Localizada

Inscrições Localizadas: 1
Inscrições Selecionadas: 1
Parâmetro de Localização: 40 8 02 000558-01
Seções Selecionadas: Dados Gerais

A T E N Ç Ã O
OS VALORES PRECEDIDOS PELAS CIFRAS CORRESPONDEM A:
(CZ=CRUZADOS; NCZ=CRUZADOS NOVOS; CR=CRUZEIROS; CR$=CRUZEIROS REAIS; R$=REAIS)

Inscrição 1 / 1

DADOS GERAIS DA INSCRIÇÃO

Devedor Principal:	PESSOA DE MELO INDUSTRIA E COMERCIO SA
CPF/CNPJ:	10.803.336/0001-46
Inscrição:	40 8 02 000558-01
Nº Processo Administrativo:	10480 000833/2002-49
Situação:	EXTINTA POR PRESCRICAO INTERCORRENTE
Série da Inscrição:	IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
Natureza da Dívida:	TRIBUTARIA
Data Inscrição:	02/05/2002
Data Primeira Cobrança:	
Cadastro Nacional de Obras:	
Receita da Dívida:	2157-DIV.ATIVA-ITR
Valor Inscrito:	R$ 18.578,59 (UFIR 20.398,09)
Valor Remanescente:	R$ 18.578,59 (UFIR 20.398,09)
Valor Consolidado:	R$ 0,00
Qtd. de Débitos:	2
Qtd. de Pagamentos:	0
Qtd. de Devedores:	1
Qtd. Parcelamentos:	0
Nº Agrupamento para Ajuizamento:	400088930071
Nº Processo Judicial:	200283000104082
Nº Único de Processo Judicial:	104083520024058300
Data de Protocolo:	08/07/2002
Data Distribuição:	08/07/2002
Órgão de Justiça:	SECAO JUDICIARIA - RECIFE

Juízo:	11ª Vara Federal
Data de Falência:	
PFN de Inscrição:	QUINTA REGIAO
PFN Responsável:	QUINTA REGIAO
Órgão de Origem:	ARF-TIMBAUBA
Nº Auto de Infração:	
Devolução/Arquivamento:	
Nº do Imóvel (CIB):	
Nº do Imóvel (RIP):	
Data da Extinção:	16/09/2022
Motivo de Suspensão de Exigibilidade:	
Motivo da Extinção:	PRESC INTERCORRENTE- ROTINA 3 Atos Sensíveis SAJPROC SEI 10951.101954/2020-03
Bloqueio Ajuizamento:	
Envio Análise do Órgão de Origem:	NAO

FIM DO RELATÓRIO DE INSCRIÇÃO